Discursos E NOTAS POLÍTICAS 1928 A 1966 101 i v e i r a SalaZar

OBRACOMPLETA



Salazar DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS 1 9 2 8 A 1 9 6 6



Nota do Editor

A presente edição reúne os volumes I a VI da obra "Discursos e Notas Políticas" de Oliveira Salazar.

Foi critério do editor apresentar neste livro as últimas edições publicadas pelo Autor na Coimbra Editora, entre os anos de 1945 e 1967:

- Volume I (1928-1934) 5.ª edição, 1961
- Volume II (1935-1937) 2.ª edição, 1945
- Volume III (1938-1943) 2.ª edição, 1959
- Volume IV (1943-1950) 1.ª edição, 1951
- Volume V (1951-1958) 1.ª edição, 1959
- Volume VI (1959-1966) 1.ª edição, 1967

Os textos do Autor, não obstante agora reunidos e repaginados num único volume, correspondem integralmente às versões acima referidas, sem quaisquer revisões ortográficas para além de pontuais correcções de evidentes erros tipográficos das publicações originais.

Por especial autorização dos seus representantes, insere-se, autonomamente no final desta obra, o último discurso conhecido do Autor e nunca antes editado, proferido em 30 de Novembro de 1967, por ocasião da homenagem que nessa mesma data lhe foi prestada pelos Municípios de Moçambique.

Por último, no intuito de facilitar a pesquisa de assuntos e de contribuir para uma melhor leitura e interpretação da obra na sua globalidade, publica-se um *Índice de nomes próprios, de frequência e de palavras*, da autoria do Professor Doutor Telmo Verdelho.

Índice Geral

Vota d	o Editor	
Sumóri	0	
	1.º	
	DISCURSOS	
	(1928-1934)	
	7	
Prefáci	o da 4.ª Edição	
Para Se	ervir de Prefácio	
1.	Condições da Reforma Financeira	
II.	Os Problemas Nacionais e a Ordem da sua Solução	
	Politica de Verdade; Politica de Sacrificio; Politica Nacional	
IV.	Ditadura Administrativa e Revolução Política	
	Princípios Fundamentais da Revolução Política	
	Elogio das Virtudes Militares	
	O Interesse Nacional na Politica da Ditadura	
VIII.	O Exercito e a Revolução Nacional	
IX.	«Os Homens são Outros: o Governo é o Mesmo»	
X.	As Diferentes Forças Políticas em Face da Revolução Nacional	
XI.	Conceitos Económicos da Nova Constituição	
XII.	No «Gonçalo Velho»	
XIII.	•É esta a Revolução que Esperávamos?•	
XIV.	A Nação na Política Colonial	
XV.	No «Vouga»	
XVI.	A Acção Governativa e a Produção Industrial	
XVII.	Saudação aos Portugueses do Brasil	
XVIII.	Propaganda Nacional	***************************************
	Educação Física e Desportos	
	Os Delegados do I. N. T. P. e a Reforma Social	
XXI.	Problemas da Organização Corporativa	
XXII	A Escola, a Vida e a Nação	
XXIII.	O Espírito da Revolução	
XXIV	O Estado Novo Português na Evolução Política Europeia	
XXV	Às Cârnaras Municipais	
XXVI	0 IX ano – Unidade, Coesão, Homogeneidade	
XXVII	No lançamento do «Dão»	
	A Constituição dos Câmeros no Evolução da Política Portuguesa	

Índices

2.º DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS

(1935-1937)

	167
Duas	Palavras de Prefácio
	. Funções e Qualidades do Chefe do Estado
	. Aluguer dos Barcos de Guerra e Reconstrução da Marinha
	. Balanço da Obra Governativa. Problemas Políticos do Momento
	. «Na Ordem, pelo Trabalho, em prol de Portugal!»
	Aljubarrota Festa da Mocidade
	. Tentativa de Revolução
	O Momento Político. Grandes e Pequenas Questões da Política Portuguesa
	Independência da Política Nacional
	«Temos de ter um Exèrcito»
	As Grandes Certezas da Revolução Nacional
	Era de Restauração. Era de Engrandecimento
	O Império Colonial na Economia da Nação
	«Sempre o mesmo Milagre»
	A Ordem Pública em Portugal e os Acontecimentos de Espanha
	Os Acontecimentos de Espanha e a Não-Intervenção
	Os Problemas do Exército e as Guerras Religiosas do nosso Tempo
	A Guerra de Espanha e a Suspensão de Relações Diplomáticas
	Projecto Anglo-Francês de Não-Intervenção e de Mediação na Guerra de Espanha
	O Alistamento de Voluntários para a Guerra de Espanha
	Diligência Inglesa acêrca dos Voluntários para a Guerra de Espanha
	O Suposto Arrendamento de Angola à Alemanha
	Portugal e a Guerra de Espanha
	A Embaixada da Colónia Portuguesa no Brasil e a nossa Política Externa
	Retirada dos Voluntários Estrangeiros
	O Inquérito À Destruição de Guernica
	Sóbre a Legião e a Mocidade
	Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha
	Pela Paz
	Na X Conferência Anti-Tuberculosa
	Teremos um Exército
	Financeiras
	As Novas Matrizes
	O Pretenso Agravamento da Contribuição Predial Urbana e da Sisa e Imposto Sucessório
	Os Orçamentos e as Contas Públicas no Anuário da S. D. N
MAIII.	os orçamentos e as contas Fuolicas no Anuario da 3. D. N
	3.0
	DISCURSOS
	E NOTAS POLÍTICAS
	(1938-1943)
	(1030 1010)

341

Duas Palavras a Servir de Prefácio	34
I. Reformas Militares	347

Índice Geral

11.	Nós Somos uma Força Destinada a Vencer	
	A Educação Política, Garantia da Continuidade Revolucionária	
IV.	Comemorações Centenárias	
V.	Realizações de Política Interna — Problemas de Política Externa	
	«Mais e Melhor»	
	A Revolução e o Exército	
VIII.	Preocupação da Paz e Preocupação da Vida	
IX.	Missão Militar Britânica	
X.	Revolução Corporativa	
XI.	A Crise Política Europeia e a Situação Externa de Portugal	
XII.	A Legião — Expressão da Consciência Moral da Nação	
XIII.	Aos Portugueses da América do Norte	
XIV.	Neutralidade Portuguesa no Conflito Europeu	
XV.	A Europa em Guerra. Repercussão nos Problemas Nacionais	
XVI.	Fins e Necessidade da Propaganda Política	
XVII.	Visita de uma Esquadra Espanhola	
XVIII.	Conversão do Fundo Externo	
XIX.	Problemas Político-Religiosos da Nação Portuguesa e do seu Império	
	Dever Militar	
XXI.	800 Anos de Independência	
XXII.	Orgânica Ministerial e Trabalho do Governo	
XXIII.	A Função Pública e a Burocracia	
XXIV.	Valores Espirituais no Governo e na Vida dos Povos	
XXV.	Todos não Somos de Mais	
XXVI.	Península Hispânica e América Latina	
	Na Reeleição do Chefe do Estado	
XVIII.	Defesa Económica — Defesa Moral — Defesa Política	
XXIX.	O Corporativismo e os Trabalhadores	
XXX.	Sócio dos Sindicatos Nacionais	

4.º DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS (1943-1950) 507

À memò	oria do Marechal António Óscar de Fragoso Carmona	509
1.	No 7.º Aniversário da Posse de Ministro da Guerra	511
· 11.	Providências Militares e sua Finalidade	513
III.	Concessão de Facilidades nos Açores ao Governo Britânico	515
IV.	Na Morte de Duarte Pacheco	517
V.	Concessão de Facilidades nos Açores — a Situação das Possessões Portuguesas no	
	Extremo Oriente	519
VI.	A Revolução Nacional	527
VII.	Preparação Nacional para o Pós-Guerra	529
VIII.	Os Perigos do Movimento Militar e como se Salvou o Exército para a Nação	537
	Proibição da Exportação de Volfrâmio para todos os Destinos	539

Índices

X.	Na Posse do novo Ministro da Guerra	
	No Fim da Guerra	
XII.	Portugal, a Guerra e a Paz	
XIII.	Palavras de Agradecimento	
XIV.	Na Despedida do Embaixador de Inglaterra, Sir Ronald Campbell	
XV.	Relações Luso-Brasileiras	
XVI.	Exposição sobre a Política Interna e Externa	
	Timor	
	Votar è um Grande Dever	
	Ideias Falsas e Palavras Vās	
	Produzir e Poupar	
	Em Honra da Inglaterra e dos Estados Unidos	
	Portugal e as Nações Unidas (ONU)	
AAII.	Relevância do Factor Político e a Solução Portuguesa	
	: 전기 등 경기 등 기계 등 기계 등 기계 등 기계 등 기계 등 기계 등 기	
	Governo e Política	
	A Nação Portuguesa, Irmandade de Povos	
	Miséria e Medo, Características do Momento Actual	
	As Mulheres de Portugal	
	A Universidade de Coimbra	
	Ocidente em face da Rússia	
	lo Encerramento da Exposição de Obras Públicas	
) meu Depoimento	
XXII. I	lo fim da Campanha	
	A Regar! A Regar!	
XXIV. F	ortugal no Pacto do Atlântico	
XXV. C	uestões de Politica Interna	
KXVI. B	reves Considerações sobre Política Interna e Internacional a Propósito da Inaugu	ração
	o Estádio de Braga	
XVII. G	overnar, Dirigindo a Consciência Nacional	
ndice .	-	
	5.0	
	DISCURSOS	
	E NOTAS POLÍTICAS	
	(1951-1958)	
	723	
	se dos Negócios Mundiais — pode evitar-se um Conflito Generalizado?	
	roblema da Sucessão Presidencial	
	andidato da Paz e o Candidato da Pacificação	
	ependência da Política Nacional – suas Condições	
/. Na	Inauguração da Ponte Marechal Carmona	
. Arn	adura Económica e Coesão Moral	
	ano de Fomento	
	roblemas Politicos e o Próximo Acto Eleitoral	
	ugal como Elemento de Estabilidade na Civilização Ocidental	
	emória de Duarte Pacheco	
	osse da Junta de Energia Nuclear	
COa	e a União Indiana	*****

Índice Geral

		Págs
X	(III. Resposta à Saudação dos Indianos Residentes em Lisboa	100
	(IV. Goa e a União Indiana	
	KV. O Caso de Goa	
X	VI. Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta	831
	/II. A Questão de Goa	
	III. Governo e Política	
XI	X. Portugal, Goa e a União Indiana	847
	X. Apontamento sobre a Situação Internacional	859
	Kl. Mensagem à Legião Portuguesa	869
XX	II. Actualidade da União Nacional	871
XXI	II. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais	879
XXI	V. Resposta à Saudação dos Portugueses do Brasil e das Provincias Ultramarinas	891
XX	V. A Obra do Regime na Campanha Eleitoral	893
	I. Não Tenhamos Receio	903
XXVI	I. Caminho do Futuro	905
	I. Na Posse da Comissão Executiva da União Nacional	917
	0.0	
	6.0	
	DISCURSOS	
	E NOTAS POLÍTICAS	
	(1959-1966)	
	923	
	721 T D D D D D D D D D D D D D D D D D D	0.000
	Panorâmica da Política Mundial	925
	Agradecimento às Mulheres Portuguesas	947
	A Posição Portuguesa em Face da Europa, da América e da África	949
	No Almoço Oferecido aos Participantes na Reunião Ministerial da Ε. F. T. A	957
	Portugal e a Campanha Anticolonialista	959
	Nota Oficiosa sobre o caso do Paquete «Santa Maria»	971
	Ao Assumir a Pasta da Defesa Nacional	975
VIII.		977
IX.		991
	Apelo ao Povo	993
XI.	Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana	997
XII.	Mensagem Dirigida ao Povo de Angola	1011
XÌII.	Unidade das Forças Armadas e Consciência Nacional	1013
XIV.	Defesa de Angola — Defesa da Europa	1017
	Realidades e Principios da Política Portuguesa	1021
	Carta ao Imperador da Etiópia Hailé Selassié	1035
	Política Ultramarina	1041
	Apoio das Forças Armadas à Política Ultramarina	1061
XIX.	Temos Também o Dever de ser Orgulhosos dos Vivos	1063
	Erros e Fracassos da era Política	1065
	Datisian Danisan Ian	1077

XXII. Resposta à Homenagem Prestada pelos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa

XXV. No 40.º Aniversário do 28 de Maio

XXVI. No 33.º Aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional

1079 1081

1085

1091

1097

Índices

O PENSAMENTO DE SALAZAR (1967) 1099

	Póg:
A política de África e os seus erros.	110
ÍNDICES	
1109	
Índice de Nomes Próprios, de Frequências e de Palavras de Referência	1111
Índice Geral	1135

1.0 DISCURSOS 1928 A 1934 5.4 EDIÇÃO, REVISTA

Prefácio da 4.ª Edição

A Coimbra Editora pediu-me duas palavras que servissem de prefácio à quarta edição deste volume, composto, impresso e à espera delas há muito tempo. Na verdade, não tendo podido reler os discursos aqui reunidos e muito menos beneficiá-los com alguma correcção, senti a maior dificuldade em me decidir acerca do que havia de dizer. A involuntária demora fez porém que a obra apareça em público quando vão completar-se vinte anos sobre a minha vinda para o Ministério das Finanças, nos fins de Abril de 1928. E se era tarefa impossível para o tempo de que disponho lançar uma vista de olhos sobre os sucessos deste período, tão cheio de história, pensei que não seria descabido comentar — iluminadas agora por longa experiência — as posições que representaram para todo o trabalho realizado os pontos de partida.

Os portugueses dados à reflexão e animados de consciente patriotismo estavam pràticamente de acordo acerca da situação a que o País chegara. Discutiriam ainda as causas da nossa decadência ou atraso: dividir-se-iam quanto aos remédios que podiam ou deviam ser aplicados com êxito, e até quanto à forma de tratamento. Mas que a origem de tantos males estivesse na desregrada vida política e nas tradicionais deficiências da Administração; que derivasse da pobreza material, do nosso modo de ser não corrigido pela educação e do atraso da instrução pública; que pudesse atribuir-se à indisciplina dos Portugueses ou até ao gigantesco esforço que houvemos de fazer, através dos séculos, para descobrir, ocupar, administrar e civilizar territórios em desproporção com o potencial humano e os recursos normalmente disponíveis — em nada se alterava a conclusão geral. Decerto não deixaram nunca de afirmar-se em todos os sectores ou modalidades de vida homens que honrariam Portugal e seriam para sempre lustre da sua história e da raça portuguesa. A crise não secara as fontes dos valores individuais, nem mesmo, felizmente, extinguira as reservas espirituais do nosso povo; ela atingira porém, a nossos próprios olhos e no conceito europeu, as manifestações de vida colectiva, a unidade Nação.

Nós estávamos colocados diante de um intrincado de questões e dificuldades que se repercutiam umas sobre as outras e umas às outras se agravavam. Eram como a meada a que se perdeu o fio, o labirinto sem guia, a imensa mole a transportar ao alto da montanha. Diante delas homens e instituições houveram de confessar-se impotentes; e de tantos esforços dispendidos e perdidas boas vontades a única verificação útil foi não ser possível encontrar solução de conjunto para tão difíceis problemas. Em tais circunstâncias, e tendo o levantamento do Exército

criado por si mesmo o mínimo de condições políticas indispensáveis, o que se impunha era escolher o principio do acção.

Eu não tinha a pretensão de partir de conclusões puramente científicas — a investigação não é de exigir aos homens de governo —, mas tinha perfeita consciência da viabilidade do processo quando procurei, nas primeiras palavras dirigidas aos oficiais da guarnição de Lisboa, apresentar em esquema o conjunto dos grandes problemas nacionais, designando-os por problema financeiro, económico, social e político. Sem perder de vista a complexidade e dependência de uns problemas em relação aos restantes nem o condicionalismo próprio de cada um, aquele enunciado traduzia uma sistematização, essa talvez grosseira, e claramente também uma ordem de preferência, essa decisiva na acção.

Em estudo recente acerca do «Portugal de hoje» publicado na revista *The World Today*, órgão do *Royal Institute of International Affairs*, o autor nota com transparente estranheza aquela seriação dos problemas portugueses, que o mesmo é dizer das reformas necessárias à vida da Nação. Eu tinha porém para advogá-la algumas razões; elas serão compreensíveis aos nacionais e a alguns estrangeiros também.

I.

O problema financeiro não abrangia apenas o que em sentido estrito se poderia compreender, mas, além do equilíbrio das contas, tudo quanto nele se apoia ou dele pode derivar. Ele abraçaria a repartição dos impostos, a regularização da dívida pública, as taxas de juro, as reservas monetárias, a estabilidade e solidez do valor da moeda, a distribuição e mobilidade do crédito, a dotação eficiente dos serviços públicos, a própria ordem da Administração.

Nesse vasto conceito entravam pois, não apenas a manutenção do equilíbrio orçamental ou a acumulação de saldos no Tesouro, mas a equitativa repartição dos gastos públicos e privados e até as relações da economia nacional com as economias estrangeiras. O equilíbrio representaria sobretudo a imagem de um Estado «pessoa de bem», que satisfaz pontualmente os seus compromissos, só gasta na medida das suas possibilidades e sabe organizar a vida colectiva com modéstia e com decência.

A prioridade da reforma financeira não foi aceite pacificamente, mas objecto de sérias controvérsias. O grande número inclinava-se para que se desse de começo preferência ao desenvolvimento da produção e o equilibrio financeiro se buscasse mais adiante, na base larga e sólida de uma economia enriquecida. Esta construção, entre nós filha do menor esforço mas teòricamente defensável, esquecia duas coisas essenciais: uma, que a reforma das finanças, na falta absolutamente confirmada de crédito externo e na impossibilidade de movimentar em condições aceitáveis capitais nacionais, era necessária ao incremento das obras públicas e à exploração dos maiores recursos do País; outra, que essa reforma, dado gozar a moeda já de certa estabilidade de facto, vinda de trás, era também a que mais ràpidamente se

desdobraria em resultados tangíveis e, sob o aspecto da defesa do interesse nacional, nos aparecia revestida de maior importância e urgência. Eu entendia que só no caso de se verificar impossível equilibrar as contas e sanear a Administração se deveria desistir. Mas era firme a minha convicção de que a favor do equilíbrio se poderia pedir ao rendimento nacional um contributo maior e aos serviços públicos um esforço de economia sem prejuízo da sua eficiência corrente. A indicação dada «de uma vez só e agora» ressoou como ordem de saltar por cima do abismo e construir em terra firme. Um inglês, um suíço, ao abrigo da sua tradição de finanças sãs, têm talvez o direito de sorrir. Afirmo que em Portugal se tratava de problema dificil e infelizmente de uma solução rara.

Era fácil de prever — e a experiência o confirmou — que, estabelecido o equilíbrio e ganha a confiança, muitos aspectos da nossa crise passariam a ostentar sinal contrário. A balança de pagamentos foi aliviada da hemorragia representada pela exportação de capitais, tradicionalmente fugidos do País em busca de colocação nas bolsas estrangeiras, e beneficiou também da importação de muitos que a segurança atraiu. Obliterou-se a mania do mercado externo, alimentado por nós próprios: ajudaram a curar-nos as suspensões de pagamentos, bancarrotas e reduções de juros, que foram moeda corrente entre as duas guerras. A abastança da Tesouraria, o barateamento do dinheiro, a abundância de capitais, a repatriação de títulos, o equilíbrio da balança de pagamentos, a liberdade cambial, o prestígio e força da moeda foram a recompensa dos sacrificios consentidos. Encontrarem-se os capitais dos Portugueses ao dispor do Estado e da economia nacional foi a maior conquista e uma das bases da nossa reconstituição económica.

Assim cuidava que a reforma financeira arrumaria um problema e facilitaria a solução de outros; mas em verdade eu tinha em vista também, e sobretudo, alcançar uma das melhores garantias da independência do País. É ainda hoje para mim motivo de estranheza que só muito raros portugueses (ao menos do meu conhecimento) se apercebessem do valor político da obra realizada naquele domínio. E, no entanto, pelas suas ruins finanças e irregular administração o Pais foi julgado nos pretórios da Europa, umas vezes com alguma justiça, outras sem ela. Pelas suas faltas de devedor e urgências de dinheiro teve de aceitar contratos leoninos e acordos cujas cláusulas se afastavam do teor normal entre pessoas ou Estados solventes. Com a expectativa de novos pedidos de empréstimo se pretextaram conluios internacionais, em que se viu contarem pouco os direitos, a integridade, a soberania de uma Nação, suposta independente, segura e garantida. Tudo isso é História; e se esse passado, cujos tracos mais humilhantes temos, uns após outros, tentado apagar, não deve incompatibilizar-nos com o capital estrangeiro, a que muito devemos e de que muito precisamos, impõe-nos no entanto uma linha de conduta que, mesmo à custa de grandes sacrificios, não possa jogar contra o País e seja antes um dos factores da sua defesa.

II.

Munidos com os primeiros resultados da reforma financeira, era já possível enfrentar a melhoria da situação económica. Esta impunha de um lado a intensificação de obras públicas, directa ou indirectamente reprodutivas, e do outro a exploração de recursos novos e o aperfeiçoamento do conjunto da produção nacional. As duas espécies de actividade exigiam porém capital e técnica; era de saber como podiam conseguir-se.

Embora a economia tenha naturalmente beneficiado do movimento geral, a nenhum observador terá escapado que as obras públicas marcaram até ao presente muito maior avanço. As razões são: primeira, o Estado pôde mais fácil e mais ràpidamente mobilizar os factores da sua actividade; segunda, esta actividade era ela própria em certos casos indispensável ao aproveitamento de recursos disponíveis. A verdade é que, ao menos dentro das especialidades de mais frequente ou intensa aplicação, o Estado pôde formar, ao contacto das suas próprias realizações, os técnicos de que tem necessitado; e o capital português tem acrescido aos excedentes das contas para suprir a todas as necessidades. Finalmente a exploração mineira, a utilização das quedas de água, como o aproveitamento nacional de outros recursos, exigiam, antes dos respectivos empreendimentos, estudos de anos que inacreditàvelmente não estavam feitos. A realidade era esta: o País não se conhecia.

Os partidários de que se desse, antes de mais, o maior incremento à economia, com a modernização e instalação de fábricas, o largo aproveitamento da energia hidráulica e de outros recursos naturais, pressupunham certamente que a técnica, como as máquinas, se pode importar e os capitais obter de empréstimo no estrangeiro, se não os há no País. Mas o problema era visto talvez com excessiva simplicidade.

Eu sou pelo nacionalismo económico, mas este nacionalismo — tão moderado que para nós é condição e base da melhor cooperação internacional - nem quer dizer socialização, nem caminha no sentido autárcico (que sempre considerei contrário à verdadeira economia), nem se afirma exclusivista em aceitar ou achar boa a colaboração, aqui e nas Colónias, do capital estrangeiro. Simplesmente penso que as diferentes produções fazem parte integrante da economia nacional com o fim de serem aproveitadas em harmonia com a sua maior utilidade para a vida da população, e que é pelo menos imprudente deixar em mãos estranhas algumas das posições mestras da economia de um país. Acresce que em muitos casos — e precisamente nos mais importantes – a participação capitalista não usa desinteressar-se dos fins e da direcção do empreendimento. Eu sei que se fala muito de internacionalismo económico e de solidariedade e de cooperação entre as nações, mas não posso esquecer que, se há elementos da riqueza ou da produção que não interessam a uma economia estrangeira senão pelos beneficios do seu rendimento, outros tendem a ocupar, ainda no presente momento, dentro dessa economia, o lugar deixado vago na economia nacional. Um país que preza a independência tem de acautelar-se de criar pontos vulneráveis tanto nas suas finanças como na sua economia.

As exigências da economia portuguesa, quer no respeitante ao seu reapetrechamento, quer relativamente a empreendimentos novos, são de tal magnitude que uns e outros não seriam viáveis sem a acumulação extraordinária de reservas, a reeducação do capital português e o aumento de rendimento do trabalho. As reservas foram-se acumulando em anos sucessivos, mas só podem mobilizar-se gradualmente. O capital, batido pelas inclemências dos mercados externos e seguro da honestidade da Administração, confiou-se numa primeira fase ao Tesouro para empreendimentos públicos, e começa agora a interessar-se pelas grandes empresas que o Governo apoia. Quando em terceira fase se abalançar com decisão à valorização económica da Metrópole e das Colónias, podemos estar satisfeitos dele e da sua função no mais vasto plano nacional. Quanto ao trabalho, cujo rendimento é diminuto em todas as categorias ou graus, terá de receber da escola a base e da vida o principal ensinamento: aprender-se-á a trabalhar trabalhando com chefes competentes.

Pelo jogo das circunstância indicadas e em virtude do peso da herança recebida, viu-se logo desde o começo que o Estado, ao enfrentar o problema económico, havia de desempenhar papel de maior relevo do que aquele que em tese entendemos lhe compete.

Em numerosos países se fazem hoje nacionalizações de empresas, isto é, se faz socialismo. Estranham muitos que numa Europa empobrecida, com necessidade instante de aumentar a produção, se tenha enveredado por caminho que mais provavelmente conduzirá ao definhamento ou estagnação económica. Mas deve entender-se que, salvo raros casos, se trata, não de providências económicas, mas de actos políticos impostos pelas massas, convencidas de que os proventos próprios aumentariam fortemente com a limitação ou anulação dos encargos do capital e dos lucros da empresa. Deixemos porém correr a experiência alheia; é lição que nos ficará de graça.

Esta forma de intervencionismo na vida económica não a perfilhamos, pois; mas onde a iniciativa privada falha, os capitais não se arriscam e a acção impulsionadora ou coordenadora do Estado é imprescindivel dentro dos quadros da produção, tem este tomado a responsabilidade da formação e direcção de empresas. Nos casos em que de facto se trata de ser ou não ser, transigiu-se com a intervenção, mas de preferência em empresa mista de que o Estado possa retirar-se, uma vez lançado e acreditado o empreendimento.

Isto é política difícil de fazer executar, porque os representantes oficiais tenderão sempre a defender as posições, fazendo crer na sua indispensabilidade para a defesa do interesse público. Se tal se verificar, concluir-se-á que o Estado pode corromper-se através da economia e que tem de estar organizado de forma que possa impedir a supremacia dos interesses privados em relação ao interesse comum. Este é porém um aspecto político a que adiante me referirei.

Sob o império dos factos e ao abrigo dos princípios enunciados se tem assim procurado dar solução ao problema económico. E, embora os maiores empreendimentos não estejam ainda contribuindo para a riqueza geral, são de facto notáveis,

tanto sob o aspecto da qualidade como das quantidades dos produtos, os progressos realizados nos últimos anos. As nossas cifras serão sempre modestas para figurarem na escala mundial; mas as comparações devem fazer-se em primeiro lugar connosco mesmos. E nenhum sinal de progresso será mais concludente que ter-se assegurado trabalho e sustento à população, que aumenta, não emigra e goza de nivel de vida cada vez mais alto (1).

E não podemos quedar-nos satisfeitos. Durante vinte, durante trinta anos será ainda preciso trabalhar duramente para vencer o atraso e nos aproximarmos do nivel económico que reputemos satisfatório dentro das possibilidades nacionais.

III.

Considerado o problema social no sentido corrente de justiça na distribuição das riquezas, foi-se apenas lógico ao colocá-lo depois do problema económico, mas, com proceder assim, marcou-se ao mesmo tempo a posição de princípio — que para se distribuir é necessário primeiro criar. Sem o desenvolvimento económico, ou seja sem o aumento da riqueza, a melhoria porventura conseguida neste domínio, e fosse qual fosse a pressão do operariado ou do Estado, não nos satisfaria inteiramente. Demais tornou-se claro pelas considerações anteriores que o Tesouro teve de exigir para si maiores tributos e a produção, em face de mais instantes necessidades, tenderia a fazer maiores capitalizações. Tudo aconselhava pois a caminhar com prudência, sem prejuízo de se remediar desde logo o que a justiça reclamasse ou a vida e dignidade do próprio trabalhador impusessem.

Visto o problema fora da influência dos dissidios particulares e dos chamados conflitos de classe, deve entender-se que a maior dificuldade a vencer aqui é o baixo rendimento nacional de que temos de viver — Estado, serviços, funcionários, pensionistas, profissões liberais e operariado, afinal pràticamente todos os portugueses. Elevar esse rendimento por habitante é condição essencial da real melhoria de vida em todas as classes. E ainda que a justiça social seja de exigir sempre, as suas aplicações só podem trazer vantagens apreciáveis quando se disponha de economia sòlidamente constituída.

Isto representa a linha geral da solução, mas à margem dela — e espero que sem a prejudicar gravemente — foram-se acumulando nos anos decorridos vantagens materiais, atribuidas aos trabalhadores, em salários, abonos de família, contratos colectivos, férias pagas, segurança do trabalho, habitação, higiene, garantias jurídicas e sociais, e para muitos ainda subsídios ou pensões na doença, na invalidez e na morte. Duas notas são essenciais à compreensão dos factos e caracterizam só

¹⁹ A população do continente e ilhas, que era em 1920 de 6 032 991 e em 1930 de 6 825 883, deve andar em 1947 por 8 312 000 habitantes, com o aumento de cerca de 1 500 000 entre as duas últimas úatas e de 2 280 000 entre a primeira e a última. A média anual da emigração, que atingiu, no decénio 1910-1919, 40 051, foi de 1920 a 1929 de 36 634 e desceu para 11 922 de 1930 a 1939 e para 5604 de 1940 a 1946.

por si a nova política social: nenhuma vantagem houve de ser conquistada à maneira socialista, em luta com a classe patronal; as melhorias de situação conseguidas excedem muito o que foi prometido, pedido ou reclamado antes de nós pelo mundo do trabalho, sem que este aliás deixasse de ser juiz e estrénuo defensor das suas reivindicações.

No meu modo de ver porém o problema social não havia de limitar-se à conquista de regalias materiais, decerto necessárias a uma vida decente e digna, mas pela ordem natural das coisas condenadas por si sós a alimentar a insatisfação dos espíritos. Parecia-me que deviamos dar-lhe outra profundidade e muito maior alcance, transformando-o de questão que interessa apenas a uma classe no problema da própria organização social. Cada vez terá menos sentido considerar à parte o mundo operário; cada vez está menos de acordo com a realidade considerar os trabalhadores uma classe diferenciada no meio social. Nós tínhamos porém de partir do estado actual de coisas e, se é justo o conceito enunciado acima e devemos agir em obediência a esse conceito, os tópicos fundamentais da transformação a operar seriam os seguintes: a segurança e dignidade do trabalho, o acesso à propriedade, o acesso à educação e por intermédio desta ao exercício de todas as funções, e finalmente, através da organização, a respectiva representação no Estado. Duas palavras resumirão o essencial.

Desenraizado da terra, da casa, da oficina, e sem o ponto de apoio da família, que se desagrega a olhos vistos nos tempos modernos, a sensação mais penosa do homem é a que lhe vem do desconhecimento e da precariedade da sua própria ocupação. Em substituição do direito à assistência que a Constituição de 1911 ingénua e inútilmente estabeleceu, fomos, creio eu, os primeiros a proclamar um novo direito, inédito e revolucionário: o direito ao trabalho. A execução prática e integral deste direito, que naturalmente importa nos casos extremos o sacrifício ao menos ocasional da profissão habitual, trará ao actual regime da economia graves dificuldades que não se sabe ainda como vencer, mas tem de reconhecer-se que é o ponto de partida da segurança do trabalhador.

Ao lado da segurança, a dignidade do trabalho. A integração do trabalhador no processo da produção é um facto material, mas a consciência da função desempenhada e o reconhecimento pela empresa dos valores humanos ao seu serviço entram na reforma social como expressão de solidariedade humana, proveitosa a todos e fonte de direitos e deveres. É contra este princípio a organização que possa actuar no inteiro desconhecimento dos trabalhadores como pessoas, consciências ou valores individuais. Por outro lado a convicção do trabalhador de que terá conquistado maior grau de liberdade quando, desprendido de laços pessoais, busca ou aceita a posição de simples unidade num conjunto fabril, é filha de uma deformação do seu espírito e sinal de que, em vez de colaborar na empresa como homem, lhe interessa apenas vender o seu trabalho como força.

Nenhuma pregação será porém suficiente para acreditar o trabalho como função social digna, se não coexistirem com a necessidade o sentimento do dever de prestar um serviço efectivo à sociedade e a consciência de que é imoral a desocupação volun-

tária. Se se reconhece uma garantia de estabilidade e progresso na posse individual da riqueza, não deve tirar-se daí a conclusão de que social ou moralmente seja admissível viver dela sem trabalhar. A generalização do trabalho, mesmo por via de obrigatoriedade legal, será assim, se não o melhor, um dos caminhos da sua dignificação.

A propriedade dos bens de gozo é exigência da natureza do homem, mas a dos bens produtivos, para sua exploração individual ou por intermédio do trabalho alheio, é antes uma vocação ou, se se quiser, uma competência. Todas as reformas que desconheçam esta realidade e pressuponham em todo o homem capacidade para dirigir o trabalho e administrar a riqueza encaminham-se ao fracasso económico e social. Daqui nascem todas as nossas reservas em relação a reformas, supostas ousadas, que dão aos técnicos e operários, pela sua simples posição de técnicos e operários, participação na direcção das empresas. Aqui se filiam, ao lado da rasgada tendência para a ascensão do maior número à propriedade, os cuidados postos, por exemplo, na escolha dos colonos para os casais agricolas. Mas daqui vêm, por outro lado, as facilidades concedidas e o desenvolvimento dado à construção de casas económicas. Entende-se que essa «casa própria», em plena propriedade, devidamente garantida, equilibrará pelos laços físicos e morais a mórbida tendência para a desagregação a que a familia operária está mais intensamente sujeita.

As nossas leis não reconhecem privilégios de fortuna ou nascimento, mas porque a sociedade possui naturalmente uma hierarquia, verifica-se a favor das classes mais abastadas a persistência de privilégios de facto resultantes da forma como está organizada a educação. Considerar abertas as classes e profissões pouco mais representará do que afirmação doutrinal, se os meios de educação não se encontrarem praticamente acessíveis a todos em igualdade de inteligência e capacidade. Não só haverá a maior vantagem social no aproveitamento dos maiores valores, porventura ignorados ou perdidos, como a possibilidade de subir ou fazer subir os seus na escala das profissões ou no meio social faz que a igualdade perante a lei assuma aos olhos de todos um aspecto realista que de outra maneira se lhe não enxerga.

Por fim a organização. Seja qual for o interesse e força do Estado em fazer reconhecer a justiça ou em realizar a transformação social a que se aludiu, o trabalho operário, como todas as actividades, deve numa sociedade bem ordenada encontrar-se organizado. No conceito de Estado que desejaria ver realizado a organização é uma necessidade. Não se trata de prever ou preparar a luta sem sentido em ambiente de colaboração, mas de representar interesses que têm de ser considerados, comparados e defendidos na concorrência com muitos outros. A representação desses mesmos interesses no Estado através das Corporações é a maior consagração da sua importância e legitimidade.

Estes principios, que formam como que o enquadramento moral de legítimas reivindicações materiais, não representam promessas nem são impossibilidades, visto que vêm inspirando toda a acção. O nosso espírito é tão largo, tão aberto neste domínio que não receamos confrontos nem temos encontrado dificuldades nas conferências internacionais em relação a reivindicações de ordem social, com a única excepção das que poriam em perigo uma economia ainda frágil.

Que o conjunto dos trabalhadores portugueses, largamente beneficiários duma obra que, sendo já tão vasta, consideramos ainda em começo, a segue com inteira compreensão, não ouso afirmá-lo. Para além da massa de indiferentes continua a haver alguns espíritos formados no negativismo da inveja e do ódio, aqui como em toda a parte solicitados, em estranha concorrência de vantagens abstractas, por sectores que diríamos antipodas da sociedade. Não trabalhamos assim. Apesar disso, um escol valioso, alheio às paixões que são característica da luta social do momento no Mundo, acompanha com o maior entusiasmo este trabalho. A verdadeira revolução que ele importa exige porém a transformação da mentalidade geral. E tudo estaria comprometido se não a pudéssemos realizar.

IV.

Sinto-me embaraçado para, além do que já tenho dito, dizer neste momento alguma coisa acerca do problema político. A situação criada pelo 28 de Maio era de sua natureza provisória: tendia apenas a dar aos Governos as primeiras condições de trabalho. Mais adiante haviam de definir-se os tópicos da organização política, delineados e assentes sobre as reformas e a transformação mental e social que se houvesse operado. A esta luz a Constituição de 1933 representa um estádio da evolução, mas não a solução definitiva; simplesmente, uns pensam que essa evolução se fará com o fim de se completarem os seus princípios, enquanto outros, dominados pela pressão ideológica exterior, pretendem que deverá fazer-se no sentido da reposição das ideias-causas da nossa decadência passada.

Todos terão notado a regressão do pensamento político depois da última guerra. Para além dos Pirenéus, sufocadas a Alemanha e a Itália no sangue e na miséria e como que paralisada a França por dois medos confessados, pode dizer-se que o pensamento político europeu cristalizou entre o empirismo inglês e o sovietismo russo. Com os seus partidos a alternarem-se ou a cooperarem no Poder, o seu Parlamento e as suas eleições livres, digamos com a sua democracia, a Inglaterra realizou, ao que parece, o máximo da sabedoria política para o temperamento do povo britânico, mas julga — e isso já é mais duvidoso — ter encontrado a fórmula ideal para todas as outras nações. Se a cissiparidade partidária torna impossível o governo ou só permite governos sem acção; se do jogo das instituições não resultam condições de vida normal e a desordem se instala na sociedade e no Poder, respondem-nos que as nações devem fazer — e pagar — a aprendizagem da liberdade. Em contrário do que seria normal, chega a temer-se que os governos tenham força para governar e, com o terror pânico da autoridade, vão os países um a um, por métodos mais ou menos democráticos, caindo no despotismo. Não é brilhante.

O conglomerado de misticismo e de realismo brutal que caracteriza o sovietismo russo tem decerto contado maiores êxitos — e o pior é se ele revela na compreensão das questões e na respectiva solução superioridade sobre os restantes regimes. Mais de uma vez me referi a que a facilidade de decidir e a rapidez de execução se encontram em alto grau no regime soviético: são vantagens. Contra si tem porém aquele

uma filosofia inconciliável com a dignidade da pessoa humana e inadaptável às exigências da civilização ocidental. É muito grave que as chamadas democracias tenham revelado grande permeabilidade às doutrinas e partidos comunistas, de que umas após outras se têm aliás pretendido libertar por métodos de duvidosa ortodoxia.

Sob a pressão destas circunstâncias estabeleceu-se tal confusão na terminologia política e já vai tão grande distância dos factos às palavras, das realidades sociais às teorias dos homens de governo, que toda a discussão passou a ser inútil e não se é superior à impressão — oxalá que errada — da falta geral de sinceridade. Andam à tona de água muitas ideias mortas; dispende-se grande energia a fazer ressurgir velhos dogmas, mitos sem influência na imaginação dos homens de hoje; há uma sorte de psitacismo político que dos comícios e assembleias legislativas ameaça transbordar para os cenáculos internacionais. Impunha-se um esforço no sentido da verdade e da sinceridade, e seria lamentável que o pensamento russo precedesse o Ocidente nesse caminho.

Problema nevrálgico não só para as democracias mas para o Mundo civilizado é o respeitante à amplitude e garantias das chamadas liberdades, e à roda dele se tem complicado a questão das formas de governo. Talvez a situação se esclarecesse se pudéssemos entender-nos acerca deste ponto: em que medida dependem as liberdades públicas da forma de organização do Poder? Em que medida ou grau são aquelas liberdades efectivas segundo o regime político ou têm de ser sacrificadas ao interesse comum? Deve notar-se que, repetindo-se quase os diversos textos constitucionais, o uso e garantia das liberdades públicas são mais fruto das leis ordinárias e dos regulamentos que das Constituições, e a execução das leis é mais fruto dos hábitos sociais e da educação dos povos que da vontade do legislador.

A major dificuldade das sociedades políticas e o problema crucial das Constituições é porém a ordenação e funcionamento dos órgãos da Soberania. Que as nações tenham governo eficiente e estável é a sua maior necessidade e o seu mais inequívoco direito. Ora, seja qual for o sistema de responsabilidades encontrado para o exercício da governação pública, uma coisa é essencial aos governos – a autoridade, no sentido de possibilidade constitucional e efectiva de governar. E não pode crer-se que se chegou a boa solução quando os diferentes poderes funcionam de tal sorte que os governos ou não existem ou não governam: defendem-se. Se os grupos partidários a cada momento se consideram candidatos ao Poder com fundamento na porção de soberania do povo que dizem representar, a maior actividade – e vê-se até que o maior interesse público – não se concentra nos problemas da Nação e na descoberta das melhores soluções, mas só na luta política. Por mais propenso que se esteja a dar a esta algum valor como fonte de agitação de ideias e até de preparação de homens de governo, tem de pensar-se que onde ela atinge a acuidade, o azedume, a permanência que temos visto, todo o trabalho útil para a Nação lhe é inglóriamente sacrificado. Tem de distinguir-se, pois. luta política e governação activa: os dois termos raro correrão a par.

Estas questões são a bem dizer questões de sempre, mas nunca como hoje se lhes deu solução menos satisfatória ou mais desproporcionada às necessidades dos

tempos. As grandes massas emergem para a consciência política: grandes Estados concorrem à hegemonia do Mundo; as nações arrasadas pela guerra começam a tirar do pouco pão que têm para a boca com que fazer munições para as armas; há tendência para absorver no Estado a direcção de todos os interesses, dos económicos aos espirituais e morais; a liberdade individual afunda-se nessa hipertrofiada função; a defesa do que possa ainda salvar-se dos direitos e dignidade da pessoa humana só pode encontrar-se num Estado em que o Governo seja forte e livre, ele mesmo, dos arranjos partidários, dos movimentos anárquicos da opinião, dos conluios dos interesses particulares. A necessidade incontestável que tem hoje de intervir na vida económica e de trabalhar para o equilibrio social mais lhe impõem isenção e autoridade, sem as quais não pode ser guia, propulsor e árbitro. Este o grande, o máximo, o angustioso problema.

Apesar de não se ter ainda chegado a uma fórmula constitucional que sintetize ou represente com maior fidelidade os princípios enunciados, bastou termos evitado as maiores faltas dos outros sistemas e caminhado firmemente em certa direcção, para que o País tenha progredido, gozado de ordem e beneficiado da existência de governos eficientes e estáveis. Pode lamentar-se que este resultado tenha sido conseguido à custa de algumas restrições da liberdade individual (aliás perfeitamente comportáveis e menos graves ou extensas do que em geral se supõe) e do menor interesse de alguns elementos políticos pela discussão de problemas nacionais. Isto é certo e eu nem mesmo procuro atenuá-lo com dizer que noutras circunstâncias talvez se discutisse mais, mas não se estudaria melhor. E não o digo, porque despertar interesse pelos problemas gerais e ir levando a grande massa a preocupar-se com eles pode não ser objectivo do regime, mas constitui sinal da sua força e da saúde da colectividade.

Quando relembramos a atmosfera de ódios e o regime de violências em que por muita parte se vive para implantar ou consolidar as velhas e as novas democracias, podemos estar satisfeitos de que muito poucos portugueses tenham sofrido na sua vida ou actividades com a nossa maneira de agir e as transformações que apesar de tudo se operaram no regime político e social português. Alegra-me sobretudo que, tanto como os amigos, os adversários gozem tranquilamente daqueles beneficios a que têm direito como portugueses e do prestigio da Nação, que decerto os encherá de orgulho como patriotas.

Domingo de Páscoa - 1948.

OLIVEIRA SALAZAR



Para Servir de Prefácio

T.

Este livro intitula-se *Discursos* mais por facilidade de nome que por justeza de expressão. Deveria pròpriamente denominar-se: *Pedaços de prosa que foram ditos*. Terem sido proferidos pelo autor diante de auditórios mais ou menos numerosos, e originàriamente escritos com esse destino, não lhes havia de dar qualidade que não possuem.

A oratória tem suas exigências e regras, descobertas pela razão e pela experiência, e próprias para a consecução dos seus objectivos; mas satisfazer inteiramente essas exigências e obedecer fidelissimamente a todas essas regras nunca puderam dispensar a verdadeira eloquência. Esta não é o brilho da forma, nem a loquacidade do orador, nem a inteligência do assunto, nem a correcção do dizer, nem a majestade e movimento da exposição, nem a propriedade dos gestos, nem a riqueza das modulações vocais — nada disto só por si, certamente alguma coisa de tudo isto, mas sobretudo esse dom misterioso de comunicabilidade pela palavra falada, possuído por homens raros, e com o qual, nos termos clássicos, se convence, se deleita e se persuade aos ouvintes.

Como obra de arte, o discurso tem sobre todas as outras a excelência, e ao mesmo passo a fragilidade, de ser obra viva, impossível de conservar no tempo: só existe em toda a plenitude a perfeição no momento mesmo em que foi criada. Depois ficam os traços das ideias e as cinzas das paixões, apagadas, mortas, sem alma. O monumento arquitectónico, o mármore, a tela, a poesia mesmo conservam, com a identidade e duração da matéria e da forma, aquele jorro de luz, aquela centelha de sentimentos, aquela parcela de beleza que o artista lhes comunicou e perpètuamente os informam. A obra da eloquência não; o alto engenho do homem não poderá nunca evitar se destrua uma das suas mais belas criações: para fixá-la um dia como fora, ou fazê-la reviver, era preciso transpor a distância que vai da matéria ao espírito e da mecânica à vida.

Lê a gente ainda hoje as obras-primas da eloquência de todos os séculos, admira a elevação do pensamento, a inteligência e força dos raciocínios, a elegância e beleza da forma, o movimento próprio dos sentimentos que se vão despertando para ganhar e persuadir o auditório; e, ainda que se tenha ouvido o orador e na memória se conserve alguma coisa da alma dos seus discursos, sente-se, ao lê-los, a frieza das coisas mortas e a impossibilidade de os interpretar à altura do que foram. Em todo o caso — aviso ao estéril verbalismo declamado — é pela grandeza

do que resta que há-de medir-se o valor da oratória no campo da criação intelectual ou artística. Se nada resistiu ao tempo, nada tinha o cunho da verdadeira obra de arte.

Desço das alturas à craveira destes pobres discursos. Vale-me para desculpa, não de publicá-los em volume — houve para isso outra razão —, mas de tê-los feito, serem todos impostos pelas circunstâncias. Não sentindo em mim essa força íntima da vocação que irresistivelmente leva o escritor e o orador de raça a escrever e a falar, todos os trabalhos do género os tenho executado como dever do cargo e sem dúvida mais penosamente que qualquer outro serviço. Deste modo, apertado pela obrigação e pelo tempo, verdadeiramente orador à força, sem estímulo interior nem possibilidade de longa preparação, estes trabalhos haviam de padecer, além de outras, da grande inferioridade que consiste em serem quase só áridas exposições de ideias, sem intenso movimento passional que lhes dê vida e vibração.

Isto não quer dizer que muitos destes discursos não foram trabalhados com certo cuidado nem significa que não fosse em absoluto capaz de fazer obra superior. Não sei; digo apenas que nas circunstâncias que lhes deram origem, fugindo a roubar ao governo do País mais que as horas estritamente indispensáveis para escrever, com a clareza possível, o que se me afigurava de interesse ser dito, não pude fazer melhor.

Esta feição predominantemente doutrinal será ainda porventura reforçada à medida que o tempo vá delindo os factos da vida política de todos os dias e certas circunstâncias acidentais a que se encontram alusões ligeiras ou que explicam uma ou outra frase. Mais por estas minudências que pela ideia geral se casavam os discursos com o ambiente político, as necessidades do momento, o seu auditório obrigado. É de esperar que, não tendo sacrificado o essencial ao que de si se apresentava tão acidental e transitório, eles sobrevivam àquele momento em que para algumas passagens se não encontre já explicação nem eu próprio possa recordar a sua razão de ser.

Por estes motivos se eliminaram sem excepção todos os sinais de concordância ou aplauso constantes dos jornais da época; reproduzi-los seria sem dúvida aproximar os discursos do seu momento de vida, podia até ser útil aos investigadores da evolução política através das reacções que nos espíritos provocaram as afirmações do orador, mas perturbaria, com sugestões inconvenientes, a atmosfera de serenidade em que me parece convir apresentar algumas ideias mestras da construção política portuguesa nestes anos.

Demais não há necessàriamente íntima correlação entre o valor real de qualquer obra e o seu efeito imediato no grande público. Na oratória então, em que a reacção do auditório é contemporânea da produção do discurso, a vida e glória deste dependem do efeito em extensão, mas a acção futura dos espíritos provém do seu efeito em profundidade. Pode dizer-se que um não tem nada com o outro.

Como discursos, os trabalhos agora reunidos têm ainda dois defeitos fundamentais: não raro substituem a afirmação pela dúvida e abusam da síntese.

Num ou noutro caso, de facto, em vez de simples exposição de ideias, põem-se aos ouvintes problemas, e, embora se levante a ponta do véu que os encobre, ou

Para Servir de Prefácio

se enuncie o princípio de que pode deduzir-se a solução, devem ficar pairando nos espíritos, como impressão dominante, a dificuldade ou a dúvida, não inteiramente dissipadas. Por outro lado os ouvintes são às vezes iludidos acerca da clareza da exposição; parece que a luz a ilumina a jorros, e há por detrás todo o labirinto de raciocínios que se não reconstituem ou se não apreendem sem esforço.

Da leitura dos mestres se deduz serem quase da essência do discurso a afirmação e a análise, nunca a dúvida e a síntese. A dúvida aparece como artificio para fazer realçar a certeza; a síntese como resumo dos factos ou ideias, não como forma exclusiva ou dominante de apresentação do assunto. Não sendo a nossa compreensão pelo ouvido tão fácil nem tão profunda como pode ser pela leitura, a peça oratória tenderá a aproximar-se da linguagem espontânea, naturalmente discursiva e analítica. Nem com a espontaneidade desta, natural ou artificiosa, será compatível por parte do orador o esforço de achar a forma apropriada para sínteses do seu pensamento. Os espíritos de feição sintética não podem dar oradores.

De tudo resulta ser aqui mais fortemente solicitada a inteligência que a vontade, ser comedida a emoção, encadeados os raciocínios, mais que moderadas as paixões, em suma, serem frios estes discursos em país de sentimentos. O entusiasmo de momento, a embriaguez pela palavra, a vibração passional produzida com habilidade ou suma arte na massa humana, mesmo desacompanhados de toda a reflexão ou convencimento sério, têm por vezes grande interesse político; em caso algum devem constituir sistema ou escola. Por isso se deixaram em repouso as paixões, se fez sobretudo apelo às inteligências e se trabalhou no domínio das ideias, sempre correctas, sempre sinceras, mas talvez incapazes de por si arrastar os corações.

- Mas não são isso discursos...
- Rigorosamente, não são. Eu afirmei no princípio serem apenas pedaços de prosa que foram ditos.

II.

As ideias destes discursos são geralmente conhecidas: posso mesmo dizer que não são minhas, mas da colectividade, ou porque as fui beber às profundezas da consciência nacional ou porque, correspondendo ao estado de espírito do Pais, este as adoptou e fez suas. Todavia a situação especial do autor pôde fazer delas não só pensamento mas acção. As afirmações produzidas correspondem na vida da Ditadura e na criação do Estado Novo Português a evolução doutrinal e simultâneamente a realizações políticas. Estas foram seguindo aquela, passo a passo, à medida que surgiam as oportunidades e o espírito público estava preparado para as aceitar e compreender. Por vezes se marcou a possibilidade de novo avanço no momento de se realizar o anterior: como é natural, a ideia à frente iluminava a marcha.

A crítica contemporânea dos factos políticos é geralmente apaixonada e injusta: por isso vemos tantas dúvidas, desconfianças, negações que, por se referirem a coisas evidentes, parece não deveriam surgir no espírito dos nossos concidadãos. As erróneas convicções de alguns não têm no entanto o poder de alterar a marcha da

vida portuguesa nem de evitar que esta, sob o aspecto político, tenha evolucionado segundo pensamento definido e lógico, e não ao sabor imprevisto das paixões ou das conveniências, sem norte ou rumo certo. Nada pode já impedir que certas afirmações marcassem por si mesmas momentos decisivos da política portuguesa e esta passasse a obedecer à directriz nelas traçada; nada pode impedir que para bem se apreender o espírito da revolução e a sua marcha, para bem se interpretarem a Constituição, o Acto Colonial e as leis fundamentais deste período, para se fazer ideia exacta do caminho ainda a percorrer até se completar a revolução política e enriquecê-la com a económica e a social, nada pode impedir, dizia, que para tais fins se tenham de ler e meditar alguns destes trabalhos. Os que se intitulam Ditadura administrativa e revolução política, Princípios fundamentais da revolução política, A Nação na política colonial, O Estado Navo Português na evolução política europeia, A constituição das Câmaras na evolução do política portuguesa, por um lado, e por outro Conceitos económicos da nova Constituição e Problemas da organização corporativa contêm em germe ou em resumo as principais ideias de reforma política, económica e social que dirigem neste momento, e em consequência da revolução de 28 de Maio, a vida portuguesa.

Não só pela administração, mas pelas ideias e realizações políticas, estamos reintegrados na Europa, de cuja civilização e progresso fomos em outras épocas importante fautor e seguro guia; e uma vez reintegrados também no nosso tempo pelos melhoramentos materiais, pela obra de educação e de valorização nacional empreendida, podemos ser no mundo, como já alguns nos consideram, verdadeiros criadores do futuro.

Nem sei em que o trabalho de reaportuguesamento das nossas instituições sociais e políticas, e o culto das boas, sãs, fecundas tradições nacionais, tão próprias para nos darem originalidade e carácter, hão-de levantar dificuldades de monta e não ser preferidos à cópia servil de quanto se pensa e faz em país estrangeiro, inspirador máximo da nossa actividade desde há muito tempo. Além do mais, este esforço é homenagem ao espírito criador da raça lusitana e ao seu poder de iniciativa, que será fecundo se o trabalho persistente da descoberta «interior» não ceder o passo à preguiçosa imitação de estranhas criações.

Pelo pensamento, em virtude do que se acaba de dizer, pela maneira, em virtude do que é geralmente conhecido, estes discursos não se aproximam de quaisquer modelos do nosso recente passado político: pertencem a outra escola.

Ser desviada a política das competições e lutas partidárias devia ter só por si influência neste género de produções. Mas, se não tivesse, nem mesmo assim deixaria de imprimir-lhes nova feição o deliberado propósito de fazer arrefecer as paixões e animosidades pessoais, de tratar com objectividade os problemas, de manter na governação permanente atmosfera de dignidade e elevados sentimentos. Por este processo se tem habituado a Nação a desgostar-se das virulências e dos insultos como inestéticos e indignos da sua inteligência.

Pode supor-se que trilhar este caminho tenha sido fácil ou cómodo; nem sempre, porque o meio ainda não purificado tem solicitações doentias. Aos homens indignamente atacados apetece, parece até impor-se a resposta no mesmo tom, como único desagravo capaz. Não nego que fosse justiceira a réplica, mas posso negar que fosse útil. Assim se voltaria ao princípio.

Os princípios morais e patrióticos que estão na base deste movimento reformador impõem à actividade mental e às produções da inteligência e sensibilidade dos Portugueses certas limitações, e suponho deverem mesmo traçar-lhes algumas directrizes.

Que ideia fazem das suas responsabilidades os espíritos de primeira ordem do actual momento português, os que, por terem recebido maior parte na distribuição dos dons divinos, estão naturalmente constituídos em guia e exemplo dos demais? Vejo com desusada insistência desculparem alguns seus repetidos malefícios com a apregoada sinceridade das suas convições literárias, artísticas ou morais. Basta isso? Atrevo-me a negá-lo por várias razões e sobretudo porque, além de responsáveis pelo que produzem contra a sua consciência, o escritor e o artista são ainda responsáveis pelos desvios da sua própria inteligência e pela má formação da sua vontade. Ser sincero é muito pouco; reconheçamos a obrigação de ser verdadeiro e justo.

Quando Bourget pôs em Le disciple a tese da responsabilidade do escritor pelos efeitos da sua obra na inteligência e na moral dos seus admiradores e sequazes, parece ter-se operado um movimento de espanto sobretudo nos que tendiam a formar da literatura e da arte mundos à parte, bastando-se a si próprios, tendo em si mesmos a sua finalidade e razão de ser, e não viam nelas manifestações humanas, integradas na vida e susceptíveis de a embelezar, de a melhorar, de ajudar o homem na conquista dos seus fins últimos. Esses desconheciam as profundas realidades humanas, perderam a rota das grandes certezas morais, criaram o amoralismo e a arte pela arte, como frutos lindos de ver-se, mas inaproveitáveis ou nocivos. Na melhor das hipóteses desperdiçou-se o génio em prejuízo da humanidade.

A tese da responsabilidade pode continuar a discutir-se teòricamente, abstractamente; mas aos homens que sentem sobre os ombros o peso da direcção dos povos ensinou-lhes a história, quando não a observação própria, coincidir a decadência com certas manifestações mórbidas das inteligências e das vontades, com a pretensa emancipação do jugo de regras superiores, impostas ao homem e derivadas da sua natureza e dos seus fins. Para elevar, robustecer, engrandecer as nações é preciso alimentar na alma colectiva as grandes certezas e contrapor às tendências de dissolução propósitos fortes, nobres exemplos, costumes morigerados.

É impossível nesta concepção da vida e da sociedade a indiferença pela formação mental e moral do escritor ou do artista e pelo carácter da sua obra; é impossível valer socialmente tanto o que edifica como o que destrói, o que educa como o que desmoraliza, os criadores de energias cívicas ou morais e os sonhadores nostálgicos do abatimento e da decadência.

Costuma dizer-se que a literatura é o espelho das diferentes épocas; mas se tão fielmente as reflecte é que ajuda a criá-las. Neste momento histórico, em que determinados objectivos foram propostos à vontade nacional, não há remédio senão levar às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal. Cremos que existe a Verdade, a Justiça, o Belo e o Bem; cremos que pelo seu culto os individuos e os povos se elevam, enobrecem, dignificam; cre-

mos que ao alto sacerdócio de buscar e transmitir a Verdade, criar a Beleza, tornar respeitada a Virtude é inerente a responsabilidade pelas devastações acumuladas nas almas e até pela inutilidade social da obra produzida.

E se, por se generalizar tal estado de consciência, se vier a escrever menos... Mas virá algum mal ao mundo de se escrever menos, se se escrever e sobretudo se se ler melhor? Hoje, como na crítica de Séneca, «em estantes altas até ao tecto, adornam o aposento do preguiçoso todos os arrazoados e crónicas».

III.

Se por infelicidade minha venho a morrer em cheiro de celebridade, logo se precipitarão sobre os papéis, que não tenha tido tempo de queimar, sábios de nome, dados a investigar com gravidade e minúcia os pequenos segredos humanos. A forma da letra, as emendas dos textos, a elaboração mental dos trabalhos e a sua tradução gráfica, a ordem dos factos e das ideias devem ser objecto de muito doutas investigações. E hão-de surgir problemas difíceis.

A uniformidade dos meus dias de trabalho faz-me errar as datas constantemente; logo comecei a minha vida política por tomar posse de Ministro das Finanças na vés-pera da nomeação, segundo se conclui do *Diário do Governo* e dos relatos dos jornais.

A história ver-se-á seriamente embaraçada para desenvencilhar um dia tão importantes questões. Por isso me lembrei de poupar aos futuros investigadores muitos trabalhos e erros, deixando escrito o que eu mesmo posso saber acerca da matéria.

Ignoro donde venha a curiosidade de saber como trabalham os poetas e os escritores; todos a sentimos, pelo menos relativamente àqueles que mais nos dominam a inteligência ou tocam o coração. Serão dotados de uma espécie de dom divino de improvisação, dando origem, como num acto de criação perfeita, à obra de arte que lhes brota da pena como da terra a água das fontes? Trabalharão pelo método de aproximações sucessivas, como o estatuário que vai pouco a pouco, no bloco pouco menos de informe, talhando, retocando, aperfeiçoando com paciência infinita até à forma definitiva? Entre os grandes criadores de beleza no mundo devem encontrar-se os representantes de todos os sistemas e de todas as gradações, e porventura a pergunta se deveria fazer não em relação ao escritor mas às suas obras, tanto devem ter diferido duma para outra as condições de trabalho e de realização.

Não deve ser verdade que todas as páginas de um autor tenham da mesma forma saído perfeitas ou sofrido emendas, tenham sido criação dolorosa ou fruto espontâneo da sua inteligência e sensibilidade. A disposição do momento, o assunto, preocupações alheias a este, o *tom* em que se escreve — os músicos compositores sabem com certeza o que isso é — fazem variar a dificuldade da produção e o seu rendimento, deixam até por vezes a sua marca na obra literária.

E como trabalharão os oradores?

Há os que improvisam a matéria e a forma; há os que estudam o assunto, pormenorizam e ordenam as ideias, trabalham cuidadosamente os passos fundamentais e

Para Servir de Prefácio

de maior responsabilidade e deixam à improvisação do momento vestir e adornar o resto; há os que preparam todo o trabalho — o assunto, a forma, a exposição; e há ainda o quarto grupo dos que estudam em casa e improvisam na tribuna. Este é o mais numeroso.

ANTÓNIO CÂNDIDO não decorava; estudava, compunha de cor os seus discursos e escrevia depois de os ter proferido. Deve ser caso raro; a maior parte ou os escrevem antes inteiramente ou fixam apenas os tópicos fundamentais: a estes a influência directa da multidão, a reacção do auditório auxilia-os, quase se diria lhes ajuda a fazer o discurso. Pelo que me toca, e desculpando-se-me por instantes o abuso da camaradagem, depois de ter experimentado tudo, escolhi, como era de razão, o processo mais económico — penso, escrevo e leio.

Obrigado a falar, sem os dotes naturais dos oradores, sem essa magnífica consciência da superioridade própria sobre a multidão que dá o sangue-frio, o à-vontade, a clareza dos raciocínios e a facilidade de expressão do pensamento, não me atreveria em coisa de responsabilidade política a deixar à memória dos jornalistas colaboração no que devesse ser dito. Eles mesmos involuntàriamente me curaram das improvisações do começo: era ainda pior que o que eu dizia o que me faziam dizer.

Por este motivo o livro tem só os trabalhos que foram escritos, com duas ou três excepções, coligidas e publicadas segundo as notas dos jornais, não pelo seu valor, mas porque se tornaram conhecidas e foram posteriormente muito citadas algumas das afirmações feitas. Aos restantes, de que tinha apenas apontamentos ligeiros ou nem isso, fosse qual fosse o seu interesse de momento, não podia agora, para os publicar, dar-lhes forma, que já nem provàvelmente seria a mesma que revestiram na ocasião.

A experiência levou-me a adoptar para todo o trabalho intelectual, como método de maior rendimento, o que força à maior tensão de espírito no mais curto espaço de tempo. Duas horas de madura reflexão valem mais que um dia todo em que a inteligência apenas aflora a superfície das coisas. Por outro lado, escrever antes de bem amadurecidas e bem dispostas as ideias, antes de perfeitamente assente o esquema em que se divide e subdivide a matéria, se marcam as relações e dependências dos factos e se fixa toda a marcha do pensamento, transforma-se necessàriamente em perda de tempo, à procura da forma e a forma à procura da ideia, com modificações frequentes do texto, deslocações de trechos e ajustamentos difíceis. Quem esteja habituado a pensar conhece por vezes as transposições e sabe que um trecho se não encontra no lugar em que nasceu.

Como a clareza da ideia impõe por si a forma mais exacta da sua expressão, esta parece surgir espontânea na escrita se a tensão de espírito é suficientemente forte para reproduzi-la. Nestas condições parece-me escrever com certa facilidade; e, sendo impossível repetir para o mesmo trabalho o mesmo esforço de concentração, a revisão final dá-me apenas pequenas correções, e tem de ficar definitiva a primeira forma como a melhor encontrada: sei mesmo que depois não farei melhor. São igualmente definitivas a primeira divisão, a ordem das matérias e dentro de cada capítulo o encadeamento das ideias. Não saberia mudá-las ou alterar-lhes a

ordem: pode ser desta forma intercalada no texto uma pequena frase; uma ideia nova com algumas sequências é absolutamente impossível. Melhor ou pior ficam assim os trabalhos como nascem; as poucas emendas que os manuscritos apresentam são quase todas contemporâneas da redacção primitiva.

De todos os trabalhos agora publicados os que mais me custaram — e isso se conhece perfeitamente no original — foram os dois discursos destinados à cidade do Porto, e destes sobretudo o primeiro, sobre os *Conceitos económicos da nova Constituição*. O desconhecimento completo do meu público exerce sobre mim uma espécie de acção inibitória. Esta e a dificuldade e delicadeza do assunto levaram-me a desistir a certa altura da forma habitual de redigir e a fixar em simples apontamentos, escritos a correr e até em letra diferente da usual, as ideias que deveria expor. O pior é que, tendo faltado o tempo, fizeram esses apontamentos a vez do trabalho definitivo, cujos principais capítulos não chegaram a ser escritos.

Aconteceu-lhes o mesmo que ao meu melhor discurso: ainda o não fiz e não sou mesmo capaz de fazê-lo...

17 de Fevereiro de 1935.

OLIVEIRA SALAZAR

Nota — Reproduzem-se a seguir quatro folhas tiradas dos originais manuscritos. O texto respec- tivo encontra-se, pela ordem das reproduções, a pág. 101 (As diferentes forças políticas em face da revolução nacional), a pág. 79 (Elogio das virtudes militares) e a págs. 112-113 e 114 (Conceitos eco- nómicos da nova Constituição). Foram escolhidas para exemplificar da melhor forma possível algu- mas afirmações do texto.
29



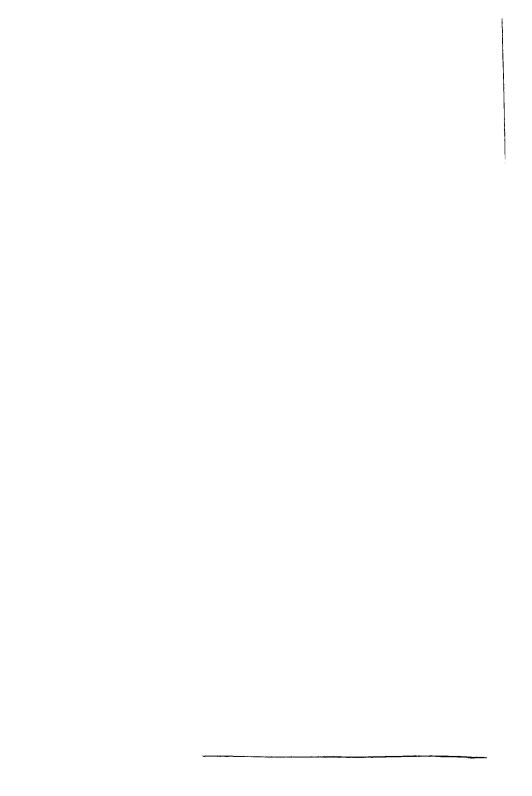
Shown mais Vancen. a a a a a province inspeter hand the mission on we. hyer intermed a man for metals for since propers as all much A ? Tohjanni ommelm o sen esperier a there are a morning there or was & on factor on factor com a man forming on franchis non a var mucho who whence we have my so were! makin no elevano que que servez a bos or enempho, as natures ormerios e erwar. E en que quemb u avalore de journer with mobile de house. de principe e de partique, as the al in a plane on you or covere, is makingen, na is culting a res muge as many proces fuctioned in part mening



men miles, i's proper whiter in for eg esta reférence a force e volusion Almon, any on minera enter a m and the me possibilities a se me and no month mail mothers se impor as beneute, not hunch to ai - a calus les appeares à la formation - e' ference : A face marks an invent. apare on the ment about a senting The A conference a face lat a former and the former on A form and so mayor a me performan more may make a news .; a fine minday Pour men pur proposition A fair per a faire à moi milans o' A m' mance leaf, you may murely



a mit my e' majeneste me so amountained to miference . man 1. Ere 1 or do plan you my hun or me in



fore. The same to the time of the same of

o wall, wit . Token her. hype . . mem. signiser brown i . mi h - hopen - with tan a vedinima a em herena ma me ina. mus - right at a hour or mile humans. mas him's men when we a hour is men! and and a framework of the many we have at aguel amount . For what he wife and when the war was the form of me an hour or No on were a suntinen a it is the man commence and in min mi: m myn . Line ment. und within a grange who wint a Milgani, mondren und france Engelen de la company min de en france en moment int consist human of force of melioped on mining



I. CONDIÇÕES DA REFORMA FINANCEIRA®

Sr. Presidente do Ministério (2): — Duas palavras apenas, neste momento que V. Ex.², os meus ilustres colegas e tantas pessoas amigas quiseram tornar excepcionalmente solene.

Agradeço a V. Ex.² o convite que me fez para sobraçar a pasta das Finanças, firmado no voto unânime do Conselho de Ministros, e as palavras amáveis que me dirigiu. Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.

Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa, se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção, e de que estavam asseguradas as condições dum trabalho eficiente. V. Ex.ª dá aqui testemunho de que o Conselho de Ministros teve perfeita unanimidade de vistas a este respeito e assentou numa forma de íntima colaboração com o Ministério das Finanças, sacrificando mesmo nalguns casos outros problemas à resolução do problema financeiro, dominante no actual momento. Esse método de trabalho reduziu-se aos quatro pontos seguintes:

- a) Que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuida pelo Ministério das Finanças;
- b) Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão préviamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;
- c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu veto a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;
- d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.

⁽ⁱ⁾ Na sala do Conselho de Estado, em 27 de Abril de 1928, no acto da posse de Ministro das Financas, segundo as notas do jornal *Novidades*.

⁽²⁾ General Vicente de Freitas.

Estes princípios rígidos, que vão orientar o trabalho comum, mostram a vontade decidida de regularizar por uma vez a nossa vida financeira e com ela a vida económica nacional.

Debalde, porém, se esperaria que milagrosamente, por efeito de varinha mágica, mudassem as circunstâncias da vida portuguesa. Pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade — confiança absoluta mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos. Eu o elucidarei sobre o caminho que penso trilhar, sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio; ele terá sempre ao seu dispor todos os elementos necessários ao juizo da situação.

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar.

A acção do Ministério das Finanças será nestes primeiros tempos quase exclusivamente administrativa, não devendo prestar larga colaboração ao *Diário do Governo*. Não se julgue porém que estar calado é o mesmo que estar inactivo.

Agradeço a todas as pessoas que quiseram ter a gentileza de assistir à minha posse a sua amabilidade. Asseguro-lhes que não tiro desse acto vaidade ou glória, mas aprecio a simpatia com que me acompanham e tomo-a como um incentivo mais para a obra que se vai iniciar.

II. OS PROBLEMAS NACIONAIS E A ORDEM DA SUA SOLUÇÃO (1)

Meus Senhores: — Tinha tenção e era obrigação minha passar pelas diferentes unidades para agradecer os cumprimentos que me foram dirigidos em nome de todos os oficiais, por ocasião do 2.º aniversário do 28 de Maio, e bem assim o apoio decidido à obra do Governo; como porém tenho imenso que fazer, seriam necessárias semanas, tirando de vez em quando algumas horas, para poder percorrer uma por uma todas as unidades. O Sr. Governador Militar (2) teve a amabilidade de facilitar a minha missão, pedindo a VV. Ex.º o favor de se reunirem aqui, para que pudesse dirigir a todos as minhas palavras de agradecimento.

Queria dizer a VV. Ex.²⁵ que me foi singularmente grata a homenagem de simpatia que quiseram tributar-me, não por aquilo que ela represente de motivo de vaidade para mim, mas pelo que traduz de apoio necessário à obra que todos desejam ver realizada.

É natural também que muitos de VV. Ex.* tivessem curiosidade de conhecer o Ministro das Finanças... Aqui está e é, como vêem, uma bem modesta pessoa. Tem uma saúde precária e nunca está doente; tem uma capacidade limitada de trabalho e trabalha sem descanso.

Porquê este milagre? Porque muito boas almas de Portugal oram, anseiam por que continue neste lugar.

Represento nele determinado princípio: represento uma política de verdade e de sinceridade, contraposta a uma política de mentira e de segredo.

Advoguei sempre que se fizesse a política da verdade, dizendo-se claramente ao povo a situação do País, para o habituar à ideia dos sacrificios que haviam um dia de ser feitos, e tanto mais pesados quanto mais tardios.

Advoguei sempre a política do simples bom senso contra a dos grandiosos planos, tão grandiosos e tão vastos que toda a energia se gastava em admirá-los, faltando-nos as forças para a sua execução.

Advoguei sempre uma política de administração tão clara e tão simples como a pode fazer qualquer boa dona de casa — política comezinha e modesta, que consiste em se gastar bem o que se possui e não se dispender mais do que os próprios recursos.

E, apresentados os meus agradecimentos, a minha pessoa e a minha posição, eu desejava dizer-vos ainda algumas palavras.

Mo Quartel-General de Lisboa, em 9 de Junho de 1928, segundo as notas do jornal Novidades.

⁽a) General Domingos de Oliveira.

Esqueçam VV. Ex. por um momento que são oficiais, eu esquecerei que sou Ministro do Governo. E assim as minhas palavras não terão o ar de discurso, mas de simples conversa familiar, de inteligência para inteligência, de coração para coração.

Estamos hoje em Portugal numa situação má. Di-lo toda a gente e era escusado: na vida individual e na pública as dificuldades que dessa má situação resultam sentem-se, palpam-se, todos nós lutamos com elas.

Vamos relacionar, para melhor o ajuizarmos, todo este mal-estar com quatro problemas fundamentais: o *financeiro*, o *económico*, *o social* e o *político*. Pu-los por esta ordem e isso não foi arbitrário da minha parte; esta simples disposição revela uma orientação definida.

É certo que não é possível fazer boas finanças sem boa política; que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiro e económico. Mas, porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir e assentar na ordem da sua solução. Essa ordem será indicada, na interdependência das causas e dos efeitos dos problemas, em harmonia com a causa dominante. O meu pensamento vou expô-lo, indicando a azão por que os coloco por aquela ordem e não por outra.

O problema financeiro é redutível aos seguintes dados fundamentais: deficit crónico, que tomou foros de instituição nacional, de venerando monumento nacional, deficit cuja repetição provocou uma dívida relativamente avultada, nem sempre compensada por contrapartida equivalente no activo do Estado; uma dívida flutuante muito elevada, de taxas de juro altas, onerosa portanto e com perigo de reembolso imediato; e uma dívida fundada constituída por tão diversos tipos de empréstimos e juros tão afastados da taxa do mercado que as cotações parecem acusar o nosso descrédito, quando de facto traduzem apenas os baixos rendimentos. Acrescentemos ainda a má arrecadação das receitas e a desigual distribuição dos rendimentos públicos pelos serviços do Estado.

Será por aqui que deve começar-se a solução do problema nacional? Digo-vos: a não resolução deste problema fundamental traduz-se no recurso indefinido ao crédito. Quando este falta, é preciso recorrer à emissão de notas, à fabricação de moeda falsa, que tanto é a emissão de notas sem contrapartida. As que se fizeram representavam saques sobre o futuro: são esses os que somos agora chamados a pagar.

É sabido que as emissões exageradas desvalorizam a moeda. E o que é essa desvalorização? É o metro elástico introduzido na vida económica. Suponhamos um comerciante a vender com metro elástico. Aconteceria que umas vezes ficava roubado o freguês e outras seria prejudicado o comerciante. Pois as altas e baixas da moeda operam delapidações semelhantes. Com uma moeda instável não há economia que vingue e possa prosperar. — Por este processo se tornou o Estado o grande inimigo da economia nacional.

Atravessámos uma grave crise económica, cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juros do dinheiro e a escassez de capitais: aquela alta provocada pela escassez dos capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que, ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais.

O comércio e a indústria tiveram durante algum tempo disponibilidades enormes: parecia que os comerciantes não acabavam de enriquecer. Todas as empresas pareciam prósperas; afinal muitos vieram a verificar que se tratava de riqueza ilusória e estavam na realidade empobrecidos: tinham distribuído e gasto o próprio capital. Salvaram-se apenas aqueles que em dada altura conseguiram converter os lucros em valores estáveis. E o Estado, que perdeu muito, ganhou também alguma coisa — a diminuição da sua dívida correspondente ao valor em que lesou os seus credores.

Todos estes males têm sòmente uma cura — a estabilização da moeda, e esta é impossível independentemente da solução do problema financeiro.

Da não resolução do problema financeiro e económico resultam, como não pode deixar de ser, graves perturbações sociais.

Há classes que principiam a viver das traslações de valores, ocasionadas pela desvalorização da moeda. Ganha o devedor, perde o credor. Elevam-se questões irritantes a um alto grau de acuidade: vede por exemplo a questão entre inquilinos e senhorios. Há uma tal ou qual desorganização familiar, e a corrupção alastra na vida particular e na administração pública.

O problema social é o problema da distribuição da riqueza, que não tem solução vantajosa sem o aumento da produção. Salvo o caso de parasitismos económicos, que devem ser evitados e corrigidos, só o aumento de riqueza pode favorecer a solução da questão social.

Têm os trabalhadores direito a uma melhoria na sua vida, na sua condição? a melhor casa? a mais e melhor instrução? Sem dúvida alguma. O operário português é sóbrio, inteligente, disciplinado, vigoroso, trabalhador, mas inferior muitas vezes sob o ponto de vista técnico. Daqui provém uma reduzida produtividade, também resultante da inferioridade técnica de muitas indústrias.

Para que o trabalho possa ser mais bem retribuído, é pois necessário organizar, intensificar, valorizar a produção e obter nesta mais elevado rendimento, numa palavra, resolver o problema económico, aumentando as riquezas, para que a todos caiba maior quinhão. Sem isso a legislação de carácter social e de protecção operária será quase inútil ou poucas vantagens trará.

Finalmente, o problema político.

Andamos há muitos anos em busca de uma fórmula de equilíbrio e ainda não conseguimos encontrá-la. E como se diz que «em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão», as soluções políticas são mais difíceis, estando agravados os problemas financeiro, económico e social. Não há mesmo formas políticas que satisfaçam uma sociedade em que aqueles problemas estão reclamando urgente

solução, porque a verdade é que encontrar a fórmula do equilíbrio depende da organização prévia das diferentes forças económicas e sociais.

Mas eu não estou autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar este problema. A actividade do Governo orienta-se neste momento para a solução do problema financeiro e por isso permito-me voltar a este para dizer ainda sobre ele algumas palavras.

•

Como VV. Ex.³⁵ sabem, pelos decretos já publicados, nós subordinamos tudo, neste momento, à necessidade do equilíbrio das contas públicas. Ora nunca houve possibilidade de equilibrar duas somas senão diminuindo uma e aumentando a outra, ou operando sobre ambas ao mesmo tempo. Parece que há já quem se ria dizendo: assim haveria muito quem resolvesse o problema, e renasce mais uma vez a eterna questão do ovo de Colombo.

Esse equilibrio conquista-se com aumentos de receitas e reduções de despesas; exige pois sacrifícios. É, como já tive ocasião de dizer, falando aos Srs. Comandantes, uma política impopular.

Podem e devem fazer-se esses sacrifícios?

Eu reputo-os imprescindíveis; direi mais, eles têm de fazer-se: a nós só compete escolher a forma de fazê-los. Há, por assim dizer, um equilíbrio natural em todas as coisas, e por isso também nas contas públicas.

Quando existe o *deficit*, procura-se o equilíbrio recorrendo ao crédito; quando este se não pode utilizar, emite-se moeda, desvalorizando-a. Mas dessa desvalorização resultam sacrificios. De modo que toda a questão está em pedir sacrificios claros, que podem salvar-nos, ou disfarçados, que custam o mesmo e em geral não resolvem nada.

Demais, não se pense que o Ministro das Finanças os pode evitar e fazer sòzinho as economias necessárias; ele pouco mais pode fazer do que *cortes*. As economias têm de ser feitas por todos os que estão à frente de serviços, quem quer que sejam: grandes economias provenientes de reorganizações ou pequenas economias provenientes do aproveitamento de pequenas coisas. São estas pequenas economias, multiplicadas por milhares, por milhões, que permitirão ao Ministro das Finanças manter os mesmos serviços com menores despesas.

Mas não tenhamos ilusões: as reduções de serviços e despesas importam restrições na vida privada, sofrimentos, portanto. Teremos de sofrer em vencimentos diminuídos, em aumentos de impostos, em carestia de vida. Sacrifícios, e grandes, temos nós já feito até hoje, e infelizmente perdidos para a nossa salvação; façamo-los agora com finalidade definida, integrados em plano de conjunto, e serão sacrifícios salutares.

É a ascensão dolorosa dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias!

. .

III. POLÍTICA DE VERDADE; POLÍTICA DE SACRIFÍCIO; POLÍTICA NACIONAL (1)

Meus Senhores: — Vão para V. Ex.ª, Sr. Ministro (2), e para o Governo os meus primeiros agradecimentos pela bondade das suas palavras e pela comparticipação na homenagem que resolveram prestar-me as câmaras municipais. Às ilustres comissões administrativas dos municípios agradeço penhorado a honrosa manifestação que me é feita pelos seus dignos representantes, e afirmo que guardarei dela perdurável e grata recordação, não obstante a violência que precisei de fazer sobre mim próprio para estar aqui neste momento.

Sacrificando a mais altas considerações o meu modo de ver pessoal, não me opus terminantemente a este acto por dois motivos principais: temi que uma recusa formal fosse tida como maior manifestação de orgulho do que em qualquer caso podia ser de vaidade aceitar os vossos aplausos; depois, pareceu—me que, estando—me vedado percorrer o País, haveria vantagem, para a marcha dos negócios públicos, em apreender nesta Lisboa «de muitas e desvairadas gentes» o que pensam e o que sentem claramente, verdadeiramente, nas profundezas da sua alma sã, as cidades, as vilas, as serras e os campos de Portugal.

Passa breve a memória dos homens na história e na memória dos povos, nem politicamente convém — tanta vez as circunstâncias obrigam a sacrificá-la — consubstanciar numa individualidade, por mais alta e poderosa que seja, todo o futuro duma obra colectiva, tanto mais se a Nação adquiriu já a plena consciência do seu estado e manifesta a vontade firme de seguir os caminhos do seu destino. Por mim estou convencido de que a facilidade de realização de certos actos e a rapidez dos resultados obtidos demonstram que não fiz mais que traduzir na palavra e no facto, possivelmente com maior precisão que outros pelas condições especiais do meu lugar, as tendências, as aspirações, o espírito de renovação e reforma do País.

Num sistema de administração em que predominava a falta de sinceridade e de luz, afirmei, desde a primeira hora, que se impunha uma política de verdade. Num sistema de vida social em que só direitos competiam, sem contrapartida de deveres, em que comodismos e facilidades se apresentavam como a melhor regra de vida, anunciei, como condição necessária de salvamento, uma política de sacrificio. Num Estado que nós dividimos ou deixámos dividir em irredutibilidades e em grupos, amea-

⁽ⁱ⁾ Na Sala do Conselho de Estado, em 21 de Outubro de 1929, agradecendo a manifestação feita pelas câmaras municipais do País.

⁽²⁾ O Ministro da Justiça, Dr. Lopes da Fonseca.

çando o sentido e a força da unidade da Nação, tenho defendido, sobre os destroços e os perigos que dali derivaram, a necessidade de uma política nacional.

Política de verdade, política de sacrifício, política nacional, é o que se há feito, é o que entendo vós aplaudis na vossa mensagem. Se me permitis, porém, eu desenvolvo um pouco mais o nosso pensamento comum.

I. POLÍTICA DE VERDADE

Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na verdade: por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta forma de dirigir e de administrar. A política de verdade impõe porém deveres dos governantes para com a Nação; impõe deveres à Nação para com os governantes; impõe deveres ao legislador na formulação das leis e aos serviços na sua execução.

OS GOVERNANTES PARA COM A NAÇÃO

Não são consideradas as ditaduras governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força ou razão de ser nem obedecem na sua evolução às variações daquela. Mas podem e devem sê-lo no sentido de bem formá-la, de bem esclarecê-la, de bem orientá-la, de nada lhe esconder do que importa à vida colectiva e à solução dos problemas nacionais. Menos que qualquer outra forma de governar, a ditadura precisa do embuste e da mentira: a maior facilidade em dispor da forca lhe impõe mais fortemente uma perfeita sinceridade.

Pelo que directamente me toca, creio que poucos períodos teremos vivido em que a administração das finanças públicas tenha sido tão atenta e assiduamente seguida pelo País, em que se haja dado conhecimento de tantos elementos de estudo ou exposto tão desenvolvidamente a finalidade que se procura atingir e os caminhos por onde havemos de chegar à nossa regeneração financeira. E, se há factos demonstrados, um é — que sobre espíritos que encontrámos cansados de ser iludidos, a clareza das afirmações e das contas exerceu uma estranha sedução.

A NAÇÃO PARA COM OS GOVERNANTES

Em face do Governo a Nação tem também o dever de falar a verdade.

Nas suas exposições e nos seus pedidos, nas suas queixas e nas suas reclamações, a Nação tem o dever de não ser exagerada ou menos verdadeira, de não avolumar ou generalizar os casos individuais, confundindo-os com os interesses colectivos, de dar a exacta expressão dos factos que facilitem aos governantes a solução dos problemas. Por defeito pronunciado da nossa educação temos pouco o sentido da objectividade, e as nossas teses são mais amiúde demonstradas com razões deduzidas pelo raciocínio que com factos tirados da realidade da vida. Há que confrontar com eles a cada

passo, se não assentar neles, os nossos juizos, e pensar que a Nação, quando se lamenta de males que não existem, quando não faz uma declaração que se lhe pede e quando erra o número que se lhe exige, falta a colaborar com o seu Governo e é directamente responsável dos erros cometidos e da má administração pública.

A VERDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A mesma preconizada política de verdade impõe atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma mentira colossal.

Se temos um vencimento e ao lado a acumulação ou o cofre de emolumentos, temos a *mentira dos ordenados*.

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a *mentira dos quadros*.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem ràpidamente punidas, temos a *mentira disciplinar*.

Se temos uma taxa para um imposto e meia dúzia de adicionais ao mesmo imposto ou de adicionamentos sobre a sua matéria colectável, temos a *mentira da tributação*.

Se temos fixado um período para pagamento de dividas, e esse período é sucessivamente prorrogado, temos a *mentira dos prazos*.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram avaliadas em mais e as despesas foram artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser, temos a mentira das previsões.

Se trazemos despesas públicas por fora do orçamento, e outras as iludimos e as pagamos por operações de tesouraria, arranjamos equilíbrios ou saldos, mas temos a mentira das contas.

Se nas indústrias do Estado não contabilizamos os vencimentos que saem das despesas gerais do Tesouro, nem os juros do capital que lhes foi cedido, nem os impostos que deviam pagar e não pagam, temos mentiras de contabilidade e sobre elas a mentira do Estado industrial.

Se o Exército não evita ou não castiga a desordem, se as escolas não ensinam, se os tribunais não fazem boa averiguação dos factos e recta aplicação da lei, temos a mentira da força pública, a mentira da instrução, a mentira da justiça.

E de todas estas mentiras, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o Pais sofre e que há absoluta necessidade de suprir.

A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas, e, para não sair do âmbito das finanças, muitas medidas têm sido promulgadas que duma vez ou por aproximações sucessivas, conforme é indicado, se inspiram nesse pensamento e tendem a realizar esse objectivo. A reforma do orçamento das receitas, a reforma do orçamento das despesas, a criação da Intendência do Orçamento,

a próxima reforma da contabilidade, a obra de actualização e aperfeiçoamento da estatística, que, quando acabada, eu consideraria uma das maiores e mais interessantes obras da Ditadura, a reforma tributária em numerosas das suas disposições, a simplificação dos despachos aduaneiros, a redução das isenções, tudo são medidas que se integram no mesmo pensamento fundamental.

Mas, mais importante que a actividade legislativa é a radicada atitude de espírito de que em todo o conjunto da administração os actos, as decisões, os organismos hão-de estar em concordância com o seu fim e em equação com a realidade que aparentam. E se nos lembrarmos de que fora do Estado, mas paredes meias com ele, se desenvolve a vida económica e financeira, por cuja regularidade e perfeita correcção ao Estado incumbe olhar, vemos alargar-se o vasto campo da reforma, a empreender por uma política de sinceridade e de verdade.

II. POLÍTICA DE SACRIFÍCIO

Toda a administração financeira repousa neste duplo equilíbrio: o resultante da distribuição dos encargos públicos pela geração presente e pelas gerações futuras; o esultante das restrições impostas aos rendimentos ou riqueza em formação e aos capitais ou riqueza consolidada. O primeiro provém da acção combinada do imposto e do empréstimo; o segundo provém das imposições directas dos rendimentos e consumo, e das confiscações de capital, sobretudo pela desvalorização monetária.

SACRIFÍCIO DA GERAÇÃO PRESENTE

Não há regra fixa, matemática, uniforme, para determinar a proporção em que deve recorrer-se ao imposto e ao empréstimo: depende isso em grande parte do conceito dos governantes e da virilidade dos povos. Mas, no ponto a que haviam chegado as coisas em Portugal, ninguém de são critério poderia já defender que se continuasse a usar e a abusar do crédito para pagar despesas correntes, e não só porque, há muito já fora da razão e da normalidade, o sistema não poderia ser praticado por mais tempo, mas ainda porque se hipotecariam ao presente os rendimentos das futuras gerações, a quem, para sempre talvez, se cortava a possibilidade de realizar, conforme as exigências do seu tempo, as condições do progresso nacional.

Deste primeiro ponto de vista resultava que devia considerar-se fechado o recurso ao crédito para tudo quanto não fossem obras de utilidade geral para nós e para os vindouros. Temos uma dívida pública que não pode considerar-se grande e que absorve uma percentagem não exagerada das nossas receitas, quando a comparamos com a de outras nações; mas é grande o atraso do País, e é para preencher as lacunas deste atraso que deve ciosamente guardar-se toda a nossa reserva de crédito: mais um motivo para, sobre a geração actual apenas, haverem de recair todos os encargos ordinários da administração pública.

III. Política de Verdade; Política de Sacrificio; Política Nacional

O primeiro sentido desta política de sacrifício é que há uma geração sacrificada ao futuro da Pátria — a nossa geração.

SACRIFÍCIO DOS RENDIMENTOS E NÃO DOS CAPITAIS

O segundo equilíbrio entre as imposições dos rendimentos e dos capitais, como obtê-lo também?

Quando se observa a sucessão dos acontecimentos, sobretudo nos últimos dez anos, verifica-se que o Estado teve a política, consciente ou não, de poupar ao imposto o produtor português; mas como simultâneamente não houve a preocupação de reduzir as despesas, e estas mesmo não poderiam baixar além de certos limites, arranjou-se maneira de confiscar os capitais para substituir o que não vinha nem do imposto nem do empréstimo. São dezenas e dezenas de milhões de libras os capitais que em títulos da dívida pública, em créditos particulares, em acções e obrigações de empresas, em prestações de dinheiro, em remunerações de serviços, em imobilizações afectas a serviços particulares e públicos se sumiram pela desvalorização da moeda, foram transferidos de uns possuidores a outros e gastos em desperdícios de vida larga, com a ilusão de serem rendimentos o que de facto era uma fracção importante do capital nacional.

Se dividirmos em duas grandes classes toda a população segundo a sua posição de credora e devedora — de um lado os proprietários, os portadores de títulos, os capitalistas, os funcionários, os operários (também credores pelos seus vencimentos e pelos seus salários), e do outro, comércio, indústria, agricultura, em geral trabalhando a crédito e, portanto, devedores; se supusermos dividida a população nestes dois grupos, verificar-se-á que as desvalorizações sucessivas da moeda beneficiam um grupo e sobrecarregam outro: exoneram de dividas a produção e por isso a facilitam momentâneamente, mas vêm por fim a destruir as condições do seu desenvolvimento e a capacidade consumidora dos seus mercados.

Com este pensamento impunha-se não sacrificar mais os capitais — base, factor do progresso económico futuro — e, para os poupar, chamar aos sacrificios necessários todos os rendimentos da Nação. Daqui o duplo objectivo — assegurar tanto quanto possível valor estável à moeda e sobretudo não permitir novas depreciações; depois elevar a tributação ao nível exigido pelas reais necessidades do Estado. A política de sacrificio tem, pois, este segundo significado — não deixar sacrificar umas às outras as diferentes classes da Nação e sujeitá-las igualmente a todas as restrições impostas pela salvação comum.

Compreende-se o doloroso de tal política pelas suas repercussões directas e indirectas no corpo social: nem espoliações, nem especulações, nem facilidades; mas cada um em face dos seus encargos passados, fixos agora, e de novo peso em favor do equilíbrio das contas públicas. Desta situação não havia mais que uma saída — rígidas economias para já, aumento de trabalho e produção para o futuro. O Estado dá o seu exemplo — a ordem é economizar. A política de economias não é senão um aspecto da mesma política de sacrifício: economizar para que não se

tornem incomportáveis os encargos da Nação; economizar para que não seja desperdiçado o trabalho dos Portugueses; economizar para que seja possível, sem novos esforços tributários, a melhoria dos serviços públicos. *Política de verdade, política de sacrificio.*

III. POLÍTICA NACIONAL

O que é esta política nacional? Que base tem? Que deveres impõe aos governantes e à Nação?

ATITUDE NACIONALISTA DOS GOVERNANTES

A primeira exigência da política nacional, como o primeiro dever dos governantes, é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da Nação Portuguesa em toda a extensão territorial da sua metrópole, das suas ilhas e das suas colónias, em todo o conjunto da sua população — uma realidade histórica e uma realidade social. Nela estão incorporados e por ela vivem os indivíluos, as famílias, os organismos privados e públicos. E na unidade resultante da sua integração e da concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários, não há que separá-los ou opô-los, mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo. Nada contra a Nação, tudo pela Nação.

Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional, tanto mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos em que se podem encontrar acidentalmente os diferentes indivíduos. Se se desconhecem, não há política de partido, de facção, de grupo a confundir-se ou embaraçar a política nacional; e daqui resultam dois bens: para a Nação, ser o único objecto das preocupações governativas; para os governantes, a magnifica liberdade de só servir a Nação.

ATITUDE NACIONALISTA DOS GOVERNADOS

Impõe-se aos governos uma política nacional; e em face dela aos governados impõe-se também uma atitude, um sentimento nacional — com a disposição de trabalhar pela Nação, o apreço, o amor do que é português. Às inteligências, ao trabalho, à economia, à finança impõe-se, com os olhos abertos sobre o mundo, ter o coração voltado para Portugal, e assim se evitará o desconhecimento das nossas coisas e o menosprezo dos nossos maiores interesses. — Quereis duas pequenas amostras desta atitude no campo económico: onde comerciamos? onde colocamos os nossos capitais?

Acabámos com as restrições do comércio internacional e pode dizer-se que nenhuns entraves existem à circulação dos produtos. É o nosso dever de Estado que deseja a mais larga colaboração no concerto das nações. Mas o nosso dever de Por-

tugueses era, mesmo com passageiro sacrificio, dar preferência a produtos do trabalho nacional, preferência que nunca poderia ser criticada a um país que compra ao estrangeiro duas vezes e meia o que lhe vende.

Nós caminhamos para a livre circulação dos fundos públicos e privados, e só exigências duma situação que não se pôde modificar completamente nos impõem ainda algumas restrições. É óptimo que o País tenha uma sólida carteira de títulos estrangeiros, mas o seu exagero anemiza, em vez de enriquecer, a economia nacional e força-nos a perguntar porque não darão os Portugueses ao seu país a confiança que lhe dão já hoje os países estrangeiros.

Devemos ter o espírito largo e a alma aberta a toda a colaboração útil no domínio internacional, mas vemos correr mundo, de quando em quando, ideologias que podem ser ingénuas, mas não ser inofensivas, e perante as quais o revigoramento do nosso sentido nacional, sobre uma política nitidamente nacional, pode evitar a ruína de interesses vitais do País.

A NAÇÃO NO ESTATUTO CONSTITUCIONAL

Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura como remédio supremo para grandes males.

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria Portuguesa — a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre eles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas destes factores primários parece-me a mim que devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão jurídica da Nação na realidade da sua vida colectiva.

Mas, enquanto não chega a oportunidade da reforma constitucional, não devem esquecer-se os detentores do Poder de que a Ditadura não é regime de arbítrio ou prepotência, mas regime de forte, de honesta legalidade.

Política de verdade, política de sacrificio, política nacional. — Tem posto a Ditadura ao serviço deste pensamento o que nela há de essencial: a concentração de poderes, a rapidez de movimentos, a segurança da força. E tão verdadeira e oportuna é aquela política e tão eficiente a actividade governativa que os resultados a defendem e o País a aplaude.

Que falta? Que se alarguem e intensifiquem a sua acção e influência em todos os domínios da vida social, e que possa formar-se, sob a sua inspiração, um novo espírito e uma mentalidade nova. Só por meio desta se assegurará a continuidade da obra que se realizar, e sem esta segurança é quase inútil tudo o que se faz.

IV. A REORGANIZAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

Preenchendo o meu tempo a falar-vos do espírito informador da nossa administração, foi meu propósito deliberado poupar-vos aos cálculos e números, maçadores como todos os discursos de ministros das Finanças, e dispensar-me a mim da reedição dum trabalho cujas linhas fundamentais conheceis e aplaudis e a que países estrangeiros não têm regateado o seu louvor.

DEFESA DO ORÇAMENTO

Com o equilíbrio do orçamento, a seriedade das contas, a lisura nos contratos e este conceito de o Estado dever ser sempre uma pessoa de bem, lançaram-se as bases sólidas da reorganização financeira de Portugal e sobre elas se assentou o crédito público, aqui e lá fora. Realizámos um esforço análogo ao da Inglaterra, da Austria, da Hungria, da Checoslováquia, da Alemanha, da Itália, da Bélgica, da França, enfim de todos os países que trataram de levantar-se das ruínas deixadas pela guerra; e a Europa teve de reconhecer que procedemos com verdadeiro heroísmo.

Defender com solicitude e energia o orçamento, para assegurar a sequência da restauração financeira e o desenvolvimento da acção económica, é, continua a ser a primeira necessidade, porque de outra forma romper-se-ia o equilíbrio fundamental e tudo se desmoronaria. Eis a posição que há pouco marcava em França o Sr. Chéron, Ministro das Finanças, para que pudesse consolidar-se o equilíbrio em que tanto se empenhara, e com tão brilhante resultado, o Governo Poincaré. Em Portugal acresce que ainda se não fizeram, por se não haverem proporcionado as circunstâncias, a estabilização legal e definitiva da moeda e a reforma do banco emissor. Quer dizer que, mais que em qualquer outra nação onde o problema tenha sido resolvido, nos é imposta a defesa intransigente do equilíbrio orçamental.

Esta ideia que domina por toda a parte a reorganização, devemos tê-la bem presente no espírito, para não surgirem ilusões inconciliáveis com as maiores necessidades da Pátria, embora se devam ter esperanças de futuros alívios. Estes serão tanto mais certos e próximos quanto mais se apressar, de todos os lados, a reconstrução material do País, cuidado que o Governo chama a si, secundado por todos os outros elementos da Nação.

Por vários Ministérios se trabalha no plano de obras de fomento a realizar e se estuda a colaboração do Estado naqueles domínios onde a sua assistência se reputa necessária ao revigoramento da economia nacional, na metrópole e nas colónias. São muitos centos de milhares de contos o que há-de gastar-se nos seis a dez anos que vão seguir-se. As economias privadas tomarão sobre si uma parte, as finanças públicas o restante, e tudo se fará sem menosprezo dos princípios fundamentais da nossa administração, contanto que não percamos o sentido das proporções, não precipitemos a solução conjunta de problemas além das nossas possibilidades e

continue a praticar-se o mesmo processo de *ditadura financeira*, com a sua unidade de plano e a sua rigidez de execução.

DITADURA FINANCEIRA

Para essa ditadura não tem faltado a absoluta confiança da Nação, e honra seja aos Chefes de Governo que não tiveram outra política financeira que a do seu Ministro das Finanças, e aos Ministros que têm sacrificado às altas necessidades da Pátria, com um pouco do seu legítimo orgulho, os seus pontos de vista pessoais.

Sinto quase como no princípio a forte pressão dos nossos defeitos administrativos, da nossa prodigalidade, do nosso prazer de gastar, das nossas aspirações desmedidas, do secreto desejo dos serviços de furtar as despesas a uma fiscalização rigorosa. Ai de nós se supomos chegadas maiores facilidades e se cremos desnecessária a intransigência com que se há defendido o dinheiro do contribuinte português: a onda represada, vencido o primeiro obstáculo, destruiria sem custo todas as barragens.

•

Meus Senhores: — Quisestes vós ter a amabilidade de trazer-me, por parte das populações que administrais, uma palavra quente de aplauso, de incitamento e de fé. Em boa verdade e em boa consciência eu tenho que retribuir-vo-la, tão benéficos resultados tem o País tirado da vossa administração.

Foi para mim a homenagem, mas a obra não é minha: eu sou apenas obreiro que trabalha, com espírito de bem servir, na campanha do levantamento de Portugal e realiza disciplinadamente, no conjunto, a parte que se lhe pede. Alguém, superior ao Governo, consubstancia a unidade e tradição governativa e representa verdadeiramente a Nação, e em nome desta recebe agora no país vizinho as homenagens de toda a Espanha. Que para o ilustre Chefe do Estado vão, pois, as vossas últimas e mais quentes saudações.

Apêndice

e os melhores fabricantes não o aproveitam: o principal trabalho está portanto paralisado na restante parte do ano.

A técnica da indústria é muito simples e as instalações pouco exigentes: vem deste facto a facilidade com que em certos momentos se multiplicaram as fábricas e se improvisaram os industriais. A preparação da embalagem, a conserva ou fritura do peixe e a esterilização do produto obtêm-se com predomínio do trabalho mecânico; a escolha e preparação do peixe e o seu enlatamento constituem a essência do trabalho manual. A maquinaria é simples e em geral pouco custosa; o trabalho é de aprendizagem fácil e de fácil execução, os dois sexos são simultaneamente ocupados e por vezes em serviços idênticos. Rapazes e raparigas de pouca idade podem ser empregados em trabalhos subsidiários, leves e apropriados aos seus poucos anos.

Como indústria de produtos alimentares, as exigências de higiene e limpeza podem considerar-se indefinidas. A luz, o bom ar, a água, os esgotos, os desperdícios da indústria, são aqui problemas mais graves e dominantes que noutras produções, onde aquelas questões têm a importância que lhes provém do cuidado pela saúde do pessoal e não, como aqui, do respeito pelo consumidor.

8. O fabrico. Tipos e marcas. - Com o carvão e a folha-de-flandres importados, com o peixe pescado pela mesma empresa ou adquirido na lota a outras empresas de pesca, com o azeite produzido e refinado no País ou mandado vir de Espanha ou da Tunísia, com o sal produzido na localidade ou transportado de outras, como em Peniche, para onde vai de Lisboa ou do Algarve, com o «vazio» fabricado ali ou encomendado a industriais especializados, o fabricante faz as suas conservas, que, à parte uma ou outra especialidade sem grande importância comercial, obedecem a idênticos processos de fabrico. Na prática, porém, há tipos e marcas inumeráveis.

Há tipos de fabrico definidos pelo peso e dimensões das latas, por assim dizer clássicos; outros há que são adulterações dos anteriores para efeito de concorrência ou criações especialmente destinadas a satisfazer exigências de alguns mercados. São poucos os que correspondem verdadeiramente a imposições da técnica industrial, digamos, à necessidade de melhor aproveitamento do peixe.

À diversidade de tipos acresce em cada fabricante a colecção das suas marcas, por vezes numerosas. Naturalmente as fabricadas com óleo são diversas das fabricadas com azeite puro de oliveira; as referentes ao peixe gordo de Verão distinguem-se algumas vezes daquelas em que é aproveitado o peixe magro de Inverno; dentro da mesma época de fabrico é natural distinguir o peixe de melhor apresentação e o restante em duas marcas diferentes, mas há quem nestas condições trabalhe em três ou mais. O fabricante, o armazenista, o retalhista, conhecem as marcas e as qualidades correspondentes; o público consumidor não pode aperceber-se disso, a não ser pelo preço, se é que na venda a retalho a distinção vem realmente a ser feita.

As marcas são umas vezes invenção e propriedade do fabricante, outras vezes do importador estrangeiro, para quem é fabricada a encomenda. Em regra geral os

bons fabricantes mantêm as suas marcas por largo tempo; os maus substituem-nas à medida que as vão desacreditando.

Apesar de ser simples a técnica da indústria e geralmente conhecidas as suas regras, a produção é qualitativamente muito diversa, ainda que se entregue peixe igualmente bom. A razão principal está em que as sucessivas operações têm seus tempos determinados, de modo que a capacidade de produção de cada fábrica se pode antecipadamente determinar com pequenos desvios. Se, aproveitando excepcional abundância ou barateza, a fábrica mete mais peixe que o correspondente à sua capacidade, vê-se obrigada a precipitar as operações ou a dilatar o fabrico por maior espaço que o que a matéria-prima pode comportar: em qualquer dos casos, abastardou-se a qualidade do produto. Se a este motivo juntarmos os que podem provir da qualidade do peixe ou do azeite, do pouco esmero no preparo, na falta de cuidado na escolha ao enlatar, teremos explicada a existência de tão díspares produtos no mercado.

Os bons fabricantes parece terem abandonado inteiramente o fabrico com óleo, empregando simplesmente o azeite de oliveira. Alguns preparam ainda conservas em óleo para mercados que desejam mercadoria de menor preço. Uns e outros mpregam já muito azeite nacional, que dizem estar nestes últimos tempos a satisazer completamente; mas industriais há que continuam preferindo o azeite estrangeiro. Não me foi já posta a questão de preço; e o que se diz da qualidade dá a entender que é problema em via de solução.

1

9. As INSTALAÇÕES. — Em quase todos os centros conserveiros há numerosas fábricas que cessaram a laboração: eliminou umas a crise da pesca, outras a concorrência. Apesar dos elevados lucros que em certas épocas realizaram, a maior parte deve representar capitais não amortizados, hoje quase completamente perdidos. A selecção, operando às cegas, não deixou sobreviver somente as melhores: ainda hoie encontramos boas instalações, mesmo óptimas, algumas regulares e bastantes más, que, sob vários aspectos, se devem considerar condenadas. A verdade é que a indústria se desenvolveu um pouco ao acaso, estimulada pela simplicidade da técnica e pela barateza das instalações rudimentares, financiada com abundância e facilidade extrema nos bons tempos da inflação da moeda e do crédito, sem uma orientação superior, sem qualquer regulamentação legal própria da especialidade. Daqui uma multiplicidade de organismos fracos, sem condições financeiras, sem convenientes instalações industriais, sem posição suficiente nos mercados para não serem explorados por intermediários, que ficam, afinal, com todos os lucros da produção: estas fábricas são, pelas suas precárias condições, elementos antes nocivos aue benéficos.

Mesmo as consideradas boas instalações estão longe de ser inteiramente satisfatórias. Um espírito exigente notará logo as deficiências e irregularidades e compreende que há muito que modificar, aperfeiçoar, embelezar e que há necessidade de fazê-lo. Poucas fábricas nasceram precisamente para o que hoje são: fruto de transformações sucessivas ou de acrescentamentos, desenvolveram-se de forma irregular e em mais que uma se notam saltos bruscos na série de operações da produção, por falta de adaptações suficientes, má localização dos serviços, movimentos inúteis, perdas de tempo e de trabalho, que pesarão finalmente sobre o custo. Não é que numa indústria com o carácter desta valha a pena fazer sacrificios demasiados a construções caras e instalações de luxo dispensável: isso nada produzirá. Mas há que ter cuidados minuciosos na parte em que a instalação tem de deixar de ser paredes cobertas para obedecer às exigências de um trabalho racionalmente distribuído e realizado em condições de bom rendimento, com todos os requisitos da higiene em relação ao produto e ao pessoal.

10. Um TIPO ESPECIAL DE FÁBRICA. — Em Lisboa, em Matosinhos e em Espinho — esta muito superior como instalação a tudo o mais que existe no País — visitei três fábricas que devem ser consideradas à parte pela complexidade do respectivo fabrico. Trabalham em todo o género de conservas, não só nas duas espécies de peixe comuns a todas as outras, mas em todo o peixe, mariscos, carnes, ovos, legumes, hortaliças e frutas, e acumulam com a indústria a venda no mercado interno ou a exportação de azeite para consumo.

Na parte da sardinha não há, é evidente, nada de especial, mas as restantes conservas garantem uma certa rotação de trabalhos durante o ano, para o aproveitamento sucessivo das matérias-primas, de modo que a permanência de operários, é maior e o trabalho regular mais garantido. As embalagens diferem, como é natural, e as conservas podem considerar-se bem apresentadas.

Apesar da crise dos mercados — muitas destas conservas destinam-se a Inglaterra, Brasil, colónias portuguesas e belgas —, os produtores não têm dificuldade na colocação da mercadoria; mas os stocks são mais parados, porque se tem de fabricar para um ano inteiro em periodo mais curto (época da azeitona, da ervilha, etc.) do que o que representa a época da pesca da sardinha. A imobilização de capital é por isso, nesta parte, maior.

b) O Comércio

11. Preparação e embalagem. — A conserva é fabricada, como se disse já, para a venda quase exclusiva nos mercados externos, tão pouco apreciável é, comparado com a produção, o consumo no País.

A lata é geralmente litografada e dela consta a marca, o nome do fabricante, a designação do peixe, do azeite ou do óleo (em mais que uma lingua e conforme o país importador).

Também se fabrica em lata branca por iniciativa do fabricante, que lhe destina embalagem de papel preparada na fábrica, ou por exigência dos compradores (sobretudo da Inglaterra), que aliás pretendem artigo de boa qualidade, destinando-lhe certamente embalagem própria.

Correntemente as latas são acondicionadas em caixas de madeira, armadas na fábrica com as tábuas que vêm das empresas de serração, preparadas já à medida.

Utiliza-se a madeira de pinho, em geral não aplainada. Só numa fábrica encontrei madeira importada, de álamo, facto explicável pelas ligações especiais que a empresa tem com o país fornecedor, no caso a Itália, e pela economia no peso da embalagem, que é sensível.

As caixas têm, por seu turno, impressos a preto ou cores os dizeres necessários à identificação do produto e à designação do país de origem. Nalguns casos o aspecto é regular, mas há progressos a fazer. A madeira empregada é desigual, umas vezes branca, outras resinosa, outras preta e deteriorada pela chuva, galhenta, não aplainada.

Temos possibilidade e até facilidade de servir melhor e dar melhor aspecto à embalagem exterior das conservas, com um pouco de cuidado, esmero, bom gosto e muito pequena despesa a mais, se é que isso chegará a custar alguma coisa.

- 12. Formas de comerciar. Variam bastante as maneiras de negociar na exportação das conservas; mas parece-me que todas são redutíveis aos tipos seguintes:
- 1) Venda pelo produtor a exportador não fabricante;
-) Venda firme, a maior ou menor prazo, a importador estrangeiro;
-) Venda em consignação;
- d) Agência própria em país estrangeiro para colocação da mercadoria.

Suponho que só pequenos fabricantes sem capacidade financeira utilizam o primeiro processo. O industrial não realiza mesmo neste caso o tipo completo da empresa que trabalha para o mercado; trabalha para outrem, quase por sua conta, recebendo dele as matérias-primas e o dinheiro para as férias do pessoal, em troca do produto entregue a um preço estipulado. É modalidade reconhecida como inferior a todas sob os pontos de vista industrial e comercial. O empresário seria aqui verdadeiramente o exportador, mas este não tem responsabilidades na produção. Removidas as causas que o fizeram surgir, este tipo está condenado a desaparecer, ao menos na sua precisa forma actual.

Da consignação queixam-se todos os que a usam. Sobre o produto exportado e tarifado no estrangeiro o produtor saca uma percentagem, em geral não superior a 60%, aguardando depois a liquidação do resto, difícil, regateada, morosa, quando vem. A mercadoria sofre neste processo uma dupla desvalorização — a do preço que lhe é fixado primeiro, a da parte não liquidada depois. O interesse do processo está apenas na mobilização de algum capital; o que o mantém é mesmo a necessidade de capital que o industrial tem, não podendo esperar pela colocação definitiva da mercadoria.

A agência própria em país estrangeiro com mercadoria em armazém — vai o produtor ao encontro do comerciante, em vez de aguardar no país a encomenda — exige um certo movimento, mas é sem dúvida a forma mais perfeita de negociar, quer dizer, aquela que deve garantir ao industrial o máximo de segurança e de lucro. Pareceu-me ainda pouco generalizada; exige capital suficiente, grande produção, estabilidade de marcas e regularidade de fabrico. Ela elimina de facto o grande

armazenista e aproxima do retalhista o industrial. É um intermediário a menos e certa margem de lucro a mais.

13. Os MERCADOS E A CONCORRÊNCIA. — As conservas portuguesas aparecem à venda, pode dizer-se, pelas cinco partes do Mundo — nas colónias portuguesas, nos países europeus, asiáticos, americanos do norte e do sul. Mas os principais mercados são a França, a Bélgica, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, os Estados Unidos da América, o Brasil e a Argentina. Todos estão afectados pela presente crise, mas alguns, como a Alemanha e o Brasil, mais violentamente que outros.

Os mercados não têm todos iguais exigências — há alguns onde tem melhor colocação o produto fino, outros em que a concorrência obriga a trabalhar com mercadoria de menos preço, em qualidade razoável.

A concorrência nos mercados estabelece-se com a conserva francesa, italiana e agora também noruequesa, marroquina, japonesa e da América do Norte.

A excelente qualidade do nosso peixe — quando bom — triunfa com relativa facilidade dos concorrentes novos e das suas imitações. Pior é a concorrência dos produtores nacionais uns com os outros nos mercados estrangeiros. E aí que principalmente se afirmam os efeitos de desorganização da indústria e das precárias condições financeiras em que alguns trabalham. A necessidade de realizar capital tem levado a vender por qualquer preço e de qualquer modo, tão abaixo do custo que por vezes o facto foi tomado como dumping — dumping absurdo, sem vantagens para ninquém.

Compreende-se como se anarquiza e deseduca um mercado sujeito a grandes ofertas de mercadorias por preços sucessivamente decrescentes, forçando o industrial à procura e só conseguindo maiores retraimentos da parte do comprador à espera ainda de melhores preços e condições. Que é errado o caminho que tal política traduz — se é política de qualquer espécie este trabalho nos mercados externos — verifica-se pelas consequências ruinosas para os interessados e para o Pais, que deve ter perdido em cada ano centos de milhares de libras, pela venda ao desbarato. Que não era necessário para vender fazer preços de ruina deduz-se do facto de alguns industriais, com marcas acreditadas e clientela feita, terem podido sustentar quase os seus antigos preços.

Esta concorrência e consequente aviltamento de preços têm tido sua repercussão no valor do peixe e naturalmente no peso e na qualidade do produto exportado: salvando-se embora as melhores marcas de fabricantes que procuram manter-se à margem da luta, estamos na iminência de lançar fundo descrédito sobre as conservas portuguesas correntes, para o que não é preciso que as conservas sejam más, bastando que alguns conserveiros não sejam correctos.

c) Vida Operária e Assistência Social

14. O TRABALHO E A SUA REMUNERAÇÃO. — Do carácter irregular intermitente da indústria proyém o carácter irregular do trabalho para boa parte dos indivíduos nela

empregados. Pode dizer se que nas fábricas de conservas, e sobretudo naquelas em que apenas se trabalha o peixe de Verão, só um pessoal muito pouco numeroso tem ocupação permanente: a maior parte só é chamada ao serviço na época do fabrico e muito especialmente quando o serviço aperta pela abundância do peixe. Provém destes factos que nalgumas terras, como Olhão, há em certos meses do ano uma população flutuante de alguns milhares de pessoas que são ali atraídas de outros pontos pela certeza de trabalho.

Mas tanto nestes como nos meses restantes pode ou não haver trabalho e, quando o há, ter intensidade muito diferente. Em Peniche o pessoal é algarvio, não empregando as fábricas pessoal da terra, ou pela relutância dos habitantes em se adestrar naqueles trabalhos ou por qualquer outro motivo. A exigência de operários e operárias numerosos de fora da terra cria ali problemas especiais à indústria de conservas.

O elemento feminino predomina nas fábricas; crianças de ambos os sexos abundam também, mas os trabalhos que lhe vi confiados são em geral muito leves.

A remuneração é por hora; porém, o trabalho que pode ser remunerado por tarefa é-o. Em toda a parte e em todos os serviços onde a tarefa se emprega, o renlimento do trabalho é elevado.

Devido ao preço adoptado para a hora de trabalho e ao cálculo estabelecido para as tarefas, o salário diário para os homens e mulheres e bom, diríamos mesmo que em muitos casos é alto, comparativamente com os salários pagos não só no campo, mas na generalidade das nossas indústrias. Mas, como o trabalho é irregular, a média do salário, mesmo na época mais ocupada, pode baixar muito, e não estranho que nalguns casos seja mesmo insuficiente. A vida individual e doméstica ressente-se disso: em mais duma operária se podem notar os traços característicos do trabalho bem pago, mas irregular — bocados de luxo com laivos de miséria.

15. Assistência patronal. — A assistência patronal, reclamada por alguns dos aspectos especiais desta indústria e pelas condições do seu trabalho, é absolutamente rudimentar. Encontrei uma creche em Vila Real, outra em Peniche, sendo possível que outras existam, para as crianças cujas mães trabalham nas fábricas.

Nem serviços higiénicos completos, nem cantinas, nem escolas, nem bairros operários, nem qualquer forma de assistência na fábrica ou fora dela me pareceu existirem. Há pequenas coisas que com pouca despesa dariam às fábricas e ao pessoal um ar diferente.

A necessidade de mandar vir pessoal de longe obrigou alguns conserveiros de Peniche a resolver o problema da habitação com a construção de bairros próprios. Num deles é concedido um quarto a cada operária, que pode servir-se com outras duma pequena cozinha comum. Por este processo a vida doméstica é invertida: a rapariga não vive na família, é o centro da família que ela pode ter junto de si, na sua pequena instalação — pai, mãe, irmãos. Num desses quartos conversavam raparigas desocupadas; uma estava ainda doente: tinha tido uma criança há poucos dias...

Pode, porém, achar-se que isto é bastante bom, quando se encontra em Peniche. Fora das muralhas, nos areais do istmo, naturalmente por uma dessas complicadas e intermináveis questões que podem surgir entre os Ministérios da Guerra ou da Marinha e a Câmara Municipal, não se regularizam nem se defendem os terrenos, não se alinham ruas, e barracas de madeira são construídas a título precário — ao abrigo duma licença que pode ser retirada. Do facto deriva certamente lançar-se sobre a renda uma espécie de prémio de seguro do capital, que a torna demasiadamente elevada, sobretudo porque tais habitações não prestam para nada.

Os salários são em Peniche inferiores ao que são em Setúbal ou no Algarve, mas, porque o pessoal é de fora, os industriais pagam metade do salário quando não há trabalho, forma especial de assistência que me não foi revelada em mais parte alguma.

2. Problemas e Soluções

16. As possibilidades de organização da indústria. — A simples exposição dos factos, com os leves reparos feitos, deve ter dado ideia da multiplicidade de questões e aspectos que hão-de ser considerados com maior ou menor urgência, mas em qualquer caso integrados no plano que se adopte para a solução do problema das conservas. Impõe-se organizar a indústria, sem dúvida; simplesmente é solução, esta, indefinida e vaga, com alcance e extensão muito diferentes, solução que pode mesmo ir variando com condições económicas diferentes das actuais e em obediência a necessidades que a economia mundial venha a impor. Nós não sabemos, portanto, até onde podem levar as exigências do futuro em relação à produção e comércio das conservas; mas o que podemos e devemos definir é o ponto de partida, quero dizer, as condições mínimas a que devem neste momento e num futuro próximo obedecer a intervenção governativa e o entendimento dos interessados.

Reduzido a esta proporção, o problema torna-se mais preciso e consequentemente mais susceptível de ser dominado no sentido das soluções imediatas.

Convém não esquecer que partimos da desorganização ou da absoluta ausência de organização, não havendo nenhum ordenamento racional, nem na produção nem no comércio das conservas. Estamos, por outro lado, em face de filhos dum individualismo exagerado, hostis à associação, renitentes ao acordo espontâneo, doentiamente desconfiados, sempre prontos a romper por antagonismos individuais, mesmo depois de sentirem os efeitos benéficos de um princípio de organização, indisciplinados, em suma: a experiência das uniões de conserveiros de Matosinhos são do caso prova suficiente. Isto quer dizer que as condições sociais portuguesas não permitem nem ir duma assentada para as organizações industriais de tipo complexo, mas absorventes da autonomia dos produtores — ainda que fosse possível a indústria tão forçadamente dispersa —, nem fazer coisa que perdure, independentemente dos actos de autoridade, ou seja da intervenção da lei.

O momento para esta parece singularmente oportuno: a indústria, cansada de lutar e de perder, é assoberbada por dificuldades que, abandonada, não vencerá, e apela por isso para o Estado, que pode ditar as condições mínimas da sua interven-

ção. O encerramento de numerosas fábricas retirou, por outro lado, de cima da indústria o peso morto de muitos capitais perdidos e diminuiu extraordinàriamente o número dos que são chamados a organizar-se. Estamos por fim a cinco ou seis meses da reabertura da época fabril de 1932 e com tempo bastante para preparar as condições novas em que a indústria seja chamada a trabalhar.

17. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXPORTADOR. — A intervenção mínima da lei, considerado o problema em abstracto, estaria na definição rigorosa dos tipos de fabrico [peso e feitio das latas: estandardização; na garantia facultativa da qualidade, ficando livre a exportação, sem garantia do Estado, para todo o exportador que não quisesse a ela sujeitar-se; na fiscalização do fabrico para aquele objectivo; na questão do emprego do azeite e do óleo e na proibição absoluta ou relativa da utilização do peixe magro de Inverno (duas questões ainda a definir, se bem que em relação a esta última haja o voto expresso da grande maioria dos conserveiros no sentido do emprego exclusivo do peixe gordo)].

Isto representa já alguma coisa, mas reputo a solução insuficiente e desproporcionada com tudo quanto se disse atrás a propósito do estado actual da produção comércio das conservas. Quem quer vê que, se há necessidade de resolver metólica mas completamente as questões postas, é necessário que na fórmula agora adoptada se encontrem as possibilidades dessas soluções o que estas venham a resultar naturalmente do desenvolvimento ou do aperfeiçoamento de um princípio de organização efectiva.

Ora, de facto, ao lado das medidas apontadas, embora constituam de si apreciável vantagem, ficariam inatingidos aspectos dos mais graves sob o ponto de vista comercial e quase todas as deficiências ou inferioridades da produção: a desordem dos mercados externos, a concorrência desvairada no preço, a falta de propaganda, os métodos inferiores de comerciar, a ausência ou carestia do crédito são questões que ficariam práticamente no mesmo pé.

Não deve esquecer-se que tudo isto resulta e é nos mercados externos a projecção de vícios da organização industrial. É destes vícios de organização que vem a insuficiência das bases económicas da exploração, o abuso e insuficiência do crédito (coexistem as duas coisas paradoxalmente na indústria portuguesa), a falta de garantias reais, morais ou pessoais para se poder libertar o produtor da usura ou dos apertos do seu mal parado negócio, nada sendo possível financeiramente no estado actual.

Se estes factos se ligam como causas e efeitos, nenhuma dúvida pode haver de que não só temos que ir mais longe na disciplina do comércio exportador, mas temos desde já que intervir, através e por efeito da fórmula que se adopte, na produção das conservas, deixando embora independentes os industriais na vida administrativa das empresas. Numa palavra: parece-me que desde já, ainda que fique livre o mercado interno à concorrência, se deveria ir para a organização do comércio externo, monopolizando-o todo num centro exportador de conservas, formado pelos industriais interessados na exportação, desde que as suas instalações e o seu

fabrico correspondam às condições que forem determinadas. A fórmula cooperativista talvez fosse aqui de aconselhar, porque permitiria uma remuneração fixa ao capital, um capital indeterminado e uma distribuição de lucros proporcional às vendas de cada um.

Sem pretender entrar em particularidades do assunto, compreende-se com que facilidade não resolveria este organismo, ajudado pela lei, questões que se encontram na base de muitas outras — disciplinando o mercado e disciplinando a produção. Uma coisa não se fará sem a outra.

18. A GARANTIA DA QUALIDADE. — A criação deste centro exportador com as atribuições indicadas supõe resolvido em certo sentido um programa económico de importância fundamental: chamar-se-á a política da qualidade, contraposta à política da quantidade. Neste caso das conservas, como por exemplo no do vinho do Porto, tem de ser resolvida como questão prévia a orientação geral que a economia do Pais deve seguir.

A economia mundial através dos organismos que a dominam tem de há muito enveredado pelo caminho do envilecimento qualitativo dos produtos em favor da sua quantidade, levada ao exagero das sobreproduções, e trazendo no ventre a substituição completa dos artigos, em periodos sucessivamente mais curtos. De tal modo está generalizado o processo que a boa qualidade parece que deixou de ser exigência imperiosa da vida económica. Alguns dos resultados desta política estão-na vendo todos, nos tristes dias que passam.

É certo que há exigências de mercados que podem não pensar como nós e em que é preciso fazer face à concorrência de outros produtores. Mas em artigo como este, que não pode aspirar a ser de uso corrente na alimentação, e gozando nós duma superioridade marcada da matéria-prima, convém-nos valorizar ao máximo o que a natureza liberalmente nos dá: se houver que sacrificar uma grande exportação ou a qualidade desta, antes se renuncie à quantidade.

Quando se fala na preferência da qualidade, não se quer dizer que só o produto de luxo deva ser fabricado: seria têcnicamente impossível ao menos sem desperdicio quase criminoso; quer-se dizer perfeição no fabrico, exactidão no peso, designação precisa da mercadoria.

Está aqui o essencial para a defesa qualitativa do produto, para o seu crédito cá dentro e lá fora, para a garantia do fabricante e do consumidor. A propaganda da conserva portuguesa em geral (não, é evidente, de certas marcas) tornar-se-ia fácil, sincera e com viabilidade financeira, não sendo necessário cobrar nas alfândegas qualquer imposição, pois que o organismo a criar a poderia por si próprio fazer.

19. A INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO. — Deste princípio de organização e das exigências impostas ao fabrico têm naturalmente de resultar transformações industriais de certa monta: é natural que várias empresas que se não encontram em condições satisfatórias de trabalho tenham de remodelar-se ou de fundir-se, concentrando-se nas instalações melhores e mais bem localizadas, aper-

feiçoando e completando estas, encerrando as outras e colocando-se em condições de poderem ser consideradas elementos económicos úteis e sãos.

É fácil passar daqui à disciplina das marcas. Talvez se reconheça vantagem em manter, relativamente a vários industriais, as marcas próprias, muito acreditadas pela constância da boa qualidade através dos anos e a que certos mercados importadores estão de facto habituados. Mas não seria conveniente reduzir as muitas que por aí se fabricam, absolutamente inexpressivas e sem valor comercial, substituindo-as por uma só ou poucas, indistintamente trabalhadas por vários fabricantes?

Logo que a organização crescente da indústria atinja um certo grau, deverá ir-se um pouco mais longe na distribuição do trabalho fabril. A integração de trabalho que se nota, por exemplo, entre o «vazio» e o fabrico de conservas só se me afigura princípio superior na organização industrial para um certo valor de produção. Para pequenos organismos é, antes, de aconselhar o desenvolvimento paralelo e independente das duas indústrias, até ao momento em que, suficientemente valiosas uma e outra, convenha efectivamente integrá-las no mesmo sistema produtivo.

Assim como a litografia se desenvolveu com independência, a indústria do «vazio» poderia também crescer assim, abastecendo todos os organismos de secundária importância, a quem suponho não valerá muito a pena embaraçar-se com um abrico que, na maioria dos casos, não deve ser económico. Uma das vantagens que aqui adviriam era desde logo diminuir o campo em que, por força do carácter próprio da indústria, existe a irregularidade ou intermitência de trabalho operário.

O entendimento que fatalmente vai resultar da solidariedade imposta aos industriais exportadores estou certo que dará azo a muitas outras formas de colaboração.

As condições que pode obter uma união de produtores (ainda que, para o efeito, simplesmente regional) na aquisição de matérias-primas, sobretudo da folha e do azeite, são tão favoráveis que de há muito não deveriam andar desperdicadas.

Devemos chegar ao consumo exclusivo do azeite nacional desde que está garantido, pelas qualidades do produto e pela experiência dos fabricantes de conservas, que satisfaz plenamente às exigências da indústria. São inegáveis os progressos feitos e compreende-se que, contando-se com um mercado regular, desapareçam as últimas dificuldades que aqui e além se levantam e fazem preferir ainda por alguns o azeite estrangeiro.

A melhor e mais perfeita utilização dos desperdícios de óleos e de peixe e mesmo da folha é também possível, mas não econômicamente com a parcelação actual da indústria. Desde que se afirme a concentração industrial, tal trabalho poderá ser orientado de forma diferente e dar resultados superiores.

20. Relações com a pesca. — Quando, por meio da organização para a venda, a indústria conserveira puder conhecer a capacidade dos mercados, estará igualmente em condições, não só de dirigir a produção das fábricas, mas de exercer a acção reguladora na pesca que lhe anda ligada. Não é impossível que em dia não longínquo a organização da indústria esteja dotada do trabalho da pesca correspondente às suas próprias necessidades. Nessa altura o problema da escassez natural do pescado pode subsistir; mas o da superabundância do peixe está em condi-

ções de ser dominado — ou se evita, ou temos apenas de estudar a sua colocação no consumo em aplicação dos mesmos princípios com que se esteja trabalhando na questão da pesca para abastecimento do País.

Não é sequer preciso para evitar a desordem actual que a pesca esteja integrada na mesma organização com a indústria das conservas; basta que esta esteja em condições de disciplinar a procura de peixe em relação a uma indústria de pesca independente, trabalhando em face dela, para que ou as dificuldades não existam ou possam, desde que surjam, resolver-se.

As queixas que ouvi formular quanto ao modo de funcionar da *loto* — falta de rigor na medida utilizada e pregão do preço em escala descendente — referem-se a pormenores que podem ser revistos independentemente das maiores soluções, como podem sê-lo as questões relativas à pesca do atum e à sua importação em fresco para o abastecimento das fábricas.

21. Problemas do trabalho feminino. — A intermitência do trabalho, característica da indústria, não pode ser evitada em relação a parte importante do pessoal. Sabe-se que algum deste acorre às fábricas na época de trabalho intensivo e regressa depois às terras, empregando-se em serviços rurais. Mas um pessoal numeroso fica desocupado na mesma localidade, vive irregularmente dum trabalho irregular. Há que ver se pode modificar-se esta situação em que se encontra grande número de mulheres, situação cujos inconvenientes foram notados já.

Além da melhor distribuição de trabalho que venha a resultar duma organização mais perfeita, lembro que pode buscar-se solução ao problema por meio de indústrias domésticas cuja aprendizagem deveria ser facultada. Algumas pequenas indústrias, como rendas, bordados, tapetes e outras cujo trabalho possa ser suspenso e logo depois retomado e não exija maquinismos ou utensílios caros, podiam dar ocupação, e por consequência salários suplementares, a essa população feminina. Não cuido agora de saber se se trata de mulheres casadas ou de raparigas solteiras, integradas ou não nas respectivas famílias. Nos centros piscatórios e conserveiros a situação precária e incerta do homem do mar deve na generalidade dos casos impelir a mulher para serviços estranhos à actividade doméstica que lhe aumentem os proventos do casal.

Em Peniche o problema parece dever ser resolvido por modo inverso. Como é vulgar a habilitação das raparigas para as conhecidas rendas de Peniche, há que atraí-las e a habilitá-las ao serviço das fábricas para poder ser dispensado o pessoal de fora. A sobrecarga que actualmente as fábricas suportam dos salários no periodo em que não há trabalho poderia ser assim aliviada.

22. Os serviços de HIGIENE PÚBLICA NOS CENTROS CONSERVEIROS. — São notáveis os progressos realizados nos últimos anos por algumas das localidades que visitei; mas há problemas que aqui e além estão ainda em aberto ou foram deficientemente resolvidos e muito importam à indústria das conservas. É esta uma indústria naturalmente exigente de água — abundante e barata — e de esgotos capazes. Outros serviços de

higienização das terras em que a indústria tem de viver não podem também ser esquecidos. Ora em Setúbal, por exemplo, em Peniche, sobretudo, a água falta; nestas terras e em Olhão o serviço de esgotos não é perfeito ou não existe e nesta última terra parece que o mar a suja em vez de a limpar.

É essencial para o crédito da indústria fazer-se das terras em que vive terras irrepreensivelmente limpas; creio, porém, que os planos a executar para esse fim excedem nalguns casos as possibilidades técnicas e financeiras dos municípios. O Ministério do Comércio, por meio de técnicos dos seus quadros ou contratados entre engenheiros especialistas deste género de trabalhos, poderia, de acordo com os respectivos municípios e seus engenheiros, fazer estudar com rapidez planos e projectos, para depois se ver como se havia de garantir a sua execução. Nem as coisas podem ficar como estão, nem problemas de solução por vezes muito difícil devem ser abandonados à improvisação dos meios técnicos restritos de que podem dispor as pequenas terras e até — quantas vezes!— as grandes.

23. Conclusão. — Para pôr em execução estas ideias ou as que em definitivo venham a ser julgadas mais conducentes à consecução dos fins que se têm em vista há-de ser preciso usar da autoridade do Estado e dispor da boa vontade dos que vivem da indústria e são os primeiros interessados no seu progresso. Sente-se que é precisa a colaboração de muitas inteligências, de muitas vontades, de vários serviços públicos, trabalhando num plano único para uma finalidade conhecida. A perfeita combinação de movimentos pode evitar quase completamente as dificuldades do adaptação, as crises locais, a falta de trabalho até. Deve, por outro lado, reconhecer-se que, trabalhando a sério e a fundo neste problema, nós criaremos condições favoráveis e que a mim se me afiguram necessárias, para se passar a outro com esperança fundada de também se resolver. A pesca para consumo e a distribuição do peixe fresco no País aquardam que para eles seja também desviada a atenção.

II. PRIMEIRA EXPOSIÇÃO À ASSEMBLEIA NACIONAL ACERCA DE TIMOR ^ω

1. Não pedi a palavra hoje para fazer um discurso, mas só para ler à Assembleia uma exposição de factos. O Conselho de Ministros, em nota publicada na imprensa, aludiu a acontecimentos graves que se teriam dado na parte portuguesa da ilha de Timor. Com efeito, na manhã de quarta-feira um corpo de tropas, ao que parece, australianas e holandesas tinha desembarcado à força em Díli, com a invocada razão de defender a colónia de iminente agressão japonesa. O Governo não sente a menor

Discurso pronunciado na Assembleia Nacional em 19 de Dezembro de 1941.

hesitação em dar ao País, por intermédio desta Câmara, conhecimento completo dos factos verificados até este momento.

Deixa-se em silêncio a campanha feita em certos sectores da imprensa mundial há algumas semanas acerca de Timor e das preocupações que causava a política portuguesa de valorização da colónia — campanha entre interessada e ridícula, em que estão envolvidas pretensões a monopólios não obtidos e o pavor da infiltração japonesa, constituída por catorze súbditos nipónicos. Deixa-se tudo isso em silêncio e relatam-se apenas os antecedentes imediatos da questão.

- 2. Em 4 de Novembro findo o Secretário de Estado britânico para os Negócios Estrangeiros ocupou-se, em conversa com o Embaixador de Portugal em Londres, da posição estratégica fundamental de Timor em relação à Austrália, pelo que o Estado Maior Imperial era obrigado a preocupar-se com a defesa da ilha. O F. O. punha ao Governo Português as três questões seguintes:
- a) Qual a atitude do Governo Português no caso de ataque japonês a Timor?
- b) Está o Governo Português disposto a aceitar a ajuda britânica nesta hipótese?
- c) Caso afirmativo, não haveria vantagem em fazer estudar um plano de acção comum?

A nossa convicção era que um ataque japonês à possessão portuguesa de Timor não devia considerar-se provável: não só se lhe opunham as nossas cordiais relações com o Império Nipónico, como não se lhe via razão estratégica, pelo menos antes de terem sido dominadas as bases de Singapura, Batávia e Filipinas e livres os mares para o avanço japonês em direcção ao sul. Mas nessa hipótese não parecia que o Japão necessitasse do Timor português para atacar a Austrália. Era todo o caso, prevendo-se, por excesso de prudência, todas as eventualidades e dado o jogo da aliança inglesa, o Governo não teve dúvida em mandar dar as respostas sequintes:

- a) O Governo Português, como em relação a qualquer outra parte do território metropolitano ou colonial e em relação a qualquer agressor, resistirá pela força a uma eventual agressão japonesa em Timor;
- b) Dada a intenção de resistir, o Governo não só aceita a ajuda britânica como espera, nos termos dos tratados de aliança, que a Inglaterra o auxilie na defesa da colónia, tanto mais que, não havendo da parte do Japão qualquer razão contra Portugal, o ataque a dar-se só poderia ser consequência da nossa situação de aliados da Inglaterra ou como meio de ulterior ataque a posições do Império Britânico:
- c) O Governo considera vantajosa a troca de impressões ou estudo de qualquer plano de acção.

E, como se revelasse impraticável ter em Londres as necessárias conversas para a eventual prestação de auxílio, mudou-se de orientação.

3. Em 2 de Dezembro o Governo Britânico registava com satisfação a nossa resposta e comunicava que, tendo consultado sobre o assunto o Governo da Austrália, este recebera com o máximo agrado a notícia da atitude do Governo Português. Propunha-se que um oficial português fosse enviado a Singapura, para, em conferência com representantes ingleses e australianos, fazerem os estudos pormenorizados que se tornassem necessários no comando em chefe do Extremo Oriente. Além disso, em atenção ao interesse do Governo Holandês nas índias Orientais, considerava-se desejável a presença e intervenção nas discussões de um representante neerlandês, se o Governo Português julgasse de aceitar a sugestão.

Três dias depois, em 5 de Dezembro, o Embaixador de Portugal estava autorizado a comunicar que o Governo Português nenhuma objecção opunha a enviar um oficial a Singapura «para discutir com os representantes do Alto Comando Britânico a questão da defesa de Timor para a eventualidade de um ataque japonês contra aquela colónia». Quanto ao representante holandês, visto que as actuais relações de aliança entre o Império Britânico e os Países Baixos não eram extensivas a Portugal pelo facto da nossa aliança com a Inglaterra, não parecia razoável tomasse parte nas nossas discussões, mas o oficial português não teria dúvida — para isso recebeja instruções — de se pôr em contacto com o representante das índias Neerlandeas e tratar com ele de eventualidades que pudessem afectar a parte holandesa de rimor e consequente repercussão no Timor português.

A mesma resposta se deu em Lisboa ao Encarregado de Negócios da Holanda, que naquele dia 5 apresentava idêntica pretensão ao Governo Português em nome do seu Governo, reforçado o pedido com o empenho pessoal do seu Ministro. (O Sr. Van Kleffens fora recebido em Lisboa pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros com cordialidade e a cortesia devida à sua categoria e alto valor pessoal).

- 4. Em 8 o Encarregado de Negócios da Holanda exprimia o alto apreço do seu Governo pela nossa resposta. E ao mesmo tempo estimava saber se o Governo Português estaria disposto a aceitar, no caso de ataque ao Timor português, o auxílio das tropas australianas e holandesas concentradas no Timor holandês. A consulta porém não podia ter resposta imediata, primeiro porque constituía uma antecipação sobre as aprazadas conversas de Singapura; segundo, porque se ignorava se o auxílio prometido pelo Governo Britânico seria exactamente constituído por aquelas forças ou por outras. Para a hipótese porém de ataque tão rápido que não pudessem realizar-se as conversações de Singapura, seriam então necessárias conversas entre as autoridades locais. Era nossa intenção aceitar este auxílio, se em caso de ataque súbito não fosse possível receber outro do Governo Inglês ou por sua ordem.
- 5. O Governo Inglês foi informado daquela diligência e da posição tomada pelo Governo Português. O Governo Inglês não conhecia a diligência holandesa, mas, reconhecendo por um lado o bem fundado da posição do Governo Português e por outro a impossibilidade que poderia verificar-se de distrair, em caso de

ataque súbito a Timor, outras forças britânicas do Extremo Oriente, inclinava-se para oferecer ao Governo Português, em cumprimento das suas obrigações de aliado, o auxílio de tropas holandesas e australianas concentradas na parte holandesa de Timor.

Efectivamente, no dia 11 em Londres e em 12 em Lisboa, o F. O. e o Embaixador da Inglaterra comunicaram oficialmente que a ajuda britânica oferecida para a defesa de Timor, em execução da aliança e para o caso de ataque ou agressão súbita à nossa parte da ilha, seria prestada por forças australianas e holandesas, retirando-se estas logo que a sua presenca não fosse necessária. Pedia-se se enviassem instruções ao governador de Timor para se concertar com as autoridades locais e invocar tal auxilio ou aceitá-lo sem necessidade de instruções de Lisboa, caso se produzisse ataque súbito. Prometeu o Governo enviar imediatamente ordens para Timor no sentido desejado, mas, porque na conversa havida em Londres se notasse uma palavra de sentido pouco claro, avisou-se o Embaixador naquela Corte para que não deixasse subsistir no espírito do Governo Inglês a menor dúvida sobre que a colaboração de forças estranhas só se efectuaria em caso de ataque, não podendo ter carácter preventivo, como talvez in loco desejassem. E parecia ainda ao Governo Português que a guestão, por sua importância e novidade, deveria constar de documento escrito, sem prejuízo de se proceder desde logo como se a oferta nos tivesse sido feita por aquela forma.

Ao fazer-se em Londres a comunicação de que o Governo havia já mandado instruções para Timor, foi participado ao Embaixador terem igualmente sido transmitidas ordens ao comando das tropas australianas para entrar em contacto com o governador de Timor.

- 6. As instruções enviadas no mesmo dia 12 para Timor indicavam ao governador que deveria dirigir-se ao governador holandês para concertarem o auxílio a receber por nosso lado das forças australianas e holandesas. O governador deveria obedecer estritamente nas negociações aos princípios seguintes:
- a) O auxilio a prever e o que nos é devido pelo Govêrno Britânico por força dos tratados de aliança e que o mesmo Governo torna efectivo por meio de tropas australianas ou holandesas sob as ordens do Alto Comando Inglês;
- b) A hipótese a prever é sòmente o ataque japonês a Timor, não podendo funcionar o acordo no caso de simples ameaças ou receios mais ou menos fundados;
- c) A colaboração das tropas estranhas não tem carácter de reciprocidade, salvo se, por ataque japonês contra o nosso território, tivermos já perdido a nossa neutralidade:
- d) As tropas de auxílio retirariam logo que a sua presença não fosse necessária;
- e) Não se devia perder de vista que o ataque ao Timor português, a verificar-se, não podia provir de causas que directamente nos respeitassem e ao Japão, mas talvez só do facto da nossa aliança com a Inglaterra e pela nossa situação em relacão à Austrália;

- f) Sendo princípio geral defender os nossos territórios quando atacados, deviamos ter presente no caso em questão a importância que a defesa revestia para segurança do Império Britânico.
- 7. Entretanto, nos dias 9, 11 e 12, aviões australianos sobrevoaram por várias vezes Timor e especialmente Dili, violação injustificável do nosso território, com perigo evidente para a neutralidade portuguesa. Mandou-se fazer em Londres o devido protesto e manifestar a esperança de que cessassem os abusivos voos.
- 8. Em 15 de Dezembro à noite foi finalmente entregue ao Embaixador de Portugal em Londres a nota com a oferta do auxilio britânico: o Governo Inglês declarava-se preparado, em virtude das antigas alianças, a oferecer e organizar imediata assistência ao Timor português, por meio de forças australianas e de forças holandesas suas aliadas. Se o oferecimento fosse de aceitar pelo Governo Português, o Governo Inglês sugeriria que o Governo Português autorizasse imediatamente o governador de Timor a pedir a assistência britânica na forma indicada. Entendia-se que apesar disso se devia manter o convite para as conversações de Singapura.
- 9. Ora no dia seguinte, 16, de tarde, o Embaixador de Inglaterra comunicava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a informação do seu Governo de terem aparecido submarinos nas proximidades de Timor, pelo que havia sido marcada uma entrevista com o governador de Timor para a manhã seguinte. Uma força de tropas do lado neerlandês aproximava-se já de Dili para estar pronta a evitar um desembarque inimigo. A questão foi então mais uma vez posta com toda a nitidez e de modo que o Embaixador não pudesse ter dúvidas de que se estava fora do plano das aprazadas negociações, pois o Embaixador nunca se referira a outra hipótese que não fosse a agressão e o Govêrno Português nunca admitira, como fundamento do auxílio, alegados perigos ou receios, que os factos aliás não legitimavam. As instruções do governador eram expressas e não seriam modificadas; mas não nos recusaríamos à conferência pedida. E expediram-se nesse sentido ordens para Timor. Em virtude da posição do Governo Português, o Embaixador não chegou a apresentar um projecto de declaração conjunta dos dois Governos sobre o desembarque de tropas.
- 10. O Encarregado de Negócios da Holanda fazia no mesmo dia diligência semelhante; e as duas são paralelas da conversa havida com o Embaixador de Portugal no F. O. Também lá se fez referência à rápida evolução dos acontecimentos, às tropas preparadas para intervir, ao projecto de nota a enviar para os jornais, que subentendia um acordo, impossível em tais termos, com o Governo Português. A argumentação do nosso Embaixador não foi destruída, mas o Subsecretário de Estado declarou «recear que a acção já tivesse sido realizada».
- 11. Em 17 de manhã o Embaixador de Inglaterra, em nova conferência nas Necessidades, insistiu na sua argumentação anterior, no sentido de defender a colabora-

ção de forças australianas e holandesas, sob fundamento de simples ameaça, tal como estava sendo interpretada pelas autoridades do Timor holandês. Mas tal discussão não poderia ser prosseguida, pois pressupunha um estado de cousas inadmissível para o Governo Português — o desembarque de forças contra a vontade do Governo, com fundamento em perigos que não estavam demonstrados nem se afiquravam reais.

- 12. No mesmo momento em que o Embaixador de Inglaterra procurava ainda em Lisboa convencer o Governo Português a acordar na colaboração de forças estranhas, não só em caso de ataque, mas de simples ameaça à nossa soberania, já em Timor tinham desembarcado as anunciadas forças de protecção. Efectivamente a conferência que se pedira com o governador nessa manhã não fora para quaisquer negociações, fora para o intimar a autorizar o desembarque das tropas. O governador, dentro das instruções recebidas, recusou-se a autorizar o desembarque, ao qual, aliás, se não podiam opor as modestas forças locais.
- 13. As últimas notícias oficiais de Timor são estas. O governador cumpriu as instruções recebidas e protestou telegráficamente perante o Primeiro-Ministro da Austrália e o governador-geral das Índias Neerlandesas; a colónia está em perfeita tranquilidade; as forças desembarcadas, parece, tinham a convicção de operar com o acordo do Governo Português e no seu interesse.
- 14. O Governo procurou logo esclarecer os factos. As explicações e os sentimentos manifestados ao Governo Português pelos Governos Britânico e Holandês não podem infelizmente por si sós modificar a situação.

O processo não está pois findo e deverá sê-lo. O Governo informará o País do seguimento que for necessário dar-lhe.

Entretanto continua o estudo que estava fazendo e a preparação dos reforços da guarnição de Timor, como a maneira que se lhe afigura mais fácil de estabelecer, no que de nós depende, alguma calma naquelas longinquas paragens, agora directamente sujeitas às convulsões da guerra e à sua natural excitação.

- 15. Pretendi apresentar a fria série dos factos, sobre cuja nudez me abstive de lançar o véu do mais insignificante comentário. Mas não desejaria terminar esta exposição sem tocar duas notas, uma que nos respeita, outra que se refere a outrem.
- O Governo tem a consciência de haver-se conduzido com lealdade, com seriedade, com zelo até pelos interesses alheios, com a noção exacta dos deveres da aliança e dos direitos soberanos da Nação. Ele julga-se com direito a ser tratado pela forma como trata todos os assuntos e designadamente as suas negociações com o Governo Britânico.

O que a nós, pequenos e fracos, não é permitido não o é igualmente aos governos que dirigem os grandes impérios — não lhes é permitido perder a calma necessária para distinguir os serviços dos agravos. E pela confiança na própria valentia dos seus

soldados hão-de igualmente não confundir a diligência e a precipitação: a primeira aconselharia porventura a negociar, com respeito pelo direito alheio; a segunda levou a invadir o território de um neutro, de um amigo, de um aliado.

III. SEGUNDA EXPOSIÇÃO À ASSEMBLEIA NACIONAL ACERCA DE TIMOR

Sr. Presidente: Srs. Deputados:

Adiei vinte e quatro horas a comunicação que devia fazer à Câmara acerca de Timor na esperança de trazer-lhe já informações completas e poder traçar a linha de uma atitude definida. Não chegam infelizmente para tanto as notícias em poder do Governo até este momento.

Depois da exposição dirigida ao País por intermédio da Assembleia Nacional em 9 de Dezembro, o Governo apresentou aos Governos Inglês e Holandês o seu prosto contra a violação do território de Timor por forças ali desembarcadas com o im confessado de ajudar-nos na defesa contra iminente ataque japonês, visto a deficiência da guarnição local. Não podíamos pôr em dúvida nem este último facto nem a importância que a nossa parte da ilha teria para a defesa do território holandês e especialmente da Austrália. Mas não estávamos convencidos nem da probabilidade do ataque nem da sua iminência.

Por estes motivos, e demonstrado, como estava, pelo simples decurso de tempo não ser exacto o motivo alegado da iminência da agressão, o Governo Português manifestou a sua confiança na retirada das forças estranhas. Previu-se, por outro lado, o suficiente reforço das tropas portuguesas, como meio mais simples de restabelecer com a nossa perfeita neutralidade a segurança para uns e outros contendores acerca da posse da parte portuguesa da ilha. Nessa conformidade se deram instruções imediatas para Moçambique, e devo consignar, para honra dos seus serviços, que o corpo expedicionário se encontrou num espaço mínimo de tempo pronto a partir.

Embora esta se nos afigurasse a solução mais simples, correcta e lógica, dados os antecedentes do caso, não podíamos aventurar as nossas forças tão longe de quaisquer bases e de outros recursos nossos sem averiguar qual a sequência do acto que, sem olhar a encargos ou sacrifícios, nos resolvíamos a praticar. E seguiram-se então conversações com o Governo Inglês.

Eu fiz aqui a historia do incidente e coube-me a ingratíssima tarefa de apresentar a profunda mágoa do Governo e interpretar o sentimento da Nação pela violência praticada, de que possivelmente o Governo Britânico não era inteiramente culpado, mas de que tinha de tomar a inteira responsabilidade. É razoável que seja também eu a fazer deste mesmo lugar justiça à lealdade com que o Governo Inglês confessara termos cabal razão para protestar, à sinceridade com que sentiu o agravo feito e à amizade com que se empenhou em fazer aceitar a fórmula capaz de restabelecer na ilha uma situação impecável. Pela sequência dos acontecimentos e até pelas ideias feitas acerca da defesa imperial, pela necessidade também de harmonizar interesses diferentes, todos podemos ajuizar de como, sem a mais decidida boa vontade da parte da Inglaterra, a que se associaram os Governos Holandês e da Austrália, teria sido impossível chegar a resultados úteis. Infelizmente, por várias circunstâncias e sem a menor culpa nossa, fomos obrigados a perder mais de um mês: o corpo expedicionário estava pronto a partir em 30 de Dezembro; só em 22 de Janeiro recebemos a garantia da retirada das tropas holandesas e australianas; só em 26 puderam sair de Lourenço Marques com destino a Timor as forças que se haviam mandado preparar agora em maior número que o anteriormente previsto.

A viagem tem sido mais morosa do que permitia a nossa inquietação e eu aguardava ansiosamente o dia da chegada das forças portuguesas para celebrar a reposição integral da nossa soberania em terras de Timor e o definitivo encerramento de um incidente penoso, mas que, apesar de tudo, nós não desejávamos deixasse traço de esfriamento, azedume ou desconfiança nas nossas relações de amizade com o Império Britânico.

Essa exposição, porém, já não pode ser feita nos termos previstos por inesperado desvio dos acontecimentos.

Em 19 de Fevereiro o Ministro do Japão acreditado em Lisboa fazia, pelas 18 horas, acerca de Timor, uma comunicação verbal, depois repetida por escrito e entregue pelas 22 horas e 30 minutos ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Leio-a à Câmara:

«Em seguimento das suas operações no Timor holandês, as forças imperiais viram-se obrigadas, em virtude da sua defesa própria, a expulsar o exército anglo-holandês que se encontra na parte portuguesa de Timor. O Governo Imperial aprecia os esforços desenvolvidos pelo Governo Português desde a ilegítima ocupação de Timor português pelo exército anglo-holandês em Dezembro último. Todavia, como as operações das forças japonesas se estenderam para o sul, estas não se encontram em situação de poder esperar a espontânea retirada do exército anglo-holandês, e o Governo Imperial não duvida de que o Governo Português se compenetrará de tal estado de coisas.

O Governo Imperial garante a integridade territorial do Timor português, e, enquanto Portugal garantir, por seu lado, a manutenção da sua atitude neutral, o Governo Imperial está disposto a retirar as suas forças logo que os seus fins de legitima defesa estejam atingidos.

O Governo Imperial espera que a sua verdadeira intenção seja correctamente compreendida e que o Governo Português possa determinar a sua atitude, tendo em consideração o que precede».

Mesmo descontado o avanço da hora de Timor sobre a de Lisboa, esta comunicação, repetida em Tóquio ao nosso Ministro, deve ter precedido o ataque já noticiado pelos

jornais e agências como tendo tido começo na madrugada de ontem. E começou o novo calvário da terra portuguesa de Timor; o Governo não sabe, porém, ainda, por conhecimento oficial e seguro, os acontecimentos que ali se terão desenrolado.

Os termos correctos da comunicação recebida pelo Governo da parte do Governo Imperial não diminuem a extrema gravidade dos factos. Não temos de discutir os motivos da operação simultânea contra as duas partes da ilha, que técnicamente e em pura abstracção dos direitos alheios pode parecer bem fundada. Nós temo-nos mantido fiéis a esta tese — que não há direitos de estratégia contra a soberania dos Estados: e ainda a este outro princípio — que a violação de um direito por uns não legitima a violação do mesmo ou de diverso direito por outros. Seja qual for o interesse nipónico ou das forças nipónicas de ataque à parte holandesa de Timor em se premunirem contra o ataque de flanco; fosse qual fosse a importância das forças estacionadas no Timor português — aliás pequenas e cortadas das suas bases na outra parte da ilha —, a posição jurídica e moral permaneceria a mesma: o acto das forças imperiais nipónicas constitui flagrante violação dos direitos soberanos de Portugal e o Governo encontra-se bem no seu direito — e aqui estritissimo dever de apresentar em Tóquio, como já fez, o mais enérgico protesto contra esta violência: violência inútil para a sequência das operações de querra e inteiramente dispensável, pois a próxima chegada das forças portuguesas a Timor teria como consequência a retirada ou anulação das forças consideradas inimigas.

O Governo Japonês mostrara o seu agrado pela solução a que chegáramos, e estava informado, como aliás outros Governos, de tudo quanto respeitava ao reforço da guarnição de Timor e ao itinerário seguido; e devia saber que dentro de poucos dias estaria perfeitamente sanada a situação e garantida por forças portuguesas a neutralidade daquelas regiões.

O Império Nipónico não podia mesmo invocar, como a Inglaterra, deveres de auxílio derivados de pactos existentes, bem ou mal interpretados no momento; e nem a declaração de amigáveis sentimentos para connosco e dos seus propósitos de abandonar Timor pode fazer calar o nosso protesto e abafar a nossa mágoa.

É lamentável que novas violências escusadas caiam sobre o Mundo, tão cansado delas, e se teime em demandar a justiça através do desconhecimento ou desprezo de direitos soberanos cuja legitimidade se não pensa contestar.

Para restabelecermos o nosso direito ofendido não deixemos ofuscar a luz dos princípios que nos guiam e reconhecemos pacientemente...

5.0 DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS 1 9 5 1 A 1 9 5 8 1.^ EDIÇÃO, REVISTA

		_	-
	•		

I. CRISE DOS NEGÓCIOS MUNDIAIS — PODE EVITAR-SE UM CONFLITO GENERALIZADO? (1)

(Resposta a uma Pergunta da United, Press)

Pergunta:

«Quererá Vossa Excelência expor os seus pontos de vista acerca da grave crise existente nos negócios mundiais e nos problemas tão difíceis de resolver aos quais a Civilização tem de fazer face? Nas circunstâncias actuais pensa Vossa Excelência que possa evitar-se outro conflito generalizado?»

Entendo que outra grande guerra deve ser evitada, ou, mais precisamente, entendo que os máximos esforços se devem fazer para a evitar. Os homens responsáveis pela vida dos povos e pela condução da política mundial terão falhado se, por imprevidência, precipitação, erros de conduta, criarem situações que a todos nos precipitem na catástrofe. As razões por que deve evitar-se uma nova guerra de tipo mundial não interessa expô-las: são patentes à consciência dos povos e dos seus dirigentes. Mesmo os que em plano puramente intelectual se inclinam a crer — e a desejar — que do caos nasceria uma nova ordem, receiam com razão esse caos em que a actual civilização se afundasse. Daqui a unanimidade de sentimentos e declarações pacifistas no mundo de hoje; daqui a mentira do movimento chamado dos partidários da paz. Somos todos pela paz.

O problema de saber se a guerra pode ser evitada é diverso desse. Não devemos aceitar como norma política a fatalidade das guerras, mas agir como se da sua deflagração derivasse a máxima responsabilidade pessoal para os governantes. Nesta ordem de ideias, se é certo que uma potência poderá sempre impor às outras a guerra, é razoável supor que o não fará senão quando julgue ser-lhe possível impor pela força a solução de um problema, a satisfação de um interesse, a extensão ou reforço do seu domínio.

Deduzo duas consequências: primeira, o dever do exame desapaixonado das aspirações nacionais e dos conflitos de interesses, se são apresentados como fonte de mal-estar internacional; segunda, a organização previdente de uma força que reduza ou anule a possibilidade de outra se lhe impor.

Desde que o Ocidente aceita e até acarinha as expressões do nacionalismo asiático, as hipóteses em face das quais se pode pôr o problema resumem-se afinal à

⁽i) Entrevista publicada nos jornais portugueses de 3 de Março de 1951.

eventualidade de conflito com a Rússia. Ora, na lógica das considerações acima, a linha geral da política do Ocidente tem a minha concordância, tanto em aceitar conversar com a Rússia (anunciada Conferência dos Quatro), como no entendimento e reforço defensivo das nações que devem à sua independência e à civilização dos seus povos não se submeter à hegemonia daquela e ao domínio comunista.

Não é que espere algum resultado útil das conferências dos chamados Quatro Grandes; antes manifesto o receio de que as potências do Ocidente nas suas conversas com a Rússia se inclinem a sacrificar vantagens de que ainda dispõem, para chegar a uma espécie de apaziguamento que não seria duradouro nem se atingirá por esse processo. Com esta reserva, acho bem que se converse; mas insisto em que sob o aspecto prático, isto é, sob o aspecto da resolução do problema máximo pendente, não se avançará nada.

A minha convicção é que a atmosfera internacional continuará fortemente caregada e perturbada nos próximos dois ou três anos, os mais intensivos na prepaação defensiva do Ocidente, e temos de resignar-nos a viver assim. Durante eles,
a Rússia empregará os máximos esforços por adormentar os ânimos, reduzir os
esforços de rearmamento, dividir o bloco das nações que provàvelmente se lhe
oporiam. Essa larga ofensiva de promessas, fórmulas de compromisso, desistências parciais não deverá porém surtir efeito, porque me parece já passado o tempo
em que declarações de boa vontade podiam ser tomadas a cem por cento do seu
valor. Deu-se nos últimos anos uma mudança radical na consciência dos povos a
este respeito.

A forma como foram cumpridos os tratados de paz que puderam elaborar-se; a dureza da intervenção nos Estados satélites, a caminho de uma integração económica e política na Rússia Soviética, intervenção aliás construída sobre a concessão rooseveltiana da zona de influência nos países de Leste; a dupla política que a Rússia se impôs de procurar relações pacíficas com os Estados cuja paz mina por meio dos partidos comunistas — desgastaram por inteiro um enorme capital de crédito.

O mais decisivo elemento da política internacional no actual momento é este e creio que vai dominar o seu desenvolvimento no próximo futuro. Dele deriva que nenhuma conferência poderá já entravar os planos de aliança e rearmamento entre as nações ameaçadas ou reacreditar os partidos comunistas como factores nacionais de reforma ou de governo. Devemos por isso assistir, independentemente dos esforços russos, de um lado, a uma preparação mais intensiva da defesa ocidental, e, do outro, à sucessiva desagregação, espontânea ou imposta, das forças comunistas à retaguarda dos países em prevenção. O tempo áureo em que a Rússia podia jogar com o máximo de factores favoráveis de força, prestígio e penetração afiqura-se-me passado.

Se me perguntam se deste modo nos aproximamos mais da inevitabilidade de um conflito, direi que, ao contrário, nos afastamos mais dela; porque, sendo seguro que muitas nações, mesmo não preparadas, não se submeteriam sem guerra, todos os esforços no sentido de se conquistar um equilíbrio de força material terão por

I. Crise dos Negócios Mundiais...

efeito tornar o conflito entre o Leste e o Oeste menos provável — porque a Rússia também deseja e precisa da paz.

Eu não estou longe de acreditar que os dirigentes russos tenham desistido para iá de alargar manu militari a mancha de sovietização a Ocidente, e assim se devem entender as afirmações oficiais de que a potência russa não ameaça a França ou a Inglaterra, por exemplo, e muito menos os Estados Unidos. Em tal hipótese, os seus objectivos imediatos seriam conservar sob o seu domínio económico e político uma fita, se possível ininterrupta, de Estados satélites e conseguir, para além dela. largos espaços de neutralização e desmilitarização que aumentassem a sua zona de segurança ou constituissem para futuro novos pontos de partida. Estes objectivos que podem ser apresentados também como necessidades de paz para as potências amigas e vizinhas da Rússia — o que é de facto um elemento perturbador no problema — concentram-se hoje na Alemanha e no Japão. Estas serão por isso as majores batalhas travadas à mesa das conferências. Se a Rússia as ganhar, a sua vitória será mais decisiva para o futuro da Europa e da Ásia do que aquela com que findou a última grande guerra, a qual infelizmente nada decidiu e tudo complicou. Se as não ganhar, um compromisso sério e normas razoáveis de convivência internacional impor-se-ão como inevitáveis numa qualquer viragem da política russa. A não ser que venha a preferir o isolamento, o que, não sendo tão bem, representaria ainda para a paz do mundo uma solução.



II. O PROBLEMA DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL ⁽¹⁾

1. É necessário e parece oportuno que nos ocupemos do problema político resultante do falecimento do Chefe do Estado. Viveram-se recolhidamente os dias de luto; prestaram-se ao Presidente as honras e obséquios que espontâneamente brotaram da piedade e do civismo dos Portugueses; sacrificaram-se os programas festivos do 28 de Maio e tudo se substituiu pela comovente consagração das forças militares. Deu-se ainda tempo a que a reflexão tomasse o lugar da ansiedade e perturbação dos primeiros dias. Fez-se até aqui tudo o que se devia ter feito; temos de atentar agora nas exigências da vida.

Por mim abordo o assunto quebrantado ainda de corpo e alma pelo acontecimento. Vinte e três anos de colaboração, a maior parte dos quais na mesma posição relativa, criam, independentemente do carácter das relações pessoais estabelecidas, hábitos de vida que não se rompem sem profundo abalo. Um imenso desequilíbrio resulta de ter cessado a partilha de responsabilidades e de ter-se quebrado a solidariedade política durante tão longo espaço de tempo mantida no mesmo pé de franqueza e lealdade. Sei, porém, o que devo às responsabilidades que me ficaram, e espero ocupar-me do problema com a maior objectividade e a serenidade possível.

2. A morte do Marechal Carmona criou certamente um vazio difícil de preencher. O sentimento público tão geral e profundo, se foi a exteriorização excepcional de pesar pelo desaparecimento do homem e de elevado apreço pelo Chefe do Estado, traduziu também, a meu ver, séria preocupação pelo futuro da ordem de coisas que sob a sua direcção se criou. Esta preocupação é o facto político de maior relevo a ter presente nestas considerações.

Não é o momento para esboçar o retrato do Presidente nem a mim me caberá fazê-lo. Evoco apenas da minha observação pessoal o que mais importa à compreensão dos factos — o exemplo e a lição. A nota dominante é que o exercício da Presidência não foi senão a projecção das virtudes da vida privada nos negócios do Estado.

O povo tomou-o pela singeleza e afabilidade do trato, a bondade inata, a gentileza do porte, a desafectação total, o desprendimento dos interesses e das situações, a elegância das atitudes morais. Em ninguém se viu mais perfeita essa difícil e rara conciliação da humildade na pessoa e da dignidade no poder. Tão frágil que a brisa ameaçava tombá-lo, tão forte que uma revolução o não podia subverter —

⁽i) Nota da Presidência do Conselho de 5 de Junho de 1951.

nele claramente se via a imensa força dessa coisa delicada e inacessível que nos homens se chama a consciência.

Sem mais experiência que a de breve e desagradável passagem pelo Governo e pelo antigo Parlamento, nem outra preparação que a que lhe advinha dos estudos militares e especialmente da história e da estratégia, tão afim da arte política no seu próprio pensar como no consenso geral, deu as provas máximas de chefia pela prudência, a inteira consagração ao dever, o sentido do possível, a firmeza nas posições fundamentais. Naturalmente sujeito à interpretação vária dos factos e dos homens, refugiava-se na independência do seu próprio juízo e, achado o rumo, seguia-o até ao fim. Segui-lo-ia em quaisquer circunstâncias, as mais adversas, porque o dever para com a Nação não comportava para ele atenuantes no seu absoluto.

E no entanto eram redutíveis a muito pouco os princípios norteadores da sua actuação, afinal recomendáveis *urbi et orbi:* na administração, a economia e a honestidade; no governo, a supremacia do interesse nacional; na política, a verdade e a justiça acima das conveniências; na sociedade, a benevolência para com todos, a caridade para com os fracos e desprotegidos da sorte. Com esta couraça moral, a força do Poder só podia traduzir-se em acrescida realização do bem comum.

3. O conjunto excepcional de qualidades, os serviços prestados, a confiança que or virtude de umas e de outros a todos merecia permitiram a estabilização da cheatura do Estado e por ela a estabilidade da governação pelo longo prazo de vinte e cinco anos, mau grado os riscos do sempre contingente recurso ao eleitorado. Este me parece o maior benefício de que a Nação deverá habituar-se a deduzir o que mais interessa à sua ordem futura e tranquila fecundidade do seu labor. Mas, sem diminuir em nada o valor desta conclusão, seria desassisado e perigoso pensar que para já nasceu, por aquele mesmo facto, um problema insolúvel e por isso se suscitou uma crise do regime. A preocupação de alguns espíritos parece-me neste ponto exagerada.

O regime são as suas instituições e o seu ambiente moral. Que o País tenha beneficiado de um acervo surpreendente de melhoramentos materiais ninguém se atreve a negá-lo. Mas a transformação moral operada é ainda mais profunda e significativa — eu diria, mais prometedora e fecunda — porque postula muitas outras realizações, mesmo no terreno social e político. As instituições, essas vão-se formando e afeiçoando e consolidando pouco a pouco à sombra dessa mesma transformação moral que tão de perto condicionará as atitudes políticas, toda a governação pública e a expressão final do regime.

Se atentarmos em como foi possível sob a presidência do Marechal Carmona chegar ao estado presente, encontraremos apenas a sistemática aplicação de um princípio bem simples: a Nação que é de todos servida por um Estado para todos os portugueses. Que alguns não tenham até hoje aceite o convite à colaboração e prestado o seu concurso à obra colectiva não importa; o essencial é que cada um tenha aí o seu lugar.

Não há dúvida, porém, de que, uma vez posto com seriedade o interesse nacional acima dos outros interesses, logo surgiu larga base de entendimento entre os Portugueses, sendo excessivo dizer que alguns se têm sacrificado onde todos têm o

II. O Problema da Sucessão Presidencial

mesmo lugar, realizam tarefas idênticas, usufruem direitos iguais. Isto pode ter exigido na ordem política a subordinação de algumas preferências, sobretudo quando podiam ser motivo de divisão intempestiva: mas podemos tranquilizar-nos pensando que neste domínio a verdade se afere sobretudo pelo que, dentro dos princípios da moral, melhor sirva, *hic et nunc*, o interesse da Nação.

De modo que a questão posta consiste essencialmente em saber se somos ou não capazes de nos manter unidos e fiéis a este pensamento, e seguir pelos caminhos traçados até à inteira nacionalização das instituições e resolução dos nossos problemas fundamentais. Demais vamo-nos aproximando de uma situação internacional que atingirá o seu ponto crítico dentro de dois ou três anos, e não podemos pensar senão em estar mais unidos e mais fortes para momentos que podem ser decisivos para o futuro dos povos. O que nos divida enfraquece-nos; o que nos enfraqueça diminui-nos perigosamente.

4. Ao fazer a revisão da Constituição Política, a Assembleia Nacional, justamente impressionada com a perturbação que poderia advir de ter de proceder-se a nova eleição no prazo máximo de sessenta dias, quando a vagatura se desse por algum dos motivos previstos no artigo 80.º, substituiu o respectivo preceito constitucional por outro que determina a reunião daquela Câmara por direito próprio no 60.º dia «para deliberar sobre a eleição presidencial».

Parece levantarem-se agora dúvidas sobre se a chamada lei de revisão constitucional carece ou não de promulgação; o caso não está definido pelo Poder Constituinte, mas a prática até agora adoptada com base em sólidas razões é serem promulgadas, tal qual como as ordinárias, as leis da revisão. A questão não tem no momento interesse prático, porque as circunstâncias não permitem submeter à apreciação da Câmara, como prevê o § único do artigo 98.º, as matérias sobre que se tenham suscitado dúvidas ou discordância, e só outro poder constituinte pode na devida oportunidade examiná-las de novo. Pretendo sobretudo referir-me à emenda do artigo 80.º e àqueloutra que permite à Assembleia suspender a execução de decretos-leis sujeitos a ratificação: esta última porque marca um retrocesso na orientação seguida desde o começo de tornar o exercício do poder legislativo do Governo independente do da Câmara; aquela porque, em vez de fixar um prazo ou estabelecer um processo especial de provimento da vaga, investiu a Assembleia de uma faculdade que poderá em certas hipóteses ter uso perturbador da posição relativa dos órgãos da soberania.

Compreende-se que o prazo para a eleição do Chefe do Estado, quando a vagatura se verifica fora do termo previsto do seu mandato, deva ser diverso e mais longo do que nas circunstâncias normais. Neste ponto a Constituição não consagrava a melhor doutrina. Mas qual o sentido do novo preceito?

Só a Assembleia Nacional o pode definir com justeza, mas parece dever pôr-se de lado uma interpretação lata segundo a qual a Câmara poderia mesmo atribuir-se competência para elaborar uma «lei de sucessão presidencial» para cada hipótese em que a vagatura da Presidência se verificasse no decurso de um mandato. A interpretação mais correcta será que a Assembleia nessa reunião do 60.º dia deve marcar por

forma directa ou indirecta a data da eleição ou habilitar o Governo a marcá-la. Em compensação não existe nenhuma limitação para aquele efeito, senão, parece, a resultante da duração do mandato anterior. Como, porém nos termos do § 2.º do artigo 80.º da Constituição, o Presidente do Conselho fica, na falta do Presidente da República, investido nas atribuições de Chefe do Estado, a fixação do acto eleitoral para época dilatada equivaleria a transformar de facto o regime no presidencialismo que nunca quis ser, pelos riscos que comporta e por se afastar muito da nossa melhor tradição política.

Esta conclusão não pode ter escapado ao entendimento da Assembleia, e por isso, embora o texto admita maior latitude, pode inferir-se que, fora de circunstâncias reconhecidamente anormais, a invocação do preceito não levará a mais que à fixação do acto eleitoral para período não afastado e harmónico com o interesse geral.

5. Não é possível evitar nesta exposição uma ligeira referência de ordem pessoal. Logo a seguir à morte do Presidente esboçou-se um movimento de opinião que propugnava o preenchimento da vaga do Chefe do Estado pela eleição do Presidente do Conselho ou de qualquer outra forma por que se obtivesse o mesmo resultado prático. Sou responsável porque não viesse a ter expressão generalizada e pública esse movimento, mas todos reconhecerão que o fiz porque nada resolveria e deixaria diminuídas possibilidades de solução diversa.

Reconheço dificil, no plano das realidades políticas nacionais, discutir o fundamento daquela opinião. A solução tinha lógica, era simples e era segura: com o mínimo de alterações se procurava alcançar uma garantia de continuidade efectiva na suprema direcção dos negócios públicos. Chamar-lhe-ei a solução da comodidade. Infelizmente este é um caso em que a consciência de um só tem de sobrepor-se ao pensar e ao desejo de muitos.

Não falemos em qualidades ou em disposição de ânimo para o desempenho do cargo. A verdade é que não tenho já resistência moral nem possivelmente resistência física para começar vida nova e fazer outra magistratura. Dir-se-á que nos devemos à Pátria, que ela merece todos os sacrifícios e com maior razão os daqueles que completa e desinteressadamente terão provado a sua dedicação. Mas este imperativo é temperado pela consideração de que numa sociedade ordenada se deve tender a que estejamos colocados nas situações mais consentâneas com o nosso modo de ser e em que o nosso esforço possa dar o maior rendimento ou ser mais bem compreendido. — Problema de consciência, eis uma questão fechada pela própria natureza das coisas.

6. E então?

É erro crasso alimentar no nosso espírito a ideia de que para cada dificuldade e em cada emergência só há uma solução ou mesmo só uma solução boa. A teoria do único deve ser varrida da política que por exigências várias é o terreno das fórmulas múltiplas e das combinações possíveis. A vida é rica de soluções e os homens demonstram na acção virtualidades imprevistas e por vezes ignoradas.

II. O Problema da Sucessão Presidencial

O que temos a fazer é escolher de entre os muitos servidores do mesmo ideal uma pessoa que convenha ao alto exercício da magistratura suprema do Estado, pelas suas qualidades e virtudes, pela dignidade da sua vida, pela compreensão do interesse público e das necessidades da política nacional, pela sua adesão, melhor direi, pela sua integração na ordem de ideias que nos têm inspirado e de cuja realização seja o primeiro garante.

Não percamos tempo a invocar a cada instante um passado que não se reviverá mais, nem a confrontar miùdamente exigências ou qualidades, méritos ou atitudes, nem a erguer em padrão definitivo e invariável certo exercício do mandato presidencial que é seguro um desempenhará sempre diferentemente de outro. Não nos preocupemos se não há um sábio, um santo, um herói, quando o que sobretudo nos é necessário é um homem espiritualmente integrado na missão histórica da Nação Portuguesa, que se sinta, ele próprio, sentinela vigilante da defesa e da continuidade da Pátria. Em última análise: um homem de bom espírito e de boa vontade, portuguêsmente uma pessoa de bem.

E riscos? Não correremos riscos? Respondo: não mais que os inerentes a toda a empresa humana, pelas reacções até certo ponto imprevisíveis de quem exerça o Poder, perante as mil contingências e dificuldades da vida, reacções aliás condicionadas e temperadas pelo jogo das instituições, pela opinião política e pelos interesses da Nação que se deverão pressupor sempre bem interpretados e defendidos.

7. Escrevo estas palavras com a segurança de que a posição exposta não vai agradar, por um ou outro motivo, a grandes sectores da opinião. Nenhuma solução prevista para o nosso problema político teria aliás o mérito de contentar toda a gente: uns pela inteligência, outros pelo sentimento, prefeririam que as coisas se apresentassem de modo diverso.

Em momentos cruciais como o presente, as pessoas responsáveis por decisões que podem ser muito graves para a vida de um país esforçam-se em vão por apelar para um dom divinatório que a natureza lhes recusa. Por isso mesmo não se fugiu a nenhum esforço de reflexão, de consulta, de apreciação objectiva de todos os elementos que permitissem acertar. Os habituados às manobras políticas não entenderão mesmo o cuidado com que se procura a orientação conveniente. Mas nada disto nos dispensa, antes parece exigir atenção sempre desperta, esforço perseverante, trabalho de adaptação contínua às novas circunstâncias. É o que de modo especial se nos impõe agora.

Pela minha parte creio sinceramente que as dificuldades actuais não são superiores às que podem vencer espíritos esclarecidos, vontades firmes, e sobretudo aquela chama não extinta, mas viva e crepitante, que se acendeu na alma dos Portugueses para a regeneração material e moral da sua Pátria. E essa não permitirá nunca retroceder.



III. O CANDIDATO DA PAZ E O CANDIDATO DA PACIFICAÇÃO ⁽¹⁾

Sempre pensei que não tivesse necessidade de falar. «Cansado», segundo confissão minha, «gasto», por sentença da oposição, «abúlico e letárgico», como diagnosticava há dias órgão de imprensa estrangeira, julguei que seria desta vez poupado às injúrias da liberdade.

Mas a presente campanha é curiosa sob muitos aspectos, e um deles é que, não tendo querido apresentar a minha candidatura, sou eu sobretudo, ou a minha má sombra que, simbòlicamente, já se sabe, com mais furor tem sido alvejada. (Isto acredita aliás o candidato da União Nacional, que não tenho assim de elogiar ou defender).

Acresce que de aqui e de além, em sectores habituados a sobrepor puras abstracções às mais evidentes realidades do momento e da vida, se têm ouvido palavras de abstenção e pedidos de neutralidade, e umas e outros têm de ser contraditados: nem à consciência política pode ser nunca indiferente a escolha do Chefe do Estado, nem se pode acusar o Governo de tolher a liberdade de alguém só por indicar a todos o melhor caminho.

Falarei muito pouco e esforçar-me-ei por dizer apenas o essencial. Tenho visto o bastante para nas questões postas poder fazer ràpidamente o meu juízo e sem presunção ajudar a esclarecer o alheio.

I.

Eu não poderia definir com maior justeza as candidaturas oposicionistas nem a nosso jeito caracterizá-las melhor do que o fizeram os próprios candidatos nos seus manifestos e declarações. Leio num deles este apelo: «apoiai o candidato da paz». Vejo noutros lugares afirmado o propósito de «pacificação da família portuguesa» e a referência ao imperativo do dever patriótico de «uma política de pacificação para todos os portugueses». Portanto e por suas mesmas palavras — candidato da paz, um; candidato da pacificação, outro. O primeiro tiraria de uma posição em política externa as directrizes para a solução dos problemas nacionais; o segundo partiria de uma atitude sentimental de pacificação interna para o mais que havia de fazer ou deixaria destruir.

Comecemos por aquele.

Ø Discurso proferido na sessão de propaganda realizada no Palácio dos Desportos, em Lisboa, a 19 de Julho de 1951.

Como se explica ser a paz almejada por todos e constituir bandeira apenas de alguns?

Não pode negar-se a ânsia e necessidade de paz sentidas em todo o mundo. Quem fez a guerra, quem viveu a guerra, quem directa ou indirectamente lhe sofreu as repercussões económicas ou assistiu e participou nos inenarráveis sofrimentos a que deu causa, não pode deixar de querer varrê-la da face do mundo.

Com uma ingenuidade, porém, que abona os seus sentimentos pacíficos, mas não por igual forma a clarividência da sua política, as chamadas potências ocidentais pensaram atingir aquele objectivo desarmando e desmobilizando, enquanto a Rússia adoptara o processo mais realista e seguro de multiplicar as armas e reforçar as posições, não já como política de paz, mas como base de uma política de expansionismo e de hegemonia. E, tendo acontecido que muitos factos se encarregaram de matar as últimas ilusões acerca do que ela pretenderia, o Ocidente teve de rever as suas atitudes e começou o reforço intensivo dos seus meios de defesa. Então o objectivo russo da paz passou a ser prosseguido por duas políticas contrárias: uma por força da qual a Rússia comunista e os seus satélites se armam; outra por meio da qual se pretende que o Ocidente desarme. Esta é a política da paz, e quando prosseguida para cá do pano de ferro», sinal do comunismo, bandeira da sua expansão.

É desta posição-base que havia de derivar a acção restante. Ninguém conhedor dos dados fundamentais destas questões pode acreditar na possibilidade de m governo comunista em Portugal. Pouco importa; havia de fazer-se o que se pudesse. O comunismo teria de ser um dos grupos aglutinados em frente popular e esforçando-se através dela por dissolver e fazer ruir, desde a moral à económica, as defesas da Nação. Sem falar em comunismo, sem decretar comunismo, sem operar as grandes reformas agrárias, possivelmente mesmo evitando as nacionalizações, se não visse preferência em promovê-las para arruinar os respectivos sectores da produção, desviando o comércio para rumos convenientes, deixando cair a força armada, abrindo as portas à espionagem organizada através da representação diplomática e consular, a política do «candidato da paz» constituiria, com graves consequências imediatas ou futuras a que nem quero aludir, o grande serviço a Moscovo. Ela abriria uma falha no dispositivo ocidental de defesa e constituiria potencialmente séria ameaça para os planos desta.

O candidato da paz é também pela liberdade; sem dúvida a liberdade de preparar a sujeição a Moscovo. Mas, preparando e aceitando esta, evitaria ao menos a guerra? Meu Deus! Não. Tal política colocava-nos, pela sua cegueira, precisamente na frente de batalha e faria de nós um dos primeiros e decisivos objectivos da luta, com o gravíssimo inconveniente de nos colocar do lado contrário aquele em que se situam os nossos interesses permanentes.

II.

Passemos ao «candidato da pacificação», e ponhamos de lado qualidades e propósitos, supondo sejam os melhores. Muitos homens pensam que as suas boas intenções têm acção decisiva nos acontecimentos, e não é exacto. O que determina a marcha dos acontecimentos não são as intenções e nem mesmo actos isoladamente considerados influem neles decisivamente: são sobretudo as posições donde procede e em que se inspira o conjunto da acção.

Nós temos na história dos nossos dias dois casos ou dois períodos de uma política confessada ou deliberada e intencional de pacificação ou de acalmação, como então se dizia: um em monarquia, outro em república, e, por desagradável coincidência, ambos também da responsabilidade de almirantes da nossa gloriosa marinha de guerra. O primeiro seguiu-se ao assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe e foi conduzido por Ferreira do Amaral na chefia do Governo; o segundo seguiu-se ao assassinato de Sidónio Pais e por ele respondeu o Presidente Canto e Castro.

O duplo assassínio do Terreiro do Paço fez terminar tràgicamente a primeira tentativa autoritária da Europa contemporânea, a tímida ditadura de João Franco. Não se podia duvidar nem da inteligência, nem da inteireza, nem da honestidade administrativa desse homem e dos seus colaboradores. Tão-pouco se pode hoje pôr em dúvida o patriotismo, as elevadas intenções, a clara e larga visão do Monarca A exacerbação das paixões em que os republicanos não tiveram de exceder-se aos monárquicos dos partidos não justifica nada, mas explica tudo — explica sobretudo a subversão dos critérios morais, que é por onde os povos começam a afundar-se na degradação. E resolveu-se acalmar as forças políticas e subversivas sobreexcitadas, com medidas de clemência e de esquecimento.

O princípio monárquico pretendeu então contemporizar em incríveis tolerâncias ideológicas e práticas. E o Conde de Arnoso, considerado importuno a reclamar justiça nos Pares, ficou como o símbolo da fidelidade ao Rei e do protesto inútil da consciência moral do País.

De degrau em degrau, pacificando, acalmando, até ao ponto de deixar glorificar os regicidas, a monarquia descia como possibilidade de reacção salutar e de governação eficiente. As lutas políticas, os conluios partidários, a desagregação dos elementos de ordem completaram o descrédito das instituições. E à sombra da mesma pacificação que pretendia salvar a monarquia proclamou-se a república. — Anoto, não critico.

•

Não pode contestar-se que o novo regime trouxe consigo um sopro de vida nova ao País, cansado e descrente. Não pode negar-se nem a fé dos que o fizeram nascer, nem a onda de misticismo patriótico e de propósitos renovadores, nem a capacidade de muitos homens públicos que revelou, nem a seriedade da obra que nalguns limitados sectores ainda pôde empreender. Simplesmente a formação doutrinal dos republicanos situava-se na mesma linha ideológica do constitucionalismo monárquico, em que todos se haviam educado e muitos deles serviram. Pelo que as instituições resultantes e os costumes políticos viriam a ser essencialmente idênticos àqueles a que sucederam, com alguma ordem a menos e algumas violências a mais.

Vistas à luz de experiências posteriores, as dificuldades de aclimatação e de reforma não seriam insuperáveis, embora a nossa intervenção na primeira Grande Guerra multiplicasse e agravasse os obstáculos a vencer. O facto, porém, é que, mercê do agravamento das condições políticas e do espírito subversivo que ficara minando o corpo social, o regime não pôde verdadeiramente normalizar-se ou estabilizar-se, e o sidonismo surgiu na vida nacional como a primeira reacção séria contra um estado de coisas que por este ou aquele motivo o País repelia.

Não pode, a meu ver, considerar-se notável, sob vários aspectos, a administração sidonista. Mas a consciência nacional estava de tal modo ansiosa por um princípio de ordem e pelo restabelecimento da hierarquia natural dos valores na vida portuguesa que seguia Sidónio Pais, mesmo nos seus erros e deficiências, com o entusiasmo, o carinho, a devoção com que as multidões seguem os grandes triunfadores.

Durou a experiência um ano só, convulso, apaixonado, em certo sentido heróico. E num ambiente em que reboavam hosanas, mas se sentia pesado do espírito de revindicta e de ódio, o Presidente foi assassinado. — E segue-se a segunda tentativa 'e uma política característicamente pacificadora da família portuguesa.

O período é gravemente perturbado pela monarquia do Norte e por Monsanto, actos que o Rei D. Manuel achara pelo menos inoportunos, e podem ter exercido influência no desenrolar dos acontecimentos, mas estes seguiriam o seu curso.

Sidónio é morto em 14 de Dezembro de 1918, e logo em 16 morre o presidencialismo, pela reposição integral da Constituição de 1911 e a eleição pelo Congresso do novo Presidente da República. Mas o Congresso tem maioria sidonista e minoria monárquica, e o Governo era ainda o de Sidónio. No fim de Janeiro uma destas posições está perdida pela constituição de um ministério de concentração de todos os partidos políticos e no fim de Fevereiro a outra com a dissolução do Parlamento.

Segue-se outro Governo; pelo método que também em política se pode chamar das aproximações sucessivas, no fim de Março, no terceiro mês portanto, já a presidência do Governo era entregue ao partido democrático, e nas eleições de Maio já a maioria lhe pertencia, como era de justiça e de razão. E lògicamente, no fim de Junho, esse partido reconquistava, com outro Governo ainda, o pleno poder que lhe fora retirado pela revolução sidonista.

Havia pouco mais de seis meses. E o bom do Almirante, que era um homem excelente, em tão curto espaço de tempo destruíra o regime, negara o Chefe e a sua obra, entregara o poder aos seus inimigos, assegurara o regresso da instabilidade governativa, não apaziguara as paixões políticas, e o destino inclemente não o poupou sequer à solidariedade que teve de emprestar com a sua assinatura a esse clamoroso escândalo dos célebres decretos antedatados de 10 de Maio. Não pôde abandonar o seu posto no começo de Junho, como pedira. Refugiou-se então, como se lê na carta de renúncia frustrada, dirigida ao Presidente do Congresso, refugiou-se no pensamento de que justiça seria feita aos seus actos «pela pura intenção que os determinou». Bastava certamente diante de Deus; era pouco talvez para o bem da Pátria e o juízo da História.

Ambas as situações, pois, destruíram o que ambicionavam conservar; ambas agravaram as divisões que procuravam resolver; ambas reconstituíram o estado de coisas a que quiseram dar remédio. Isto é um aviso à presunção dos homens que pensam poder dominar as realidades sociais; estas dimanarão não das boas intenções, mas da posição em que aqueles se colocam e das forças que daí possam dirigir.

Quando o Poder se esquiva a distinguir o bem do mal e o justo do injusto; e pretende ser neutral entre a ordem e a desordem; e se dispõe a reconhecer como legítimos tanto o uso como o abuso da liberdade; e cede perante pressões ilegítimas; e permite desenvolverem-se movimentos emocionais de massas desvairadas pela paixão; e deixa desafiar impunemente a sua autoridade pelos ambiciosos e aventureiros — é fatal que se avolumem, como ondas alterosas, as reivindicações e as queixas, as exigências injustificadas, as ambições desmedidas e as acusações sem prova. Então as situações políticas, sucessivamente expulsas de todas as trincheiras, são inteiramente batidas nos últimos redutos.

Quando se nos diz do outro lado que o Poder não cairia na rua, faz-se uma afirmação ou uma promessa que a sociologia não abona e a história da nossa acidentada vida política claramente desmente: o Poder cairia na rua.

III.

As duas políticas de acalmação e que aludi foram prosseguidas em periodos da maior agitação política: os espíritos perturbados e surpresos não podiam talvez avaliar até onde levariam as paixões desencadeadas e queriam vencê-las pela generosidade. É mais difícil de explicar agora em plena acalmia este artificioso apelo ou propósito de uma política de pacificação da família portuguesa, que não parece desavinda, nem infeliz, nem desvairada pela paixão, mas tranquila e em ordem, ocupada no seu trabalho e sossegada em seu espírito.

Entendamos que os políticos são dados a visões estranhas e dispõem para a interpretação dos factos de um sistema de medidas que não é o nosso. O candidato oposicionista de 48-49 afirmava ter o apoio de 80% das mulheres portuguesas. O candidato dos comunistas assegurava ter consigo o povo. Os comunicados do Sr. Almirante Quintão Meireles dizem-no apoiado pela maioria da Nação.

Li ou ouvi que o Rei D. Carlos perguntara uma vez a José Luciano, que, ao expor-lhe a situação política, se referira ao descontentamento do País: «Mas o que é o País?» «O País, meu Senhor — respondeu o velho chefe do Partido Progressista —, o País... são os políticos». Acho a frase luminosa e própria para a compreensão do momento actual.

Quando a gente se põe a considerar o que é uma colectividade nacional na sua mais vasta projecção histórica — na trama secular que lhe fixou o território, caldeou o ser, formou o carácter, solidarizou as gerações, constituiu a tradição, determina a

actividade presente e as possibilidades da acção ou influência futura pelo seu génio ou sacrifício; quando a gente se debruça, como a cada momento faço, sobre a realidade nacional, na variedade e dureza do trabalho dos homens a que a natureza os tem condenados, na solidariedade dos seus interesses e actividades, na soma das realizações colectivas que lhes possibilitam o trabalho, defendem a saúde, exaltam o espírito e alegram a vida, não posso aceitar que esse ser moral, com suas tradições e glórias, suas alegrias e penas, suas necessidades e aspirações, se confunda, já não digo com os políticos que a perturbam, mas com os governantes que procuram servi-la.

Quando, porém, se pensa que, no regime então existente e a república de 1910 continuou, a Nação se identifica politicamente com o eleitorado e que os órgãos supremos do Estado são a simples expressão desse reduzido corpo de eleitores, nada mais lógico que identificarem-se com o País os políticos que dizem representá-lo. Sentimo-nos então impelidos a gritar à memória do velho mestre da astúcia e do xadrez parlamentar que ele nos deu, através de uma mentira sacrílega, a flagrante verdade das instituições.

Eis porque algumas pessoas podem arrogar-se a representação de todas as inquietações e ansiedades nacionais e chegar a convencer-se, por generalização abusiva do seu estado de espírito, e mesmo, como tem sido o caso, quando não dispôem senão de infima parte do eleitorado, que as suas ideias e ambições são partihadas pela Nação inteira.

Eis também porque nós tentámos abrir outros caminhos e buscamos outras soluções mais próximas da realidade e que melhor possam exprimi-la ou representá-la com justeza. Há decerto muitas mais formas de conhecer a vontade da Nação do que a consulta das urnas.

IV.

Se somos um movimento com ideias e não um partido com chefes, temos de dizer que nunca os mais categorizados apresentantes da candidatura oposicionista pertenceram ao Estado Novo. Não é justo dizer-se de nós que traímos nem com verdade dizer-se deles que desertaram: todos nos encontramos ainda nas mesmas posições e ao serviço das mesmas ideias, como há vinte e cinco anos. Sobretudo constituiria grave deturpação da verdade histórica considerar dissidência ou cisão no nosso seio o que representa apenas a reafirmação dos mesmos antagonismos do começo.

Quando se revê o processo segundo o qual da nebulosa primitiva do 28 de Maio se desentranhou toda a acção política posterior, tem de reconhecer-se que, formando aliás um bloco na sua feição negativa e crítica quanto à ordem de coisas existente, as pessoas mais directamente envolvidas no movimento revelaram logo de começo duas orientações divergentes: uma contentar-se-ia com um período mais ou menos largo de ditadura administrativa que permitisse resolver alguns problemas, enfraquecer o partido dominante, até aí quase exclusivo detentor do poder, e formar à direita um agrupamento partidário, mais coeso e forte do que os parti-

dos que as circunstâncias anteriores tinham permitido constituir; a outra orientação tenderia a uma reforma mais profunda — administrativa, moral e política — que podia ir tão longe quanto o permitisse o condicionalismo nacional e o exigisse o imperativo da salvação pública. Aquele perturbado período em que alternaram nos primeiros lugares o Sr. Almirante Cabeçadas e o Marechal Gomes da Costa, como a experiência apaziguadora Ivens Ferraz e a reacção do governo Domingos de Oliveira, são susceptíveis de explicações ocasionais, mas no fundo era sempre o mesmo problema — começar vida nova ou tornar a entregar aos componentes dos partidos, para prosseguimento da vida e organização partidárias, a administração e o governo do País.

À parte a ingenuidade de pensar que em puro regime liberal a arrumação de forças partidárias pode ser objecto de decreto-lei ou emanar de acto do governo, a atitude oposicionista não é, neste domínio e sob este aspecto, de estranhar nem de envergonhar ninguém: é apenas reincidir em erros já comprovados, embora se abonem com numerosos exemplos estranqeiros.

Falar, porém, em criminosos desvios da Revolução, falar em repor o 28 de Maio na sua pureza primitíva, faz sorrir: as candidaturas em presença hoje são ainda a expressão do antagonismo inicial.

Eu — pobre de mim! — que não tenho serviços na preparação ou eclosão do 28 de Maio, tão inspiradamente realizado pelo Exército também não devia ser acusado do feio crime de traí-lo. O meu mérito ou desmérito foi apenas interrogar em certo momento, concretamente, o País para que respondesse com clareza ao seguinte:

— Entende-se que se pode garantir a sequência de uma boa administração sem base política, doutrinal e institucional, que assegure a estabilidade de um governo forte e independente?

Resposta: não.

— Entende-se que o sistema de instituições existente, de base partidária e parlamentar, garante a necessária estabilidade governativa e permite a esperança de governos coesos e de carácter puramente nacional?

Resposta: não.

— Entende-se que, com a reforma administrativa, se prossiga também a reforma dos costumes políticos, da mentalidade geral, da economia metropolitana e ultramarina, da moral individual, familiar e social, das condições de trabalho?

Resposta: sim.

— Entende-se que, com tais propósitos, se deve fazer apelo a todos os portugueses de boa vontade, dispostos a aceitar meia dúzia de princípios fundamentais que se encontram da base das aludidas reformas, sem embargo das filiações partidárias anteriores ou de preferências sobre a chamada questão do regime?

Resposta: sim.

E nasceu a União Nacional. E nasceu o Estado autoritário e corporativo, legitimamente constitucionalizado, e em face do qual renasce mais uma vez a tentativa de reconstituição partidária.

O ataque frontal de 48-49? O ataque de flanco de 51, com supostos aliados na praça? Simples acidentes sem importância, estes; a questão é outra e de muito maior transcendência: pretende-se de um lado governação eficiente; busca-se do outro regressar a uma política que só pode ser, como está exuberantemente demonstrado, agitação vazia, estéril e malsã. Há que escolher; melhor, há que manter a escolha feita.

Se não fôssemos inclinados a excessivo teorismo, com repugnância a cotejar as fórmulas abstractas com os factos e as realidades da vida, esta disputa sem interesse teria há muito acabado e ter-se-ia conseguido o máximo «alargamento de base» que a oposição debalde procura realizar. Fez-se uma experiência que não deu. Só é razoável que continue a trabalhar se dentro da que tem dado provas evidentes de eficiência e adaptabilidade às condições do País. Mas os políticos são em geral inconvertíveis, pelo que hão-de continuar a debater-se nas teias de aranha das suas concepções, em vez de erguerem o olhar e o ânimo para as grandes tare-fas que nos aguardam e são as únicas com real interesse para a Nação.

•

A eleição que se avizinha é acto político da maior transcendência, diante do qual nenhuma consciência patriótica se pode manter indiferente. Desprovidos de outra fonte de legitimade da suprema magistratura, não temos senão que apelar para a manifestação da vontade nacional a fim de que designe por meio do voto quem deverá exercê-la. Mas não é suficiente ganhar. É preciso que seja consagrado pelo voto e aplauso da Nação inteira aquele que por suas qualidades e princípios dá todas as garantias da continuidade e estabilidade do regime: o General Craveiro Lopes.

Vós ouvis-me bem. Muitos em todas as terras portuguesas, aqui e além-mar, estarão seguindo com o coração este mesmo apelo. Alguns, porém, taparão os ouvidos para não ouvir, como têm fechado os olhos para não ver. Pois é preciso que gritemos tão alto a verdade, que demos tal relevo à verdade que os surdos a ouçam e os próprios cegos a vejam.

IV. INDEPENDÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL — SUAS CONDIÇÕES ⁽¹⁾

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

T.

Entro no discurso com perfeita consciência de não poder superar-lhe as dificuldades. A comemoração do quarto de século do regime acorda um mundo de problemas, esforços e realizações, à vista nas suas resultantes gerais, mas naturalmente embrechadas de deficiências e atrasos, desvios e erros, que em todo o caso lhes não diminuem a grandeza nem o mérito. Simultâneamente, o Congresso da União Nacional propõe-se fazer o exame crítico da obra administrativa e dos princípios em que assentou a política nacional nesse mesmo período, para formular um juízo de conjunto. Não devendo antecipar-me às apreciações do Congresso, parece que a posição mais conveniente no momento seria de ouvir, não de falar, tanto mais que, obreiro com posição especial entre os mais obreiros da Revolução, me cabe grande parte das responsabilidades que os povos não deixam de exigir mesmo aos que os servem, mesmo aos que os salvam.

Por outro lado, devo ter hoje o ar embaraçado do que, depois de longa ausência, volta à terra, à casa, ao lar, e busca, entre coisas e gentes que já não conhece, o seu mundo de ideias e sentimentos familiares. Com efeito, regresso. Regresso a Coimbra, depois de vinte e tantos anos de ausência, e, se atento à vertiginosa velocidade dos acontecimentos, poderia dizer que regresso de muito mais longe ainda no tempo.

•

Sucederam em poucos anos factos cuja génese e desenvolvimento costumam demandar séculos. Vivemos crises — financeiras, económicas, políticas — e sofremos guerras — civis, internacionais, intercontinentais, talvez as mais sangrentas e bárbaras de toda a história humana.

Modificou-se a estrutura dos continentes: a Europa cindiu-se, diminuiu-se, enfraqueceu-se; as Américas enriqueceram, fortaleceram-se, aumentaram de coe-

Discurso proferido na sessão inaugural do III Congresso da União Nacional, em Coimbra, a 22 de Novembro de 1951.

são; a Ásia insurgiu-se contra o primado civilizador do Ocidente e procura consolidar a independência alcançada, sob a direcção de algum dos seus povos: o Japão? a China? a Índia? a própria Rússia? A África agita-se desde o Suez ao Atlas, desde o Mediterrâneo ao Cabo da Boa Esperança — ao norte, para liquidar, sem saber como, as situações herdadas do passado; por toda ela, sob os ventos revoltos que sopram com a ousada pretensão de acordá-la de um sono secular. Destas subversões, na maior parte catastróficas, resultou ruírem tronos, desaparecerem impérios, afundarem-se nacionalidades, surgirem novos Estados, alterarem-se as posições de força e sentir-se a necessidade de buscar novo equilíbrio em combinações diferentes.

Fizeram-se nos campos político e económico as experiências mais ousadas, umas com sequência, abortadas outras em grandes insucessos. Viram-se governos totalitários defendidos pela razão e a vontade do povo, e viu-se chamarem-se populares governos de clara origem e essência minoritária. Presenciou-se em plena acção o socialismo das nacionalizações e dos racionamentos, enquanto o comunismo alastrava por vastas zonas do mundo. Assistiu-se à morte do liberalismo económico e viram-se os regimes democráticos tenteando o caminho, perante a necessidade de disciplinas drásticas impostas pelos novos tempos. Presenciou-se um novo surto de suspeito humanitarismo contra a posse dos territórios coloniais, ao mesmo tempo que o estabelecimento, em vasta escala, de regimes de submissão e colonização sobre nações civilizadas e livres. Verificaram-se migrações forçadas de povos, maiores que as dos tempos bárbaros, trocas de populações, massacres em massa para solução de pretensas dificuldades políticas. Foi chamada a inteligência a legitimar as quebras da moral, bem como os colapsos da legalidade e da justiça; criminosos arvoraram-se em juízes e condenaram as pessoas de bem.

São tempos apocalípticos os nossos, época de regressão ou de transição violenta em que se abalam os alicerces antigos antes do estarem abertos ou consolidados aqueles em que se supõe dever assentar a cidade nova. De tão grandes convulsões sentem-se repercutir os efeitos tanto nas grandes massas como no escol social. A consciência da insegurança do que há mais caro ou mais necessário na vida — ideias e afectos, sociabilidade e ordem, instituições e bens — criou nos espíritos um estado de insatisfação, de angústia, de ansiedade. É uma doença geral que paralisaria mesmo a vida e o trabalho, se não fosse o instinto de viver e a necessidade do trabalho para levar a vida. Nada de estranhar que por quase toda a parte os homens pareçam inferiores aos acontecimentos e que, em vez de enfrentá-los, se sintam tentados a confessar, vencidos, esmagados por eles, a sua incapacidade de os diriqir.

E tudo em vinte anos: que poder de destruição e de anarquia o destas forças incontroladas!

Ora bem. Nos mesmos vinte anos, neste canto da Península, no largo Atlântico e nos três continentes por onde se estende, Portugal, sem deixar de sentir a ressaca

Independência da Política Nacional - suas Condições

dos temporais, pôde em paz reparar estragos passados, vencer atrasos, consolidar posições, estreitar a solidariedade colectiva, progredir materialmente sem alterar, antes vincando ainda mais, a sua fácies moral. Porquê?

Situados no plano puramente humano e das causas que a nossa inteligência pode apreender, podemos concluir que são duas as razões: a primeira, puramente negativa, não estarmos por felicidade situados nas fronteiras dos choques ideológicos ou das maiores ambições políticas do nosso tempo; a segunda, de que reivindicamos o mérito, é havermos revelado a tempo as nossas grandes certezas e, no mais, termo-nos colocado ousadamente entre o passado e o futuro, no cruzamento das linhas de força que convulsionam ou conduzem as sociedades modernas. A primeira razão é de si evidente; esta última precisa de uma palavra de explicação.

No conjunto dos sucessos a que assistimos, há destruições sem conto e também esboços de novas construções; há acidentes de tempo e de lugar e também fenómenos com tendência a uma expressão duradoira nas sociedades humanas; há concepções ultrapassadas da vida e também o romper de amarras indispensáveis da disciplina social; há ainda, finalmente, embora obscurecido pelo fumo das paixões e pela atrocidade das lutas, o *homem*, na constância da sua natureza, tal como o conhecemos ou adivinhamos desde o alvor dos tempos. Então o problema está em não se deixar perturbar pela avalancha dos acontecimentos indecisos ou contraditórios e em descobrir nuns casos e escolher noutros as linhas mestras da melhor construção futura.

Já em 1936 tinha podido proclamar em Braga as bases primárias do novo humanismo português: «Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a familia e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.» E sobre estas afirmações, ou, melhor, sobre estas certezas da consciência nacional, se pôde erguer, com lógica e quase sem esforço, todo um edifício político, uma concepção de vida e uma ordem moral.

Agora exemplos de escolha. Entre a fidelidade americana ao espírito nacional solidário naquele continente, o despertar dos nacionalismos asiáticos e a demissão quase colectiva das nações europeias, onde a verdadeira e mais sólida base de organização das sociedades humanas? Entre a degradação a que se tem condenado o Poder nos regimes contemporâneos e a tirania anti-humana a que se entregam os Estados comunistas, onde o equilíbrio, as exigências da governação e a saúde social? Entre a colectivização dos bens, factor de empobrecimento geral, e a propriedade privada, mesmo quando arriscada a converter-se em factor de exploração económica, onde a solução razoável sob o aspecto da produção e da justiça? Entre a estagnação da sociedade e as quimeras de ideólogos, frutos de imaginações doentias, onde encontrar o meio termo e, na ordem dos factos, a realização possível?

Para não estar sujeito aos altos e baixos dos acontecimentos mundiais, para não andar à deriva ou ao sabor das imitações e das modas em negócio tão sério como é a vida da Nação, teve de descobrir-se e rasgar-se o caminho a seguir e mergulhar na riqueza de muitas das nossas instituições para extrair da boa tradição portu-

guesa os elementos aproveitáveis. E não pode negar-se que é sobre o acerto da escolha que assentam a calma e relativo desafogo da Nação, como é sobre o cunho, ao mesmo tempo nacional e humano, das instituições e sobre a obediência às mesmas directrizes políticas que assenta primàriamente a eficiência do regime. O que é visto por tantos, olhado de fora, seria incompreensível que o não notássemos nós.

II.

Com o intento de não me sobrepor aos trabalhos do Congresso, evitarei descer ao exame de questões concretas da política nacional e nem mesmo farei a defesa das grandes orientações a que obedeceu a sua solução. Sou assim obrigado a passar à margem dos problemas políticos e da administração, focando-lhes apenas alguns aspectos especiais. O que me proponho dizer circunscrever-se-á a este esquema: um Estado que defina e prossiga uma política; uma Nação que a inspire ou a compreenda e apoie. Falando como políticos, podemos consubstanciar nisto as nossas aspirações e necessidades de portugueses.

Ao pedir um Estado capaz de definir uma política, nós partimos do pressuposto de que ele é livre, primeiro para se organizar e depois para determinar a sua vida nterna e a sua vida de relações. Ao exigir do Estado que realize a política que definiu, pressupõem-se nele requisitos orgânicos e razoável independência em relação ao condicionalismo exterior. Estes problemas podem dizer-se redutíveis a este outro — saber, no mundo contemporâneo e dada a interdependência das sociedades civilizadas, qual o âmbito deixado à autodeterminação dos Estados.

Ouve-se falar muito na forca das ideias, para significar que estas se generalizam e acabam por impor-se à inteligência e à conduta dos homens, e quem diz dos homens diz naturalmente dos Estados, impelidos assim a uma tal ou qual uniformidade de orgânica e de doutrina. Ora, fora do jogo de alguns conceitos universais, o asserto é sobretudo exacto quando não há, em relação a umas ideias, outras de igual mérito que se lhes oponham. Assim, a inaptidão que está a verificar-se na Europa Ocidental, de criar, acreditar, viver ideias políticas ou sociais suas, pode conduzir-nos neste século a uma espécie de colonização mental da parte dos dois maiores poderes em presenca – a Rússia e a América do Norte. E, se assim for, pode augurar-se que, seja qual for o país afinal dominante nessa influência, o que chamamos «a nossa civilização» ou será destruído ou sofrerá profundamente nalguns dos seus elementos essenciais. A passividade, o espírito fatalista com que a Europa se dispõe a ser qualquer coisa diferente dela mesma, confrange os espíritos menos apaixonados pela sua milenária cultura. E eu não vejo outra defesa que não seja partir do princípio de que na vida as coisas não têm fatalmente de ser isto ou aquilo, de que a vontade é a suprema criadora da história, e apelar para a contribuição que pode esperar-se da índole particular de cada povo e da seiva das suas melhores tradições, em vez de abafar-lhes a força criadora do génio sob o peso de importações alheias.

As tendências para a uniformização da orgânica dos Estados temo-las visto umas vezes nascer como fruto pouco amadurecido de exaltações sentimentais,

outras do espírito de solidariedades partidárias e outras ainda das imposições de uma hegemonia política. Em qualquer caso, devemos considerar essas tendências contrárias aos ensinamentos da experiência, á índole dos povos e aos seus interesses. Elas são, nalguns casos, a máscara de abusiva intervenção nos negócios internos e na vida das nações, com a postergação de uma norma de conduta internacional, condição de colaboração pacífica.

Quando se pensa que o Estado é a primeira barreira defensiva em face de todos os factores de corrupção ou perversão da comunidade que representa, pode fazer-se ideia do que a possibilidade prática e o direito efectivo de se organizar livremente representam para a saúde moral dos povos e para a sua independência. Não duvido um momento de que estamos na boa razão, na linha de defesa da civilização ocidental e do melhor interesse da Nação portuguesa ao reivindicar o direito de nos organizarmos segundo as nossas concepções, de fazê-lo segundo as nossas necessidades e índole, prestando aos mais o contributo, embora modesto, da nossa experiência. As instituições que podem viver, apesar da incompreensão que por vezes as cerca, têm pelo menos o valor e o significado da sua própria durabilidade.

E eis aqui uma primeira manifestação da verdadeira independência política.

•

Agora o outro ponto. A capacidade de o Estado definir e realizar uma política depende primeiro da sua orgânica, e depende em segundo lugar do condicionalismo interno e externo. O primeiro requisito é redutível à permanência das instituições e designadamente à estabilidade governativa; o segundo refere-se às dependências em relação à comunidade internacional.

O mundo vem sofrendo há muito de uma doença que poderá classificar-se de intolerância em relação à autoridade; e há muito tempo também que lhe vem suportando os efeitos. Cientistas e políticos têm-se colocado no mesmo sentido da corrente, não vendo para alívio da pobre condição humana, que alternadamente reclama e detesta a autoridade, senão o remédio da frequente mutação dos seus representantes. De queda em queda, os Estados modernos vieram a considerar-se tanto mais progressivos quanto mais decapitados, conclusão que, por absurda, deve provir de erro no ponto de partida. Nenhuma grande casa agricola, nenhuma exploração comercial ou industrial, nenhum estabelecimento ou organismo de qualquer índole suportaria sem risco sério o mesmo processo que aos Estados se aconselha como remédio. É evidente que as mutações de regime, de orientação ou de pessoal político estão longe de ser sempre um capricho: podem ser necessárias ou úteis. O erro está em que as crises se apresentem como a própria vida política e expressão da sua normalidade.

Quando se trate de política a longo prazo — ou seja, de uma ideia de governo que se projecta e há-de realizar-se em largo período —, tem de reconhecer-se que os regimes monárquicos possuem potencialmente condições superiores às das repúblicas. Nestas, como não pode contar-se antecipadamente com suficiente duração

do mandato presidencial, teria de contar-se com a assistência de órgãos permanentes do Estado que pudessem de algum modo ser os mantenedores de uma tradição política. Eu devia ter presente esta necessidade, ou pelo menos altíssima vantagem, quando um dia lembrei que ao Conselho de Estado, devidamente reorganizado, se podia entregar essa missão, por não ver a quem mais, nas nossas circunstâncias, se havia de confiar.

O mérito desta solução pode ser evidentemente discutido, mas o problema que a suscitou de modo algum o pode ser. Uma política é em si mesma um plano, e um plano, mesmo mediocre, é sempre melhor que a falta dele: porque o trabalho certo, com fito determinado, revela-o a experiência superior mesmo aos golpes de génio esporádicos e sem sequência. O revigoramento das instituições pela continua admissão de sangue novo que refresque, remoce e dinamize o trabalho empreendido não exige a mudança de orientação, antes aquela só é inteiramente benéfica se enquadrada na linha geral do mesmo pensamento.

À parte os ambiciosos à espreita de oportunidades, não julgo que possa ter-se sobre o problema opinião diferente. Nem a história nos permite outra conclusão. Nem a consideração do que vemos no mundo de hoje ilustra tese diversa: de facto, ransplantadas as coisas para o plano mundial, a superioridade de ter uma política ou de não a ter, de prosseguir a mesma política ou de mudar de política a cada momento, está suficientemente ilustrada por factos de relevância quase trágica.

Do exposto se deduz devermos considerar como a maior virtude do regime poder dotar o País de uma governação estável pela força dos seus princípios e pelo jogo equilibrado das suas instituições.

Digamos finalmente uma palavra acerca das restrições que podem impor à definição e prossecução de uma política as dependências da comunidade internacional.

A política de uma nação não é conduzida, por assim dizer, em espaço livre, mas no condicionalismo determinado pela coexistência com outras nações. O aumento geral da população no globo, a distribuição do trabalho no mundo, como a extrema rapidez das comunicações, tornam os povos estreitamente dependentes quanto aos seus meios de vida, mas uns mais que outros, poucos existindo dotados de aptidões e recursos que lhes permitam libertar-se, mesmo onerosamente, da dependência de qualquer condicionalismo exterior. Na complexidade da vida moderna vieram ainda enxertar-se, nos motivos de dependência e influência natural, outras causas de dependência ou servidão, abusivas pela sua origem e perniciosas nos seus possíveis resultados. Umas e outras dependências diminuem a liberdade dos Estados, mesmo quando não façam violência à sua vida ou atinjam a sua integridade. Mas não falamos destas últimas.

Sem dúvida a interdependência, quando em domínios vitais, impõe a colaboração, que pode estabelecer-se plurilateralmente por duas formas diversas: ou partir da nação como unidade integradora dos seus próprios interesses, ou partir destes

IV. Independência da Política Nacional – suas Condições

directamente para a organização internacional. É esta segunda modalidade a que parece ter hoje a preferência, não no domínio das aplicações, ainda na verdade restritas, mas no ambiente político universal. Ela é, aliás, a mais conforme com certo afrouxamento do princípio nacionalista no mundo. Eu, porém, creio que a organização internacional de grandes interesses terá muito maior viabilidade e eficácia se feita por escalões, um dos quais, o nacional, se afigura imprescindível, mesmo porque é este o processo de evitar a sobreposição de autoridades independentes dos Estados e o desconhecimento da autoridade destes para organizar equilibradamente o conjunto dos interesses da nação.

Seja como for, é evidente que a intensificação das relações internacionais condiciona fortemente a política das nações, mas de um modo fazendo actuar as soberanias nacionais e de outro impondo-se-lhes, senão desconhecendo-as, sem interesse e com prejuízo geral. Esta nossa maneira de ver quem quer a notará expressa na política que se há seguido e que dela se pode considerar aplicação e exemplo.

Não vou agora dizer em que tem consistido a nossa política financeira, a nossa política económica, a nossa política ultramarina. Todos conhecem o suficiente para saber não só que existem, mas as suas directrizes essenciais através das mais diversas aplicações concretas. O meu intento é apenas chamar a atenção para que, sob o aspecto considerado, ela se apresenta dotada de uma unidade substancial: mostrar que no fundo se trata sempre de diminuir dependências, restringir servidões, conquistar autonomias e, por tais processos, aumentar de direito e de facto a independência da Nação, isto é, maior liberdade de o Estado se determinar na satisfação dos interesses da grei. E porquê? E para quê? Não com fim egoista, mas para poder colaborar mais estreitamente e mais eficazmente na comunidade internacional.

Nesta orientação, a própria política externa nos aparece como a resultante geral de todas as outras políticas, o seu somatório, a sua cúpula. Muitos de nós contentar-se-ão em ver certa virtuosidade em atravessar incólume duas guerras, evitar os mil conflitos possíveis com uns e outros beligerantes, colaborar com as potências amigas ou aliadas, ajudar a causa da paz, manter a integridade metropolitana e ultramarina, apertar os laços que nos prendem a todas as nações, gozar senão de prestígio, ao menos de respeito entre elas. Seria muito, se fosse só isto. Mas outros poderão ir mais além e notar como, sem prejuízo das mais antigas amizades e alianças, toda a política externa mudou de plano, de objectivos, de extensão, se assim me posso exprimir: mudada na Península, mudada em África, mudada no Atlântico, mudada na mesma Roma pontifícia, isto é, mudada no mundo. É certo que a modificação das circunstâncias exteriores ao agregado português e o aproveitamento de circunstâncias novas incitavam, sugeriam voos mais largos; mas não há dúvida de que em tudo quanto exigiu esforço, continuidade e preparação da nossa parte, ela se deve considerar acto de inteligência e defesa máxima do interesse nacional.

Não sei de momento onde tenho uma carta oferecida pela Rainha D. Amélia, a excelsa Senhora que, falecida na doce terra de França, virá em breve dormir o seu último sono a Portugal. Eu fui criado, como toda a gente neste país, na fama das péssimas relações domésticas dos soberanos. De modo que a minha primeira sur-

presa foi a da afectuosidade que ressumava daquela carta política em que D. Carlos descrevia à Rainha um episódio curioso. No almoço que lhe fora oferecido a bordo de um cruzador americano, navio chefe da esquadra em manobras ao largo das costas portuguesas, e a que viera juntar-se um cruzador inglês, o almirante americano, com admirável sentido das realidades que bastante mais tarde se desenhariam claramente, dizia ao Rei, em face dos três pavilhões de almirante, que só então as coisas estavam como deviam estar, «sendo os melhores amigos dos nossos melhores amigos os nossos melhores amigos». Com tais palavras, expressamente autorizadas pelo Presidente Roosevelt, era convidado o Rei, como quem diz Portugal, para uma colaboração de que viríamos a ser, meio século mais tarde, os executores. E não só nisso. Porque, ao vivermos e alimentarmos a ideia do «quadrilátero do Atlântico», retomávamos ainda, mesmo sem o sabermos, uma ideia que já então lhe era cara e procurava realizar, se o Brasil desse a indispensável colaboração.

Pensava D. Carlos ter-se na sua resposta saído bem — e eu o creio — das dificuldades de ocasião. Porém só o tempo, a evolução das circunstâncias, a política do regime, por tudo o que tem feito e designadamente por ter conseguido transmudar em amizade sincera a atmosfera de suspeição peninsular, permitiram ir convertendo em realidades o que apenas podiam ser então expressões sem sentido prático ou névoas do futuro entrevistas pela imaginação do grande Rei.

III.

Em face do Estado apto a definir e a realizar uma política, é necessário que a Nação a compreenda e apoie. Quero com isso significar a existência de um estado de consciência colectiva, capaz de ser o suporte da política nacional. Na parte em que a política nacional se pode confundir com o regime, a integração das consciências nos princípios que o informara é a base mais sólida e porventura a garantia mais eficaz da sua estabilidade.

As pessoas estranhas à vida do Estado admirar-se-ão de ouvir, sobretudo da boca de uma pessoa com tão longa permanência no Governo, que o Poder é por essência delicado e frágil e que só assentar na base de uma larga compreensão e apoio lhe permite manter-se sem violências e trabalhar com eficácia.

Quando se nos pede que completemos e aperfeiçoemos as instituições que são a essência e estrutura do regime, dirige-se-nos um apelo que está na pura lógica das coisas; quando por minha vez peço e insisto por que façamos nossos os princípios e os convertamos de convicções em acção prática, defendo que as instituições sem os princípios são corpos sem vida, que não se poderão manter por muito tempo incorruptos e que logo ao perder a vida perdem a acção. Ufanar-se de uma doutrina é apenas alçar uma bandeira; vivê-la intensamente é entrar armado no combate.

Esta diferenciação entre princípios e instituições pode e deve fazer-se também entre as instituições e os regimes: isso nos evitará muita desilusão e nomeadamente os riscos de cair numa espécie de feiticismo político que dê às fórmulas valor absoluto ou, pelo menos, superior ao que possuem. Não é o momento de me ocupar

expressamente da questão posta nalgumas teses apresentadas ao Congresso e que concluem pela monarquia, e por isso lhes faço apenas uma ligeira referência.

A monarquia tem a superioridade real de conter em si própria resolvida — tanto quanto humanamente o pode ser — a questão da estabilidade da chefatura do Estado; mas a monarquia não é um regime, é apenas uma instituição. Como tal, pode coexistir com os regimes mais diversos e de muito diferentes estruturas e ideologias. E, sendo assim, ela não pode ser só por si a garantia da estabilidade de um regime determinado, senão quando é o lógico coroamento das mais instituições do Estado e se apresenta como uma solução tão natural e apta que não é discutida na consciência geral. Eis o ponto. Nas dificuldades dos tempos que vivemos, as consciências andam absorvidas por problemas de natureza muito diferente: a paz, as questões económicas e sociais não só têm hoje o primado absoluto como exigem em cada país unidade de pensamento e unidade de acção, isto é, a maior coesão nacional, para se lhes encontrarem soluções convenientes. Concluo como quem aconselha: estudemos tudo, mas não nos dividamos em nada.

Volto à referência que fiz à consciência colectiva como a garantia mais sólida da estabilidade do regime e da sua eficiência. Não basta uma consciência passiva e mais ou menos conformista, porque se exige uma consciência viva e vibrante, mesmo que um tanto ou quanto rebelde, que só por si seja estimulante e inspiradora da acção. Mas essa não podemos encontrá-la senão num escol político em cuja retaguarda tem de existir ainda uma plêiade de homens de estudo, empenhados em aprofundar os problemas, agitar ideias, definir princípios de orientação, criar doutrina, impulsionar a própria actividade do regime. Pode fazer-se política com o coração; não pode governar-se senão com a razão esclarecida.

Não façamos confusões com organizações partidárias, dotadas de pequenos programas concretos e enleadas em seus interesses eleitorais. Nós estamos em face de um movimento nacional, pelos objectivos, pela extensão, pela base moral em que assenta, pelas colaborações que necessita: com toda a legitimidade ele pode dirigir-se, como se tem dirigido, aos homens de boa vontade, capazes de sacrificar-se pelo seu país. A ninguém pede que adira; a todos pede que sirvam.

E estou chegado às minhas últimas considerações.

Foi decidido realizar em Coimbra o III Congresso da União Nacional, à sombra da velha Universidade e sob a sua égide e inspiração, como homenagem ao contributo ideológico por ela prestado à Revolução do 28 de Maio, especialmente através de alguns dos homens aos quais coube definir-lhe os princípios e trabalhar na sua estruturação. Muitos, lá fora, não atinando com designação apropriada, chamam-nos uma «ditadura de doutores», não depreciativamente — seria falho de senso —, mas para exprimir que os universitários puros ou desinteressados exercem entre nós, em larga proporção, as funções de comando e têm dado ao regime o seu substrato intelectual. O Estado não é uma criação científica, a política não é pròpriamente uma técnica: mas os problemas da vida social cada vez mais precisam

do auxílio que pode dar-lhes o conjunto dos conhecimentos humanos para uma correcta solução. E temos plena consciência disso os que não buscamos satisfação de vaidades, mas os caminhos da verdade e da justiça e por eles o bem comum. Então, se os homens saídos das escolas, e designadamente desta, não desmereceram no governo do que aprenderam e algum dia aqui houveram de ensinar, podem em inteira consciência dirigir à Universidade um apelo respeitoso e levantar os olhos em atitude de confiança para a Escola portuguesa, de que desejamos, para bem da Pátria, Coimbra continue a ser o fanal radioso e símbolo sagrado: Mãe Augusta, Sede da Sabedoria, ilumina os teus filhos!

V. NA INAUGURAÇÃO DA PONTE MARECHAL CARMONA ⁽¹⁾

Contra o que para mim tem sido sempre norma e necessidade de vida, assisto hoje a esta inauguração. Faço-o por dois motivos principais: o primeiro é prestar-se aqui homenagem à memória do Marechal Carmona, que nos últimos vinte e cinco anos de vida presidiu, por suas qualidades e méritos, aos vinte e cinco anos da Revolução Nacional; o segundo é existir um antigo compromisso, que ainda hoje não compreendo bem como o tomei. Eu devo ter sido empolgado pelo entusiasmo e carinho da multidão que se comprimia no Terreiro do Paco para se congratular pela adjudicação desta ponte, quando, seguro da sua realização e do prazo em que se executaria, prometi vir agradecer neste lugar a visita que os povos das vastas regiões servidas fizeram ao Governo, em Lisboa, em Maio de 1948. Recordo ter-me despedido com estas palavras: Até lá e até então. Só mais tarde, reflectindo um pouco, reparei no inconveniente do dito, porque se me seria sempre possível, como cidadão livre de um país livre, assistir a esta cerimónia, não devia comprometer-me a fazê-lo numa qualidade de que não era razoável considerar-me seguro, não digo por força de acontecimentos imprevistos — temos reduzido ao mínimo o imprevisto na política portuguesa —, mas por exigências éticas da própria constitucionalidade do regime.

No entanto de uma coisa podia já então estar certo e falar com segurança — era da data em que as Obras Públicas nos apresentariam concluído o trabalho. Um dos maiores serviços que podem ter-se prestado ao País, e em especial ao seu escol, é tê-lo levado a estudar e seriar os problemas, ordenar os factores intervenientes nas realizações, medir e economizar o tempo. Começamos felizmente a saber trabalhar. E mesmo quando, como no caso presente, alguma deficiência de aparelhagem ou superioridade averiguada de uma técnica nos conduzem a aproveitar serviços de empresas estrangeiras, já sabemos, já podemos colaborar: o nosso nacionalismo não é exclusivista, nem orgulhoso, nem ingrato — pretendemos simplesmente que seja avisado e digno.

Estes são factos de hoje e parece que não de ontem. Nada estranho, por isso, que, ao procurarem-se as razões profundas e a origem das coisas, se encontre que, para além das notáveis realizações a suceder-se em ritmo crescente, superior à matéria bruta que as constitui e até à técnica que parece por milagre as faz surgir,

Palavras proferidas na inauguração da Ponte Marechal Carmona, a 21 de Dezembro de 1951.

alguma coisa as explica, as ilumina, as torna efectivamente possíveis — um pensamento, uma vontade, um Estado, digamos a palavra — uma política.

Não pode ser impertinente lembrá-lo num acto com que muito deliberadamente se quis encerrar as bodas de prata do 28 de Maio, embora nele estejam também de parabéns e de modo particular o titular das Obras Públicas e o seu Ministério. Em plena natureza, em face do largo Tejo e adivinhando a lezíria imensa, sob um céu protector e as bênçãos de Deus, homens de vastas regiões celebram como uma grande família uma vitória incruenta — a vitória sobre os elementos e os obstáculos naturais, e riem e folgam e transbordam de alegria, porque esta obra magnífica lhes enriquece a paisagem, lhes facilita o trabalho, os ajudará a levar a vida, nobre e séria, tal como a queremos e amamos.

E esta é precisamente uma imagem da vida, na sua verdade, na sua pureza, na sua glória.

VI. ARMADURA ECONÓMICA E COESÃO MORAL ⁽¹⁾

«Na Época Apocalíptica em que Vivemos não nos Salvaremos uns Tantos, mas todos ou Nenhuns»

Meus Senhores:

O Congresso de Coimbra, modificando os Estatutos da U. N., provocou a remodelação das comissões locais. Isso se tem feito em actos sucessivos, dos quais o de hoje é o culminante pela escolha dos membros electivos da Comissão Central.

Conseguiu-se o que se pretendia? Pretendia-se despertar interesse pela vida e constituição deste organismo político e dar, através desse despertado interesse, uma possibilidade de renovação de quadros que trouxesse novos valores e entusiásmos à União Nacional. Parece que isso se conseguiu: não só foi numerosa, entusiástica e por vezes aguerrida a concorrência aos actos eleitorais, mas verifica-se no conjunto que muitos valores novos tomam agora pela primeira vez responsabilidades na direcção do organismo.

Acaba de dar-se posse aos presidentes das comissões distritais, os quais empossarão os outros membros. Quando se acabar de constituir a Comissão Central, temos a U. N. em condições de continuar a marcha. É pois o momento de trazer-lhes uma palavra de agradecimento: primeiro, à Comissão Executiva, pelo esforço despendido e pelo zelo que empenhou nesta longa e dificil campanha; depois, a todos quantos serviram até ao presente nas várias comissões o ideal da U. N., com gasto de tempo, de forças e de dinheiro, e com os aborrecimentos inevitáveis da acção política; por último, agradecimentos aos que se prontificaram a ocupar lugares de direcção nas comissões, com prejuízo porventura dos seus interesses e apenas o desejo de servir. A todos, em nome da U. N., que represento, agradeço a sua patriótica atitude; a todos direi que me comove a sua dedicação e que deposito a maior confiança na acção que vão desenvolver.

A uns e outros dirijo ainda mais algumas palavras.

Não tenho o hábito nem sigo a política do pessimismo, mas sou obrigado a seguir a política da verdade. Nós temos de ter a consciência de atravessarmos uma fase histórica delicada, se não perigosa. Os riscos são de tal ordem que os valores

⁽¹⁾ Discurso proferido na reunião da posse dos presidentes das comissões distritais da União Nacional em 3 de Maio de 1952.

isolados não contam nem poderão manter-se: cada vez se afirmarão mais no mundo político os grandes sistemas. E felizes dos povos que podem enquadrar-se naquele cuja dominante de pensamento ou de orientação se casa melhor, ou pode casar-se, com a sua consciência e mais adequada defesa dos seus interesses. Nós pertencemos, por afinidade espiritual e justa apreciação dos interesses da Nação Portuguesa, ao sistema ocidental.

Não se pode ajuizar com exactidão a extensão dos esforços ou sacrifícios que se imporão a cada um dos associados, mas não oferece dúvida que o desenrolar dos acontecimentos exige de todos uma forte armadura económica e uma forte coesão moral. Estas são bases e condições indispensáveis de qualquer esforço militar válido, ainda que providencialmente tal esforço se desenvolva apenas na paz.

O conjunto de problemas que é necessário pôr e resolver em ordem que se consiga aquela armadura económica é duma vastidão que desafia por vezes a nossa inteligência e a tenacidade do nosso esforço. Tudo o que respeita à produção do essencial para a vida, nos vários sectores que a servem, ao comércio interno e internacional, ao equilíbrio financeiro, a estabilidade e defesa do valor da moeda, ao crédito público e privado, à vida das populações em nível razoável — tudo é relevante e tem de aparecer coordenado com vista à mesma finalidade geral. E não se há-de, em momentos como este, esquecer que o livre jogo dos interesses particulares pode não levar à realização do interesse geral e que em numerosos casos os interesses privados terão de subordinar-se, terão mesmo de ser sacrificados, ao interesse comum. Infelizmente, e diremos infelizmente em virtude das razões em que se fundamentam estas disciplinas, não será sempre possível cada um produzir o que prefere, enviar a sua produção para onde desejaria, liquidá-la pelo valor que lhe apetecia exigir. Muitas limitações e restrições, mesmo violentas, neste domínio, são filhas, na maior parte, do estado de necessidade em que se encontra o mundo.

Para as dificuldades que temos de enfrentar não basta que reforcemos e desenvolvamos a nossa estrutura económica: é necessário uma forte armadura ou coesão moral. O meio de conseguir essa coesão moral no seio da Nação é sem dúvida hoje o problema político por excelência e por isso mesmo aquele que mais fortemente se deve impor à consciência dos homens de Estado. As circunstâncias fazem variar as dificuldades: a identidade de raça, a comunidade de crenças ou de moral, a constituição geográfica e contiguidade territorial, a solidariedade dos interesses económicos, são factores que tornam possível ou mais fácil, como no caso português, atingir-se uma certa unidade de consciência nacional. Mas mesmo aqui, e dada a variedade infinita das predilecções afectivas ou ideológicas, a diversidade dos meios de fortuna e das situações económicas, os desníveis da educação cívica, o antagonismo dos caracteres e a antinomia dos interesses, é preciso encontrar um denominador comum, isto é, a definição de um ideal que por sua própria natureza respeite a todos e por todos possa ser compreendido e perfilhado. Este o problema.

VI. Armadura Económica e Coesão Moral

Os processos práticos que se utilizam no terreno político para captar a adesão nacional são *grosso modo* redutíveis aos seguintes tipos: primeiro, uma força política majoritária impõe em nome dessa mesma maioria a definição de um ideal, ou da finalidade política a atingir, pois que «a maioria é a verdade»; segundo, a política será a média aritmética das forças conjugadas, obtida por compromissos e mútuas cedências. A primeira fórmula permite eficiência ao Governo e divide a Nação; a segunda paralisa o Governo sob uma unidade nacional quase sempre apenas aparente. Mas não discutamos, pois não há nada mais inútil que discutir política com políticos; tentemos ilustrar-nos com os resultados por uns lados e outros conseguidos ou não conseguidos.

Nós tacteamos outro caminho, modestamente como nos compete, sem força para o impormos nem propaganda para o realçarmos, mas com suficiente firmeza e tenacidade para se afirmar ao lado dos mais. Limitamos a parte irredutível da nossa ética àquelas grandes certezas que se encontram ainda vivas na consciência da Nação e à volta das quais se pode mais fàcilmente reconstituir a sua unidade moral. Pude proclamá-las há anos na cidade de Braga: Deus, a Pátria, a Autoridade, a Família, o Trabalho. No conflito que divide o mundo são ainda esses os valores a defender e a salvar. O Estado considera-se solidário com eles e lutará abertamente contra os factores de desagregação interna, como representante do interesse permanente ou, se quisermos, da alma e da História da Nação. Para além dessas verdades primárias e dos seus imediatos corolários, abre-se o vasto campo deixado livre, sim, deixado livre, mas, no nosso pensamento, mais ao estudo e à competência dos técnicos do que às fantasias dos ideólogos ou às improvisações dos aventureiros.

Esta posição não nos permite contar com a adesão de uma insignificante minoria, divorciada do sentir comum dos concidadãos; em caso algum seria lícito contar com ela. Em compensação permite abrir os braços à colaboração de todos os portugueses de boa vontade e que tenham a consciência da solidariedade nacional. Através de uma orgânica adequada, toda a ideia construtiva, toda a divergência fundada, toda a reclamação justa têm as máximas possibilidades de ser ouvidas e consideradas e atendidas no juízo independente que só o interesse colectivo ilumina e aquece.

Eis o espírito da nossa União Nacional; eis o seu campo de acção; eis o seu escopo fundamental. Na época apocalíptica que vivemos não nos salvaremos uns tantos, mas todos ou nenhuns. Por isso o maior problema político de hoje repito, é manter uma forte coesão nacional. Nem para isso é imprescindível que todo o português da Metrópole ou do Ultramar se filie e inscreva na Organização. Esta, se é permitido recorrer à imagem do Evangelho, também pode assemelhar-se ao fermento que a mulher mistura na farinha e daí a pouco tem levedado toda a massa. Eis o ideal e simultâneamente o voto que hoje devo fazer.

VII. O PLANO DE FOMENTO (1)

Princípios e Pressupostos

Senhor Presidente:

Achou-se vantagem em que a Exposição do Plano de Fomento, a cuja abertura Vossa Excelência vai proceder dentro de pouco, fosse por assim dizer enquadrada num ciclo de conferências em que os oradores viessem desvendar-lhe os principais aspectos e recordar os problemas que suscita a sua execução. O meu receio tem sido que se considere o Plano acabado e findo, sem ter de causar mais preocupações, desde que o Governo o elaborou e as Câmaras o estudaram, discutiram e aprovaram, depois de longa apreciação. Isso foi só acender uma luz e iluminar um caminho que tem agora de ser percorrido com esforço perseverante e no meio de não pequenas dificuldades e sacrifícios.

Assim as conferências a cargo de alguns dos membros do Governo mais directamente responsabilizados pelos trabalhos do Plano destinam-se a manter a opinião pública desperta e — porque não dizer? — simpática em face do trabalho que nos próximos seis anos absorverá muitas das nossas energias e a maior parte dos recursos disponíveis da economia nacional. Parece-me necessário que a Nação viva esse Plano na sua inteligência, no seu coração e na sua carne, quero dizer, na perfeita compreensão do que ele significa para a comunidade, na aceitação consciente do que representa como tarefa colectiva e do que há de exigir de imaginação criadora, trabalhos no gabinete e no campo, incómodos e renúncias, disciplinas individuais e colectivas, para se realizar.

Com tal finalidade, estas conferências têm forçosamente de desprender-se dos altos problemas da técnica para se confinarem na apresentação das principais questões políticas, económicas e financeiras que o Plano enfrenta e dos resultados a que visa. Eu nem mesmo isso tenho de fazer: cabendo me iniciar a série com uma espécie de introdução, podia, a dizer a verdade, ficar-me por aqui; mas, visto que estou e tiveram o incómodo de vir, falarei, genèricamente embora, dos *princípios* e *pressupostos* do Plano, ou seja das suas grandes linhas de orientação e estrutura, do seu enquadramento no conjunto das aspirações e necessidades da vida portuguesa, e das condições que se anteviram como necessárias para se cumprir. Tudo farei ou tudo quereria fazer por forma tão directa e em linguagem tão simples que não houvesse um português que não pudesse compreender.

⁽i) Discurso proferido no Palácio Foz, em 28 de Maio de 1953, no acto inaugural do ciclo de conferências ministeriais e da Exposição do Plano de Fomento.

I. PRINCÍPIOS

A necessidade de planos na administração e na economia é filha da grandeza e complexidade das tarefas colectivas que os aumentos demográficos e os altos níveis de vida das populações impõem aos Estados modernos. Referi causas económico-sociais, mas por vezes a necessidade política de atingir determinados objectivos em prazos certos está também na raiz do mesmo fenómeno. Por seu lado estes planos tornaram-se possíveis desde que, ao mesmo tempo e pelas mesmas causas, muitas actividades privadas se vão enquadrando, por evolução natural ou imposição política, em formas ou processos colectivos de agir. A conclusão é, pois, que um benéfico intervencionismo estatal tem fatalmente de ser aqui admitido.

Que não existissem estas razões profundas, haveria para nós sempre a vantagem de corrigir desmandos de imaginação, moderar desejos irreflectidos, disciplinar a nossa actividade. Somos atreitos, por conhecido modo de ser, a construir sobre entusiasmos efémeros e a abandonar, por outras, tarefas mal começadas. Ora na obra em que nos empenhamos, há que ir substituindo nos hábitos gerais a improvisação pelo estudo, a volubilidade no sentir pela fidelidade a um programa. — Acabada a vigência da Lei de Reconstituição Económica, a necessidade e as vantagens de um Plano de Fomento estão fora de discussão.

1) BASE FINANCEIRA DO PLANO

O Plano de Fomento foi elaborado tendo como base e ponto de partida o cômputo das disponibilidades financeiras do Estado e de instituições públicas ou particulares que podiam ser-lhe afectas. Normalmente estudam-se as necessidades, seriam-se as maiores aspirações, definem-se as obras e empreendimentos que as hão-de satisfazer, ligam-se pelas suas interdependências, ajustam-se pelos prazos de execução — e nasce um plano. Os custos entram no juízo do rendimento possível, mas as coberturas são nesse todo uma conclusão e não uma premissa. — Não trabalhamos assim.

Embora um quarto de século de finanças bem equilibradas e de saldos de contas pudesse justificar algumas ousadias, a regularidade administrativa e a estabilidade financeira continuam a ser a melhor base da reconstrução nacional e o uso quase exclusivo de meios próprios, como se tem visto, medida salutar para o reforço da nossa independência política. Uma pressão demasiada sobre a economia interna como a criação artificial de meios de pagamento atentariam contra uma estabilidade monetária e um equilibrio social que temos a peito defender; e o recurso excessivo ao crédito externo, como adiante direi, nem seria conforme à incerteza e precariedade das condições mundiais nem à salvaguarda dos nossos melhores interesses.

Com estes critérios se chegou em todo o caso à cifra de 13 milhões e meio de contos, importância enorme, embora insuficiente para as nossas necessidades, e certamente acanhada para as nossas ambições: alguns taxarão a prudência de estreiteza de espírito, lamentarão a falta de horizontes na concepção do Plano e,

causados de repassar pelos dedos os seus pobres escudos, acharão estes milhões uma quantia perfeitamente mesquinha.

2) BASE METROPOLITANA E ULTRAMARINA DA ECONOMIA NACIONAL

Estes 13 a 14 milhões de contos aparecem distribuídos em partes quase iguais pela Metrópole e pelo Ultramar, e, tanto aqui como lá, afectos em somas substanciais, de um lado, à agricultura e, de outro, às indústrias, nas quais se englobam a produção de energia e os transportes.

Embora os planos de fomento não sejam uma novidade no Ultramar, pois nas grandes províncias, como Angola e Moçambique, se está já habituado a trabalhar dentro de planos aprovados para certo número de anos, é a primeira vez que se tenta uma sistematização de recursos metropolitanos e ultramarinos e se faz um estudo conjunto e coordenado das aplicações mais urgentes.

O Acto Colonial teve por objectivo primário um esforço de reivindicação nacionalizadora que o povo português compreendeu em toda a sua profundeza e alcance.
Em obediência aos novos princípios, a política ultramarina cuidou de cimentar a
unidade moral e acreditar a coordenação das economias, mau grado os atritos inevitáveis de alguns interesses, e trabalha-se de modo que um dia se atinja a sua possível integração. Aquela unidade moral que por tão claras formas se afirma entre o
Continente, as Ilhas e o Ultramar não assumiria todo o seu valor senão garantindo
uma bem coesa unidade política; e a Nação Portuguesa assim considerada na dispersa vastidão do seu território deve tender a constituir cada vez mais perfeitamente uma unidade económica, quer dizer, a formar no espaço português uma economia nacional. As dificuldades que se deparem a este movimento, filhas de hábitos
mentais nossos ou alheios, e de muitos interesses que terão dificuldade em compreender, têm de ser vencidas pacientemente, mas com tenacidade e clarividência.

Dá-se agora mais um passo, muito grande a meu ver, e não se pode estranhar que o trabalho de coordenação não seja ainda perfeito, nem se atine por vezes com a ligação entre alguns melhoramentos projectados e os resultados do conjunto. Ficam malhas em aberto e há obras sem ligação aparente com a finalidade geral. Não vale a pena atentar nessas coisas secundárias, que umas vezes são exigências da vida local, naturalmente dotada de certa autonomia, e outras a necessidade de atender a conveniências que não são só nacionais: Angola e Moçambique, por exemplo, têm de considerar como um dos grandes objectivos das suas comunicações servir para os mares as ligações da África Central. Mas o que sobretudo importa é a fidelidade ao mesmo pensamento, são os passos em frente na mesma direcção.

3) CAPITAIS NACIONAIS E ESTRANGEIROSPARA EXECUÇÃO DO PLANO – INTEGRAÇÃO DOS ÚLTIMOS NA ECONOMIA NACIONAL

É evidente que no estado actual do desenvolvimento ultramarino não se pode contar apenas com os recursos das provincias para os investimentos necessários. Além dos

que ali se possam formar e fiquem livres do desenvolvimento natural das empresas, tem de recorrer-se aos capitais metropolitanos ou aos que possam conseguir-se no estrangeiro, com ou sem intervenção do Governo. Os recursos metropolitanos serão por ora quase só os do Estado ou que este mobilize e os de instituições quase públicas. A educação que há-de fazer-se de os capitais particulares disponíveis tomarem com frequência e normalidade o rumo ultramarino levará seu tempo. Entretanto e porque também não existem aqui para todas as necessidades, nenhuma dúvida pode existir de que capitais estrangeiros terão cá e lá possibilidades de colocação. Os que o Governo utilize têm a sua disciplina política e jurídica e não suscitam por isso dificuldades especiais; quanto a outros são convenientes algumas palavras de esclarecimento.

Muitos países no mundo precisam de capitais estranhos para se desenvolver e o caso não é específico dos territórios coloniais; outros têm excedentes de capitais que desejariam colocar no exterior. Isto não é uma novidade; novidade é a sua relativa escassez, de estranhar é o tratamento a que por muitas partes têm sido submetidos nos últimos tempos. Diz-se que as feridas de dinheiro são as mais fáceis de curar. O dito aplicado à matéria significa que as economias altamente ndustrializadas têm grande poder recuperador, e se, portanto, curadas as feridas da guerra, não houver que desperdiçar em preparativos de defesa as somas que no momento se lhe destinam, dentro de pouco haverá de novo capitais em abundância em busca de colocação. O essencial é definir as condições em que podem ou devem trabalhar.

Nós estamos a viver uma época de transição ou de crise em que os fenómenos não são redutiveis ao mesmo esquema, e em que se entrechocam com rara violência princípios e sistemas contraditórios. Assim o nacionalismo. Ao mesmo tempo que este irrompe com rejuvenescido vigor em larquissimas manchas do mundo, trabalha-se noutras partes na transposição sistemática de problemas nacionais para o plano internacional – ou por convicção de ser mais excelente o sistema ou para obtemperar a dificuldades que a mim se me afiguram restritas e acidentais. Observados atentamente esforços e resultados, parece dever concluir-se que são até ao presente modestos. Nada me custa a crer que o mundo transcenda o homem e que o homem não tenha capacidade para ver certos problemas em plano mundial; mas mesmo que a possuísse ou venha a possuir, haverá sempre que encontrar o terreno de conciliação entre o internacionalismo e a vida ordenada em moldes nacionais. Por mim continuo convencido de que a Nação é a fórmula de organização das sociedades humanas que melhor corresponde ao seu estado actual e ainda por muitos séculos no futuro, e de que melhores e mais rápidos resultados se obteriam da estreita cooperação entre as nações que da sua fusão ou confusão geral.

Se é tal a nossa convicção, entendemos simplificar por nossa parte os problemas, desejando que a Nação constitua o melhor que puder ser uma unidade económica. Esta não tem de ser autárcica e pode completar-se com outras economias complementares. Mas convém, para melhor ordenamento das relações internacionais, que seja um todo e tenha unidade de direcção.

A questão vista agora sob o aspecto da imigração de capitais reduz-se apenas à seguinte exigência: a integração das actividades que alimentam, na economia nacional, embora pelos seus rendimentos ou recuperação continuem integrados nas economias de que provieram. Mal se calcula o que adviria para a paz do mundo e para a facilidade das relações económicas e políticas entre os Estados, se princípio tão simples fosse geralmente observado. Por outro lado seria trágico para as sociedades modernas se tivessem de concluir que o imperialismo económico é a única forma de defender a existência do capital.

Na estranha confusão de ideias que vai pelo mundo e enquanto não aclaram as águas da corrente, turvadas pelo choque de tantos interesses contraditórios, a prudência manda que, em vez de seguirmos as ideias da moda, nos governemos com as nossas, que são um princípio de ordem e constituem também a nossa primeira defesa: ter na mão, aqui e no Ultramar, as posições-chave e agir de modo que a economia da Nação possa obedecer a um comando nacional. — Nós podemos falar assim, em face do capital estrangeiro, porque temos dado suficientes provas ao mesmo tempo de respeito, de gratidão e de capacidade.

Estes princípios dominam as nossas concepções económicas mas não têm representação directa no Plano de Fomento. Nas coberturas gerais apenas se prevê o recurso ao crédito externo até um milhão de contos, e deste cerca de 500 mil contos acabam de ser contratados com a banca americana e destinam-se, através do Tesouro da Metrópole, ao Caminho de Ferro do Limpopo. O mais provável é que, sendo necessário, os outros 500 mil venham a ser pedidos também nos Estados Unidos, com destino a empreendimentos que obriguem a grande dispêndio de dólares. Os países europeus não estão habilitados a fazer operações a longo prazo, e as operações que se possam efectuar na Europa, representadas sobretudo em encomendas com prazos de pagamento diferidos, têm de ser ulteriormente convertidas em operações que permitam maior desafogo. Não parece assim possível, desde que se queira agir com alguma rapidez, prescindir inteiramente do recurso ao crédito e designadamente ao crédito americano. Isto quer dizer - e verificamo-lo com tristeza — que a Europa empobreceu com as suas guerras e o seu socialismo e que Nova lorque tende a substituir, mesmo para os países europeus e para a África, a Haia, Paris ou Londres. Simplesmente ao mesmo tempo que a sua Constituição política tem de ir-se modificando para que os Estados Unidos possam actuar eficazmente como potência mundial, também a organização financeira se terá de ir adaptando às necessidades para que está sendo e vai ser solicitada fora do território americano.

4) A INDÚSTRIA E A AGRICULTURA NO PLANO

Tenho agora de dizer algumas palavras acerca da distribuição das somas, a despender, pela indústria e pela agricultura. No que se refere à indústria e pondo de lado os transportes, o Plano restringe-se na Metrópole a meia dúzia de indústrias consideradas básicas pela sua importância própria e repercussão nas demais, e na

produção e distribuição de energia, esta última medida pelas exigências crescentes do consumo e a necessidade de estender o seu uso aos centros e populações rurais. Quanto à agricultura, pode dizer-se que são atacados apenas o repovoamento florestal, a irrigação por meio de grandes albufeiras e a colonização.

O que se diz da Metrópole pode afirmar-se do Ultramar, com as diferenças impostas pelas circunstâncias, dando-se ali menor incremento à produção de energia e muito grande à construção de linhas férreas.

Nem aqui nem lá se pode afirmar que estejamos em face de um plano de industrialização; também não se pode dizer que se esteja em face de um plano integral de fomento agrícola. O facto não é arbitrário e tem a sua explicação.

Sabe-se que a indústria tem rendabilidade superior à agricultura e que só pela industrialização se pode decisivamente elevar o nível de vida, como só por ela é possível atingir sem risco altas densidades demográficas. Sem suficiente industrialização nem teremos marcado local bastante para algumas produções agrícolas nem poderemos evitar completamente que os excessos de população se expatriem, como estão fazendo, nalguns casos em condições que não consideramos satisfatórias. Temos por outro lado que a agricultura, pela sua maior estabilidade, pelo seu enrairamento natural no solo e mais estreita ligação com a produção de alimentos, constitui a garantia por excelência da própria vida, e, devido à formação que imprime nas almas, manancial inesgotável de forças de resistência social. Aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram acima de tudo a uma vida que, embora modesta, seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca, e muito menos nas precaríssimas condições da vida mundial, seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria e em que o solo e a gente não fossem estimulados a produzir o máximo possível. O incremento da indústria pelos motivos acima terá de fazer-se e impulsionar-se — e factores tão decisivos como a energia e o ensino são desde já postos em movimento. Mas à parte considerar que a falta de capitais e, em certos casos, de técnica nos não permitiriam andar demasiado depressa, nós entendemos que a industrialização maciça do País, a ser exequível, não deverá ser prosseguida sem que se vá pondo a agricultura em condições de nos dar o máximo das suas possibilidades. Não estamos em face duma tese económica: encontramo-nos diante da necessidade de definir uma política que tem de atender ao conjunto de circunstâncias que se verificam no mundo. Sei que pagamos assim uma taxa de segurança; mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações.

Não nos importa para o caso a permanência de certas produções. É da natureza das coisas que as populações densas tenham de preferir, para poder viver, produtos ricos aos mais pobres. Estes terão de ser sucessivamente relegados para terrenos sobrantes e de menor valor ou sem valor, como são actualmente muitos terrenos do Ultramar. Pouco importa isso ou não importa muito para a vida da colectividade: a conversão na agricultura é felizmente muito mais rápida e fácil que na indústria e o que acima de tudo interessa é a adaptação das terras à cultura e o hábito do trabalho agrícola.

Infelizmente há problemas que, no meu entender, não temos ainda bem equacionados, e daí certo receio ou hesitação em prosseguir em caminho não averiguadamente seguro. Um exemplo.

Nós trabalhamos em hidráulica agrícola sobretudo em obra de Estado — grande albufeira e canais de rega — e administração depois pelos interessados — os regantes. Além de que temos encontrado dificuldades — aliás conhecidas de outros países — na adaptação ao regadio por parte das terras e da gente: além de que não temos sido capazes de manter um serviço de reembolso regular e compensador, não há, que eu saiba, ideias assentes sobre a possibilidade de melhorar o regadio existente ou fomentar pequenos aproveitamentos. Os trabalhos que alguns agricultores têm empreendido e o Governo tem apoiado técnica e financeiramente estão a abrir-nos largas perspectivas e nada custa a crer que, além de outras vantagens evidentes, não tenhamos aqui um caminho a explorar. Mas a orientação não está reduzida a sistema como se faz mister para poder ser incluída em plano.

Outro exemplo. Nós trabalhamos em repovoamento florestal, também na base do trabalho público, em mata do Estado, e parece que trabalhamos bem: eu diria mesmo que em muitos casos bem demais. O serviço não é barato e é lento; alguns milhões de contos se gastarão antes de termos as serras povoadas de arvoredo como deve ser. Com a atenção dos serviços absorvida no repovoamento público, nada de estranhar se perdesse de vista o facto de que as matas particulares representam 91% do total e que só a diferença para 100 pertence ao Estado. Ora, salvo as excepções sempre verificadas, a mata particular não oferece a densidade florestal que devia, nem a sua plantação ou sementeira e exploração se subordinam sempre aos melhores critérios técnicos. Temos em estudo as formas directas e indirectas de levar a melhores termos o domínio florestal do País na mão de particulares, incluindo o repovoamento espontâneo, força dadivosa da natureza, quase em absoluto desperdiçada. Também por isso neste capítulo se não pôde planear mais que o que vinha de trás.

Nós lançámos a obra da colonização interna — nalgumas partes em terrenos de sequeiro, mas na perspectiva de utilização de terrenos trazidos de novo ao regadio. As realizações num caso e noutro são ainda bastante restritas e a meu ver a preços muito elevados. O caso tem para nós o interesse de uma tentativa de correcção demográfica no País, e especialmente de iluminar o caminho para a obra de colonização prevista em Angola e Moçambique, por via dos grandes aproveitamentos hidráulicos. Parece-me muito difícil dar grande incremento a esta obra aos preços e com a orientação actual; e os estudos já ordenados pelo Ministério da Economia, se chegarem a conclusões aceitáveis, deverão constituir a base do trabalho futuro e de um desenvolvimento que se me afigura dever ser muito grande neste capítulo.

À parte o que possa fazer-se, aproveitando a oportunidade da sujeição a regadio de extensas áreas de sequeiro, no sentido de constituir núcleos de proprietários agricultores, não dispomos ainda de um sistema corrector da extrema irregularidade com que a terra se distribui no País. É mais que duvidoso que, seja qual for o nosso respeito e mesmo o nosso carinho pela propriedade privada da terra, possa o fenómeno continuar indefinidamente entregue a si próprio, sem orientação legal ou

processo de correcção dos piores males. Está longe do meu pensamento a «reforma agrária», tão em moda em muitos países, como arma de indole e finalidade predominantemente política e bastante desinteresse pelo rendimento económico. Mas não considero sensato que problema que tão fundamente afecta a produção e o equilíbrio social não receba da nossa parte a atenção que merece.

Ora bem: quando todos estes problemas forem postos em equação — era esta a conclusão a que desejava chegar —, a expressão orçamental de um plano de fomento na parte agricola há-de ser muito diversa da actual. Os meus votos são por que o próximo Plano, daqui a seis anos, possa nestes aspectos dar inteira satisfação.

5) A INICIATIVA PRIVADA

A inclusão no Plano de Fomento de actividades públicas e de actividades particulares e sobretudo a perspectiva de elevados financiamentos assegurados a estas últimas pelo Estado podem suscitar dúvidas acerca da fidelidade a um dos princípios que temos considerado fundamentais — a iniciativa privada. Nós vivemos uma época que sob este aspecto e incontestávelmente perigosa. As ideias que andam no ar, a deformação profissional dos serviços públicos, a averiguada necessidade do intervencionismo, a sedução do mando fazem que por toda a parte, algumas vezes com justificação e muitas sem ela, os Estados vão escorregando pelo plano inclinado do socialismo. Assisto ao fenómeno com preocupação mas sem surpresa: surpresa tenho-a só de ver as democracias impelir as coisas no mesmo sentido, porque não se me oferecem dúvidas de que, além de tender à corrupção dos governos, o poderio económico do Estado só se cria e mantém com detrimento da liberdade individual.

O ponto morto em que nalguns sectores parece ter caído a nossa economia, precisada de um impulso sério; a necessidade de investir somas muito elevadas que a presença do Estado pode afoitar; a indispensável vantagem de dar incentivo e exemplo — criaram-nos a alternativa ou de aguardar que os particulares tomassem a direcção requerida pelas necessidades gerais ou de tomar a iniciativa de empreendimentos que em circunstâncias normais ficariam estranhos à actividade estatal. O papel do Governo será, porém, em tais casos o de fomentar a criação das empresas, apoiá-las técnica e financeiramente, ditar-lhes regimes adequados de exploração... e retirar-se, quando não seja necessária a sua presença ou o seu auxílio. Compreendo que nesse momento haverá as múltiplas dificuldades dos interesses criados. Esperemos que os Governos sejam tão fiéis a este princípio que nenhuma consideração de lucro, nenhuma expectativa de valorização de capitais, nenhuma facilidade de comando económico geral os demovam duma linha de conduta que julgo essencial à saúde moral do País.

II. PRESSUPOSTOS OU CONDIÇÕES

Expostos os princípios gerais que inspiram o Plano de Fomento, hei-de ainda dizer uma palavra acerca das condições a que está subordinada a sua execução.

Poderei reduzi-las às seguintes: paz externa, estabilidade económica, disciplina administrativa.

PAZ EXTERNA. ENCARGO FINANCEIRO DA DEFESA. SE É POSSÍVEL A MANUTENÇÃO DA PAZ E EM QUE TERMOS

A primeira das condições que significa no fundo poder-se trabalhar é o problema da paz ou da guerra. Eu devo desde já afirmar que o Plano de Fomento representa por si mesmo, e nos acanhados limítes da nossa actuação, uma afirmação de paz e um desejo de paz entre as nações, exprime a necessidade de que não se sacrifiquem as economias a incomportáveis esforços de defesa, e representa, se mo permitem, um protesto contra a nevrose de guerra em que a sociedade internacional se consome. Esta condição apresenta-se-nos sob duplo aspecto — o financeiro e o político, e ambos têm de ser considerados.

O estudo das coberturas do Plano de Fomento reconheceu esta prioridade — a existência de compromissos internacionais relativamente ao reforço da nossa defesa no âmbito do Tratado do Atlântico Norte, e teve portanto de ter em conta as verbas votadas com esse fim para os anos de 52 a 54. Considerou ainda que das providências tomadas em harmonia com as tarefas atribuídas às forças portuguesas hão-de provir encargos de porventura duas centenas de milhares de contos anuais que pesarão no orçamento, sobretudo depois de gasta a verba extraordinária votada.

Sempre me pareceu que o esforço pedido à economia e aos orçamentos europeus no período que lhes fora marcado para o trabalho suplementar de defesa era demasiado, pela estreiteza do prazo estabelecido, correndo-se o risco ou da inexecução dos planos ou de pressão desmedida sobre economias já depauperadas. A nova orientação sobre o alargamento dos prazos beneficia sem dúvida, no aspecto da intensidade do esforço, as finanças dos países incluídos na organização, mas, pelo que nos respeita, o benefício só existe na medida em que o esforço global previsto não seja por essa forma acrescido. A percentagem de receitas orçamentais que em Portugal destinamos às forças armadas é das mais elevadas entre os países associados, e por outro lado o nível de vida da nossa população é dos mais baixos, de modo que, salvo rápido incremento da riqueza pública, que não é de prever, as somas em que essa percentagem se traduz não nos parecem susceptíveis de aumento. Para serem aumentadas deveriam sacrificar se as aplicações produtivas, com grave, prejuízo futuro, ou agravar-se a pressão sobre os contribuintes, o que não poderá fazer-se, atendendo ao baixo rendimento nacional.

Daqui esta conclusão: contando com o auxílio da Organização e os acordos de defesa mútua para completar a nossa preparação militar, temos financeiramente de cingir-nos nos próximos anos ao volume dos compromissos tomados e àquelas consequências que sabemos advirem das reorganizações decretadas. Ir além desses limites significaria inutilizar ou prejudicar sèriamente a possibilidade de reforçar a nossa economia através do Plano de Fomento e do melhorar um pouco o rendimento e o nível de vida da gente portuguesa.

Estas considerações valem apenas para o período de paz armada que estamos vivendo, pois, se esta se quebrasse, toda a construção teria de ser revista à luz das novas circunstâncias e necessidades. Mas quebrar porquê?

Os dados do problema são conhecidos e não vale a pena demorarmo-nos no seu exame: bastará enunciá-los.

No último conflito só a Rússia teve possibilidades de definir e realizar uma grande política de guerra. O Ocidente não pôde desembaraçar-se da meada dos problemas secundários e não conseguiu fazer vingar uma atitude nem quanto aos inimigos de momento — aliás o que menos interessava no caso —, nem em relação ao conjunto das questões que pudessem receber ao menos um começo de solução. Não falemos em responsabilidades. Além de que é natural estar cada um convencido de ter cumprido o seu dever, talvez mesmo no princípio se não enxergasse o que se vê agora com certa nitidez.

Como a política que a Rússia conseguiu efectivar é contrária à liberdade de umas tantas nações oprimidas, e por isso aos interesses gerais da Europa e do Ocidente, e ela não quer perder na paz o que obteve na luta e no período que imediatamente se lhe seguiu, a paz não será possível senão depois de passado muito tempo e só o será com cedências, que nós ao menos desejaríamos fossem mútuas. A paz próxima é pois uma ilusão e o desarmamento, mesmo relativo, sem a paz, é outra. Se somos interessados em que cedências sejam feitas pela Rússia — são necessárias duas coisas: tempo e força. Neste sentido a linha geral da política definida pelas potências agremiadas no Pacto do Atlântico Norte parece-me ajustada às realidades, e talvez a única possível.

Por sua própria conveniência, a Rússia não desejará lançar-se em nova guerra. Seja qual for a sua política no futuro e os meios previstos para efectuá-la, ela tem interesse em curar as suas feridas em longo período de paz e em consolidar todas, se pudesse ser, ou o maior número de posições que conseguiu colocar sob o seu domínio ou debaixo da sua influência. Têm sido tais o realismo e a clarividência dos seus homens públicos que muito me surpreenderia pensassem diferentemente. Além de que possuem outras cartas mais fáceis de jogar — o seu comunismo de exportação.

Na verdade, os problemas político-militares derivados da conclusão da guerra, tal como foi conduzida ou pôde ser levada a cabo, complicam se extraordinàriamente com o facto de a Rússia se constituir em fonte, inspiração e apoio do comunismo no mundo. Todo o partido comunista verdadeiramente ortodoxo tem de se confessar contra o seu próprio país e filho ou adepto de Moscovo, com as vantagens inerentes e sem inconveniente algum, dada a maneira como o Ocidente se tem disposto a ver esta questão. O problema no que nos interessa reduz-se pois a saber até que ponto o comunismo se pode converter em causa de desavença ou, mais claramente, de guerra internacional.

Para a Rússia dificilmente o será: ela tem dado provas de não se bater em guerra aberta pelo comunismo, se tem diante de si outros interesses mais substanciais a defender. A questão de saber se o comunismo é compatível com os outros regimes

do mundo ocidental ou não tem sentido ou não vale a pena discutir-se; porque os factos demonstram que a sua coexistência na sociedade internacional é possível, sempre que há mútua vantagem em coexistirem.

E do lado ocidental o comunismo será por si só ou deverá ser um casus belli, fonte de guerra? Faço a pergunta, porque não podemos dizer que se haja seguido sempre a mesma lógica na apreciação dos casos ocorrentes. Nacionalmente não é; internacionalmente há o risco de tender a sê-lo, mas a mim me parece que a posição defensável e conveniente seria exactamente a contrária — isto é, bater o comunismo dentro das fronteiras; conviver com ele na sociedade internacional. A primeira atitude é impecàvelmente lógica: não só constitui defesa primária da Nação contra doutrinas que a negam e pretendem subverter-lhe a unidade moral, como tem a vantagem de retirar a um eventual inimigo o seu melhor ponto de penetração e apoio. Mas internacionalmente não só nada há que aconselhe essa atitude de luta, como esta seria desastrosa, sobretudo não se vendo possibilidade de a levar até às últimas consequências.

Não é a primeira vez que uma revolução política, económica ou social aspira à universalidade, nem será a última que uma potência que primeiro conseguiu definir-lhe os contornos e realizá-la, mesmo parcialmente, não aproveite para a apresentar ao mundo como obra sua que lhe impende defender não só no seu território mas nos demais. Não é também a primeira vez que a extensão duma onda de ideias, revolucionárias pela origem ou pela tendência, leva os Estados a armar-se para fazer-lhes barreira em território alheio. O pecado russo foi já cometido por outros e cada um pensará que muito justificadamente. O que importa por isso é determinar qual a melhor linha de conduta no caso que nos ocupa, ou, se não podemos aferir qualidades, qual a conduta possível.

O que no comunismo não pode deixar de interessar à vida e convivência das nações é o seu grau de sociabilidade, isto é, a observância por sua parte das regras a que obedece a vida de relações na sociedade internacional, entre as quais o respeito pelas instituições alheias. Não pode descer-se deste mínimo e dificilmente se poderá ir mais além, porque tomar-se como princípio de acção internacional a luta contra doutrinas políticas ou sociais, que, embora contrárias á razão e à moral, cada um se arroga o direito de fazer adoptar no seu país com inteira independência, não pode deixar de criar atritos e de se converter no fim em causa de guerra. Objectivamente não parece que possa proceder-se de forma diversa no mundo de hoje; mas ao espírito de cruzada tem de dar-se cabimento no interior dos países, como meio de reforçar a coesão nacional. (Isto são teses que reputo verdadeiras no sentido pragmático do termo, mas que na ordem prática exigem naturalmente a reciprocidade).

A conclusão a que chego é que, não tendo a Rússia conveniência em fazer a guerra e não podendo o Ocidente fazê-la até por imposição moral, a paz, esta pobre paz, continuará nos próximos anos e continuará tão mísera e mesquinha como a temos agora. Ela só se quebrará por um desses acasos trágicos e imprevisíveis, aparentemente ligados a qualquer erro grave de manobra política; mas devemos ter confiança em que a habilidade dos dirigentes fará milagres para o evitar.

2) ESTABILIDADE ECONÓMICA

Precisamos pois da paz e precisamos também duma certa estabilidade económica na nossa zona metropolitana e ultramarina. A possibilidade de execução do Plano está de facto ligada a que preços, comércio externo, balança de pagamentos se comportem dentro da linha geral que tem sido a dos últimos anos.

A economia europeia vai-se curando dos desastres da guerra, sem que possa dizer-se que se reconstituiu por completo ou readquiriu já a normalidade. Parece muito duvidoso que, mantendo-se ainda aqui e além certa agitação social e sobretudo verificando-se a persistência de hemorragias graves a que alguns países estão sujeitos nos seus territórios de além-mar, é duvidoso, dizia, que o estado actual se pudesse ter atingido sem o generoso auxílio do Plano Marshall e as largas importâncias que pela Segurança Mútua os Estados Unidos têm continuado a derramar, por várias formas e com vários pretextos, sobre a Europa enfraquecida.

Os esforços próprios desta para se fortalecer econòmicamente, através de uma rolaboração que não desconhecesse as realidades das economias nacionais, conentraram-se sobretudo na Organização Europeia de Cooperação Económica, que onta entre os seus primeiros objectivos liberalizar ao máximo o comércio entre os países aderentes e constituir uma zona cambial livre e já de certa vastidão, para facilitar as transacções. Devido à sua acção, têm-se notado progressos sensíveis, ainda que não se tenham atingido plenamente os fins em vista. Mas o sistema de pagamentos estabelecido a título experimental, tendo chegado ao termo do seu prazo, encontra-se já em regime de prorrogação precária.

O nosso modo de ver é que, não se tendo encontrado melhor e não estando a generalidade dos países europeus em condições de libertar os câmbios e o comércio externo sem discriminação - mesmo a última tentativa britânica pareceu-nos extemporânea -, conviria que àquele sistema fosse assegurada a duração suficiente para prosseguir na sua missão: afigura-se-nos benéfico tudo quanto seja tornar cada vez mais livre o comércio e cada vez mais extensa a zona monetária dentro da qual se possa operar sem restrições. Por ironia das coisas ou porque de facto não é preciso o sentido de algumas palavras correntes na terminologia política, somos nós – quem o diria – e muito poucos mais os últimos abencerragens da liberdade económica no mundo, designadamente no domínio do comércio, dos câmbios e da transferência de capitais, entendendo aliás sempre que, para além de certos limites, a liberdade terá de ser recíproca ou não poderá manter-se: mais claramente, não respondemos por ela. A interdependência dos mercados é tão estreita e as circunstâncias tornaram as economias tão frágeis ou sensíveis que restrições feitas, aliás sem intenção, na França ou na Inglaterra, atingem duramente as nossas exportações e com estas a nossa capacidade de compra. A crise brasileira, como restrições da Venezuela ou da Argentina, da mesma forma se repercutem no comércio e nas disponibilidades externas do País.

A outra tentativa esboçada na Europa para a regularização da vida económica anda à roda de organizações supranacionais que dominem grandes sectores da produção, com tendência a alargar-se às várias formas da actividade humana. Partindo do carvão e do aço, pensou-se em sujeitar a disciplina semelhante algumas produções agrícolas, os transportes, a saúde, não sei que mais. Pretendem tais organizações substituir-se ou sobrepor-se às organizações mundiais de coordenação, já existentes, e constituir-se sob uma alta autoridade, superior à autoridade dos Estados. Com esta feição de cartéis internacionais superiores aos governos dos respectivos países e às suas concepções ou política económica, essas organizações são por ora restritas aos Estados da Europa Central, aquém da Cortina de Ferro e além dos Pirenéus.

Temos mantido uma prudente reserva em face destas experiências, pelos elementos que nelas encontramos opostos a conceitos fundamentais nossos, pelo sentido oculto que nelas se alberga de preparar por sectores uma federação europeia em que não vemos utilidade, e porque não estamos inteiramente seguros da forma como agirão para com os que não têm ainda posição tomada em produções que se organizam. Vê-lo-emos quando tentarmos lançar a nossa pequena siderurgia.

O que se diz da Metrópole pode da mesma forma afirmar-se do Ultramar. As altas de preços que se verificaram há três e há dois anos especialmente em produtos ultramarinos não poderão manter-se, nem, a dizer a verdade, é absolutamente necessário que se mantenham. O que é preciso é que consigamos readaptar-nos a outros níveis, embora com menores lucros de ocasião, mas com rendimento líquido no conjunto das explorações e colocação assegurada dos produtos nos mercados externos. O caso interessa-nos e toca-nos muito de perto, porque, embora o Plano seja uno, há uma larga parte de coberturas que se esperam dos saldos de contas das províncias ultramarinas. Sendo lá as oscilações da vida económica muito mais amplas, dos momentos de prosperidade aos de crise, do que nos velhos países de estrutura mais complexa e consolidada, e sendo mais fundas as repercussões financeiras, manter altos números na exportação do Ultramar a preços convenientes é fundamental para a execução do Plano.

3) DISCIPLINA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS

A terceira condição exigível é a disciplina administrativa, ou seja a disciplina nas despesas públicas e mesmo nas disponibilidades e nos consumos privados. Para o compreendermos é preciso ter presentes duas coisas — e a primeira é que o Plano não terá na sua totalidade expressão orçamental. Na verdade, aparecem considerados nele empreendimentos puramente privados em cujo financiamento o Estado umas vezes intervirá e outras não, por desnecessário, ficando neste caso o custo a ser inteiramente coberto por disponibilidades que não pertencem nem são atribuídas pelos cofres públicos. Nesta parte estamos em face de um plano de investimentos directos de recursos particulares e o seu enquadramento no Plano, ao mesmo

tempo que imprime orientação, importa para o Governo a actuação moral e jurídica necessárias à execução dos empreendimentos.

A segunda observação a ter presente é que, ao destinarem-se verbas avultadas para o Plano, se deixaram intactas as despesas ordinárias e se mantêm nos quantitativos normais, senão acrescidos, as despesas extraordinárias para aplicações não consideradas ou previstas nele. Esta dupla consideração responde a quantos manifestaram estranheza por não verem dotados todos os melhoramentos, obras ou realizações de necessidade indiscutível e mais ou menos urgente. Espera-se que algumas delas sejam atendidas por outra forma; é porém manifestamente errada a ideia de que podemos ter nos próximos anos o Plano de Fomento e... ainda tudo o mais.

A primeira disciplina a exercer é pois nas despesas públicas; a segunda nos investimentos particulares. O Plano foi elaborado tendo presente o conjunto de disponibilidades de que o Estado e particulares podiam usar para determinados fins. Nada se impõe aos particulares, nada se mobiliza forçadamente do que lhes pertença, mas tem de assegurar-se que o caudal dos recursos nacionais tome certa direcção e acuda a certas aplicações. Respeita-se a iniciativa e a proprielade, mas não se pode esperar que grandes empreendimentos possam ser lança-los no mesmo período e com os mesmos recursos que se previu deverem cobrir o Plano de Fomento.

A acção disciplinadora quanto às verbas orçamentais ficará a cargo especialmente do Ministério das Finanças; a outra ao cuidado de um órgão interministerial — o Conselho Económico, verdadeiro centro propulsor e coordenador das realizações planeadas.

Reflecti muito sobre se devia acrescentar às três condições que referi mais uma — a estabilidade da política interna, mas pareceu-me que não havia razão para fazê-lo por não serem de prever modificações de orgânica ou orientação que ponham em risco a execução do Plano de Fomento. Vemos, é certo, por esse mundo, na constituição dos governos e das assembleias, movimentos, uns pendulares, outros esporádicos ou desordenados, todos certamente à busca de solução para os problemas próprios. Procuram-na estes à direita, procuram-na aqueles à esquerda, mas nada disso pode interessar-nos a nós que caminhamos a direito e a buscamos

em frente. E é por este motivo que de alguma da nossa gente também nada se pode esperar, nem de apoio — seria pedir demais — nem de crítica construtiva, como patrioticamente deveria ser. Está ainda onde estava em 1926 e finge desconhecer o mandato que o 28 de Maio confiou à geração presente.

Comemora-se hoje esse dia e o notável acontecimento que o Exército criou, auscultando o sentir profundo da Nação. Não podíamos associar-nos mais intimamente a essas comemorações do que mostrando poder proclamar com verdade, diante dos vivos e dos mortos, que nos mantemos fiéis ao mesmo pensamento de

servir a reabilitação pátria e a comunidade nacional. Com atrasos, com falhas, com possíveis desvios de pormenor que tempos difíceis suficientemente explicam, trilha-se ainda o mesmo caminho, fiel o espírito às verdades de sempre, presa a atenção às necessidades dos portugueses de hoje.

Não devemos ser imodestos ao considerar, lançar, executar o nosso Plano para os próximos seis anos. Mas podemos sentir orgulho em afirmar que é filho dos mesmos princípios e se integra no nobre pensamento de alcançar, não como frases literárias mas como realidades concretas e atingíveis, para cada braço uma enxada, para cada família o seu lar, para cada boca o seu pão.

		-

VIII. OS PROBLEMAS POLÍTICOS E O PRÓXIMO ACTO ELEITORAL (1)

Com uma sessão legislativa que, pela importância e dificuldade dos problemas debatidos, foi sem dúvida das mais trabalhosas e fecundas dos últimos anos, a Assembleia Nacional esgotou o seu mandato, devendo convocar-se o corpo eleitoral para o começo de Novembro, com o fim de eleger nova Câmara. Este é o escopo imediato e, portanto, o acto eleitoral será objecto do nosso estudo e principal matéria das nossas discussões. Mas porque bem pode ser que no caso não tenhamos apenas de ater-nos a tácticas eleitorais e que a eleição subentenda atitudes ou problemas políticos mais transcendentes, não será fora de propósito lançar-se uma vista de olhos pelo conjunto da situação interna e externa, que muito compreensivelmente poderá ter influência nas decisões.

Ĭ.

Externamente e no que respeita ao mundo em geral, os principais factos são redutíveis aos seguintes:

Dois colossos demográficos e económicos projectam em todo o mundo político a sua sombra;

Entre um e outro a Europa — restos da Europa — a despojar-se de hegemonias que já não pode exercer, ultrapassada em potencial financeiro e nalguns sectores industriais, desorientada intelectual e moralmente;

A Ásia e em parte a Oceânia a organizarem-se em grandes Estados independentes, mais que independentes, hostis a toda a influência estranha, e, talvez durante largos tempos, à colaboração aberta com o branco da Europa ou da América;

A África igualmente agitada pelos nacionalismos árabes ao norte e por irredutibilidades raciais ao centro e ao sul.

Pondo de parte o que respeita à evolução dos Estados árabes ao norte, sobre que não desejo pronunciar-me, a África pode ser mantida em íntima união e colaboração com a Europa; e o chamado «perigo amarelo» parece não disporá durante muitas décadas de capacidade ofensiva senão dentro do respectivo meio, ou para se emancipar, ou para melhor assegurar a sua defesa, ou para se constituir nele um

⁽ⁱ⁾ Discurso proferido na 1.º reunião plenária anual da União Nacional, em 10 de Julho de 1953, na Sala da Biblioteca da Assembleia Nacional.

Estado-guia, disputando se por certo esse papel o Japão, a índia e a China, para o que hão-de ter suas dificuldades com a Rússia.

Em tais circunstâncias o ponto nevrálgico duma possível conflagração geral continua centrado no espaço euro-americano, e o perigo imediato circunscrito ao embate leste-oeste, funcionando aqui a Rússia como potência europeia. Mas o eventual deflagrar do hostilidades deveria ter repercussões em todo o Mundo.

Não nos embaraçando nos mil e aliás graves problemas de pormenor, deve concluir-se que as nações da Europa Ocidental, ante a ameaça do expansionismo russo, só têm de seguir o caminho que lhes é indicado pela maior afinidade de interesses ou pelo maior parentesco de tipos de civilização, quando não pelas imposições da geografia. Que essa reduzida Europa possa um dia representar uma força independente ou de equilíbrio entre os dois blocos, é possível, mas não estão ao alcance da vista nem o prazo nem os caminhos por onde lá pode chegar. De modo que, no momento presente e no futuro próximo, a colaboração com os Estados Unidos, sob a efectiva direcção destes, é, para não dizer a melhor, a única solução que se oferece para a magna dificuldade dos nossos dias.

Quando um problema se apresenta como não tendo senão uma solução, não vale a pena estar a repô-la a cada passo no terreno das discussões políticas, como se houvesse ainda por onde escolher. É mais útil para a colectividade aceitar a sua quota-parte de encargos ou sacrifícios e determinar-se no mais em conformidade com eles. Isto é, não julgo que a posição de princípio tomada por Portugal nesta questão tenha que discutir-se ou possa ser revista, a não ser por parte daqueles que têm em mente outros interesses diversos, senão contrários aos interesses da Nação portuguesa. Mas não é o nosso caso.

Passemos ao Ultramar.

O surto do Ultramar português está ligado, apenas por uma parte, às condições dos mercados internacionais e màximamente aos princípios políticos e administrativos que deram aqui e lá as suas provas: o progresso ultramarino verifica-se paralelamente ao metropolitano e com as mesmas directrizes fundamentais. Seria porém diminuir-nos e diminuí-lo, reduzindo-o ao desenvolvimento económico — à produção, à exportação, às obras públicas.

Se não estamos equivocados, há sobretudo o reflorir duma consciência nacional que se afirma intensamente na vastidão daqueles territórios, por uma identidade cada vez mais perfeita de interesses, pela feição complementar das economias, pela comunicabilidade das populações, pela cooperação dos serviços, pelo sincronismo afectivo do dia a dia e particularmente pela comunhão espiritual em face dos grandes problemas que interessam ao conjunto. Nenhuma dúvida há de que fermentassem há muito tempo ali a alma aventurosa dos descobridores, os sacrifícios dos pioneiros, a inquietação dos governantes, o sangue dos heróis. Mas se esta geração criou ou completou as condições materiais e morais, sobretudo políticas, em que a seara pôde começar a romper e a estender-se verdejante pelas terras ultramarinas, ela pode orqulhar-se de ter efectivamente aumentado Portugal.

VIII. Os Problemas Políticos e o Próximo Acto Eleitoral

Esta obra de civilização e incremento pacífico é sem dúvida meritória, mas grandes correntes no Mundo lhe são hostis, devido a perversões da inteligência, a desvios da sensibilidade, a uma espécie de revolta sentimental contra as origens, como se a ordem, a organização, a cultura, a língua, o ensino do domínio e da exploração das riquezas naturais não fossem um bem altamente apreciável, e mais conviesse a largas fracções humanas continuarem a vegetar no primitivismo da sua infeliz condição. Em grandes Assembleias como a das Nações Unidas, as potências coloniais, o colonialismo das nações europeias é fortemente agredido, julgado sem piedade, condenado sem remissão.

Felizmente não temos territórios sob mandato de que prestar contas, e ainda não fomos admitidos naquela organização. Felizmente também, depois das primeiras indecisões e de um período de receios e timidez, as nações europeias começaram a dar mostras de não temer tanto o juízo alheio e a defender com mais firmeza a sua obra.

Nunca mudámos de opinião a este respeito e encontramo-nos em diversos organismos internacionais, como se tem visto e nos últimos dias especialmente se afirmou em Lisboa, unindo os nossos esforços aos dos mais no sentido de melhor cumprirmos os nossos deveres e, bem entendido, também no de mais firmemente defendermos o nosso direito.

Verdade seja que os nossos motivos são muito especiais. Os descobrimentos de terras quase ou totalmente despovoadas e o espírito da nossa obra colonizadora criam-nos uma situação a bem dizer única e com ela uma tradição a que devemos ser fiéis. Que os benefícios económicos sejam menores, a ocupação mais lenta, os progressos materiais menos espectaculares, não importa, se a obra com mais fidelidade se enquadra no intento de amalgamar todos os factores e formar com eles um Estado, disperso pelos imperativos da geografia e, não obstante, uno pela consciência da unidade da Nação.

Creio que estas posições e estes princípios ultrapassam, porque essenciais à Nação portuguesa, o transitório ou acidental de um programa de partido ou de um cartaz de eleições, e que não há que modificar a linha geral da política seguida. Creio por outro lado que, mau grado as dificuldades dos tempos, havemos de poder prosseguir o nosso caminho.

Grandes preocupações vêm nos, porém, do Extremo Oriente, encontrando-se a nossa Índia, Macau e Timor física e politicamente nas zonas dos grandes tufões. E muito especialmente Goa.

Têm os jornais reproduzido as repetidas afirmações de políticos responsáveis da União Indiana acerca da necessidade de serem integrados nela os territórios portugueses do Indostão. A mesma imprensa tem dado também conta dos vários actos praticados pelo governo da União, susceptíveis de serem interpretados como inamistosos para vizinhos daquele Estado. E porque o mundo é bastante velho e parece que já nada se pode inventar nesta matéria, nós temos visto e veremos sucessivamente invocados todos os argumentos já gastos no desenvolvimento de semelhantes pretensões e tentados todos os processos clássicos de as realizar. A propaganda pela palavra falada ou escrita contra a soberania portuguesa, as manifestações de rua, os

convites à sublevação ou à desobediência civil, o reconhecimento público da actividade de maus goeses, alguns dos quais apenas criminosos de direito comum, a ocupação do Instituto Luso-Indiano de Bombaim sob os olhos complacentes da Polícia, as promessas que se alternam com ameaças claras ou veladas à integridade territorial portuguesa, as dificuldades comerciais e de fronteira, a desconfiança sistemática, as reclamações sucessivas, a invocação do pretenso direito de proteger populações que, por serem parcialmente da mesma raça, haviam de pertencer por força ao mesmo Estado, o encerramento da Legação de Lisboa — tudo se tem feito ou deixado fazer para abalar o nosso direito, e não tem sequer abalado a nossa paciência.

E. no entanto, nós saudámos a Índia na sua independência como uma das maiores realidades do nosso tempo, e não temos pretendido mais que regular amigávelmente com ela os inúmeros problemas que uma vizinhança tão apertada naturalmente suscita e acordar a regulamentação de interesses comuns apreciáveis, tanto na ordem económica como na ordem jurídica. Sacrificámos, concordando na sua educão aos limites do território nacional, o nosso privilégio do Padroado, para que o da União não tivessem jurisdição autoridades religiosas escolhidas com a interrenção do Estado português. Temos mantido até ao presente a administração, por parte de serviços públicos da União Indiana, de serviços tão essenciais como os nossos caminhos de ferro e porto de Mormugão, com as majores dúvidas sobre se a Constituição estará sendo assim inteiramente cumprida. Conservamos aberta a Legação em Nova Deli na convicção duma utilidade recíproca. Tudo isto fizemos: mas não podemos, nem com plebiscito — aliás inútilmente aceite pela França — nem sem ele, negociar a cedência, o trespasse de uma fracção do território nacional e das suas populações. Nenhum governo português o pode fazer por exigência constitucional, primeiro, depois por imperativo da própria consciência de homens, quando não fosse ainda pelo que devemos aos povos daquele Estado, que por tantas formas e tão insistentemente se empenham em mostrar a sua ligação a Portugal.

Este caso da Índia, ainda que do lado da União Indiana pareça enquadrar-se no preconceito anticolonial, é diferente dos mais e singularmente difícil, por não se pretender libertar um povo mas integrá-lo noutro, porque se trata de retirar-lhe a sua categoria de Estado para o reduzir à de parcela de uma província, de desconhecer os direitos de que tradicionalmente goza para fundir a sua individualidade noutros povos sob estatutos que podem ser aparentemente mais democráticos, mas não são com certeza mais nobres. Nós não podíamos dar prova mais cabal de tratarmos a Índia como colónia que negociar a sua entrega à União Indiana.

E, sendo assim, também não há senão que prosseguir no mesmo caminho de serenidade e firmeza, com a esperança de que os dirigentes hindus, em harmonia com as suas declarações de paz, não tentarão sacrificar o direito alheio ao geometrismo das suas concepções políticas.

4

Lancemos agora rápido olhar à situação política interna e aos seus problemas.

O ambiente político geral ressente-se favoravelmente da repercussão de certo número de factos e providências governativas recentes — entre as quais a campa-

VIII. Os Problemas Políticos e o Próximo Acto Eleitoral

nha contra o analfabetismo e o Plano de Fomento são sem dúvida as de maior relevo. O momento económico acusa certa depressão, derivada sobretudo das péssimas colheitas do ano findo, que se traduzem por milhões de contos a menos no airo interno dos negócios. As dificuldades de certas nações estrangeiras contribuem igualmente para isso, reduzindo as importações portuguesas. Estou, porém, convencido de que a execução do Plano de Fomento, cujos primeiros empreendimentos comecam a ser lancados, vai ser elemento fartamente compensador destas tendências depressivas e a vida nacional vai de novo animar-se em actividade, optimismo, novas riquezas e fontes de trabalho. É precisamente sob estes últimos aspectos que o Plano de Fomento pode constituir um foco de polarização política. factor da agregação de valores à roda de objectivos bem nacionais e, sob certos ângulos, transcendentemente nacionais e profundamente humanos. Porque se um escol pode apreciar sobretudo os efeitos do desdobramento do Plano, genéricamente, no progresso e engrandecimento da Nação, o comum dos portugueses não pode deixar de ser tocado no seu intimo por que este enorme esforço seja prossequido, para ao fim e ao cabo lhes assegurar, como há dias pude dizer, a enxada, a casa e o pão — no fundo e simplesmente o trabalho, a família, a própria vida. E isto não é para nós imagem literária, flor de retórica, mas realidade que se nos impõe com o mesmo vigor que fazer progredir Angola ou quardar a Índia.

O outro factor que influi favoravelmente no nosso ambiente político é o prestígio, ou, se não queremos ir tão longe, a simpatia, o crédito, o louvor de que internacionalmente são objecto Portugal, o Governo e a Administração, a vida e a população portuguesa. Contribuem decerto para isso a nossa própria política externa e alguns factores de valorização internacional que podemos utilizar. Mas há também a consideração objectiva, o facto de uma estabilidade governativa, posta em face dos resultados conseguidos nas finanças, na economia, na ordem pública, na tranquilidade e disciplina social, no progresso material e moral do País.

Só a vida política parece suscitar objecções. Seguramente se nota por toda a parte a existência de altos espíritos compreensivos do nosso modo de ser, da relatividade das instituições políticas e portanto da legitimidade com que as nossas oferecem feição especial: autoridade sem arbítrio, representação sem parlamentarismo, liberdades que, para serem efectivas, não têm de chamar se democráticas. Mas não se pode esquecer que a generalidade dos países ocidentais se governa melhor ou pior com instituições de outro tipo e que a opinião pública mundial, como jornalisticamente é interpretada, parece ter a nosso respeito certa prevenção. Os melhores olham-nos com evidente simpatia e, embaraçados nos seus preconceitos de escola, dão a impressão de pensar: não há dúvida de que é assim que está bem; mas que pena não ser de outro modo!

Isto se pensa de nós. Mas nós, que nos conhecemos melhor, podemos com mais justeza ajuizar das nossas próprias deficiências, e não fugirei hoje a indicar algumas.

A observação atenta da vida do regime denunciará logo duas falhas importantes — a suspensão da evolução corporativa e a quase inexistência de doutrinação

política. Alguns relatórios distritais referem-se a um ou outro destes pontos e com inteira razão.

Não pode esquecer-se que o Corporativismo é um dos traços característicos do regime e a base mais segura em que pode assentar a sua continuidade; mas a organização, que se apresentou com crescimento rápido e começo auspicioso, teve, por circunstâncias especiais, de assumir funções que não lhe competiam e tomar responsabilidades que não deviam caber-lhe. Houve em certo momento que fazer alto para proceder a ajustamentos, empreender revisões, cuidar de certos problemas instantes de carácter administrativo. A novidade da construção explica porventura alguns erros e indecisões, mas já não desculpa o desconhecimento, que por vezes se aparenta, da estrutura corporativa da sociedade portuguesa, ao dar solução a alguns problemas em que devia ter-se em conta. O problema é para mim tanto mais grave quanto continuo convencido de que só por mejo do corporativismo nós podemos evitar os piores choques da luta de classes no campo social e da tendência para o partidarismo no terreno político. Não completar e não consolidar a organização, estruturando-a cabalmente, institucionalizando-a, é correr os piores riscos de retrocesso. A própria Câmara Corporativa, que é basilar na orgânica constitucional, aquarda para completar a sua evolução que se constituam as corporações. — É pois tempo de reacender o antigo fogo e continuar caminho. Faltariamos a um grande dever e até a uma boa oportunidade, se, lancadas as bases do plano económico, não aproveitássemos os próximos anos para simultâneamente levar por diante a cruzada corporativa.

A outra falha é a de doutrinação do povo português em tudo quanto interessa à vida política e social. Se atentarmos bem, só uma grande instituição não abandonou nunca, e modernamente intensifica por todos os meios, a doutrinação do seu público próprio - é a Igreja. O Estado liberal absteve-se, devia abster-se por definição. Mas deixar o terreno sem cultura o mesmo é que dar vantagens às culturas inimigas. No Estado moderno só o comunismo mostra compreender sob este aspecto as necessidades e aproveita da inacção alheia, criando apóstolos, pregadores, se necessário, mártires. De modo que o problema pode pôr-se assim: ou nós assentamos em que a base doutrinal e moral fornecida pela Igreja é suficiente para contra-restar o efeito de toda a doutrinação anti-social e anti-nacional, ou, se não o cremos, temos de tomar sobre nós a que nos cabe fazer. Só por excesso de comodismo e desconhecimento das posições relativas do Estado e da Igreja é que iríamos abandonar a esta tarefas que, sem nos servirem cabalmente a nós, podiam finalmente prejudicá-la na sua acção de evangelização e santificação das almas. Há decerto larga margem de concordância entre os nossos princípios políticos e grandes principios morais que o Cristianismo perfilha, e nesse ponto nos entendemos favorecidos e tiramos vantagem da sua acção. Mas, apesar disso e para além disso, nem a Igreja se arroga competência para resolver problemas que nos interessam como nação, nem se pode estar seguro, porque o reino de Deus não é deste mundo, de que um povo católico não possa vir a ser presa dos piores regimes, e designadamente do comunismo.

VIII. Os Problemas Políticos e o Próximo Acto Eleitoral

Não é a propaganda eleitoral que pode preencher esta enorme lacuna: isso é um incidente de carácter temporário e bem limitados fins. Ao que me refiro é à doutrinação do povo no que tem de formativo em matéria política e social. Leva-se hoje por muitas formas o conhecimento dos actos do Governo e de factos essenciais a camadas cada vez mais vastas da população; mas zonas enormes ficam ainda, por circunstâncias diversas, estranhas a este conhecimento e em qualquer caso aos princípios que os explicam e os informam. Só o contacto pessoal, a acção directa nos vários planos de pensamento que sejam adequados, e adentro das organizações, podem resolver este problema, que é um dos mais sérios e delicados que não só os portugueses mas a sociedade moderna têm diante de si. Afirmar-nos-emos nós capazes de resolver a parte que nos cabe?

De todo o exposto queria tirar esta conclusão: não tendo que alterar a nossa posição externa nem que rever a orientação da política ultramarina, os próximos anos, desde que não haja súbita alteração das condições de vida no mundo, têm de ser fundamentalmente consagrados à execução do Plano de Fomento no domínio económico e a completar a organização corporativa no terreno político-social, com as consequências que, para a formação da consciência política nacional, de uma e outra actuação é legítimo esperar.

II.

É tempo agora de dizer umas palavras sobre questões que, por serem mais pròpriamente de técnica eleitoral, não deixam por isso de constituir problemas políticos.

A lei eleitoral vigente assenta em dois princípios — o do círculo distrital e o de simples maioria. A lista é plurinominal, mas a vitória é atribuída integralmente à lista beneficiada com maior número de votos. Isto quer dizer que nem através do pequeno círculo nem da adopção do sistema proporcional se procurou facilitar a representação a forças políticas minoritárias. Estas podem conseguir representação na Assembleia Nacional através da vitória em algum ou alguns distritos (se em todos não seriam já minorias), mas não por combinações ou arranjos legais em qualquer deles. Dado o volume das forças eleitorais que apoiam o regime, a hipótese da vitória de quaisquer oposições, sendo legalmente possível, não é por isso de prever.

É este facto constantemente verificado que, mais do que quaisquer considerações invocadas ou a invocar, tem levado a desistir do concurso às urnas outras forças ou elementos políticos. A lei estabelece um regime perfeitamente defensável dentro da lógica dos princípios democráticos e criticável apenas em face de um critério político que consistiria em, independentemente da vontade da maioria do eleitorado e mesmo contráriamente a ela, se garantirem lugares na Assembleia a representantes das chamadas oposições. A questão não é destituída de interesse.

Nós temos pretendido assegurar um antipartidarismo efectivo, convictos de que a organização partidária, com suas lutas e incompatibilidades, seus interesses e influências, só nos tinha trazido a paralisia do Estado e a instabilidade governativa,

a contrafacção da representação nacional, um princípio de guerra civil. Acrescente-se que a submissão do deputado a uma disciplina exterior lhe tira, no exercício da função, toda a liberdade de apreciação ou de crítica e sobretudo de voto. A Câmara não seria a Câmara, seriam os partidos; os partidos não seriam as organizações partidárias, mas as suas comissões dirigentes, sendo muito difícil determinar, de degrau em degrau, onde encontrar o ponto de concordância entre a vontade do eleitorado e o voto do seu representante, e da actuação deste com o interesse nacional. A partir de certo momento já estamos na ficção pura.

Por este motivo nos temos oposto a que haja na Câmara deputados monárquicos ou deputados republicanos, socialistas ou católicos. Há evidentemente monárquicos, católicos, republicanos, indiferentes, que são deputados, mas isso é totalmente diverso, pois que todos são apenas representantes da Nação, e só isso: nem representantes de regiões, grupos ou associações, ligas ou causas, nem de interesses gerais ou locais, morais ou económicos, por mais importantes e legítimos que sejam. Quando nos afastamos deste conceito, há toda a probabilidade de a Câmara se dividir, não em virtude das diversas concepções dos homens relativamente ao nteresse nacional, mas em virtude da influência de certos interesses especiais, quando não particulares, que no caso se sobreporão àquele.

Sendo por esta forma a actuação de cada deputado o mais livre que é possível ser, porque não sujeita a qualquer disciplina partidária, mas apenas à consciência do interesse nacional que o inspira, o Governo não cultiva nem tem visto fazer-lhe normalmente falta uma maioria incondicional. Também não há de facto uma maioria: há maiorias que se fazem e desfazem em cada problema ou aspecto de problema ou na apreciação de cada providência legislativa. Embora a sorte do Governo constitucionalmente não dependa das votações da Assembleia, de facto a estabilidade governativa está em grande parte confiada ao que se pode chamar o sentido nacional da Câmara, e à sua fidelidade a meia dúzia de princípios fundamentais.

Isto é assim, mas pode perguntar-se se esta independência, se esta liberdade dos parlamentares será suficiente para a boa marcha da coisa pública, e não haverá vantagem em considerar bem-vinda, em alentar mesmo uma oposição sistemática, de princípio e obediência a uma disciplina estranha ao exercício da função parlamentar.

Duas coisas são certamente vantajosas, senão necessárias: fazer iluminar os problemas com a luz vinda de todos os quadrantes, combater a tendência para o endeusamento do poder e anquilose das situações criadas. Por mim receio as paixões, mas não temo a verdade; entendo indispensável o respeito, mas não o sentimento da omnipotência ou da infalibilidade; aprecio a continuidade, não o imobilismo. E a questão estaria como há 25 anos a pus: que o País discuta, critique, reclame, sugira, mas obedeça quando chegar a altura de mandar, porque enfim é necessário que em alquém resida a responsabilidade do mando com o poder das últimas decisões.

... Mas a solução do nosso problema não avançou um passo. Porque se não somos nem temos um partido, como alentar uma oposição? Se o Governo não tem autoridade, directa ou indirecta, sobre a Câmara, como admitir que outros a tenham

VIII. Os Problemas Políticos e o Próximo Acto Eleitoral

de fora sobre uma fracção dela? Se apenas nos interessa descobrir as melhores soluções para os problemas da Nação, como achar bem perder-se tempo a ouvir as vozes que por paixão ou sistema as encontrarão más a todas? Confesso que não sei resolver a dificuldade nem, pelo que tenho visto, me parece que a tenham bem resolvida outros países no sentido indicado, o que na verdade confirma não haver em política soluções perfeitas.

Que fazer então? Julgo que podemos aumentar ainda, senão de direito ou de facto, ao menos aos olhos do mundo, a liberdade da nossa Assembleia Nacional, convidando maior número de pessoas independentes e desligadas de disciplinas partidárias, com os olhos postos apenas na sua competência, independência de critério e idoneidade moral, bom senso e espírito patriótico. É aliás assim que se tem procedido, e nem podia ser diferentemente, em relação à Câmara Corporativa, na qual se deve dizer que algumas ausências que pudessem ser notadas não são devidas à nossa oposição, mas a falsos respeitos da que se diz existir.

Não sabemos neste momento prever se haverá em cada distrito ou nalguns distritos mais que uma lista, concorrendo ao eleitorado. Os que costumam apoiar a lista apresentada pela União Nacional provêm de várias formações ideológicas e credos políticos, mas têm até agora sobreposto o plano nacional a considerações ou preferências de regime e a interesses de qualquer outra sorte. Só este facto tem permitido o carácter com que se manifesta a vida política entre nós, porque se cada um por seu lado tem prosseguido determinado ideal, é certo que não só o não alcançaria como prejudicaria a realização de tudo o mais. Mas os sacrifícios feitos por um lado e por outro a permanência do plano genuinamente nacional para a congregação de tantas vontades, em muitos pontos necessáriamente divergentes, têm de ser por nós tidos em conta no acto da eleição. Nós não podemos dar-nos ao luxo de menosprezar quaisquer elementos que estejam dispostos a servir a Nação ou certo número de princípios, em todas as hipóteses, essenciais à vida da Nação, para nos queixarmos depois de que não nos compreenderam, nos abandonaram e diminuíram por esse facto as nossas possibilidades.

Muitas coisas de maior interesse político do que estas serão seguramente tratadas nas reuniões. Como por mim nada mais desejo que esclarecer-me completamente para melhor poder acertar, os meus votos são de que com a maior franqueza sejam trazidas ao debate informações, dúvidas, deficiências, críticas — tudo enfim que concorra para exame completo da situação, e ao mesmo tempo acredite, pela eficiência, esta novidade estatutária da nossa organização política. Porque nada seria mais oposto à nossa formação e ao interesse geral que tomar em política decisões ou atitudes que, embora na lógica dos princípios, não assentassem nas realidades existentes. Espero que nas minhas anteriores considerações eu próprio me não tenha afastado deste sensato caminho.



IX. PORTUGAL COMO ELEMENTO DE ESTABILIDADE NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL (1)

Pede-se-me que escreva duas palavras sobre Portugal considerado como elemento de estabilidade e de continuidade europeia na civilização ocidental. Serão efectivamente duas palavras e não mais, por falta de tempo, ainda que o tema se prestasse a longos desenvolvimentos.

Em primeiro lugar não há dúvida de que o que pode chamar-se civilização ocidental é fundamentalmente de origem europeia. Seja qual for a importância dos elementos estranhos que o europeu tenha assimilado através dos tempos e seja qual for o valor das novas contribuições com que povos não europeus ainda hoje enriqueçam esse património comum, o certo é ter de atribuir-se à Europa o acervo de ideias, sentimentos, instituições que caracterizam a civilização ocidental. Que esta se tenha expandido para além dos limites do nosso continente nada mais natural numa civilização que, não só pela força e esplendor das suas realizações, mas sobretudo pela porção de verdade que contém, se pode considerar a única universalista entre as civilizações criadas à face da Terra. Penso que o facto impõe aos povos da Europa, herdeiros e garantes desta civilização, responsabilidades especiais: o ponto é saber se e como poderão desempenhar-se delas. E a primeira dificuldade está em que o europeu dá a impressão de começar a duvidar da intrinseca superioridade dos seus princípios sob a pressão de factores — como a técnica, a riqueza, o poderio militar - de que não tem já hoje o exclusivo e aparecem a caracterizar os novos tempos. Mas não tem razão na sua dúvida, porque o valor de uma civilização aferir-se-á sempre um tanto pelo domínio sobre a natureza, mas sobretudo pela compreensão do estranho ser que é o homem, pela sua dignificação como de ente portador duma parcela de infinito, pelo grau de sociabilidade entre homens e entre povos que tenha consequido fazer adoptar. De modo que a chave do problema está em que a altura moral, a conquista humana não sejam sacrificadas a outros factores, ainda quando estes devam ser encorporados no sentido da vida dos povos europeus.

A contribuição que o português deu para o alargamento do espaço sujeito à influência europeia, a expansão que ele próprio realizou da civilização ocidental e a acção que no mesmo sentido continua a desenvolver nos territórios sujeitos à sua soberania fazem deste pequeno país um obreiro não despiciendo da tarefa colectiva

⁽ii) Palavras publicadas no «Journal de Genève» no número especial de 13 de Outubro de 1953, dedi-3 cado a Portugal.

da Europa. Posso afirmar que a orientação da acção política, a projecção dos princípios de ordem moral que professa e se esforça por aplicar nas relações com os outros povos são baseadas na fidelidade a esse espírito da velha Europa cujo desaparecimento consideraria como diminuição da sua própria essência. E confesso lealmente que por esse motivo uma das maiores preocupações no domínio em que podemos agir é exactamente a de conservar a frescura, como a das fontes que brotam da terra, a simplicidade natural, a fraternidade humana e cristã do povo português, sem prejuízo de todas as conquistas do progresso, de todos os melhoramentos puramente materiais, de todas as agruras da luta pela vida.

E temos fé em que o conseguiremos.

X. À MEMÓRIA DE DUARTE PACHECO (1)

Meus Senhores:

Eu não farei um discurso; peço apenas me seja permitido marcar a minha presença neste acto, simultâneamente de saudade, de exaltação e talvez mesmo de desagravo. No fundo, bem no fundo de mim, estimaria não ter de vir, mas pareceu-me que era ceder a uma espécie de covardia perante a dor, que me aconselhava a não reviver, em público e na dignidade de uma cerimónia oficial, sentimentos que me são familiares em horas de íntimo recolhimento.

Quando se tem vivido uma vida já longa, e, sobre longa, intensa, de trabalhos, de fadigas, de inquietações, até de sonhos, o caminho que percorremos fica ladeado de numerosas cruzes — as cruzes dos nossos mortos. E se essa vida foi sobretudo colaboração íntima, soma de esforços comuns, inteiro dom das qualidades nobres da alma, eles não ficam para trás: continuam caminhando a nosso lado, graves e doces como entes tutelares, purificados pelo sacrifício da vida, despidos da jaça da terra, sublimados na serenidade augusta da morte.

Na verdade há mortos que não morrem: desaparecem no seu invólucro terreno, na sua figuração humana, na fragilidade e nos defeitos e nas limitações da carne; mas o espírito continua a brilhar como as estrelas que se apagaram no céu há cem mil anos, vincam-se mais na terra os sulcos que o seu exemplo abriu e parece até que os seus afectos não deixam de aquecer-nos o coração. Nem de outra forma se compreenderia que a Providência suscitasse tantas vezes almas extraordinárias, cumes de beleza espiritual, e lhes não conceda mais que uma breve aparição, como voo de asa que corta o céu, botão que murcha sem revelar ao sol da manhã a graça e o perfume da rosa. — Há mortos que não morrem, e nós todos que viemos de longe ou de perto, em saudosa peregrinação, somos os que testemunhamos que este não morreu.

Não tenho excessiva simpatia pelos monumentos com que é de uso celebrar os feitos, as virtudes, a vida dos grandes homens. Correm em geral o risco de ser de

⁽ⁱ⁾ Palavras proferidas na inauguração do monumento a Duarte Pacheco, em Loulé, em 15 de Novembro de 1953 — X aniversário da sua morte.

mais ou de menos: de mais, quando a falta de perspectiva não permitiu proporcionar a estatura dos homens à importância real da sua influência nos acontecimentos; de menos, se a arte tem de confessar-se impotente para fixar na pedra ou no bronze aqueles dons que, pela sua riqueza exuberante ou pela infinita distância do espírito à matéria, se subtraem a toda a expressão plástica.

A questão não se punha aqui, porque, confiando à História definir e exaltar os méritos dos que a fizeram grande, o que se pretendia não era o monumento que glorificasse o homem, mas um sinal que exprimisse a gratidão de um povo. Na sua terra, no meio da sua gente, no recanto de uma praça tranquila, ansiava-se por alguma coisa — fosse o que fosse —, uma pedra, uma palavra, que traduzissem com simplicidade: eis que este vive na memória e no coração dos Portugueses. Como eu felicito, por acto tão rico de significado, os municípios do País, directos representantes das populações por mil modos beneficiadas, e como agradeço ao Ministro das Obras Públicas ter animado a iniciativa, tomando-a carinhosamente nas mãos e acompanhando-a com desvelo até à sua materialização final!

Muitos artistas se empenharam em colaborar na memória com o apuro da sua arte e extremos de devoção desinteressada. Eles idearam a coluna que se levanta forte, como o próprio esforço da reconstrução nacional, e se interrompe, quebrada, na altura e no momento trágico em que a vida que a erguia, por demasiado tensa, se parte, abruptamente também. Baixos-relevos ilustram, como breve apontamento, esse trabalho ingente, variado, extenso, multiforme, como seria próprio do nosso maior edificador moderno da «cidade material». Se à minha falta de competência pode ser consentida palavra referente ao valor da obra, desejava exprimir o meu apreço aos artistas que a conceberam e se esmeraram em executá-la no seu tocante simbolismo, e louvores a todos os que, mesmo em tarefas modestas, foram chamados à sua realização.

Meus senhores: creio ter dito o essencial do que se me impunha dizer, mas desejava acrescentar ainda algumas poucas palavras acerca daquele cuja presença invisível nos tem aqui reunidos. Não é este o local nem o momento próprio para prestar, como prometi há dez anos na Assembleia Nacional, «perante a Nação que o perdeu e a História que orgulhosamente o recolheu em seu seio, o depoimento que lhes devo». Desculpar-se-me-á, por isso, que não vá agora além de ligeiríssimas notas.

Um homem como Duarte Pacheco pode ser justamente enaltecido através da massa de realizações materiais, e também, e sobretudo, pela escola que formou. Uma e outra coisa são de facto a sua obra, mas, enquanto as realizações estavam na dependência do tempo e das circunstâncias, a escola que representa a capacidade realizadora para o futuro dependia apenas da riqueza da sua personalidade.

A obra material é imensa: em todos os sectores das obras públicas e das comunicações onde havia que reformar, reconstruir, empreender, abrir novos caminhos à

X. À Memória de Duarte Pacheco

actividade e progresso da Nação, para vencer atrasos, forçar actualizações, satisfazer necessidades crescentes, ele pôde delinear, rasgar caboucos, erguer construções, firmar princípios de orientação, com a largueza de horizontes que em raros homens se encontra. Como reformador, como edificador, o seu espírito impunha-se por essa maravilhosa aptidão do geral e do particular, das grandes linhas e do pequeno pormenor, da justa medida do presente e da antevisão do futuro. Podia ser uma inteligência luminosa e não homem de acção; podia ser um realizador e ter de pedir emprestadas a outrem as ideias, os princípios orientadores, os pontos de partida. Mas a rica compleição do seu espírito tudo lhe permitia — estudar, resolver, impulsionar, administrar, fazer: a passagem da ideia à acção era nele forçosa e parecia-lhe tão natural como ser um necessário complemento da outra.

À visão parcelar e desconexa dos factos ou dos problemas, que é a da generalidade dos espíritos, opunha-se em Duarte Pacheco a faculdade rara de lhes encontrar o nexo essencial, a necessidade quase física de tudo integrar no sistema de relações conveniente que havia de definir as soluções e os programas de trabalho. Cauteloso no estudo, quase o achariamos lento, era na acção mais que dinâmico, vertiginoso, dilapidando as forças, vivendo e queimando a vida com afã, com pressa, com ânsia, como se previsse que esta ia faltar-lhe e o tempo não houvesse de chegar para o muito que tinha no ânimo fazer.

O que, depois dos seus poucos anos de governo, apareceu materialmente feito ou renovado à face da terra portuguesa — em monumentos, em hospitais, em escolas e edifícios de toda a natureza, em aeroportos, em pontes, em estradas, em caminhos de ferro, em urbanização, em estádios, em habitações, em hidráulica agrícola, em exposições como essa esplendente Exposição do Mundo Português — constitui uma obra imensa que ficará marcando para sempre a largueza das concepções, o progresso técnico e artístico, a excelência dos sistemas jurídicos, a severidade dos princípios de administração. — Pois mesmo assim toda esta obra que engrandeceria um século se me afigura a mim não valer tanto para o País como a escola que deixou.

A selecção e preparação do numeroso pessoal, a coordenação de esforços oposta à dispersão dos homens e dos meios, o estudo sério contraposto à improvisação, a prévia definição de princípios, a exigência de planos, o optimismo da acção, o clima da altura e dos largos horizontes são, como força criadora e ambiente de trabalho, mais importantes que o que ficou feito — só porque foram a garantia da continuidade da obra: todos os seus colaboradores se podem sem desdouro, com orgulho, considerar seus discípulos. E eu não penso diminuir ninguém dizendo que a este facto se deve não se terem notado afrouxamentos ou desvios na actividade desses departamentos, antes ter sido possível apresentarem um acervo de realizações sucessiva e notavelmente acrescido.

Duarte Pacheco não era um político na acepção corrente do termo, mas homem de governo estreme, como os permite um regime em que a governação tem podido ser quase tudo e a pequena política quase nada. Como se receasse as multidões, falava pouquíssimo em público (para ele a vida era acção): os seus discursos foram

raros e curtos, quase só anotação de factos ou números que importava ter bem presentes no momento. Nas suas declarações públicas dificilmente se encontrará traço ou afirmação acerca da política geral ou de assuntos estranhos ao seu sector da Administração, mas isto não quer dizer que não prossequisse um ideal.

Em dias e noites de trabalho, árduo, esgotante, apesar do prazer espiritual que me dava, debruçados sobre planos, projectos, problemas a esclarecer, ideias a aprofundar, soluções possíveis, sucessos e fracassos, largas vias abertas ou caminhos a abandonar, o que em cada momento podia surpreender no seu esforço era a preocupação de semear progressos, criar meios de trabalho, desenvolver as regiões mais desfavorecidas, facilitar e embelezar a vida rude das populações. E nunca falava no povo — para não o diminuir como plebe e poder servi-lo como nação.

Depois que a morte submergiu os seus defeitos e deliu as naturais asperezas de uma compleição forte, agora que melhores perspectivas permitem a todos admirar a real grandeza da obra e do artifice, já não se podem invocar ofensas e muito menos se entende que fosse necessário o desagravo. Todavia a tristeza destes tempos, em que a mesma evidência pode ser negada, impõe-nos que seja este um dos significados da nossa peregrinação.

•

Não desejava terminar sem uma palavra especialmente dirigida a esta boa gente. Apesar do apoio do Estado e da contribuição dos outros concelhos, a Câmara teve de fazer um esforço sério que importará para todos alguns sacrifícios, a fim de se preparar condignamente o local e erguer-se esta memória. Longe do meu pensamento censurá-la pelo rasgo, pois considero acto sobre todos louvável de educação cívica render por esta forma justiça a um conterrâneo que pode ser apresentado como o exemplo do desinteresse mais puro, do sacrifício da vida mais completo, da mais alta noção de servir. E não estejais tristes hoje, porque, se Portugal se encontra aqui em comunhão de espírito connosco a celebrar, embora entre as névoas da saudade, a glória de um português, esse português é um dos vossos, é o maior e mais ilustre filho da vossa terra.

XI. NA POSSE DA JUNTA DE ENERGIA NUCLEAR (1)

Tenho a honra de dar posse à Junta de Energia Nuclear, e as primeiras das muito poucas palavras que direi são para agradecer a todos a gentileza de terem aceite o convite. Fizemos esforços por que estivessem representados os sectores da Administração mais directamente interessados no assunto e as Universidades, através daquelas especialidades que são chamadas a dar, no terreno científico, a principal contribuição. Alguns dos nossos mais notáveis professores tomam por isso aqui o seu assento. Por nós não poderíamos oferecer maior prova do empenho posto numa organização capaz do que ter sacrificado um membro do Governo, afastando-o das preocupações ministeriais, para pôr à frente da Junta o Engenheiro Frederico Ulrich. Numerosos anos de trabalho eficiente e de inexcedível dedicação ao bem público são garantia de acertada direcção do organismo e de que a este será dado o impulso que nos permita resgatar algum do tempo perdido.

Na verdade a organização que vele pelos interesses ligados à energia nuclear surge em Portugal com visível atraso em relação à generalidade dos países, mesmo dos que se interessam acima de tudo pela investigação científica pura e não pelas aplicações militares. Não estaríamos talvez preparados para começar mais cedo — e enfim mesmo só para começar é precisa alguma preparação; mas o Ministério da Educação Nacional, por intermédio de uma comissão provisória, tomou nos últimos anos o encargo dos estudos e da iniciação indispensáveis. Por esta razão, presa às origens, e para não incorrer em duplicações custosas, pareceu aconselhável que toda a parte de investigações fosse confiada à Comissão de Estudos de Energia Nuclear, integrada no Instituto de Alta Cultura. Não se impõem aos nossos investigadores actuais e futuros tarefas que seguramente estariam dentro da sua capacidade mas talvez não estejam dentro da modéstia dos recursos actuais; um mínimo porém se lhes confia e exige — acompanhar o movimento científico mundial no que toca à energia nuclear, em ordem às múltiplas aplicações práticas que possa vir a ter, e em ordem à defesa dos interesses da grei.

O que ao pobre bacharel em leis que eu sou é possível entender do que se passa no mundo a este respeito, é que foi descoberta uma fonte de energia quase incomensurável e que a mesma é susceptível de aplicação à vida normal e pacífica da

⁽¹⁾ No acto de posse do presidente e dos membros da Junta de Energia Nuclear, realizado no dia 6, o Sr. Professor Dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, proferiu as seguintes palavras — sintese das atribuições do novo organismo e superior directriz a seguir quanto à aplicação da energia nuclear.

humanidade, tendo as necessidades prementes da defesa emprestado sobretudo aquele impulso e aquela possibilidade de gastos sem os quais porventura tal fonte de energia, se conhecida, não viria tão cedo a ser utilizada. Embora a guerra seja uma constante da história, a vida deve organizar-se para a paz, isto é, para o convívio pacifico entre os povos, a felicidade possível dos homens. Uma vez desanuviada a atmosfera de medo que se respira presentemente e atenuado, portanto, o afã das descobertas e aplicações militares, é natural que os espíritos se voltem para as preocupações e necessidades da vida corrente e se esforcem por extrair da nova força os meios de as satisfazer mais fácil ou econòmicamente. Nisto estamos interessados como todos os mais.

Mas outros interesses possuímos. Ao menos enquanto for reduzida a série das matérias com cuja desintegração se trabalha, ou enquanto algumas das conhecidas mantiverem o predomínio actual, nós temos de preocupar-nos com a mobilização da riqueza potencial que os territórios portugueses, continentais e ultramarinos, parecem possuir. Pode bem ser que a Providência, tendo-se mostrado avara connosco quanto a fontes conhecidas de energia — o carvão, os óleos minerais, mesmo a força hidrica —, nos tenha compensado de alguma forma com um pouco de urâvio e de outros minérios afins, mananciais a explorar no futuro.

Seja como for, e ainda que apenas comece a desentranhar-se de densa nebulosa era nuclear, como nova era do mundo, há já seguramente possibilidades que se oferecem, actividades novas a empreender, interesses a acautelar, aplicações de toda a ordem a integrar na vida. O Governo espera que, à semelhança do que por toda a parte se estatuiu, o organismo agora criado seja o principal impulsionador dos estudos e das actividades e o conselheiro na defesa dos interesses. Ficam desde já agradecidos, em nome do País, os esforços que desenvolver e os benefícios que da sua acção possam resultar.

XII. GOA E A UNIÃO INDIANA ⁽¹⁾

(Aspectos Económico, Político e Moral)

Quando o Primeiro-Ministro da União Indiana, Sr. Nehru, pode distrair das suas imensas preocupações alguns minutos em cada dia para falar de Goa, que não é sua, não se estranhará que, ao menos uma vez em cada ano, eu me ocupe em público do pequeno Estado que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa. Não se trata de entabular um diálogo, muito menos de princípio de discussão. A União é um vastíssimo país, com milhões de quilómetros e centos de milhões de habitantes, que parece apostada em afirmar a sua mocidade de Estado livre em pretensões a estender domínios e poderio, e em assegurar a independência, que ninguém ameaça, através da consolidação de uma unidade — geográfica, à falta de melhor — e já essa irremediávelmente comprometida. Nós somos, apesar da relativa vastidão do nosso Ultramar, uma pequena nação homogénea e razoávelmente estruturada, que há bastantes séculos tem consciência dos respectivos limites territoriais e humanos, de onde vem talvez a energia com que procura defender os seus e o escrúpulo com que respeita os alheios. A modéstia não nos inibe porém de falar, porque a razão não depende do número e a justiça não varia com o valor material das causas.

A imprensa da União Indiana, que é democrática e constitucionalmente livre, tem-se revelado bastante uniforme nos seus ataques a Portugal, e geralmente bastante hermética em relação ao restabelecimento da verdade que tentamos, quando a cada passo a vemos extraviar-se a nosso respeito e a respeito de Goa pelas informações inexactas e os injustos juízos. Alguns pequenos jornais que, no uso dessa mesma liberdade, ousaram discordar ou apresentar algumas restrições ao modo de ver oficial foram empastelados e assim impedidos de acreditar qualquer outra versão. É difícil fazer chegar, em tais condições, aos espíritos independentes da União uma palavra desapaixonada. Apesar de tudo, falarei, porque parece indispensável não deixar dissolver-se no azedume das paixões a essência de problemas sérios na vida e relações dos povos, e porque enfim nunca se sabe onde pode ecoar uma voz ainda que sob a impressão de clamar no deserto.

l.

Começarei por uma proposição singela e fàcilmente demonstrável: seja qual for o valor moral que representa para nós, o Estado da índia pode dizer-se que não conta demográfica, económica e financeiramente no todo português.

Discurso proferido em 12 de Abril de 1954, ao microfone da Emissora Nacional.

Goa, Damão e Diu têm apenas cerca de 4 mil quilómetros quadrados, que representam, para o nosso total de aproximadamente 2.200.000, a modestíssima percentagem de 0,18%. A população daqueles territórios anda por um pouco mais de 600 mil habitantes, ou 3% dos 20 milhões que já contamos no Portugal Metropolitano e Ultramarino.

Como a população é densa — uns 160 habitantes em média por quilómetro quadrado — e restritos os recursos locais, Goa desentranha-se em emigrantes para a União Indiana, o Paquistão, as regiões marginais do golfo Pérsico, os domínios ingleses de África, o Ultramar Português. As colónias mais numerosas encontram-se em Bombaim — uns 80 mil goeses, noutras partes da União uns 20 mil, no Paquistão à volta de 30 mil, dos quais 10 mil em Karachi, e 30 mil no Quénia e na Uganda. Em Daran, Abadan e em outras regiões do Pérsico devem contar-se também uns 20 mil. Como é da boa tradição portuguesa, o goês é excelente trabalhador, disciplinado, respeitador da soberania e obediente às autoridades locais. Desempenha geralmente misteres pouco rendosos, e não constitui nunca base ou ponto de apoio para uma política metropolitana de qualquer espécie — aliás não pretendida. A boa aceitação do goês é por isso geral e a única compensação ambicionada para o seu trabalho é a possibilidade de remeter pequenas economias para ajuda do sustento da família que ficou em Goa.

Dos números de que dispomos quanto ao valor da produção agrícola, industrial e mineira de Goa, Damão e Diu, pode concluir-se que a indústria transformadora se encontra pouco desenvolvida; a produção agrícola — arroz, coco, castanha de caju, areca e manga — deve orçar por 300 mil contos, e os minérios de ferro e de manganés exportados andaram em 1953 por importância pouco superior a essa (338 mil contos).

Em conjunto, as relações comerciais da Metrópole com o Estado da Índia representam apenas 0,75 por mil do comércio metropolitano. Em 1953 enviámos para lá 10 mil contos de mercadorias e o que importámos não chegou a 1 milhar. No comércio de Goa, Damão e Diu, não vamos — Continente e Ultramar juntos — além de 10% na importação e de 0,5% na exportação. Como é natural, a União Indiana atinge, respectivamente, à volta de 20% nas importações e mais de 40% nas exportações do Estado da Índia.

A balança comercial é deficitária, andando as importações por 550 mil contos e as exportações por 350 mil, depois do forte aumento que tiveram nos últimos anos com o produto da exploração mineira. O deficit é saldado por meio de outras rubricas da balança de pagamentos, como serviços prestados, turismo e emigração. Algumas das maiores empresas mineiras são da União Indiana, para onde portanto revertem os lucros mais avultados das explorações.

Pode dizer-se que a única empresa metropolitana de relevo na nossa Índia é o Banco Nacional Ultramarino. No longo período em que aí tem trabalhado, o Banco teve prejuízos em muitos anos e raras vezes lucros, e estes modestíssimos geralmente, da ordem dos centos de contos. No último ano arrecadou o Banco lucros mais avultados, à roda de 10 mil contos, que lá ficaram, constituindo uma reserva de divisas para eventuais dificuldades futuras.

O orçamento do Estado da índia anda por 200 mil contos em receitas e despesas, ordinárias e extraordinárias: as ordinárias somam 130 a 140 mil contos, o que, sendo bastante para o território, representa pouco mais de 1% dos orçamentos das diversas

XII. Goa e a União Indiana

províncias da Nação. Dado o princípio de autonomia financeira basilar na Constituição portuguesa, as despesas orçamentais são todas aplicadas aos serviços próprios e melhoramentos locais, com uma pequena excepção. Do conjunto das despesas, 800 contos são pagos à Metrópole para custeio parcial de organismos que funcionam em Lisboa em benefício de todo o Ultramar; mas em contrapartida a Metrópole gasta no Estado da Índia anualmente uns 7 mil contos e nos últimos tempos, em virtude das medidas de protecção à navegação e outras, muitas dezenas de milhares de contos por ano. Goa representa para a Metrópole, portanto, um encargo orçamental de alguma importância. Em tempos idos, de menor desafogo financeiro, o Marquês de Sá da Bandeira podia dizer a Lord Howard que a Índia era para nós uma ruína.

Parte do encargo metropolitano é constituída pela garantia de juros a pagar à Companhia do Caminho de Ferro de Mormugão, que serve a União Indiana. O total dos encargos pagos é já de £ 3.261.000 aproximadamente, para cuja compensação o Estado recebeu £ 815.000, de modo que o desembolso real desde 1881 a 1954 é de 2 milhões e meio de libras.

Não só o total do orçamento, ainda acrescido dos suprimentos metropolitanos, é exclusivamente gasto em benefício dos serviços do Estado da Índia, como se pode dizer que dos mesmos só benefícia a população local. Enquanto os funcionários goeses no Estado da Índia andam por 4.500, os de origem metropolitana ascendem a escassas dezenas. Em virtude da não-discriminação racial que adoptamos, não me é possível neste momento dar números exactos acerca dos indivíduos nascidos no Estado da índia e que exercem funções públicas ou profissões liberais na Metrópole. Mas sabe-se que há magistrados, professores, médicos, notários em número apreciável, e a todos estes acrescem os que trabalham em todas as províncias ultramarinas, de Cabo Verde a Timor. Os últimos excedem grandemente os metropolitanos que desempenham cargos no Estado da índia. Isto é: Goa não é colocação para o funcionalismo metropolitano, mas Portugal inteiro está aberto aos filhos de Goa.

Os números que aí ficam demonstram cabalmente a tese posta: o Estado da Índia não tem pràticamente valor na economia e na demografia portuguesa e é fonte de encargos financeiros para a Metrópole; não pode encontrar-se na sua vida jurídica e na sua administração o menor traço de imperialismo económico ou político, pelo que devemos crer desactualizados, pelo menos, os que de tal nos acusam. Algumas das concepções que nos levaram à Índia — políticas ou económicas — desapareceram com o tempo que as fez surgir; mas deram lugar a outras realidades — as que se afirmam hoje. E estas realidades são: constituir Goa uma comunidade portuguesa na Índia; representar Goa uma luz do Ocidente em terras orientais. O território é apenas o espaço onde essa comunidade vive; a terra, o farol onde essa luz se acendeu. Os nossos interesses são puramente morais — primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente.

II.

Os portugueses foram ao Oriente com altos pensamentos religiosos, políticos, comerciais. Mas parece claro que essas concepções não importavam a conquista

dos territórios, a sujeição das populações: apenas um pé em terra firme para daí se garantir a segurança dos mares e as novas rotas do tráfego. Nesses minúsculos territórios cedidos ou militarmente ocupados, o sangue português fundiu-se generosamente com os das gentes locais; mais de quatrocentos anos de vida comum, de uma presença espiritual, da insuflação de uma civilização diferente, da interpenetração de culturas, criaram um tipo social perfeitamente diferenciado. Por mais que se queira, um português da Índia, um luso-indiano, não se confunde com o natural da União. Todos os que visitam Goa, idos da União Indiana, não atravessam só uma fronteira política, mas uma fronteira humana, uma criação original do Ocidente, orientalizada ao contacto da cultura milenária da Índia.

Tenho notado contradições na argumentação apaixonada da União Indiana e uma das mais gritantes é esta: para se arrogar o direito de absorver Goa, diz-se que esta é Índia, pela raça, pela religião, pela cultura; para se captar a simpatia dos goeses, promete-se-lhes que se respeitarão as actividades religiosas e os elementos culturais distintos daquela pequena comunidade. A verdade está porém no reconhecimento das diferenças e não no paralelismo das semelhanças. O pequeno Estado da Índia é efectivamente uma província de Portugal e precisamente aquela a que estão ligados alguns dos maiores nomes que a Nação Portuguesa pôde dar à História Universal.

Eis porque repugna à sensibilidade dos portugueses — e essa repugnância tem a sua expressão jurídica no texto constitucional — negociar a cedência de Goa e a cidadania portuguesa dos seus habitantes e não curar da sua defesa até ao limite das nossas forças.

Estas coisas, de ordem exclusivamente moral, podem parecer estranhas ao materialismo dos tempos e são contestadas pelos que alimentam desígnios contrários. Mas estes mesmos têm a prova de tais coisas corresponderem a uma realidade viva, no comportamento dos goeses, já não digo dos que habitam Goa, mas dos que vivem nos territórios da União Indiana: devendo-lhe o trabalho e naturalmente receosos das mais diversas formas de pressão, nem por isso abdicam da sua qualidade de portugueses. Bem se sabe a dificuldade de arregimentar as poucas dezenas para as manifestações hostis...

É certo que se têm transaccionado através dos tempos territórios ditos coloniais. Napoleão vendeu a Luisiânia; a Espanha ainda em 98 cedeu Porto Rico; há três séculos, nós mesmos fizemos de Tânger e Bombaim presente de noivado de uma Infanta portuguesa; mais de uma vez no século xix, a Inglaterra nos propôs a compra de Goa. Tudo é històricamente exacto, e nada temos a dizer a isso senão que, apesar do pequeno valor económico do Estado da Índia, a nossa reacção foi sempre igual e que o elemento do direito de propriedade, transparente nesse conceito de soberania, não existe no direito público português.

Ainda que nalgumas partes da Ásia se continue a alimentar para fins políticos o sentimento de abominação do Ocidente, e fossem quais fossem os excessos praticados por estes ou aqueles em passados séculos, isso não pode impedir-nos de reconhecer quanto toda ela deve às nações que, com esforço sobre-humano, alargaram as fronteiras do mundo conhecido e trouxeram a mais íntimo convívio todos os povos da Terra.

XII. Goa e a União Indiana

A mesma justiça devemos prestar ao Oriente pelas contribuições de toda a ordem que dele receberam as nações ocidentais. Apesar de tudo, parece que a Europa se sente hoje envergonhada e repesa dos actos dos seus descobridores e do alto pensamento que os conduzia, e o mais discretamente possível procura apagar os seus vestígios. A verdade, porém, é que o progresso se mede ainda em toda a parte pelo grau de ocidentalização que se atinge e as regressões se verificam no sentido contrário.

Quanto a nós, parece-nos indiscutível que a Índia tem para com Portugal uma dívida — ter-lhe aberto as portas do Ocidente e tê-la posto em estreito contacto com os princípios de uma cultura, benéficos para a sua própria evolução. E ousamos ainda dizer mais: se essa acção espiritual pudesse ter sido mais larga e profunda, a Índia, que procura moldar as suas instituições no cunho ocidental, não encontraria na sua feliz independência problemas tão graves como os que se lhe deparam agora. Lutamos por que, sem agravo para ninguém, Goa continue a ser o padrão dos descobridores portugueses e pequeno foco do espírito ocidental no Oriente, o qual, para se manter vivo, precisa de estar ligado às origens, como o fio de áqua à nascente.

III.

Estas as nossas razões. Devemos agora examinar com espírito aberto as razões da União Indiana.

Tenho seguido com o possível cuidado os discursos e interpelações parlamentares, as mensagens e afirmações dos comícios e os artigos da imprensa. Muito pouco há que deva reter-nos a atenção. Trata-se de uma campanha conduzida nos termos das muitas que por esse mundo se têm levantado para idênticos fins. A imaginação humana é apesar de tudo limitada e o mundo é bastante velho para não ter experimentado já todas as formas possíveis de, quando nisso há interesse, inverter as situações e contradizer a verdade: a nossa presença em Goa é tida por alguns como uma *provocação*; e o abandono de Goa como um *direito* da União Indiana. A campanha é destituída de fundamento, como se tem provado a propósito de cada caso, mas tende a criar um estado de espírito excitado e irresponsável em que possam enxertar-se factos sem remédio.

A agitação parlamentar e de imprensa — temos de lamentá-lo — é acompanhada por uma acção governamental claramente inamistosa. Não só a União Indiana, em toda a parte onde um goês trabalha — no Quénia, no Paquistão, na mesma União —, se compraz e engenha em mostrar a sua animosidade para com Portugal, como vai acumulando providências restritivas em relação às pessoas, ao correio, às mercadorias, com o fim de isolar o Estado da Índia e tornar aí muito difícil a vida. Estas acções são inúteis, se se destinam a provar que a União Indiana tem o poder material do as pôr em prática. Sempre o reconhecemos, mas não é isso que se discute. O que está em causa é saber se tal regime é conforme às normas que regulam a vida internacional.

O governo da União propõe-se alimentar uma opinião hostil com os seus reiterados protestos, as suas acusações infundadas, a sua instigação à revolta nos nossos territórios. E não tem dúvidas sobre o que acontecerá aos que ousarem ali per-

turbar a ordem, do que deduzimos pretender vítimas para sobre elas abrir talvez o seu caminho. De tal maneira de agir, que não é só connosco, advém este resultado paradoxal: a União Indiana, oficialmente pacifista, e pacifista ainda pela mentalidade confessada dos seus mais altos dirigentes, mantém desagradáveis relações com todos os vizinhos. Serão então destes todas as culpas?

Deixemos este capítulo, que só não calo por temer se pense que estamos desatentos ou não sentimos os agravos; e passemos adiante, porque as recriminações não fazem dar um passo à solução do único problema que importa — e este é a coexistência e pacífica vizinhança de Goa e da União Indiana.

Do conjunto das declarações podem deduzir-se três pontos que merecem atenção: imperativos da geografia; dificuldades administrativas causadas pelo embrechado dos territórios; e finalmente receios, no domínio da defesa, pela presença de uma soberania estranha.

Goa é geogràficamente Índia, mas esta posição ou facto geográfico não é fonte de direito nem é bastante para definir os limites das respectivas soberanias. Pouco maior que a União Indiana é toda a Europa aquém da «cortina de ferro» e nela existem grandes nações, como a Alemanha e a França, e pequeninos Estados, como o Luxemburgo. Quando a terra é livre e a população dispersa e sem tradições, podem definir-se os limites dos Estados pelos largos mares, por paralelos e meridianos, como na América do Norte, como em certas regiões de África. São territórios não afeiçoados pela História e que não podem servir de exemplo quando a terra foi durante séculos ou milénios a fonte da própria vida e as fronteiras são fruto de mil circunstâncias da História. Essas aparecem-nos então caprichosas e por vezes ilógicas, mas respeitá-las é assisado e justo.

Tem-se falado nas dificuldades experimentadas pela administração indiana em virtude da existência de territórios estranhos. Não nego que algumas dificuldades existam e desejaria poder apreciá-las em toda a sua extensão para buscar-lhes da nossa parte o possível remédio. Julgo, porém, que estas não podem ter especial gravidade nos territórios de Goa, Damão e Diu, que são todos confinantes com o mar. Admito, porém, que seja o caso diferente no pequeno enclave de Nagar Aveli, inteiramente rodeado por territórios da União; mas aí, como em tudo o mais, a nossa disposição de sempre é conciliar interesses e não prejudicar a administração indiana, como se verificou com a atitude por nós tomada em relação ao Padroado do Oriente, que aliás em nada interferia com o governo da União.

Pertencerem-nos portos como Mormugão, que devia servir a União Indiana mais intensamente do que hoje, não pode ser razão de se nos recusar a legitimidade de estar em Goa. Falando, como é natural, com os olhos postos na Europa, a exploração do argumento sacrificaria a Holanda à Alemanha, o Norte da Noruega à Rússia, os Estreitos aos Sovietes, a Itália à Suíça e à Áustria, o Egipto aos principais utilizadores do Canal, e com o mesmo fundamento foi a Finlândia sacrificada à Rússia. Por outro lado, a consciência dos deveres do Estado litoral para com os do interior,

XII. Goa e a União Indiana

desprovidos de saídas para o mar, mantém com todo o direito na posse de Portugal Lourenço Marques e a Beira, com plena satisfação dos justos interesses da África do Sul e das Rodésias.

Reflectindo sobre Mormugão, notarei ainda que o porto manuseia um milhão de toneladas carregadas e descarregadas por ano, e que a percentagem do tráfego vindo da União Indiana pelo caminho de ferro que serve o porto, e que em 39 atingiu 97%, foi em 50-51 de apenas 69%, e no primeiro trimestre de 52 já só de 55%. A diminuição das percentagens pode em parte atribuir-se ao aumento do tráfego local; se, além desta, há outras causas, essas devem filiar-se na política da União, visto estar ainda a cargo dos seus serviços a administração do porto e do caminho de ferro.

O último ponto liga-se a questões de defesa e é o único que parece reflectir preocupações sérias da União Indiana.

A União tem a sua política externa. Interpretamo-la como pretendendo assegurar uma vasta zona geográfica e humana de neutralidade no eventual conflito entre potências comunistas e o mundo ocidental. O juízo que façamos sobre a possibilidade actual de a União fazer vingar esta política não interessa; interessa apenas ter presente que no problema não temos nós e a União Indiana a mesma posição.

Quando se diz que a Índia tem receio de Goa, é ridículo pensar que pode ter receio dos 2 mil ou dos 20 mil homens que ali pudéssemos manter. O que receia é a utilização que o território de Goa pudesse vir a ter por parte de potências mais fortes, adversas à política da União Indiana. Temos de examinar a dificuldade e procurar dar-lhe solução, se a União sinceramente a deseja. Nós não temos entre os nossos deveres externos nenhum que implícita ou explicitamente se oponha à possibilidade de, no actual momento e quanto a Goa, encararmos dar à União Indiana qarantias a respeito da sua segurança.

A União faz parte da Comunidade Britânica, e Portugal desde séculos tem tido como constante da sua política externa a aliança com a Inglaterra. Está assente que a política externa das nações da Comunidade pode ser diversa, mas não é admissível que seja contraditória. E isto significa que nem por esse lado, nem pelo de outros compromissos gerais da Nação Portuguesa, Goa poderá servir de base a operações hostis à União Indiana. A definição de compromissos precisos a esse respeito parece-me assim possível e prática.

IV.

Desejaria ainda esclarecer um último ponto, algum tanto afim deste e provocado pelas muitas perguntas que tenho visto fazer no Parlamento da União Indiana, como mal veladas sondagens sobre os tratados anglo-lusos e o Tratado do Atlântico Norte e a eventual interferência das suas disposições com o caso de Goa. A curio-sidade de saber-se como funcionariam, na hipótese de ataque à soberania portuguesa naquelas regiões, não poderá ser satisfeita. Mas, porque o Primeiro-Ministro se referiu à minha opinião sobre esses tratados, devo confessar que não tenho

interpretação pessoal dos textos que haja de ser seguida ou rejeitada: suponho até que pela sua clareza não necessitam de intérprete.

A declaração luso-britânica de 14 de Outubro de 1899 confirmou expressamente não só o artigo 1.º do Tratado de 29 de Janeiro de 1642, mas também o último artigo do Tratado de 23 de Junho de 1661, no qual, «em vista das grandes vantagens e aumento de dominio» por este Tratado atribuídos à Inglaterra, se estabelece textualmente o seguinte:

Além de todas as coisas... acordadas e concluídas... se conclui e acorda mais por este artigo que Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha... promete e obriga-se pelo presente artigo a defender e proteger todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos tanto futuros como presentes.

E o artigo 1.º do Tratado de 1642 deixara estatuído de que «nenhum dos ditos Sereníssimos Reis, seus herdeiros e sucessores fará ou tentará coisa alguma, já por si, já por outrem, contra um e outro, os seus reinos em terra ou no mar, nem consentirá ou aderirá em querra alguma, conselho ou tratados em prejuízo do outro».

Pelo que se refere ao Tratado do Atlântico Norte, de 4 de Abril de 1949, deve dizer-se que os seus artigos 5.º e 6.º definem entre os signatários uma zona atlântica de garantia e acção imediata, que manifestamente não abrange a Índia. E isso foi já objecto de uma comunicação formal feita pelo Governo Português à União Indiana em Abril do ano findo. Acessòriamente, porém, figura no mesmo Tratado o artigo 4.º, que reza assim:

As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das partes.

A definição da zona atlântica constante do artigo 6.º tem talvez feito a alguns cair desprevenidamente na suposição de que o Tratado do Atlântico Norte nada tem que ver com territórios situados fora da zona referida, quando a verdade é que o artigo 4.º contempla quaisquer ameaças à integridade territorial de um dos Estados Membros. A declaração peremptória feita no Parlamento da União de que estes Tratados nada têm que ver com Goa não pode, pois, ser tida por fundamentada.

O Mundo está cheio de inquietações e de perigos e o Primeiro-Ministro da União Indiana notou-o bem explicitamente numa das suas últimas intervenções parlamentares, para que possa sem razão acrescentá-los ainda. Nós esperamos — e são as minhas últimas afirmações —, nós confiamos em que os actos vão corresponder às palavras e cremos que também aos íntimos sentimentos do Pândita Nehru.

800

XIII. RESPOSTA À SAUDAÇÃO DOS INDIANOS RESIDENTES EM LISBOA ⁽¹⁾

Agradeço reconhecido a Vv. Ex.*s a sua visita e as palavras da sua mensagem. Fiz para receber hoje uma pequena excepção: entendi que devia fazê-la em relação àqueles sobre que têm recaido nos últimos tempos mais directamente as ameaças, por ser porventura desconhecido de muitos o seu patriotismo, quando não a sua mesma existência. Quando além-fronteiras se reparar em como os portugueses da índia se fazem representar em Lisboa por altas figuras do professorado, da magistratura, das letras, do funcionalismo público, das profissões liberais, ver-se-á também quão despropositado é o apodo de colónia decretado à Índia Portuguesa e às relações desta com as restantes parcelas da Nação Portuguesa. Vi hoje que a União Indiana se propõe pedir à conferência de Colombo um voto de evacuação

Senhor Presidente do Conselho, Excelência:

Principiarei por agradecer a V. Ex.ª a gentileza de nos conceder esta audiência, pois bem sabemos quanto e quão graves são os problemas da governação, que ocupam o alto espírito de V. Ex.ª e lhe absorvem tempo. Por isso mesmo não serei prolixo.

Em primeiro lagar, e vista a data feliz cujo 26.º aniversário hoje ocorre, queremos apresentar a V. Ex.ª os nossos mais calorosos cumprimentos, as nossas sinceras homenagens e rendidos agradecimentos pelos esforços que V. Ex.ª despendeu, durante mais um ano, com sacrificio da sua saúde e da tranquilidade do seu espírito, em proveito de toda a Nação, da qual V. Ex.ª tem sido tenaz, corajoso e infatigável reconstrutor.

Sabemos bem, Senhor Presidente, quanto talento, quantos conhecimentos, quanto tino administrativo e político, quanto trabalho exaustivo, quanto cuidado pelo bem comum são necessários a um governante, mormente nestes tempos tão complicados e perigosos, que todo o Mundo atravessa. E porque de todas essas raras qualidades V. Ex.ª tem dado incessantes e eloquentes provas, trazemos a V. Ex.ª os nossos cordiais e modestos aplausos, as nossas sinceras felicitações e os nossos ardentes votos por que V. Ex.ª, ainda por longo tempo, permaneça no Poder à frente da Nação Portuguesa.

Vimos principalmente apresentar a V. Ex.º o nosso comovido aplauso, a nossa admiração e a nossa profunda gratidão pela nobre e patriótica atitude de V. Ex.º no caso da Índia Portuguesa, e em especial pela sábia e admirável mensagem por V. Ex.º há poucos dias radiodifundida a todo o Mundo, e em que o problema se encontra posto com clareza. elevação e dignidade.

É firme convicção de todos nós, Senhor Presidente, que a nossa Índia continuará para sempre portuguesa e, nesse sentido, formulamos calorosos votos, seguros de interpretarmos o profundo sentimento de todos os portugueses da Índia.

⁽ⁱ⁾ Palavras do Dr. Cunha Gonçalves em nome dos portugueses naturais da Índia residentes em Lisboa, que vieram apresentar cumprimentos a S. Ex.ª o Presidente do Conselho, no Palácio de S. Bento, em 27 de Abril de 1954:

dos enclaves estrangeiros. Não deve ser o caso connosco, visto não haver ocupação nem domínio, nem raça superior que possa ou deva sair. Quando os portugueses houvessem de evacuar Goa, nada ficaria ali senão a terra assolada, deserta, incaracterística, e não qualquer parcela de qualquer nação. Faço convosco um voto e este é que no Mundo se compreenda Goa, porque a simples compreensão a defende e a garante na unidade portuguesa.

XIV. GOA E A UNIÃO INDIANA (1) (Aspectos Jurídicos)

I.

Na minha exposição de 12 de Abril tive a intenção de tocar sobretudo os aspectos económicos, político e moral do caso de Goa.

Demonstrei que o pequeno Estado da Índia nada pesava demográfica, económica e financeiramente no todo português, não se auferindo dali quaisquer rendimentos, antes continuando a constituir pesado ónus para o Tesouro da Metrópole. A afirmação de não se encontrar em Goa nenhum traço de colonialismo ou de imperialismo económico ou político não pôde ser contestada. Os goeses são cidadãos portugueses sem diferenças ou diminuição em relação a quaisquer outros; cursam as mesmas escolas; fazem livremente a sua vida; concorrem para a formação dos órgãos constitucionais e têm neles assento; ascendem às mais altas situações profissionais e aos mais altos postos políticos tanto na Metrópole como no Ultramar, e não só na sua terra, como alguns cuidariam. As discussões sobre regimes de maior ou menor autonomia na administração não passaram nunca de disputas familiares, sem transcender as fronteiras nem atingir a estrutura nacional. De facto, a massa da população, há mais de 400 anos portuguesa, nunca desejou ser outra coisa, nunca repudiou a nacionalidade e em toda a parte se orgulha da que possui, como nestes perturbados momentos inequivocamente demonstra.

A constituição desta comunidade indo-portuguesa no litoral do Indostão é um fenómeno que tem, pelo menos, a mesma legitimidade histórica que a União Indiana, aparecida quatro séculos mais tarde. Como realidade sociológica e política, não se podem fechar os olhos à sua existência nem se encontra fundamento para pretensão que lhe recuse o direito de existir, politicamente enquadrada no país que lhe deu o ser. Se temos dificuldade em compreender o pretenso anacronismo da sua base territorial dispersa e longinqua, também não compreenderemos que as ilhas Hawai venham a ser um estado da federação norte-americana; e se vemos um óbice em estar a pequena província incrustada no Indostão, teremos de concluir que o Alasca não pode deixar de pertencer ao Canadá.

Nos mares e terras do Oriente, a Índia Portuguesa representa um tipo bem definido de cultura e de civilização, uma característica expressão ocidental. Pequena e modesta que seja, tem sido e pode continuar a ser ponto de encontro e traco de

⁽i) Discurso proferido em 10 de Agosto de 1954, ao microfone da Emissora Nacional.

ligação entre o Oriente e o Ocidente; não serve de apoio a política ou sentimentos hostis para com as populações que povoam o subcontinente indiano; é o veículo de uma chama de fé, o fermento de uma concepção diferente de vida.

Por tais motivos, concluía não poder o destino do nosso Estado da Índia ser objecto de negociações em que Portugal dele abrisse mão, como coisa a dar ou a vender: seria uma negociação sobre objecto impossível. Mas por afirmá-lo com clareza fomos acusados no Congresso Indiano de revelar mentalidade do século XVI ou XVII. Há na acusação equívoco manifesto, pois precisamente o que então podia fazer-se, e algumas vezes se fez, não poderá hoje ser feito, por contrário aos princípios do moderno direito público. E ilustro a afirmação com uma frase do inglês Toynbee, na sua História: «uma convenção por força da qual províncias e habitantes fossem transferidos de um possuidor a outro, como terras com seus gados, revolta a nossa sensibilidade formada na escola democrática». (L'Histoire, trad. de E. Julia, 1951, páq. 315).

Era, pois, imprescindível salvaguardar a soberania portuguesa. Mas, afirmada esta, reconhecia lealmente haver numerosos problemas nascidos da vizinhança e contiguidade dos territórios e que ofereciam largo campo a negociações e a acordos: políticos, como os de segurança, económicos e culturais. Estas sugestões e boa disposição nossa não tiveram, porém, até hoje, seguimento ou resposta.

II.

Obcecada pela política da anexação a que chama eufemisticamente «integração pacífica» dos territórios portugueses, a União Indiana vem percorrendo fria e persistentemente o caminho que vai das simples ameaças e das manifestações de má vizinhança aos actos agressivos à soberania portuguesa. E, porque parece fazê-lo com certo desconhecimento das suas responsabilidades, será conveniente focar, embora em ligeiro apontamento, alguns aspectos jurídicos da questão.

Não se veja nisto pedantismo ou impertinência. O Primeiro-Ministro, Sr. Nehru, embaraça-se bastante, a nosso ver, quando pretende enquadrar em princípios jurídicos alguns dos seus propósitos políticos. Não é razão bastante a confissão, que no seu livro de memórias faz, de ter concluído o curso de Direito «sem glória e também sem desdouro» (Ma vie et mes prisons, pág. 37). Ter ainda esquecido na sua agitada vida política o que dos mestres aprendeu não é tão-pouco desculpa, quando se tem a responsabilidade de um grande Estado e se faz alarde de elevadas posições doutrinais.

Na sua longa e dolorosa via a humanidade foi pouco a pouco apurando certo número de regras pelas quais se rege a convivência e se regulam as relações recíprocas das sociedades humanas, assim criando um estado de direito. O processo não findou, mas as nações civilizadas entendem do seu dever e interesse submeter-se a esse conjunto de normas, e todas vêem na observância do direito, as grandes boa parte da sua segurança, as pequenas a garantia da sua própria existência.

A União Indiana encontrou, ao formar-se, uma sociedade internacional já constituída, e cuja simples existência impõe a todos, na sua vida de relações externas.

XIV. Goa e a União Indiana

certa disciplina jurídica. Pelo acto da sua constituição em Estado soberano e muito especialmente pela sua entrada na Organização das Nações Unidas, a União Indiana ficou obrigada a mover-se não só no âmbito do direito por ela mesma contratualmente formado, mas no do direito preexistente e aplicável a todos os membros civilizados da sociedade internacional. Afirmar, como se afirmou em Nova Deli, que, aparecendo no século XX, a União nada tem que ver com os tratados ou regras de direito anteriores à sua própria formação, pode ser uma resposta expedita que liberte de embaraços ocasionais, mas não pode sustentar-se em termos de direito.

E já agora, antes de examinarmos como a União tem cumprido algumas normas desse direito nas suas relações com Portugal, façamos ainda, à margem do problema, duas ou três pequenas notas.

A União Indiana e o Paquistão surgem na história e no direito como o resultado de um acto de vontade concordante da nação britânica e da população existente em determinado território — população e território que não podiam deixar de ser os que constituíam o Império das Índias. Pensar que esse acto transcendental que deu origem a dois grandes Estados independentes tem alguma coisa que ver com Portugal ou a Índia Portuguesa é uma enormidade jurídica. O fenómeno paralelo, se fosse possível, passar-se-ia como assunto interno do Estado Português, não entre a União Indiana e Portugal.

Outra nota. Este problema dos territórios estrangeiros afirma-se na União Indiana, umas vezes como estranha imagem literária, outras como ponto do programa revolucionário da independência. As «feias verrugas no lindo rosto da Índia» excitam, parece, os oradores políticos que, em idêntica ordem de ideias, têm de considerar o Paquistão e o Ceilão como chagas repelentes no mesmo formosíssimo rosto, e daí, transposto o caso da literatura para a política, a União Indiana poderá tirar mais tarde algumas conclusões. Sem discutir a propriedade da imagem, é evidente não constituírem as fórmulas poéticas suficiente fonte de direito, e temos de lamentar que na União Indiana a literatura domine a política e seja a sua doce poesia a disparar armas de fogo contra pacíficos portugueses.

Como ponto de programa revolucionário, a libertação de territórios também não é relevante para os estranhos ao Império Britânico de que a União se desprendeu, pois precisamente o primeiro dever desta é o respeito pelas soberanias preexistentes que dele não dependiam. Constituída em Estado, a União Indiana encontrou-se, quanto a Goa, em face de uma soberania estrangeira, e por esta razão algumas ingerências abusivas em nome daquele programa não são assunto de política interna e caem sob a alçada do direito internacional.

Mas revertamos ao ponto principal: ver à face do direito o comportamento da União Indiana para com a Nação Portuguesa.

III.

Por mais esforços que os serviços de imprensa da União tenham desenvolvido em todos os países para apresentar a seu modo os acontecimentos e a atitude do

seu governo, a consciência geral está já neste momento formada no sentido sequinte, que corresponde fielmente aos factos verificados:

- 1.º existência de ameaças permanentes, seguidas de actos de execução hostis aos interesses e à vida das populações da Índia Portuguesa e dos goeses existentes em território da União;
- 2.º estabelecimento de bloqueio terrestre, realizado administrativamente, em relação aos territórios portugueses;
- 3.º propaganda e permissão da organização, no seu território, de bandos armados, pretensamente constituídos por goeses, mas de facto, na sua quase totalidade, por indivíduos estranhos à comunidade portuguesa, para movimentos subversivos na nossa Índia;
- 4.º protecção e apoio ostensivo de forças policiais ou outras forças armadas à invasão dos territórios da Índia Portuguesa por parte dos mesmos bandos e isolamento dos territórios assaltados, de modo que não possam ser assistidos pelas autoridades portuguesas;
 - 5.º colaboração em actos de pretensa libertação dos territórios assaltados;
- 6.º propaganda, organização e apoio a demonstrações ou movimentos de exteriorização pacífica mas de índole subversiva, para se desenvolverem nos territórios portugueses movimentos idênticos aos que o Primeiro-Ministro, Sr. Nehru (Ma vie et mes prisons, pág. 264), considera de acção directa e revolucionária e, como tal, passíveis de legitima repressão do Estado desacatado, doutrina que é exacta e, diga-se de passagem, não lhe permite responsabilizar-nos pelos resultados.

E tudo isto com o fim de anexar territórios em relação aos quais a soberania portuguesa não sofre, nem sofreu nunca da parte da União Indiana, a menor contestação. A confissão do propósito é de tal modo insistente que não pode ser desconhecido; a maneira «pacífica» de atingi-lo, aquela que indiquei, com os desenvolvimentos possíveis contidos em repetidas ameaças.

Tudo são actos que a consciência e a moral das nações reprovam e que, por esse facto e só porque violam o direito de outro Estado, se consideram proibidos pelo direito internacional. Com efeito, neste o princípio fundamental, o ponto de partida aceite e reconhecido pela generalidade da doutrina e jurisprudência internacionais, é o respeito pelos direitos alheios. E não só pela doutrina e a jurisprudência, mas pelas convenções.

Pelo artigo 2.º do Pacto das Nações Unidas, de que a União Indiana faz parte, os membros da organização abstêm-se, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça e ao emprego da força, quer contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, quer por qualquer outra forma incompatível com os fins das Nações Unidas; e estes fins são, segundo o artigo 1.º do mesmo Pacto, manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver entre as nações relações amigáveis, realizar a cooperação internacional.

XIV. Goa e a União Indiana

No preâmbulo da Carta das mesmas Nações Unidas, através do qual se pode bem ajuizar do espírito que a informa, fala-se na resolução de as Nações praticarem a tolerância e viverem em paz umas com as outras com espírito de boa vizinhança; e a Declaração do Rio de Janeiro de 1947 definiu «a política de boa vizinhança» como «a expressão do respeito devido ao direito fundamental dos Estados». Nenhuma dúvida há de que este direito fundamental dos Estados, como direito natural, subsiste independentemente de convenções particulares e compreende o de conservação e o de autonomia e independência.

Os chamados princípios fundamentais ou básicos da convivência internacional são tão evidentes à consciência dos povos e impõem-se de tal modo a todos que a União Indiana e a China os enumeraram no acordo acerca do Tibete e os mesmos se referiram expressamente ao findar a recente conferência de Nova Deli. Com ênfase e como quem faz uma descoberta preciosa, lhes atribuem a virtude, na verdade indiscutível, de constituírem sólidos alicerces para a paz e a segurança, se aplicados nas relações internacionais. Vale a pena referi-los: mútuo respeito pela integridade territorial e pela soberania; não agressão; não interferência nos negócios internos da outra parte; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica.

Existem, pois, os princípios e, por felicidade, expressamente aceites ou proclamados pela União Indiana. Basta agora cotejá-los com os factos enunciados acima para se concluir que a União Indiana se apostou, sobretudo nos últimos tempos, em violar nas suas relações com Portugal os deveres que lhe incumbem como membro da sociedade internacional, e muito especialmente como membro das Nações Unidas, por ironia das coisas colocado neste momento na presidência da sua assembleia geral.

Do não cumprimento ou da violação dos princípios aludidos deriva serem responsáveis os Estados; a jurisprudência internacional tem considerado sempre como fundamento de responsabilidade o não cumprimento das regras do direito internacional e toda a acção ou omissão contrária às obrigações internacionais, seja qual for a autoridade do Estado donde provém a acção ou omissão. E sempre vemos considerados como factos determinantes da responsabilidade dos Estados a invasão, o ataque à mão armada, o apoio dado a bandos armados, qualquer uso da força directo ou indirecto.

Seja ainda qual for no nosso tempo a precariedade e inconsistência de sanções na vida internacional, julgo haver vantagem na denúncia de actos tão claramente contrários ao direito como os praticados pela União Indiana. Seria verdadeiramente para desesperar da justiça que organismos internacionais competentes fugissem, quando instados, a declarar, como aliás desassombradamente o têm já feito várias nações, que, com o seu comportamento em relação à Índia Portuguesa, a União Indiana viola o direito e è culpada de actos de agressão.

IV.

Pergunto a mim próprio se, no conflito enxertado na existência dos pequenos territórios portugueses no Indostão, não haverá causas diferentes daquelas que à

primeira vista se enxergam. A política ocidental tem-se desenvolvido para com a União Indiana amigavelmente, carinhosamente, no plano da expectativa de um comércio intenso, e também no plano mais elevado da preservação de um apoio económico e moral possível em caso de conflito. Seja porém qual for a importância que em tais casos represente o imenso subcontinente, não parece que a isso se possa reduzir o problema; antes as atitudes ou serviços entrevistos supõem que a solução de outro problema terá sido alcançada ou pelo menos rasgado o caminho para se alcançar.

A União Indiana, acabada de aparecer na história como entidade política independente, parece encontrar-se numa encruzilhada dificil, no mais alto ponto de uma grave hesitação. Do Ocidente tem uns começos de industrialização, a larga túnica dos princípios constitucionais, a ossatura da organização administrativa instituída pela Inglaterra — tudo isto proclamado, impulsionado, garantido, tanto quanto o pode ser, por uma ténue camada política, cujos principais elementos penso serem ainda os educados pelos ingleses, os formados pelos ingleses. Do Oriente, ou seja de si própria, como a vasta profundidade à superfície da qual a política e os politicos se agitam, a Índia possui toda uma estrutura económico-social, e uma formação filosófica e religiosa, que puderam dar carácter a uma civilização, mas não conseguiram, através de muitos séculos, estruturar sòlidamente uma Nação e consituir duradouramente um Estado. De modo que a grande ansiedade vem de que ou a Índia refunde e caldeia a sua própria alma ou é de recear seja outra vez um dia vítima de novas divisões e presa de novos conquistadores. Dos movimentos desencontrados que se verificam nos espíritos dirigentes e nas multidões submetidas nascem as graves discrepâncias entre as afirmações e os factos, as leis e os costumes. os propósitos e as realizações — propósitos pacifistas e realizações inamistosas ou bélicas, liberdades teóricas e odiosas restrições práticas, anseios de progresso humanitário e o peso morto de inúmeras divisões.

A maneira de a União Indiana se imunizar dos perigos que continuarão a ameaçá-la na sua estrutura de Estado e na sua vida de nação, afigura-se que não é isolar-se numa política de desconfiança e hostilidade aos países do Ocidente, mas continuar a absorver dele tudo quanto, despido de ambições políticas e de imperialismos ultrapassados, lhe pode facultar em técnica, em instituições jurídicas, em elevação de vida, em principios de convivência social.

Se a Índia, porém, toma o caminho de segregar-se do mundo era ordem a manter íntegros os princípios em que milenariamente se formou, todo o edifício de democratização ou constitucionalização à europeia soçobrará e de todo se esvairão as esperanças depositadas na floração daquela independência, como na das liberdades apregoadas, designadamente em matéria religiosa. A União Indiana seria bem avisada se deixasse para o momento dessa suprema escolha o prosseguimento de uma política a que, mesmo à parte os agravos ao direito, falta no momento presente lógica e justiça.

Se a algum pais ocidental pode a Índia estender sem receio a mão em território contíguo ao seu próprio território; se alguém pode, sem fazer agravo ou sombra,

XIV. Goa'e a União Indiana

nem constituir fonte de dissídios ou perigos, representar a luz do Ocidente em terras orientais, esse país é Portugal. As campanhas de ódio de que partem os actos hostis à soberania portuguesa são na União Indiana uma arma de pequena política, de modo algum séria razão de Estado. E é por isto que, mesmo nestes momentos, me custa abandonar toda a esperança e a confiança que tenho depositado na clarividência dos supremos responsáveis pela direcção daquele país.

V.

Neste lamentável conflito que a União Indiana nos impõe temos sem dúvida a razão do nosso lado. Para saná-lo, para evitar que chegue às últimas consequências, o Governo tem lançado incansàvelmente mão de todos os meios — políticos, diplomáticos, militares — de que pode dispor, sem se arredar da prudência que as circunstâncias lhe impõem e da linha de dignidade exigida pela justiça da causa e pelo carácter sagrado de nosso direito.

A reacção internacional revela compreensão e simpatia: em numerosos países a questão é seguida com o maior interesse, mais por amor da justiça e pelo prestígio do direito do que pelo peso dos interesses materiais em causa. As provas de apoio e carinho, vindas daqui e dalém, e não só dos países em que existem vínculos políticos especiais que os expliquem, como são os casos do Brasil, da Inglaterra ou da Espanha, representam que, no abatimento actual, há, apesar de tudo, fortes solidariedades morais que despertam, mal se enxerga a iminência de perigos comuns.

Em tão grave emergência tudo, pois, se tem mobilizado, menos a consciência da Nação. Essa irrompeu espontânea, fremente, desde o primeiro momento, com vibrações que não lhe conhecíamos, mas sabíamos existirem no fundo da alma portuguesa. A pequena Índia vive no coração de Portugal e nunca tão forte unanimidade se revelou entre todos os Portugueses como quando pressentiram que podia correr perigo. De toda a parte, do Ultramar e de países estrangeiros, chega-nos o mesmo apelo, o mesmo grito: guardar-se Goa, com os haveres, as armas, os peitos, os novos e os velhos, as orações e os sacrifícios, como o mais caro tesouro da família e da história lusiada. Penso não haver um português que não compartilhe deste sentimento e não vibre, sejam quais forem as suas divergências ideológicas ou políticas, com uma questão que é, em verdade, uma questão nacional.

Quando grandes nações se dispõem a arrastar os pequenos povos para tão graves conjunturas, de muitos lados se ouvem apelos à necessidade de ser realista. Sem dúvida, o realismo é uma saudável e equilibrada atitude do espírito, mas aplica-se às coisas e aos factos e não ao domínio moral. O direito permanece o direito, mesmo que não haja força bastante para impô-lo ou que razões geográficas impeçam o seu uso em toda a plenitude; o dever permanece dever, mesmo quando cumpri-lo represente um sacrifício inútil na escala corrente dos valores.

Nós seremos realistas em compreender que a União Indiana pode, quando se coloque à margem da moral e do direito, tornar pràticamente incomportável a vida nos minúsculos territórios portugueses: tem por ela a superioridade da iniciativa, a

proximidade, a sua própria grandeza e força material. Mas a União Indiana será por seu lado realista, se tiver em conta a reprovação da consciência geral. Será realista, se vir claro que os seus legítimos interesses de Estado vizinho são conciliáveis com a existência de Goa, e muitos prejudicará sem remédio ali e noutros pontos se a desconhecer. Será ainda realista, se compreender que não há do nosso lado o capricho de um governo, mas o inequívoco imperativo de uma Nação que considera dever à dignidade denunciar os agravos ao direito e defender o seu território. Correu já sangue na Índia? A Índia conhece bem o sangue português — no mar e em terra, nas veias, nas almas.

XV. O CASO DE GOA (1)

I. Goa e a União Indiana; II. Goa e o Mundo; III. Goa e o Cristianismo na Ásia; IV. Goa e Nós Próprios; V. Goa e o Futuro

Senhor Presidente:

A Câmara desejará ser informada, por declaração directa do Governo, acerca da questão de Goa, ou seja, do conjunto de problemas suscitados pelas pretensões da União Indiana à integração, debaixo da sua soberania, do Estado Português da Índia. São conhecidos os principais factos e mesmo as posições fundamentais e atitudes assumidas pelos dois governos. Não cansarei a Assembleia com o seu relato nem repetirei o que em declarações anteriores pude dizer dos principais aspectos, políticos e jurídicos, desta questão.

Depois dessas minhas declarações, porém, verificaram-se e estão decorrendo factos da maior gravidade relativamente aos territórios portugueses; nota-se excepcional virulência em campanhas conduzidas por elementos mais ou menos responsáveis da política e da imprensa da União Indiana; desenvolve-se toda uma teoria de reclamações e protestos infundados, ao mesmo tempo que chegam a desconcertar as respostas às queixas por nós apresentadas contra a violação de direitos que se suporiam por toda a parte reconhecidos e respeitados; conhece-se a reacção internacional a este propósito: estamos talvez em condições de formar um juízo acerca da situação, nascendo a minha dúvida apenas da dificuldade de pôr de acordo, à face da lógica ocidental, o pensamento, as afirmações e os actos do Primeiro-Ministro da União Indiana e do seu governo.

I. GOA E A UNIÃO INDIANA

Duas posições parecem nítidas e incontestadas do lado da União: a primeira é a afirmação do direito da União Indiana a que o Estado da Índia se integre nos seus territórios; a segunda é que a mesma integração há-de fazer-se por meios pacíficos, sem recurso, portanto, à violência. A integração de Goa na soberania de Nova Deli não é uma perspectiva ou antevisão da evolução histórica: representa um objectivo político que os actuais governantes supõem dever realizar em cumprimento da sua missão. Mas para que um objectivo político em que tão visceralmente se encontra envolvida uma soberania estrangeira possa vir a realizar-se sem violência, é neces-

Discurso proferido, em 30 de Novembro de 1954, na Assembleia Nacional.

sário que uma de duas circunstâncias se verifique: a possibilidade, jurídica e de facto, de essa soberania ser espontâneamente abandonada ou a existência de uma vontade unânime, firme, irrefragável do povo goês, que tornasse impossível o exercício do poder público em Goa. Estas são as principais ilusões sobre que as construções político-jurídicas da União Indiana têm procurado erguer-se, sem consistência, porém, para se manterem erguidas.

O pretenso direito da União Indiana a Goa têm-no baseado os seus defensores na geografia, na história, na identidade de raça, língua e cultura, no princípio da autodeterminação dos povos, ou seja, na vontade dos goeses, e um ou outro no marcado desnível de grandeza ou de força que legitimaria o acto de o mais forte ir alargando, à custa de pequenos Estados, a área dos seus territórios. Esta última tese não é mesmo de discutir; vejamos as restantes.

Nunca a geografia legitimou direitos soberanos, nem mesmo, como é claramente visível, na península do Indostão. Apesar da influência que os factores geográficos exercem na história da humanidade, através de dois elementos fundamentais — as possibilidades de vida e as facilidades de defesa do agregado social —, são sempre os factos históricos e não a configuração geográfica que definem fronteiras, estabelecem direitos, impõem soberanias. E este é o caso português da Índia.

Pretender a União Indiana que retroceda a história ao século de 500; apresentar-se hoje como existente potencialmente nessa data, ou arvorar-se em legítima herdeira dos dominadores que ali encontrámos, é uma construção de sonhadores estáticos, não de dinâmicos construtores de história, como pretendem ser os que do Reino Unido receberam um Império. Se houvéssemos de aferir a legitimidade das soberanias pelas situações existentes cinco séculos atrás, que Estado, que Nação, que soberania, que fronteiras, na Europa, na América, na Ásia ou na Oceânia, se poderiam manter ou ter direito a existir? Que revisão apocalíptica, ou que ordenamento catastrófico não seria necessário? Quantos séculos viriam a exigir-se para a consolidação de tratados, a delimitação de fronteiras, a estratificação de entendimentos e formas de convivência entre os povos? — Referem-se estas teses, não pelo seu perigo imediato para o mundo, mas pelo delírio da sua própria extravagância.

Fala-se hoje muito na autodeterminação dos povos, como corolário do direito natural de os agregados humanos dirigirem por si os seus próprios destinos. Fora da afirmação solene de princípios, tanto em moda no fecho das conferências internacionais, aquela invocação aparece-nos feita a maior parte das vezes ao sabor de intuitos políticos ou necessidades de ocasião, e portanto sem o rigor correspondente à transcendente dificuldade do assunto. O nosso exemplo pode talvez ilustrar esta.

Em virtude da orientação que tomaram o nosso desenvolvimento e agência no mundo, adveio que a Nação Portuguesa se formou, complexa na sua estrutura, dispersa nos seus territórios, diversificada nos povos que a constituem, sem prejuízo,

XV. O Caso de Goa

antes com bem vincada afirmação de uma unidade nacional, intencionalmente prosseguida e consolidada pelo esforço de muitas gerações. Nestas circunstâncias, Portugal não pode, com a ligeireza corrente, professar princípios que seriam agentes de dissociação e de quebra da sua integridade — no fundo a negação de si próprio, sem vantagens visíveis mais que para terceiros (porque há sempre neste mundo vário quem esteja disposto a colher os frutos das tolas filosofias alheias). Esta prudente reserva não quer, no entanto, dizer que não haja no aludido princípio uma parte de justiça e de razão.

De facto, quando um povo, pela sua base territorial e desenvolvimento demográfico, pelos laços e produtos do sangue, por essa misteriosa criação de uma alma colectiva, representa profunda diferenciação, senão antinomia de interesses, e atinge, pela existência de um largo escol responsável, o que se pode chamar a maturidade política — a autodeterminação traduz-se pela constituição reconhecida de um novo Estado independente. Não negamos, pois, o facto nem o princípio, e quem aceitou, depois de três séculos de íntima história comum, a separação amigável e passou a rever-se na independência do Brasil, pode bem discutir problemas desta ordem.

Mas é este o caso de Goá? Adiante me referirei ao ponto com mais desenvolvimento. Aqui apenas observo que o princípio não só é mal invocado, como de modo algum pode sê-lo pela União Indiana. Em primeiro lugar, o Governo da União não pretende a independência do Estado Português da índia, mas a integração dos territórios no seu próprio território, a fusão das populações na sua massa de população. Em segundo lugar, todos poderão aceitar o princípio de autodeterminação dos povos, menos a União Indiana. Quando esse princípio pudesse ser pacificamente invocado e receber satisfação, a União Indiana voltaria ràpidamente à poeira de Estados e soberanias e à simples expressão geográfica que, através dos tempos, quase sempre fora. Goa seria ainda Portugal e já as numerosas raças, línguas e religiões do Indostão haviam de constituir bases de edificações políticas muito mais diferenciadas que as nossas províncias ultramarinas.

Isto me leva à consideração das últimas razões invocadas do lado da União Indiana. Dos numerosos discursos feitos no Parlamento de Nova Deli e das declarações a agrupamentos políticos deduz-se que, ao princípio destes lamentáveis incidentes, os dirigentes da União Indiana pareciam estar convencidos, como de duas evidências, do seguinte: inexistência de qualquer diferenciação de Goa em relação à Índia; vontade dos goeses de deixarem de ser súbditos inferiorizados de uma potência colonial, para se converterem em cidadãos de um Estado soberano. Essas populações, amputadas da mãe-Índia, não teriam recebido, com a mistura de sangue, a influência de uma cultura e a cristianização do maior número, os benefícios de uma elevação social e de uma categorização política. Continuariam párias na sua própria terra, dominada ainda por estranhos, insensíveis e parados ante o movimento da história. Assim, o caso afigurara-se, em precipitado simplismo, como libertação de concidadãos e pura questão de política interna.

Os factos posteriormente verificados, as alegações produzidas, a observação porventura mais cuidadosa levaram, porém, o Primeiro-Ministro, Sr. Nehru, às

seguintes posições, que consideramos benefícios adquiridos em relação aos seus modos de ver anteriores:

- Goa constitui de facto uma unidade cultural, linguística, racial, diferenciada socialmente da União Indiana pela sua ocidentalização; e essas características diferenciais têm de ser respeitadas e mantidas;
- a questão de Goa não é de modo algum questão interna da União, mas questão de política externa, por contender com uma soberania legítima estrangeira, sempre reconhecida como tal e garantida por tratados internacionais.

Nós consideramos estas duas atitudes como posições-mestras na questão, das quais muitas conclusões se hão-de tirar, e a primeira é já que a «falta de liberdades democráticas em Goa» não tem de ser rebatida por nós quando alegada pela União Indiana. Podiamos confrontar constituições, textos de lei, práticas de vida, mas não são questões que em princípio possamos discutir com potências estrangeiras a nossa organização política e as prerrogativas dos cidadãos portugueses. Isto é simples consequência da não intervenção de um Estado na vida interna de outro, tão solenemente afirmada pela União Indiana no acordo do Tibete.

O desejo, porém, de nada deixar por esclarecer nesta matéria induz-me a aceitar por momentos a discussão sobre o problema de saber se a falta de certa liberdade em Goa prejudica a prova de uma asserção da União Indiana.

Nós afirmamos o seguinte: Goa encontra-se ligada, sentimental e patriòticamente, a Portugal, e os goeses não têm mostrado preferir a recente soberania indiana à do velho País que teve, pelo menos, o mérito de, em recuados tempos, abrir à Índia os caminhos marítimos do mundo e pô-la em contacto com a civilização ocidental. Do lado oposto afirma-se que, se Goa não se tem levantado a favor da sua integração na União Indiana, é que não tem liberdade para isso.

Decido não fugir ao argumento e respondo.

É perfeitamente exacto que no Estado Português da Índia não podem os cidadãos portugueses, sem incorrer em responsabilidade, manifestar públicamente preferência pela sua ligação à União Indiana e agir em conformidade com qualquer intento desse género. É assim em Goa; é assim em Portugal inteiro; é assim em todo o mundo, porque a cidadania não é objecto de escolha, mas dever natural de que cada um não pode libertar-se à sua vontade, negando-se à pátria. É assim também na União Indiana, com a estranha agravante de, ao contrário do admitido nos povos civilizados, não poderem ali os goeses manifestar sem risco o seu desejo de que continue portuguesa a sua terra.

Este o direito ou a negação dele; mas os factos, só os factos, também não permitem a dedução de que os goeses escolheriam como seu futuro a anexação de Goa à União Indiana. Há goeses em território português, há goeses em territórios da União, e muitos sob outras soberanias que não podemos influenciar. E o comportamento da grande massa, por toda a parte, é idêntico — de fidelidade à Nação Portuguesa. Nem as pressões materiais e morais exercidas na mesma União Indiana,

XV. O Caso de Goa

nem as mil formas de captação ou aliciamento que estão sendo usadas fora dela — como no Quénia, no Tanganhica, no Pasquistão — têm conseguido demover estes portugueses de confessar o seu portuguesismo. Eu quero deixar aqui uma palavra de comovida admiração pela fidelidade patriótica de que têm dado provas, por vezes em bem difíceis circunstâncias, tantos homens, a muitos dos quais Portugal dá apenas a honra de um nome e o prestígio de uma História. A atitude destes homens permite-me reduzir a nada a importância do argumento da União de que não há em Goa liberdade para que os goeses se manifestem a seu favor. Mas há essa liberdade na União Indiana, e esta não tem sido suficiente para converter à sua causa a centena de milhares de goeses que aí angariam a vida.

•

Penso ter analisado com inteira objectividade os fundamentos em que se baseiam as pretensões da União Indiana. Espero agora examinar com a mesma objectividade, nos seus desenvolvimentos efectivos, o método da «não violência» aplicado à consecução dos fins que a União se propõe. Gostaria de poder determinar a essência ou conteúdo daquele conceito estranho e confrontá-lo com os deveres jurídicos que à União incumbem como membro da sociedade internacional.

O pacifismo, a neutralidade e a «não violência» pretende a União Indiana que definam internacionalmente a sua orientação externa. A União tem a consciência de haver conquistado no mundo com o pacifismo uma fama útil: ela é o seu bordão, o seu arrimo, a fonte das suas múltiplas intervenções nos negócios alheios e do prestígio dos seus mais altos dirigentes. É-lhe essencial não destruir esse mito, mas também é necessário que esse mito a não estorve nas suas ambições, para o que, fazendo apelo ao fundo da raça e aos ensinamentos de alguns doutrinadores, criou, também para uso externo, o mito da «não violência». Não podemos duvidar de que o método nos é aplicado com toda a sua pureza, visto que, segundo declaração do Primeiro-Ministro do Estado ou Província de Bombaim, a política em relação a Goa representa um bom teste — é o caso típico, o padrão, a demonstração cabal dos métodos especiais indianos na condução dos negócios internacionais (declaração ao correspondente de *Christian Science Monitor* de 23 de Julho de 1954).

Factos. Em 21 de Julho, bandos constituídos por cidadãos da União Indiana, partidos desse Estado, muitos com armas de guerra, e enquadrados por forças regulares da polícia e parece que das tropas de reserva da União, semifardados ou em traje civil, assaltaram o enclave de Dadrá, dominando, depois de alguma luta, de que resultaram mortos e feridos, a pequena força policial de que ali se dispunha. Dias depois o mesmo processo foi empregado, com forças mais numerosas, noutro enclave — o de Nagar Aveli — em que a resistência local pôde ser prolongada por bastantes dias, sendo os agentes da nossa administração aprisionados na fronteira, quando parlamentavam com as autoridades indianas.

Para estas operações, a União Indiana preparou prèviamente as condições de êxito, não permitindo do bastante tempo antes o reforço das pequenas quarnições

locais e cercando Damão, de onde poderia ser enviado esse reforço, com tão numerosos efectivos que temos de considera los desproporcionados à simples vigilância da fronteira. Esses elementos, sucessivamente reforçados, mantêm ainda o cerco, o que significa garantir a União com forças suas a situação criada nos territórios portugueses, pois que sistemàticamente recusa a Portugal a passagem para que agentes regulares restabeleçam a ordem.

Não se sabe precisamente quem é ou quem representa nos enclaves a autoridade; sabe-se, no entanto, que para a União são encaminhados os dinheiros públicos percebidos e altos funcionários seus vigiam e se arrogam a chefia de serviços que, aliás, não funcionam. De facto não há ordem, nem justiça, nem autoridade geralmente obedecida: há o caos na administração; há a insegurança pública, o regime de terror, a miséria na vida privada.

Este é o resumo dos factos, tal como os posso extractar dos relatórios oficiais e das informações colhidas. Não podemos duvidar da sua exactidão substancial, desde que se encontram em território português alguns dos que intervieram, resistindo, nos actos de que resultou o esbulho da soberania portuguesa. Evidentemente que farei as correcções que forem devidas, desde que uma observação directa possa ser eita por qualquer dos métodos oportunamente sugeridos pelo Governo português. Na verdade, em face da situação criada, o Governo solicitou da União:

- que fosse permitida a passagem de forças portuguesas para restabelecer a ordem nos territórios: recusado;
- que fosse autorizada a passagem de delegados desarmados das autoridades de Damão, para ao menos investigarem o que se estava passando e poderem informar das necessidades das populações: recusado;
- que fosse admitida a observação dos factos de violação ocorridos nos enclaves e territórios limítrofes por observadores internacionais. Aceites em princípio conversações para negociar a ida de observadores internacionais que verificassem toda a situação no Estado português da Índia, enquadramento especioso da proposta portuguesa nas teias de aranha de negociações indefinidas no objecto e ilimitadas no tempo: práticamente recusado;
- que fosse, ao menos, permitida a ida de observadores internacionais escolhidos pelo Governo português para examinarem a situação em Dadrá e Nagar Aveli: recusado.

Não analiso as alegações em que se basearam as recusas. Estas são apenas filhas da obstinação e da presunção da força que, cansada de apresentar razões inválidas, desiste mesmo, em certo momento, de se justificar. Nós compreendemos aliás muito bem por que têm de ser mantidos sob rigoroso sequestro, e longe de vistas importunas, os referidos territórios, cujos habitantes anseiam por que se encontre solução para libertá-los da miserável situação em que se encontram.

Até aqui o que se refere aos enclaves. No que respeita às relações entre a União Indiana e Goa, Damão e Diu, territórios contíguos à União, mas servidos pelo mar,

XV. O Caso de Goa

os esforços de integração pelo processo da «não violência», têm-se desenvolvido pelos meios seguintes:

- bloqueio com a prática proibição do comércio entre a União e os territórios portugueses;
- apoio oficial às decisões impostas pelos extremistas às organizações sindicais dos portos da União, para tentarem alargar o bloqueio em relação a terceiros países, recusando serviços aos navios que demandem Goa;
- recusa de autorização para o trânsito das pessoas entre os territórios encravados e os restantes territórios portugueses; dificuldades administrativas, roçando pela recusa total, à passagem ou trânsito de estrangeiros ou nacionais dos dois países em qualquer sentido;
- dificultação ou recusa de transferência das economias dos goeses que trabalham na União Indiana para as famílias residentes em Goa;
- demora abusiva e censura da correspondência proveniente ou em trânsito pela União;
- actos de abordagem e mesmo de pirataria contra barcos de pesca ou de comércio por barcos dos serviços da União;
- preparação e alistamento de grupos, pequenos à falta de gente para serem grandes, constituídos por «satiagrais» — método de perturbação da ordem pública muito usado na União Indiana e aí severamente reprimido, e que entre nós nem mesmo podia lograr compreensão para a parte do sacrifício pessoal que a oferta do «satiagra» envolve, desde que se verifica não se tratar de rasgos espontâneos e actos gratuitos, mas promovidos, encomendados e pagos a tanto por «mártir».

O Primeiro Ministro da União declarou em certo momento não ser permitida aos não goeses a saída do território para manifestações daquele genero. Que a decisão foi alguma vez cumprida deduz-se da intervenção que tiveram nalguns ajuntamentos da fronteira comum as autoridades da União Indiana. Que a ordem não é absoluta ou rigorosa depreende-se do facto de boa parte dos indivíduos presos em Goa não terem a nacionalidade portuguesa.

Temos assim duas ordens de situações e portanto duas ordens de problemas — os derivados da existência de territórios encravados na União e as suas relações com o Estado soberano, e os problemas e relações de simples vizinhança entre a União Indiana e os territórios contíguos do Estado português da Índia. Num e noutro caso a política seguida é confessadamente a da «não violência».

É bastante difícil a um cérebro ocidental classificar dessa forma os factos ocorridos nos enclaves, quando se verificou a intervenção de forças armadas da União Indiana, comandadas pelos seus chefes; o fornecimento de armas de guerra e de outros meios de invasão; actos agressivos, com mortos, feridos e prisioneiros, e o impedimento, pela força, ostensivamente postada na fronteira, do exercício do poder legítimo. E quanto a todos os outros actos que se destinam a estiolar pela

fome ou a perder por eventual revolta os habitantes dos territórios vizinhos, deduz-se que a «não violência» se concilia com o desrespeito das leis e dos tratados, a violação das imposições do direito natural, o desconhecimento dos simples deveres de humanidade, a inteira ausência de cooperação entre os povos, e abrange, por outro lado, todo o comportamento hostil, sem limitações jurídicas ou morais, contra as pessoas, as famílias, os povos e direitos de umas e de outros. Numa palavra, a «não violência» compreende tudo ou é susceptível de tudo compreender, menos a guerra, declarada pelos governos e conduzida pelos exércitos. Suponho não exagerar, e em matéria tão delicada, dadas as conclusões a que chego, gostaria de ver com exactidão.

Ponho agora o problema: tem a União Indiana o direito de se comportar como comporta? Pode legitimamente prosseguir uma política que, embora chamada de «não violência», se define como deixei dito? A minha resposta é negativa e desenvolve-se como segue: desde que a União Indiana pretende constituir um elemento da sociedade internacional e designadamente faz parte das Nações Unidas, cujos princípios se obrigou a aplicar e defender, já não são as suas aliás abstrusas noções que ela pode impor arbitràriamente ao mundo, mas os conceitos e as normas de convivência dessa sociedade que é obrigada a seguir e a respeitar.

Parece julgar-se na União Indiana que não há enclaves na terra mais que Dadrá e Nagar Aveli. A existência de enclaves de que há numerosos exemplos — a própria União Indiana possuía um nos territórios de Haiderabade antes de anexar esse Estado pela força — não é mais que a aplicação ou extensão do caso dos Estados interiores, tão legitimamente independentes como os outros e tão reconhecidamente soberanos como os Estados com ligação directa para o mar livre. Mesmo que as situações não tenham sido expressamente definidas e asseguradas por tratados, o direito internacional garante plenamente a esses Estados, como inerente ao direito de viver, o direito de se governarem, de trabalharem, de comerciarem com o exterior. Nunca ocorreu que, em aplicação de um regime de paz, a Suíça, o Luxemburgo, a Checoslováquia possam ser privados da possibilidade de manter relações comerciais através dos países limitrofes, receber desses e dos outros mercadorias, energia, pessoas que desejam deslocar-se; nem nunca alquém ousou defender a tese de que, para acabar com a categoria de Estados interiores, se deve reconhecer às potências limitrofes anexá-los pela força ou pela «pacífica não violência» da União Indiana.

Não se nega que a existência de enclaves pode constituir fonte de algumas dificuldades para uma ou outra administração: as situações são, porém, análogas e os problemas que suscitam da mesma índole dos dos Estados interiores. É tal a força do princípio do direito natural — a possibilidade de ser exercido um direito que se reconhece — que na prática nunca se houveram por possíveis mais que duas atitudes — ou negar a soberania ou reconhecê-la com o reconhecimento implícito do direito de passagem aos agentes da autoridade legítima, para o fim de se assegurarem as condições de vida legal e a satisfação das necessidades das populações. Só a União Indiana tenta abrir um terceiro caminho, e por isso se encontra na posição

XV. O Caso de Goa

indefensável e única de nem poder anexar os enclaves para não comprovar um acto de guerra contra a soberania que ela própria reconhece, nem deixá-los viver sob a única soberania legítima e possível — a soberania portuguesa. A União não recebeu só territórios, autoridade, interesses, direitos; herdou também as situações jurídicas e de facto, preexistentes à independência, e que a Inglaterra reconhecia: não podia alterar unilateralmente e a quem lhe sucedeu cumpre fielmente respeitar.

As relações de boa vizinhança consagradas no preâmbulo da Carta das Nações Unidas impõem igualmente à União Indiana, em face de Goa, não só a abstenção dos actos inamigáveis e hostis que ilegitimamente inclui na sua política de «não violência», mas a prática de actos positivos de convivência e colaboração. Eu não podia exprimir-me melhor a este respeito do que o próprio Sr. Nehru quando afirmou recentemente no seu discurso de Pequim: «a paz não é só a ausência da guerra; a paz é positiva e só existe verdadeiramente numa atmosfera de cooperação entre as nações». Para não se poder afirmar que o Primeiro Ministro só pensa com correcção nos domínios do universal, esperemos que rectifique no pensamento e na acção os seus conceitos de não violência, de paz, de boa vizinhança e cooperação fraterna, conceitos que tem mobilizado contra Portugal, mas repugnam à consciência do mundo civilizado a que deseja pertencer.

II. GOA E O MUNDO

Através das ameaças e actos agressivos de que tem sido objecto e vítima, Goa atraiu durante os últimos meses a atenção e despertou por toda a parte um movimento de ansiedade. E, apesar de serem pràticamente ilimitados os meios de propaganda de que a União dispõe e intensa a sua actividade, ela não pôde evitar que uma consciência geral se formasse, condenatória dos seus métodos de pressão e criminosas agressões: o governo da União Indiana comprometeu e desacreditou connosco o seu pacifismo e a sua política de «não violência».

Em quase todos os países onde há possibilidades de uma expressão pública, o caso de Goa foi acompanhado e discutido: nos países comunistas, muito compreensivelmente, com inteiro apoio às pretensões da União Indiana; em Estados recém-constituídos, presos ainda de preocupações e receios, com a circunspecção e prudência que lhes impõem aparentes analogias, a viveza das suas próprias pretensões, a memória de lutas recentes; mas nas outras nações que usufruem estabilidade de vida política e reconhecem o valor do direito nas relações internacionais, Portugal pôde contar com simpatia para as queixas e apoio para a sua causa. As atitudes ou declarações que em Nova Deli pretenderam diminuir o número e valor das intervenções e diligências diplomáticas efectuadas, como o âmbito e significação de garantias e tratados, não obtiveram eco na opinião informada.

Evidentemente o Governo não podia ter a pretensão — nem era esse o intuito do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros — de obter de todos os outros governos que tomassem partido sobre o mérito da causa. Mas, no cansaço da desordem e das

violações, pela força, dos direitos alheios, a generalidade dos Estados pôde formular um voto de que a União Indiana se sustivesse no caminho da agressão, permitisse a verificação dos factos por olhos imparciais e procurasse dirimir quaisquer diferendos por meios pacíficos. Esta a posição dos governos e nenhuma outra mais precisa ou mais avançada se poderia ambicionar. Alguns, porém, foram mais além. Se os não cito, é que receio ser injusto na apreciação ou incorrecto no esquecimento, referindo-me especialmente a alguns e ainda que me limitasse aos que nos estão mais ligados pela contiguidade ou vizinhança na Península ou em África, pelos laços de parentesco e família ou relações políticas especiais.

Passou e sofreu a França dificuldades semelhantes e os acontecimentos seguiram quanto a ela orientações diversas; não podemos, porém, esquecer a elegância com que, durante negociações difíceis e designadamente no seu fecho, o governo francês se empenhou em vincar a diferença de condições que não lhe permitiam resistir à União nem a esta tirar do acordo efectuado argumento contra nós.

Fora das chancelarias e esferas governamentais, na imprensa e entre os homens de estudo, a questão de Goa foi geralmente compreendida e acompanhada na sua relevância jurídica, valor histórico e simbólica representação do esforço do Ocidente em alargar as fronteiras do mundo para benefício comum da humanidade. Muitos se manifestaram contra as cedências sucessivas e as capitulações ante forças que estão longe de ter demonstrado a sua superioridade em qualquer campo, e sustentam que, se a Portugal se deve ter erquido em Goa o glorioso padrão de uma das majores viragens da história, é falho de sentido e de justica que se lho arranque das mãos. Mas esta razão é uma razão política sem presa no espírito dos dirigentes da União Indiana, pois precisamente pensam que está no facto a origem das grandes infelicidades da Índia na época moderna. Não significa outra coisa a campanha em que se acusa o Estado português da Índia de ser um anacronismo histórico e uma expressão de colonialismo. Tais acusações não têm fundamento no caso de Goa, mas o mundo mostra-se extraordinariamente sensível a essas grandes frases, e nós vemo-nos obrigados a parar uns momentos para lhes dar atenção.

Eu confesso grande medo aos ideólogos que, afeitos às abstracções e concepções geométricas, pretendem refazer séculos de história nas suas mesas de trabalho. O que é um anacronismo histórico? A vida dos povos é cheia de estruturações do passado e delicados germes do futuro, que pouco a pouco se desenvolvem, sem haver regra ou momento preciso que fixe as mutações na carta política do mundo. Por isso esta se apresenta em cada momento recheada de ilogismos e anacronismos que as vicissitudes históricas criaram e a prudência aconselha a respeitar.

Para começar por nós próprios: Portugal separou-se dos outros Estados da Península e tem noutros continentes elementos estruturais da Nação: um ilogismo quanto a alegados imperativos da geografia. A Suíça formou-se de alemães, franceses e italianos, que conservam os idiomas originais: um ilogismo quanto à língua. Os Magiares ocupam há mil anos a Hungria, no seio de uma Europa linguística e racialmente

XV. O Caso de Goa

diferente: um ilogismo quanto à raça. E assim sucessivamente. Em que é que a existência de um povo de cultura ocidental no Indostão e fazendo parte de uma Nação europeia pode repugnar mais à inteligência que os outros ilogismos citados? Não. A alegação de ilogismo ou anacronismo histórico não tem sentido senão quando se lhe empresta o significado pejorativo de colonialismo. Existe então este no Estado Português da Índia? Eu já demonstrei o contrário na minha exposição de 12 de Abril e nenhum dos factos em que me baseei pode ser contestado.

O colonialismo exige essencialmente o desnível das raças e das culturas, um objectivo de exploração económica servido pela dominação política, a qual geralmente se exprime pela diferenciação entre o cidadão e o súbdito. Não há colonialismo onde nenhum benefício estratégico, económico ou financeiro se tira e o orçamento metropolitano suporta ainda pesado encargo com a manutenção dos serviços. Não é possível conceber estatuto ou condição de colónia quando é semelhante o nível de vida, idêntica a cultura, indiferenciado o direito público, igual a posição dos indivíduos perante as instituições e as leis. Não pode haver colonialismo onde o povo faz parte integrante da Nação, onde os cidadãos colaboram activamente na formação do Estado, em termos de igualdade com todos os mais, onde os indivíduos exercem funções públicas e se movem e trabalham no conjunto dos territórios.

E tudo isto não de agora, estabelecido ou legislado à pressa, mas cimentado pelos séculos, quase podemos dizer desde sempre. O caso é talvez extraordinário e surpreende pela sua peculiaridade; mas se o mundo está sendo perturbado na justa visão das coisas por afirmações superficiais e destituídas de exactidão, nós temos de continuar a insistir em que uma consideração mais objectiva e atenta seja dada, fora da poeira das discussões, ao caso da Índia Portuguesa.

III. GOA E O CRISTIANISMO NA ÁSIA

O Primeiro Ministro da União Indiana, num seu discurso de 26 de Agosto no Conselho de Estado, acusou o Governo Português de tentar envolver a Igreja Católica no problema político de Goa, e a mim pessoalmente de estar mal-servindo o catolicismo na Índia, porquanto, por aquele modo, o associava ao colonialismo. O Pândita Nehru não está bem informado dos factos e daí talvez a errada conclusão a que chegou.

Tenho escrupulosamente evitado em toda a minha vida pública misturar a religião com a política ou, o que é o mesmo, fazer política com a religião. Isso não me impede a convicção de que há efectivamente problemas de ordem religiosa na Índia; estes nascem, porém, dos factos e do condicionalismo em que se desenrolam na União Indiana, não das nossas atitudes. A acusação acima obriga-me por isso a algumas explicações.

É em face de um perigo não imaginário, mas real e profundamente sentido, que o Governo da União se tem visto obrigado, com escassos resultados aliás, a sossegar a consciência católica de Goa: ora lhe promete com solenidade as mesmas liberdades que estão consignadas na Constituição; ora exalta as mais eminentes digni-

dades do clero católico por interporem no caso a sua confiante autoridade e declararem a sua satisfação com o regime que usufruem; ora acredita e ostenta em altas missões oficiais no estrangeiro personalidades categorizadas do clero e da Acção Católica indiana. Se uns e outros, como cidadãos, servem a União, fazem o que devem; se, como católicos, agem contra a presença de Portugal em Goa fazem o que não lhes é lícito e de que em boa consciência deviam abster-se. Exactamente porque Portugal não faz assentar na religião a legitimidade da sua posição política em Goa, apesar de certa bula papal que traz intrigado o Pândita Nehru, tem o direito de lamentar a atitude assumida contra os seus legítimos direitos, em restritos sectores católicos. E por isso os denuncia.

A generalidade dos depoimentos que me foi dado ler e em que o conflito com a União Indiana foi visto à luz de conveniências religiosas e contra Portugal, nascem, além do referido, de duas fontes: dos católicos progressistas e de certos meios da *Propaganda Fide.* Sabe-se o que são os primeiros: católicos que se deram à missão de baptizar o comunismo. Assim como Roma convertera os Bárbaros e moldara espiritualmente as novas sociedades cristãs, também a Igreja deverá agora abrir os braços e conciliar-se com o comunismo, metendo-o no seu seio ou a si no seio dele, para criar a sociedade futura: a verdade política e social adviria do comunismo; a verdade relipiosa defini-la-ia a Igreja, dentro dos limites consentidos por aquele. Não discuto: noto para dizer que não estranho a atitude hostil para com Portugal. Já o caso da *Propaganda Fide* — e considero as pessoas que nela trabalham e nos seus colégios se formam e nos seus métodos se educam — merece mais largo comentário.

Trezentos anos de incidentes e irritantes discussões leva a Propaganda a mostrar a sua má vontade a Portugal e ao Padroado Português do Oriente, privilégio outorgado pela mesma Igreja em cujo seio e para cujo desenvolvimento a Propaganda trabalha: mais realista que o rei, mais papista que o papa. A luta tem sido sobretudo desagradável, e devemos confessar que a evolução das circunstâncias até agora ajudou a dar às pretensões daquela quase completa satisfação: o Padroado é uma sombra do que fora e nos territórios onde existiu viceja sem a nossa concorrência a árvore da Propaganda.

Examinadas as coisas no fundo, bem no fundo delas próprias, vemos nesta luta tenaz, além daquela triste parte humana com que sempre tendemos a macular a obra divina, dois factores: insuficiente conhecimento da acção do Padroado Português a missionar os povos, no que alguma culpa teremos, e uma diferença de critérios, aliás perfeitamente admissível, acerca da orientação da obra missionária no mundo. Eu creio ter notado, quando da exposição missionária de Lisboa e no que acerca dela se escreveu em Roma, uma admiração sincera — embora um pouco tardia — por uma obra cuja pujança e brilho e pureza e desinteresse não escaparam a ninguém: por toda a parte aonde o português chegou, implantou a árvore da cruz e ela aí se radicou e cresceu, e mantém viva e na vida fiel a Roma. Que interesse tivemos? Que lográmos com os dinheiros despendidos, os esforços empregados, as fomes, as misérias, os maus climas, as navegações ousadas, as lutas em terras longinguas, os martírios que sofremos — que lucrámos? Trabalhar na extensão do reino

XV. O Caso de Goa

de Deus e com ele na elevação dos homens de todas as raças a maior espiritualidade de vida e fraternidade cristã.

A Propaganda tem os seus métodos de acção, filhos de certa interpretação dos factos políticos, ou seja, de uma certa concepção política. E nós temos outra. Mas a diferença de critérios não legitima uma hostilidade.

A Propaganda pode comparar-se a um grande exército, servido por um quartel general, de comando concentrado e gozando na Igreja de inteira liberdade de acção. A independência em relação aos governos ou a outras autoridades religiosas parece-lhe essencial, em qualquer caso considera-a útil. Por nossa parte, trabalhamos no Oriente — como trabalhamos em todas as outras Provincias do Ultramar — enquadradas as missões na divisão tradicional diocesana, o que está mais de acordo com este jeito do português de reproduzir nas terras distantes as instituições, as artes, formas de vida e costumes que deixou na mãe pátria. Que o nosso sistema não possa desenvolver-se e frutificar sem um mínino de relações e colaboração dos governos que exercem a soberania é evidente, ainda, quando, como no regime português, o Estado não é confessional, não há união com a Igreja, mas apenas separação concordada.

Tocamos agora, senão o fundo, um dos aspectos mais sérios do problema.

Em face dos nacionalismos que irrompem frementes na Ásia e em África contra as soberanias e as posições que a Europa não cessa de abandonar, a Propaganda entende que deve tentar salvar a sua obra, dessolidarizando-se dos Estados, e por outro lado fazendo tanto quanto possível o recrutamento do clero entre os convertidos locais: independência política e clero indígena são os traços característicos das novas tendências, em reforço, quanto ao primeiro ponto, do que já vinha de trás.

Ora bem: este primeiro ponto pode ser uma necessidade de ocasião, mas não é uma verdade absoluta, nem dentro dos princípios religiosos nem à face da sociologia e da experiência política. Do princípio verdadeiro — a Igreja precisa de liberdade — está a passar-se irreflectidamente para esta outra proposição — a liberdade basta à Igreja —, que é manifestamente falsa, sobretudo quando formações religiosas concorrentes entram de qualquer modo como elemento de coesão social dos povos considerados e sob esse aspecto recebem protecção especial, directa ou indirecta, do Estado. E este é que é o grande problema da Índia no aspecto religioso.

Quanto à formação de clero local, devemos nós arrogar-nos o direito de prioridade na matéria. No clero de Goa não chegam a uma dezena os sacerdotes do Continente e Ilhas e andam à roda de 700 os naturais do próprio Estado da Índia. Fora do território português, Goa traz em serviço das missões da Propaganda uns 200 sacerdotes. Que ironia dos factos e que lição! Nós ensaiámos há séculos a novidade — em 1530 já havia sacerdotes indianos — e em Goa pode dizer-se que desde há dois séculos o clero é na sua totalidade goês. E não só para Portugal: generosamente se dispersava e trabalhava também fora do Estado da Índia e fora do Padroado, no exercício de uma missão religiosa, que ainda não pôde ser acusada com verdade de apresentar traço de influência política. Por alguma razão a Goa se tem chamado a

Roma do Oriente. É-o de facto pelo esplendor da fé católica, pela abundância das vocações, pelo espírito de proselitismo que anima a Igreja naquelas benditas terras. Por serem da índia? Meu Deus, não! Por serem portuguesas.

Humanamente e nos tempos próximos, não me parece que se possa confiar muito na expansão do cristianismo no Oriente. Mesmo sem ter em linha de conta que a retirada europeia pode precipitar o continente asiático por completo no comunismo — hipótese em que é escusado buscar soluções para uma questão que deixa simplesmente de existir —, um progresso razoável do cristianismo naquelas paragens não se afigura possível sem a acção missionária estrangeira que na índia começa a ser dificultada pela distinção entre liberdade religiosa e liberdade missionária. Fermentarão então ideias de Igreja nacional, condenada, na falta de outros apoios, à desagregação última das cristandades e sua submersão no caos religioso local. E Goa não pode ser invocada como exemplo em contrário, senão quando se compreenda que a Igreja é ali não a única, mas uma das várias instituições que formam a cultura e o espírito ocidental do goês.

Concluo estarmos dentro da melhor doutrina e dos interesses da Igreja; concluo que a manutenção de Goa portuguesa é ponto de apoio indispensável á conservação e difusão do cristianismo na índia. Mas nós não invocamos uma razão religiosa para nela assentar os direitos políticos de Portugal: deixamos essa posição aos que nos hostilizam.

Assim, os católicos partidários da União Indiana entendem que, se de Goa desaparecer a soberania portuguesa, com ela desaparecerá a desconfiança em relação aos sacerdotes e missionários estrangeiros, que o não seriam já, sendo goeses. E deste modo, sem a última ligação com um Estado europeu, não só o cristianismo em toda a Índia daria grande surto como a mesma Goa consolidaria para sempre a posição de Igreja-mãe das cristandades orientais, crescendo em influência e prestígio.

Não fugi a dar todo o realce ao argumento, porque é visível a todos que ele se move fora das realidades conhecidas, pretende que os nossos direitos sejam sacrificados à falta de condições de liberdade na União Indiana, e é por isso só a demonstração clara de como do outro lado se procura, contra nós, fazer política com a religião.

IV GOA E NÓS PRÓPRIOS

A política da União Indiana para com o Estado português da Índia criou-nos, além dos de defesa, certo número de problemas, especialmente de abastecimento e de comunicações, a que procuramos dar remédio tão completo quanto possível. Estou convencido de que as dificuldades presentes podem mesmo ser estímulo para o revigoramento da economia goesa e para o estreitamento das relações comerciais e marítimas com a metrópole, as províncias ultramarinas e ainda outros países que se substituirão gradualmente à União Indiana. Tanto a agricul-

XV. O Caso de Goa

tura como a mineração e a pequena indústria, desenvolvidas e consolidadas, e com suas repercussões na maior intensidade dos transportes e no comércio, deverão absorver nos territórios do pequeno Estado maior número de goeses, em nível de vida satisfatório.

O Plano de Fomento que não fora elaborado para as circunstâncias actuais, mas se casa admiràvelmente com as necessidades futuras daquelas populações, encontra-se em plena execução. Das obras hidráulicas para rega, do abastecimento de águas, dos estudos geológicos, das estradas e pontes previstas, dos melhoramentos a introduzir no porto e no caminho de ferro de Mormugão não só hão-de resultar maiores produções e facilidades de vida como decidido incremento de outras fontes de riqueza local. Será pena que a União Indiana pretenda comportar-se como se ignorasse os meios de comunicação que temos ao seu dispor, mas, mesmo sem o tráfego da União, se o mercado internacional continuar a absorver os minérios goeses, especialmente os de ferro, cremos que haverá movimento suficiente para a sua manutenção.

Tudo isto exigiu e continua a exigir atenções e esforços no sentido de alterar os rumos do comércio, substituir as clientelas, modificar as rotas da navegação, resolver problemas de armazenamento e conservação de produtos alimentares. E quando concluirmos a construção do aeródromo de Goa — o tal que se destina, no pensar da imaginativa imprensa da União, a base americana de guerra — e conseguirmos pequenas pistas em Damão e Diu, teremos a possibilidade de ligar satisfatòriamente o Estado da Índia com o mundo, cessando parte do seu forçado isolamento, que no actual momento só podemos quebrar e estamos quebrando por meio das nossas carreiras marítimas ou de barcos estrangeiros em demanda de Mormugão. Os problemas que defrontamos são semelhantes aos que suscitaria um horrível cataclismo que tivesse subvertido a União Indiana. Naqueles vastos mares, Goa, Damão e Diu permanecem como três pequenas ilhas que é preciso servir e fazer viver.

Das dificuldades levantadas só duas estão fora do nosso poder, porque inteiramente dominadas pela União — o trânsito dos estrangeiros e dos goeses entre os territórios portugueses e os da União e as remessas dos emigrantes — fruto do seu trabalho, gotas da sua economia — para as famílias que vivem em Goa. Isto pode andar à volta de umas escassas dezenas de milhares de contos por ano, que nas contas internacionais da União não representam nada, e não é mesmo difícil compensar na balança do Estado da Índia, mas que na pequena Goa representam a mediania de numerosas famílias. Situação bem diversa usufruem os súbditos da União que vivem nos territórios portugueses, designadamente na África Oriental, onde têm conseguido avultados lucros e disposto da liberdade de transferências e câmbios estáveis, em benefício da balança de pagamentos indiana.

•

Todos estes problemas, ainda que difíceis e altamente onerosos vão tendo solução dentro, pode dizer-se, do quadro da administração corrente, fortemente apoiada

da metrópole. Mas não haverá entre nós e Goa problemas de ordem política que estejam na base da crise entre Portugal e a União Indiana? Quando intitulei o presente capítulo *Goa e nós próprios*, o que tinha em mente era sobretudo esses problemas políticos e entre eles o que em Portugal se pensa do conflito com a União Indiana. Referir-me-ei em separado a um e aos outros.

As afrontas da União Indiana à soberania e integridade dos territórios que constituem o Estado português da Índia foram sentidas por Portugal inteiro como fundos golpes na própria carne da Nação. E sob este aspecto não se notaram gradações de sentimentos ou diferenças de reacção, aqui, no Ultramar, nos grupos de portugueses em país estrangeiro, na própria Goa. Sobre a forma, porém, de conduzir a questão e de enfrentar os acontecimentos manifestaram-se algumas opiniões divergentes das do Governo, opiniões que convirá registar.

As soluções preconizadas para o caso de Goa, se me é permitido reduzir a tipos a variedade das sugestões, foram:

- negociações com a União Indiana;
- resistência militar com empenhamento de todas as nossas possibilidades e as de aliados que conseguíssemos;
- total independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa.

O primeiro caminho, sem ressalva da soberania portuguesa, apareceu definido apenas pelos que a si próprios se intitulam «partido comunista português» e por alguns democratas que os seguem e apoiam. Ninguém mais do que eu está convencido da possibilidade e até das facilidades que se encontrariam nas negociações com a União. Simplesmente o objecto da negociação é nos termos da «aide-mémoire» de Nova Deli de 27 de Fevereiro de 1950, e como se deduz dos textos indianos posteriores, o estudo das condições de integração dos territórios portugueses na União Indiana. Podem discutir-se minúcias de tempo, formalidades de transmissão de poderes, eventuais indemnizações, garantias para os negócios, condições do culto católico, custeio por Portugal do ensino da sua língua, cuidados com a cultura portuquesa, se é que dali se não pretende varrer a sua memória inteiramente - tudo isto se pode discutir. Mas, quando se aceita a negociação, tal como a União Indiana a encara, há uma coisa que está já aceite e assente, e essa é a transmissão da soberania e a entrega das populações à generosidade da União. Damos ou vendemos pouco importa isso à gravidade do caso — os portugueses da Índia, as terras de Afonso de Albuquerque e da epopeia do Oriente, os santos da Igreja, os mártires da Pátria. Por quanto? Por quanto?

Em extremo oposto se colocaram outros que, julgando não serem suficientes as garantias e apoios de que a Nação Portuguesa pode actualmente dispor, entendem se deviam procurar alianças especiais que permitissem organizar uma resistência eficaz aos ataques militares da União. A ideia tem tanto de ousada como de generosa: o pior é que o conflito não pode ser militarmente resolvido. A pequenez dos

XV. O Caso de Goa

territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a extensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia, para nós sem finalidade útil, para a União sem glória — e o que é pior sem termo, quero dizer, sem paz, por não ser concebível Governo português que pudesse algum dia reconhecer a expoliação.

A terceira atitude pode apresentar-se como segue: se dermos plena independência à Índia, dentro de um Estado federativo português, a União Indiana encontrar-se-á em face de um Estado soberano, contra o qual não pode ter objecções e que seguramente respeitará. Esse Estado gozaria das garantias internacionais de qualquer outro Estado e, para a segurança da sua independência, se podiam conseguir outros apoios ou garantias particulares, incluindo o da própria União. O dissídio entre Portugal e a União Indiana resolver-se-ia assim através de um Estado que, embora dentro da federação ou confederação portuguesa, já não era Portugal. Ao mesmo tempo se satisfariam os goeses, cujo descontentamento pela doutrina do Acto Colonial de 30 se deve considerar como geratriz inicial da crise.

Há nesta maneira de encarar a questão, se eu pude ser fiel ao traduzir o pensamento alheio, simultâneamente uma certa dose de ingenuidade e alguns erros de facto. A construção política é inspirada nos moldes dos domínios britânicos (do tempo em que estes não se consideravam nações independentes), e em qualquer caso contrária ao pensamento da nossa Constituição no que respeita à estrutura da Nação e do Estado português: por isso mesmo se previa a sua alteração.

O Acto Colonial foi no domínio ultramarino a reacção do actual regime contra uma situação administrativa e uma orientação política que não poderiam perdurar sem graves riscos para o interesse nacional. A sua integração na Constituição Política está hoje feita com as alterações, em pontos secundários, que a experiência e as circunstâncias aconselharam, mas, se possível, ainda com maior rigor e precisão do pensamento fundamental que o inspirava.

O estado em que se encontrava o Ultramar Português à data da Revolução de 1926, sem menosprezo dos esforços ali desenvolvidos e do valor pessoal daqueles a cujo patriotismo esteve confiado, era o reflexo dos mesmos males que sofríamos aqui: — lá, porém, com possíveis consequências de muito maior gravidade. Os remédios haviam de inspirar-se nos mesmos princípios, possivelmente mesmo em métodos idênticos aos daqui. E assim é que daquele diploma se deduzem três grandes linhas de orientação: maior concentração de poderes, quer dos governos em relação aos organismos locais, quer do governo central em relação aos mesmos governos ultramarinos; forte reivindicação de ordem nacional em relação a interesses que no Ultramar se incrustaram com laivos de dependências políticas inconvenientes; um pensamento de coordenação e de integração das partes em todo mais coeso, que desse a representação exacta da que se queria fosse, na sua unidade pluriforme, a Nação Portuguesa. E tudo evidentemente assente sobre aquela ordem financeira e regularidade administrativa sem a qual as queixas teriam sempre razão e os males não teriam nunca remédio. A própria ideia de Império que escandalizou alguns e

mais tarde se sacrificou, trouxe aos espíritos uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensáveis para estimular energias e arredar-nos da mornidão e tacanhez que ameaçavam continuar a estiolar pensamentos, planos e esforços.

Não se pode negar que a obra ultramarina dos últimos vinte e cinco anos decorre límpida e forte desses princípios e representa a todos os olhos um êxito como recuperação nacional, progresso económico, força e engrandecimento do todo português. Que na formulação ou na aplicação prática das regras que derivam daquelas grandes linhas de orientação se vão administração e política adaptando às novas circunstâncias, necessidades, possibilidades de pessoas e meios materiais, não há que discutir, e tudo o que é razoável se pode fazer sem atingir a essência do que se pretende alcançar quanto à progressiva integração das províncias ultramarinas no todo nacional.

Aconteceu, porém, que algumas expressões mais vivas do Acto Colonial impressionaram aquele escol político da Índia, receoso de retrocesso em tudo quanto através dos tempos tinha sido reconhecido — mais que concedido — à sua cultura e capacidade para intervir na administração pública e na direcção dos negócios do Estado. Mas as queixas que nos chegaram — aliás viris e desassombradas — não permitem equívocos ou incompreensões: «está aí um problema — cito as próprias palavras — que só a nós e a Portugal diz respeito.» Era a posição exacta que advinha de um portuguesismo incondicional.

Quando surgiu a crise derivada da independência da União Indiana — primeiro da sua constituição em domínio e, depois, do estabelecimento da república — nem todos os mal-entendidos tinham desaparecido e certas consciências mantinham-se entre retraídas, receosas e magoadas.

Não se pode negar que aquele facto enorme da retirada dos Ingleses e da entrega dos destinos da índia aos respectivos povos trouxe, mesmo à pequena Goa, uma ameaça de crise moral. As inteligências dispersaram-se então à busca de fórmulas para a própria administração e governo do Estado Português da Índia, fórmulas que oscilaram entre a linha tradicional, actualizada e fortalecida, e uma organização de dominio à moda britânica. O bom senso da generalidade viu, porém, que esta última solução estava fora não só das nossas melhores tradições, mas das possibilidades materiais, dadas a pequenez, fraqueza e dispersão dos territórios. Não há dúvida, porém, de que um ou outro que mais tarde viria a revelar-se contra Goa e contra Portugal viu aí a via de uma integração à distância, fácil e fatal, na União, apenas realizada em três tempos e sem dor, como algumas operações cirúrgicas.

Volto à frase que citei como expressiva do mais estreme pensamento goês: «está aí um problema que só a nós e a Portugal diz respeito», e não pode servir de base de solução ao conflito com terceiros. Que o novo Estatuto que neste momento se apronta permita em breve intensificar e desenvolver a colaboração de todos os valores de Goa, não é outro o desejo de todos os portugueses; mas a questão não terá dado um passo no que respeita à União Indiana, porque no fundo da sua hos-

XV. O Caso de Goa

tilidade não estão os nossos problemas: estão exclusivamente os dela, do seu amor-próprio e das suas ambições.

V. GOA E O FUTURO

Quereria terminar com uma palavra sobre a evolução provável deste infeliz caso de Goa. A reflexão mais concentrada, a meditação mais profunda sobre os dados do problema não me permitiram, porém, chegar a uma conclusão, mesmo medianamente segura. E, no entanto, tínhamos elementos para concluir, se as coisas devessem passar-se como o direito impõe, a razão aconselha e as normas de convivência internacional exigem. Pois de que se trata, afinal? Da pretensão de um país a apoderar-se de territórios pertencentes a outro. Podia esse país ter a convicção de que as respectivas populações estavam ansiosas por ser «libertadas» de um jugo estranho, e, cansadas de ser colónia portuguesa, desejavam integrar-se na União. Está visto que nem Goa é uma colónia, nem as populações querem ser «libertadas», nem lucrariam alguma coisa, económica, política, social ou moralmente, em passar a fazer parte da União Indiana. Por outro lado, a União não tiraria vantagens da anexação - nem aumentaria sensivelmente territórios ou riquezas, nem arredaria perigos que de facto não existem, nem adquiriria seguranças que por outra forma não pudesse mais concreta e útilmente consequir. Trata-se, portanto, de um equívoco: não de uma aspiração razoável ou necessidade imperiosa da União, mas de ambições pessoais ou caprichos partidários, em que o Primeiro-Ministro se deixou envolver.

A União foi levada a atitudes e à prática de actos que não podem ser coonestados pelos fins a atingir. Praticou agressões, abusou da força, desconheceu o direito. O caso é especialmente grave para uma independência nascente, a que todos os apoios e auxílios da sociedade internacional são não só preciosos, mas indispensáveis. A União não pode continuar a desafiar indefinidamente a consciência do mundo, mesmo que as vítimas dos seus actos de agressão sejam, na aparência ou realmente, pequenas potências que a sua grandeza esmague.

Nestas condições, o que está naturalmente indicado é rever a posição, corrigir a política, desistir do intento. Nós temos o direito de fazer passar para os enclaves forças que ali restabeleçam a ordem e a autoridade legítima; temos direito ao respeito da soberania portuguesa; e temos direito à coexistência pacífica, que não pode ser só entre a índia e a China, mas também entre a índia e os territórios portugueses do Indostão, como norma universal que é ou pretende ser. Muitos problemas há que precisam de ser estudados e resolvidos no interesse comum das duas Nações. Pois a conclusão razoável a que chega toda a inteligência esclarecida e toda a consciência recta é, depois de desistir, negociar acerca desses problemas.

Não sendo este o caminho, que outros se oferecem à União Indiana? O Primeiro-Ministro, no seu discurso de 26 de Agosto, teve a consciência de estarem a cerrar-se-lhe os horizontes, pois só via a alternativa de negociar ou fazer a querra.

E como essa sua negociação é o acordo sobre a transferência da soberania, inaceitável para nós, não lhe ficaria efectivamente aberto senão o caminho da guerra. A guerra: eis o termo duro, terrível, mas profundamente exacto. Já disse o que pensava acerca dessa saída, e não o repito nem desejo esclarecê-lo agora mais. No entanto, a União receia-a: ela compromete em cheio a sua doutrina política e sai fora dos quadros morais da consciência mundial.

Não querendo desistir e não lhe convindo fazer uma guerra declarada, conduzida pelo exército, pode a União perseverar na presente atitude? Pode. As mil tricas administrativas, as notas impertinentes, as reclamações infundadas, as campanhas de imprensa e da rádio oficial sobre factos inexistentes ou deturpados, a especiosa interpretação dos tratados e das leis podem continuar a patentear-se, mas nada disso tem dignidade ou grandeza, à altura de um Estado como a União Indiana. É uma hipótese possível, mas não creio provável, uma vez verificado o fracasso do bloqueio, a eternização da guerra fria que actualmente se nos faz.

Por nosso lado, conscientes do direito e indissoluvelmente ligados àquela pequena comunidade por 450 anos de história, pelos laços do sangue e pela cultura que ali levámos, somos livres e estamos prontos a negociar, mas não podemos ceder sobre a soberania portuguesa; e, entretanto, em duas coisas essencialmente nos temos de apoiar e delas não podemos desprender-nos — força e paciência: força suficiente para que uma pseudo-acção policial não possa ser-nos imposta; paciência que não se altere com a impaciência inimiga e dure tanto pelo menos como a sua pertinácia. Para tanto, precisamos de não nos exceder no nosso próprio esforço, cuidando antes de o manter sempre proporcionado à capacidade normal da Nação.

E se, apesar de tudo, a União Indiana levar a guerra ao pequeno território, o que podem fazer as forças que ali se encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia.

XVI. SOBRE O TRATADO LUSO-BRASILEIRO DE AMIZADE E CONSULTA (1)

Senhor Presidente:

A Câmara vai discutir, e seguramente aprovar para ratificação, o Tratado luso-brasileiro, assinado há um ano no Rio. Dispõe para formar um juízo, além dos conhecimentos próprios, do parecer da Câmara Corporativa, da discussão nas Câmaras brasileiras (que gentilmente nos precederam nesta apreciação) e de tudo quanto em abono do Tratado se escreveu — e muito foi — aquém e além-Atlântico. A minha presença não pode pois representar nem o esclarecimento da matéria, de que a Assembleia não precisa, nem a declaração de um voto, de que não disponho. Justifica-a apenas o empenho de marcar, por parte do Governo, o excepcional interesse que pôs nas negociações, põe agora na rápida entrada em vigor do instrumento diplomático e promete pôr no desdobramento e futura execução das suas disposições.

•

Não é segredo para ninguém nem novidade dizer-se que o alto grau de afectividade das relações luso-brasileiras não tem tido repercussão equivalente na condução dos problemas comuns aos dois países. Dificilmente se encontrarão laços mais apertados e mais estreita irmandade que a resultante do sangue, da língua, da religião, da cultura e da vida em comum de Portugal e Brasil. Mas sobre tais alicerces não se tinha ainda erguido a construção que temos agora esboçada diante de nós: o Tratado pode genèricamente definir-se como a tradução em política internacional da comunidade luso-brasileira — os dois países um em face do outro, os dois países em relação ao mundo.

Refere-se o Tratado a essa comunidade. Na verdade, ela não tinha de ser acordada nem definida: existe; é o facto que a história gerou. Mas do seu ostensivo reconhecimento advém a mesma erguer-se convencionalmente a fonte de direitos e deveres reciprocos, talvez pela primeira vez transitados das aspirações e anseios comuns para o comércio jurídico.

Recebe neste Tratado solução afirmativa o problema que mais podia interessar a Nação Portuguesa — o problema que chamarei da fidelidade às raízes, de

⁽¹⁾ Comunicação feita em 6 de Dezembro de 1954, na Assembleia Nacional.

onde ainda hoje e esperamos que sempre se alimentará o Brasil, como magnifica expressão de lusitanidade no continente americano. Que da situação geográfica lhe provenham relações específicas com outras nações e interesses e solidariedades continentais, ninquém poderá estranhá-lo. Que através dos tempos a alma brasileira queira permanecer fiel à que lhe veio do berço, embalado por mãos portuguesas, é para nós título de orquiho e preito do Brasil a que haveremos de mostrar-nos sensíveis. Mas a ter de ser assim, e para que o Brasil pudesse vincar mais e mais a sua personalidade própria entre as nações, sempre me pareceu que as coisas não haviam de ser abandonadas nem às manifestações afectivas nem aos acasos dos movimentos demográficos e das relações económicas ou culturais, no geral restritas e mais esporádicas ou incidentais que sistematizadas. e que uma política se impunha em todos esses domínios para se garantir aquela finalidade. — Este o significado das disposições mais numerosas do Tratado cuio alcance sob este aspecto é escusado encarecer e que no respeitante a interesses que se destina a proteger ou permite criar é já suficientemente conhecido e dispensa o meu comentário.

O aspecto porém mais importante e de mais vasta repercussão política é deduzir-se da existência da comunidade luso-brasileira o princípio da consulta em todos os problemas internacionais de manifesto interesse comum, em ordem à possível coordenação de atitudes e de esforços. Da nossa banda pode dizer-se que o Brasil tem entrado ao lado da aliança britânica e da estreita amizade peninsular, como uma constante subentendida da política externa portuguesa. É certo que abusivamente, vista a inexistência de textos que a tanto nos autorizassem; com apoio bastante porém na história comum e nos laços de família que sentimos prenderem-nos indissoluvelmente. Do lado brasileiro a questão pode ser vista à luz das considerações sequintes:

É sabido que as Nações Unidas representam uma tentativa ou princípio de organização da sociedade internacional, em bases de universalidade e de igualdade. A universalidade tendente à admissão de todos os Estados com condições mínimas para garantirem uma útil convivência internacional está longe ainda de realizar-se. A igualdade jurídica dos Estados teve de, na prática, aceitar as conhecidas excepções que se representam na competência exclusiva de alguns órgãos restritos e na hierarquia e diferenciação dos Estados. A estas deficiências — se é que em todos os casos o são — acrescem os perigos, esses reais e verificados, duma perturbante competência omnímoda — tanto na aplicação territorial como relativamente aos problemas debatidos — sem correspondência com meios efectivos de acção. Mantém-se assim a organização como tribuna livre das nações membros, sendo porém certo que não atingiu, e creio não atingirá nunca, o grau de eficiência que alvorocadamente se lhe atribuira.

É de considerar se um dos meios mais expressivos de corrigir ou aperfeiçoar a instituição não será completá-la com suborganizações de grandes zonas em que a afinidade de interesses, a similitude de problemas, mais preciso conhecimento das

XVI. Sobre o Tratado Luso-Brasileiro...

condições tornassem as intervenções mais razoáveis e eficientes. Nem custa reconhecer a estas mais possibilidades de êxito nos problemas que respeitam às nações e são particulares dessas zonas que ao actual universalismo das Nações Unidas.

Na ordem dos factos é tão flagrante e sentido este estado de coisas que o continente americano possui, à margem e sem prejuízo das Nações Unidas, uma organização própria com suas conferências periódicas e seu alinhamento de orientações gerais em certos problemas — alinhamento em que a solidariedade interamericana joga o seu papel.

Ora bem: o Brasil tem o seu lugar nas Nações Unidas e tem-no na Organização dos Estados americanos, mas enquanto nas primeiras a actividade tem de confinar-se quase só no academismo da instituição, entre estes últimos a sua acção e influência desenvolvem-se preferentemente num plano de continentalidade que, se corresponde à sua situação geográfica e predominantes interesses económicos, pode bem não corresponder às origens e à parte de interesses universais em que comunga connosco. O caso da Índia é absolutamente típico e revelador desta concepção, pois que Governo e Povo brasileiros vibraram tão intensamente com os agravos da União Indiana como nos próprios e desveladamente se têm preocunado com a segurança de Goa. Reconhecer e proclamar esse extraordinário movimento de solidariedade e do mais decidido apoio é dever que me é particularmente grato cumprir neste momento; mas guando busco a razão do facto vejo não poder ser outra senão que o sentimento geral brasileiro é estar ali parte da história e património moral do Brasil. Quer dizer, à margem de tratado que nos vinculasse uns aos outros, a reacção brasileira produziu-se e manifestou-se espontâneamente na linha dos interesses políticos e morais comuns, como a de Portugal por certo se manifestaria em casos análogos em que o Brasil se visse tão injustamente envolvido.

À luz dos factos pode, pois, perguntar-se se a separação dos dois países não foi no princípio longe demais sob este preciso aspecto, ficando uma e outra nação desprovidas de apoio recíproco e submetidas a linhas de orientação ou de força que felizmente nunca foram contrárias mas pelas circunstâncias de ocasião bem podiam ser largamente divergentes. De certo modo se pode dizer que, embora a título experimental, se refaz ou corrige agora a história em benefício comum, fazendo da comunidade luso-brasileira um instrumento de política internacional de Portugal e Brasil.

Espero estar ainda dentro dos cinco minutos que me propunha falar. Preciso dos últimos segundos para dizer o seguinte: o Brasil é uma grande e esperançosissima nação, a quarta ou quinta do mundo em extensão territorial, com possibilidades e riquezas pràticamente ilimitadas, dentro de décadas com um valor demográfico considerável entre as maiores nações, e implantada num dos lados do quadrilátero atlântico em que se localizam muitos dos nossos mais importantes interesses. Nós somos a velha árvore reverdecida de que o Brasil se desprendeu e que pela sua pujança continua a formar novas ramagens e troncos, estuantes de

força e de viço. Nestas circunstâncias, o Tratado não pode considerar-se como afirmação gratuita de princípios e atitudes e devemos ter a consciência de que impõe a ambos os Estados enormes responsabilidades. Para além daqueles aspectos sentimentais a que, filhos do mesmo sangue, dotados do mesmo coração, não podemos fugir a render preito, está ai uma fonte inesgotável de inspiração e acção política. Ratificando-o, nós fazemos um voto ao mesmo tempo de confiança recíproca e de optimismo quanto ao futuro das duas Pátrias.

XVII. A QUESTÃO DE GOA ⁽¹⁾

Os jornais transcreveram as declarações feitas pelo Primeiro-Ministro da União Indiana numa conferência de imprensa em Nova Deli. Repetiram-se nela afirmações anteriores já conhecidas, desta vez porém com alguns excessos acerca de Portugal e especialmente de Goa, que impõem fazer-lhes um pequeno comentário.

O Senhor Nehru é sem dúvida uma das individualidades de maior relevo do actual momento internacional, pelo seu alto espírito, pelas suas qualidades pessoais, pelo interesse da sua vida de combatente e doutrinador, pelos supostos serviços, espontâneos ou ingènuamente solicitados, junto dos países comunistas, e ainda pelos seus êxitos, que são o grande padrão para medir o valor político. Mas o Primeiro-Ministro da União é também uma pessoa que, à menor contrariedade, se impacienta e ao menor obstáculo aos seus desígnios se exalta e irrita. Nesses momentos, que são aliás numerosos, chama-nos «bárbaros», apelida de «indecente» a política da África do Sul e profere frases candentes contra o «sórdido imperialismo ocidental», que, através da Inglaterra, lhe serve de principal apoio político e, por intermédio da generosidade americana, subsidia a economia da Índia com mais de um cento de milhões de dólares em cada ano.

Mas porque há-de Portugal — pequeno, modesto e pacífico país, empenhado em colaborar com todos os outros povos — irritar tão fortemente o Primeiro-Ministro da União Indiana? Goa é a causa e a fonte da sua perene irritação; tentaremos compreender as razões que há para isso.

Parece que a União Indiana não se considera um povo satisfeito (para usar expressão muito usada nos anos que precederam a última Grande Guerra) e alimenta designios pouco tranquilizadores, não só na península do Indostão como fora e mais longe, que ulteriormente se definirão melhor. Goa é uma das fases desse arredondamento territorial, que pessoas algum tanto malévolas teimam em designar pelo feio nome de imperialismo; e tal aquisição ou conquista, pela sua pequenez, afigurava-se a mais simples e expedita. Ora até hoje o Senhor Nehru tem visto fracassados todos os meios postos em acção para o domínio de Goa.

⁽I) Comunicado da Presidência do Conselho, fornecido à imprensa em 22 de Julho de 1955.

Pediu a Portugal lhe entregasse o Estado Português da Índia, ao que Portugal não acedeu, na impossibilidade, mais que constitucional, humana de ceder, vender e entregar uma massa de cidadãos portugueses com a sua terra, como se fossem terras com o seu gado.

Tentou o bloqueio económico, fechou as fronteiras, suspendeu o correio para Damão e Diu e intermitentemente para Goa, e os nossos esforços e sacrifícios puderam tornar o bloqueio inoperante e vive-se ali como se vivia antes.

Iniciaram-se actos de violência, ataques à mão armada, incêndio e pilhagem de postos fronteiriços, com mortes e o assassínio até de crianças não intrometidas na acção. E não se viu que o terror se apoderasse nem da população nem das autoridades.

Pôs-se em movimento a chamada «invasão pacífica» do território português, com centos, anunciam-se para breve milhares, de pessoas vindas da União Indiana, arregimentadas para o efeito. Esgotado o recurso aos poucos goeses desnacionalizados e que eram aliás essenciais para colorir o protesto, houve que recorrer exclusivamente a indianos, uns fugidos à justiça de Goa, outros, o grande número, gente humilde, desempregada, desprovida de meios, na ignorância mais absoluta do caso de Goa e do pretenso significado do seu acto, empurrada, por chefes geralmente rresponsáveis, para dentro das fronteiras de Goa e friamente entregues à sanção das leis portuguesas.

Tem-se desejado que os goeses de Bombaim se manifestem favoráveis à integração de Goa na União Indiana. E as pressões, as ameaças, as promessas, a expulsão daquele Estado de gente pacífica, com a recusa ou a perda dos seus meios de trabalho, os assaltos em plena rua, as prisões, a destruição dos jornais simpatizantes com Portugal — nada tem sido suficiente para levar esses portugueses imigrados, sem apoio em terra estranha de mais que a nossa simpatia, a negar, com a simples assinatura de um manifesto, a sua Pátria de origem.

Para de algum modo coonestar a pretensão, acusam-nos de colonialistas e de termos no Estado da índia, como resto de um império, uma simples colónia. Está demonstrado, e não pôde isso ser rebatido, que o Estado da índia foi sempre um encargo para o tesouro metropolitano, que Portugal não tem ali negócios nem faz comércio reservado aos seus nacionais da metrópole, nem tem estabelecidas bases para poderio militar ou naval seu ou de quaisquer outras potências; que, em relação aos goeses, não se revela o menor traço de inferioridade rácica ou de diferenciação de cidadania em toda a extensão do território português. Séculos antes de ao Primeiro-Ministro Senhor Nehru poder ser reconhecida a cidadania britânica, eram já portugueses todos os habitantes de Goa, julgavam os tribunais, presididos pelos seus magistrados, europeus e goeses indiscriminadamente, frequentavam os seus naturais todas as escolas e serviam os funcionários de lá originários todos os postos e carreiras, ali, na Metrópole e em todo o Ultramar Português. O Primeiro-Ministro declara-se disposto a aceitar uma discussão sobre este caso gritante de colonialismo. Podia mais afortunadamente eleger outros, porque ali, por mais que procure, nem colonialismo económico, nem colonialismo militar, nem colonialismo político pode ser encontrado.

XVII. A Questão de Goa

Ao alto espírito do Primeiro-Ministro da União Indiana, em que se vêem aflorar ainda princípios de Gandhi, seu mestre e amigo, à posição moral do chefe de uma grande nação como a União Indiana, ao nível de dignidade que se atribui, não hão-de passar despercebidas, além do insucesso, a injustiça da causa e a deselegância dos processos com que pretende ganhá-la.

Goa é um teste, diz-se de vários lados da União Indiana. E é. Simplesmente o Primeiro-Ministro encontra-se enleado entre a verdade, como primeira necessidade do seu espírito, e a campanha de falsidades dos seus agentes, da imprensa e da rádio oficial; entre as exigências do seu apregoado pacifismo e a guerra aberta na qual prometeu há pouco em Roma não nos dar tréguas; entre o apoio do comunismo internacional e a imposição de ordem interna de não aceitar dele nem serviços nem favores. Eis uma situação incómoda e deveras lamentável quanto à qual estamos perfeitamente inocentes.

Na sua referida conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro afirmou que, não lhe sendo dada Goa, não só Goa cairá, mas também o regime português que se lhe opõe e a sustenta a ela. O Primeiro-Ministro não está seguramente informado. Em Portugal, à parte uns poucos que têm pensamentos o interesses subordinados ao estrangeiro, todos compreendem que o Estado Português da índia possa ser arrebatado pela força esmagadora da União Indiana. Mas ninguém perdoaria aos governantes que cedessem a pressões injustas e não defendessem os Bens concidadãos de Goa, a sua vida, história e cultura até ao limite das nossas forças. E assim se fará. A ameaca é irrelevante, destituída de base e, sobretudo, é feia.

•

A nossa total compreensão e firme desejo de viver em paz e amizade com a União Indiana não têm sido correspondidos nem têm obtido mais favorável resposta que dizerem-nos dever a questão ser pacificamente resolvida. Entendamo-nos. Se por «questão de Goa» se entende a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios portugueses da Índia, é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos. Se por «questão de Goa» se entende o conjunto de problemas derivados da contiguidade ou embrechado dos territórios e das circunstâncias históricas que os tornam, além de vizinhos, estreitamente aparentados, diremos que não só é possível, mas ainda relativamente fácil resolvê-la.

Temos repetido muita vez — e mantemos essa posição — estarmos sempre dispostos a negociar e a procurar por meios amigáveis as soluções convenientes. Não se antolha difícil que à volta da mesa os representantes de uma e outra banda sejam conduzidos a um entendimento, se na sua mente não há outra ideia que resolver dificuldades e achar o ponto de convergência dos melhores interesses de ambos os Estados. Que sejam os problemas de segurança, as relações fronteiriças, o trânsito, o tráfego do caminho de ferro e do porto de Mormugão, as relações monetárias, o ensino das escolas e respectivos cursos, a actividade da pesca, as próprias águas territoriais, o regime do trabalho num e noutro território — tudo quanto seja sus-

ceptível de criar dificuldades ou atritos pode ser amigàvelmente solucionado. E esperamos que o seja, quando a União Indiana acabe por verificar a ineficácia dos processos até aqui usados e comece a pôr em prática os princípios de coexistência pacífica, respeito pela soberania, não intervenção nos negócios alheios, pelos quais o Senhor Nehru se tem batido nas suas peregrinações pelo mundo.

Faz hoje um ano que começaram as piores violências indianas contra os territórios portugueses, com o ataque a Dadrá. Aí caíram as primeiras vítimas, que, por desígnio da Providência, não foram portugueses da Europa em missão de soberania, mas portugueses da Índia, naturais daquelas terras, batendo-se e morrendo por elas. O Primeiro-Ministro Senhor Nehru poderia reflectir um momento neste mistério de morrerem por uma terra dominada e escrava aqueles mesmos que os seus homens iam tão generosamente libertar.

XVIII. GOVERNO E POLÍTICA ®

Fui solicitado para dar posse aos presidentes das comissões distritais e aos membros de outros órgãos superiores da União Nacional e faço-o gostosamente. Com os actos de designação e eleição realizados nos últimos meses quis-se, em obediência aos Estatutos, conseguir a renovação dos corpos dirigentes do organismo e facilitar o acesso à vida política de novos valores.

O meu primeiro dever é dirigir a todos uma expressão de sincero reconhecimento — a uns pelo trabalho realizado e pelos sacrifícios que houveram de suportar durante o seu mandato, a outros pela disposição de servir com que ascendem a estes lugares e tomam a sua parte de responsabilidade na condução dos negócios comuns. Verifiquei ter havido em todos os actos compreensão das situações e emulação salutar e que se puderam evitar nas competições toda a gama de resíduos que em geral as acompanham, desde as decepções às ofensas. Alegremo-nos por isso.

O meu segundo dever é justificar a minha presença aqui e o confessado prazer de ter vindo assistir a marcada reunião de políticos num organismo político — eu que tantas prevenções tenho manifestado e tão cordialmente desadoro a política. Esta aparente contradição exige umas palavras de esclarecimento, dado sem pretensões e, se mo permitem, como em palestra familiar.

I.

O observador atento há-de notar que o que se chama vida política no mundo dos nossos dias é, em boa parte, só agitação e que essa agitação se opera à volta de sentimentos primários ou de conceitos imprecisos. Certo número de palavras ou frases feitas voam de continente para continente e levam, na simplicidade e aparente clareza das fórmulas, mundos de conceitos duvidosos, senão inteiramente errados. Por exemplo, as palavras liberdade, democracia, ditadura, direitos do povo, antes que os historiadores lhes seguissem o rasto e os filósofos lhes definissem o sentido, já elas puderam despertar torrentes emocionais, desencadear revoluções, alterar a marcha dos acontecimentos. E não me refiro ao campo comunista, que pode jactar-se de trazer desvairadas as gentes com a inversão da

⁽ⁱ⁾ Discurso proferido no acto de posse dos presidentes das comissões distritais e dos membros de outros órgãos superiores da União Nacional, em 19 de Janeiro de 1956.

terminologia política usual, a desafiar a lógica e a realidade com a sua democracio popular, a sua ditadura do proletariado, a sua libertação dos povos, etc. Pois mesmo fora dos domínios da «grande mentira» também se verifica a impossibilidade de acordo sobre um sentido suficientemente preciso dos termos com que se faz a política. As palavras valem por vezes mais e têm mais prestigio que a essência das instituições: tanto na ordem interna como na internacional, barragens de fumos chegam a ocultar o sol.

Estes factos comportam lições que interessa ter sempre presentes, embora a nossa ética não nos permita aproveitar a maior parte, pela razão de que nos devemos e devemos ao povo a verdade.

A actuação do regime que preside há três dezenas de anos aos destinos deste país tem sido, no meu modo de ver, predominantemente governativa e deficientemente política — ou, por outras palavras, sacrifica por princípio a política às conveniências ou necessidades do governo. E apetece pôr duas questões: o que quer dizer sacrificar a política ao governo? Até onde pode levar-se sem risco esse sacrificio da política?

Entendamo-nos primeiro acerca do sentido das palavras.

A palavra governo significa de uma banda o conjunto de individuos detentoes do poder de governar e significa da outra a direcção dos negócios públicos em ordem à satisfação dos interesses comuns. A necessidade do governo é intuitiva - confunde-se pràticamente com a da autoridade em toda a sociedade humana. Ora os múltiplos problemas desta sociedade resolvem-se segundo determinadas linhas de orientação e são estas grandes linhas de orientação, que definem. quanto a sectores especiais do governo, o que se chama a política financeira, a política económica, a política religiosa, colonial, cultural, externa, etc. A definição dessas políticas é a resultante da existência de um interesse, de um condicionamento de facto, de um princípio doutrinal; ou seja, a resultante de um objectivo definido, da possibilidade de o atingir, do princípio moral ou político a que deve obedecer, segundo a concepção dos governantes, a linha de solução. Salvo o caso, imposto por circunstâncias especiais, de um governo ser constituído para a resolução de uma questão determinada e circunscrita, a actividade governativa desdobrar-se-á normalmente na definição e realização de tantas políticas quantos os sectores a que se aplica a sua actividade. E tão inconcebível seria que para algum desses sectores o governo não tivesse uma política, como que alguma delas não fosse coerente com as mais. Assim, e dando embora a grandes correntes doutrinais o valor relativo que geralmente têm, deve dizer-se não ser lógica nem pràticamente possível resolver, por exemplo, o problema da propriedade segundo os principios comunistas e estabelecer ao mesmo tempo uma economia liberal. Em muitos casos não há mesmo fórmulas possíveis de compromisso — os problemas ou se resolvem ou não.

Deduz-se do exposto que governar representa, afinal, uma actividade empenhada numa realização política. E nesta primeira acepção a palavra *política* está já a nossos olhos regenerada.

XVIII. Governo e Política

•

Mesmo quando os indivíduos ou grupos sociais não têm de colaborar activamente na solução dos problemas, como são os casos da educação e da defesa, a razão e o respeito da pessoa humana, que é o sujeito político por excelência, indicam-nos a alta conveniência do assentimento do povo às providências ou imposições da autoridade. À medida que se desenvolve e radica no corpo social a consciência de um destino ou interesse comum, mais se impõe o conhecimento, a compreensão, a adesão espiritual dos indivíduos que convertam de facto em acção colectiva, em vida nacional, a actividade governativa. Seja mais ou menos pronunciada a participação dos indivíduos ou grupos na formação do poder, seja mais ou menos extensa a sua intervenção directa na formulação das soluções ou na respectiva execução — não pode fugir-se a uma das imposições do nosso tempo, que se traduz no alargamento das zonas que o poder directamente beneficia e no aumento de interesse que o exercício desse mesmo poder desperta.

Ora o outro significado da política que eu desejaria reabilitar também é exactamente o da acção tendente a criar a consciência nacional dos problemas e o convencimento geral da bondade das soluções, para que a acção governativa se desenvolva em ambiente esclarecido e favorável. O estudo e discussão das questões, a informação dos factos que as originam ou condicionam, a sugestão de soluções possíveis ou convenientes, a defesa dos princípios em causa, a apreciação das limitações existentes — tudo isso é acção política, tudo isso é política. Em tal sentido, em tais termos, com tal objectivo, a política foi sempre não só útil, mas necessária, e é-o sobretudo no Estado moderno, seja qual for a sua constituição.

Se aos governos compete tomar conhecimento dos problemas, equacioná-los, definir as soluções, adoptar as providências atinentes a resolvê-los na ordem prática, é sobretudo aos organismos políticos que incumbe esta segunda missão. E se falham nela, ou o governo se lhes substitui, com prejuízo da actividade própria, ou a consciência nacional pode deixar de encontrar-se em condições de seguir e apoiar a acção governativa. Quando acima signifiquei ter sido a política sacrificada ao governo, queria exactamente referir-me a uma das saídas do dilema angustioso que por vezes se nos tem posto — diminuir o ritmo da actividade ou arriscar-se a trabalhar na incompreensão geral.

Nós compreendemos agora bem o dualismo governo-política e como seria ideal que se completassem sem esta se sacrificar àquele.

•

Sacrifício socialmente mais oneroso é, porém, o sacrifício inverso do que enunciei — é sacrificar-se o governo à política, e isso me leva ao terceiro significado desta palavra política, à noção mais vulgarizada e à actividade mais criticável.

Como tudo se corrompe no mundo, também essa utilíssima actividade política se pode corromper. A política será então, na ordem interna, a actividade

que se desenvolve para a destruição do governo e a conquista do poder. Compreende-se que, consoante a divisão dos espíritos, o grau de moralidade geral, o abatimento da consciência colectiva em relação à vida e interesses da Nação, e sobretudo consoante os regimes políticos, esta actividade que se limita a destruir para trepar ou a distribuir benesses para manter-se produza maiores ou menores danos. O maior de todos, além do criticismo exagerado, que paralisa a acção e cria nos espíritos estados de inquietação e de dúvida, o maior dano de todos, dizia, afigura-se-me a mim ser o seguinte: impelir os governos para o plano da defesa da sua própria existência, e absorvê-los nela, levando-os a descurar a sua actividade específica.

Ora nada pode fazer-se duradouramente contra a verdade e contra a essência das coisas; e assim este sacrifício do governo à política arrasta consigo a ideia da insuficiência ou inexistência de um órgão essencial à vida colectiva e, consequentemente, por sucessivas substituições, a sua instabilidade.

Disto me parece dever concluir que, se há sacrificios a fazer, antes a política seja sacrificada ao governo que o governo se sacrifique à política. Mas a boa solução já acima indiquei qual seja.

II.

Os meus ouvintes que, felizmente, nunca duvidaram da utilidade do seu esforço, estarão porventura a interrogar-se sobre qual a finalidade destas considerações. Pois não é senão o convite formal para uma intensificação bem necessária da actividade política, pelas razões já indicadas e o motivo especial que enunciarei a seguir.

Em 28 de Maio passa novo aniversário da Revolução Nacional e faz trinta anos a Situação política que tem a exclusiva responsabilidade do governo durante as três últimas décadas. Esta exclusividade pode ter-se como título de capacidade governativa e política, mas há-de também ter-se como fonte de pesadas responsabilidades que não podem ser partilhadas nem atribuídas a outrem, ao menos parcialmente. Decerto a acção do governo foi condicionada em bons espaços de tempo por guerras externas e por crises internacionais graves, além das muitas deficiências do nosso próprio ser colectivo. Mas, para além dessas limitações, aliás ponderosas e extensas, naqueles domínios em que o governo se pôde determinar e agir, há que responder perante a Nação ou perante a História pelo que se fez e pelo que se não fez e podia ou devia ter sido feito. Podia ter-se avançado mais? Podia ter-se agido melhor? Não receio as críticas, se apaixonadas, dos adversários nem os juízos de observadores superficiais que tudo aferem, com desconhecimento das circunstâncias de facto, por um padrão ideal: só me interessa o veredicto das consciências rectas. Porque, se houve dificuldades e estorvos, houve também circunstâncias políticas favoráveis, embora estas, se existiram, tenha sido exactamente nosso mérito criá-las.

Certamente haverá comemorações festivas e não faltam, apesar de tudo, motivos para contentamento público. Mas, ao fixar-se para este ano e para as proximidades daquela data a realização do 4.º Congresso da União Nacional, houve o

XVIII. Governo e Política

intento de facultar o largo exame retrospectivo da marcha da coisa pública e criar a oportunidade de apreciar princípios e métodos, problemas e soluções, esforços e resultados. Não se pode esperar — nem seria possível — que se faça então a crónica circunstanciada deste período, que já não passará despercebido na história portuguesa. Mas, fixado bem o ponto de partida e os meios ao dispor da máquina governativa e da administração, é possível ajuizar-se do caminho andado, das condições de progresso, das oportunidades aproveitadas ou perdidas e da bondade dos princípios que nos nortearam. Tudo se resumirá em saber se de facto, à sombra deles, a Nação se elevou moral e materialmente, isto é, se progrediu e se se nobilitou.

Tem-se ouvido afirmar que este período, mercê de algumas necessárias limitações de liberdade de imprensa, marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa. A decadência podia ter-se verificado independentemente de causas políticas. Mas dessas críticas nasceu a ideia de uma exposição cultural, relativa também aos últimos trinta anos. Se a produção literária, científica ou artística e as suas variadas manifestações, impulsionadas ou não pela acção do Estado, se afirmaram em termos comparáveis aos de outras boas épocas, deve a acusação cair por falta de base e o País ter fé no seu espírito rejuvenescido. A mim ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da inteligência portuguesa.

III.

Será muito difícil, e em qualquer caso improvável, que os problemas políticos portugueses e as suas soluções não sejam também considerados à luz dos acontecimentos mundiais e das lições que deles emanam.

Do conjunto de factos cuja observação se encontra no horizonte de quem quer, podem tirar-se duas conclusões ou ensinamentos. O primeiro é a existência de certos movimentos de impaciência dos povos, e designadamente do seu eleitorado, ante a agitação de actividades políticas excessivamente apaixonadas, vazias e ineficientes, fins de si próprias e desligadas dos interesses nacionais, ainda que sob a reiterada invocação da sua defesa. Não se trata, a meu ver, de problema que possa ser solucionado pelos apelos da prudência ao concerto das inteligências e à conciliação das irredutibilidades, quando a base dos regimes for em si mesma incitamento à luta e fermento de paixões. É o fundamento psicológico que está errado, não as suas consequências. As diversas soluções para que se recorre nos casos em que o apelo à unidade nacional vai de encontro a profundas divisões do espírito público não se revelam em termos de simultâneamente salvar os princípios e satisfazer o interesse da Nação: as soluções minoritárias não têm lógica; as combinações e compromissos não têm eficiência prática.

Ao mesmo tempo que as lutas apaixonadas pela conquista do Poder parecem criar no espírito público uma espécie de cansaço ou de enjoo, verifica-se — e é este o segundo ensinamento —, em extensas camadas populacionais, redobrado interesse pela coisa pública. Não só os problemas sociais e políticos atraem vivamente

os espíritos, como se nota em camadas do escol, saídas da grande massa pela vulgarização da cultura, o anseio de um sistema de princípios e soluções que responda satisfatòriamente às suas interrogações e necessidades. Um ideal social e político se afigura necessário e o grande problema está em saber quem é capaz de realizar o objectivo. A democracia? o comunismo?

Quando ousamos dizer que a democracia é um regime que funciona melhor ou pior, mas não pode por definição constituir, nem de facto constitui hoje, esse alimento espiritual, acusam-nos de antidemocratas e arriscamos as simpatias que, por outros motivos, havemos logrado. E assim se corre o risco de ficar, desoladamente, e à parte o que possa esperar-se de certos movimentos de ordem religiosa, apenas em face do comunismo.

E inútil, no domínio que nos ocupa, argumentar com que o comunismo não pôde realizar-se ainda nem jamais se realizará em parte alguma, é contrário à natureza, falso nas suas premissas e nas suas conclusões. Isto não tem grande acção nos espíritos, desde que possa continuar a apresentar-se como dando uma resposta aos problemas do mundo contemporâneo. A superioridade com que se afirma, a solidez das posições tomadas, ainda quando se vê forçado a alterá-las ou substituí-las, a segurança com que despreza tudo o que não seja a sua filosofia e a violência dos seus processos, representam incontestávelmente uma força no mundo de hoje, força que, embora políticamente paralisada nalguns países, se mantém ainda perigosa como instrumento de captação.

Por mim, estou seguro de que a doença comunista, não tendo podido realizar-se em revolução, mas só em crueldade, acabará por esgotar-se e passar, deixando embora aqui e ali ensaios de instituições, termos vagos de reivindicações sociais, uma que outra solução. Mas interessa vitalmente às nações evitar o alastramento dessa pandemia que, onde minorias audazes conseguem instalá-la, atenta, quase sem excepção conhecida, contra a independência dos Estados, a liberdade dos individuos, as conquistas da civilização.

Esta a razão fundamental da nossa posição e ansiedade no problema, porque, se não queremos que o comunismo avance e nos subjugue, precisamos de eliminar as condições do seu progresso. Quando nos primeiros Estatutos da União Nacional e depois na primeira parte da Constituição Política ousámos inserir uma parte substancial com as posições ideológicas a firmar quanto aos problemas fundamentais do homem, da sociedade e da Nação Portuguesa, não foi outro o intuito que compendiar aquele acervo de ideal necessário ao português de hoje e à permanência dos seus interesses nacionais, acender uma luz que iluminasse o caminho, definir princípios a que se devesse ser fiel e que, pela sua transcendência e perenidade, não tinham que ser sujeitos a contínua revisão. Contribuição modesta, mas para nós não desprovida de valor.

•

Subindo do plano das políticas internas ao da sociedade internacional, estão a verificar-se no mundo dois movimentos que uns consideram complementares, outros um tanto ou quanto contraditórios: afirma-se um movimento nacionalista,

XVIII. Governo e Política

base da formação de numerosos Estados, e, ao lado, intensas manifestações de internacionalismos e uma vez ou outra mesmo supranacionais: dir-se-ia que alguns países estão fatigados da sua existência como nações independentes.

É certo que outros factores, além do anseio de liberdade, se ocultam atrás dos movimentos de autodeterminação dos povos, mas a expressão final que estes movimentos revestem é de facto a multiplicação de Estados independentes na sociedade internacional. O maior problema que o fenómeno suscita, além da liquidação das situações anteriores, é o da capacidade dos novos Estados para se administrarem com real independência e a sua perfeita integração no convívio moral e jurídico das restantes nações.

Quanto ao segundo movimento: o encurtamento das distâncias tornou o mundo mais pequeno e permitiu a progressiva intensificação da vida internacional. Paralelamente, a civilização parece caminhar no sentido da uniformidade, pelo que se não há-de estranhar um reforço de internacionalismo no direito o nas instituições encarregadas de estudá-lo e de promover a sua aplicação. Nada custa também admitir que o alargamento de um espaço, por soma de espaços nacionais, possa ser condição favorável à solução de certo número de problemas, pelo que a cooperação entre as soberanias que os partilham e a adesão a estatutos comuns se podem impor como a forma mais eficaz de os solucionar. — Nada disto nos suscita objecções de fundo.

Um aspecto se afigura, porém, mais sério, apesar de alguma obscuridade em que se envolve. Refiro-me ao movimento de integração europeia que muitos na Europa defendem e fora dela outros parecem acalentar. Esse vago pensamento começa já a revestir aqui e além formas jurídicas conhecidas, como a de federação ou confederação.

Se ao meu espírito é suficientemente nítida a razão por que afguns Estados defendem para o Ocidente europeu tais formas de integração, não consegui ainda descortinar os motivos que impelem outros a aceitar, senão a bendizer, esta sorte de liquidação nacional. A constituição heterogénea e dispersa de alguns Estados europeus, a vastidão dos seus interesses fora da Europa, a diversidade das instituições por que se regem, a disparidade de climas políticos e morais que neles se verifica, são aspectos que não consegui ainda compreender como seriam considerados para salvaguarda do que há de essencial em algumas destas formações históricas.

Tenho considerado como favor da Providência termos uma situação geográfica, uma formação territorial e um regime político que nos permitem aguardar neste canto da Península não só o desenvolvimento doutrinal da questão, mas algum começo de aplicação prática, se aí se houver de chegar. A posição prudente que temos tomado é defender e apoiar intensamente uma cooperação cada vez mais intima e uma solidariedade cada vez mais firme, sem prejuízo das autonomias nacionais, que são ainda, tanto quanto pode ver-se no horizonte político, a forma mais simples de progresso e de defesa dos interesses das populações que agremiam. O nosso nacionalismo, construtivo sem agressividade, colaborante sem exclusivismos, mas enraizado na terra e nas almas, pode bem continuar a revelar-se a melhor

defesa contra experiências ousadas, do que infelizmente se não haveriam de avaliar os benefícios possíveis senão depois do sofridas as desvantagens reais.

Vou terminar.

Falei mais do que desejava; espero não ter dito mais do que devia.

Varre o mundo, a par com dificuldades de toda a ordem, um vento de inquietação e desassossego, que mina as populações e parece desconcertar os governos. Os tempos criaram não só a necessidade como a esperança de modificações profundas na estrutura social, que a economia e a política são as primeiras a reflectir. Muitos supõem não poder operá-las senão por uma revolução. O nosso voto é que todos possam empreendê-la, a essa revolução necessária, como nós a vamos fazendo — em paz. Demasiado devagar? Talvez um tanto devagar, mas repito e sublinho — em paz.

XIX. PORTUGAL, GOA E A UNIÃO INDIANA ®

Certo número de factos ocorridos nos últimos dois anos chamaram para Goa a atenção do mundo; e não há dúvida de que a repercussão desses factos é desproporcionada à extensão dos territórios em causa e ao seu valor económico. A pretensão da União Indiana de libertar Goa ou de integrar Goa no seu território e sob a sua soberania — o que é o mesmo — é facto da mesma natureza de muitos outros que se encontram nos pródromos da última querra e no período de instabilidade que se lhe seguiu. Anexações violentas ou fingidamente plebiscitadas, competições e disputas armadas sobre territórios, violações de fronteiras, organização de quintas-colunas e do terrorismo para fins políticos, transferência deliberada e fugas apocalipticas de populações em massa, desrespeito dos direitos elementares dos homens e das nações são do noticiário corrente dos jornais, pelo que a sensibilidade dos povos se devia encontrar embotada. Coisa curiosa! Toda esta agitação e subversão de posições, que é um estado de querra, se passa numa atmosfera de apelos à paz, de organizações para a paz, de declarações de fins pacíficos e amigáveis. Onde tais apelos são sinceros parece tratar-se de uma luta desesperada dos homens para salvar de entre as ruínas alguma coisa que se entende dever subtrair à força material - o espírito, e uma das suas criações - o direito. Goa não pode suscitar curiosidade ou simpatia senão por se lhe encontrar, política e juridicamente, um conjunto de circunstâncias e peculiaridades que fazem dela um caso talvez único. Esforçar-me-ei por as apontar a traços largos.

I.

O que em Portugal se chama o «Estado da Índia» é um conjunto de territórios dispersos, alguns com acesso directo ao mar, outros encarvados na União Indiana, com a superfície total de 4 mil quilómetros quadrados e uma população de apenas 600 mil habitantes. Os territórios constituem administrativamente uma província, composta de três distritos — Goa, Damão e Diu. Como a capital e o distrito mais importante se chamam Goa, muitas vezes se designa por este nome o conjunto: assim, de forma abreviada, Goa é o Estado Português da Índia.

Não se compreende a formação parcelada de Goa, dispersa por uma extensão de 600 ou mais quilómetros na costa ocidental do subcontinente indiano, sem se

Martigo pedido pela revista Foreign Affairs e publicado no seu número de Abril de 1956.

remontar às origens e sem ter presente a situação política na península do Indostão nos começos do século XVI.

Os navegadores portugueses descobriram o caminho marítimo para a Índia, fazendo o percurso pelo cabo da Boa Esperanca, em 1498. Em face dos documentos coevos, pode assentar-se em que era triplo o objectivo que levara os Portugueses ao Oriente – comercial, político e religioso, este estreitamente ligado ao fim político. Desviou-se deste modo o comércio do Oriente com a Europa, feito por Suez e pelo Mediterrâneo, e traçou-se-lhe uma nova rota pelo Atlântico, fazendo de Lisboa um empório comercial. O facto traria a decadência às repúblicas italianas e diminuiria o poderio turco. Por outro lado, enfraquecer o poderio turco, tornando insegura a retaquarda no mar Vermelho e no Índico, e aliviar assim a pressão exercida na Europa, consideraram-no os Portugueses da época mais eficaz que a resistência frontal, que foi durante muitos anos a estratégia das potências do Ocidente. Por último, «fazer cristandade», missionar os povos, levar-lhes a mensagem de Cristo era como um imperativo da Nação portuguesa, fielmente traduzido nas ordens emanadas dos Reis. Quando se lêem, por exemplo, as cartas de Afonso de Albuquerque (1507-1515) e de D. João de Castro (1538-1548), mais vivas por sua natureza que os depoimentos dos nistoriadores, é-se empolgado pela larqueza das concepções políticas, pela audácia e o mesmo tempo realismo dos planos e por essa ânsia de levar a todo o Oriente a fé. cultura, a alma ocidental. O empreendimento revela-se, no fundo, mais idealista que utilitário: o monopólio comercial não era, enquanto pudesse manter-se, senão a fonte indispensável dos recursos para fazer face às duas outras finalidades.

A conquista de novas terras, a sujeição de novas gentes não estavam nos designios dos Portugueses. Decerto a questão foi levada mais de uma vez aos conselhos da Coroa, e aí se debateram modos de ver divergentes; mas a linha geral da política da Índia não sofreu variação de vulto a este respeito. Compreende-se que, para os fins indicados, não houvesse necessidade de mais que de ocupar em terra alguns pontos estratégicos para apoio das armadas que vigiavam os mares e garantiam a segurança das novas rotas do comércio, como se compreende também que essa base territorial se obtivesse geralmente por cedência dos pequenos reinos locais em troca de serviços prestados.

Na dispersão das soberanias de tipo feudal que dividiam entre si e em cacho o Indostão, eram constantes as rivalidades e lutas entre os pequenos reinos, as disputas familiares pela sucessão do poder. Precisamente em Goa o Português foi o aliado do Hindu contra o Mouro, cujo domínio e abusos de autoridade pesavam na vida das populações, ansiosas por libertar-se do jugo daquele. Nos tratados negociados com os soberanos locais, Portugal contentava-se com a licença de erguer fortaleza e com a porção de território necessária à sua defesa; o reconhecimento, à moda do tempo, da soberania do Rei de Portugal, mediante o pagamento de um tributo simbólico, e a liberdade de prègação da fé pelos missionários. Em troca, a amizade do Rei de Portugal, ou seja, a segurança dos mares e dos portos e a liberdade de comércio, garantidas pelas suas esquadras. Não havia imposições quanto à vida e às instituições locais: estas eram as existentes, sujeitas à sua evolução natural,

XIX. Portugal, Goa e a União Indiana

influenciadas, como é bem de ver, pela presença do Ocidente, cristão e socialmente mais avançado, naquelas paragens.

O que se chamou o Império Português do Oriente foi assim um império absolutamente sui generis: um império de mar que cessaria quando nações concorrentes se apoderassem do comércio e quando enfraquecesse o poderio naval que o canalizava e defendia. Pode dizer-se que terminou quando aqueles dois factores deixaram de pertencer a Portugal em supremacia. Não obstante, Portugal, pioneiro dos descobrimentos e condutor de uma civilização, enraizou-se por muitos modos nos países do Oriente — da Índia à Malásia, à China e ao Japão, sem apoio de uma extensa soberania territorial.

E pode perguntar-se: como se perdeu o Império do Oriente e se manteve Goa portuguesa?

II.

Nas pequenas faixas ou bolsas territoriais que constituíam o apoio e reserva das fortalezas e portos de comércio continuavam a viver os aborígenes, com os seus costumes, funcionários e até autoridades, mas evidentemente de mistura com número avultado de mercadores, militares, operários e mestres de construção civil e naval, oficiais de vários ofícios, representantes das ordens religiosas, numerosos missionários, idos da Europa, de passagem uns, estáveis e fixados muitos deles. A «política de casamentos» de Afonso de Albuquerque, execução da ideia de ligar gente à terra por meio de interesses permanentes e da constituição de família legítima, veio a criar pelos tempos uma população em que o sangue português generosamente se cruzara com o de elementos locais, ao mesmo tempo que o ambiente cristão, a cultura ocidental, a implantação de outros usos, costumes e instituições, a expansão da língua, as relações políticas com um país prestigiado da Europa ajudaram à formação e enraizamento de um povo perfeitamente diferenciado dos grupos étnicos do Indostão.

Estranhamente, os adversários das discriminações raciais empenham-se às vezes em contar os homens que formam o complexo agregado populacional que é Goa segundo a cor, a língua, a indumentária ou a religião. Ali uns são cristãos, outros hindus, outros muçulmanos. Mas o que na índia Portuguesa sobretudo importa observar é a mentalidade, as concepções da vida, o ambiente espiritual. Nenhum viajante qualificado, ao passar da União Indiana para Goa, pode subtrair-se à impressão de entrar num país perfeitamente diferenciado. Pensa-se, sente-se, procede-se à europeia. Não há talvez uma fronteira geográfica ou económica, mas há indiscutivelmente uma fronteira humana: Goa é a transplantação do Ocidente em terras orientais, é a expressão de Portugal na Índia.

A marcada evidência e supremacia destes factos tiveram desde longa data consequências relevantes sob o aspecto político e do Direito. Desde o século XVI, regimentos, cartas régias e instruções expedidas para o Ultramar — e tinha-se em mente, de modo especial, a Índia — mandam gastar esforço e dinheiro no sentido de

integrar na comunidade portuguesa os diferentes povos. D. Manuel, logo em 1505, ao definir as bases da administração portuguesa na Índia, recomendava: «os cristãos, em quaisquer terras onde os houver, vos encomendamos muito que favoreçais em tudo quanto bem puderdes, e os homens os façais honrar e tratar em todas as coisas, e assim mesmo os que novamente se converterem, de qualquer nação que sejam, e uns e outros sejam doutrinados e ensinados nas coisas da fé».

Vale a pena citar uma informação do Conselho da Índia, logo dos começos do século XVII, apresentada ao Rei sobre a importância daquele *tribunal* na administração portuguesa. Nela se lê: «a Índia e mais terras ultramarinas de cujo governo se trata neste Conselho não são distintas nem separadas deste reino, nem ainda lhe pertencem por modo de união, mas são membros do mesmo reino, como o é o do Algarve e qualquer das provincias do Alentejo e Antre Douro e Minho (...) e assim tão português é o que nasce e vive em Goa ou no Brasil ou em Angola como o que vive e nasce em Lisboa».

Várias Instruções daqui expedidas se inspiraram neste conceito, e das mesmas raízes profundas brotou a lei de 2 de Abril de 1761 — ainda os Estados Unidos não tinham alcançado a independência —, lei pela qual se declararam os naturais da Ásia portuguesa perfeitamente iguais perante a lei aos portugueses nascidos no reino, o que se entendia tanto para os indianos, cristãos ou não, como para os descendences de europeus, como ainda para os muçulmanos.

Assim se compreende que os goeses se não considerem nem apelidem em parte alguma indianos, mas «portugueses de Goa»; que cursem lá ou na Metrópole as escolas; exerçam as profissões liberais; desempenhem funções públicas, desde a burocracia à administração da justiça; exerçam comandos e cargos de autoridade; sejam magistrados, ministros e governantes ultramarinos; se representem no Parlamento — em perfeita igualdade com os mais portugueses e sem o menor vestígio de discriminação racial, que aliás em muitos casos não teria mesmo fundamento.

Esta a realidade sociológica, jurídica e política que a União Indiana tem diante de si nos territórios de Goa e que explica o carácter e desenvolvimento dos factos ali ocorridos.

III.

A União Indiana adquiriu a sua independência em 15 de Agosto de 1947, no momento em que a Inglaterra transferiu para os governos dos dois domínios ali formados os poderes que até então exercera. O processo da independência, apesar das obscuridades que sob vários aspectos possam envolvê-lo, revela com nitidez as duas pretensões seguintes. A primeira era dever ter a índia uma constituição que comprendesse toda a Índia Britânica, isto é, as provincias administradas directamente pela Grã-Bretanha e os numerosos Estados da Índia governados pelos príncipes, considerados súbditos daquela. Estes Estados haveriam de incorporar-se na nova Índia por adesão voluntária ou pela força, como veio a acontecer com alguns.

A segunda pretensão revela-se na preferência dos chefes do Congresso pela designação de Domínio da Índia — e não Domínio do Indostão, como fora sugerido

XIX. Portugal, Goa e a União Indiana

do lado britânico —, a dar ao novo Estado, decerto para mais fàcilmente poder ser tido como o herdeiro legal das obrigações contratuais da Índia indivisa e da sua representação nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais, de que passou a fazer parte por força da sua própria criação.

Sabe-se como fracassou o designio de uma índia politicamente titulada para representar todo o subcontinente e como surgiram os dois novos Estados — a União Indiana e o Paquistão (o Ceilão e a Birmânia obtiveram, separada e directamente do Governo Britânico, a independência: Ceylon Independence Act 1947; Burma Independence Act 1947). Mas a ideia fundamental da unidade da Índia — expressão geográfica — e da sua representação pela União Indiana continuou a inspirar, à margem dos textos e para além do momento em que deixou de ser uma realidade política e jurídica, a acção dos governantes da União Indiana.

Foi partindo deste pressuposto, velado e subentendido, que o Governo da União Indiana se dirigiu a Portugal (memorial de 27 de Fevereiro de 1950) a pedir a abertura de negociações em ordem à transferência de Goa para a soberania da União Indiana. O Governo português recusou negociar a cedência dos territórios e das populações do seu Estado da índia, com o fundamento constitucional de que os territórios de Goa, Damão e Diu faziam parte integrante da Nação portuguesa e de que o Estado não podia alienar por nenhum modo qualquer parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce (Constituição, artigo 2.º). Era isto a contrapartida do processo de integração que se desenvolvera e afinara durante 450 anos de vida comum. O texto constitucional não representa, afinal, mais que a expressão da impossibilidade política de um Estado se amputar voluntàriamente, como se não constituísse uma unidade moral.

Por outro lado, admitir as negociações era, independentemente da falta de fundamento da petição, aceitar como legítima a representação da Índia pela União Indiana. Este aspecto do problema é da maior gravidade, porque, conferindo-se à União Indiana a representação política da expressão geográfica índia, mina-se a base da existência independente do Paquistão, quando não do Ceilão e da Birmânia, pois todos estes Estados poderiam ser tidos como ilegitimamente incrustados em território da União. Os perigos de tal conceito não lhes escapam por certo, dado que a sua independência passaria a ter aos olhos da União Indiana a precariedade e a ilegitimidade de que a União acusa Portugal quanto ao seu Estado da Índia.

E assim nasceu o chamado caso de Goa.

Esgotado o processo diplomático, a questão passou a revestir outros aspectos, todos conducentes a exercer uma pressão externa que obrigasse Portugal a aceder a negociações para a entrega de Goa ou a criar a Goa condições incomportáveis de vida, para que por si se entregasse.

IV.

O caso de Goa é um artificio: não existiu evidentemente durante a dominação inglesa; não existiu mesmo durante o longo período que vem desde 1885, em que o

Congresso Nacional da Índia votou o governo autónomo como sua principal aspiração. Goa não só passava, pela sua pequenez, despercebida no mesmo subcontinente, como gozava já de mais prerrogativas dentro da Nação portuguesa do que os indianos para si exigiam da Grã-Bretanha. Seria incompreensível associar ou associarem-se os goeses a uma acção política que traduziria em relação a Portugal um retrocesso, em relação à Inglaterra um contra-senso. O caso de Goa, uma questão de Goa, não podia existir: só pôde brotar no espírito de alguns quando o delírio de uma independência ambicionada, e mais querida porque longamente duvidosa em se obter, criou a falsa ideia da unidade da Índia e do seu possível alargamento territorial, à custa das soberanias preexistentes.

Levou tempo e foi necessária uma persistente campanha de excitação para que a reivindicação se estendesse do restrito meio em que se gerara a esferas mais vastas, nas quais a imprensa pôde fâcilmente actuar. Os goeses continuaram-lhe estranhos, e equivocar-nos-íamos pensando que, mesmo na União Indiana, os territórios da Índia Portuguesa são uma reivindicação consciente e profunda dos povos. Estes, como o escol fora do mundo político, não vêem na questão elementos que interessem. Além-fronteiras, apesar dos esforços desenvolvidos para acreditar e fazer per-filhar as suas reivindicações, a União Indiana não conseguiu criar nos espíritos indeendentes uma atmosfera de apoio, de simpatia, nem mesmo de compreensão — e anto quando defende o seu direito a Goa como quando recusa a Portugal o direito de estar com Goa na Índia.

As posições oficiais da União Indiana, ao defender o seu direito a Goa, têm variado em harmonia com as circunstâncias, o esclarecimento dos problemas e as teses que foram sucessivamente sustentadas. Não para as discutir, mas para as classificar, citarei as mais salientes:

- Goa é uma questão de política interna da União: tese que parece abandonada;
- Goa é, para a União Indiana, uma questão de política externa e com sérias implicações internacionais (alusão aos Tratados de aliança anglo-lusos e ao Tratado do Atlântico Norte):
- Goa é uma questão interna dos goeses, que devem ser postos em situação de escolher o seu destino, em virtude do princípio da autodeterminação dos povos: ficarem independentes ou integrarem-se na União Indiana, únicas alternativas possíveis, porque, mesmo que o queiram e o votem, a União não tolerará que continue Goa ligada a Portugal, como foi oficialmente declarado. É evidente, aliás, que o alcance da primeira resposta seria igual ao da segunda, porque, desprendida de Portugal, Goa não teria possibilidades de vida independente nem forças de resistência que lhe permitissem subtrair-se à absorção pela União Indiana. Acrescentarei, ainda, que a tese é apresentada no terreno das abstracções e fora do âmbito das possibilidades reais, porque, quanto a plebiscitos, sabe-se que a União Indiana denunciou o que havia contratualmente ajustado com a França e não Ihe tem sido possível executar aquele a que se obriqou com o Paquistão.

XIX. Portugal, Goa e a União Indiana

Mas o problema tem sido posto também a esta outra luz: não ter Portugal direito a estar em Goa.

A tese filia-se na acusação de colonialismo que o caso de Goa — restos de um império colonial — representaria. Sabe-se como muitos países são sensíveis à acusação e como na Ásia sobretudo, onde na última década surgiram da base colonial grandes estados independentes, o anticolonialismo é ainda um sentimento vivo que pode dar alguma coesão aos povos, enquanto se não desenvolvem neles factores positivos de união e solidariedade. Compreende-se o estado de espírito desses países, mas não pode desistir-se de fazer examinar para cada caso a legitimidade das acusações.

O colonialismo é um regime económico e político susceptível de exame objectivo. Passa-se na ordem real; pode dizer-se que é redutível a números, a factos concretos, a estatutos legais. Tem-se admitido que subentende um poder soberano, estranho ao território submetido, uma exploração económica em beneficio maior ou menor do colonizador, uma vantagem política ou militar, uma distinção entre cidadãos e súbditos, com sua diferenciação de direitos, e sobretudo a inexistência de direitos políticos dos povos coloniais e a impossibilidade de interferência nos negócios metropolitanos. Mas não há só vantagens, sem a contrapartida de gastos e sacrifícios. Certamente que o país colonizador, quando consciente da sua missão, assegura a paz, responde pela ordem, organiza a vida, fomenta a economia, investe capitais, educa as populações, eleva-lhes o nível de vida e, como se tem visto, torna-as mesmo dignas da independência e da liberdade. Pode perguntar-se se por outras vias se chegaria mais ràpidamente ao mesmo fim.

Os elementos referidos acima permitem responder à pergunta — se Goa é ou não um caso de colonialismo.

Financeiramente, Goa foi sempre um encargo para o Tesouro metropolitano, e quase desde o princípio considerada por muitos uma ruína para Portugal. Parece que através dos séculos se havia de confirmar o que D. João de Castro escrevia em carta de 1540: nas fortalezas e castelos consumiam-se as rendas da Índia e «quanta fazenda vinha de Portugal». A situação não se modificou nos tempos de hoje, nos quais Goa consome as suas receitas próprias e largos subsídios da Metrópole (não contando com as despesas extraordinárias que a sua defesa em face da União Indiana tem últimamente obrigado a fazer).

Econòmicamente, não são as gentes nem o capital metropolitano que exploram Goa, nem a seu respeito existem privilégios especiais. Quanto ao comércio, tem sido mesmo modesta, devido à distância, a parte da Metrópole na importação e na exportação do Estado da Índia.

Juridicamente, não há distinção entre os portugueses de Goa e os portugueses do continente europeu, das ilhas adjacentes e do restante ultramar. Os goeses gozam de todos os direitos, ascendem a todos os lugares, desempenham todas as funções, fazem a sua vida por todo o território português.

Politicamente, não só à face da Constituição Goa é parte integrante da Nação portuguesa e constitui uma das suas províncias, dotada de autonomia administrativa e

financeira, como os goeses participam na formação dos órgãos centrais da soberania e deles fazem parte, em igualdade de condições com todos os mais portugueses.

O caso é este e é na verdade estranho. Ele é mesmo dificilmente compreensível, dada a feição corrente da expansão colonial no mundo e em face das noções utilitárias e materialistas que por muita parte dominam a acção política.

Os povos têm cada um o seu carácter e não reagem todos da mesma forma. O português revelou-se sempre na tendência para a criação de uma pátria moralmente una, com os territórios e as populações que foram sendo incorporados em a Nação; não viu óbice a esse desiderato na diferenciação das raças ou das religiões nem na dispersão das terras. Inclinação de espírito? Afectividade do coração? Fraternidade humana? A verdade é que esses povos têm demonstrado através da história a sua viva solidariedade com Portugal como os ramos de uma árvore com o tronco e as raízes.

No período em que Portugal esteve sob a dominação espanhola (1580–1640), a resistência no Oriente contra holandeses e ingleses foi sustentada quase só pelo Estado da índia com os seus recursos e a sua gente, não com os deficientes apoios recebidos do reino. A luta no Brasil contra os holandeses, não falando na restauração de S. Tomé e Angola, foi obra dos colonos brasileiros, mais que das forças oriundas da Mãe-Pátria. Assim se afirmava e consolidava o espírito de uma comunidade. São factos que originam problemas, neste sentido de que criam deveres. O Governo português tem repetidamente afirmado que o problema de Goa é sobretudo um caso moral.

V

Parece dever deduzir-se do exposto a impossibilidade moral e jurídica de o Governo português negociar a entrega de Goa, e consequentemente o seu dever e disposição de defendê-la dentro dos limites das suas forças. Está verificado também que os goeses não desejam ser libertados da soberania portuguesa, por sentimento patriótico em primeiro lugar, pela bem ponderada razão do seu interesse, depois. E estas atitudes criaram à União Indiana certo número de dificuldades.

A política externa da União é inspirada em confessado pacifismo, por motivos ideológicos e pelas circunstâncias da sua vida interna. No Tratado com a China, conhecido por Tratado do Tibete, ficaram definidos pelos dois países os princípios fundamentais que, no modo de ver de uma e outra potência, devem reger a vida internacional e garantir a paz entre as nações: mútuo respeito pela integridade territorial e pela soberania; não agressão; não interferência nos negócios internos da outra parte; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica. São estas normas apenas uma versão das que inspiram a Carta das Nações Unidas, de que a União Indiana faz parte, mas esta prefere, a outras fórmulas, os seus próprios princípios, que sucessivamente tem procurado fazer perfilhar pelos países que lhe são mais afins.

Ora, não estando Portugal disposto a coonestar, com actos hostis, agressões da União Indiana, uma acção militar, ou simplesmente uma «acção policial», da parte da União contra Goa seria a negação das bases morais da sua posição e o descrédito da sua política. De modo que o Governo da União se tem empenhado em

XIX. Portugal, Goa e a União Indiana

esforço desesperado para conseguir por outros meios a entrega de Goa, mas sem resultado dentro da sua política de paz, porque, mesmo dando ao pacifismo interpretação muito lata, os seus actos ou os actos dos seus agentes ou das populações por eles industriadas redundam sempre na negação de um ou outro dos princípios do Tratado do Tibete e da Carta das Nações Unidas.

Não vale a pena referir aqui esses actos, proclamados pela União como pacíficos, tidos comummente como actos de agressão a Goa e aos goeses. Lisboa tem feito publicar a lista dos actos mais gravemente lesivos dos direitos e da soberania portuguesa praticados nos últimos dois anos sobretudo; supõe-se que sejam conhecidos de todos. Aliás, salvo as repetidas invasões de satiagrais, que são caso típico da Índia e transplantação para Goa de processo muito seguido naquelas regiões de reagir contra a autoridade, no mais não se tem encontrado novidade de maior, nem na linguagem, nem nos actos, nem nos métodos adoptados. A longa história das más vizinhanças e das campanhas levadas pelos fortes contra os fracos de que ambicionam territórios documenta exuberantemente este processo: pouco já se poderá inventar.

A todos estes actos o Governo português não tem respondido com o menor acto de retaliação, mesmo onde essa retaliação seria particularmente dolorosa para a União Indiana; limita-se dentro do seu território a organizar a defesa e a contrabater os efeitos das piores providências tomadas pela União Indiana contra as pessoas, os bens, os interesses dos goeses. Neste momento a esperança da União está em que as medidas tomadas acabem por esgotar Goa e a forcem a entregar-se; a posição de Portugal é fazer os sacrifícios necessários, sem exceder as suas possibilidades normais, para que a situação possa ser indefinidamente mantida.

VI.

Ocupou-nos até aqui o caso de Goa, como conflito que opõe, sobre um território restrito, a União Indiana e Portugal. Mas os aspectos considerados, aliás com toda a objectividade, não são mais que um primeiro plano em que se desenvolve esta, como muitas outras questões da Ásia. Por detrás da pretensão da União Indiana há o pano de fundo de toda a questão asiática em face da Europa e, dentro em pouco, o seu alastramento ao continente africano.

A Europa dominou econòmicamente e em parte politicamente a Ásia durante os últimos séculos. Que o tenha feito em seu proveito exclusivo não é possível afirmá-lo com razão; seja como for, uma reacção de fundo nacionalista, mas operando na extensão do continente asiático, considerado como um todo solidário, formou-se, desenvolveu-se e está pondo fim, nos nossos dias, a um período histórico em que a condução dos negócios da Ásia foi chefiada pela Europa. O processo continua; o Japão perdeu a chefia do movimento, mas este prossegue. O objectivo a atingir é a independência dos povos e a sua constituição em Estados livres de ingerência europeia; o sentimento-base é contra o regime colonial extinto e por extensão contra o branco que o simboliza. Estas reacções não usam manter a justa

medida; irão além dos limites que aos homens reflectidos se afigura imprudente ultrapassar. Daqui estão nascendo complicações graves.

A primeira é esta: o Oriente não conta no seu seio apenas sociedades ou Estados de exclusiva formação asiática; fazem parte dele, mas de raiz ou formação europeia, as sociedades que formam a Austrália, a Nova Zelândia, as Filipinas, para só citar as principais, porque Goa também aqui caberia. Essa reacção antiocidental, esse ódio à Europa e de modo geral ao Ocidente, infundamentado que seja, destinge assim em desconfianças sobre alguns daqueles povos. Em qualquer caso, completa solidariedade alicerçada naquele sentimento negativo não é possível estabelecê-la.

Os Estados em começo de vida independente não podem oferecer para já a coesão ou unidade interna de velhas nações. A sua constituição heterogénea e os desníveis de civilização das respectivas populações são por ora uma causa de fragilidade e fonte de dificuldades internas. As superfícies enormes, as muitas dezenas ou centenas de milhões por que se contam os povos respectivos são seguramente base para grandes potências, mas a força não pode ser ainda proporcional à dimensão das terras e das gentes. Este estado de coisas cria inibições e receios que são reais, embora infundados em relação a um possível retorno do Ocidente, porque a História não se desfaz nem se refaz, mas nas relações entre os povos o medo funciona por vezes como o ódio. Nestes termos, enfraquecer por todos os modos o Ocidente ofigura-se à Ásia que é aumentar a força própria.

O passado colonial destes países não foi suficiente para a organização racional e metódica exploração de todas as suas enormes riquezas potenciais. Abundantes capitais, densidade técnica lhes são indispensáveis, e, para economizar o tempo necessário à formação interna de uns e da outra (tanto mais que o desenvolvimento demográfico é de aterrar os governantes), haveria que recorrer às nações que ainda hoje mantêm a superioridade capitalista e industrial. Mas as garantias obviamente necessárias fazem recear àqueles países que, através de estreita colaboração económica, se abram de novo as portas à dominação política.

E neste ambiente desenvolvem-se como miasmas os estribilhos das propagandas malsās. A Rússia, que a restante Ásia teme (talvez por ter presente o colonialismo por ela praticado nos vastos territórios da Ásia Central), oferece-se para ajudar à libertação dos outros povos e chefia a luta contra o imperialismo capitalista, fazendo-se sócio forçado dos que precisariam desse capitalismo para viver.

Estes sintomas podem desaparecer, e decerto desaparecerão com o tempo, chegando-se a uma colaboração internacional normal, se não intervier um factor de carácter regressivo. A Ásia foi sempre o mundo das civilizações herméticas. Abrir o continente asiático aos grandes contactos com o Ocidente é tido sobretudo como violação da vontade dos seus povos: estes são levados a julgar que as vantagens não compensaram os inconvenientes. Houve, é certo, interpenetração de culturas, mais extensa e profunda nuns casos que noutros, mas certos princípios da formação social e da cultura daqueles povos continuaram, a bem dizer, intactos. O problema é saber: a sós consigo como reagirão perante os grandes problemas da vida? E como organizarão em definitivo a sua própria vida?

XIX. Portugal, Goa e a União Indiana

As camadas dirigentes são de formação europeia, pensam à europeia, importaram instituições europeias na generalidade dos Estados, e estes também se encontram filiados e colaboram nas organizações de âmbito mundial. Por seu lado, o mundo avança no sentido da uniformidade em grandes sectores, ao menos naqueles que se lhe abrem; mas a dificuldade está aí — na possibilidade de um regresso de elementos ancestrais que façam quebrar a ligeira camada que, apesar de tudo, ainda representam as instituições assimiladas do Ocidente. Põe-se a questão, não se lhe dá resposta.

Quase por inteiro liquidadas as posições europeias na Ásia, eis que os novos Estados se aprestam a incitar um movimento subversivo em toda a África, indiscriminadamente, como se as condições fossem idênticas entre si nas diversas regiões africanas e semelhantes às dos povos asiáticos que obtiveram a independência. A União Indiana chefia ostensivamente o movimento desde Bandung.

À parte os quatro ou cinco Estados independentes que se situam em África e a faixa mediterrânea deste continente, a apressar no momento a sua evolução para o regime de governos autónomos ou Estados independentes associados, pode dizer-se que a restante África está e deve, por espaço de tempo imprevisível, continuar a viver sob o domínio e a direcção de um Estado civilizado. Não obstante as experiências políticas que a Grã Bretanha tem mais recentemente promovido em regiões aliás limitadas, as maiores manchas de África são territórios de dependência europeia sem condições para constituírem nações independentes e de base democrática, como hoje se diz. A administração pública e a direcção do trabalho pertencem, como não tem podido deixar de ser, a reduzidas minorias de europeus. Estas missões não podem ser abandonadas nem entregues em globo e sem discriminação aos elementos autóctones. Concebem-se ali transferências de soberania; não se concebe o seu abandono. Está aqui a essência do problema.

O anticolonialismo asiático pretende, acima de tudo e para já, chamar a si a simpatia e solidariedade dos povos muçulmanos empenhados em soluções determinadas de casos concretos; mas esse mesmo anticolonialismo, ao apresentar-se em termos da maior amplitude, não pode desconhecer aquele estado de coisas nem ter dúvidas sobre a impossibilidade de constituir em muitos ou poucos estados independentes as sociedades africanas de cor. Sobretudo a União Indiana conhece bem as situações, embora se equivoque ao supor-se interessada em que se precipitem naquele sentido.

Toda a costa oriental de África, incluindo Madagáscar, e a África do Sul constituem territórios de importante imigração e fixação indiana. Um país a braços com uma população muito densa, como a União, parece dever ter interesse nesta derivação pacífica de elementos populacionais seus que haviam de constituir fontes de rendimento próprio e agentes do progresso local. Para tanto seria, porém, essencial que não pretendesse fazer derivar da estabilidade desses elementos demográficos situações em colisão com os direitos ou interesses da potência soberana, nem se propusesse substituir-se ao europeu, mas colaborar confiantemente com ele. Quer dizer: a emigração da União não devia revestir-se de finalidade política, como aparenta ter. Esta já aqui ou além ameaça provocar uma crise que afectará grande-

mente o fenómeno; e toda a subversão que tenda à expulsão do branco é duvidoso respeite as pretensões atribuídas ao indiano. Quando, pois, a Rússia apoia a Ásia a expulsar da África os europeus, sabe que enfraquece irremediavelmente a Europa e anula no mesmo passo porventura as ambições expansionistas da União Indiana.

Pode ser que nem todos os que gritam o seu anticolonialismo tenham a consciência do que isso representa em África, quando posto em acção. A Europa, e em geral o Ocidente, não podem ser absolvidos de ignorá-lo.

VII.

Regressando a Goa. Se este caso de Goa tem de terminar, ao menos como crise aguda e origem de conflito entre Portugal e a União Indiana, parece não se poderem prever mais que três saídas — uma violenta, duas essencialmente pacíficas.

A decisão violenta será a integração pela força, levada a cabo pela União Indiana, ou seja, a União Indiana fazer guerra a Portugal em Goa. Não se duvida de que tenha meios suficientes para se apoderar dos territórios contra a resistência que as forças portuguesas possam ali oferecer. Dada a evidência deste desfecho e o reduzido valor, territorial e económico, da província no todo português, muitos se interogam por que iria Portugal resistir. A razão é que tem o dever moral de fazê-lo. Aquele que não defende o seu direito, já desistiu dele a favor de quem pretende tomar-lho, e no íntimo confessa que duvida da sua legitimidade.

Uma solução pacífica é a União Indiana desconhecer Goa. É solução antinatural, porque os territórios são vizinhos, as populações afins, os negócios e interesses recíprocos ou entrecruzados; mas é uma saída possível, embora com violação da Carta das Nações Unidas, por não haver boa vizinhança onde se começa por ignorar a existência do vizinho. Mas, à parte isto, para a União Indiana não há problema em que os territórios de Goa desapareçam das suas preocupações, como desapareceriam da vida, se um grande cataclismo os houvesse subvertido. Desapareceria o comércio, a navegação, o trânsito, a emigração, as transferências: mas é concebível e possível a situação resultante deste desconhecimento, desta inexistência política de um pequeno vizinho. É evidente que não poderia haver mais assaltos, invasões, terrorismo organizado, ataques de imprensa, marchas, comícios agressivos. Pura e simplesmente Goa não existio: algumas consequências, como as resultantes de viverem dezenas de milhares de emigrantes goeses na União Indiana, teriam de ser enfrentadas.

A terceira e única verdadeira solução do problema, na parte em que o problema pode ser resolvido entre dois Estados responsáveis, è uma negociação aberta sobre todos aqueles pontos em que a vizinhança e o contacto constituem riscos ou podem criar atritos ou dificuldades. O Governo português tem enunciado alguns; ao Governo da União podem interessar outros. E, sem outro pensamento recíproco que «viver e deixar viver», havia de ser possível encontrar fórmulas de pacífica, senão amigável, convivência, pontos de convergência dos interesses, solução para divergências existentes ou possíveis. Creio que é só por este caminho que a União Indiana pode verdadeiramente engrandecer-se, consolidar-se e acreditar a sua apregoada política de paz.

XX. APONTAMENTO SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL.⁽¹⁾

Meus Senhores:

As palavras que se me pedem são para servir de abertura ao IV Congresso da União Nacional, mas não sei se podem constituir para ele introdução apropriada.

O Congresso tem de fazer, com o balanço da obra de nossa responsabilidade, a critica das soluções o das deficiências; julgar da adequação dos princípios à resolução dos problemas que os portugueses enfrentam como sociedade política e como Estado; rasgar, se quiser, novos horizontes à acção e futuro da grei. Nenhuma destas missões me cabe a mim hoje, mas coisa muito diversa e situada em muito diferente plano.

Dada a atmosfera de grave perturbação em que se vive — revolto o mundo, minados os alicerces da civilização, perplexos ou desorientados os defensores da cidade — perguntaram-me alguns se não seriam de considerar, até como base das nossas reflexões e atitudes políticas, os riscos que dai podem advir-nos; ou, por outras palavras, se não mereceriam exame, no meio da confusão actual, as razões da nossa confiança no futuro da Nação portuguesa.

Há-de parecer estranho, senão ousado, o assunto. Para o tratar convenientemente seria necessário o confronto dos acontecimentos e dos sistemas que se disputam a inteligência dos homens e a direcção da vida dos povos: e eu não me sinto habilitado a ir além de ligeiro apontamento de factos e problemas do momento internacional, sem me comprometer em soluções, salvo as que nos interessam directamente. As outras cabem às grandes potências que conduzem o mundo e, pelo caminho que seguimos, lhe podem comprometer os destinos.

I.

A situação mundial pode talvez definir-se a grandes traços da forma seguinte: Na Europa a política de guerra do Ocidente tornou possíveis à Rússia engrandecimentos territoriais importantes, e a imposição do regime comunista a numerosos Estados, que ficaram a constituir, sob a direcção daquela, uma zona de segurança e de reserva económica e militar.

⁽II) Discurso pronunciado na Sociedade de Geografía de Lisboa, em 30 de Maio de 1956, na sessão de abertura do IV Congresso da União Nacional.

Na Ásia numerosas nações — tornadas independentes umas, afastadas outras de qualquer influência europeia — afirmam com vigor a sua presença na sociedade internacional, no geral ainda fundamente ressentidas e eivadas de ódios à civilização do Ocidente e ao branco, que foi dela o generoso portador. Do Médio e Próximo Oriente às margens atlânticas, por toda a corda do Norte de África, processam-se novas independências e parece ensaiar-se, ainda hesitante, uma comunidade pan-árabe ou pan-islâmica a definir, conforme as circunstâncias.

Assim a restante África começa a agitar-se e a arder ao fogo de movimentos que, não podendo ser nacionalistas e muito dificilmente ideológicos, se apresenta-rão como rácicos, numa larga acepção do termo, aprestando-se, como na Ásia, a negar ao branco todo o esforço civilizador e os direitos dele decorrentes.

Em contraposição, a América, à parte sobressaltos de política interna, apresenta-se de fronteiras estabilizadas, amante da paz e dotada de espírito de colaboração especialmente no sistema interamericano. Neste sistema elementos desagregadores, impulsionados de fora, não conseguiram ainda efeitos relevantes, devido sobretudo à estrutura moral dos países, que todos devem à Europa as bases da sua formação.

Assim está o mundo.

Enquanto a China, quase em silêncio, à parte a intervenção militar na Coreia e no ibete, tenta a sua revolução comunista, para em seguida se impor ao menos ao sul e ao sudeste da Ásia; enquanto o Japão, duramente tocado pela guerra, se recompõe das perdas sofridas no seu território e importância política e tacteia o caminho entre os novos valores asiáticos; enquanto a União Indiana procura através da sedução do seu neutralismo assegurar-se um dos primeiros lugares de direcção, e as nações recém-chegadas à independência se organizam e consolidam nela — o ponto nevrálgico da política do mundo continua a situar-se na Europa: não só porque pela força e riqueza próprias tem tradicionalmente dirigido os destinos mundiais, como porque nela floresceu e tem estado ameaçada a única civilização universal que a Europa e as nações americanas representam e parece terem obrigação de defender solidàriamente. Europa e América são para este efeito o Ocidente, e os seus problemas por aquelas razões problemas que aínda têm alcance universal.

E quais são, em face dos movimentos ideológicos e subversivos enunciados e da nova estruturação do mundo, quais são os princípios norteadores do Ocidente? Não me atrevo a dizer que o Ocidente não disponha de uma doutrina básica — ao menos os princípios essenciais da sua civilização comum. Mas a acção política e económica, as declarações dos dirigentes, as manifestações da opinião, todos sentimos provirem de atitudes mentais ou emotivas cujo acerto — ouso humildemente dizê-lo — não é comprovado pela razão e possivelmente o não será pelos eventos futuros. Poderei chamar-lhes princípios fundamentais, ideias mestras? São talvez antes estribilhos ou slogans, trespassados dos jogos da política interna para a direcção internacional, e em tal imprecisão de conceitos e justaposição de planos, sem hoje nem amanhã, que chegam a perturbar os espíritos mais serenos ou esclarecidos. Exemplificarei, citando apenas o anticolonialismo e o direito de autodeterminação dos povos; as deficiências

XX. Apontamento sobre a Situação Internacional

económicas origem do comunismo; a integração europeia; o remédio universal das Nações Unidas para solução dos conflitos internacionais. Teremos ocasião de topar um ou outro no nosso caminho e de verificar onde apenas foram excessivas as esperanças e onde terá havido mesmo erros de concepção.

Mas regressemos à Europa e ao seu drama dos últimos anos — o conflito Leste-Oeste e suas diversas implicações: a divisão da Alemanha, os povos semilivres para além da cortina, as fronteiras não fixadas, a paz por estabelecer, países segregados da sua vida normal de relações — são questões que nem a Rússia está convencida se tenham estabilizado ou hajam recebido solução conveniente.

A Rússia engrandeceu-se, tornou-se mais poderosa. Mas os problemas resultantes do engrandecimento em território, da ascensão a grande potência industrial, das consequências de um esforço de guerra vitorioso, da força expansionista de um grande império que aproveita inteligentemente a sua hora, complicaram-se com o facto de a Rússia se ter constituído em pátria do comunismo e activo factor de uma revolução mundial, que teria como ponto de apoio em cada nação os partidos comunistas. É certo fazer a Rússia parte desde o começo das Nações Unidas, mas, não parecendo os seus propósitos e política consentâneos com o espírito e os processos da instituição, nem eficientemente limitados pelos preceitos da Carta, houve que organizar, com um pouco mais de realismo que de costume, um sistema defensivo a Ocidente para entravar o movimento de Leste. Isto se conseguiu porque ao esforço de quase todos os países da Europa livre se juntaram, multiplicando-o, o Canadá e os Estados Unidos da América.

Acontece agora que uma série de declarações, atitudes e providências se desdobram do lado russo ante o Ocidente, a denunciar mudanças de que não se conhece o alcance nem sabem por ora prever-se as consequências. O que se passou no último Congresso Comunista de Moscovo, as visitas diplomáticas que o antecederam e se lhe seguiram, a extinção do Kominform, órgão de coordenação da acção comunista no exterior, o emprego de outras modalidades de influência, como a acção económica, modificaram o plano em que a política ocidental estava sendo conduzida e parecem exigir reajustamento de posições. Mas para se determinar em que sentido preciso, seria necessário compreender o alcance das novas tácticas.

Tenho seguido as diversas interpretações e também as construções que aqui e além se têm arquitectado sobre os dados recentes. São tão numerosas que não parece haver inconveniente em arriscar mais uma.

Penso que o conjunto de eventos à volta da Rússia e do comunismo partem da verificação de duas realidades: uma, perda de virulência da revolução comunista na Rússia; outra, impotência revolucionária dos partidos comunistas dos diferentes países, na altura em que uma guerra ideológica, desencadeada pela Rússia, se tornou claramente impossível a Ocidente. Se não estou equivocado, há muito que a Rússia operara o máximo de destruição e negação que podia fazer e que um movimento de retorno a fórmulas mais harmónicas com a experiência e com a natureza das coisas se processa no território e nas instituições. Uma revolução, mesmo quando realiza,

não pode manter indefinidamente nem a força inicial nem a violência com que eclodiu. Mas isto nada tem que ver com o reforço da potência militar, o desenvolvimento da capacidade industrial, a consolidação da força política no interior ou no exterior. Isto só tem que ver com as instituições em que o comunismo se revelou antinatural e tinha mais hoje mais amanhã de ceder diante de outras forças que são as próprias exigências da vida individual ou colectiva.

A pequena projecção dos partidos comunistas nos países do Norte e a estabilização das forças dirigidas por esses partidos nos grandes países do Centro e Sul da Europa devem ter levado ao reconhecimento da sua esterilidade política e a pensar numa fórmula que lhes permitisse alguma acção. Se a filiação russa e a obediência a Moscovo nitidamente os impossibilitaram de crescer, por incompatíveis com as forças nacionais, a extinção, aliás aparente, dessa obediência poderia favorecê-los. Tornados nacionais os partidos comunistas, seria porventura mais aceitável a sua entrada no jogo normal da vida partidária e mais fácil o seu acesso ao governo dos povos.

Das muitas afirmações que se atribuíram aos altos dirigentes russos nos últimos tempos são para nós de fixar duas: a possibilidade de nalguns países o comunismo se instalar no poder pela via democrática; e, mesmo instalada por via democrática, a revolução ser... a revolução. Compreende-se a dificuldade, a impossibilidade de ım alto dirigente russo afirmar o contrário sem quebrar o entusiasmo ou desiludir is esperanças do comunismo internacional. Nós somos porém obrigados a dar àquelas asserções o significado duma estratégia a desenvolver-se em três fases. Primeira fase: os partidos comunistas devem aliar-se com outras forças políticas mais ou menos afins ou mesmo com afinidades transitórias ou superficiais para consequirem participação no poder. Segunda: os partidos comunistas e os governantes do partido ocuparão as posições e desenvolverão o esforço requerido para converter a actual minoria em maioria democrática. Terceira fase: instalados no poder, farão a revolução comunista, tão autêntica, tão completa e brutal como se o comunismo não houvesse ainda sido ensaiado no mundo. A experiência alheia não tem grande utilidade prática; cada povo, cada movimento pretende, contra todos os ensinamentos da razão e da história, fazer a sua experiência. E «a revolução é... a revolução».

A nova táctica criou problemas que não podemos considerar despiciendos.

O reconhecimento da impossibilidade de uma luta entre os blocos que se opõem e o abandono espectacular da guerra para extensão revolucionária comunista podem produzir só por si benefícios reais. A diminuição da tensão internacional, uma atmosfera de compreensão e boa vontade, a coexistência pacífica, se não for possível mais, tudo será de utilidade para os povos, cansados de lutas e de ódios e sobrecarregados à conta desses ódios nas respectivas economias. Se não nos deixamos embalar pelo optimismo de alguns, é porque infelizmente esta política não é isenta de dificuldades nem desprovida de riscos.

A coexistência pacífica importa o abandono das propagandas hostis, a não intervenção na vida interna dos Estados, o respeito das convenções, inteira recipro-

XX. Apontamento sobre a Situação Internacional

cidade nas concessões e nas facilidades, a garantia dos direitos, o abandono dos propósitos de domínio, a colaboração no que seja interesse comum ou geral. Ora tudo isto que é corrente a oeste exige, com a total inversão das atitudes soviéticas, um grau de boa fé recíproca e de crédito que a Rússia terá penosamente de reconquistar. Esta a grande dificuldade sem cuja remoção a coexistência se converteria em logro para o Ocidente.

E há também perigos. Se desta melhoria por que, aliás, todos ansiamos resultasse uma espécie de amolecimento ou conformismo com os acontecimentos, quando do outro lado haverá sempre uma política activa e de fins determinados; se do conjunto das circunstâncias criadas resultasse o desaparecimento, antes de tempo, ou a impossibilidade de manter-se a única barreira que, apesar das suas limitações, incoerências e fraqueza, se conseguiu erguer em face da expansão soviética, não poderíamos estar seguros de ter progredido no caminho da paz ou da defesa da civilização.

Foram estas mesmas reflexões que me levaram há anos a concluir pela vantagem da coexistência pacífica com a Rússia — Estado ou Nação — e pela necessidade de prosseguir a luta interna contra o comunismo — ideologia ou partido. A primeira conclusão é evidente; a segunda procede de que a ideia dos partidos comunistas nacionais não foi concebida para os exterminar mas para marcar o novo caminho por que poderão chegar ao poder e realizar a revolução.

E aqui se suscita um probrema: estão as democracias em estado de defender-se? Todos temos ouvido que a democracia é a melhor defesa contra a ditadura — o que não está bem demonstrado — e os partidos socialistas a melhor arma contra o comunismo. É certo que alguns países nórdicos, de política pronunciadamente socialista, quase não conhecem o comunismo; mas no continente europeu não se verifica que os partidos socialistas tenham impedido o comunismo de se enraizar e progredir até ao ponto de mobilizarem importantes fracções do corpo eleitoral. Se a Rússia joga com os princípios democráticos propugnados a oeste, toma uma posição contra a qual dentro dos mesmos princípios parece difícil lutar. — Permitam-me que não insista, pela delicadeza que tem para alguns a questão e porque a dificuldade não se entende connosco: é porém claro que um problema internacional põe aqui a nu a precariedade de certos princípios políticos.

E passemos a outro capítulo.

II.

A independência dos países norte-africanos só não constitui grave problema europeu na medida em que seja possível assegurar a sua estreita colaboração com a Europa. Esta não pôde nunca julgar-se segura nem efectivamente o esteve senão quando a extensa frente afro-mediterrânea se podia considerar, sob qualquer forma, amiga ou aliada. A Grécia, a Itália, a França e a Espanha, nós próprios não podemos ter inimigos ali. E se a actual crise levanta sérias dificuldades e penosíssimos atritos, ninguém entende que não sejam transitórios: solução definitiva só

pode ser a resultante da própria necessidade de conviver e de colaborar. Os interesses criados, as relações estabelecidas, as deficiências ou atrasos que haja ainda que vencer, as consequentes necessidades de apoio traçam uma linha de solução. Se outra vingasse é que se haviam perdido de vista os interesses dos povos e um vento de paixões malsãs impelia estes países para a aventura. É o problema de África que em parte se joga ali.

Não nos temos cansado de dizer que a África é complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência. Sem a África, a Rússia pode desde já ditar ao Ocidente os termos em que lhe permite viver.

Se os grandes aglomerados humanos estão criando uma espécie de consciência e solidariedade continental, como a americana ou a asiática, não parece fundamentada a ideia em germe ou mesmo em esboço duma África complementar da Ásia, negando-se essas mesmas possibilidades à Europa, que a descobriu na maior parte, a desbravou, a povoa, a trabalha e lhe tem levado com sacrifícios de sangue e de fazenda a sua própria civilização. Mas, se é assim, não basta proclamá-lo; é necessário encarar os problemas decorrentes dessas realidades.

Um vento de revolta sopra em várias regiões de África, atiçado por potências conhecidas em obediência a conhecidos interesses e ambições. Esse vento parece ustificar o anticolonialismo em moda, ao mesmo passo que dele se alimenta. A Europa sente-se responsável também, e por uma espécie de cobardia colectiva parece envergonhar-se da obra que ali tem realizado. No fundo, nesta época em que se apela de todas as bandas para a não discriminação racial, o movimento onde se manifesta é sobretudo rácico, de cor, em dimensões continentais, e ameaça erguer-se em globo contra a civilização do Ocidente, que perdeu infelizmente a coragem de afirmar a sua superioridade.

O principio da autodeterminação fundamenta e legitima a independência dos povos, quando o grau de homogeneidade, consciência e maturidade política lhes permite governar-se por si com beneficio para a colectividade. Mas é indevidamente invocado quando não existe, nem aproximadamente seguer, a noção do interesse geral de um povo solidariamente ligado a determinado território. Em tal hipótese a autodeterminação levará ao caos ou à substituição de soberania efectiva mas nunca à independência e à liberdade. Fronteiras marcadas na carta por zonas de influência e ocupação, sem a noção das dependências económicas e com bastante desconhecimento das populações que, aliás, não usam fazer grande caso dessas demarcações políticas, têm servido sobretudo para delimitar tarefas e evitar conflitos, mas em muitos casos é bem difícil saber-se quando podem — se puderem um dia - definir o âmbito de uma nação. A desabusada ligeireza com que estes problemas são hoje encarados, de envolta com a vaga fraseologia das propagandas, a aticar movimentos passionais e irresponsáveis, choca as inteligências reflectidas e só por isso arrisco estas palavras; porque em boa verdade também este problema nos não diz respeito a nós.

O ideal que inspirou os descobrimentos portugueses e depois a obra que se lhe sequiu foi o de espalhar a fé e comunicar aos povos os princípios da civilização.

XX. Apontamento sobre a Situação Internacional

O móbil de integrar esses povos na unidade da Nação portuguesa foi possível realizá-lo pela não discriminação racial — exigência do nosso carácter e nervo da obra colectiva — pela larga tolerância usada e a criação do mesmo clima moral. Um nativo do Angola, embora com as limitações da sua incultura, sabe que é português e afirma-o tão conscientemente como um letrado de Goa saído de uma Universidade europeia. Quer dizer, em vez de uma política de domínio ou educação, ainda que paternal, mas toda conduzida no sentido de constituir uma sociedade independente e estranha, o português, por exigência do seu modo de ser, previsão política ou desígnio da Providência, experimentou juntar-se, senão fundir-se, com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria. Assim nasceu uma Nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo; mas quando olhos que sabem ver perscrutam todas essas fraçções de nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos hábitos de vida, no sentimento comum que ali é Portugal.

Daqui nos resulta no entanto uma dificuldade: fazer compreender, em face de outros casos originados em orientações muito diferentes, que, relativamente a Moçambique e Angola, por exemplo, não se põe mesmo a questão de saber se são ou não territórios autónomos, porque são mais do que isso — são independentes com a independência da Nação. Os diversos graus de autonomia administrativa e financeira em que vivem são filhos das necessidades que as distâncias criam e a grandeza dos territórios aconselha, mas não imprimem uma directriz, nem têm significado pròpriamente político. Nos meios internacionais onde estes problemas sejam catalogados segundo padrões muito diversos, eu nem quero pensar na estranheza com que se ouvirá que, por exemplo, Cabo Verde prefere ao seu Estatuto de província ultramarina, com larga autonomia, o Estatuto administrativo das ilhas adjacentes, de completa integração. Mas as coisas são assim e não de outra maneira.

Lògicamente não deveremos sentir, salvo por abusivas influências ou pressão exterior, a que aliás seria imprudente não estar atento, elementos de dissociação nas províncias do Ultramar. Não se sentiram através da história e essa longa experiência deve ter posto bem à prova o sistema e fornecido a demonstração da sua solidez. Sempre que foi o momento, mais ainda nas crises que nos tempos calmos, sempre que foi o momento essa unidade moral e política da Nação afirmou-se na solidariedade dos membros, na resistência local ao inimigo, na fidelidade, com os maiores sacrifícios e riscos, à pátria comum. Goa é o mais recente o decisivo exemplo.

Este caso de Goa, que tanto nos tem preocupado, é mais um conflito de noções políticas e regras morais do que pròpriamente de interesses, tanto para nós como, suponho, para a União Indiana. Econômicamente, e salvo o porto de Mormugão, que é superior a Bombaim e o melhor daquela costa, não parece que a integração de Goa levasse grande contributo à União Indiana; e sob o aspecto da defesa não só sempre nos dispusemos a dar todas as garantias, ainda que razoàvelmente não

fosse de recear nenhum risco, como não conseguirá nunca qualquer país eliminar, pela integração no seu território, todos os pontos de onde é materialmente possível ser-lhe lançado um ataque. Uma razão destas não pode ser invocada.

O que, pois, parece estar no fundo do conflito com a União Indiana é uma divergência de ordem política e moral, que afinal se resume em saber se uma nação pode ser constituida por territórios dispersos e longínquos e, quando assim, se ela tem o direito de os ceder ou trespassar.

A primeira proposição não tem de ser demonstrada. Numerosissimas nações não gozam de unidade territorial e são constituídas por territórios que ao acaso da vida e da história se foram agregando sob a acção do mesmo poder. Nem mesmo se tentou nunca fixar qualquer limite às distâncias para que se aceite a legitimidade da soberania: todas as soluções seriam arbitrárias, possivelmente antinaturais. E foi-se conduzido pela força das coisas a não objectar com tais circunstâncias, que não impedem de facto a unidade política. Assim o Paquistão, no mesmo subcontinente da União Indiana; assim a Indonésia, espalhada pelas suas três mil ilhas; assim os próprios Estados Unidos, com o Alasca para além do Canadá.

Por outro lado, não há dúvida de que as disposições constitucionais portuguesas acerca da cedência de fracções do território nacional, não a permitindo em caso algum, se ajustam à moral internacional corrente, à qual repugna o tráfico los territórios com as suas populações. Nem se sabe mesmo de onde se originaria o direito de um Estado decidir do destino de populações que o constituem e têm jus à sua protecção.

Mas suposto que ambas estas questões podiam ser resolvidas em sentido contrário, abalar-se-ia com isso a presença de Portugal na Índia; não se teria criado um direito para a União Indiana. As suas pretensões apresentam-se baseadas na contiguidade territorial, na interdependência das economias, na afinidade de raça, mas estas circunstâncias, aliás só parcialmente exactas, não têm força para criar esse direito novo e invalidar um direito preestabelecido e històricamente comprovado.

Assim, na impossibilidade de uma solução política mais bem ou mais mal enquadrada em princípios de direito, e verificada sem contestação possível a inexistência de colonialismo em Goa, a União Indiana foi induzida a concentrar os máximos esforços para a consecução deste objectivo supremo: anular a resistência moral dos goeses e a sua fidelidade a Portugal. O bloqueio económico, a proibição do trânsito nas fronteiras, a suspensão das comunicações telegráficas e telefónicas, a recusa das transferências de economias e depósitos, a boicotagem dos navios e empresas de navegação, o corte das ligações ferroviárias, as pressões exercidas sobre os que do estrangeiro comerciavam com Goa, as prisões, os despedimentos, as violências exercidas em Bombaim e noutros pontos da União contra os goeses, os actos de terrorismo, os assassinios, os assaltos, os roubos, os sequestros, as sabotagens — tudo se experimenta e está a executar ali com a frieza e a precisão de um programa fixado.

Mas nós não precisamos de melhor argumento para defender a nossa tese. Se tanta violência e tanta injustiça são necessárias para dominar a resistência dos goe-

XX. Apontamento sobre a Situação Internacional

ses em Goa, na União ou no estrangeiro e se essa resistência subsiste e a cada momento se afigura mais tenaz, tem de concluir-se que um factor intervém, superior à vontade dos governos, inacessível à acção do poder, inatingível pela força material: são quatrocentos anos de presença e de história, é a identidade de civilização, é a dedicação à pátria comum.

Não farei referência aos sacrifícios que suportamos para enfrentar esta luta desigual e injusta, não só porque mais sofrem os que estão imediatamente sujeitos às violências e às dificuldades, como está entendido merecer Goa todos os sacrifícios, primeiro pelo que é como parte de Portugal e depois pelo que representa na nossa história e na história da expansão civilizadora do Ocidente. A acção da União Indiana é que não se mostra coerente com os princípios políticos que defende nem com a filosofia da não violência que os governantes dizem perfilhar. Do nível a que subiu como potência asiática, da ligação com o Ocidente através da Comunidade britânica, da sua filiação nas Nações Unidas, senão da obediência aos princípios do Tratado do Tibete, anunciados ao mundo como o código da concórdia e boa vizinhança, tinha de esperar-se outra atitude e a nobreza de outra política.

•

Sei que muitos discursos foram preparados para este Congresso e muitos mais terão de ser ouvidos por vós. Este é um motivo muito forte para que da minha parte vos alivie no que puder e sem mais dê por findas as minhas considerações.

Tenho a consciência de não ter sido hoje tão claro como de outras vezes. Algumas teses as deixei apenas esboçadas, outras se tanto subentendidas. Nem mesmo tirei a limpo as conclusões que nos respeitam: mas quem quer as pode com facilidade deduzir.

É evidente que não estamos de acordo com muitas posições e doutrinas e entendemos que muitas teses inconsideradamente aceites estão alimentando a confusão. É também evidente que acerca dos nossos interesses e da sua defesa podemos ter noções mais autorizadas que outros, pois nos cabe o dever de conhecer melhor as peculiaridades da nossa formação histórica e estrutura política. Se, para além do nosso terreno, nos pronunciamos sobre o comum é que a solidariedade que a todos prende nos não deixa imunes das consequências da política e orientação geral.

Bastantes nações estão a surgir à luz da história e se mostram muito zelosas da sua liberdade e independência. Bem é, contanto que a mesma noção de nacionalismo que invocam e o mesmo direito à integridade e unidade política sejam por elas reconhecidos aos mais. Ainda cabemos no mundo; apenas o ódio o torna tão acanhado que nem mesmo só os ambiciosos parecem poder caber nele.

A época de transformação que o mundo atravessa é não particularmente para nós mas para todos prenhe de problemas e de riscos. Isso causa apreensões e obriga a cuidados, vigilância e esforços especiais mas não tem fatalmente de conduzir ao pessimismo. Aos ânimos fortes os maus tempos não destroem, antes redobram as

energias; e como tanto para as nações como para os indivíduos a vida é luta, os que desistem de lutar são indignos de viver. Mas isto não se dirá de nós.

Para que seja assim, exactamente nos momentos confusos como o actual eu desejaria que mantivéssemos o entendimento desanuviado, o coração limpo, a vontade decidida e firme. Assim temos possibilidade de ver com nitidez o caminho, respeitar com bondade e justiça o interesse alheio, defender com vigor o nosso, colaborar activamente com os mais para o bem comum. O que se pede com essa atitude é afinal um exemplo de clarividência e de realismo, de confiança em nós próprios e nos destinos da Nação. Parece-vos que é demasiado pedir?

XXI. MENSAGEM À LEGIÃO PORTUGUESA ⁽¹⁾

Embora com algum sacrifício — menor em todo o caso que o de muitos de vós — também eu não quis deixar de estar presente nesta reunião legionária. A Legião festeja o vigésimo ano da sua existência e as poucas palavras que no momento me proponho dizer são a simples reafirmação de que até ao presente não diminuiu a sua necessidade e para o futuro não pode afrouxar o seu alerta.

Há vinte anos foi nítido para nós — mas não o foi para muitos —, em face do caso espanhol, que o que essencialmente se desenrolava no Mundo eram conflitos de civilização; ou mais precisamente que a civilização ocidental estava sendo desmantelada até aos alicerces e batida nos seus princípios fundamentais e nas suas criações por outros conceitos filosóficos, outras maneiras de encarar o homem e a vida, novas medidas de valor para as realizações do espírito. Em face destes conflitos deviam considerar-se de menor monta as confrontações das formas de Estado e dos regimes políticos, as divisões partidárias, certas desigualdades sociais, os interesses materiais da vida.

Neste intervalo as nações bateram-se por hegemonias, os homens pelas riquezas, os governos pelo domínio ou pelo prestígio da sua própria existência. Mas quando nos foi dado viver, ainda que de longe e em segurança, o caso húngaro — a amargura até ao desprezo da vida, a luta sem esperança, o adeus à terra, o abandono dos lares, a dispersão das famílias, a imolação dos fugitivos, a deportação dos inocentes —, todos nós pudemos sentir a precariedade de certas coisas por que muitos se batem, para só avultar a transcendência de algumas a que estamos — tantas vezes inconscientemente! — presos pelas próprias raízes de que provimos. O que significa esse vibrar da consciência nacional? Nós queremos a independência da nossa terra, a inviolabilidade dos nossos lares, a paz no trabalho, a segurança da vida, a liberdade de crer. Tudo isto o queremos seguro e bem nosso — não como falsos profetas no-lo prometem para o recusarem em ruínas e sangue, segundo todos vemos — mas como o sentimos no mais íntimo da consciência e como no-lo revela o nosso coração de portugueses.

Ora a defesa desta posição, que é sentimentalmente de todos ou quase todos, temos de entregá-la à especial vigilância de alguns. E é reconfortante ver que de todos os lados, sem distinção de meios de fortuna ou de modo de vida, sem recom-

⁽⁰⁾ Palavras proferidas na comemoração do XX aniversário da Legião Portuguesa, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, em 8 de Dezembro de 1956.

pensa ou escolha de postos, uma multidão acorreu a oferecer-se simplesmente para servir. Na verdade, através das ameias da fortaleza nacional, ameaçada nos dias de hoje como todas as outras e tanto mais ameaçada quanto mais intransigente e mais firme, sobre os velhos muros deste castelo português vos tendes de manter guarda e vigia constante pela segurança de todos, mesmo dos que nos combatem ou atraiçoam, sem deitar contas à grandeza do sacrifício pedido.

Quando me ponho a reflectir sobre a crise interna e externa por que passa a nossa civilização, não me acode ao espírito duvidar da capacidade universal dos seus princípios, nem desse halo espiritual e humano que lhe permite elevar por simples efeito da sua irradiação até a uma fraternidade universal as almas, as raças, os povos. Mas além de ser já grande diminuição do potencial civilizador ter-se aqui e além perdido a fé na sua superioridade intrínseca, eu vejo que nos estamos por vezes comportando como se esses conflitos de civilização estivessem postos só para discussão de filósofos em doutas academias.

E o que receio então? Direi francamente que tenho medo... do medo.

Esta Europa, que foi berço de nações e agente missionário da civilização que tão esforçadamente servimos e propagámos, afigura-se cansada da sua mesma grandeza, em parte amolecida pelas coisas fáceis da vida. Penso que ela sente lemasiado medo da pobreza e do sofrimento, que são afinal a vida. Ora ter medo la vida e ter medo de bater-se para defender a dignidade dessa mesma vida são a maior causa do nosso abatimento e Deus queira a não sejam da nossa perdição, pois aqueles que se nos opõem, se mostram desprezo pela vida alheia, também estão decididos a jogar a sua. E daí concluo que nenhuma superioridade moral ou intelectual demoverá ou fará recuar os bárbaros do nosso tempo — tão sábios e tão «técnicos» como nós próprios — e que, se quisermos sobreviver, teremos de estar resolvidos a lutar.

Estas palavras seriam talvez duras no seio de ideólogos impenitentes, ou mesmo nalguns centros onde os exercícios da oratória, trovejando contra a barbárie, só têm convencido os mais fracos. Mas podem ser ditas entre nós, que, apesar de pequenos e pobres, temos a consciência de uma missão a cumprir. A paz é sem dúvida supremo anseio e necessidade de coexistência social, mas a paz é uma posição recíproca, pelo que é preciso estar disposto, em face de poderes agressivos que não desarmem, a lutar por aquilo que temos como essencial à nossa vida e à vida da nossa Pátria.

Vós compreendeis o que eu quero dizer. Eu creio em vós.

XXII. ACTUALIDADE DA UNIÃO NACIONAL (1)

Viemos hoje aqui para empossar a nova comissão executiva da União Nacional. Eu pelo menos não devia ter vindo para mais nada do que para agradecer os serviços prestados pela antiga comissão e para cumprimentar os que se dispuseram a tomar o seu lugar. Ainda que a nossa vida política padeça aos olhos de muitos de falta de actividade espectaculosa e não seja entrecortada de acidentes, excitantes da curiosidade pública — porque tudo o que houvesse de divergência se subordinaria ao espírito de servir — a verdade é que os cuidados constantes pela organização e esta espécie de vigilância permanente a que em tais postos se é obrigado cansam as mais bem dotadas naturezas e é apenas justo que, reconhecido o facto, as situações se modifiquem.

Nem os que saem precisam de louvor meu, nem os que entram de incitamento ao cumprimento do dever. Todos podem apresentar a sua larga folha de serviços e esperar a justiça que se lhes deve, mas eu não posso fugir a endereçar à antiga comissão executiva, na pessoa do seu presidente, o engenheiro Cancela de Abreu, o melhor agradecimento pela inteira dedicação e pela tão completa fidelidade com que todos serviram a causa comum.

Aos que entram de novo só posso acrescentar, com votos pelo êxito, que servir é decerto sacrifício, mas é também honra — e não sei qual deles, à face dos nossos princípios, merece ser posto em maior relevo. Os nossos avós disputavam nos combates os lugares de maior perigo.

I.

Aqui devia ser o ponto final das minhas considerações, mas se tenho de dizer mais algumas palavras, essas hão-de ser ditadas pela ideia central que nos reúne neste momento.

Nós temos de fazer o exame do conjunto de circunstâncias e de problemas que estão constituindo a vida do mundo e muitos dos quais se embrecham nos nossos próprios interesses de nação. Mudanças radicais se operaram não só na Europa como nos outros continentes nos últimos vinte ou trinta anos. As grandes potências, guias e ordenadoras dos interesses mundiais, não são as que conhecíamos.

O Discurso proferido na sede da União Nacional, na posse da Comissão Executiva, em 4 de Julho de 1957.

Numerosos países ascenderam à independência e tomam largo assento nos areópagos internacionais, por onde se pretende fazer passar boa parte da vida das nações. O comunismo apoderou-se e subjugou grande parte da Terra e pretende prosseguir uma revolução que se revelou impossível nos domínios económico e social, mas continua a ser viável no campo político. Elementos subversivos fermentam, de mistura com interesses económicos à vista, em povos não preparados para a emancipação, que é hoje a fórmula aliciante das novas servidões. Independências alicerçadas em ódios políticos ou rácicos constituem-se em unidades nacionais desprovidas de apoio económico e técnico, capaz de valorizá-las e fazê-las progredir. Nacionalismos imprudentes e excessivos cavam a ruína de povos que só a cooperação amigável podia salvar. A miragem do aumento indefinido das riquezas traz as imaginacões em alvoroco: confiantes numa técnica que se afirma de possibilidades ilimitadas, somos batidos por um vento de ambicões económicas em todos os graus - nos indivíduos, nos povos, no género humano. E no entanto os homens por toda a parte se mostram desalentados, ansiosos, inquietos, como se a riqueza e as diversões não trouxessem às almas consolação nem paz. Os tão reclamados direitos da pessoa humana (que muitos julgam ter descoberto agora) parece visarem preferentemente a massa confusa, desumanizada, despersonalizada, e não o homem na integridade e plenitude do seu ser, da sua nobreza e valor infinito.

Repito que temos de fazer o exame tanto quanto possível aprofundado destes factos e tendências que são o condicionalismo externo e em parte interno da actividade do Estado e da nossa vida de nação. Há em tudo isto posições irreversíveis, tendências de certo modo fatais, choques de interesses, aspirações ilusórias, erros, contradições. Com eles nos temos de haver para preservar o nosso ser nacional, fazê-lo progredir e afirmar-se entre as nações. Simplesmente a ocasião de auscultá-los será mais adiante, quando esteja em perspectiva próxima a escolha da nova Assembleia Nacional. Neste momento queria apenas examinar convosco se a fórmula de *união nacional* é ainda actual ou se perdeu, ante a feição dos acontecimentos, a sua eficácia política.

II.

Temos sido acusados de não mantermos um alto grau de algumas liberdades públicas.

Embora a acusação seja sob diversos aspectos discutível, muitos aferem por aí a estrutura do Estado, isto é, classificam o próprio regime, que é um problema à parte.

É um axioma que as liberdades ilimitadas a si próprias se destroem, e por esse facto são em toda a parte mais ou menos restringidas e condicionadas. As maiores ou menores restrições que acompanham a sua formulação jurídica dependem, quando se trabalha em plano de absoluta sinceridade, de diversos factores sociais. A norma que as define, as instituições que a lei encarrega de garanti-las não são o essencial — o essencial é fazê-las viver; as liberdades existem na medida em que são uma prática corrente de vida. E essa prática só tem de ser e é de facto condicio-

XXII. Actualidade da União Nacional

nada pelo perigo real que faça correr a outras liberdades ou bens superiores do homem ou da sociedade, entre os quais a segurança, a estabilidade do poder — não confundir com a vida dos governos —, a ordem.

Este o traço de ligação entre algumas liberdades públicas e o regime político. Mas daquelas não me ocuparei hoie.

•

Além do conjunto de instituições que pudessem funcionar com eficiência e regularidade a bem da coisa pública, nós pretendemos criar determinado ambiente político, suposto necessário à marcha regular dessas mesmas instituições. Para tanto foi preciso: primeiro, não reconhecer os partidos como órgãos, constitucionais ou não, mas em qualquer caso indispensáveis à vida política; segundo, pôr de lado todas as questões sobre que os portugueses pudessem estar gravemente divididos e cuja solução não fosse indispensável à de outros problemas nacionais; por fim, apelar para todos os homens de boa vontade, com fim de empenhá-los no trabalho de salvação comum, independentemente do seu passado político ou da sua ideologia. Começarei pelo fim.

O Doutor Marcello Caetano afirmou há tempos num discurso que, bem vistas as coisas, nos vários governos desde o 28 de Maio têm servido Ministros que em regime partidário estariam por ventura agremiados em sectores ou partidos diversos. Isso parece exacto, mas que me lembre não realçou a diferença, e essa é essencialmente a ausência de disciplina externa ou de representação e mandato expressos de quaisquer agremiações. Cada qual se encontra no Governo em face dos problemas com a sua capacidade e a sua consciência. Dispõe dos meios burocráticos de informação, do estudo dos técnicos, obedece a uma linha geral comum de pensamento político, mas não depende, nem na actuação nem na vida ministerial, de combinações ou interesses alheios à sua própria função. Os obstáculos que vemos muitos países enfrentarem seriam fâcilmente vencidos só com o apelo ao numeroso escol de que dispõem, se fosse possível libertar esse escol das engrenagens que o enleiam.

Para o trabalho nestas condições é necessário encontrar um denominador comum e este é o *interesse nacional*, interpretado e servido como podem fazê-lo pessoas que se libertem de preocupações partidárias, de interesses políticos ou de posições ideológicas. E se os homens lutam pela efectivação delas, há portanto neste sentido que pedir e que fazer sacrifícios.

Creio ter já dito uma vez que o Exército, ao criar as condições para o estabelecimento do novo regime, praticou dois actos altamente meritórios e de alcance invulgar: não monopolizou a máquina governativa nem pretendeu que esta funcionasse em seu favor. Em compensação criou um problema: é que, dada a formação política predominante tanto de monárquicos como de republicanos, não se encontrariam possibilidades suficientes para a obra a empreender com a colaboração de um dos

grupos sòmente. E porque todos o compreenderam, todos têm colaborado, sem restrições nem reservas e com a maior generosidade, dentro do regime vigente.

Por outro lado, penso que o Governo tem feito o possível para que a Família de Bragança — falo do ramo português —, desde que admitida no País, fosse colocada no alto nível de dignidade que compete a descendentes directos dos Reis de Portugal. E agiu assim por duas razões: a justiça devida aos que foram conduzindo a grei por oito séculos de história, e a previsão prudente de que pode haver um momento em que a solução monárquica seja uma solução nacional. Na sequência deste pensamento está porém que, quer se considere a Casa de Bragança apenas depositária duma herança histórica, quer encarnando a possibilidade de futuros serviços à sua e nossa Pátria, ela se encontre afastada duma chefia política que em determinado momento, em vez de unir, divida os portugueses. Ora quando noto certas exteriorizações que podem não ser acidentais e por outro alertarem-se receios que sei serem infundados, o menos que posso dizer é estarmos fora do quadro em que a questão foi posta e no fundo se ameaça a união nacional estabelecida.

É precisa alguma coragem para não perder de vista que esta forma de organização política e de trabalho governativo sem partidos políticos, juntamente com a Constituição que os não prevê, nos têm quase sòzinhos no mundo. Acrescentarei porém que, se as aparências são estas, as realidades são muito diferentes.

Muito poucas constituições escritas haverá hoje que não se qualifiquem de democráticas. É moda. Os Estados comunistas apelidam-se mesmo democracias por excelência — as democracias populares — mas, dando às palavras o seu sentido corrente, temos de considerá-los como Estados totalitários. Pode dizer-se que aqui e ali nalguns países satélites há pró-memória mais de um partido: a verdade é que um partido único detém o poder, define a acção, declara se o verdadeiro mandatário do povo e para todos os efeitos se supõe que zela os interesses desse mesmo povo. A existência de qualquer partido além do comunista pode representar oportunismo, mas não é um princípio nem uma prática. — Temos portanto para já que uma larga zona do mundo vive fora do regime partidário.

Com os que se intitulam democracias parlamentares ou partidárias, quem quer, examinando o funcionamento efectivo das instituições, pode constituir três grupos. O primeiro é daqueles muito raros Estados em que os partidos pouco numerosos permitem a formação de maiorias homogéneas, que se sucedem no poder, sem impedir de agir, quando na oposição, o governo que governa. O segundo é o daqueles em que a vida partidária é tão intensa e intolerante que as mutações governamentais se fazem frequentemente por meio de revoluções ou golpes de Estado, no fundo a negação do mesmo principio em que pretendem apoiar-se. Há um terceiro grupo em que a parcelação partidária e a exigência constitucional da maioria parlamentar se conjugam para ter em permanente risco os ministérios, precipitar as demissões, alongar as crises, paralisar os governos, condenados à inacção e às fórmulas de compromisso que nem sempre serão as mais convenientes ao interesse

XXII. Actualidade da União Nacional

nacional. Assim, uns esperam as eleições; outros, a revolução; os últimos, as crises, como possibilidades de governo.

É fácil organizar-se com estes dados uma carta geográfica. Eu não o farei, mas porque estamos em família direi apenas que antes do 28 de Maio alinhávamos garbosamente no segundo grupo: nem a cisão ou fusão dos partidos, nem antes a inexistência e depois a possibilidade de dissolução parlamentar, nem a repetição das consultas eleitorais, nem a boa vontade dos homens e o seu patriotismo, nem o apelo por vezes dramático dos chefes evitaram as numerosas revoluções de que fomos teatro e vítimas.

Podem alguma coisa contra esta espécie de fatalidade as boas intenções de pessoas que, habituadas a trinta anos de paz interna e à mudança do clima político entretanto operada, pensam que seria agora diferentemente do que foi?

Tenho lido bastante do que se tem escrito sobre o caso português e julgo poder depreender de muitas observações a ansiedade, aliás amiga, por que se prepare para futuro uma engrenagem partidária que suceda ao actual regime. A questão para mim apresenta-se em termos diversos: o partidarismo não é um fenómeno social susceptível em todos os casos de estruturação e disciplina jurídica. Quando os partidos viessem a ser considerados engrenagem essencial da vida política, nós teriamos, logo desde o primeiro momento, pela imitação do estrangeiro e as tendências desagregadoras do sistema a actuar sobre o nosso modo de ser, cinco ou seis agrupamentos pelo menos, bem fáceis de definir para quem conhece alguma coisa dos homens, das ideias que os animam e das paixões que os dividem. Bem sei que há países com mais: aqueles porém chegavam para regressarmos à desordem anterior e à impossibilidade de nos governarmos.

Estou convencido de que as minhas conclusões não traduzem deformação proveniente de longos hábitos e atitudes, mas se harmonizam com a verdade das coisas. Não há dúvida de que a democracia política, sob a sua forma parlamentar e partidária, entrou há muito em crise de descrédito e em decomposição. E não é só nos factos — o que acima disse seria suficiente para atestá-lo — mas na doutrina, de que os tratadistas se estão encarregando de pôr a nu as contradições e sofismas. Há-de

arrastar-se décadas; filosòficamente pode dizer-se que está já ruindo pelos alicerces.

Há mais. Os povos, dominados por preocupações que são hoje sobretudo de natureza económica e social, não manifestam interesse pelos partidos, nem encontram neles satisfação ou o apoio que desejam. A ideia de que pode fiar-se de um princípio abstractamente definido em programa partidário a satisfação de numerosas necessidades reais pôs os partidos à margem dos factos, e a sua expressão eleitoral já não tem correspondência nem com os problemas ou necessidades nacionais nem com as classes da população. Muitos sistemas perderam a rigidez, isto é, a verdade que ostentavam: o liberalismo já não é liberal; o radicalismo deixou de ser radical; o pró-

prio comunismo, ao proclamar-se nacional, deixou de ser comunista. E a eleição cada vez mais vulgarizada de parlamentares «independentes», como a sua aglutinação em grupo, não traduzem outra coisa, através duma certa contradição nos termos, que não seja a descrença na política dos partidos e a tentativa da única forma possível de união nacional em assembleias puramente partidárias.

Nesta liquidação de sistemas ou padrões políticos há porém uma coisa muito grave — é a gente aferrar-se a princípios sem efectividade e a instrumentos sem eficiência. Quando observo a fragilidade orgânica dos Estados, os colapsos e as deficiências do lado ocidental, vítima do seu idealismo político, e vejo da outra banda que os dirigentes não levantam a mão da alavanca de comando, tremo pelo futuro destes povos e da sua civilização. Pode ser que tenhamos muita razão para as nossas divergências partidárias e para as nossas reivindicações liberais, mas o essencial pode perder-se nas discussões de Bizâncio.

III.

Estes modos de ver podiam estar demonstrados por toda a série de razões que não nos haviam de convencer, se não satisfizessem a dois requisitos: serem as teorias raticáveis e ter servido a prática o interesse nacional. A primeira parte está demonsrada por si.

O regime constitucionalizou-se, isto é, legitimou-se juridicamente, e leva trinta anos de vida sem graves solavancos, se exceptuarmos as convulsões que o acompanharam na infância.

Crê que a ordem e o equilíbrio social são uma criação constante do poder, inspirado pela justiça. É pois autoritário no sentido de que a autoridade, sabendo-se necessária e limitada, não pode ser em si mesma discutida, mas não tem de ser violenta e não há-de ser injusta na sua actuação.

Com mira no interesse pátrio, o regime tem procurado chamar a si, mobilizando-os com rendimento efectivo, a maior soma de valores nacionais, na certeza de que nenhum pode ser desperdiçado, e sem exigir mais que a aceitação daquela meia dúzia de princípios que se podem considerar imperativos da Nação, condições ou fins essenciais do agregado nacional. Esses os teriam eles na consciência, mesmo que dispersos pelos partidos políticos. Mas estes princípios não os podemos discutir, porque representam a expressão de uma herança colectiva e o conceito do que desejamos continuar a ser no mundo.

Direi, fundado na experiência, que neste sistema o governo não é cómodo, antes altamente gravoso para os que são obrigados a tomar as últimas decisões. Seria muito mais fácil recorrer ao jogo das deliberações colectivas onde o sentido da responsabilidade, quando existe, tão largamente se atenua que fácilmente se perde. Isso equivaleria porém a substituir ao Governo a Câmara ou os comités partidários, em condições não desejáveis e com prejuízo colectivo.

É certo que este regime difere muito — aliás mais no espírito que nalgumas instituições — dos que vemos constitucionalizados por muita parte. Nasceu daqui no

XXII. Actualidade da União Nacional

passado uma certa desconfiança ou incompreensão; mas as nuvens desfizeram-se e deixaram-se penetrar de luz. Aliás não apresentamos a orgulhosa pretensão de ter criado um paradigma de Estado, nem vaidosamente nos propomos como exemplo de ninguém. Dizemos apenas: em Portugal temos podido trabalhar assim.

E terá o regime servido o interesse nacional?

Tenho lido que trinta anos é um período longo na vida de um país e que o seu simples decurso se afirmaria por obra de relevo. A asserção parece ingénua, e adimitimos que não tenha intuitos maldosos: fora da natureza, o tempo não cria nada — só desgasta e destrói. O problema é outro e consiste em saber: primeiro, se por outros processos se teria ido mais longe do que se foi, e, em segundo lugar, se as bases postas permitem resolver o muito que ainda falta e faltará fazer.

Distingamos o campo da administração, com suas realizações materiais, do domínio da política interna e da política internacional.

Tudo o que pôde realizar se, mesmo nos domínios mais afins da ordem moral, é resultado de um esforço e de uma obra de administração. Foi com esta que se criou o progresso do País, em parte a melhoria do nível de vida da população, e se lançaram as bases da dignidade, confiança, estabilidade sobre que se alicerçou a política. Parece-me divisar teóricos segundo cujas doutrinas estariamos ultrapassados, isto é, para os quais a administração, a sua ordem, o seu equilíbrio e os seus rigores não têm o valor que tinham para nós há trinta anos, a braços com um país desmantelado, desprovido do essencial, sem dinheiro e sem crédito. Eu aconselharia, com a prudência que uma dura experiência me deu a mim e ao País, que continuássemos a trilhar este caminho, pelo menos até vermos que é possível fazer as omeletas sem ovos ou qualquer outra coisa que os substitua. Vemos porém todos os dias no mundo dolorosos regressos aos princípios, isto é, às duras exigências do equilíbrio da vida económica.

A ordem administrativa que se representa na ordem financeira tem enorme poder multiplicador, mas é sempre a ordem. Desta nasceram as primeiras possibilidades e os novos alentos que tomou a vida da Nação, aqui e no Ultramar. É mais que duvidoso que por outras vias lá se chegasse, porque pela antiga desordem não chegou, mau grado o valor e ambições patrióticas que animaram muitos homens.

Alguns dos elementos com que se move a política interna são ainda dessa origem: a confiança da Nação em si própria, certo orgulho nacional, o aumento de iniciativa, a fé nas possibilidades do engrandecimento pátrio, o estreitamento e afectividade das relações ultramarinas. A verdade é que a consciência da inutilidade dos esforços, de dispersão, de desagregação social que a antiga situação provocava ou permitia tornou-se tão geral que uma ordem nova era reclamada por todos, mesmo por aqueles que no futuro imediato lhe seriam sacrificados no campo político. E tudo nasceu afinal desta ideia simples — que a ordem e uma direcção efectiva seriam o motor essencial, mas isso era o mesmo que reconhecer e aceitar as disciplinas políticas que caracterizam o novo estado de coisas.

Internacionalmente os países valem segundo a sua população, riqueza natural e potência económica. Podem também valer pelas suas posições estratégicas, e em qualquer caso segundo o que representam como factores de uma política.

Nós somos na Europa uma pequena e modestissima nação, mas com fracções relevantes em várias partes do mundo, suficientes para nos permitir mudar de plano na vida internacional. Se temos consciência de uma missão e vontade de cumpri-la, havemos de consolidar a nossa própria situação interna, tornar bem coeso o nosso espírito e bem sólida a formação moral, como maneira de mobilizar, sem compromissos ou hipotecas indesejáveis, os elementos alheios de interesses coincidentes. Não penso que neste domínio tenhamos dado passos em falso, desde a neutralidade que nos permitiu a paz na Península, ao Tratado com a Espanha para formação do bloco peninsular, o estreitamento da aliança inglesa, a instituição da comunidade luso-brasileira, tão sentida e entusiasticamente exaltada na recente viagem do Senhor Presidente da República. Se as inclemências do tempo presente nos não embaraçarem as estreitas relações com as nações africanas nossas vizinhas, nem nos impedirem de realizar o nosso programa de África, sobretudo de Angola e Moçambique, essa comunidade luso-brasileira, ao lado da comunidade britânica e da comunidade hispânica que se estruture englobando as Américas de filiação espanhola, podem vir a ser três dos majores factores de ordem e estabilidade da política internacional. Como o povo não mente nas manifestações do seu sentir colectivo, nós devemos crer que a maneira como recebeu em Lisboa a Rainha de Inglaterra e como acolheu no seu regresso do Brasil o Presidente da República traduz, ao lado da sua perfeita compreensão, o apoio a uma política que só agora a nossa reorganização estabilidade e crédito começam a tornar possível.

Julgo que ela é ainda fruto da mesma *união nacional* que a Nação compreende tão bem como nós.

XXIII. A ATMOSFERA MUNDIAL E OS PROBLEMAS NACIONAIS (1)

Segui com a atenção possível a campanha eleitoral. Como das outras vezes, ficou-se sabendo que não há liberdade, nem administração, nem Governo em termos de responder pelos interesses nacionais. E tudo se ficou a saber porque tudo a oposição pôde livremente afirmar. O povo tirita de frio, morre de fome, sufoca por não poder respirar o ar livre das instituições democráticas. Por causa disso a grande massa, a quase totalidade da população é contra o Governo e o regime, mas tem receio de manifestar-se. E daí pode deduzir-se que, se desmente a oposição, desprestigia o sufrágio.

Aquelas afirmações parecem-me exageradas e não corresponder às realidades. A oposição ou as várias oposições que até este ponto se excedem levam tranquilamente a vida que lhes apraz, arrecadam e gozam os seus proventos com mais largueza e segurança que dantes, afirmam-se e progridem nas suas actividades, elaboram e publicam os seus trabalhos literários e científicos. Ninguém se expatria nem se mantém em voluntário exílio para além da meta dos seus interesses pessoais. Os estrangeiros entram e saem livremente e não são conduzidos e assim podem observar e ajuizar por si da vida do País. Pelo que a campanha para efeitos de captação exterior se me afigurou desprovida de utilidade. Não achei também elegante se fizessem repetidas referências com seu ar de apelo a forças ou organismos internacionais, primeiro porque a regra básica de tais organismos é não intervir na vida interna dos Estados, e não convém a ninguém que dela se afastem; depois porque as vezes que temos tido de defender-nos ali com algum suor não foi de quaisquer pecados contra a democracia, mas simplesmente de sermos Portugal — como o herdámos, o temos e naturalmente todos desejamos conservar.

Fizeram-se críticas, apareceram reivindicações, apontaram-se deficiências. Como sou independente, posso dizer que várias as subscrevia eu. Aliás grande parte das discussões facultámo-la nós com os estudos mandados fazer, os relatórios publicados dos serviços, as estatísticas oficiais, as teses dos nossos próprios congressos. Assim o que ouvimos e lemos foram sobretudo variações de temas já versados, mas regozijo-me de que grande número de problemas nacionais interesse um escol cada vez mais lato da população e esta se habilite a pronunciar-se sobre eles objectivamente e com independência.

⁽i) Discurso proferido, em 1 de Novembro de 1957, ao microfone da Emissora Nacional.

Uma coisa me pareceu séria em todo este processo, se bem se encontrasse nos limites da nossa previsão política. Os que a si próprios se denominam democráticos ou democrato-sociais arrecearam-se dos comunistas e não quiseram coligar-se com eles, mas não se sentiram em condições de concorrer às urnas; uns tantos porém dispuseram-se a seguir-lhes as directrizes e a obedecer às suas indicações. Dagui resultará que, se a evolução política não favorecer a organização partidária, acabará por liquidar na inacção as forças tidas por democráticas e inutilizar os seus valores que não desejem colaborar. Por outro lado, os comunistas que entre nós não têm passado, não terão também futuro, desde que externamente as circunstâncias continuem a ser-lhes hostis e internamente a feição nacional e social da política portuquesa lhes quebre nas mãos as armas com que pretenderiam bater-se. Nestes termos não é de estranhar nem que açodadamente ofereçam aliança a todos os que têm algum motivo de descontentamento e de oposição, nem a tendência que há-de acentuar-se a encobrirem-se atrás do que pode ser considerado neutro ou humanitário — a técnica, a economia, o bem-estar social. Havemos de conhecê-los pelos seus frutos; ser-nos-ia, porém, penoso, além de altamente prejudicial ao futuro do País, que com eles se fossem inteligências moças e almas ardentes, não manchadas de pecado contra a Pátria e só de irreflexões ou de inquietações desmedidas.

I.

Reconheço impossível apreciar dentro de uma certa linha de pensamento mesmo só os mais relevantes dos pontos apresentados pelos candidatos oposicionistas como aspirações nacionais impostas a futuros governos. E a impossibilidade vem de que esses pontos se me afiguraram dispares, desproporcionados e contraditórios, como aliás era de prever das distintas formações filosóficas ou políticas que estão na sua origem. Mas, porque a desistência que se anuncia quase geral significa o abandono dos programas e é o nosso que tem de ser executado, prefiro então limitar-me a referir as circunstâncias em que nos tempos próximos vão desenvolver-se a vida e os interesses do nosso agregado nacional.

Sumariamente pode dizer-se que a atmosfera internacional é dominada pelo poderio da Rússia e a sua política; a desagregação afro-asiática e o anticolonia-lismo; o progresso económico e a ânsia do aumento do nível de vida das populações. Todos os outros problemas são derivados destes e os seus contornos definidos e as soluções fixadas pelas linhas gerais em que aqueles hajam de evoluir.

A Rússia de hoje nasceu da revolução soviética mas não é filha do comunismo. Quero dizer com isto o seguinte. Não nego que os fautores da revolução tivessem o intento de criar uma sociedade comunista. Tendo porém as realidades mostrado que o comunismo é uma doutrina antinatural e irrealizável na prática, os dirigentes aproveitaram a força e engrenagem da revolução para dar o impulso que se verifica em muitos sectores da vida russa. Com bom aproveitamento das circunstâncias favoráveis e também da inabilidade alheia, a Rússia pôde constituir-se no que é hoje

XXIII. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais

— grande potência militar, política, industrial que desafia e a largos passos intenta aproximar-se das maiores potências económicas do Ocidente.

Sem se poder negar a existência de muitas conquistas de ordem social, a revolução mostrou-se porém nas suas realizações e métodos esvaziada daquilo que seria a sua própria essência e fins. Na verdade, as populações têm pago em sofrimentos indizíveis, em dominações cruéis, em exterminações catastróficas, em fomes ou restrições de vida o poderio russo. Se o movimento nasceu para servir o homem, desenvolveu-se afinal para servir e engrandecer o Estado. O comunismo-doutrina continua a ser erguido como bandeira, expressão ou esperança de uma revolução social a fazer, sobretudo em países estrangeiros distanciados da verificação local do fenómeno. Mas a inaplicabilidade dos princípios e as experiências, nos países satélites, do domínio dos partidos filiados parece terem diminuído muito senão esgotado a sua capacidade de expansão.

Assim nem a vitória militar e a inteligente exploração dessa vitória, nem o desenvolvimento das indústrias de base ou de guerra, nem a actividade política do Estado russo e o seu alargamento territorial me parece terem nada que ver com o comunismo; mas tem muito que ver com a gente que se apoderou do poder, as suas ideias de governo e o regime político em que lhe foi dado trabalhar. A superioridade da orgânica estadual, traduzida na unidade de direcção e no poder de decisão ou de realização, não podem os mais Estados transplantá-la fielmente, por motivos diversos, para as suas próprias constituições que outras superioridades apresentam; mas não pode ser negada e há-de ter-se sempre presente como lição.

Se já não estamos, pois, segundo penso, em face de um credo que se expande, estamos em face de um Império em fase de crescimento, fase como outras que tem atravessado na História. Ora um poder em via de expansão não se limita a si próprio, e só é limitado pelo jogo de forças exteriores que se lhe oponham.

Foi em obediência a esta concepção que grande número de países, largamente apoiados pelos Estados Unidos, resolveram unir as suas forças para se opor à expansão russa. Apesar das muitas deficiências das organizações, tornou-se visível que o avanço se encontrava barrado no caminho do Atlântico. Vemos agora que a torrente o evita e, aproveitando as dificuldades ou fraquezas do Médio Oriente, aí se instala e daí tentará prosseguir os seus avanços. A desintegração afro-asiática, em que os pretendentes à África negra se associam aos esforços russos, com mira na herança africana, trabalha no mesmo sentido. Verificam-se muitos protestos de fidelidade ao Ocidente e não há que tê-los em suspeição. O que se deve ter presente é que tudo o que a Rússia não puder conquistar representa um ganho se o fizer perder aos outros.

O espectacular progresso das indústrias de guerra nas grandes nações parece ter tornado inviável a terceira grande guerra, como tentativa de expansão do poder moscovita. Em face destas circunstâncias, os próprios dirigentes russos têm proclamado como extraordinàriamente favorável ao progresso e bem-estar dos povos a redução das despesas militares que esmagam ao presente as economias, a começar pela sua. Não há divergências sobre este ponto e todos nesse sentido nos podemos

proclamar pacifistas. Simplesmente um entendimento militar parece-me distante, porque a Rússia, como já mais de uma vez afirmei, tendo desperdiçado o seu capital de crédito, dificilmente conquistará condições de negociação: sobretudo só em último caso largará de mão os trunfos de que actualmente dispõe.

Com entendimento ou sem ele, a luta pelo poderio ensaiará outros processos. Onde a ideologia falhe e os exércitos não cheguem como veículo do poder hegemónico, surgirão as combinações políticas, os atropelos do direito, a intriga subterrânea, a acção económica, a sublevação. A luta encaminhar-se-á — e é visível que se encaminha — para planos diversos. E em tais condições seria indispensável que o Ocidente tivesse uma orientação e estivesse apto e pronto a definir e manter uma política. Este o grande problema. Esperemos lhe dêem solução os homens a quem de facto incumbe dirigir os destinos destes povos.

As considerações acima não interessam aos comunistas que têm uma fé, obedecem a uma disciplina e recebem do exterior as suas ordens e apoio. Esses, tenham ou não tenham consciência disso, quebraram os elos que os prendiam à pátria e continuarão a agir como se servissem a verdade e o bem de todos nós. Mas há os outros que, conservando a liberdade de pensar e de agir, se sentem ainda presos pelo sangue ao agregado nacional e pela inteligência ou pelo sentimento a determinada civilização. Esses devem compreender que um e outra continuam a correr grandes riscos e que não se podem pôr de antemão limites aos esforços a fazer para os debelar.

II.

Um dos ventos que dominantemente sopra no mundo é o do anticolonialismo. Ele recusa a algumas potências o direito de administrar e civilizar territórios não limítrofes — parece que toda a questão está aqui — e vai até negar os próprios benefícios da acção colonizadora.

O sovietismo tem a sua posição tomada no problema por motivos que se ligam à estratégia da revolução comunista ou à expansão do império russo. Mas o movimento concilia o apoio de muitos outros a ele ligados pela invocação de razões históricas ou pela influência de vagas ideologias. Estes últimos deviam considerar-se, era vez de libertações generosas, não estão nalguns casos a promover a penetração de influências que buscam exactamente a linha de menor resistência das independências frágeis.

O que está em causa no momento é apenas o domínio de certas potências europeias nos territórios africanos, visto poder afirmar-se que a Ásia está quase completamente isenta da direcção política europeia. É para ali que sobretudo se voltam as atenções; é com esse objectivo sobretudo que a campanha se transmuda em organização estruturada.

Ora tomada a colonização como um processo de valorização económica de territórios submetidos a esse regime, bem como da sucessiva ascensão das respectivas massas populacionais a formas superiores de convívio social e de governo, não se

XXIII. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais

verifica uma solução única dos problemas que o fenómeno suscita, e pelo menos três grandes linhas de acção se podem enunciar.

Assim a Inglaterra tem actuado no sentido da independência completa dos territórios, esforçando-se por mantê-los no seio da Comunidade. O processo é facilitado pelo carácter tradicional da colonização britânica, onde a miscigenação é inexistente e a fixação da população branca bastante escassa. Definidos os quadros da administração, sorvidos pelos elementos aborígenes, a questão da declaração da independência dos territórios não apresenta dificuldade de maior. Não se dirá o mesmo daquelas regiões onde o europeu se fixou em larga escala, organiza e dirige o trabalho e constitui o esboço mais ou menos desenvolvido do governo local. Nesta hipótese a eventual constituição em Estado independente será vista a luz diferente por países como os Estados Unidos e a União Indiana, por exemplo, porque aqueles propenderão a olhar para a emancipação do colonizador, enquanto esta não verá no facto a emancipação do colonizado.

A França caminha noutro sentido — a formação de estados federados com a Metrópole francesa. Parece ser esta a orientação definida, ainda que neste momento não possa dizer-se que existe aqui ou ali um estado perfeito, membro do Estado federal, tal qual o conhecemos na América ou na Europa.

Quanto a nós, o caminho seguido define-se por uma linha de integração num Estado unitário, formado de províncias dispersas e constituído de raças diferentes. Trata-se, se bem interpreto a nossa história, de uma tendência secular, alimentada por uma forma peculiar de convivência com os povos de outras raças e cores que descobrimos e a que levámos, com a nossa organização administrativa, a cultura e a religião comuns aos portugueses, os mesmos meios de acesso à civilização. Só o nível desta pode ser o meio de diferenciação do regime jurídico atribuível a uns e a outros. Além disso, a equiparação dos territórios a províncias, a representação destas diversas parcelas na única Assembleia representativa e a intercomunicação dos elementos do funcionalismo por todos os territórios independentemente de origem e de raça são traços dominantes do sistema.

Este esboço de classificação não pretende fazer confrontos ou críticas, porque só a história poderá autorizar um juízo. Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização — trabalho de formação humana a desempenhar humanamente. Que assim o entendemos e praticamos comprova-se pelo facto de não existir a teia de rancores ou de organizações subversivas que se apresentem a negar e aprestem a substituir a soberania portuguesa. Este facto conhecido e revelado por todos os observadores deve estar ligado ao convívio fundamente humano estabelecido pelo português com o indígena em toda a parte, e até por certa interpenetração de culturas, quando se podia dizer que localmente havia uma cultura.

Tem-se apresentado contra o conceito português das províncias ultramarinas a objecção da separação geográfica, da falta de contiguidade territorial. O argumento não pode ser decisivo, desde que no Atlântico os Açores são ilhas adjacentes, Cabo Verde aspira ao mesmo regime, e desde que há numerosos Estados constituí-

dos por parcelas distanciadas mais do que Lisboa está de algumas das províncias do Ultramar. Trata-se de factos ou criações históricas para as quais se procuram debalde aiustamentos a teorias lineares.

•

Se uma das mais flagrantes realidades do nosso tempo é a formação de grande número de Estados independentes, outra é o aspecto que nos oferecem de um nacionalismo por vezes exaltado e exclusivista. Este é certamente filho da sementeira de ódios em que a libertação houve de processar-se, tratando-se de movimentos emocionais que esperamos sejam transitórios e de pouca duração. O pior é que por aquele motivo se está a tolher nesses Estados a solução dos seus problemas económicos e consequentemente políticos. Como se trata de mancha extensiva a grandes zonas, valerá talvez a pena dar ao assunto um momento de atenção.

Um nacionalismo construtivo e colaborante devia satisfazer-se com uma condição: a integração na economia nacional dos factores — técnica, capital e trabalho — que se disponham a valorizá-la. Salvaguardada esta reserva, todas as mais garantias me parece jogarão contra os interesses do País na mesma medida em que joguem contra os interesses alheios. Estou a raciocinar na base de que os factores da produção que se transfiram para valorização económica de uma região ou nação são de ordem privada ou, sendo públicos, não prescindem de certas garantias. Creio que será este o estado da questão durante muito tempo. A ideia de que os povos considerados ricos devem colocar ao dispor da comunidade internacional gratuitamente os capitais necessários ao desenvolvimento dos vários países está tão longe das bases da organização e espírito geral que não constituirá por ora solução prática. Os fundos destinados a melhoramentos, investimentos, etc., de organismos internacionais são tão diminutos em relação às necessidades existentes que mais se devem considerar gestos de boa vontade, representando o que a dádiva representa na vida, do que meio eficaz de resolver as dificuldades.

Ora o recurso a capitais e factores privados arrasta consigo o problema das garantias e das compensações. Os novos nacionalismos reagem violentamente a exigências económicas e a compensações políticas que diminuam ou atinjam a plena capacidade de determinação dos seus governos. Não seremos nós quem estranhe o facto ou lhes recuse o direito de se oporem a essas condições, mas há um mínimo para além do qual se não recuará — é o limite representado pela eficiência e seriedade da administração pública, sobre as quais assentam a estabilidade de condições económicas e a rentabilidade dos capitais. Isto no fundo significa a existência de uma soberania que por elas responda. Fora desta linha, ou nada se há-de realizar ou não se fugirá a novas formas de imperialismo, mas com este ou outro nome o fenómeno reaparecerá.

Parecem-me por isso inconsistentes muitas aspirações ou requerimentos trazidos aos organismos internacionais, ilusórias muitas esperanças, desmedidas muitas ambições. Dois ou três países podem no momento competir entre si nas liberalida-

XXIII. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais

des concedidas neste domínio — a Rússia com mais possibilidades práticas do que outras nações de diferente estrutura económica. Isso se pode continuar a fazer com fins especiais; mas as exigências da economia mundial quando se lhe dá precisamente por alvo o aumento indefinido do nível de vida da população do globo não podem ser razoàvelmente satisfeitas dentro dos limites naturalmente restritos destas competições.

Eis porque a emancipação não pode deixar de representar maioridade e consciência, aptidão para organizar o trabalho, condições para cumprir internacionalmente os deveres assumidos, senão nelas teremos a origem de novas servidões. A economia é bem a vida para que possa julgar-se que pode desprender-se da política ou esta daquela como se queira. Não. As grandes realidades que são as necessidades humanas, o trabalho, a produção impõem limites à acção dos homens, e as ideologias não bastam para matar a fome dos povos.

A França continua a ser a mais importante abastecedora de capitais e técnica dos países a que se estende a sua soberania, ou que, libertos dela, vivem ainda dos laços de um passado recente. Tudo o que é ainda Comunidade Britânica ou é sujeito da soberania britânica, continua a ter em Londres o possível apoio económico e financeiro. E bem é que assim seja, porque, quando se viu que a rotura de laços políticos importou a estiolação dos laços económicos e financeiros ou por ter desaparecido toda a garantia de solvabilidade ou pelo despertar de sentimentos agressivos que tornaram impossível a colaboração, não se viu como a situação pudesse ser remediada. Há tantos exemplos recentes que decerto cada um os tem debaixo dos olhos.

Quero dizer, em resumo, que todo este vento de agitações ou de subversão que vai pelo mundo e não atende à maturidade e condições de vida dos povos que visa arrisca-se a satisfazer apenas em muitos casos ambições, mas não postula por si a satisfação das necessidades daqueles. Desperta movimentos emocionais que podem até apresentar-se invencíveis mas deixam no seu rasto problemas que não podem por si resolver.

Voltemos ao anticolonialismo.

À parte a ressaca da vaga mundial que possa atingir o Ultramar português e contra a qual temos de defender-nos, as campanhas que especificamente nos atingem provêm da União Indiana, secundada por alguns Estados comunistas. A União Indiana visa essencialmente Goa, mas as suas atitudes e ambições conhecidas vão muito além do pequeno Estado da Índia.

Há muito tempo que não falo deste problema: ele foi já suficientemente esclarecido para se tornar necessário repisar o assunto, e o Primeiro-Ministro da União Indiana prefere certamente inspirar-se na fantasiosa imprensa e na não menos fantasiosa rádio do seu país a beber nas nossas fontes a verdade. A questão pode confinar-se no actual momento ao seguinte esquema: internamente o governo da

União Indiana concentrou e tem procurado conduzir através dos seus agentes a acção, no começo dispersa, da propaganda e do terrorismo nas fronteiras de Goa; internacionalmente, como isto não bastasse, há muitos meses que a União se empenha em dois objectivos — demonstrar que são os goeses que se revoltam contra a suposta dominação portuguesa; pôr o mundo a seu favor contra a presença de Portugal na Índia.

Todos se recordam de que o chamado movimento de libertação de Goa nasceu e se expandiu de fora para dentro até à triste liquidação dos *satyagrahis*. A demonstração da existência de um movimento interno vasto e irreprimível tem encontrado os obstáculos seguintes: as vítimas são cidadãos da União Indiana; os atentados são preparados na União Indiana; é na União Indiana que têm o seu ponto de partida; é ali que se acolhem, sob a protecção oficial, os terroristas falhados ou bem sucedidos, com seus feridos e mortos.

As últimas apreensões de material já no interior do território significam porém que a União conseguiu aliciar pelos métodos conhecidos alguns goeses; mas o que lhe convinha aparecesse aos olhos do mundo como uma explosão violenta dos ódios reprimidos em Goa durante séculos contra Portugal são pequenos fogachos acendidos de além da fronteira. Não só Goa se manifesta hostilmente contra a vizinhança incómoda dos que se dizem irmãos, mas pretende a deixem continuar a viver a sua vida pacificamente à sombra da bandeira portuguesa. Há além disso uma prova esmagadora dos sentimentos de fidelidade a Portugal: tem-na a União Indiana no seu próprio território, nos 80 mil goeses de Bombaim. Sabe-se que foram e como foram despojados da sua pequena imprensa e como sobre as suas associações e os seus pequenos interesses se tem desdobrado toda a gama de formalidades burocráticas arrelientas e hostis. Perseguem-se, agridem-se e prendem-se; fazem-se-lhes comícios; multiplicam-se as tentativas de captação; paga-se aos trânsfugas. E a massa mantém-se fiel como no primeiro dia.

Por toda a parte onde um goês trabalha, um emissário da União age para o dissuadir do seu patriotismo, e nós sabemos que com muito pequeno resultado. A campanha da União nos Estados onde está representada prossegue persistentemente para angariar apoio moral e proclamar a nossa sem-razão e teimosia. Há poucas semanas o sr. Menon apelou mesmo para a boa vontade de algumas grandes nações que deviam ajudar a convencer-nos. O apelo não me pareceu hábil, porque os Estados Unidos, a Inglaterra e a França são precisamente países para quem a vida internacional assenta no reconhecimento de um estado de direito e na sua observância. Sendo assim, eram os que menos podiam fazer no caso, porque não há dúvida de que nos encontramos em face de uma soberania claramente estabelecida e que todos sentem ter o dever de respeitar.

O apelo a um Tribunal Internacional, como fizemos, para que defina uma situação jurídica, todos o compreendem, e será seguramente um serviço à paz que órgãos desta categoria não se eximam a exercer a sua jurisdição própria. Mas os ataques insistentes no Parlamento e comícios da União, nas Nações Unidas, junto dos governos e noutras tribunas não podem senão mascarar uma hostilidade pouco segura

XXIII. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais

do seu direito e contrária aos princípios incessantemente defendidos da coexistência pacífica.

As declarações repetidas dos responsáveis são que a província de Goa será um dia libertada por meios pacíficos. A espécie de libertação subentendida é porém um pouco obscura, porque os discursos onde a libertação é independência se têm alternado com aqueles em que é integração pura e simples na União Indiana. Para já sabemos que os meios pacíficos são compatíveis com o bloqueio económico, a proibição de transferências, o corte das ligações ferroviárias, a boicotagem dos navios que demandam os portos, o encerramento das fronteiras, o aprisionamento nas nossas águas territoriais dos barcos de pesca e mesmo com o não pagamento das pensões de invalidez ou de guerra, tidas em toda a parte por dívidas sagradas.

Por nós temos agido de modo a não agravar o conflito, organizando a vida de Goa e dos outros distritos, nas novas circunstâncias, melhorando a sua economia, desenvolvendo os seus meios, não irritando por qualquer forma o debate. Convencidos de que o Primeiro-Ministro se deixou enlear num problema que não pode resolver dentro dos seus princípios e sem prejudicar os interesses da União Indiana, estamos em dizer-lhe que se esqueça de nós, porque, apesar de tudo o que se vê, as suas insistências e as dos seus delegados não podem convencer o mundo duma razão que lhes falta. Ser Goa uma colónia ou uma província, gozar de mais ou menos liberdades, pode criar-nos a nós deveres, mas não faz nascer direitos em favor da União Indiana.

III.

A outra grande corrente que forma o ambiente mundial de hoje é a do progresso económico e do aumento de nível de vida das populações, o que traduz o intento de produzir cada vez mais riquezas e de distribuir cada vez melhor as riquezas criadas. Posta assim a questão, nós menos que todos podemos fazer reparo aos fins em vista. Os filósofos hão-de vir dizer que esse ambicioso progresso económico e o objectivo de indefinidamente elevar o nível de vida correm o risco de pôr às aspirações humanas um alvo inatingível e de criar um estado de insatisfação permanente, fonte de desequilibrio moral, o que aliás está longe de ser apenas suposição ou receio. Não entro no debate, porque no seu aspecto mais geral o que no momento importa é saber se pode dar-se forte incremento à exploração das riquezas mundiais e satisfazer as necessidades de imensas populações ainda desprovidas do indispensável à vida.

Nós atravessamos uma época de tais progressos técnicos que os prodígios realizados nos habituaram às maiores audácias e contagiaram fortemente os economistas. A vida usa correr mais devagar e trazer alguma correcção às nossas ambições; demais a questão não é só técnica, mas económica e política, com muitos dados fora do nosso alcance. Mas eu quero ser optimista e fazer um acto de fé em que os entusiasmos se não hão-de inteiramente frustrar.

Restrinjamo-nos ao nosso caso que é um pequeno ponto apenas dessa economia do mundo mas que, pequenino que seja, para nós é a vida.

A verificação estatistica e aquela que cada um de nós está apto a fazer pelos seus próprios meios de observação confirmam o avanço económico das últimas dezenas de anos aqui e no Ultramar. Viu-se das discussões que ninguém se considera satisfeito com o que se fez, o que pode traduzir até excelente estado de espírito, mas para se responsabilizar um governo é preciso saber se, pesadas todas as condições do meio, ele poderia fazer mais. A restrição aplicável ao passado é igualmente de aplicar ao futuro.

Nós movemo-nos num círculo de interdependências que não podemos desconhecer nem somos livres de eliminar. No mundo não haverá mais que três países que em caso de necessidade se poderão isolar e construir a sua economia, como lhes apraza. Nestas condições não vejo senão os Estados Unidos, a Rússia e a China que têm possibilidade, não olhando em todo o caso a restrições e a sofrimentos das populações, de ordenarem a economia nacional na independência dos factores externos. Os outros, pequenos e grandes, não estamos nesse caso, pelo que nos atingirá mais ou menos duramente toda a actuação dos sistemas com que havemos de estar relacionados.

Quer dizer, a independência económica sofre bastantes limitações e nem mesmo tispondo da técnica e de todos os capitais necessários nos poderiamos vangloar-nos de fixar e atingir livremente os nossos fins e de lograr os resultados econónicos e sociais que almejamos. A economia pode mesmo sofrer entorses ou influências contrárias aos nossos desejos.

A técnica e a ambição de maior produtividade estão provocando a criação de grandes espacos económicos, à semelhanca dos referidos acima, assentes sobre grandes bases nacionais. É assim que, independentemente das razões psicológicas e dos intentos políticos que estão na base da sua criação, se acaba de formar uma pequena Europa económica, ou o mercado comum das seis potências além-Pirenéus. Ainda que leve seu tempo e apresente suas dificuldades a constituição integral e perfeita deste mercado, tal como o visionaram as potências fundadoras, a verdade é que a criação do mercado comum ou, melhor, o seu começo de funcionamento rompe desde logo o equilibrio das relações existentes com os outros países que dentro ou fora da Organização Europeia de Cooperação Económica (O. E. C. E.) trabalham e comerceiam com cada um dos que o constituem. A ideia de criar uma zona de comércio livre que abrania o mercado comum e a cadeia de países que de certo modo o envolve deve considerar-se como uma tentativa de salvaquardar os interesses destes países, sem destruir os progressos adquiridos quanto à liberdade de trocas e de liquidações internacionais em bases plurilaterais e monetárias estáveis. Longas, dificeis negociações se hão-de seguir para encontrar o ponto de conciliação dos muitos interesses em jogo. Será possível?

Nestas discussões bravas a que deu lugar a propaganda eleitoral um engraçado acusou-nos, falando a sério, de não sabermos ainda precisamente qual a atitude a tomar perante o mercado comum. Pois não. Temos cuidadosa e afincadamente estudado todos os aspectos da questão, com os números e os factos que lhe dão vida, mas sabermos bem quais são os nossos interesses não equivale a ter garantidos aqueles que em boa parte dependem da vontade alheia.

XXIII. A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais

Para já uma coisa é certa. Não podemos sujeitar-nos a ter um mercado aberto se os outros oferecerem restrições ou dificuldades especiais à entrada dos nossos produtos, nem será possível agir de modo que nos fique vedado o desenvolvimento económico exigido pelas necessidades e vida da nossa gente.

De qualquer modo, para acompanhar o movimento em marcha, fora ou dentro de qualquer organização, há-de ser necessário revolucionar alguns sectores económicos atrasados ou adormecidos, enriquecer o apetrechamento industrial, modificar muitos aspectos do nosso regime de trabalho. Conhecendo alguma coisa das nossas possibilidades, incluindo o recurso possível ao crédito externo, não penso que os planos de fomento, o próximo ou outros que se lhe sigam, dêem inteira satisfação a todas as aspirações que, em alheamento das circunstâncias, deixemos medrar em nós próprios. Depois de tudo, continuará a haver pobres e ricos, países pobres e países ricos, aspirações por considerar, necessidades que não foram satisfeitas convenientemente. Mas a ânsia de progresso é estímulo que não julgo de desprezar; e as deficiências darão matéria para outras campanhas.

Só falta uma palavra. O desenvolvimento da riqueza poderá teòricamente favorecer apenas ou quase só o Estado — há exemplos disso; apenas ou quase só os que já dispõem de meios de fortuna; ou a todos, mormente aos que menos têm. Na nossa ética, que aceita desigualdades mas não privilégios, um programa económico só por si não tem valor, independentemente da aplicação da riqueza e da sua justa distribuição.

Nós havemos de ter presente que as duas maiores preocupações do tempo de hoje, o que especialmente inquieta e tortura os espíritos, é a falta de segurança do trabalho e a falta de segurança da habitação. Este segundo problema não se afigura de muito difícil solução, desde que consigamos equacioná-lo convenientemente. Mas a segurança do trabalho é quase impossível de garantir, se ao mesmo tempo se quer salvaguardar, em benefício do trabalhador, a liberdade de escolher a sua actividade, restringir as suas habilitações e escolher o local de trabalho. Nenhum sistema conhecido conseguiu resolver todas as dificuldades no mundo livre, mas não há dúvida de que, quando a actividade económica é intensa, a insegurança não existe pràticamente e desaparecem a este respeito as inquietações. Por isso a intensificação da vida económica nos trará por via indirecta o que directamente nos sintamos inseguros de alcançar.

•

O apontamento que aí fica, embora a muitos se afigure ligeiro ou superficial — e em muitos pontos o será — queria eu ajudasse a convencer o País da seriedade do momento que se vive e do ambiente geral em que os seus interesses terão de ser defendidos. Fazem-se os maiores esforços para esclarecer os problemas, mas a época é por demais perturbada, a velocidade dos acontecimentos tão grande e a confusão das ideias tal que não se pode estar seguro nem da concordância dos

espíritos nem sequer de terem sido compreendidas as nossas posições. São tempos difíceis estes, e alguém da oposição, reflectindo o seu juízo sobre a transcendência dos problemas, entendeu que era o momento de confiar a solução deles a um governo nacional.

Na técnica e terminologia partidárias este governo sai da contribuição que estejam dispostos a dar representantes dos vários partidos ou agrupamentos políticos, sem poder garantir-se-lhe, como está exuberantemente demonstrado, nem unidade de orientação nem confiança nacional. E estes são os dois atributos que conviria assegurar a esse governo, antes do mais.

Eu tenho muita dificuldade em compreender estas combinações, porque não foi assim a minha formação. Para mim todo o governo há-de ser nacional ou não é: nacional porque não pode ter outro fim senão servir a Nação; nacional porque nem mesmo os grupos de interesses materiais ou morais que nela se movem os conhece ou defende senão com vista á sua coordenação ou subordinação ao interesse comum; nacional porque está suficientemente seguro da confiança e do apoio que lhe presta, pela sua compreensão e espontânea obediência, a própria Nação. Evidentemente que se verificam discordâncias incidentais, ideologias inconciliáveis, sectores irredutíveis e não convencidos da população. Isto obriga a reflectir mas não a parar, desde que se possa dizer que a Nação no seu conjunto sente a correspondência da acção governativa e do interesse da colectividade.

Para que assim seja porém, para a demonstração viva desta aprovação ou desta confiança — se as há — não se deve considerar bastante a segurança da vitória eleitoral porque, com este ou aquele pretexto, a oposição deserta das urnas. Se o jogo das instituições leva a uma consulta periódica, é necessário responder de modo expresso, votando.

Há muitas pessoas que não estão contentes? Mas nem eu, e vou votar.

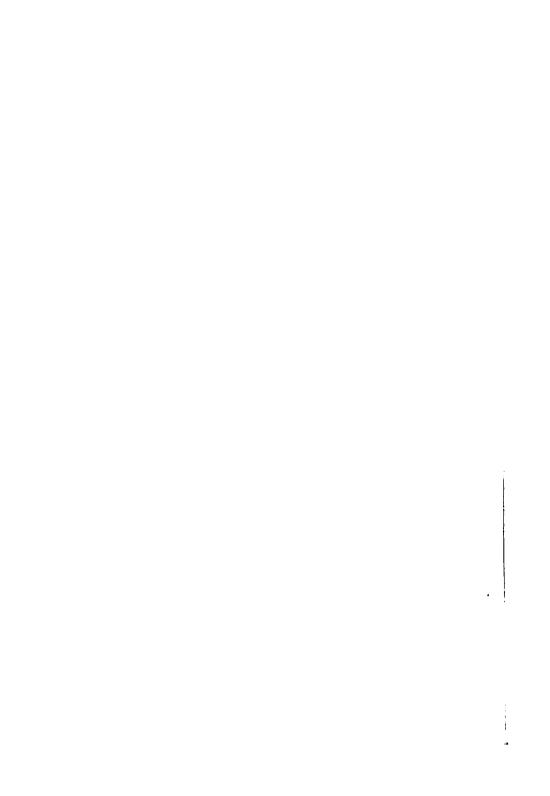
XXIV. RESPOSTA À SAUDAÇÃO DOS PORTUGUESES DO BRASIL E DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS ⁽¹⁾

Eu devia fugir, quando de todo as não pudesse evitar, a todas as manifestações com que a bondade dos portugueses quisesse celebrar os meus trinta anos de governo, discutíveis apesar de tudo, menos no doloroso esforço despendido através de tão longa caminhada. Mas uma coisa não desejava fazer, e essa era não receber pessoalmente as mensagens dos portugueses do Brasil e as de que são portadores quantos vieram das províncias ultramarinas com uma palavra de aplauso ou de carinho. A recepção quer dizer apenas que houve a intenção de dar especial valor aos sacrifícios e às dificuldades da distância, porque o portuguesismo de todos não tinha de ser louvado nem agradecido. Existe; eis tudo.

Temos várias vezes afirmado constituirmos vasta família de povos cujas ligações afectivas, criadas em séculos de história, e cujos vínculos de parentesco espiritual se revelam como elementos de coesão e base de comunidade política mais sólidos que os interesses económicos, a força e todos aqueles elementos à sombra dos quais se estão afinal levantando uns contra os outros os homens e os povos. Mantemos, porque cultivamos, uma fraternidade realmente vivida não só nos territórios portugueses mas nas pessoas que a vida obriga a afastar-se da pátria e conservam no entanto vivos os laços que os prendem à comunidade de origem. Quanto enternece receber, em datas festivas, de homens por vezes isolados no vasto mundo, entre raças diferentes, mergulhados em meios estranhos, o grito de alma que lhes sai das profundezas dos mais íntimos sentimentos: trabalho aqui; sou português; estou com Portugal!

Temos na verdade de orgulhar-nos de uma Nação, agregado de numerosos povos, que tendo-se espraiado pelo mundo e caldeado no seu seio culturas e raças, conserva a identidade do seu ser, a linha recta da sua história e tão grande afectividade entre todos os seus filhos. Esta singela cerimónia exemplifica e corrobora as minhas palavras. Eu só desejaria que no regresso todos fossem emissários e portadores fiéis de uma mensagem de saudação e de agradecimento aos que nestes dias levaram a peito fazer-se especialmente lembrados.

⁽¹⁾ Palavras proferidas no Palácio de S. Bento, em 29 de Abril de 1958, em resposta às mensagens de saudação trazidas por portugueses residentes no Brasil e nas Provincias Ultramarinas, em comemoração do 30.º aniversário da entrada de S. Ex.º o Presidente do Conselho para o Governo.



XXV. A OBRA DO REGIME NA CAMPANHA ELEITORAL (1)

Entendi que não devia evitar este encontro: os homens bons dos concelhos, conscientes do momento que se atravessa, vieram, como em outros lances históricos, marcar perante o Governo a sua posição. Porventura a esta mesma hora, em todos os municípios do País, as pessoas comissionadas para os encargos da administração fazem saber aos seus convizinhos como interpretam o sentir dos povos e como exprimem a sua vontade. Têm capacidade e competência para fazê-lo. Pés firmes no solo pátrio, braços e mentes dados ao trabalho, longe das ambições políticas e perto da vida como realmente é vivida, não se pode negar a autenticidade da vossa representação. Apenas faço reparo ao excesso das referências pessoais, visto que não sou nem faço mais que outros; sou apenas aquele que circunstâncias imprevistas designaram como o que devia conduzir a bandeira dum movimento de unidade e renascença nacional. Nem herói nem sábio nem santo: «um qualquer» que trabalha quanto pode pelo seu País no posto que lhe foi designado e está sempre ao dispor de quem lho confiou.

Ĭ.

Não se sabe porquê a propósito duma eleição presidencial, encontram-se no presente momento portugueses que proclamam a vacuidade desse esforço, negam a existência ou o valor de qualquer obra, afirmam o mal fundado da política que lhe serve de base. É fruto da paixão que desvaira os melhores espíritos e lhes não permite reconhecer a evidência das coisas. Se tendes um momento, vamos comprová-lo no ambiente calmo e desapaixonado que temos o dever de não abandonar.

Na abundante prosa, dita e publicada, em nome, por ordem ou ao sabor das oposições, atropelam-se as críticas ao que se realizou nos últimos 30 anos e são sem conta as promessas do que há-de fazer-se com melhor governo e mais atilada orientação no que toca aos problemas essenciais da nossa vida colectiva. Tirante porém faltas, desvios, mesmo erros, inevitáveis mas corrigíveis, todos os programas giram afinal à roda da política externa, da política ultramarina, da política económica, da política social e da falta ou defeituosa institucionalização do regime. Exa-

⁽¹⁾ Discurso proferido em 31 de Maio de 1958, no Palácio de S. Bento, em resposta à mensagem dos municípios portugueses.

minemos ponto por ponto as posições; fá-lo-emos ràpidamente, porque as minúcias são muitas mas o essencial é pouco.

Quanto a política externa, deduz-se da documentação produzida que nada foi achado mal. Não houve coragem de atacar a política da aliança inglesa, nem a do bloco peninsular, nem a da comunidade luso-brasileira. Tão-pouco se quis criticar a neutralidade portuguesa durante a última guerra, que aliás funcionou a favor dos aliados — neutralidade colaborante, como lhe chamei uma vez — nem a correcção ou excelência das relações mantidas com os outros Estados, nem as amizades conquistadas nem os apoios conseguidos. Tudo foi bem, tudo está certo, não há que tocar-lhe.

Tenho porém visto suscitar dúvidas sobre se as nossas instituições são compatíveis com os princípios das Nações Unidas. Mas é exactamente princípio fundamental destas que a organização nada tem que ver com o regime interno das diferentes nações. Fomos admitidos sem qualquer insistência da nossa parte pela unanimidade de 56 votos, sem um voto contra e sem uma abstenção. Quer dizer, fomos considerados elementos úteis e hábeis para cumprir as normas de convivência que jão fundamento da instituição; é pelo menos estranho que no meio interno se possa negar uma idoneidade tão insuspeitamente reconhecida.

Para além das posições tomadas há também sugestões. Li que se sugere de um dos lados uma política independente e relações com todos os países. Aquela palavra «independente» não significa terem de criar-se as condições da livre determinação do País na vida internacional. Se alguém se pode ufanar de sem agravo ter quebrado laços e servidões desagradáveis, e ter dessa forma reforçado a independência nacional, somos nós. E não poderiam fazê-lo aqueles que através dos anos vêm esperando de potências estrangeiras auxilio à sua investidura no poder. Aquela palavra significa no vocabulário comunista o mesmo que neutralismo ou neutralidade activa, isto é, não participação em alianças ou blocos ideológicos ou políticos. É o que a Rússia pede aos seus amigos quando não lhes pode solicitar a adesão.

Eu não sei se quando um candidato se dispôs a desistir em favor do outro, se somaram com as respectivas forças os respectivos programas. Neste ponto seria impossível, porque a concepção geopolítica que inspira um é inconciliável no momento presente com a política «independente» que outro deseja. Pelo contrário, é necessário reforçar, eu diria, é necessário nalguns casos ampliar os blocos defensivos, sob pena de se arriscar a própria independência; isto é, tem de alicerçar-se a independência nacional nas interdependências políticas. É a lei do momento que vivemos.

Outra referência soprada da mesma banda pretende relações com todos os países. Se se trata de relações comerciais, e se a alusão visa os países para além da cortina de ferro, devo dizer que temos já relações regulares com a Polónia, Checo-Eslováquia, Alemanha Oriental e Hungria, e comerciamos mesmo com a Rússia, antigo cliente das nossas cortiças. Às outras relações, a começar pelas diplomáticas, deparam-se obstáculos graves que dificilmente serão vencidos enquanto forem meio privilegiado de um proselitismo inadmissível. Temos assistido ao fazer e desfazer de experiências neste campo, para se lamentarem em seguida os resultados. Todos os

XXV. A Obra do Regime na Campanha Eleitoral

homens isentos entenderão que a questão só pode ser resolvida sob estas duas condições: inocuidade proselítica das missões estrangeiras; reciprocidade completa das regalias habitualmente concedidas.

Mas isto nada tem com o problema da paz. Nós, como a generalidade dos países, também pretendemos a paz, só nos separando de muitos a ideia que se forma do caminho a trilhar para que a mesma se garanta ou se consolide. Quem nos dera chegar a uma plataforma de desarmamento! Quem nos dera poder empregar em benefício da colectividade as somas que se empregam na defesa. Mas a paz, o desarmamento são noções ou situações recíprocas entre Estados independentes. E quando se fala de paz sem esta prévia exigência, é que se está disposto a aceitar no plano nacional a servidão.

•

Vejamos agora a política ultramarina, entendida esta como o conjunto de princípios que regulam as relações entre as várias partes constitutivas da Nação Portuguesa, as normas que regulam as relações raciais, a finalidade que se propõe a obra colonizadora. Encontrei referências à necessidade de alguma «actualização» e à necessidade de plebiscito nacional para definir a situação de Goa. Ainda que não pudesse atingir bem a ideia, não faço reparos ao primeiro ponto, porque o crescimento das províncias do Ultramar, sobretudo de Angola e de Moçambique, a sua extensão, as suas necessidades, o seu progresso hão-de ir reclamando revisões da estrutura do governo e da administração, sem alteração aliás da sua posição básica no todo português. Ao definir-se o projecto do próximo Plano de Fomento, em que aquelas províncias partilham tão substancialmente, com prejuízo de muitos empreendimentos necessários aqui, nós tivemos mais de uma vez a sensação de que verdadeiramente tirávamos da boca o pão que ia ajudar o Ultramar, mas faziamo-lo sem sacrifício e com pena de não ser ainda mais. Aquela alusão não parece portanto constituir problema.

O mesmo não direi de Goa, acerca da qual a posição enunciada tem marca conhecida. Quase se deve ter dó dos comunistas. Mandaram-nos ser aqui germa-nófilos no começo da guerra, e foram; mandaram-nos ser aliadófilos depois, e foram. Mandaram-nos admitir a independência das repúblicas soviéticas, e admitiram-na; mandaram-nos aceitar a absorção das mesmas repúblicas, e aceitaram-na. São colonialistas para engrandecer o Estado socialista russo e anticolonialistas para diminuir o seu próprio país. Não procuremos lógica, mas obediência; não esperemos patriotismo, mas serviços a uma política estrangeira. A ideia do plebiscito para definir nova situação para Goa é um derivado de declarações soviéticas a favor da União Indiana, e só não foi estendido pelos nossos comunistas a todas as outras províncias porque de momento isso agravaria a irredutibilidade do povo relativamente à voluntária amputação da Nação Portuguesa. Goa é pois o máximo que os comunistas ousaram jogar; a reacção provocada dispensa-me a mim de mais uma vez afirmar a política do Governo em relação ao Estado da Índia. É clara: não nos negamos nem repudiamos os nossos.

Quanto ao problema económico a campanha eleitoral das oposições desenvolveu-se desde a negação formal de qualquer progresso, aliás à vista de todos, até à simples insuficiência das realizações públicas ou privadas que lhe dissessem respeito. Ou nada se fez ou não se fez tudo o que se devia fazer. De modo que o atraso económico do País, com a sua repercussão no nível de vida das populações, não teve de ser confrontado nem com os níveis anteriores nem com a pobreza do meio nem com as possibilidades financeiras e técnicas. Fora de um período como este, as próprias responsabilidades intelectuais de alguns que vieram ao debate deviam inibi-los de pôr assim a questão.

O problema económico devia apresentar-se da forma seguinte: 1.º — Está bem equacionado de modo que o desenvolvimento da economia nacional se faça ordenada e progressivamente a partir das premissas postas? 2.º — O que se realizou está enquadrado nessa grande linha ou compreende desvios ou entraves ao progresso ulterior? 3.º — Se podia ir-se mais longe do que se foi, quais os meios de que podia dispor-se, sem risco ou maiores prejuizos, e não foram utilizados? Com seriedade não pode sair-se daqui; e os números estatísticos a que se fizeram dar voltas e reviravoltas não são susceptíveis de alterar estas posições.

Nós lamentamos como todos não nos encontrarmos na primeira linha dos povos mais ricos ou desenvolvidos. Nunca será esse o nosso lugar, e muito profundamente desconhecem os dados da questão aqueles que acenam com tal possibilidade. Sem solo, sem subsolo, sem mar litoral ricos, a nossa maior riqueza na Metrópole é ainda o homem e o seu trabalho. Mas para se elevarem estes ao nível desejado terão de empregar-se grandes esforços e dar-se tempo ao tempo. O capital e a técnica não se inventam: importam-se ou formam-se. Por mim preferia ir um pouco mais lentamente no âmbito de uma vida modesta que sujeitar o País a novas formas de colonização estrangeira.

É estranho que, não podendo haver descontinuidade na vida e na economia, não se tenham feito referências pertinentes ao Plano de Fomento que irá seguir-se ao actual. Era exactamente na coordenação ou descoordenação dos planos que se encontrariam as melhores razões de crítica, se disso se tratasse. Levou o Governo algumas semanas a examinar e a decidir sobre o que levou anos a elaborar e agora está submetido à apreciação das Câmaras e publicado para conhecimento de todos. É lamentável que as oposições, tão interessadas no rápido progresso económico do País, não se hajam sentido em condições de analisar um Plano de que aquele vai essencialmente depender nos próximos seis anos.

Resta-me dizer uma palavra sobre o problema social. Em manifesto dirigido aos trabalhadores do País, as oposições incluíram grande número de reivindicações sobre condições de trabalho, salários, horários, habitações, férias, assistência, acesso à cul-

XXV. A Obra do Regime na Campanha Eleitoral

tura e outros, como prova do seu carinho pelas classes operárias. Nada disto nos impressiona nem constitui para nós dificuldade, desde que tudo se integra nos princípios que defendemos. Quer dizer, para nós são mais que promessas eleitorais, porque de algum modo constituem a essência do regime que servimos. A diferença está apenas em que a realização prática de certas aspirações vai sendo determinada pelas possibilidades e progresso económico do País, enquanto que para as oposições as promessas se apresentam libertas do condicionalismo económico que tem de servir-lhes de base. Muito antes que fossem formuladas ou sonhadas sequer determinadas reivindicações, nós afirmámos, em nome dos nossos princípios, não pormos qualquer limite à ascensão económica, política ou cultural das massas, e assim se vem realizando em bases sólidas o que de outro modo não passaria de artifícios ou enganos.

Compreende-se que no manifesto em causa não se pudesse pôr a nu a ideologia que o inspirava. Uma ideia de socialização dos meios de produção afastaria simpatias ambicionadas: sobretudo era preciso que a pequena burguesia esperasse ser poupada. Mas a reclamação de ser reconhecido o direito de greve põe neste complexo de questões a nota da luta de classes, quando nós nos batemos pela manutenção do ambiente da mais franca e amiga cooperação. Aqui nos separamos.

Nós não aceitamos a ideia da incompatibilidade de interesses entre o patronato e o operariado, mas a da sua solidariedade permanente. Se uma incompatibilidade de momento põe as duas forças em risco de chocar-se, é necessário que o defensor do interesse colectivo arbitre a contenda de acordo com a justiça e o bem comum. Quando se destina a um ferroviário o duro trabalho nocturno; quando se impõe aos correios ou às telefonistas o serviço permanente, não é o interesse patronal ou operário que está em causa, mas o interesse da colectividade. Como, pois, se esquece esta que é um terceiro no conflito e se há-de deixar resolver a contenda pela luta das outras forças em presença? Se o liberalismo pôde chegar a este equivoco, o comunismo varreu-o das leis e da prática. Nisto tem inteira razão.

Nós não podemos perder uma hora de trabalho; nós não podemos diminuir o ritmo do nosso esforço; nós não podemos admitir que o espírito de luta e o ódio se enxertem onde só a cooperação amiga pode triunfar. Não esquecemos os egoísmos humanos, nem os abusos, nem mesmo a pobreza ou a miséria material ou moral que daí possam derivar; digo que há formas mais correctas e mais seguras de dominá-los, com beneficio geral.

II.

Julgo portanto podermos concluir que nestes sectores da vida da Nação e nas suas grandes linhas, descontadas assim deficiências ou erros ou atrasos admissíveis, tudo o que se fez se destinou a servir e serviu efectivamente o bem comum. O que vimos da outra banda se sugere ou não se pode ou não se deve fazer.

Mas não será isto o pior. O pior é pensar-se que se pode realizar qualquer política social com qualquer política económica; que se pode erguer qualquer política

económica com qualquer política financeira; e que uma política económica ou financeira qualquer pode servir de base à política internacional ou ultramarina que nos apraza realizar. Se um dia os que alguma vez disseram que iriam buscar o dinheiro onde o houvesse, pudessem dispor do poder; se o alcançassem aqueles que se jactam de ter aprendido não ter importância nem a solidez nem o valor da moeda mas a sua quantidade; se pudessem algum dia influenciar o poder aqueles que pretendem garantir-se da distribuição de riquezas antes de serem produzidas, devemos estar certos de que seria impossível executar qualquer plano e pôr de pé qualquer política que tivesse simultâneamente estes objectivos: consolidar e manter a independência e a integridade nacional; aumentar a riqueza pública e privada; distribuir mais equitativamente o rendimento nacional por todos, com beneficio dos mais necessitados; assegurar o trabalho dos portugueses, melhorar-lhes as condições de vida, assegurar-lhes a ordem, permitir-lhes viver em paz. O que ai está — imperfeito e inacabado que se considere e por certo é — foi preciso erquê-lo não descosidamente mas com a unidade de um edifício sobre alicerces onde se verteu muito suor deste pobre povo; e foi com o seu trabalho e as suas privações que se pagaram dividas, se libertou de usurários a Fazenda, se restaurou o crédito, se instaurou uma dministração, se adquiriu prestigio e se tem defendido a Pátria e a integridade do Jitramar português. Infeliz povo se, confundindo promessas vas com realidades. vier a convencer-se um dia de que o trabalho é sinal de servidão e a desordem atmosfera saudável de vida!

•

Tudo o que dissemos não dever ser feito ou não poder fazer-se, como pretendem realizá-lo as oposições? Por meio de um ditadura educativa a que se seguiria a formação de partidos políticos. Atrevo-me a dizer que essa ditadura que se anuncia bastante forte para contrapor a outra que nos piores dias nunca foi violenta é talvez dispensável para formar democratas. Os que nos últimos trinta anos nos contentámos em progredir, vivendo em paz e em ordem sob uma autoridade que nos garantiu as liberdades que podíamos usufruir, não aprenderemos nada. E muitos dos outros que se têm sentido oprimidos durante o mesmo período já demonstraram em discursos, em jornais e em outros actos públicos estar em condições de começar a gozar dessas liberdades e com tão grande amplitude que não chegarão para mais ninquém.

E não se receie pela formação dos partidos. Basta que, ao regular o direito de associação, se permita a associação para fins políticos, para que da noite para o dia apareçam mesmo mais do que se desejaria: um partido do centro, um ou dois partidos monárquicos, um partido das esquerdas democráticas, um partido socialista e naturalmente um partido comunista, sem falar no da democracia cristã, visto haver quem julgue que em tais circunstâncias por esse caminho mais assegurada fica a defesa da Igreja. Estes são os chamados partidos de base, porque o nosso individualismo, as irredutibilidades pessoais, as ambições e as vaidades dos homens se encar-

XXV. A Obra do Regime na Campanha Eleitoral

regariam de fazer saltar todas as disciplinas e dividir o que já se encontraria assaz repartido e disperso. E por todos esses grupos se haviam de dividir os 120 deputados da Assembleia Nacional.

Há alguma ingenuidade em supor que por força de leis, constitucionais ou não, se pode chegar à limitação numérica dos partidos, com eficiência duradoura e sem atropelo dos princípios democráticos. Aceites os princípios, têm de aceitar-se as consequências, só nuns casos piores que noutros.

Tendo tão longamente reflectido sobre estes problemas e seguido a sua evolução nos diversos Estados, nunca pude compreender três coisas que se apresentam a legitimar o sistema: a maneira mais expressiva de formar e representar a unidade nacional ser a divisão partidária; haver uma relação necessária entre a existência de partidos e as liberdades públicas; a proliferação de partidos ser um sistema capaz de evitar a explosão revolucionária das facções. Pelo que nos toca, a experiência de muitos anos foi que os partidos é que promoviam as revoluções e foram incapazes de assegurar as liberdades.

Sem qualquer prurido dogmático, mas de olhos postos nas nossas necessidades e modo de ser, o movimento de 28 de Maio deu origem a um regime não partidário ou antipartidário, se se quiser. Alguns o consideram coisa retrógrada; melhor ou mais justamente nos deviam considerar precursores. As dificuldades que se atravessam por toda a parte são tais que os regimes políticos vão evolucionando influenciados sobretudo pela eficiência dos métodos de governar. As discussões das assembleias constituídas por numerosos grupos e o hipercriticismo consequente vão sendo sacrificados à necessidade fundamental de governar, e as assembleias não podem fugir a definir uma política ou evitar que os governos prossigam a política que eles próprios definam. Assim temos seguido o nosso caminho, fazendo apelo incessante àquele denominador comum que é o interesse nacional.

É possível que, para defender este ou não deixar extraviar a opinião pública acerca da sua essência, se tenha exagerado um tanto e coarctado liberdades que ao menos sem perigo grave poderão ser de outro modo regulamentadas. Mas nós precisávamos de entender-nos primeiro sobre certos conceitos fundamentais, que das últimas discussões e apelos demagógicos ficaram mais obscuros que dantes.

Das oposições ouviu-se um rebate prudente a dizer que alguma coisa mais era necessária, porque com a liberdade não podia fazer-se tudo. Pois não. Direi que não se pode fazer tudo nem se pode fazer nada, sobretudo quando a nossa tendência é para dar-lhe o sentido por onde temos visto extraviar-se. Há muitos anos já um sociólogo francês que bastante se debruçou sobre os nossos problemas e defeitos da nossa formação tinha concluído que esta qualidade excelente da gente portuguesa — a sua docilidade — representava no fundo um grave perigo para a estabilidade política e social. Bastaria que alguém dispusesse da audácia de prometer e de mentir para criar à sua volta zonas de adesão mesmo entusiásticas, que aliás mais tarde o bom senso neutralizaria. Mas porque as deixamos criar?

Porque, não constituindo um risco mortal, se espera que o fenómeno chamará à reflexão muitos outros que parecem cansados da ordem e da paz e se inclinam a crer

nas virtudes criadoras da agitação política, da variedade dos programas e da sucessão de soluções mal ensaiadas e logo postas de banda, do espectáculo de egoísmos e de ambições a que o País pode assistir mas não pode assistir sem pagar. São os que ao trabalho metódico e segundo planos preestabelecidos apelidam de imobilismo.

Mas a estes mesmos eu quero prestar a justiça que mereçam, não porém sem começar por uma declaração em certo modo brutal. Se se está convencido de que se esvaiu o conteúdo ideológico da Revolução ou, o que é pràticamente o mesmo, que os princípios não são já eficientes nem os homens já crêem neles ou são capazes de aplicá-los, é evidente que eventuais transferências de poder não têm relevância senão na medida em que possam ou não preservar o que através de tanto esforço se conseguiu a bem da Nação. Mas, se essa mesma Revolução tem ainda numerosos e devotados fiéis e se sente com vigor para impor-se, é então necessário que prossiga na pureza do seu ideal e primeira fé, expurgada do que o tempo tenha trazido de impuro às suas realizações e simultâneamente corrigida no que o mesmo tempo a tenha revelado imperfeita.

É evidente que, se se houvesse mais cedo institucionalizado completamente o regime e a eleição fosse de outra forma ordenada, a Nação não sofreria o desprestígio da actual ampanha. É evidente que, se a experiência corporativa estivesse mais avançada e alarada a todos os sectores económicos, culturais ou morais, nós estaríamos habilitados a formular um juízo mais completo sobre as suas virtualidades e defeitos. É evidente que, se as ideias mestras do regime fossem levadas com persistência até à mocidade das escolas, das oficinas e dos campos, não haveria o menor receio de entregar-lhe, chegada a hora, a todos sem excepção, a herança pátria que infelizmente corre perigo em certas mãos. Há ainda o imobilismo das pessoas e das instituições, mas acerca deste assunto falaremos em época mais calma, quando pudermos situar o problema fora do domínio das paixões para o examinar à luz fria da razão.

III.

Queria ainda acrescentar umas palavras, por não saber se me faltará a oportunidade para dizê-las.

O Regime instaurado pelo Exército em 28 de Maio de 1926 e constitucionalizado depois pela aprovação plebiscitária da Constituição Política gozou da inapreciável vantagem de se desenvolver até agora sob apenas dois Chefes do Estado, de cujas qualidades e serviços a Nação pode sentir-se orgulhosa. Acaso ou resultado de uma orientação política?

Os que entendem não poder dar e os que não sabem dar à vida dos povos na sua direcção superior uma orientação qualquer estarão inclinados a concluir que apenas tivemos sorte. Eu direi porém que tanto no respeitante à estabilidade da chefatura do Estado como aos méritos pessoais dos que a ocuparam se trata na verdade do fruto dos princípios que professamos. Nem todos os regimes despertam ou fazem florescer nos homens públicos as mesmas qualidades; nem todos se equivalem na criação de um estilo de chefia ou no espírito de servir.

XXV. A Obra do Regime na Campanha Eleitoral

O Senhor General Craveiro Lopes, cujo mandato terminará dentro de poucos meses, tem servido o seu cargo com tão exemplar dedicação, com tão elevada dignidade, com tal fidelidade aos princípios fundamentais do Regime que os sete anos da sua magistratura seria ingratidão não guardá-los na nossa memória e no nosso reconhecimento. Além do mais, constituíram serviço do maior relevo as suas viagens às Ilhas e a quase todo o Ultramar português; sob o seu mandato o País teve a alta honra de receber e o prazer de retribuir as visitas de Soberanos e grandes Chefes de Estado cujas relações de amizade consideramos preciosas e factor importante da nossa política externa. O Senhor Presidente pôde ainda levar ao Brasil entre aclamações inesquecíveis o calor das nossas almas no abraço fraternal dos portugueses de todo o mundo. E não houve sobressaltos, nem hesitações, nem equívocos, porque tudo decorreu com naturalidade e nobreza, na ordem e na calma a que já nos habituáramos. — Ainda sorte ou política?

Quase a findar o mandato presidencial, a União Nacional procurou um candidato na mesma linha em que das outras vezes se situou: escolheu o homem probo, digno, prudente, pronto a servir, capaz de interpretar e defender em momentos de crise os interesses da grei. Não será necessário tomar de assalto uma fortaleza, mas pode bem haver necessidade de defendê-la.

A nossa orientação tem sido sempre contra o reacender de lutas políticas, através de cuja violência e trágicos desfechos vemos outros procurarem a sua felicidade. A política só em sentido deturpado se pode confundir com agitação estéril, referver de ódios, estadear de ambições pessoais ou de grupos para a conquista e usufruição de altos lugares. Nada do que afirmo se opõe evidentemente — vê-se que não se tem oposto — à livre discussão dos problemas. Mas quer dizer que a consciência pública se há-de sobretudo formar na reflexão de argumentos sólidos, sobre o conhecimento de factos certos e bem interpretados, à luz de posições desinteressadas: não na excitação das paixões e na adulteração da verdade. As minhas palavras de hoje pretenderam ser um contributo para que se forme e venha a agir correctamente a consciência da Nação.

•

Meus senhores: penso ter respondido ao vosso voto. O Regime pensa poder contar, para prosseguir, com a compreensão e lealdade do povo português.

	•

XXVI. NÃO TENHAMOS RECEIO ⁽¹⁾

Cinco minutos bastam para o que devo dizer.

Chega ao fim a campanha eleitoral, não como desejáramos mas como pôde ser. Caracterizou-se esta por manifestações, dispensáveis para a apresentação dos candidatos e confronto dos seus méritos ou mesmo para a comparação de ideologias e programas, se tem de sofrer-se em cada eleição presidencial uma sorte de plebiscito sobre a estrutura do Estado e todos os problemas da Nação. Esta revisão enciclopédica a que tão liberalmente nos temos submetido foi desta vez acompanhada de atentados à ordem pública que perturbaram a tranquilidade habitual do nosso viver e podem ter deixado nalguns espiritos uma sombra de dúvida ou de receio. Perdemos um pouco no bom nome penosamente granjeado em muitos anos; ganhámos em podermos interrogar-nos à luz dos factos sobre se se tratou duma campanha eleitoral à portuguesa ou à americana ou da preparação à sua sombra de movimento sedicioso à russa. O espírito de subversão que surdiu aqui e além está seguramente em todos os países civilizados fora das regras do jogo eleitoral.

Nós temos trabalhado e continuaremos trabalhando na consolidação de um sistema de vida e de governo em que a ordem resulta sobretudo da disciplina espontânea de cada um e do respeito pelos outros, e por isso nos abstemos de agitar paixões malsãs que entre os portugueses espalhem a divisão. Não fazemos apelo à violência, não diminuímos ninguém e a todos queremos prestar justiça. Pois agora teremos de pacientemente varrer a sementeira de ódios com que por acto de outrem a atmosfera do País se envenenou.

Mas quero afirmar com a fria serenidade habitual que dessa ou de outra forma se há-de restabelecer e ràpidamente o ambiente de calma essencial à vida colectiva, quero dizer que o faremos em todas as circunstâncias e pelo emprego de todos os meios ao dispor da autoridade.

Apesar de tudo, regozijamo-nos com o facto de as oposições se terem disposto a concorrer à eleição presidencial, e o Governo tem feito os máximos esforços e lutado com as maiores dificuldades para possibilitar-lhes a actividade e levá-las até às urnas. Pela primeira vez, suponho, temos de enfrentar em cerrada coligação todos os que por qualquer motivo — de doutrina, de sentimentos ou de interesses — se conjugaram não para a renovação, como alguns pensaram, mas para a

⁽ⁱ⁾ Palavras proferidas na sessão de propaganda da candidatura do Senhor Contra-Almirante Américo Tomás, no Palácio dos Desportos, em Lisboa, em 4 de Junho de 1958.

subversão do Regime. Seja qual for a sua representação, larga ou restrita, a presença nas urnas contradiz, e clamorosamente — como aliás já aconteceu com toda a propaganda — um dos lugares-comuns desta, o medo, contra cujo fantasma se fingiu ter de lutar.

A eleição será assim uma prova de força que podemos permitir-nos no próprio campo do adversário. Nós estamos por demais habituados a um comodismo fácil em que a uns tantos incumbem as duras tarefas não só de conceber e realizar o que importa ao bem da Nação como de sacudir os inertes, alertar os descuidados, proteger os tímidos. Eu vejo aproximarem-se tempos em que maiores sacrifícios do que o voto hão-de ser exigidos a todos para defesa do bem comum e mesmo do interesse legítimo de cada qual. Podem vir tempos em que é preciso estar disposto a lutar duramente; e felizes aqueles que tiverem quem os congregue, os conduza, lhes indique o caminho e assegure com o seu concurso a vitória.

Não está no meu temperamento fazer apelos fáceis ao trágico, nem esse é o alcance destas palavras. Acho porém oportuno lembrar que nestes tempos difíceis nenhum dos bens que usufruímos está seguro, se nós mesmos não quisermos contribuir para a sua segurança. Nem a independência e integridade da terra pátria, nem a paz, nem a ordem, nem as comodidades e bens, nem o recato dos lares, nem a liberdade das consciências, nem a economia, nem o trabalho, nem os melhoramentos ou empreendimentos públicos — nada é seguro senão na medida em que nós próprios defendemos os princípios de que tudo isso dimana ou em que tudo isso assenta e estamos prontos a bater-nos por eles.

Mas eu queria afastar de mim hoje — e deploro não tê-lo conseguido inteiramente — toda a severidade e dureza, pois que o meu propósito era apenas fazer um apelo final, alegre e confiante, à vossa lealdade e, se for preciso, também à vossa coragem, para a eleição do novo Presidente da República. Há decerto numerosos descontentes e os governos têm de activar ou corrigir a sua acção no que importe para desfazer esses descontentamentos. Há muitos incrédulos de alma vazia, que temos a obrigação de tentar converter à nossa fé patriótica. Haverá portadores de convicções muito afastadas das nossas e que devíamos esclarecer. Há todos esses e talvez por nossa culpa. Mas nós somos todos os mais. Somos tantos os que comungamos no mesmo ideal, somos tantos os que estamos ligados pela mesma compreensão do interesse pátrio, e temos trabalhado e sofrido para maior prestígio e engrandecimento da Nação que ela não hesitará sobre que podem servi-la e, como até aqui, dignamente representá-la. Não tenhamos receio.

XXVII. CAMINHO DO FUTURO (1)

Meus Senhores:

Esta reunião destinava-a eu ao exame de certo número de problemas políticos que as últimas eleições trouxeram ao debate e penso interessarem tanto às oposições como a nós próprios. Mas antes de ocupar-me deles cumpro o dever de renovar os agradecimentos à Comissão Executiva e a todas as comissões da União Nacional pelos esforços empregados e os sacrifícios que houveram de fazer para assegurar a vitória, não obstante ter-se notado aqui e além alguma falta de zelo ou excesso de boa fé. As Senhoras e o movimento que organizaram merecem uma palavra especial, e ainda mais se alguns de nós chegámos às urnas pela sua mão. Decerto não houve lugar para receios mas o dever pode ser correctamente cumprido com frieza, enquanto a fé e o entusiasmo são comunicativos, criam adeptos, arrastam os tíbios, multiplicam as forças. Sejamos pois gratos às que nos deram tão largo apoio e tão proveitosa lição.

O Supremo Tribunal julgou já definitivamente o pleito eleitoral e não há pois dúvida de que ganhámos as eleições: no entanto estarmos bem convencidos disso é o ponto de que havemos de partir. Foi evidente a todos que a campanha das oposições não foi pròpriamente de propaganda de candidatos à Presidência da República, mas o desenvolvimento de um processo subversivo e tal que se tem tentado protelar para além da eleição e se eternizaria e agravaria se, com espírito fraco e mão débil, o deixássemos alastrar. A aparência é pretenderem as oposições manter de pé a sua queixa de que as eleições não foram livres e lhas roubaram. Nunca ouvi dizer coisa diferente em Portugal às oposições que perdem. A diferença de votação é tal que ninguém pode crer seja possível obtê-la com baixas manigâncias, de que aliás fomos grandemente vítimas por muita parte.

Apesar de tudo, creio ter sido grande serviço prestado ao País a realização das eleições e a concorrência das oposições às urnas. Não que a designação do Chefe do Estado deva continuar a fazer-se por esta forma, mas porque é essencial criar e radicar para manifestações semelhantes hábitos de tolerância e civismo de que o acto em si próprio, mau grado os precedentes, foi demonstração exemplar.

As críticas que em catadupa e com a violência dos grandes temporais desabaram sobre o Governo e as pessoas intervenientes na Administração perturbaram alguns

Discurso pronunciado na sede da União Nacional em 1 de Julho de 1958.

espíritos que terão mesmo chegado a duvidar das virtualidades do regime e a si mesmos se interrogariam sobre a segurança do caminho trilhado. Esses não repararam em que os gritos subversivos teriam então mais valor que os votos entrados nas urnas e a clara afirmação de fé que se destinavam a exprimir. Independentemente da atenção que a todas as críticas se deve, é, pois, em face da vitória, e não das recriminações, que há-de definir-se o caminho do futuro.

I.

Na situação em que nos encontramos, só duas vias se nos oferecem — e aliás nenhuma outra surgiu, por qualquer forma, do debate: uma, que pode exprimir-se por completar, renovar, prosseguir; outra, fazer evolucionar o regime para um regime diferente e esse não pode ser senão o regime partidário.

Quando falo em regime não faço alusão à Monarquia; esta não é um regime mas uma instituição que pode fazer beneficiar do seu contributo próprio regimes bem diversos. Mas para falar útilmente no problema é preciso que pudéssemos fazê-lo ó à luz da razão e do interesse nacional uniformemente compreendido. Não é prulente nem necessário para o meu fim remexer em paixões ainda vivas que certamente turvariam o nosso juízo. Regressemos então ao regime dos partidos.

Muitos países dos que nos são mais afins pela formação espiritual adoptam oficialmente o regime democrático e em muitos deles a democracia tomou a forma parlamentar. Mas enquanto que os regimes democráticos favorecem a floração partidária, as exigências da governação impõem pelo menos a redução dos partidos: o bipartidismo concertado parece ser em tais regimes a expressão menos inconveniente, mas para o momento só os países anglo-saxónios conseguiram radicar esta fórmula que nós já aliás conhecemos do rotativismo monárquico. Esta é a razão por que de fora nos chegam de quando em quando sugestões discretas no sentido de que é Governo devia suscitar, favorecendo-a, a sua própria oposição; cá dentro muitos aderem à ideia, julgando-a viável. O que vou dizer serve para demonstrar que é possível criarem-se partidos políticos — o que era aliás o confessado objectivo das oposições depois de nova ditadura — mas que não é possível nem conveniente fazer um partido de oposição.

Desde o começo do século XIX até ao presente nós fizemos em Portugal numerosas experiências políticas, semelhantes, senão iguais, às que vemos fazer noutros países. Tivemos a monarquia não partidária, as guerras civis, os pronunciamentos, o caudilhismo dos marechais, o rotativismo de dois partidos, a fragmentação partidária, a república sem partidos de 1910, de novo a divisão após a Constituição de 1911, as tentativas de aglutinação, o presidencialismo de Sidónio, enfim o 28 de Maio. No período anterior a este movimento havia na realidade um forte partido, solidamente estruturado, e em face dele pequenas patrulhas políticas ou, com mais propriedade e respeito, estados-maiores políticos sem forças importantes que os seguissem. Nunca me pareceu que a relativa fraqueza destas fosse a resultante da força do partido democrático mas apenas da impossibilidade de se constituir um

XXVII Caminho do Futuro

partido conservador forte nas circunstâncias de então: a questão monárquica não permitia o recrutamento à direita de forças numerosas; e o processo revolucionário que de vez em quando interveio para estabelecer um sonhado equilíbrio pode dizer-se que se frustrou inteiramente. A ideia porém de que estaria aí a solução do problema político português era perfilhada por alguns que intervieram no 28 de Maio, e ter-se desviado desse trilho foi considerado uma traição e vemos que continua a ser considerado um erro. Isso nos obriga a rever o problema em 1958.

Como poderá formar-se uma oposição válida e que caracteristicas poderia ter? Para mobilizar 23% do eleitorado, as oposições fizeram a maior coligação e a mais completa conjunção de esforços de que há memória e tiveram de aceitar a cooperação, senão a preponderância directiva, dos elementos comunistas. Os que sobrevivem do chamado partido democrático, monárquicos liberais ou integralistas desgarrados, socialistas, elementos da Seara Nova, o directório democrato-social, vestígios dos partidos republicanos moderados, alguns novos, sedentos de mudança, e os comunistas — todos poderiam unir-se, como fizeram, mas só podiam unir-se para o esforço de subversão, não para obra construtiva. Não se pode ser liberal e socialista ao mesmo tempo; não se pode ser monárquico e republicano; não se pode ser católico e comunista — de onde deve concluir-se que as oposições não podiam em caso algum constituir uma alternativa e que a sua impossível vitória devia significar aos olhos dos próprios que nela intervinham cair-se no caos, abrindo novo capítulo de desordem nacional.

De todos os agrupados para o assalto só uns, embora pouco numerosos, têm uma doutrina, uma fé, métodos próprios de acção: são os comunistas. De modo que, desintegrando-se ao mesmo tempo, a U. N., como seria lógico, a tal alternativa confunde-se com o aparecimento de uma poeira de partidos, dos quais o partido comunista clara ou encapotadamente reconhecido seria o inspirador e guia e finalmente a única força dominante. Há por aí fora muitos exemplos em que se devia atentar.

A tendência que vai fazendo no mundo o seu caminho, imposta pelas dificuldades dos problemas internos e externos dos Estados, já se afirma com suficiente relevo no sentido não partidário e antipartidário; a meio caminho está o esforço de aglutinação ou mesmo o concerto dos partidos para dividirem entre si o poder, como se fossem um só. Trata-se porém de organizações cujos fundamentos filosóficos e éticos são idênticos ou afins e cuja separação é devida mais a incompatibilidades ou preferências pessoais do que a divergências doutrinárias. Não é porém isso o que se nos depara em Portugal; além disso, quando os outros se encaminham penosamente para a unidade, nós que pudemos conquistá-la recomeçávamos a dispersão.

De todas as experiências políticas em que fomos fecundos, a dos últimos trinta anos constitui sem sombra de dúvida a que melhor se ajustou ao nosso modo de ser, a que tem assegurado mais largo período de tranquilidade e paz pública, a que se desentranhou em maiores benefícios para a colectividade. Foi preciso impor sacrifícios, sem dúvida; é natural haver erros, injustiças, deficiências, atrasos, abusos — tudo isso o podemos admitir, porque nada é suficiente para destruir o valor da comparação. A ordem, a tranquilidade pública, o decoro da vida política, com

excepção dos períodos eleitorais, o prestígio conquistado, o progresso geral, o fortalecimento da coesão nacional aqui e no Ultramar, aceitamos que com outras pessoas se pudessem conseguir: com outros princípios não.

Não devemos confundir oposições e partidos, nem crer que, sem partidos expressamente admitidos ou pressupostos na Constituição e tidos como organizações indispensáveis à vida política, as vozes discordantes não podem fazer-se ouvir nem, por numerosas que sejam, ter peso na governação. Ao contrário. Só governos independentes das organizações partidárias, abertos e nacionais, podem, sem se negar, satisfazer ou incorporar nas suas realizações e até na sua doutrina aquela parte de verdade e de interesse nacional que pode surpreender-se aqui ou acolá, sem dependência de filiações partidárias, de credos ou de grupos. Mas os partidos não podem fazê-lo sem abdicar ou sem concorrer para a sua própria destruição.

Se a Nação se comportar com bom senso e não sacrificar em demasia à abstracção dos sistemas e às ambições pessoais, o que está indicado não é regressar à desordem parlamentar e fraqueza dos governos, não é destruir a experiência que se acreditou pela sua eficácia, mas renová-la, se necessário, em pessoas e métodos, e prosseguir. Este o segundo caminho enunciado acima.

II.

Tem de reconhecer-se que algumas das dificuldades actuais provieram de se não ter completado mais cedo a organização corporativa e de consequentemente a Câmara Corporativa não se apresentar como a emanação directa dos interesses económicos, espirituais e morais, corporativamente organizados. Assim que isso suceda — o que deve ser em poucos meses — a Assembleia Nacional poderá alterar a Constituição no respeitante à designação do Chefe do Estado, porque haverá então possibilidade de encontrar base mais larga para o efeito do que a Câmara dos Deputados. De facto, aos que tomaram a iniciativa da Constituição de 33 não pareceu razoável confiar a escolha do Presidente da República a uma assembleia tão limitada, quando os poderes que se lhe atribuíam e a sua situação no cume dos órgãos da soberania e independente de todos eles postulavam fosse designado pelo conjunto da Nação. Eu devo esta explicação àqueles que lembraram a promessa feita há anos de não dever mais ser possível um golpe de Estado constitucional.

Surgem-nos daqui porém duas dificuldades: uma referente à viabilidade da experiência corporativa; outra à existência da própria Assembleia Nacional.

Comecemos por esta. Pode discutir-se se, existindo uma verdadeira e autêntica Câmara Corporativa, se deverá manter essa forma de representação inorgânica e o sufrágio directo que lhe dá origem. O rigor dos princípios poderia levar à sua extinção; mas as conveniências práticas e a necessidade de conhecer-se e exprimir-se por seu intermédio o interesse geral podem aconselhar que se mantenha e porventura se alargue na sua composição. O hibridismo do sistema não repugna nem é em política coisa de rejeitar. E se os homens independentes de qualquer formação partidária ou representantes de oposições esporàdicamente constituídas aí tiverem assento, atra-

XXVII Caminho do Futuro

vés de vitórias eleitorais sempre possíveis, nada disso acarretará prejuízos ao funcionamento do regime e à sua evolução. Apesar de a própria União Nacional se dever conservar aberta a todos os que professam um são nacionalismo, talvez se encontrem vantagens em que a vida política fique patente aos mais por outros caminhos.

Agora a organização corporativa.

O liberalismo económico morreu e nós não somos portanto livres de ter ou não ter uma organização. Havemos de adoptar uma. Fomos para a organização corporativa, porquê? Porque nos pareceu que ela nos daria a síntese desejável dos interesses, o ponto de encontro dos representantes qualificados, a possibilidade de entendimento a substituir-se à luta de classes. Se partimos do princípio de que os interesses patronais e operários são essencialmente contraditórios e não solidários e de que, além desses interesses, não há um interesse geral a salvaguardar — o da sociedade ou o do consumidor — nós podemos reconhecer num e noutro campo a organização e podemos admitir a luta entre ambos, sem nos importar das consequências. Mas esta concepção é tão claramente oposta ao interesse geral que o comunismo, partindo aliás da luta de classes, o que pretende é chegar à destruição dos antagonismos, fundindo no Estado a propriedade dos meios de produção e negando ao mesmo tempo a iniciativa da empresa e a liberdade do operário. Se estes guerem manter-se livres, têm de repudiar o socialismo ou o comunismo, mas têm de compreender então que ao Estado se impõe promover uma organização em que a luta seja substituída pela colaboração e pela conciliação dos interesses. Está nisto a razão de ser da organização corporativa.

Acontece porém que nos surgem montes de queixas acerca de alguns organismos, o que pode ser causado ou pela deficiência geral de dirigentes com que lutamos em todos os sectores, ou porque a alguns pareceu que a organização corporativa havia de servir como meio de multiplicar intermediários, de anular a concorrência e de salvar, contra todos, as posições adquiridas por alguns, o que não está no nosso espírito nem é do interesse geral.

É impossível tomar neste momento qualquer posição porque a questão não está suficientemente aprofundada e é preciso esclarecê-la completamente, verificando se o descontentamento atinge os princípios ou a má aplicação destes. Há porém queixas quanto ao pessoal de muitos organismos, que a mim me não surpreendem, embora me surpreenda que se repitam sem se lhes dar remédio. O português que é generoso e bom transforma-se às vezes nas repartições atrás das mesas de trabalho, esquecido de que a pobre gente que pede um conselho, deseja um esclarecimento, se justifica duma falta é a que trabalha e paga para que nós defendamos os seus interesses. Por esse motivo há muito tempo que eu próprio deixei de trabalhar à minha secretária.

III.

Seja qual for a sequência dos acontecimentos, penso haver para qualquer governo uma tarefa árdua nos próximos seis meses. Se a Assembleia Nacional

aprovar, como esperamos, a lei do Plano de Fomento, e a Câmara Corporativa aprovar, como igualmente se espera, esse Plano, o próximo orçamento terá de reflectir já o peso dos empreendimentos públicos e dos auxílios que ao Estado cabe prestar. Mas como isso representa apenas uma parte e não a maior, é evidente que a Previdência, a Banca, as Companhias de Seguros e em geral os empresários têm de viver a mesma ânsia de financiamentos e realizações e preparar-se para eles. Tem ainda de lançar-se nos meses próximos o projectado banco de investimentos, para que esteja em condições de trabalho efectivo na mesma altura em que o II Plano de Fomento comece a executar-se. Ele será para a indústria privada um colaborador não só precioso mas indispensável, como fornecedor de crédito e talvez sobretudo como conselheiro e guia.

Falou-se muito durante a campanha eleitoral dos pequenos vencimentos do funcionalismo mais modesto, e com isso se fez grande especulação; mas todos compreenderão o seguinte. Não seria trabalhar com seriedade tomar providências ou compromissos a tal respeito, por maior que fosse a justica e premente a necessidade, nas vésperas de se lançar um vasto Plano de Fomento, sem se conhecerem as necessidades e se fazer o cômputo das possibilidades para uma e outra coisa. E só quando se definiu o conjunto de meios disponíveis e se fixaram as responsabilidales do Estado é que pôde dar-se andamento ao assunto dos vencimentos e ordenados do funcionalismo civil e do pessoal militar. Em discurso sem responsabilidade especial pode falar-se mais despreocupadamente e fixar aumentos ou percentagens, mas quem conhece a questão sabe que há aí três problemas a resolver e de grande melindre ou dificuldade: uma nova estruturação das classes de funcionalismo e respectivos vencimentos, visto a desactualização da actual; a actualização dos vencimentos em relação pelo menos com o custo da vida; o beneficiamento das classes mais modestas em harmonia com as diferenças que se notam no próprio nível que a vida hoje tem. O adiantado dos estudos preparatórios permite-nos afirmar que é possível a reforma a tempo de entrar em vigor com o novo orçamento e o novo Plano, ou seja em Janeiro de 1959.

Não deve esquecer-se que em relação ao funcionalismo um dos problemas mais prementes é o da habitação e também o da assistência na doença e que ambos já tinham sido considerados na lei de meios do corrente ano. Nós não podíamos porém prever que a campanha eleitoral até no preenchimento de boletins tivesse influência, pois se fez constar que não se seguiria nenhum acto de execução, e que apenas se tratava de propaganda do Governo. Mas as coisas retomaram o seu curso e hão-de cumprir-se como as mais.

IV.

A renovação ou vivificação do regime, se por este caminho se entende seguir, imporá mudanças de pessoal em vários escalões. O poder cansa, gasta e desgosta os que o suportam, mesmo quando não há razão. Estes são como os doentes: voltando-os no leito, ficam com as mesmas dores e parece-lhes que estão melhor.

XXVII Caminho do Futuro

Sabe-se que tenho sido um tanto refractário a mudar por mudar, e isso provém de duras lições da experiência e de um certo conceito de serviço público que sei não é o corrente. Compreendo porém as impaciências ou as necessidades políticas para cuja criação não desejo contribuir. Estou aliás convencido de que não devem ser sempre os mesmos os canais humanos por onde se exercem influências de qualquer ordem. No fundo têm de ponderar-se a cada momento vantagens e inconvenientes, muitos dos quais nascem da nossa defeituosa formação. Se não fora assim, diríamos que a Suíça não é um país modelar, só porque vários dos seus ministros chegam a ter dezenas de anos de serviço e morrem na função.

Esta questão foi posta sob o nome de imobilismo e o caso respeita em maior grau ao próprio Presidente do Conselho. De facto, passados trinta anos, nós podíamos já dispor, à moda antiga, de uma trintena de Chefes do Governo, a cuja inteligência e honestidade fariamos justiça, sobretudo depois de mortos, sem que se lhes evitasse em vida um sentimento pessoal de frustração por falta de tempo de porem em prática as suas ideias de governo. Atrevo-me a dizer alguma coisa mais sobre este assunto, apesar da sua delicadeza, porque mesmo entre os nossos não se possui ideia exacta da questão.

Sou o primeiro a compreender que não se devem barrar, além do necessário, os caminhos por onde os maiores valores ascendam aos altos postos: além de que as forças diminuem e a capacidade de trabalho deixa de corresponder às exigências, a Nação só terá a lucrar com o alargamento de tais possibilidades. Simplesmente, embora o tenha proposto, não tenho forçado uma saída, na esperança de atingir um grau de estruturação e consolidação do regime que lhe permitisse singrar sem dificuldades de maior. Muitos por certo o fariam tão bem, melhor que eu, mas nós encontrámo-nos em face de um sentimento que originou o que podemos chamar a visão catastrófica dos acontecimentos, e essa trouxe aos espíritos uma sorte de inibição. Este modo de ver não é justificado mas tem agido como pesada realidade política que nos devemos esforçar por modificar, deixando ao sentimento a parte que lhe toca mas permitindo à razão discernir como lhe cumpre. Em resumo, sou um homem que está sempre preparado a partir, não digo que sem desgostos mas sem desilusões.

Muito desejara eu que todos os que são guindados às culminâncias das honrarias e do poder, e o julgam sua pertença e direito, ou alguma vez gozaram dos favores da multidão, meditassem um pouco a Paixão de Cristo como é descrita em qualquer dos Evangelhos. Há sobretudo dois pontos dignos de reparo.

Num domingo Jesus entra em Jerusalém triunfalmente. Aquela multidão que atraíra a si deixando cair sobre as suas misérias uma palavra de consolação ou luzir o raio de uma esperança estendia as vestes, juncava de plantas o caminho, seguia-O em apoteose. Pois em quatro dias, que tantos são os que vão de domingo a quinta-feira, secaram as flores, murcharam as palmas e os louros, calaram-se os hossanas e os vivas e até as gentes miraculadas não consta que tornassem a aparecer.

O outro ponto refere-se ao Chefe dos Apóstolos. S. Pedro aparece-me como pura emanação da natureza, filho da terra ou do mar, aberto, simples, leal, firme na ami-

zade como uma rocha e tanto que Cristo quis fundar sobre ela a sua Igreja. No Jardim das Oliveiras ainda teve uma reacção viva; depois foi colhido pelo pavor geral; ainda assim meteu-se no meio da turba, errava por aqui e por ali, seguia como estranho as diligências do processo, tentando penetrar o que podia sair do julgamento. Eis então que uma criadita que por ali andava em serviço reparou na fala de Pedro, pela qual lhe pareceu que teria algo que ver com os acontecimentos, e Pedro não só nega mas jura e torna a jurar que nem seguer conhecia o Mestre. Diz o Evangelho que a seguir saju do pátio e chorou amargamente. As lágrimas devem ter lavado a fealdade do acto e o arrependimento foi tal que a chefia da Igreia não lhe foi retirada e nem seguer discutida. Mas aquela negação ficou para sempre como o protótipo da traição, a traição pura, quero dizer, sem fim, sem razão e sem proveito. A acusadora não tinha categoria ou representação oficial; a imputação não tinha gravidade; demais o momento foi para o Mestre o da tristeza infinita que deve inundar uma alma acusada sem provas e condenada inocente. Ainda se pode admitir que a amizade houvesse diminuído, que a fé se entibiasse, que o futuro se deparasse incerto quanto à aceitação da nova doutrina. Mas o conhecimento pessoal do Mestre esse era um facto incontroverso, não podia ser negado, e só o foi de facto naqueles momentos de miséria em que a alma humana se afunda e atinge a última degradação.

É claro que o facto é único na história pelas circunstâncias e pelas pessoas, e não e repetirá mais como se passou. A nós, pobres de Cristo, só podem acontecer-nos pequenas coisas que sem motivo nos espantam — haver quem esqueça as mercês recebidas, não corresponda aos serviços que se lhe prestaram, não se contente com todas as satisfações do interesse ou da vaidade — coisas que não significam nada e são apenas expressão de fraqueza desta pobre humanidade.

V.

Ninguém pode dizer com verdade que foram escassas as liberdades concedidas na última campanha. Foram precisamente até àquele ponto em que a ordem ameaça subverter-se e, quando não há ordem, verifica-se que as mesmas liberdades continuam a não ser bastantes para alguns, e deixam de ser garantidas a todos os demais. Há gente para quem a liberdade tem um sentido essencialmente agressivo. Vi sustentar a tese de que o fenómeno se verificou exactamente porque não é aquele o regime normal e existem limitações que se desejariam ver desaparecidas. A conclusão parece-me simplista; mas não a discuto. As liberdades ilimitadas a si próprias se destroem, e os limites em que as leis as confinam dependem das possibilidades de serem usadas sem dano, as quais possibilidades estão mais dentro de nós que na vontade do legislador. Mas adiante.

Desde alguns extremistas monárquicos até aos democratas e aos comunistas — é delicioso ver como neste País os comunistas acamaradam com aqueles e reclamam liberdades, decerto para as exportarem depois para além da cortina de ferro, onde parece fazerem alguma falta — a actual lei de imprensa e, senão esta, a existência da censura prévia foi considerada como contradizendo o princípio constitu-

XXVII Caminho do Futuro

cional da liberdade de expressão. Isto não é exacto, mas a questão tem-se deixado como questão aberta, digamos a ser tratada e discutida livremente, porque, sendo de tão grande interesse, pode ser que a discussão a esclareça e nos permita retomá-la em mãos de modo que se conciliem os diversos interesses. Reparemos desde já em que a censura é entre nós tão benévola que se deixa discutir a si própria, não já nos erros que cometa mas nos seus princípios e na sua função.

Por ora só tenho visto mais desenvolvidamente tratado o aspecto da dignidade intelectual do jornalista, supostamente atingida pela interferência de organismo estranho à empresa em que trabalha. Mas o assunto é muito mais complexo do que parece. Ou de facto a imprensa com as suas irmãs mais novas — a rádio e a televisão — não exercem influência alguma na formação da opinião pública, e não vale a pena gastar tanto tempo com estas discussões, ou exercem, e então os governos para os quais, como entre nós, à opinião é atribuída constitucionalmente uma função de força social têm de evitar a sua perversão. E têm também de defender o interesse nacional. O direito reconhecido ao jornalista ou ao escritor não pode aspirar ao absoluto e tem de ser enquadrado naquelas duas necessidades essenciais. O problema é extraordinàriamente difícil e não se lhe encontrou em parte alguma solução satisfatória, porque, além de um aspecto subjectivo que não se pode eliminar – a minha verdade, a tua verdade – há interesses económicos e interesses politicos vastissimos e perturbadores na formulação e venda da informação e da doutrina, distribuídas depois ao domicílio, e de que os países têm por vezes de acautelar-se, se quiserem salvar a alma e sobreviver.

Eu compreendo que a Censura molesta um pouco os jornais, mesmo independentemente de quaisquer deslizes ou falhas de apreciação, mas não há dúvida de que a sua existência tem permitido uma segurança de trabalho e até uma liberdade de acção — o que parece contraditório mas não é — que não vemos noutros regimes supostamente mais liberais. Não há um caso de apreensão, muito menos de assaltos ou empastelamentos como outrora, e pode dizer-se que nem suspensões de publicação ou delitos a julgar em tribunais. Há jornais monárquicos e republicanos, católicos e protestantes, políticos ou simplesmente noticiosos, neutros, favoráveis ou pertinazmente inimigos, e todos sabem que só podem ser o que são porque não estão dependentes do Governo nem por qualquer forma, já bem compenetrados dos limites, se sentem coactos na sua actividade. A imprensa deve saber que há numerosas formas possíveis de actuação administrativa através das quais «inocentemente» se pode negar na prática, diminuir ou distorcer a sua liberdade legal; mas esse é um campo que nos está vedado, pelo que o interesse público tem de ser defendido sem que obrique a tais intervenções. É preciso reconhecer que quem governa tem em relação ao interesse nacional responsabilidades graves que não pode trespassar a outros e nos casos duvidosos tem fatalmente de prevalecer o seu juízo. Nesta espécie de interinidade que decorre até à posse do novo Chefe do Estado, não se pode ir mais além; mas se vier a ser possível chegar a um texto legal que suprima ou diminua as razões de queixa apresentadas, ressalvando, como cumpre, o interesse público, ninquém por capricho ou teimosia se lhe oporá.

Isto quanto ao ponto central da questão, porque relativamente a coisas de importância secundária, como as críticas à administração geral ou local ou de organismos económicos, nunca se viu motivo para não se permitirem. Eu sou grande ledor de jornais e testemunha dos benefícios que se podem tirar, conhecendo por eles as aspirações ou reclamações dos povos e os motivos dos seus descontentamentos. Muitas vezes posso sobre esse noticiário pedir informações aos serviços, activa-los, tirar algum bem da intervenção. Os jornais devem porém compreender as suas limitações próprias, derivadas de muitas causas, mesmo estranhas à sua boa vontade e sacrificios económicos, que algumas vezes são nestas apreciações involuntários veículos de animosidades pessoais e não poderão fugir a uma espécie de empolamento que sofrem as coisas em letra redonda, quando comparadas com a nossa observação ou com a documentação oficial. Parece-me que haverá grande utilidade em estudar formas de contacto que ajudem a imprensa a estar oportunamente informada da política e da administração pública, mas, por mais esforços que se façam, parece-me que ela não poderá ir facilmente, em relação aos grandes problemas, além de um plano de certa aproximação.

Para aligeirar um pouco a exposição, contarei o episódio seguinte. Há muitos anos, no velho Convento dos Grilos, em Coimbra, discutia-se, a propósito de uma noticia de jornal que me dizia pessoalmente respeito, o valor informativo da imprensa. iu não tinha saído naquele dia, não tinha viajado naquele comboio, não fora àquela cerra, não estivera ausente aquele tempo. Onde a verdade da informação? O Senhor Cardeal-Patriarca que sempre foi de espírito mais liberal do que eu, concluiu que a verdade, a essência da notícia estava em que tinha saído de Coimbra. Não fiquei convencido, mas a vida ensinou-me depois que mesmo essa pequena fracção de verdade pode ser útil, porque por ela se pode vir a conhecer e a afinar o resto.

VI.

Eu guero concluir com duas notas apenas.

Alguns agitadores têm procurado arrastar operários industriais e trabalhadores do campo para greves de protesto político. As eleições acabaram e a greve é entre nós um crime. Nós não podemos permitir que por tal forma se tente eternizar um processo findo, e mesmo com o coração a sangrar por causa das consequências que daí advêm para pessoas geralmente desprovidas de bens, somos obrigados a enfrentar esses acontecimentos com a maior dureza. Parece-nos absolutamente essencial que o trabalhador viva na salutar convicção de que só a ordem lhe pode assegurar trabalho e que dessa convicção tire a força de ânimo — outra não é preciso — para resistir às imposições escravizadoras dos condutores duma agitação social que julgamos sem esperança e sem futuro.

O mundo está a sofrer sob todos os aspectos uma grande e rápida transformação. A gravidade dos problemas que enfrentamos não vai por isso diminuir, mas aumentar cada vez mais. E a tarefa é tão grande que não sei como haja quem a não sinta e a não queira servir. Além disso somos um pequeno país, de reduzida população, modes-

XXVII Caminho do Futuro

tas forças e certas debilidades estruturais. Duas coisas nos serão sempre necessárias: um governo forte e uma nação unida no pensamento de se perpetuar e engrandecer. Daí a minha intransigência para com todo o regime, toda a actividade, toda a agitação política que esterilizem os governos, sem distinção de pessoas, ou cavem divisões profundas no agregado nacional. Penso que desservirão o nosso interesse de nação e o todo tenderá a desagregar-se, sem recuperação possível.

Não há leis, nem constituições, nem regimes políticos, nem organização de força que por si garantam a finalidade nacional a atingir, se os espíritos a não partilham, a não prosseguem e defendem, cada qual em seu sector. Haverá sempre algumas incompreensões e descontentamentos em coisas secundárias. Contrapõem-se-lhes porém as dedicações fiéis e os espíritos desinteressados, capazes do sacrifício e da luta por causas superiores. Os votos entrados nas urnas e os muitos milhares de apelos, angustiados ou vibrantes, recebidos nos últimos tempos dos portugueses de Portugal e dos que andam pelas mais longínquas regiões do mundo não me parece poderem ter outro sentido que o expresso aqui.



XXVIII. NA POSSE DA COMISSÃO EXECUTIVA DA UNIÃO NACIONAL (1)

Realiza-se com bastante atraso esta pequena cerimónia da posse de uma nova Comissão Executiva da União Nacional, visto que a anterior apresentou há muito a sua exoneração. Convidada para trabalho de poucos meses, ela teve de presidir afinal a dois actos eleitorais que as circunstâncias tornaram agitados e mesmo difíceis, mas apesar de tudo plenamente vitoriosos.

Não é meu intento fazer declarações de importância sobre a vida política e os problemas do Governo — essas ficarão para outra oportunidade. Mas não quero fugir a dizer as duas palavras que reputo no momento indispensáveis. A primeira é para agradecer os serviços prestados pelos que, abandonando embora a direcção efectiva da Organização, hão-de continuar connosco, em espírito de dedicação e pura lealdade, como nos promete, e de acordo com o que esperávamos, o seu antigo Presidente. A segunda não é tanto para saudar os membros da Comissão agora nomeada, como também para agradecer-lhes disporem-se ao sacrifício que as funções comportam. Não posso dizer-lhes que são risonhos os tempos ou leves os encargos que vão recair sobre os seus ombros. Serão ao contrário bem duros, pelo menos até que possamos despertar os adormecidos, incitar os tíbios, reacender por toda a parte a fé.

Não foi a última campanha eleitoral, não foi a eleição presidencial que nos convenceu da persistência ou reaparecimento de um mal conhecido — as nossas dissensões políticas. É mal antigo, senão crónico por triste infelicidade. Em face deste mal pode seguir-se um de dois caminhos: o primeiro, o caminho indicado pela própria divisão, aceitando-a como irremovível, alargando-a pelo próprio facto de se reconhecer, concedendo-lhe direitos, fazendo-a entrar na orgânica estatal. Assim se viveu durante muitos anos, a desperdiçar valores, a incendiar ódios, a enfraquecer os governos até à impotência, a amesquinhar a Nação até ao descrédito.

Outro caminho será não dar valor a divergências ocasionais, pôr de lado os dissidios ideológicos sem repercussão válida na vida da colectividade e tentar chamar à colaboração a máxima parte das vontades e das inteligências, através da definição do que tenho chamado o denominador comum do interesse nacional. Porque no fundo de todos os que recebemos uma herança de oitocentos anos de vida independente e dura, de ideais vividos, de tradições morais comuns, sempre me pareceu que seria possível encontrar, admitidas umas tantas excepções, o sentimento de

⁽i) Discurso proferido na sede da União Nacional em 6 de Dezembro de 1958.

fidelidade a meia dúzia de princípios incontroversos, de linhas de acção indiscutíveis no que respeita ao futuro e portanto ao Governo da Nação Portuguesa. As divisões políticas tenho-as julgado na máxima parte artificiosas, como a história da democracia a cada momento revela: o povo, como povo, sobretudo se está na raiz de uma velha nação, tende para a unidade, apreende quase por instinto o interesse colectivo e só aspira a ser bem conduzido e governado.

Com este pensamento e sobre esta base se tentou uma frente nacional, para cuja constituição foi necessário pôr de banda as questões de regime, alguns preconceitos, particularismos políticos, resolver a questão religiosa. Mas as paixões que foram desencadeadas no último período eleitoral devemos reconhecer que ameaçaram abrir brechas nesta frente, da qual se retiraram até alguns dos que sempre estiveram connosco.

Essa frente uns tantos, poucos, monárquicos a quiseram romper; alguns católicos se jactam de a haver rompido e com tal desenvoltura que lograram o aplauso não só de liberais com quem se irmanaram pela sua pretensão partidária como dos comunistas que diríamos estarem no pólo oposto aos princípios e interesses da Igreja. Este último facto considero-o da maior gravidade, não pela perda de elementos que individualmente se afastem da frente nacional, mas pela perturbação lançada em muitas consciências, até agora tranquilas, acerca da legitimidade das suas posições religiosas e políticas. Hoje pelo menos não me ocuparei do assunto: ele oferece tão graves implicações no que respeita à Concordata e mesmo ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja que tenho entendido dever manter para público completo silêncio. Conhecemos a doutrina da Igreja e não duvidamos de que as autoridades competentes, repetindo-a aliás quantas vezes forem necessárias, a farão seguir com inteira fidelidade nos organismos onde se têm verificado desvios. Ser-me-ia sumamente penoso, a mim que alguma coisa contribuí para a pacificação religiosa e a liberdade da Igreja em Portugal e para o regime de prestigioso carinho de que a mesma tem sido cercada nos últimos trinta anos, ter de apresentar reparos, e, em nome de um poder iqualmente legítimo na sua esfera de acção, dizer quais os limites que de todos os modos se fariam respeitar a bem do interesse nacional.

Estes fenómenos e outros do mesmo género podem traduzir apenas desvairos transitórios de origem emocional ou estar ligados ao clima de transformações que à nossa vista se estão operando no mundo político, económico e social. Essas mutações trazem perturbada e como que enlouquecida pela sua vertiginosa rapidez a pobre humanidade. Tudo tende hoje a pôr-se em termos de revolução e mesmo de revolução catastrófica, e muitos que aspiram a dirigir a coisa pública estão imbuidos desse espírito e sacrificam a essa deusa. E podem então verificar-se solidariedades estranhas, senão criminosas cumplicidades.

Como é que aqueles para quem o homem é o centro e a chave da criação e por uma ou outra forma querem respeitada e dignificada a pessoa humana podem associar-se aos que a não reconhecem nem respeitam por exigência da sua tese revolucionária? Como podem aqueles para os quais qualquer revolução política ou

XXVIII. Na Posse da Comissão Executiva da União Nacional

social tem de mover-se e adaptar-se ao quadro nacional conciliá-la com o internacionalismo de outros? E como é que se manifestam contra nós, porque julgam insuficientes as liberdades que usufruem, aqueles mesmos que acamaradam com os que redondamente as negam todas?

Estas incongruências não podem ser duradouras, pelo que a reconstituição e consolidação de uma frente nacional é tanto imposição da lógica como exigência do interesse colectivo. E com este fim nos incumbe trabalhar.

Como?

Não é segredo para ninguém que nem a Comissão Central nem a Comissão Executiva têm podido dar em todos os momentos à Organização aquele impulso e directrizes que se fariam mister. Uma criação excelente — o Centro de Estudos Políticos e Sociais — pode realizar um esforço de esclarecimento e investigação no cume mas não tem estado em condições de fazer chegar à periferia as conclusões dos seus estudos. Nem porventura tais conclusões interessariam à grande massa dos filiados, para os quais os problemas concretos, com as soluções encaradas pelos governantes, têm no dia a dia outro alcance e muito maior interesse. Se conseguirmos que a Comissão Executiva despenda todo o tempo necessário à reorganização dos corpos anquilosados ou descrentes, à orientação política de todas as comissões, ao desenvolvimento do Centro de Estudos e, noutro plano, até por meio de um pequeno boletim, ao esclarecimento constante e actual dos problemas e das suas soluções, julgo que nova seiva percorrerá todos os ramos e a União Nacional se apresentará ràpidamente com nova vida.

Tendo fugido a qualquer parecença com as actividades e influência de um partido político, a União Nacional padece de uma inferioridade visível e não dispõe mesmo de elementos de acção eficientes. Nós temos insistido em que no funcionamento dos serviços, no provimento dos cargos, na concessão e distribuição de benefícios não há política, não se faz política. Isto exige uma contrapartida — que os mesmos beneficiados com a nossa renúncia não façam política contra o regime que os favorece. Mas fazerem-na tem-se visto com uma insistência e até um descaro que não podem deixar de notar-se e, quando notados, reprimir-se.

O conceito de não se fazerem favores pessoais ou benefícios com fim de captar influências nada tem que ver nem com a audiência das entidades políticas que deve fazer-se, nem com o trabalho segundo planos determinados de que a Administração com dificuldade se afastará. Eu digo que não se pode invocar a técnica e só a técnica quando temos diante de nós homens e necessidades humanas a satisfazer; nem a técnica se há-de sobrepor à política, pela simples razão de que sem a política ela não existiria ou não poderia trabalhar. Todo o Ministro é um político, mesmo quando se tem a felicidade, como geralmente acontece, de ele ser ao mesmo tempo técnico de alto mérito. E a valorização da obra realizada é dever de colaboração com quem em nome dos interessados a solicitou e no meio deles a defende e

louva. Não compramos dedicações, não sei mesmo se temos direito ao reconhecimento; mas, dentro daquele meio termo justo em que devemos trabalhar, temos de fazer compreender a todos o valor dos benefícios e até nalguns casos a razão de adiamentos ou recusas.

Não confundamos a política com o governo: este pode ser excelente e, como se tem visto, ser péssima aquela, por falta de compreensão ou por falta de fé. A União, como suporte político do movimento, não é responsável pelos actos do Governo, mas tem seguramente de ser responsabilizada pela não integração do espírito público no pensamento que conduz os governantes e na obra que serve a Nação. É por isso preciso levar a toda a parte uma dupla crença — nos fins e nos métodos, fazer que a Nação colabore naqueles e tenha a convicção de que só por estes últimos os pode atingir.

É preciso também interessar a Juventude na grande obra colectiva. Não falo da ossa Mocidade que estará decidida e pronta, mas da que lhe passa ao lado.

Tenho ouvido que alguma juventude de hoje, especialmente universitária, sofre e uma espécie de angústia, se lamenta de sentir a alma vazia e que bastantes jovens procuram preencher esse vazio absorvendo as doutrinas comunistas. Espero que essa angústia seja mais uma atitude do que sofrimento de alma. Em qualquer caso não vejo razão para ela.

É certo que estamos assistindo a grandes transformações na vida do mundo. O período que aí vem passar-se á sob o signo do económico e do social — isto é, vai assistir-se a um esforço gigantesco para o desenvolvimento e criação de novas riquezas e um esforço igualmente sério para uma distribuição equitativa. Estas perspectivas que se verificam por toda a parte não podem, independentemente das suas repercussões morais, ser causa de ansiedade; se estamos despegados de todos os privilégios, teremos apenas de preparar-nos, estudando e praticando, para trabalhar mais e produzir melhor. Mas tais tarefas que encherão plenamente a vida não podem desagradar à Juventude, fazê-la sofrer, torná-la triste; antes lhe darão possibilidades de orgulhosamente nos ultrapassar.

Também nós os que chegamos agora ao fim da jornada vivemos em jovens épocas de tristeza e de amargura, menos por motivos de ordem mundial do que pela situação em que se encontrava o País. Alguns de nós foram ainda empolgados pela euforia que então despertava o regime republicano e pela esperança depositada nos seus homens de governo. Mas, se bem me recordo, depois de perdidas muitas ilusões, o ambiente geral da juventude universitária de 1910 a 1930 também não era optimista, mesmo depois de passada a guerra, que podia aliás ser um estímulo, e para pequeno escol o foi. No entanto os que pertenciam a essas gerações, quando tiveram de responder pela coisa pública, tomaram-na corajosamente nas mãos e, porque tinham ainda fé, podem orgulhar-se de transmitir a essa Juventude que me dizem angustiada uma situação mais esclarecida, uma actividade mais intensa e uma nação

XXVIII. Na Posse da Comissão Executiva da União Nacional

mais prestigiada do que a que lhes fora entregue. Por mais que certos confrontos nos entristeçam, por mais que certas deficiências nos deprimam ou denunciem que talvez pudesse ter-se feito mais, o surto da vida nacional nos últimos trinta anos deve causar-nos satisfação. E tanto na pequena casa lusitana, como na vastidão dos territórios ultramarinos apesar dos temporais que os ameaçam e devemos estar preparados para enfrentar de todos os modos, as relações são mais límpidas, as situações mais claras e sólidas, o caminho para o futuro é mais aberto e mais livre.

É evidente que se partiu duma premissa — a pátria e os nossos deveres para com ela. Penso que a Juventude não estará em crise sob este aspecto; porque se essa angústia começa por desconhecer que nós só somos porque os nossos antepassados foram e só continuando o seu esforço e os seus sacrificios somos senhores da nossa terra e do nosso destino, então verdadeiramente estamos em face, não de uma Juventude angustiada, mas de ramos mortos da árvore nacional. Esses tais não farão nada nem para o progresso ou grandeza da Nação nem mesmo da humanidade, ainda que alguns nos acenem com este eufemismo.

Eu temo a intensificação materialista que aí vem com todo o esplendor das suas riquezas e a repercussão que hão-de ter na alma dos povos, se desacompanhada de conveniente actuação moral. Mas à parte esta incidência, porque terá a Juventude a alma vazia? Não lha encherá suficientemente o amor da pátria, a dedicação familiar, a história dos antepassados, as crenças herdadas ou adquiridas, as ambições lançadas sobre o futuro, o trabalho, os estudos, as preocupações presentes, a alegria dos 20 anos, os inevitáveis desgostos, o sofrimento próprio e até alheio? O que pode encher estas almas jovens que não sejam sentimentos generosos, amizades e camaradagens fraternas, dedicações até ao sacrifício, o amor da vida, a continuidade dos lares paternos pela constituição de família própria? Que pode cumulá-los mais do que um grande sonho, a tranquilidade da consciência, a honra, o brio, o cumprimento dos deveres? Alguma coisa não está certa na nossa obra de educação, se os vinte anos, vigorosos e sãos, dão à Juventude uma alma desesperançada e lânguida, em vez de um espírito viril, e lhes não inspiram uma palavra de singela mensagem a transmitir ao seu mundo.

Mas suposto que se abriu esse vazio nalgumas almas, poderá o comunismo enchê-lo? Julgo podermos responder negativamente. Por mais fascinadores que sejam até ao presente os triunfos e aliciantes as conquistas do comunismo, ele não pode preencher as almas dos neófitos pela simples razão de que deixou vazias as dos velhos combatentes. O seu materialismo condena-o; ele não foi construído à escala humana, porque para o fazer triunfar é preciso rebaixar o homem até caber dentro dele. É um sistema que responde a todas as perguntas e ansiedades do nosso tempo, diz-se. Entendamo-nos: responde na medida e no plano puramente materialista em que o próprio homem é apenas o animal representativo de uma força de trabalho e de uma capacidade de consumo às quais se submetem as forças da inteligência. E para além disso é ainda admissível certa expressão de arte, mas a fé e a liberdade não podem coexistir com ele.

Na ordem prática o comunismo é na verdade a maior revolução e talvez a maior experiência político-social de todos os tempos e, se não fora a enormidade dos sofrimentos que tem causado, quase poderíamos regozijar-nos de que um grande pais fizesse essa experiência para lição da humanidade. Mas está porém longe de se apresentar uno ou lógico, à nossa maneira. Quem lhe segue atentamente o curso vê como avança, muda, retrocede, inutiliza o já feito, para se entregar noutra direcção a novo esforço. E toda essa imensa revolução só pôde fazer-se diminuindo de facto o homem a que se destina. Ele próprio, omnipotente e avassalador, sente limitações tanto quando o homem russo por acaso se recupera como quando enfrenta homens cuja personalidade não pode adulterar ou vencer. Veja-se a Polónia; lembre-se a Hungria; não se esqueça Berlim.

É possível que a generosidade das almas moças se deixe seduzir por alguns aspectos sociais que o comunismo lhes oferece, sobretudo em contraposição a aspectos de injustiça, de esbanjamentos desrazoáveis, ao lado de misérias imerecidas. Chocante, sem dúvida; injusto muitas vezes; mas é essencial não perder de vista que um movimento austero, implacável, ousado, pode ser caminho mais seguro e preço mais módico das transformações desejáveis.

Se alguma desta juventude de que falo deixou secar a alma, porque perdeu a fé e o amor da pátria, não estranho se refugie nos mistérios do comunismo. O que não pode é esperar que ele substitua os valores morais permanentes que definem a nossa civilização. É assim preciso não a deixar perder se e chamá-la, interessando-a na acção. Nós podemos indicar-lhe uma grande tarefa; e esta tarefa pode salvá-la para Portugal.

Afirmei que apenas me interessava dizer duas palavras e já cumpri. Elas deviam

ser suficientes para dar ideia do esforço que a todos nos incumbe no domínio político e no futuro imediato.

Colectivamente a Nação precisa de crer em alguma coisa e em alguém. Se não,

colectivamente a Nação precisa de crer em alguma coisa e em alguem. Se nao, pode fácilmente correr desvairada atrás de mitos, cerrarem-se-lhe horizontes de névoa, despenhar-se em abismos. Simplesmente a recuperação é dolorosa e difícil e os tempos presentes não permitem experiências que podem ser decisivas para a integridade da Pátria e viver futuro da gente portuguesa.

Daqui vem que as nossas responsabilidades são maiores do que em tempos mais calmos e fáceis, em que podia brincar-se com a política, agitando paixões e alimentando a consciência pública com promessas ilusórias, em vez de lhe serem presentes os dados dos problemas nacionais.

Faço votos por que a Comissão Executiva consiga pelo seu esforço manter a atmosfera de compreensão, de entusiasmo e de fé, precisa para a obra que nos propomos. E também um pouco de espírito combativo necessário para certas ocasiões...

6.0 DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS 1 9 5 9 A 1 9 6 6 1.^ EDIÇÃO, REVISTA

I. PANORÂMICA DA POLÍTICA MUNDIAI. ®

PRESIDENTE SALAZAR

Li o que o General Franco lhe disse. Escrevi-lhe para lhe dizer que ele fora muito indulgente, demasiado indulgente comigo.

De onde veio para Lisboa?

SERGE GROUSSARD

De Bona, Excelência. Encontrei-me lá com o Chanceler Adenauer.

PRESIDENTE SALAZAR

Admiro-lhe o equilíbrio intelectual e físico. Um homem excepcional. Falou-lhe da Alemanha Oriental. não é verdade?

SERGE GROUSSARD

Sim.

PRESIDENTE SALAZAR

Que tragédia!... E como acabará tudo isso? Quando leio os apelos dos russos a favor do desarmamento e os oiço proclamar o seu desejo de apaziguamento, gostaria de me sentir confiante ... Mas não tenho o direito de esquecer as lições do passado. Quem ousaria hoje pedir a demolição do sistema de protecção do Ocidente? Nunca procuraremos desencadear uma guerra, mas a nossa única esperança é que do outro lado não se lancem numa horrível aventura. Quanto à confiança reciproca, neste momento nem falar nisso é bom.

O Por constituir uma visão panorâmica da política mundial da época, inclui-se no presente volume a tradução da entrevista concedida ao jornalista francês Serge Groussard, publicada no jornal Le Figaro, dos dias 2 e 3 de Setembro de 1958.

Serge Groussard faz anteceder a entrevista duma pequena biografia do Presidente do Conselho a cuja passagem final se refere a primeira resposta inserida no texto.

SERGE GROUSSARD

Como explicar este sinistro clima?

PRESIDENTE SALAZAR

O evangelho marxista-leninista é muitissimo claro! Trata-se de instaurar progressivamente o marxismo-leninismo em todo o Mundo. E tudo obedece a esta determinação.

SERGE GROUSSARD

Em vez de um propósito agressivo, não existirá entre os actuais senhores da União Soviética o medo do capitalismo? Julgo que eles fazem com frequência o raciocínio seguinte: o capitalismo está històricamente condenado; a sua decadência é constante; a única possibilidade de deter temporariamente o curso implacável da história consiste em se lançar contra o seu futuro vencedor.

PRESIDENTE SALAZAR

Não creio. Esse raciocínio, que aliás parte de uma base falsa, levá-los-ia a ter confiança e de modo algum a ter medo e a fazer uma política que, apesar dos ganhos já adquiridos, lhos pode comprometer, a esses e a tudo o mais de maneira definitiva.

SERGE GROUSSARD

Não existirá entre eles, também, o receio de uma nação em especial: a Alemanha? Dá a impressão que, acima de tudo, receiam a sua reunificação.

PRESIDENTE SALAZAR

É evidente que, depois do armistício de Maio de 1945, os sovietes julgaram que a Alemanha ficaria durante séculos esfacelada. Seria de uma grande segurança, e também de uma grande vantagem para os seus planos, este vácuo formidável no coração da Europa! Os aliados ocidentais têm — é conveniente dizê-lo — uma parte de responsabilidade nesta situação tão perigosa. Em primeiro lugar porque exigiram a capitulação incondicional do III Reich. Em seguida, porque após a vitória aceitaram que fosse dividida em duas uma Alemanha dilacerada. A Alemanha unificada seria uma barreira quase intransponível. Se a Alemanha não existisse era necessário inventá-la. O germano é tradicionalmente o escudo da Europa perante a pressão eslava.

SERGE GROUSSARD

Com a condição de que ela se contente com as suas fronteiras.

I. Panorâmica da Política Mundial

PRESIDENTE SALAZAR

As lições são mais bem compreendidas pelas nações do que pelos homens... Ao dizer-lhe isto penso no que se passou depois da vitória de Novembro de 1918...

Os aliados teriam podido salvar a Áustria-Hungria. Este país, na sua heterogeneidade, era factor primordial de equilibrio. Ajudava a Alemanha a preservar o Ocidente da pressão russa e obstava às tendências prussianas para o *Anschluss*. Era o cão de guarda ideal, tanto mais que a diversidade dos seus povos e as suas rivalidades a impossibilitavam de aspirações territoriais. Isso não impedia, aliás, devido à sua população, às suas riquezas, à sua extensão, às suas tradições administrativas e militares, de impor respeito a eventuais provocadores. Ora o que fizeram os aliados em Versalhes? Suprimiram do mapa a Áustria-Hungria. Erro confrangedor, um dos que podemos colocar na origem da Segunda Guerra Mundial e das nossas actuais dificuldades.

SERGE GROUSSARD

Mas Portugal esteve presente em Versalhes! E assinou o tratado de paz.

PRESIDENTE SALAZAR

Que podia fazer uma pequena nação nessas discussões de gigantes! Como sabe, só as vozes das três grandes potências ocidentais desse tempo conseguiam fazer-se ouvir. A própria Itália só era escutada com impaciência.

SERGE GROUSSARD

Julgo que as pequenas nações já não ficam silenciosas nem ignoradas nos debates internacionais.

PRESIDENTE SALAZAR

Crê nisso? Elevar a voz não significa que se tenha influência. As pequenas nações não são hoje mais capazes do que ontem de impor os seus pontos de vista. Elas podem, quando muito, evitar, «boicotar» a política alheia; mas não podem impor uma. E isso é humano, talvez irremediável. O Conselho de Segurança da ONU nasceu desse pensamento e assentava na esperança do entendimento de um pequeno grupo condutor de povos, até que a divisão dos grandes paralisou o seu funcionamento e entregou à Assembleia, isto é, também portanto às suas divisões e aos seus grupos, indiscriminadamente, interesses que nem sempre estará em condições de garantir. Quanto a nós, conhecemos a nossa dimensão, ou seja a nossa pequenez, sem prejuízo de estarmos atentos aos nossos direitos.

SERGE GROUSSARD

Portugal, um país pequeno? Mas o seu império é vasto e está presente em quatro dos cinco continentes; e o quinto, a América, recebeu, com o Brasil, um cunho português indestrutível.

PRESIDENTE SALAZAR

Sabemos que não é a superfície que dá o poderio. Éramos bem poucos quando descobrimos e formámos o Brasil. Mais tarde as forças aí criadas colaboraram valiosamente na obra comum e Portugal teve o maior orgulho em poder convidar, nas comemorações centenárias de 1940, a grande Nação brasileira a celebrar em conjunto connosco séculos de história pátria. Hoje seguimos com desvanecimento a ascensão gloriosa da nação brasileira de que tive a grande honra de conhecer em Lisboa o ilustre Presidente Kubitschek, na visita à «pátria da sua pátria».

SERGE GROUSSARD

Portugal constitui o tipo da potência colonial.

PRESIDENTE SALAZAR

Precisávamos de entender-nos primeiro sobre o significado de palavras que parece se degradaram e fazem estremecer tão bons espíritos. Para já aceitemos que somos uma pequena potência colonial.

SERGE GROUSSARD

Quanto a superficie, o seu conjunto não é assim tão modesto ... Portugal, pròpriamente dito, incluindo a Madeira e os Açores, tem 92 mil quilómetros quadrados e nove milhões de habitantes — arredondando os números — ao passo que as suas possessões ultramarinas se elevam a 2 160 000 quilómetros quadrados, com 12 500 000 habitantes ...

PRESIDENTE SALAZAR

Não há possessões portuguesas, mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo. Em Lisboa, em Cabo Verde, em Angola ou em Moçambique, em Goa, na Guiné, em Timor ou em Macau é sempre a Pátria.

SERGE GROUSSARD

Evidentemente que a Constituição Portuguesa é formal: Portugal é uma República unitária. Todas as terras onde flutua a bandeira encarnada e verde fazem

I. Panorâmica da Política Mundial

parte de províncias que vivem em plena igualdade de direitos e deveres. Mas é contudo certo que em Moçambique, por exemplo, o estatuto da população negra não é pràticamente o mesmo que o dos portugueses da metrópole.

As sobrancelhas espessas do Prof. Salazar franziram-se ao de leve. Dizem que é muito nervoso, como aliás todos os pensadores que amam a solidão. Contudo, até este momento nada denunciara nele uma quebra de serenidade.

Dir-se-ia que algo de hermético se oculta através da sua aparente impassibilidade. O seu olhar sombrio parece frio e um pouco enovoado.

PRESIDENTE SALAZAR

A cada um segundo o seu grau de evolução. Um iletrado não pode votar, tanto faz em Lisboa como em Lourenço Marques. Para nós a palavra colónia no seu mais puro significado continua respeitável.

SERGE GROUSSARD

Colónia, em latim, significava «estabelecimento criado em terra estrangeira» ...

PRESIDENTE SALAZAR

E colonus — que deu colono — queria dizer cultivador! De que se tratava? De que se trata ainda? De criar. De cultivar, na ampla acepção do termo, os seres e as coisas. O vocábulo tinha nesse tempo um nobre significado. Marinheiros, que sempre fomos, exploradores e grandes caminheiros através do Universo, figuramos entre os primeiros colonizadores do mundo e, apesar de pouco numerosos, a nossa obra neste domínio é incomparável.

SERGE GROUSSARD

Noto que a sua afirmação corresponde a uma convicção profunda.

PRESIDENTE SALAZAR

Deus assim o quis. Guia-nos a nossa tradição. Descobrir terras longinquas, desbravá-las, metamorfoseá-las. Fazer progredir, sem atritos — pacientemente!— as populações indígenas; ter em conta todos os factores concretos e abstractos que em toda a parte são sempre a imagem do homem, espírito e carne, tudo isso nós conhecemos.

SERGE GROUSSARD

Ergueu-se no mundo uma grande e avassaladora onda de anticolonialismo, que tende a avolumar-se. Atinge já as colónias mais isoladas. As duas primeiras

nações do mundo erigiram o anticolonialismo em doutrina, apesar de uma e outra terem feito e continuarem a fazer ainda colonialismo.

PRESIDENTE SALAZAR

Assiste-nos o direito de enjeitar as lições dos fariseus. Eles querem ignorar que nada de grande se forja sem o tempo, que permite às civilizações brilhar cada vez mais, como um sol que se eleva no horizonte sobre populações incultas, e espalhar entre elas, em vagas ritmadas, lentas, contínuas, as suas tradições — estas tradições que são o único instrumento de progresso.

Com firmeza, serenamente, as suas mãos alongadas sincronizam as afirmações.

Não basta saber pilotar um avião de reacção ou utilizar uma bomba de hidrogénio, para ser um civilizado. É necessário, além disso, ter atrás de si o património acumulado por uma longa teoria de gerações, sem o que haverá desequilíbrios e negras sombras. E o bárbaro científico de amanhã, que nós teremos insensatanente deixado utilizar, na íntegra, as descobertas sucessivas e espirituais criadas ela nossa civilização, apoiada em milhares de anos — esse bárbaro sem património pode ter-nos à mercê dos seus erros e dos seus excessos.

SERGE GROUSSARD

Cioso de tentar interpretar, em toda a sua plenitude, o pensamento de Vossa Excelência, eu direi que, em seu critério, o Ocidente — com mais clareza: a cristandade ocidental — monopoliza a verdadeira civilização e deveria, por esse facto, continuar a dirigir o mundo durante alguns séculos. Há, porém, que assinalar a existência de outras civilizações — penso ao falar assim, nas da China, da Japão e do Islão.

PRESIDENTE SALAZAR

Eu não afirmei que o Ocidente Cristão disponha do exclusivo da civilização. Existem outras famílias humanas que têm história e luzes próprias. A minha opinião é esta: de uma parte, a civilização ocidental é a mais completa, a mais profunda, a única que pôde criar e implantar valores de alcance universal. Por outro lado, seria loucura que o Ocidente abandonasse as populações que por si próprias não puderam elevar-se de estados primitivos e ele está em vias de educar e fazer progredir.

SERGE GROUSSARD

A situação é diferente no que respeita às antigas colónias, de imigração, como os actuais Estados Unidos ou a Austrália. Nestes países, foram os colonizadores que se separaram do mãe-pátria; botões que desabrocharam noutros céus. Afi-

I. Panorâmica da Política Mundial

gura-se-me, em casos desta natureza, que a nova seiva obtida pela transplantação tenha compensado o desenraizamento do solo ancestral.

PRESIDENTE SALAZAR

É por essa razão que me assombro ao ouvir descendentes de pioneiros combater sinceramente o colonialismo! Analisemos os Estados Unidos: no seu fulgor actual quem são? Dos nossos: é a Europa conquistadora que neles brilha! E o Brasil? Permitimo-nos dizer: o «nosso Brasil»! Lá, como em toda a América, são os colonizadores do passado que dominam, através da sua descendência. Constituem a perfeita justificação da colonização cristã.

SERGE GROUSSARD

Nas regiões em que a presença ocidental é contestada não há colonização de povoamento, mas, se mo permite, colonização de autoridade. Estas regiões criticas constituem vastos territórios da Oceânia e uma parte importante da África, terras em que o clima e as conjunturas históricas impediram até à data a imigração maciça de europeus. Pioneiros se sucederam, de geração em geração, por pequenos grupos, para assumirem um papel de educadores e guias. A propaganda internacional proclama que estes representantes do Ocidente chegaram ao fim da sua missão. E as massas indígenas que até este momento aceitaram esse jugo parece desejarem libertar-se das suas cadeias.

PRESIDENTE SALAZAR

Não se trata de cadeias mas de laços férteis. Esses propagandistas teriam razão se a obra colonizadora não se houvesse transformado em obra de educação e de progresso material e moral. A rotura de tais laços operará um retrocesso, sejam quais forem os apoios técnicos ou financeiros que países estranhos ao trabalho realizado e às actuais soberanias se prontifiquem a prestar. Mas não podemos generalizar a tendência para a revolta cega. Enfim, vós pronunciastes a palavra propaganda. Há, de facto, uma propaganda, muito bem orquestrada, que espalha ideias falsas e mentirosas. É ela que causa as gangrenas. É por seu intermédio que os ocidentais contribuem para a sua própria perda.

Que os comunistas procurem por todos os meios, neles incluida a propaganda anticolonialista, entravar o progresso e semear a discórdia, é normal e isso corresponde às suas intenções: provocar por conflitos e pelo caos o aniquilamento da civilização ocidental. Que diversos imperialismos se conjuguem para tentar destruir as posições do Ocidente onde eles as possam atacar, com o pretexto do anticolonialismo, é também natural. Mas que os filhos da nossa civilização se prestem a esta obra de destruição, ainda mesmo com o fim reservado de obter lucros pessoais, constitui um crime.

SERGE GROUSSARD

E se a propaganda anticolonialista, arbitrária ou não, triunfasse? O direito dos povos a dispor de si próprios ...

Salazar encara-me, um momento, atentamente. Uma pausa, e depois:

PRESIDENTE SALAZAR

Se um filho seu de tenra idade quisesse abandonar o tecto paterno para correr mundo, consentir-lho-ia? Que hipocrisia o direito dos povos! A Hungria de 1956 gozou desse direito? É certo que na Universidade de Coimbra, tal como na Sorbona, na Universidade de Moscovo ou na de Bogotá existem muitos negros africanos. mongóis ou indianos, que assimilaram notavelmente o ensino moderno e que parecem ter suprido uma ignorância secular. Em Portugal grande número dos nossos compatriotas de origem africana, asiática ou oceânica integraram-se com êxito nas profissões liberais. Há entre eles altos funcionários e até personalidades que exerrem funções ainda mais importantes. Este escol trabalha integrado numa nação. 10 caso particular a nação portuguesa, e tem no seu seio mais possibilidades do que as que lhe adviriam duma criação nacional que tinha de ser em numerosos casos artificial e débil. O futuro pode evidentemente indicar e até impor outros caminhos; mas no mundo em que vivemos, ao mesmo tempo que novos impérios se formam e se preconiza a aglutinação de várias nações independentes, prega-se em relação a povos já integrados em grandes aglomerados nacionais a sua fragmentação e dispersão. Reflectindo nestes dois movimentos contraditórios, não posso fugir a pensar que o fundo do problema está, afinal, mais na pretensão a substituir soberanias do que no interesse das populações.

Que existia em quase todos os territórios descobertos pela Europa Ocidental desde o século XVI? Tribos primitivas, pobres e rudes! A exploração racional dos recursos naturais, a organização, a cultura, o progresso espiritual: eis, em síntese, a obra dos Cristãos. Mas não se recupera nalguns séculos um atraso de milhares de anos.

Salazar nunca se excita. Jantais improvisa. Nem sequer nestes instantes, pois, sendo por temperamento um reflectido, medita profundamente os problemas que aborda. Em nada se revela um retórico. Por hábito, na intenção de ser claramente compreendido, dá um cunho especial a cada frase, sem procurar, de nenhum modo, efeitos espectaculosos. Limita-se a modelar o seu pensamento.

SERGE GROUSSARD

Vozes candentes proclamam que as nações tradicionalmente colonizadoras, tornadas secundárias, já não dispõem dos meios adequados às suas ambições, pelo que paralisam a ascensão das suas possessões exteriores. Estas para escapar a uma

I. Panorâmica da Política Mundial

estagnação funesta, devem, o mais depressa possível, libertar-se, para poderem recorrer a outros auxílios mais poderosos, mais modernos e isentos de tirania.

PRESIDENTE SALAZAR

Conheço o argumento que não me impressiona. Em primeiro lugar o raciocínio confunde lamentàvelmente civilização e progresso material. Em segundo lugar julgo partir-se da suposição de que há no mundo duas grandes potências que podem tomar sobre si o encargo de financiar o desenvolvimento económico de todos os países em atraso. Todos podem observar que isso não corresponde às realidades. Refiro-me ao desenvolvimento harmónico e integral de um país e não ao enriquecimento de um feudal que faz concessões, enriquecimento compatível com a pobreza geral. Para que esse desenvolvimento seja viável, é necessário dispor-se de uma soberania bem assente e de uma administração responsável, quer dizer, duma maturidade política das populações em causa. Só sobre estas bases o financiamento externo se pode consequir, postas de lado, evidentemente, as operações financeiras de fim político, limitadas por natureza, interesseiras e estranhas a qualquer progresso moral. Acrescentemos que o tempo e o trabalho próprio são factores indispensáveis a toda a obra de elevação humana e que o dinheiro não basta para resolver tais problemas. Repare em como se encontra recheada de erros e deficiências esta argumentação que está aliás longe de ser desinteressada. Sem desconhecer nem menosprezar os perigos que nos rodeiam, a nós e às nações em circunstâncias semelhantes, estamos firmemente resolvidos a continuar o nosso trabalho segundo os nossos métodos tradicionais. Nós formamos, através do Mundo, uma só alma e um só corpo. Não há nenhuma possibilidade de separar uma alma de um corpo. Que se nos deixe o que é nosso.

SERGE GROUSSARD

Nacionalismo sem ambiguidade.

PRESIDENTE SALAZAR

Sou nacionalista.

SERGE GROUSSARD

Aceitaria, apesar de tudo, a integração numa eventual federação europeia?

PRESIDENTE SALAZAR

Não é um problema a encarar neste momento. A Europa só há pouco deixou de virar as armas contra si mesma. Está dividida em dois blocos hostis cujas fronteiras

vão ao ponto de dividir uma das suas principais nações em dois cortes opostos. A própria Europa Ocidental é tão heteróclita! A história, as línguas, as possessões fora do antigo continente, os interesses económicos, as instituições, não vejo como tudo isso que separa os seus Estados, pudesse fundir-se numa união efectiva. Há quem veja doutro modo o problema. Aguardemos e fiquemos atentos. Creio que uma velha nação é análoga a um ser humano. Pode fraternizar com outro, mas o seu espírito e o seu corpo ficam intangíveis, e não há um ser humano que não sinta, no decurso do tempo, necessidade de solidão e de originalidade na acção e no pensamento.

SERGE GROUSSARD

É, contudo, evidente que as nações da Europa Ocidental têm — como o acentuou — por património comum a civilização cristã. Além disso têm os mesmos interesses vitais e devem fazer face às mesmas ameaças.

PRESIDENTE SALAZAR

Estou disso firmemente convencido e foi a consciência da solidariedade ocidental que nos levou a aderir à OTAN.

SERGE GROUSSARD

«Organização do Tratado do Atlântico Norte»: mas Portugal, pela sua posição geográfica e pelos seus laços fraternos com o Brasil, não estará mais interessado no Atlântico Sul, que os Portugueses gostam de designar «por mar lusitano»?

PRESIDENTE SALAZAR

Evidentemente. Mas não levemos o exagero da divisão ao ponto de fragmentar os próprios oceanos! O Atlântico, na sua unidade, é, ou deve ser, a chave do Ocidente.

Uma luz fugitiva iluminou o perfil de Salazar, quando se voltou para me mostrar um grande mapa-múndi colocado na parede.

Repare neste mapa. O Pacífico é um campo cerrado, em cujas margens colossos rivais se enfrentam. A ocidente: a União Soviética com os seus prolongamentos siberianos e a China; a oeste: os Estados Unidos. O Oceano Índico é flanqueado de nações neutralistas e de nações amigas. Sem falar dos oceanos glaciais, pouco praticáveis e pouco seguros, nem do Mediterrâneo, que, em caso de crise, não deixaria de oferecer perigo, apenas o Atlântico pertence, de facto, ao Ocidente até nova ordem! Constitui um indispensável, um formidável traço de união entre a Europa e o continente americano. Um ideal instrumento de vigilância que se prolonga até os dois pólos. Mas se neste mar se criassem bases comunistas, se uma única das

I. Panorâmica da Política Mundial

nações litorais fosse hostil à nossa concepção de civilização, o Atlântico em vez de uma ligação capital transformava-se numa barreira.

SERGE GROUSSARD

Entre os países do litoral atlântico a América pode ser considerada segura. O Oeste da Europa, também. Mas as costas africanas ...

PRESIDENTE SALAZAR

É um problema importante. Não pode haver segurança no Atlântico sem existir segurança em África. Quando por mais não fosse, o Ocidente devia agarrar-se a este continente. Lembre-se do encerramento do canal de Suez em 1956. Os ocidentais puderam então desviar as suas frotas pela rota do Cabo e receber, de novo, tranquilamente, o petróleo da Arábia e do Irão.

SERGE GROUSSARD

Houve, contudo, alguns incidentes nos portos marroquinos ...

PRESIDENTE SALAZAR

Nada de gravidade. Mas certamente que a situação se tornaria séria se Marrocos se afastasse do Ocidente.

Falou de integração europeia. Na minha opinião é necessário ter uma visão mais elevada e ampla. A Europa entregue à solidão seria estrangulada. As suas garantias principais são, de um lado, a vitalidade das nações que a compõem, do outro lado, o Atlântico e a África. A África é o maior, talvez o último recurso da Europa.

A Bélgica, a Espanha, a França, a Grã-Bretanha, a Itália e Portugal continuam a orientar uma grande parte da África. Quanto às nações africanas que já atingiram a independência, a maior parte, como a Etiópia, o Ghana, e a Libéria, compreendem ser do seu interesse o entendimento com a Europa. E não esqueçamos a União da África do Sul. Estão deste modo reunidas as condições de uma colaboração em grande escala para a valorização entre essas nações de um continente novo que, apoiando-se na Europa Ocidental como a Europa Ocidental se apoiaria nele, nos asseguraria uma grande e firme prosperidade, isto é, noutros termos, nos faria reencontrar uma real independência que decuplicaria as possibilidades de paz. As novas nações subdesenvolvidas da África negra aproveitariam, elas também, plenamente deste esforço.

SERGE GROUSSARD

Tudo dependeria de os anticolonialistas não conseguirem destruir, uma a uma, as posições que a Europa ainda conserva em África.

PRESIDENTE SALAZAR

Tudo depende dos meios psicológicos e materiais que empenhemos ali. Se as Nações europeias interessadas directamente em África se revelarem cansadas do seu esforço e não estiverem dispostas a prossegui-lo; se essas nações não acreditam já nem na superioridade dos seus princípios civilizadores nem no valor dos sacrifícios que as gerações passadas fizeram para os acreditar e impor, a construção acima não terá viabilidade e a história não só da Europa como da América seguirá rumo diferente. Assistir-se-á de facto a uma viragem da história e penso que a civilização retrogradará em vastas zonas. Se temos juízo, não separemos as colectividades africanas dos seus guias seculares que pouco a pouco, e não como torrente devastadora, lhes vão transmitindo a sua civilização.

SERGE GROUSSARD

As possessões africanas portuguesas estão tranquilas?

PRESIDENTE SALAZAR

Completamente. E estes territórios continuarão a progredir em plena harmonia se não houver manejos estrangeiros ...

Referi-me, então, à circunstância de terem aparecido delegados de Angola e Moçambique nas últimas conferências de propaganda anticolonialista e evoquei, em especial, o violento discurso que pronunciou o «representante» de Angola, no Cairo, recentemente.

O Presidente Salazar murmurou: «Pelo que vejo, já está informado». Ergueu levemente os ombros. Lembrei-me que um dos seus intimos me tinha dito: «em toda a parte se encontra um exaltado ou um louco». O único índice visível de impaciência: distendeu um pouco as pernas. Então o meu olhar fixou-se nas suas botas negras e usadas. Recordei-me das evocações da sua juventude que um dos seus condiscipulos me havia feito esta manhã. Já aos vinte anos era desprovido de afectação. Era um homem silencioso, consagrado aos estudos.

SERGE GROUSSARD

Depois da guerra as perturbações mais sérias que se produziram nas províncias exteriores de Portugal não tiveram por teatro a Índia Portuguesa?

PRESIDENTE SALAZAR

Sim, mas as dificuldades vieram de fora — da União Indiana. Penso que o Primeiro-Ministro Sr. Nehru foi mal informado acerca do que chamamos ainda, por força de velha tradição, Estado Português da índia, e de facto é apenas uma pequena pro-

I. Panorâmica da Política Mundial

vincia, de território parcelado e pequena população (3 400 km² e cerca de 600 mil habitantes). Falamos às vezes de Goa, mas é de facto Goa, Damão e Diu — e nenhum escapou às dificuldades da pressão exterior. Além de que os pequenos territórios nenhum valor têm, nem nenhum perigo representam para a União Indiana, os dirigentes desta deviam ignorar o sentimento real das populações, a decisão portuguesa de defendê-las e as possibilidades dos territórios que deitam sobre o mar livre. Estes três factores não permitiram que a situação evoluísse como se esperava na União Indiana.

Depois das campanhas de satiagrais — Verdadeiras invasões de multidões desarmadas, mas nem por isso menos atentatórias da soberania e autoridade legítimas — a União Indiana lançou mão de todos os meios de pressão possíveis: não permitiu mais as transferências de economias ou de pensões, proibiu a circulação de pessoas, atingindo moralmente a numerosa colónia portuguesa de Bombaim, fechou as fronteiras à importação e exportação de mercadorias, cortou as ligações ferroviárias, telegráficas e telefónicas, não deixou que os barcos que tocavam a União Indiana servissem a Índia Portuguesa, através do porto de Mormugão (Goa). E não me refiro às violências exercidas em relação a todos quantos na União Indiana e originários de Goa se mostravam fiéis ao seu país de origem e tiveram de sair ou eram expulsos. Penso que nada do que se podia fazer para levár a sucumbir moral e econômicamente um pequeno território se deixou de fazer.

Resultado? Quanto aos territórios principais de Goa, Damão e Diu, e especialmente do primeiro, o mais importante de todos, operou-se uma inversão das suas relações económicas e uma intensificação de aproveitamento dos seus meios naturais. A riqueza das minas de manganês e de ferro, em crescente e intensiva exploração, permitiram com facilidade e felicidade que a Índia Portuguesa se destacasse em absoluto da economia da União Indiana e em grande parte se voltasse para os outros países e para o Ocidente, para onde se intensificaram ou instituíram de novo as relações marítimas e aéreas. E a área em cultura há-de dar dentro de alguns anos alimentos suficientes para a população: bastará que se aumentem as áreas irrigadas e se actualizem os processos de cultura.

Esta inversão das relações económicas e humanas de Goa, causada pela situação que lhe fora criada, tem sido fomentada, dirigida e paga em boa parte pelos nossos recursos; mas ela não seria de facto possível sem que a população tivesse desde começo afirmado na Índia e no estrangeiro a sua firme vontade de continuar portuguesa, e se o Governo não tivesse mantido uma política de, na medida das suas forças, a apoiar e defender. Desde que a alta envergadura moral do Primeiro-Ministro e as suas ideias sobre a regulação pacífica de todas as questões internacionais não lhe permitiam a integração violenta de Goa na União Indiana, a nós competia de facto assegurar a ordem e dentro desta trabalhar na resolução dos problemas postos. E foi o que fizemos.

Sei que há pessoas que, inclinadas a reduzir a questão a contas de deve e haver, criticam a atitude do Governo de Lisboa ou pelo menos a não compreendem inteiramente. Em suma a operação seria ruinosa. Mas não se trata disso. Trata-se de saber se os povos têm ou não o dever de manter o seu património histórico e moral, mais que as riquezas materiais, e se os que são filhos da Nação podem ser

alienados ou deixar de ser defendidos. Ninguém contesta a soberania secular de Portugal em Goa que é uma fracção de Portugal também. Mas se se insiste em querer que a sociedade internacional se organize em termos de direito, é Portugal quem tem razão.

Sou assim levado a pensar que a situação se irá pouco a pouco modificando e melhorando ⁽¹⁾. Nos últimos tempos várias disposições foram tomadas pelo Governo da União Indiana nesse sentido. Resta o litígio relativo aos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli, inteiramente incrustados nos territórios da União Indiana e por isso fàcilmente isoláveis. A questão foi por nós posta ao Tribunal Internacional de Haia: esperemos a sua justiça.

O Presidente Salazar falou-me das dificuldades passageiras que conheceu o minúsculo território portuário de Macau, na China; incidente ràpidamente sanado porque, declarou-me, «a velha cultura chinesa não tem interesse em tentar fechar a primeira porta aberta no Extremo-Oriente». Falámos, depois, de Timor, esta metade da Ilha de Sonda onde Portugal cravou a sua bandeira. Os japoneses invadiram-na violentamente durante a última querra.

PRESIDENTE SALAZAR

A ocupação japonesa de Timor não teve senão uma desculpa formal: é que, com receio do desembarque e da ocupação da ilha pelos japoneses, as forças ocidentais tinham ali desembarcado primeiro e feito uma primeira ocupação. À parte isto, nunca compreendi o carácter violento, destruidor, da ocupação japonesa, ao contrário da forma como os australianos se comportaram, tanto mais que o Japão estava em boas relações connosco.

SERGE GROUSSARD

Causou admiração a vossa neutralidade na última guerra mundial. A velha aliança com a Inglaterra (Tratado de Windsor, 1374!), o drama de Timor e as suas consequências nos Açores envolviam-vos no conflito.

PRESIDENTE SALAZAR

A razão essencial é que a nossa beligerância só podia ser a do Ocidente; a da Espanha que desde 40 tinha os alemães nos Pirenéus podia não ser a mesma. O desastre duma rotura deste bloco peninsular era tão grande para as potências ocidentais, especialmente para a Inglaterra com um pé em Gibraltar, que desde logo se viu ser a neutralidade do conjunto a situação mais favorável para todos. Mas

O que não aconteceu, como veio a verificar-se em Dezembro de 1961.

I. Panorâmica da Política Mundial

viu-se igualmente e com clareza que uma era condição da outra. Os nossos acordos com a Espanha permitiam e conduziam a essa situação; tinhamos de apoiar-nos reciprocamente para que a Península pudesse ser uma zona de paz no mundo convulsionado e a Espanha pudesse ir sarando as feridas da sua querra civil.

(Declarei, então, ao Professor Salazar que graças a M. Bernard Menthon, nosso embaixador em Lisboa, tinha lido o Livro Branco que o Governo português publicara depois da guerra, leitura esta que me revelou o estreito entendimento luso-britânico durante o conflito.)

Apesar desta situação se manter na Europa, entendíamos do nosso dever reocupar Timor e agrupámos em Moçambique as forças necessárias para a operação.

As potências aliadas porém não se manifestavam favoráveis a uma iniciativa militar portuguesa que tinha de ser pela força das coisas independente naquela zona, e havia para essa concepção razões de sobra. Depois de uma conferência do Presidente Roosevelt com o Primeiro-Ministro Churchill foi-nos dito que a melhor colaboração que poderíamos dar aos aliados não era reocupar Timor — que logo faria perigar Macau dado que as forças japonesas ocupavam o Sul da China — mas pôr uma base à disposição da aviação para a luta anti-submarina que a Alemanha mantinha activamente dentro de uma malha não defendida e que só podia ser dominada dos Açores. Fez-se então o acordo de 1943 com essa finalidade e em poucos meses os aliados conquistaram uma segurança no Atlântico que até aí não puderam ter.

SERGE GROUSSARD

Meu pai, o coronel Groussard, recordava-me ainda recentemente, como foi eficaz e pronto o apoio das autoridades portuguesas quando em Maio e Junho de 1941 passou por Lisboa, donde seguiu para Londres, a avistar-se com Churchill e Eden, e depois do seu regresso.

PRESIDENTE SALAZAR

O nosso coração estava com o Ocidente.

SERGE GROUSSARD

As relações de Portugal com a Espanha são muito cordiais.

PRESIDENTE SALAZAR

Seguramente. Encontrei sempre no Generalíssimo uma tal lealdade, um tal sentido dos interesses comuns de Portugal e da Espanha na Peninsula, tão profunda amizade por Portugal, que sobre esses sentimentos se pôde erquer uma política

benéfica para os dois povos e alicerçar uma cooperação a substituir-se com vantagem a antigas rivalidades.

SERGE GROUSSARD

Os Portugueses reconheceram o seu Governo em plena guerra civil.

PRESIDENTE SALAZAR

Sim e aliás contra princípios que temos defendido sempre sobre o reconhecimento de novos governos ou situações. Houve para isso uma razão séria. Como vizinhos nós pudemos ver, talvez melhor que outros, que a República espanhola fracassou por circunstâncias diversas no cumprimento do primeiro e fundamental dever de todos os governos — garantir a segurança dos espanhóis, independentemente das suas convicções.

O levantamento do General Franco apareceu-nos como a reacção das forças que a nação espanhola ainda conservava contra a anarquia generalizada. Havia que apoiar esse esforço e evitar o contágio aparentemente contra alguns, no fundo a rem de todos. A triste história que estamos vivendo seria mais dolorosa e mais riste se os acontecimentos tivessem seguido outra marcha.

Nós temos aliás outro motivo de prevenção em face das repúblicas espanholas. O republicanismo espanhol é essencialmente federalista ibérico, quer dizer que tenderá sempre a englobar Portugal na república espanhola. Houve também em Portugal quem defendesse a mesma tese. Os responsáveis actuais pela política portuguesa e pelos interesses de Portugal desejam uma Espanha próspera, amiga, colaborante na independência das duas nações peninsulares.

SERGE GROUSSARD

Poderíamos agora falar acerca da política interna portuguesa? A nossa entrevista já vai longa ...

Salazar tem um sorriso discreto.

PRESIDENTE SALAZAR

Estou pronto a ouvir tudo o que me queira dizer.

SERGE GROUSSARD

Considera-se um ditador?

PRESIDENTE SALAZAR

Não sou nem posso considerar-me tal. Não é essa a situação política nem o direito constitucional. Nós temos um Chefe de Estado, eleito por sete anos, perante

I. Panorâmica da Política Mundial

quem é responsável o presidente do Conselho, nomeado e exonerado por ele, se assim o quer ou o interesse geral o aconselha.

O poder legislativo está dividido entre uma Assembleia Nacional, eleita por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, e o governo, o qual desta forma também pode legislar. Pràticamente o estabelecimento dos grandes princípios gerais pertence à lei. ou seja, à competência da Assembleia. O desenvolvimento desses princípios faz-se em decretos-leis, da autoria do governo. A iniciativa da lei pertence à Assembleia e ao Governo, mas aquela raramente a utiliza. As leis têm hoje um tal grau de tecnicidade que é ilusório supor que os deputados desprovidos do concurso dos serviços podem ter a iniciativa das leis. O poder legislativo das assembleias diminui por esse motivo por toda a parte. O decreto por autorização da Câmara, o decreto-lei, o decreto regulamentar tomam o primeiro lugar. Reduzida a função parlamentar, por exigência das coisas, à discussão dos grandes problemas políticos, e à fiscalização da administração pública, compreende-se que não se imponha o seu funcionamento permanente. A nossa Assembleia Nacional reune por direito próprio três ou quatro meses no ano, mas o Presidente da República pode prorrogar sem limites a sua actividade. Pràticamente temos tido entre 5 a 7 meses de funcionamento anual, se há leis importantes pendentes por cuia aprovação o governo se interesse.

Uma certa limitação, aliás tão razoável e justificada, do tempo de funcionamento da Assembleia eleita e o facto de o governo não ser responsável perante a Câmara mas perante o Presidente da República — o que aliás é regra nos regimes presidencialistas — não basta para que se apelide de ditadura o regime português. Ele é apenas uma experiência de tornar independente o governo das lutas partidárias e parlamentares, assim o robustecendo, e como tal devia ser apreciado. Em face das dificuldades da vida contemporânea e de Estados cuja organização lhes dá notável poder de decisão e execução das deliberações tomadas — muitas contra o Ocidente - ou há que ceder e desistir ou há que procurar formas de consequir governos fortes, capazes de definirem uma posição e responderem com os seus povos por um compromisso internacional. Pois o que vemos é o sequinte: sempre que surge uma fórmula constitucional em busca de um ponto de apoio forte para uma política — digamos Portugal, a Espanha, mesmo a França do General De Gaule, surge das esquerdas mundiais, através dos seus órgãos, uma campanha de desconfiança e de hostilidade. Perqunto a mim mesmo se sabemos verdadeiramente para onde vamos ou se vamos inconscientemente para onde nos querem levar.

No seu rosto sereno a idade desenhou, ao de leve, algumas rugas. Destacam-se no tom róseo da sua epiderme a palidez das narinas e o queixo voluntarioso.

SERGE GROUSSARD

A sua doutrina, a partir dos primeiros momentos em que assumiu as responsabilidades nacionais, tem sido nítida. Poderia definir-se assim: nacionalismo autori-

tário. Com desassombrada franqueza tem sempre declarado que era antidemocrata e antiliberal.

PRESIDENTE SALAZAR

Se a democracia consiste no nivelamento pela base e na recusa de admitir as desigualdades naturais; se a democracia consiste em acreditar que o Poder encontra a sua origem na massa e que o Governo deve ser obra da massa e não do escol, então, efectivamente, eu considero a democracia uma ficção.

Não creio no sufrágio universal, porque o voto individual não tem em conta a diferenciação humana. Não creio na igualdade, mas na hierarquia. Os homens, na minha opinião, devem ser iguais perante a lei, mas considero perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos.

Se o liberalismo consiste em construir toda a sociedade sobre as liberdades individuais, então eu considero mentira o liberalismo. Não creio na liberdade, mas nas liberdades. A Liberdade que não se inclina perante o interesse nacional chama-se anarquia e destruirá a nação.

Pelo mesmo motivo um Estado de soberania não limitada pela moral e o direito é totalitário e nós não o admitimos. O Estado Português tem o encargo de respeitar os direitos e as garantias do indivíduo, da família, das corporações, das administrações locais. Garante o direito ao trabalho, à propriedade, ao capital. Defende a liberdade das crenças. Permite a todos recorrer contra os abusos da autoridade e proíbe a pena de morte.

Breve pausa. O Professor Salazar pergunta-me se tive tempo para visitar Lisboa. Respondi-lhe: ao princípio da tarde, à luz crua do sol, estive no velho bairro de Alfama, admirei os palácios brasonados, com os seus pátios interiores, os estranhos templos, junto dos quais passavam freiras de toucas brancas e pontiagudas. Falta-me dizer que a nossa entrevista foi feita em francês.

SERGE GROUSSARD

A cultura francesa mantém a sua tradicional influência em Portugal?

PRESIDENTE SALAZAR

Certamente, não só porque a língua francesa é obrigatória no nosso ensino secundário, mas também porque ela é em geral o veículo das traduções das obras científicas e literárias publicadas noutras línguas. Eu próprio devo à cultura francesa uma grande parte da minha formação.

Num relógio próximo soam oito horas e tenho a impressão de que o Professor, ao ouvi-lo, se apercebeu de que anoitecera. Alguém, silenciosamente, iluminou o aposento e desapareceu. Preparei-me para as últimas perguntas.

I. Panorâmica da Política Mundial

SERGE GROUSSARD

Portugal está consigo?

PRESIDENTE SALAZAR

Em Junho realizaram-se as eleições à Presidência da República. Em face da candidatura do almirante Américo Tomás — que mantinha a política exercida pelo Presidente que chegava ao fim do mandato, o general Craveiro Lopes — surgiu uma alvoroçada candidatura de oposição. Ora sucede que quatro quintos dos cidadãos portugueses se pronunciaram livremente pelo almirante Tomás.

SERGE GROUSSARD

Creio, Excelência, que não reconhece o direito à greve.

PRESIDENTE SALAZAR

Somos pobres de mais para permitir-nos esse luxo. Quando se admite o direito de greve admite-se que há incompatibilidade absoluta entre o interesse patronal e o interesse operário e que a questão não pode resolver-se senão pela luta. Vencerá o mais forte, o que não significa que a justiça vencerá.

Quando não se admite o direito à greve, tem de admitir-se ao mesmo tempo que os interesses patronal e operário são no final coincidentes e não contraditórios; que tem de atender-se a um terceiro interesse que também está em causa — o interesse da sociedade —, e que deve aceitar-se uma organização através da qual os interesses possam definir-se e conciliar-se, reconhecendo ao Estado a posição de árbitro. Nestas condições o direito de greve pode deixar de ser reconhecido sem risco e com vantagem. Assim, entre nós, ele já não é um meio de conseguir maiores vantagens para os trabalhadores, mas só uma arma da política comunista.

SERGE GROUSSARD

Quando suprime a Censura?

PRESIDENTE SALAZAR

A vossa pergunta significa que há para garantia da liberdade de pensamento uma panaceia universal. O conceito não é exacto. Uns, como nós, têm procurado antes de tudo evitar preventivamente que os meios de publicidade causem dano social; outros procuram reprimir o dano causado, através dos tribunais; ainda outros multiplicam as medidas de carácter administrativo que dão a impressão de não tocar no direito mas limitam de facto o seu exercício. Não há no mundo um sistema

inteiramente satisfatório; o problema em parte alguma está resolvido. Quem, como nós, aceita constitucionalmente que a opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, não pode deixar de atribuir ao Estado a incumbência de defendê-la de todos os factores que a desorientam contra a verdade e a justiça. O grande problema está em saber qual a melhor defesa, dado que a Imprensa, principal meio, com a rádio e a televisão, de formação da opinião pública representa e funciona como a empresa capitalista, em que os interesses privados podem ter primazia sobre o interesse público, sem que este disponha de tribuna própria onde possa ser defendido.

Se nesta colisão ou coalizão de interesses houvesse que defender acima de tudo o interesse legítimo da empresa, não resta dúvida de que o sistema que temos adoptado não deve ser tido como o pior. Já não se pode afirmar o mesmo com segurança guando se trata de garantir o direito de expressão do pensamento e até o interesse público que pode ser atingido pela ausência de crítica aos actos da Administração. Se, porém, a censura não intervier na apreciação da vida administrativa e política, e se limitar a evitar as campanhas de excitação, os insultos pessoais, os ataques injuriosos, então podemos dizer que ela trabalha, sem prejuizo para o bem público, na profunda dignificação da inteligência. Mas eu não desejo ir agora mais longe, porque ao fim e ao cabo a liberdade depende do grau de forma-¿ão civica e moral de guem tenha de utilizá-la. V. terá dificuldade de compreender algumas restrições existentes, se não tiver presente o passado de que vimos. Desde a queda da monarquia em 1910 ao movimento de 28 de Maio de 1926, nós tivemos constitucionalmente um regime democrático e liberal. Em dezasseis anos desse regime houve 52 governos, nove Chefes de Estado, sete parlamentos. Legalmente a imprensa era livre, mas os iornais eram apreendidos, as oficinas desmanteladas. empastelado o tipo, presos os jornalistas.

Somos um povo sentimental, emotivo, crédulo. É possível em semanas criar estados de espírito — e alguns jornais o fizeram — de onde surdiram revoluções, pronunciamentos, golpes de Estado. Desordem na rua e nos espíritos, e ao mesmo tempo na administração. O desequilíbrio orçamental era uma tradição venerável; o atraso dos pagamentos coisa corrente.

Em 26, falhos de recursos, apelou-se para a Sociedade das Nações com o fim de esta nos patrocinar um empréstimo. O economista francês, M. Jacques Rueff, estudou a situação e reclamou condições que pareceram incompatíveis com a dignidade nacional. Os negociadores voltaram de mãos vazias, mas o povo, orgulhoso da sua intransigência, acolheu-os triunfalmente. São assim os pobres que já foram ricos.

Apesar de tudo, o dinheiro faltava, era necessário dispor de fundos. O que pareceu mais avisado foi voltarmo-nos para nós próprios e criarmos com suor do rosto os nossos próprios meios. Foi nestas circunstâncias e com esta doutrina que, forçado, vim ter a Lisboa e deixei a minha cadeira de Finanças em Coimbra. Para compreender muito do presente, aliás não findo mas em plena evolução, há não só que saber algo desse passado de paixões exacerbadas, lutas partidárias, revoluções a prazo, como conhecer também o nosso temperamento, as nossas virtudes e defei-

I. Panorâmica da Política Mundial

tos. Não se governa no espaço e para anjos, mas na terra e para homens que são como são e não como alguns queriam que fossem.

Salazar consultou rapidamente o relógio e murmurou um «oh!» discreto. la para me desculpar de lhe ter tomado três horas e meia da sua vida tão sobrecarregada, quando ele, erguendo-se, me disse:

Não quero tomar-lhe mais tempo ...

O Professor Salazar estendeu-me a mão com um sorriso discreto que parecia dirigir-se não a mim, mas ao estudo que havia interrompido para me receber.

II. AGRADECIMENTO ÀS MULHERES PORTUGUESAS ⁽¹⁾

Pediu-se que nenhuma manifestação se realizasse nestes dias, para que pudessem ser, como todos os outros, dias normais de trabalho. Solicitaram-se abstenções, negaram-se facilidades, fizeram-se esforços para evitar deslocações incómodas, ajuntamentos, ofertas, mesmo para que os jardins não fossem sacrificados a tão grande desperdício dos seus primores. Tudo inútil. Não só vós estais aqui, como trazeis, com as vossas flores, ricas ou modestas, pouco importa, a abundância de vossos corações. Isto quer dizer que não é possível lutar contra o coração feminino, se portador de um ideal, dedicações firmes e amizades desinteressadas. Eu ignorava que não vos deixarieis vencer.

Mas não estão bem as coisas assim. Deviam inverter-se as situações e havia de ser eu a ofertar-vos as mais lindas flores, não tanto como recordação desta hora, mas em reconhecimento de quanto se deve nesta cruzada nacional à mulher portuguesa. São as mães, as esposas, as irmãs, as filhas dos portugueses que com o calor do seu afecto e a fortaleza do seu ânimo nos amparam na luta. Elas servem de apoio aos que são tentados a descrer e hesitam e se perturbam com dificuldades que vós não receais e nós estamos seguros de vencer.

Agradeço do fundo da alma a todas as Senhoras que tiveram a bondade e o incómodo de vir, e a todas as que sentem o pesar de não estar aqui, o carinho e os sentimentos de fidelidade de que desejaram dar neste dia tão tocante demonstração.

Bem hajam.

⁽ⁱ⁾ Palavras dirigidas às senhoras portuguesas que, de todos os pontos de Portugai, foram à residência do Presidente do Conselho levar-lhe flores, no dia 28 de Abril de 1959, data do seu 70.º aniversário.

III. A POSIÇÃO PORTUGUESA EM FACE DA EUROPA, DA AMÉRICA E DA ÁFRICA ⁽¹⁾

Meus Senhores:

Julguei que podia ser útil aproveitar a presença em Lisboa dos presidentes das comissões distritais da União Nacional para dizer-lhes uma palavra sobre o momento político e sobre alguns problemas de governo.

I.

De política, ou, melhor, da pequena política doméstica, falarei pouco, além do mais porque os meses que temos passado, de agitação, exacerbação de paixões e incitamento à sublevação e à desordem social devem ter sido suficientes para convencer o maior número da sua esterilidade ou do seu risco. Se o Governo estagnasse, deixando-se desviar dos seus planos de acção, e as instituições fraquejassem na sua estrutura e no seu labor normal, e as autoridades não estivessem atentas na defesa da ordem e do trabalho, e todos nos engolfássemos em discussões sem fim nos termos que nos têm sido apresentados, ver-se-ia como sob todos os aspectos se ressentia a vida nacional: perdidas as certezas sobre que havemos tentado reerguê-la, a Nação deixar-se-ia minar da dúvida acerca dos seus próprios interesses e destino, e por este mesmo facto se diminuiria.

A serenidade com que o Governo tem encarado os sucessos dos últimos meses, por mais desagradáveis, provém em primeiro lugar da segurança dos princípios que defende e, depois, da força de que dispõe para sustentá-los. Com efeito nos dois campos em que tais divergências costumam esclarecer-se e decidir-se — e se tentaram esclarecer e decidir — nenhuma dúvida subsistirá de que lado esteve o sinal da vitória.

Isto não significa estarem vencidas todas as dificuldades. Há muito tempo já foi o Governo prevenido de que neste ano de 1959 se desencadearia internacionalmente, e contra os dois Estados da Península, uma campanha da maior latitude e violência. Que, quanto a nós, tal campanha se tenha aproveitado de acontecimentos internos ou em parte mesmo os tenha preparado ou dirigido, pouco importa ao caso. Temo-la visto desenvolver-se em numerosos órgãos comunistas da imprensa mundial, nos que lhes são afins e até naqueles que, apesar de tantos exemplos pouco encorajantes, fazem no comunismo o seu seguro de vida.

Discurso pronunciado na sede da União Nacional, em 23 de Maio de 1959.

Tenho seguido com curiosidade o fenómeno. Um qualquer, sem valor pessoal ou categoria política, preme aqui um botão e o que deturpa ou inventa de injurioso ou infamante para o seu próprio país aparece publicado nos mesmos termos e com idênticas ilações em muita parte por esse mundo. Há portanto ligações subterrâneas e certamente poderosas que explicam e aproveitam estas conivências e cumplicidades. Abrangem áreas muito vastas nas sociedades modernas e, salva a parte que na acção se deve ao comunismo, sempre desperto e actuante, pendo a admitir que são geralmente estranhas à actividade normal dos Estados. Com a mesma sinceridade devo porém afirmar que esses mesmos me parecem cometer no caso sérios pecados de omissão.

Há pessoas simples que raciocinam assim:

Nos somos uma modesta Nação que não se atribui os índices altos da riqueza, da produção, ou dos níveis de vida, mas tem em dia as suas contas, mantém livre o comercio internacional e os câmbios com todas as nações, segura o valor da moeda e sustenta com suficiência a sua população. Não pretende impor as suas concepções ou instituições políticas, não levanta dificuldades à vida alheia, não perturba a paz e colabora com lealdade nos organismos internacionais. Nenhum Estado tem contra nós reivindicações, queixas fundamentadas, pretensões a que por justica devamos satisfação. Trabalhamos duramente e procuramos progredir o mais possível, sem explorarmos abusivamente auxílios alheios para elevar o nosso povo e sem prejuízo da solidariedade que nos une aos demais. Qualquer estrangeiro nos pode visitar, percorrer livremente o território, ver, indagar, informar-se, fazer por si mesmo uma ideia correcta da nossa vida. E, se ele próprio é insuspeito e livre, não devia deixar contaminar as suas conclusões dos ódios políticos que escorrem pelas valetas de todos os países, nem recorrer a eles, muito menos albergá-los e considerá-los expressões objectivas da vida alheia. Porque então estas campanhas que a olho nu qualquer vê destituidas de sinceridade e de verdade?

É ingénua esta maneira de pensar nos tempos de hoje e no que importa ao caso português. Na base da nossa vida colectiva, tal como a compreendemos, a organizamos e pretendemos viver, existe um forte substracto ideológico de que ela dimana, que a explica e sustém, e sustém mesmo em larga medida a própria realidade geográfica que é a Nação portuguesa. Tocamos assim o ponto essencial à compreensão do assunto: este abraço mortal que se desenha e mais e mais se aperta em relação ao Ocidente não pode fechar-se, sem que a Península seja nele envolvida e desfeitos todos os valores de coesão e criação dos respectivos povos — de coesão para se mar terem íntegros, de criação para se projectarem no futuro. Quem pensar que se trata de preferências por doses maiores ou menores de democracia ou de liberalismo, de mutações de pessoal governante, do interesse de classes ainda desfavorecidas ou injustamente tratadas, não vê a questão em toda a sua latitude. Esses podem ser meios; não são os fins. O que se intenta é desintegrar valores eficientes de uma civilização e libertar posições essenciais para avanços necessários noutras direcções.

III. A Posição Portuguesa em Face da Europa...

Apetecia-me fechar este capítulo com uma frase do Evangelho: «e quem tiver ouvidos de ouvir, ouça»; mas não posso concluí-lo sem chamar a atenção para o seguinte. Este género de guerras que chamam psicológicas substituem hoje as lutas armadas mas só podem conseguir os mesmos objectivos, se a Nação não tem temperados os nervos, como se faz mister. Não digo que não sejam também precisas as armas, mas é necessário começar por ter um ânimo forte, seguro da sua verdade; quer dizer, uma doutrina, uma consciência, a decisão de não se deixar vencer. Habituados como Nação, desde séculos, a mandar em nossa casa, não julgamos possível serem bem sucedidas interferências estranhas que apoiam antinacionais do interior. Aguentar! aguentar! e nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça.

H.

Um dos sucessos dos últimos meses — e vamos esquecer outros semelhantes, um pouco estranhos — um desses sucessos merece pela sua relevância referência especial. Aludo às dificuldades que pretenderam criar-nos com o Brasil a propósito de um mais que simulado refúgio político. Notarei em especial duas coisas: uma, a ligeireza com que conhecidos sectores procuram transplantar para a vida de relações internacionais as suas irredutibilidades na política interna, e fazem apelos a governos estrangeiros para os colocarem no poder; outra, a ideia de por aquele caminho suscitarem um conflito entre Portugal e o Brasil, como se o afecto que liga os dois povos lhes permitisse alguma esperança. Opunha-se, como disse, o afecto de irmãos; e também vastos interesses recíprocos.

Quando reflicto na grandeza, pujança e futuro do Brasil, como dos mais países da América Central e do Sul, de que o Brasil pode ser sem qualquer espécie de melindre uma sorte de conselheiro e quia, parece-me o sequinte:

O maior mercado da produção destes países é e terá de continuar a ser pelo poder económico e proximidade territorial, a América do Norte. À parte dificuldades que surjam de quando em quando relativamente aos preços das matérias-primas e géneros primários de proveniência centro e sul-americana, dificuldades que aliás não podem ser resolvidas senão no plano mundial em virtude da concorrência comercial e política existente, é aos Estados Unidos que naturalmente incumbe dar o principal apoio económico e financeiro a toda aquela área. No estado actual da economia dessas nações, e mesmo atenuada a pressão existente no sentido de rápida e intensa industrialização, a maior fonte de capitais e as maiores possibilidades de absorção dos produtos estão por ora na América do Norte e não noutras partes, ainda que a Europa esteja longe de desinteressar-se daqueles mercados.

Acontece porém que, se econòmicamente pode dizer-se que a supremacia pertence ali aos Estados Unidos, a formação espiritual, a religião, a língua daqueles países é latina e mais precisamente portuguesa, quanto a um, e espanhola quanto aos mais. Se a alma também em relação aos povos vale alguma coisa, e se a formação se liga ao sangue que corre nas veias, há assim um vasto sector de relações que

deverá estabelecer-se noutro sentido, e este é o da Península Ibérica, aliás ponto obrigado de passagem para a restante latinidade. Sem prejuízo de um mercado comum, se vier a ser estabelecido, e das mais apertadas relações políticas no continente americano, nem o Brasil nem as repúblicas sul-americanas desejarão tão cedo — e será de lastimar que um dia o façam — desligar-se das suas origens, esquecê-las ou menosprezá-las. E, dada a tendência e necessidade da formação de grandes blocos, uns de interesses económicos, outros de afinidades espirituais, nada mais claramente se impõe que o planeamento duma larga política ibero-americana que aliás está delineada triangularmente na comunidade luso-brasileira, no bloco peninsular, nas íntimas relações da Espanha com as repúblicas sul-americanas.

Para nos cingirmos ao que especialmente nos respeita pode ser que haja alguns portugueses e também alguns brasileiros não perfeitamente conscientes do valor desta política, mas aqueles que no Brasil elaboraram o Tratado que criou a comunidade — porque veio de lá a primeira fórmula — esses sabiam bem que larguíssima acção estava aberta aos dois povos, se, prestando-se mútuo apoio, se lhe quises-sem dedicar.

Quanto ao Brasil, parece-me que mantida, como deve ser, a unidade política, refrescado a miúde o sangue pela incorporação de elementos demográficos idênticos aos dominantes na sua população, consolidada a formação espiritual que vem das origens, estão criadas as condições para um desenvolvimento a que não podem prever-se limites. E da parte de Portugal — que Portugal interessa ao Brasil?

Quando se olha a imensa costa brasileira e se avalia o seu peso e domínio potencial no Atlântico Sul, tem de compreender-se que não é só o Portugal continental e as suas pequenas «poldras» atlânticas que podem bastar á segurança de vida e de expansão do Brasil; mas o Portugal, tal como é, com a vasta extensão das suas costas africanas, os seus portos e bases, a sua presença e peso no Continente negro. Só assim nos surge um vasto espaço marítimo em que o ascendente luso-brasileiro é inegável pelas extensões terrestres que o delimitam e os meios defensivos de que dispõe. Mas é evidente que quaisquer reticências em relação ao Portugal ultramarino já não se enquadram nesta construção.

Há ideias que levam seu tempo a amadurecer na consciência dos povos para se lhes pesar o alcance e se ver até onde chegam as consequências. Quando me lembro de que estamos há anos embaraçados em minúcias do acordo ortográfico, e de que muitos problemas culturais, juridicos ou económicos não puderam ainda ser resolvidos, apesar da inegável boa vontade de todos, tem de reconhecer-se que ou se lhes empresta a conveniente base política ou não se conseguirá para eles solução que valha.

III.

As últimas considerações levam-me a encarar, embora sumarissimamente, problemas de África. Literalmente a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas. E porque arde a África? Não pensemos que é por combustão interna, digamos, pela fatalidade de um movimento histórico que arrasta as suas

A Posição Portuguesa em Face da Europa...

populações para a rebeldia, a subversão, a forçada dispersão e independência; arde porque lhe deitam o fogo de fora. (Na época calamitosa que vivemos, parece aliás que já ninguém tem reparos a fazer à acção subversiva de certos Estados que ao mesmo tempo se afirmam pacíficos e pretendem viver em paz com outros na comunidade internacional. Tudo lhes é levado à conta de contribuição útil para a formação de um novo mundo).

Ao referir-me à África, não falo dos Estados norte-africanos nem dos de antiga independência como a Etiópia, que são um problema à parte. Refiro-me à África ao sul do Equador cuja soberania tem estado confiada a Estados europeus.

Os problemas que se suscitam podem alinhar-se assim:

Primeiro. Repetirei uma velha ideia, hoje, ao que parece, generalizada: a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia. Isto quer dizer que grande parte da potência europeia se pode perder com os territórios africanos, ou o que é o mesmo, a Europa pode ser batida em África.

Segundo. A economia, a instrução, a organização administrativa de muitos destes povos africanos vão seguramente progredindo. Mas, pondo de parte o alto valor intelectual de alguns dirigentes que se têm revelado, esses povos não apresentam, se formados só da população nativa, nem quadros, nem técnicos suficientes e não dispõem de capacidade económica própria, para sustentar uma independência solvente ou progressiva.

Isto significa, em terceiro lugar, que esses povos, se não puderem contar com o eventual apoio das antigas nações soberanas, têm apenas diante de si duas alternativas — a regressão ou a submissão a novos dominadores.

Económica e politicamente o problema envolve as mais graves consequências. Como os capitais privados se não sentirão atraídos por situações precárias e instáveis, e os fundos internacionais gratuitos serão naturalmente escassos, estes novos Estados podem sentir-se tentados a resolver as dificuldades pelo recurso à socialização geral dos meios de produção e ao trabalho escravo. E embora as condições sejam muito diferentes das da Rússia e da China em que porventura se inspirarão, os mesmos processos poderão ser por eles tentados. Então à regressão e à submissão a outros dominadores temos de acrescentar, ao menos como perspectiva possível, uma África comunista com as mais ilações políticas que daí resultariam.

O papel que os Estados comunistas têm desempenhado nesta campanha de África não precisaria senão do primeiro ponto acima referido para ser explicável. Tudo que seja diminuir, enfraquecer, desintegrar as forças do Ocidente está dentro do seu objectivo e imediato interesse. Mas se, como se tem visto, podem utilizar o novo estado de coisas para instalar-se e instalar os seus poderosos meios de acção, fomentar outras desintegrações, dominar até onde seja possível a economia e a direcção política, o comunismo estende de facto o seu domínio e cria novas formas e zonas de colonização.

É pena que, tendo a Rússia e diversos Estados asiáticos uma política de África, os Estados Unidos não se tenham encontrado em condições de definir a sua, tão claramente como eles, porque não é uma política seguir os acontecimentos mas

evitá-los ou dirigi-los. Essa definição, no caso de não se opor à Europa Ocidental de que a América é aliada, seria só por si factor decisivo de aquietação no Continente africano. E, sendo possível que nestes termos os Estados Unidos tivessem de desagradar a muitos, acrescentarei que para os povos como para os indivíduos há momentos na vida em que é preciso escolher.

Estas reflexões são para nós; não julguemos que convencem os agitadores doutrinados para os quais uma independência mesmo nominal e a importância de uma chefia política sobrelevam todos os bens da Terra. Não tem de respeitar-se quando infundado, mas tem de reconhecer-se a força deste idealismo, se ajudado de fora, como é, e não contrariado de dentro, como deve ser.

Nos termos em que as coisas se encontram, os problemas que certo número de países com responsabilidades em África ai enfrentam, não são pois já só os da direcção de uma economia o mais próspera possível, da educação de populações chamadas a participar justamente das riquezas criadas e da administração dos interesses colectivos, da possível integração em fortes agregados políticos que sejam por si sós a garantia da continuidade dos progressos conquistados. Não. Do que se trata, e imediatamente, é de salvar a África do assalto combinado dos interesses a que me referi e de evitar a sua destruição através de fórmulas que sabemos lhe seriam fatais. Uma política ajustada dos territórios da África Central e Meridional pode facilitar a acção.

•

Na campanha de descrédito a que aludi no princípio das minhas palavras, já se sabe que a parte ultramarina portuguesa é também visada e com especial acrimónia. A nossa pretensa incapacidade colonizadora, a deficiência de capitais, a falta de dinamismo na produção, a lentidão da difusão do ensino, os baixos salários pagos, a deficiência da protecção sanitária e muitas coisas do género se lêem hoje, não já nas críticas ligeiras da imprensa diária mas em discursos formais, conferências, teses de universitários e relatórios de institutos internacionais. A indevida generalização de casos individuais que nós próprios relatamos para escarmento de autoridades subalternas ou de particulares responsáveis, é um dos métodos seguidos; as comparações estatísticas, desaconselhadas pela disparidade das condições e dos elementos confrontados, é outro. Nenhum dos estudos que pude compulsar analisa porém certo aspecto da vida ultramarina portuguesa ou lhe atribui qualquer significado. Esse aspecto é o seguinte:

Nós não pensamos em negar o relativo atraso de algumas regiões e a deficiência de alguns serviços. É evidente faltarem estradas e pontes, faltarem hospitais, faltarem escolas, e faltarem até, senhores, elementos de policia e forças de defesa. Por que milagre então, de Timor a Cabo Verde, há paz e todos podem notar o tranquilo viver das populações? Porque pode atravessar-se de lés a lés Angola ou Moçambique, não se contando senão com a boa disposição do nativo, a sua fraterna ajuda, no fundo o seu portuguesismo? Porque diz o nativo de Angola ou Moçambique em qualquer país estrangeiro em que se encontre que é português? Ou, porque não tendo saído do seu torrão natal, sabe que é português e que ali também é Portugal?

III. A Posição Portuguesa em Face da Europa...

Este facto significa que não é assisado pretender reduzir a índices económicos toda a obra colonizadora; significa que há uma obra de compreensão e afectividade humanas que através dos tempos e das gerações vai criando uma convivência inter-racial de valor inapreciável, convivência que é a base de resolução dos problemas africanos, e sem ela nenhum terá solução capaz. É esta a nossa convicção; mais do que convicção, é esta a nossa maneira de ser; e é por isso, que, embora os valores espirituais estejam a ser depreciados por uma civilização que se esvazia do seu conteúdo, nós continuaremos contando com eles. Mas temos de contar também com as circunstâncias exteriores, se forem capazes de alterar a calma das populações e a ordem e o trabalho nas parcelas ultramarinas do território nacional. E contra elas se tem de lutar por todos os meios apropriados.

No fim da guerra nós tínhamos em Angola e Moçambique forças de alguma importância. Nunca me consolei de se haverem evacuado. O meu empenho que circunstâncias do momento não deixaram vingar, era que passassem muitos milhares de jovens portugueses por aquelas terras. Muitos se teriam fixado ali, aumentando com a população activa as possibilidades de defesa, e uma parte importante da oficialidade teria feito o complemento da sua formação em territórios que cheiram ainda ao suor dos pioneiros e ao heroismo dos homens da ocupação. Sob a influência da grandeza da terra e da gente, viriam e voltariam depois maiores e, se possível, mais portugueses.

Estamos revendo as bases de solução destes problemas em harmonia com as condições actuais e necessidades que possam sobreviver. Ainda que a defesa mais eficaz seja a confiança recíproca e solidariedade das populações do mundo português, temos de estar presentes como sempre e agora mais vigilantes que nunca. O carácter de acontecimentos recentes e vizinhos pode ter destruído algumas ilusões mas deixou de pé um facto que podemos considerar permanente na nossa história ultramarina: na ausência de influências estranhas, os portugueses de qualquer raça e cor não usam desvairar-se e seguem em paz o seu caminho.

IV.

O tempo que me destinara está findo e por isso não versarei já um ponto que tinha intenção de tratar. O momento económico que atravessamos apresenta tanto na ordem interna como na internacional dificuldades que nos preocupam e teria sido vantajoso fazer-lhes referência. Além disso nos anos que se dedicarão ao Il Plano de Fomento é fácil desenvolver-se uma argumentação de tendência demagógica que conviria prevenir. As dezenas de milhões de contos em que se traduz não beneficiarão em boa parte os portugueses, mas indústrias estrangeiras. Em todo o seu volume não assegurarão aqui trabalho, nem devem provocar alta sensível dos salários, nem darão, salvo no seu termo, possibilidades de distribuição de terras irrigadas. A maior parte dos empreendimentos destinam-se ainda a dotar o País das infra-estruturas necessárias a mais correcta e produtiva organização do trabalho, e com esta à distribuição mais equitativa do rendimento nacional. Apesar dessas necessidades, fize-

ram-se esforços para equilibrar as aplicações de modo que houvesse desde já utilidades ou comodidades a incorporar em boa medida na vida dos portugueses, mas isto não altera grandemente a resultante aludida acima. Se eu pudesse mentir-lhes não diria isto, mas isto é a verdade.

A indecisão em que hoje corre a vida das nações, conscientes da necessidade de distribuir pelos povos maiores quinhões de riqueza mas paralisadas ante a perspectiva de haverem de consumir em gastos de defesa boa parte dela, embaraça a vida de todas e portanto a nossa. Se destas reuniões internacionais pudesse sair a perspectiva de soluções pacíficas, o mundo as bendiria; infelizmente, como vimos há pouco, vão mudando os teatros de guerra ou de agitação, mas a paz está longe de nós. Quer hajam de bater-se quer não, as gerações presentes são gerações sacrificadas, e é certo que mais o seriam ainda, se os governos descurassem a defesa das nações. Mas em tais problemas não são livres os governos que têm consciência das suas responsabilidades.

Pela pressão destes ou daqueles problemas, alguns dos quais atingem acuidade desconhecida em épocas passadas, a vida dos governos é atormentada e a condução dos povos muito dificil. À medida que as dificuldades se multiplicam ou agravam, a organização política e os processos de governo evoluem, à procura de uma linha de adaptação a essas dificuldades e a mais seguro rendimento. Um Estado forte, um governo forte tornam-se cada vez mais instantes. Se repararmos na parte lo mundo, fiel, teórica e práticamente, às instituições que nos legou o século XIX, reremos como é reduzida em face daqueles Estados que por aqui ou por ali procuraram caminhos, uns de salvação, outros de progresso. Ao verificá-lo não deveríamos ser apelidados de teimosos, improgressivos, agarrados às primeiras fórmulas, mas de avisados e prudentes por tê-las descoberto e aplicado a tempo.

É evidente que este conjunto governo-povo exige para a boa marcha da vida nacional compreensão e confiança recíprocas. E exige também tomar cada um sobre si a parte de sacrifícios que lhe cabe na tarefa colectiva. Há muitos anos em Braga, indicando as difíceis tarefas que tinhamos de enfrentar para poder realizar a obra de valorização nacional, perguntei quem tinha coragem de nos acompanhar. A imensa multidão que me escutava respondeu em unissono — todos. Desde essa hora alguns porventura terão achado demasiado o fardo que se lançava sobre os seus ombros, longínqua a esperança de melhores dias, excessiva a confiança outorgada, e decidiram suspender ou alterar a sua rota. Mas a grande massa dos portugueses, conscientes do que representa a integridade material e moral da Nação, têm vindo, muitos mesmo com o sacrifício de sentimentos ou soluções por que mais convictamente se bateriam, têm vindo, dizia, a dar-nos o seu apoio e colaboração. E se a todos esses perguntasse agora se desertamos ou prosseguimos, com o mesmo entusiasmo responderiam: prosseguimos. — É bem assim: a nossa marcha não poderá nunca comportar nem paragens nem regressos.

IV. NO ALMOÇO OFERECIDO AOS PARTICIPANTES NA REUNIÃO MINISTERIAL DA E. F. T. A. ⁽¹⁾

Senhoras e Senhores:

Prometo não acrescentar um discurso mais aos muitos que, pela exigência dos trabalhos, os membros da Associação Europeia de Comércio Livre se terão visto obrigados a fazer e a ouvir nestes últimos dias. O meu intento é apenas apresentar a todos e às nações que representam as mais efusivas saudações do Governo português e apresentar-lhes as mais sinceras desculpas por faltas que as circunstâncias um tanto ou quanto embaraçantes em que a reunião foi obrigada a desenvolver-se não nos tenham permitido evitar. Este não é cumprimento protocolar mas a expressão dos nossos melhores sentimentos.

Fazer votos pela eficiência dos trabalhos parece-me inútil, visto que os mesmos nos interessam a nós próprios em alto grau e em boa verdade grande parte dos seus resultados dependem da aceitação alheia de algumas posições fundamentais a que se tenha chegado.

Nós somos dentre os Estados europeus o mais afastado do centro de gravidade política e económica da Europa. A quem nos examina no mapa, o país pode até dar a impressão de querer separar-se da terra firme e de tentar lançar-se pelos oceanos fora. E esta foi de facto uma característica da nossa história nos oito séculos que levamos. Podemos considerar-nos, pelo maior peso de territórios e populações noutros continentes, quase uma nação extra-europeia, e somos pela modéstia do nosso viver e dos nossos recursos aqui um dos factores de menor peso nesta organização. Donde nasce então o nosso interesse na Associação de Comércio Livre, interesse que é real e vivo?

Quando Portugal, em África ou no Oriente — e o mesmo podemos dizer de outros — faz à sua maneira obra de civilização, apresenta-se como representante ou expressão do espírito europeu, convicto de que a secessão que se operasse bem como a diminuição de vitalidade da velha árvore faria secar a seiva dos rebentos que intentamos fazer vicejar nos trópicos. E concluímos simplesmente pela necessidade de uma política conduzida de modo que as questões económicas não atinjam a unidade moral europeia.

⁽¹⁾ Palavras proferidas no Palácio de Queluz, em 20 de Maio de 1960, no almoço oferecido aos participantes na reunião ministerial da E. F. T. A., realizada em Lisboa.

Há quem julgue mais fácil garantir a unidade moral pela unidade política e esta pela unidade económica. Há quem não pense indispensável — e nalguns casos não seria possível — sacrificar a independência política para se chegar a uma plataforma de entendimento económico, e entre estes estamos nós. Isto o compreendemos. O que nos custaria a compreender é que entre os grupos formados a oeste, por força de algumas realidades insuperáveis, não seja possível encontrar bases de acordo em termos justos, se os procurarmos sem impaciência, com persistência e boa vontade. Quanto a nós, estamos no terreno económico a pretender salvar alguma coisa mais que a economia, ou sejam interesses materiais dos homens e dos povos. Pretendendo salvaguardar altos interesses morais, ninguém assumirá a responsabilidade de enfraquecer e dividir ainda mais, sem uma razão superior de justiça ou de vida, o pouco que as calamidades das guerras deixaram intacto.

É neste entendimento que tenho a honra de saudar todos e de dirigir os meus agradecimentos ao Senhor Ministro Lange, a cuja inteligência e infatigável energia se deve muito daquilo a que se pôde chegar.

Bebo pela vossa saúde e formulo os melhores votos pela prosperidade dos países aqui representados.

V. PORTUGAL E A CAMPANHA ANTICOLONIALISTA (1)

Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Senhores Deputados:

Tenho seguido com a atenção possível a campanha anticolonialista em que se pretendeu envolver Portugal e mesmo, para bem operar a divisão das forças adversas, quase só Portugal. Em jornais, manifestos e discursos, incluindo os proferidos em altas assembleias políticas, não encontrei porém nada do que me interessava saber, ou seja: em que se pensa consistir o problema e as linhas gerais da sua solução. Aliás, o que menos preocupou foi esclarecer as questões; e como a discussão parece ter abandonado o domínio da inteligência para tentar criar em certas regiões estados emocionais propícios à subversão, não há propriamente a quem responder. Desta forma me surgiram dificuldades por não saber como redigir e a quem endereçar algumas palavras que por outro lado reputava necessárias.

Lembrei-me de que os portugueses de todos os continentes, aí fixados ou filhos da terra, têm o direito de saber o caminho por onde pensamos que devemos conduzir-nos nas graves circunstâncias actuais. E todos os mais interessados na contenda talvez também possam tirar daí alguma conclusão e avaliar o peso das suas próprias responsabilidades, pois não vão supor que a sorte de milhões de homens, a ordem e paz do seu viver, o fruto do seu trabalho, os princípios da civilização que adoptaram, podem ser entregues à vacuidade dos discursos de comício e à anarquia dos anunciados movimentos libertadores.

I.

Tirante a Etiópia, alguns países da África mediterrânea e as provincias portuguesas ultramarinas a que adiante me referirei, podemos dizer que de um modo geral se nos deparam naquele Continente duas espécies de território. Das suas diversas situações e características é que haviam de decorrer as directrizes em conformidade com as quais os seus problemas podiam ser correctamente equacionados e resolvidos. Sujeitos como todos foram ao trabalho de colonização, encontraremos o traço fundamental de diferenciação desses territórios na atitude política dos Estados soberanos, ou, o que é o mesmo, na finalidade da sua obra colonizadora.

Discurso pronunciado na sessão da Assembleia Nacional de 30 de Novembro de 1960.

Por vezes terá esta consistido tão-sòmente na exploração económica do solo ou do subsolo, através de empreendimentos que não exigiam a fixação permanente da gente branca. Os Estados responsáveis declararam ou alimentaram sempre o propósito de educar, de elevar as populações autóctones até estas atingirem a independência. A este propósito deve ter correspondido uma política, e a independência dos territórios não é senão o reconhecimento de que foi atingida a meta ambicionada. Isto se passa neste momento e se passou nos últimos anos, tanto na África como na Ásia.

Se os Estados detentores da soberania cometeram qualquer erro de apreciação e precipitaram as concessões que elevaram tais territórios ao plano de Estados independentes, não hei-de apreciá-lo aqui. Vamos admitir que viram bem e procederam em todas as circunstâncias como deviam, nem cedo nem tarde. Vamos admitir que os territórios dispunham e outros estão em vias de dispor, no momento em que ascenderem à independência, do escol necessário para orientar a política, dirigir a administração, gerir as finanças, administrar os empreendimentos económicos. Para que estas soberanias não sejam fictícias e estas independências sejam inteiramente responsáveis, em termos de se constituírem membros da comunidade internacional e de conviverem pacificamente com os outros Estados, todas aquelas condições são indispensáveis. Não é elegante sublinhar qualquer deficiência, e por isso atribuíremos certas atitudes, alguns propósitos e ameaças a pretensão de expansões imperialistas, à euforia de espíritos plenamente felizes, porque convictos de ter descoberto o mundo e de estar na posse de todos os segredos da condução da humanidade.

Em geral nestes territórios, hoje ou amanhã Estados soberanos, para o que se diz virem sendo preparados desde longe, podem não obstante surgir conflitos raciais, mesmo dos homens de cor entre si — tradicional flagelo da África antes da colonização europeia. Como na hipótese o branco é elemento de passagem, não fixado nem portador de outro pensamento político que não seja exactamente o da retirada e do abandono, não haveria razão para que certas mutações a que temos assistido suscitassem as violentas explosões de racismo contra o homem branco, credor dos progressos realizados e suposto não necessário já à evolução económica e social dos territórios. Há factos a desmentir estas previsões; apesar disso este caso é o mais simples dos que a África negra nos apresenta.

A questão é de facto muito mais intrincada quando os territórios são povoados por brancos e por negros, sobretudo se o branco ocupou espaços livres, desbravou as terras, estabeleceu as explorações agrícolas ou industriais, financiou os empreendimentos, organizou a administração, manteve a ordem e a paz. A descoberta, a conquista, o trabalho incorporado no solo, a sucessão das gerações são títulos de legitimidade, contra os quais a frase explosiva corrente — a África é dos africanos — pretende nada menos que refazer a história, sem dispor de força para dar

V. Portugal e a Campanha Anticolonialista

solução ao problema. Esses territórios encontram-se premidos entre o valor da qualidade que é a administração, a direcção do trabalho, a posse dos meios económicos, e o peso do número, por si só insuficiente para assegurar o progresso geral. Pretende-se democràticamente resolver o problema conferindo ao maior número a direcção total da comunidade. Devemos ter a coragem de afirmar que estes casos não têm solução possível — digo solução pacífica, equitativa, progressiva — dentro das ideias correntes; não têm solução nenhuma no quadro do racismo negro nem do racismo branco. O único caminho seria enveredar no sentido de sociedades plurirraciais em que as raças se misturassem ou convivessem, vindo a pertencer a direcção e o mando aos mais hábeis e melhores; mas este processo nem sempre é espontâneo e não pode em qualquer caso dispensar a tutela e guia da soberania tradicional.

Através das nuvens de poeira que a campanha anticolonialista levanta, não se atenta nem compreende o drama das sociedades deste tipo, como, entre outras, a Argélia, as Rodésias, a África do Sul. Quando vejo cegos ataques desferidos contra as soberanias responsáveis e contra as providências naturalmente hesitantes ou até contraditórias dos seus governos, em vez de mostras de compreensão e de pacientemente se ajudarem a vencer as dificuldades, pendo a crer que a razão e a justiça são sacrificadas a ideologias sem base e a paixões instintivas ou que há outros interesses em jogo que não são pròpriamente nem os interesses dos pretos nem os interesses dos brancos que com eles convivem.

Todos os territórios africanos de uma ou de outra composição demográfica, talvez com excepção da África do Sul, se consideram correntemente subdesenvolvidos. Acerca das possibilidades de progresso económico e social andam no ar muitas ilusões e há esperanças que talvez jamais se convertam em realidades, dadas as características do continente africano. Mas de qualquer modo mesmo nos territórios mais avançados por obra e graça do branco, há longos caminhos a percorrer quanto à saúde, à educação, à produção de riquezas, ao emprego, ao nível de vida das populações. Esse trabalho ciclópico e ingrato exigirá largos espaços de tempo, e, além de tempo, capitais, técnica, direcção administrativa. Quem os fornece?

Os territórios de que me ocupo não criam capitais suficientes para a sua crescente valorização, não dispõem de técnicos bastantes nem da direcção necessária. Os problemas raciais que estão sendo avivados e suscitados mesmo onde não existem, importam a inutilização dos valores de organização e financiamento que o branco representa. Então formulam-se sugestões, umas ousadas e inviáveis, outras ingénuas e ineficazes, para que o vazio criado seja de qualquer forma preenchido, em homens e em dinheiro.

A necessidade de realizar essa tarefa é evidente; mas mais premente será antes a de planear, em harmonia com as necessidades da população e as directrizes e exigências da economia mundial, o conjunto do trabalho nos territórios. E veremos

então surgir algures a sede desses cérebros, a central desses técnicos, a banca dessa finança, estranhas aos territórios, mas encarregadas de ocupar-se deles, com o que teremos inventado uma nova forma de colonialismo — o colonialismo internacional. Temos exemplos à vista.

Quanto aos capitais necessários, o problema é redutível a saber se se caminha no sentido do subsídio dadivoso ou no do capitalismo. As pessoas que têm alguma experiência de governo sabem que mesmo nas nações de mais antiga estrutura, as marcas de solidariedade da população podem revelar-se com exuberância, mesmo com entusiasmo, mas sempre acidentalmente; não é essa a forma normal de nos ajudarmos uns aos outros. A intervenção da autoridade é que indica as rotas, define as necessidades e distribui os sacrifícios. Mas na sociedade internacional não só estamos muito mais longe dos sentimentos de coesão fraterna, como não existe a organização que disponha de autoridade para impor a todos a sua contribuição.

Eu quero significar que o subsídio gratuito, mesmo de carácter e fim político, será sempre insuficiente, e que só o investimento de feição capitalista, mais ou menos interessado, permitirá resolver as dificuldades. Mas quer este investimento seja privado quer seja público ou estadual, da parte de quem o fornece ou de quem o utiliza, ele exigirá, além da ordem e do trabalho das populações locais, as garantias mínimas que só uma soberania responsável pode assegurar. E toda a dificuldade estará aqui: a necessidade de uma soberania responsável, exercida por um Estado devidamente organizado; ora é duvidoso que possam consegui-lo, no meio de tribos desavindas, os regimes importados da Europa e da América.

Que para fugir à possível influência política exercida por via financeira, se queiram adoptar métodos de financiamento confiados às Nações Unidas ou a outros organismos apolíticos, se os há neste mundo, é indiferente, porque na situação actual não se poderão obter capitais sem a segurança de que serão aplicados reprodutivamente e não se sumirão na voragem das populações em desordem e das actividades anarquizadas. Não se conhecem fontes de rendimento públicas ou privadas capazes de aquentar tais esbanjamentos.

Concluiremos que essa onda de odiento racismo que se levanta contra o branco em África, e será também lá contra o amarelo amanhã, não é moral mas sobretudo não é inteligente; e que o abandono, se precipitado, de muitos territórios por parte das potências europeias se me afigura um crime mais contra o negro que se pretendia elevar do que contra o branco, mesmo que ameaçado de expulsão e despojado de todos os seus haveres.

•

Não haverá então outra alternativa? Sim, e começam a despontar exemplos. Uma economia de Estado pode arrancar para a produção e o comércio externo, apropriando-se gratuitamente de todos os meios ao serviço da economia privada. Esta não se desenvolverá mais nos termos anteriores, mas o rompimento da estrutura económica e social existente, a negação violenta do direito de propriedade e a

V. Portugal e a Campanha Anticolonialista

formação duma economia socialista são suficientes para definir a política do Estado e atrair-lhe os apoios necessários ao desenvolvimento ulterior. Para compensar a falta de capitais ou a baixa produtividade do trabalho será condição essencial a mobilização da mão-de-obra existente e porventura outras servidões. Mas a independência continuará a ser a liberdade do território, e é compatível com a escravidão dos indivíduos. — Há quem não acredite no comunismo em África. Pois ele entrará por muitos meios e um dos meios é este.

•

A campanha anticolonialista desconhece estes factos, e as dificuldades e as consequências da política prosseguida? Permito-me exprimir a tal respeito a maior dúvida. Na campanha concorrem duas forças não forçosamente solidárias, salvo quanto ao objectivo final. O comunismo, na sua luta contra o Ocidente, previu, estudou, montou toda a máquina com que espera diminuí-lo ou vencê-lo, desintegrando a África e subtraindo-a à sua direcção e influência. Não lhe importam quaisquer outras consequências, exactamente porque sobre o caos construirá melhor.

Por outro lado, aqui e além, pequenas mas activas minorias, agitando as massas, parecem esforçar-se por dar uma pátria a povos que a não tinham; mas os novos nacionalismos, ao abandonarem as antigas dependências, correm de mãos dadas atrás de uma esperança vã — a de que, sendo da mesma cor, podem sustentar-se mútuamente ou entender-se melhor. Que ilusão! Os interesses não têm a mesma cor dos homens. A solidariedade que se revela na actual frente de ataque não é uma solidariedade de fundo; ela empenha-se na destruição das actuais estruturas mas é incapaz de construir outras novas. A unidade de África é afirmação gratuita que a geografia e a sociologia desmentem. E, ao contrário do que aconteceu na América, a Europa não se deu o tempo de definir mais racionalmente fronteiras, pacificar em definitivo raças e tribos, formar nações que fossem verdadeiros substractos de Estados. Quem serão então os futuros organizadores? Façamos uma pergunta mais directa: quem serão os futuros colonizadores? Esta a incógnita que pesa sobre grande parte de África.

II.

Para nós, nação compósita — euro-africana e euro-asiática — as considerações acima não têm apenas interesse especulativo; é possível derivarem do movimento actual consequências graves e talvez se nos levantem problemas de soberania e vizinhança. Debrucemo-nos por isso sobre nós próprios, para averiguarmos sob que ângulo os temos de enfrentar.

Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. Às populações que

não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão — a lingua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz; os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticular a sua forma peculiar de vida. A ideia da superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas.

Em todos esses territórios a mistura das populações auxiliaria o processo de formação de uma sociedade plurirracial; mas o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso na vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. Se através destes meios, de acção forçosamente lenta, conseguia formar-se uma comunidade com certo grau de coesão, pode dizer-se que a tarefa estava vingada: a independência e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional.

Mais de 300 anos trabalhámos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o mundo, caldeia-a na variedade dos seus elementos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade plurirracial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no Continente americano. Pacífico, estável, dinâmicamente progressivo, o Brasil, mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria.

A sociedade plurirracial é portanto possível e tanto de cepa luso-americana como de base luso-asiática, segundo se vê em Goa, ou luso-africana, em Angola e Moçambique. Nada há, nada tem havido que nos leve a conclusão contrária. Simplesmente essa sociedade exclui toda a manifestação de racismo — branco, preto ou amarelo e demanda uma longa evolução e trabalho de séculos, dentro dos princípios que estão na base do povoamento português. Mal avisados andaríamos agora a inovar práticas, sentimentos, conceitos diversos dos que foram o segredo da obra realizada e são ainda a melhor salvaguarda do futuro.

Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais que ter chegado ontem. Levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados «ventos da história» os destinos humanos. Podemos admitir que a muitos custe compreender uma atitude tão estranha e diversa da usual; mas não podemos sacrificar a essa dificuldade de compreensão populações portuguesas cujos interesses na comunidade nacional consideramos sagrados.

Portugal e a Campanha Anticolonialista

É possível encontrar muitas deficiências no nosso trabalho, e somos os primeiros a lamentar que a limitação dos recursos não nos tenha permitido ir mais além. Especialmente nas comunicações, na divulgação da instrução, na organização sanitária temos diante de nós largos caminhos a percorrer. Mas, mesmo nesses como em muitos outros domínios, quando nos comparamos, não temos de que envergonhar-nos. As nossas cidades e vilas, os nossos caminhos de ferro, os portos, os aproveitamentos hidroeléctricos, a preparação e distribuição de terras irrigadas por brancos e pretos, a exploração das riquezas do subsolo, as instalações dos serviços têm seu mérito. Mas o ambiente de segurança, de paz e de fraternal convívio entre os muito diversos elementos da população — caso único na África de hoje — é a maior obra, porque a outra quem quer a podia fazer com dinheiro, e esta não.

O trato familiar de sucessivas gerações foi forjando e consolidando a unidade entrevista no começo. Esta unidade não é por isso uma ficção política ou jurídica mas uma realidade social e histórica traduzida nas Constituições, e levanta obstáculos muito sérios aos que pensam dedicar-se agora à tarefa de emancipar a África portuguesa. Vêm tarde: já está. É que essa unidade não comporta alienações, cedências ou abandonos; as figuras jurídicas do plebiscito, do referendum da autodeterminação tão-pouco se quadram na sua estrutura.

Aos inclinados a supor que teorizamos, opomos as espontâneas e vibrantes reacções da consciência nacional, ao pressentir o mais leve perigo. Aqui e no Ultramar, em território nacional ou estrangeiro, o Português de qualquer cor ou raça sente essa unidade tão vivamente que toma as discussões como ameaças e as ameaças como golpes que lhe retalham a carne. De modo que não há mais a fazer do que proclamá-la a todos os ventos e, na medida do possível, vigiá-la em todas as fronteiras.

Aliás a ligeireza com que temos visto falarem uns, calarem-se outros sobre problemas desta transcendência — o destino de milhões de seres humanos — faz-me crer que não foi ainda devidamente apreciada a gravidade das implicações possíveis de tão grandes desvarios. No domínio do direito internacional, das realidades práticas, das relações convencionais e dos interesses em jogo há ainda, pelo que nos toca, muita matéria a esclarecer no debate.

•

Os aspectos que venho referindo acerca da unidade da Nação na pluralidade dos seus territórios importam a unidade da direcção política, com a colaboração de todos, mas não têm nada a ver com certos problemas que apenas respeitam à organização administrativa e a maior ou menor descentralização e autonomia, problema acerca do qual vejo muitas pessoas manifestarem-se altamente interessadas. Não se trata para mim de problema de princípio mas sobretudo de possibilidades.

Nas últimas décadas a economia do Ultramar, designadamente em Goa e nas provínciais de Angola e Moçambique, tem tomado grande desenvolvimento, e a par do progresso económico e dos progressos da instrução vai surgindo um escol cada vez mais numeroso de pessoas aptas para a administração dos territórios. É, aliás,

fenómeno natural a tendência para o alargamento de funções em correlação com necessidades acrescidas e os meios de que se dispõe. Por outro lado, a vastidão dos territórios e até as distâncias que os separam, ao mesmo tempo que as particularidades de alguns dos seus problemas hão-de ir impondo que mais vastos sectores da Administração sejam confiados aos órgãos locais, com o que pode ganhar-se em tempo e até, teòricamente ao menos, na justeza de apreciação das circunstâncias de lugar; no entanto, nada pode dispensar a competência de um largo escol com que os serviços se enriqueçam. Um único ponto me pareceria contrariar o espírito de unidade: seria pensar numa espécie de exclusivo ou privilégio que negasse a um português o direito de trabalhar ou de servir em qualquer fracção do território, segundo as suas aptidões. Não temos goeses e moçambicanos em Lisboa? europeus e cabo-verdianos na Guiné? angolanos ou guinéus em Moçambique? moçambicanos em Timor? Pois assim penso deverá continuar a ser.

O Governo tem o espírito aberto a todas as modificações da estrutura administrativa, menos às que possam atingir a unidade da Nação e o interesse geral.

III.

Temos de dizer uma palavra acerca do quadro em que vem desenvolvendo-se a campanha contra Portugal e os seus territórios de além-mar. Esta foi por assim dizer oficializada nas Nações Unidas, mas dispõe fora delas dos seus orgãos de divulgação e de acção subversiva.

Afigura-se-me que as Nações Unidas se encontram num passo crucial da sua vida, não porque tenham avançado no sentido da universalidade -- foram criadas para albergar em seu seio todos os Estados independentes — mas porque se vão afastando do espírito que presidiu à sua criação, ao mesmo tempo que substituem os processos de trabalho. É visível a tendência para converterem-se em parlamento internacional, a que não faltam mesmo sessões tempestuosas, partidos ideológicos e rácicos, arranjos de corredores. Para que a solução por que alguns anseiam se completasse, seria no entanto necessário sobrepor-lhe um executivo responsável da confiança da Assembleia, o que oferece dificuldades, na medida em que os Estados Unidos se não disponham a custear a política aventurosa de alguns novos Estados ou a Rússia não esteja resolvida a trabalhar com um parlamento que não seja inteiramente seu, e esse não é ainda o caso. Mesmo sem governo e sem capacidade de impor normas obrigatórias para os Estados membros, esse parlamento pode criar - está já criando - através das suas tribunas e da ressonância que emprestam às afirmações produzidas, vagas de agitação, ambientes subversivos, estados de espírito que funcionam como meios de pressão sobre as nações estranhas aos grandes clas da Assembleia. E tendo sido instituídas para a paz, já ali se ouvem em demasia vozes que a não pressagiam.

Muitos Estados recém-vindos às Nações Unidas mostram-se convencidos de que só ali podem ter apoio e defesa. O resultado é que, junta a essa convicção a deficiência natural das suas representações diplomáticas, a via bilateral para a solução

dos problemas vai sendo abandonada e é fatal nas Comissões e na Assembleia a tendência para a internacionalização de todas as questões e conflitos, mesmo que em nada interessem ao resto do mundo.

A distância que vai do direito de voto à capacidade de decisão, ou de uma maioria votante à força efectiva das nações faz que soem um pouco a falso as grandes objurgatórias, mas não anula o seu perigo. Revela em todo o caso um desequilíbrio que ou desaparecerá ou de alguma forma terá de ser compensado.

Para mim, sem o dom da profecia, o carácter parlamentarista excessivamente intervencionista e internacionalizante das Nações Unidas marcará o próximo futuro, até uma crise grave que as porá à prova. Temos de tê-lo presente, visto que não nos dispomos a aceitar a intervenção abusiva de terceiros na nossa vida interna.

Todos os nossos territórios estão abertos à observação de quem quer e o Governo e os Serviços publicam dados suficientes para se saber em cada momento como marcha a administração. A posição que havemos tomado, e manteremos, não vem pois de pretendermos ocultar seja o que for mas de que nos é impossível aceitar para as nossas províncias ultramarinas, que fazem parte da Nação, situação equivalente à de territórios tutelados pela O. N. U. e destinados a subsequente secessão, bem como prestar contas ali de como os Portugueses entendem governar-se na sua própria casa. É ilegítimo da parte das Nações Unidas resolver discriminatóriamente contra Portugal; a Assembleia Geral não tem competência para declarar não autónomos territórios de qualquer potência. Esta é a interpretação juridicamente correcta e que sempre foi dada aos princípios da Carta. Nesses termos fomos admitidos e, se outro fosse o entendimento dos textos, é certo que não nos teríamos apresentado a fazer parte da Organização.

•

Qualquer pessoa de boa fé pode verificar existirem paz e inteira tranquilidade nos nossos territórios ultramarinos, sem emprego da força e apenas pelo hábito da convivência pacífica. Mas fora delas, no Congo, na Guiné, no Ghana e nalguns outros, não falando já dos países comunistas ou sob a sua direcção, sabemos que se organizam comités, ligas, partidos contra a unidade portuguesa, ao mesmo tempo que emissões radiofónicas de vários lados e servindo-lhes de apoio, tentam perturbar o viver da nossa gente. Estes agitadores dispõem, ao que parece, de fundos importantes e de protecções especiais, e com uns e outras se publicam ainda manifestos e pequenos jornais para exploração da credulidade pública. A gente é pouca mas desdobra-se, para parecer muita, mudando de nome; em todo o caso apresenta-se mesmo em capitais qualificadas e consegue meter pé em imprensa de categoria mundial e considerada responsável. Este ponto é digno de atenção, tanto mais quanto a essa grande imprensa lhe era fácil mandar informar-se localmente da verdade dos factos.

As coisas mudaram muito e mudaram muito em pouco tempo. Havia dantes certo número de regras que pautayam a conduta dos Estados e de certo modo con-

dicionavam a sua admissão na Comunidade internacional. Era admissível asilar políticos em desgraça, mas não se admitia organizar bandos de guerrilheiros, para intervir em território alheio, alimentar programas de difamação, financiar a sublevação de populações pacíficas, fornecer armamento, preparar cientificamente revolucionários. Pois tudo se faz hoje e se apregoa com a altiva segurança de estar servindo grandes causas, ao mesmo tempo que se tem como norma sagrada a boa vizinhança e a não intervenção nos negócios internos dos Estados. Está a abusar-se da hipocrisia e do cinismo; com eles desaparece na sociedade internacional o mínimo de confiança e de respeito mútuo, indispensável à vida. Mas é esta vida que vamos viver alguns anos.

Como vamos proceder?

A unidade nacional alicerçada na amiga fidelidade e convivência dos povos espalhados pelas várias províncias de Portugal, é a base indispensável — a única verdadeiramente eficiente — da nossa defesa. A consciência dessa unidade há-de ser o mais forte escudo contra a acção das propagandas externas, mas não constitui só por si toda a defesa. Esta temos de organizá-la — temos vindo a organizá-la — nos planos correspondentes à multiplicidade de métodos usados contra nós.

Entretanto temos de continuar a nossa vida, executar os nossos programas, promover os nossos empreendimentos, tão firmemente, tão serenamente como se não fosse já escândalo para o mundo a pretensão de continuarmos a defender o que muitos vêem ameaçado e alguns julgam mesmo perdido, na esteira de acontecimentos recentes que, aliás, se processaram em linhas muito diversas. Não vejo que possa haver descanso para o nosso trabalho nem outra preocupação que a de segurar com uma das mãos a charrua e com outra a espada, como durante séculos usaram nossos maiores. Esta nova tarefa cujo peso nem sequer podemos avaliar é desafio lançado à geração presente e vai ser uma das maiores provas da nossa história. É preciso ter o espírito preparado para ela; exigirá de nós grandes sacrifícios, a mais absoluta dedicação e, se necessário, também o sangue das nossas veias, como já foi em Goa e noutras partes. Esta é a nossa sina, isto é, a missão da nossa vida, que não se há-de amaldiçoar mas bendizer pela sua elevação e nobreza.

Daqui a poucos anos — dois? três? quatro? — uma de duas coisas se observará em África: o progresso paralisado em muitas das suas extensões, com a total ruína das economias, a degradação das populações e o horror das lutas intestinas; ou então tentativas ou experiências de colonialismo internacional, irresponsável e só por isso inumano, diante do qual o preto, diplomado ou não, será apenas uma unidade estatística. Então muitos dos que no alvoroço do momento exigem a emancipação dos territórios portugueses, sem outra vantagem que desintegrá-los da mãe-pátria e com isso diminuir a resistência da Península, pensarão que prestámos grande serviço à humanidade com o nosso exemplo e às populações ultramarinas de todos os credos e cores com tê-las defendido e poupado a novas formas de escravidão.

V. Portugal e a Campanha Anticolonialista

IV.

Há já muito tempo que abandonei a controvérsia com a União Indiana a propósito de Goa. Pareceu-me que nos inferiorizava este como diálogo de surdos e nada se adiantava em repetir indefinidamente as mesmas recusas às mesmas pretensões.

O Primeiro-Ministro da União Indiana é, ao mesmo tempo que figura internacional de grande relevo, chefe de partido e de uma maioria parlamentar. Inventou a questão de Goa que não existia; multiplicou depois os meios com que obtivesse satisfação às suas ambições, e não foi feliz. Vê-se, porém, obrigado a cada momento na imprensa e nas Câmaras a dar explicações, a reiterar promessas, a alimentar o fogo sagrado.

A sua tese básica é que a geografia dita o direito político, cria, define e autentica a soberania. É evidente que o nosso Estado da Índia pertence geogràficamente ao Indostão, mas, se por esse facto devesse fazer parte da União Indiana, outros Estados ora independentes estariam condenados a ser absorvidos nela. Em certo momento a China perfilhou a doutrina, aplicando-a, ao que parece, a regiões indianas do Himalaia; mas Caxemira continua privada de se integrar, como é sua vontade, no Paquistão, com certo escândalo mundial. Isto significa que a doutrina do Primeiro-Ministro não é segura nem domina todos os casos, e que para cada interesse tem de formular uma tese que o proteja ou sirva de base às suas reivindicações. É evidente que a situação criada não acredita uma nação como a Índia nem os seus mais altos dirigentes.

Verificámos então que a União Indiana, para se refazer do prestígio abalado, tomou afincadamente na O. N. U. a chefia da oposição afro-asiática contra Portugal, na esperança de, multiplicando as dificuldades pelos vários territórios portugueses, sentir maiores facilidades para as suas pretensões quanto a Goa. E não só quanto a Goa mas quanto ao leste africano em que tem postos os olhos. E quer também entregar Macau à China e o Timor português à República da Indonésia que mais de uma vez tem afirmado não lhe pertencer. Foi no entanto para nós grande satisfação verificar que as dezenas de milhares de goeses do Quénia, mau grado os aliciamentos e pressões de agentes indianos e apesar da situação delicada em terra estranha, ainda há poucas semanas revelaram na inauguração do Forte de Jesus, em Mombaça, e da estátua de Vasco da Gama, em Melinde, com a presença do nosso Ministro da Presidência, como era vivo e profundo e sincero o seu portuguesismo.

Nós respeitamos como grande potência asiática a União Indiana e, ao pretendermos manter relações de boa vizinhança, não cumprimos senão o nosso dever. Não fazemos estendal nem das revoltas, nem das fomes, nem das epidemias, nem das vítimas de todas as insuficiências. Nós temos obrigação de crer que o governo faz os máximos esforços por não deixar morrer de fome o seu povo, por elevar-lhe o nível de vida, por diminuir as diferenças sociais. Mas não nos parece bem — e é sobretudo contra a justiça — que a União Indiana pretenda amesquinhar, confrontando-se em conjunto com o nosso Estado da Índia, a civilização luso-indiana que ali se respira. É sobretudo chocante que os governantes da União Indiana declarem

não reconhecer o direito histórico de Portugal, ou o considerem perempto pela sua mesma antiguidade; não respeitem a vontade expressa da população, para insistir em anexações ou integrações dos territórios alheios. É chocante sobretudo a dificuldade que tem confessado sentir em compreender bem o alcance do acórdão do Tribunal Internacional de Justiça sobre o trânsito para Dadrá e Nagar Aveli, acórdão que, havendo sido dado a nosso favor, temos agora de saber como se executará. Porque por ora estamos convencidos de que a Comunidade internacional precisa de desenvolver-se em termos de direito e não em termos de força, é nossa obrigação fazer tudo para que assim seja.

Goa é uma pequena jóia que não interessa à União Indiana pela sua extensão, e só nos interessa a nós pelo mandato da História e a todo o Ocidente pelo que representa de uma ideia de confraternização ou de convivência mundial que ali implantámos, que dali irradiou e muito depois de nós outros pensam ter inventado desejar impor. Eis porque, se foi infeliz criar a questão, muito mais infeliz seria criar um conflito, visto que não podemos negociar nem podemos transigir.

•

Penso ter exposto os dados essenciais dos problemas suscitados pela campanha anticolonialista e demonstrado que deles se não podem tirar, quanto a nós, conclusões diversas daquelas a que o Governo chegou. Em pequenas coisas de pormenor é muito possível não estarmos todos de acordo, mas, exactamente porque são de pormenor e suposta pequena importância, não vale a pena fazermos com elas controvérsia e muito menos campos de batalha. O que mais nos importa é mostrar em actos a unidade que é real no fundo das consciências, porque não vejo de fora senão olhos postos em dissidências ou desuniões possíveis; estas facilitariam jogos de interesses que penso não serem os da Comunidade portuguesa.

Longe de nós, porque alheio à consciência nacional, haverá quem pense deverem aplicar-se aos nossos territórios as fórmulas e processos que vimos redondamente fracassar noutras partes; e outros, talvez sem tão más intenções, revelam alguma ansiedade por aproveitar este caso nacional — o grande problema da pátria portuguesa no nosso tempo — para ver se lhes é possível enxertar aí agitações ou mudanças políticas do seu agrado. Noto a grande desproporção entre os fins e os meios. Seja porém qual for a evolução dos problemas internos a Nação é uma herança sagrada e a sua integridade não poderá ser sacrificada a ódios, compromissos, ambições insatisfeitas. E para quê, meu Deus? É tão fácil ser governo e é tão dificil qovernar!

VI. NOTA OFICIOSA SOBRE O CASO DO PAQUETE «SANTA MARIA» "

- 1. A Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro comunicou ontem, de tarde, que às 10.30 horas (hora local) o paquete «Santa Maria» fora entregue pelas autoridades brasileiras ao Governo português, representado para esse efeito pelo Adido naval à nossa Embaixada no Rio de Janeiro. Seguidamente o Adido naval procedeu à entrega do paquete ao seu comandante, sr. Simões Maia. Terminado nestes termos o caso do paquete «Santa Maria», importa lembrar perante o País os factos e fazer algumas reflexões.
- 2. O Governo informou oportunamente a Nação do acto ocorrido no «Santa Maria» a 22 de Janeiro último. Disfarcados como passageiros, com passaportes falsos e havendo transportado clandestinamente o armamento que depois utilizaram, algumas dezenas de indivíduos embarcaram nos portos de Curaçau e La Guaira, com o fim de se apoderarem do navio. Com efeito, pelas 1.30 horas da manha daquele dia 22, assaltaram os centros vitais do navio, fazendo uso de revólveres e metralhadoras ligeiras. O comandante foi destituído do comando e subjugado; o terceiro-piloto, que se encontrava na ponte como oficial de quarto, foi assassinado; outros oficiais foram gravemente agredidos e feridos. O paquete foi seguidamente desviado da sua rota e durante vários dias cruzou os mares da América Central, dirigindo-se para o Atlântico. Apurou-se, por outro lado, que dos assaltantes apenas um pequeno número é de nacionais portugueses, sendo os restantes estrangeiros. de várias nacionalidades. Nem entre os passageiros nem entre a tripulação encontrou aquele grupo internacional qualquer apoio. E a tripulação, designadamente da ponte e da casa das máquinas, foi obrigada a manobrar o paquete sob a coacção exercida pela força das armas.
- 3. Logo em face das primeiras informações, tomou o Governo as providências que a gravidade dos acontecimentos impunha. Havia em primeiro lugar que procurar garantir a salvaguarda dos passageiros e tripulantes e assegurar a restituição do «Santa Maria» aos seus proprietários legítimos. Neste sentido exprimiu o Governo português as suas preocupações a alguns Governos amigos, em especial à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América, que dispunham de forças aeronavais na área em que o navio se movia, e solicitou-lhes toda a possível cooperação para

Mota oficiosa da Presidência do Conselho, publicada nos jornais de 5 de Fevereiro de 1961.

aquele efeito. Ao mesmo tempo, tomou o Governo português e pôs em execução as medidas operacionais apropriadas à intercepção do «Santa Maria», com forças aeronavais portuguesas, e à captura dos assaltantes internacionais, na eventualidade de estes abandonarem as águas do continente americano e se internarem no Atlântico, com rumo leste. Cabe aqui registar a exemplar prontidão e o espírito com que se prepararam os meios e os elementos das forças militares que tomaram as posições indicadas.

- 4. Tendo em atenção a existência a bordo de cerca de 600 passageiros e de 370 tripulantes, razões humanitárias impunham um procedimento prudente e de máximo sangue-frio, em face das repetidas ameaças dos agressores de que afundariam o navio se contra este fosse usada a força. Teve a Nação conhecimento de como, dentro daquele condicionalismo, foi possível ir levando o «Santa Maria» até ao porto de um país amigo. No Recife foram desembarcados em condições de segurança os passageiros e os tripulantes. Dos transtornos e sofrimentos que lhes foram impostos durante os dias passados no mar e dos riscos e humilhações de que foram vítimas por parte dos assaltantes internacionais já a Imprensa e outros meios de informação forneceram relatos pormenorizados.
- 5. Durante todo este episódio entendeu o Governo que, sem esquecer a salvaguarda de vidas e bens, não era lícito menosprezar o problema geral, que interessa a todos os países marítimos, da segurança da navegação mercante no alto mar contra actos de pirataria. E para isso se chamou repetidamente a atenção das potências. Não foi o Governo movido, no entanto, pelas considerações de ordem política que alguns invocaram e quiseram ver por detrás dos acontecimentos; e esses aspectos julgou-os o Governo sempre como secundários, excepto na medida em que se verificou o apoio e o conluio com as forças empenhadas em destruir o Ocidente. De harmonia com aqueles sentimentos, o Governo português não se empenha na entrega dos responsáveis pelos crimes de roubo assassínio, ofensas corporais, falsificação de passaportes, transporte clandestino de armamento, privação de liberdade de centenas de pessoas, e confia inteiramente ao critério e consciência da comunidade internacional, e em particular dos países que possam estar em condições de efectivar responsabilidades, a apreciação dos actos praticados de harmonia com as respectivas legislações.
- 6. O Governo não quer deixar neste momento de sublinhar a eficiente cooperação das forças aeronavais norte-americanas e exprimir o apreço da Nação portuguesa pela posição assumida pelo Governo dos Estados-Unidos. Sente-se igualmente grato pelo apoio e auxílios de outras nações amigas na cooperação marítima prestada, e feliz em manifestar de modo especial o seu reconhecimento pela atitude extremamente amigável e de perfeita correcção do Governo e das Autoridades brasileiras, cujo rigoroso respeito pelas leis e pelas convenções internacionais constituiu mais um exemplo das grandes tradições do país irmão.

VI. Nota Oficiosa...

- 7. Regista-se com o maior apreço e sincero agradecimento a atitude da Imprensa, da Radiodifusão e da Televisão. É de destacar particularmente o papel desempenhado pela Imprensa, que não só manteve o público amplamente informado, mas conseguiu exprimir com a maior fidelidade a viva reacção da consciência nacional durante a provação a que foi sujeita. A despeito de numerosas incompreensões, verificou-se que muitos dos principais órgãos de opinião em bastantes países marcaram com firmeza uma posição correcta quanto aos aspectos jurídicos e de segurança geral a considerar neste problema, tendo sido particularmente calorosa a atitude da Imprensa espanhola.
- 8. O Governo presta de novo homenagem àqueles que a bordo do «Santa Maria» se sacrificaram no cumprimento do dever e congratula-se com os armadores pelo exemplo magnífico de fidelidade da tripulação ao seu navio e à companhia armadora. E, lamentando o atentado cometido contra o prestígio e o interesse nacional, regozija-se com a demonstração da solidariedade firme e calorosa que recebeu não só das províncias ultramarinas como de todas as comunidades de portugueses espalhados pelo mundo.

VII. AO ASSUMIR A PASTA DA DEFESA NACIONAL ⁽¹⁾

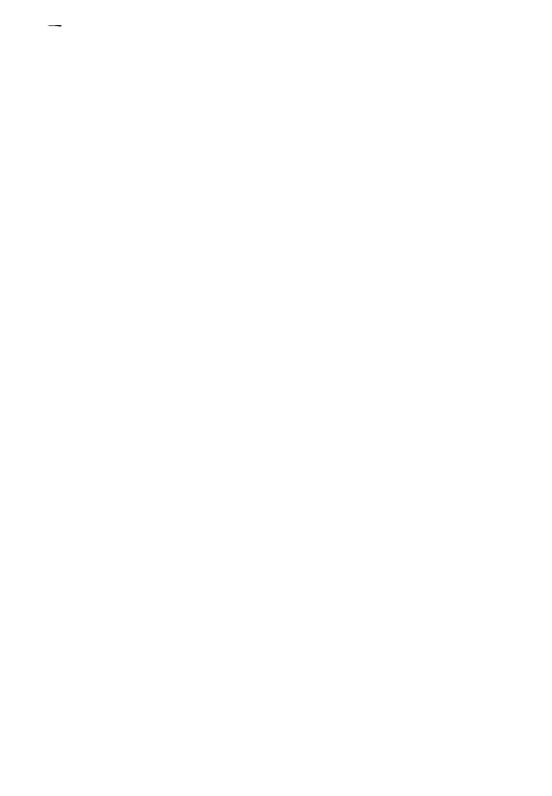
Se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará a seguir, a explicação pode concretizar-se numa palavra e essa é *Angola*.

Pareceu que a concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional bem como a alteração de alguns altos postos noutros sectores das forças armadas facilitaria e abreviaria as providências necessárias para a defesa eficaz da Provincia e a garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações.

Andar ràpidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão.

Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora, para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação.

Declarações proferidas, através da Rádio e da Televisão, em 13 de Abril de 1961.



VIII. O ULTRAMAR PORTUGUÊS E A ONU (1)

Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Senhores Deputados:

As palavras que vou dizer sobre a questão ultramarina escrevi-as com profunda mágoa e, julgo, com perfeito sentido da responsabilidade. Este me aconselhou a evitar todo o agravo e a não diminuir por qualquer forma os valores de que ainda se dispõe para salvaguarda do Ocidente. Fugi assim a criticar a política e atitudes de outros países para além do estritamente necessário ao esclarecimento dos problemas postos e à defesa dos nossos próprios direitos: pois, por definição, e para nós os direitos de Portugal sobrelevam aos demais.

I.

Depois da comunicação do Governo à Assembleia Nacional em 30 de Novembro sobre a nossa política ultramarina, tem sido excepcionalmente intensa a actividade das Nações Unidas no respeitante aos territórios portugueses de além-mar, e tanto na Assembleia Geral como no Conselho de Segurança e nalgumas comissões. O fim dessa actividade foi substituir a doutrina sempre seguida nas Nações Unidas quanto à competência exclusiva de cada Estado definir os seus territórios não autónomos e reconhecer ou não reconhecer a necessidade de prestar informações acerca deles ao abrigo do artigo 73.º da Carta. Vencida esta primeira etapa, ficaria aberto o caminho para se aplicarem aos mesmos territórios, fosse qual fosse a constituição política do Estado responsável, os preceitos que marcam a futura evolução daqueles, sob a égide da organização.

Assim em 15 de Dezembro de 1960 foi votada pela Assembleia Geral uma resolução que estabelece discriminatoriamente para Portugal a obrigação de prestar as ditas informações. A resolução foi aprovada por 68 votos contra 6 (Espanha, África do Sul, França, Bélgica, Portugal e Brasil) e 17 abstenções.

De 10 a 15 de Março deste ano o Conselho de Segurança é solicitado a tomar uma resolução sobre a situação de Angola; mas a moção considerou-se rejeitada por só ter obtido 5 votos (Rússia, RAU, Libéria, Ceilão, Estados Unidos) contra 6 abstenções (França, Grã-Bretanha, China Chile, Equador e Turquia).

Discurso proferido na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, em 30 de Junho de 1961.

Em 21 de Abril nova resolução da Assembleia Geral a chamar a atenção do Governo português para a urgência de introduzir reformas em Angola e a encarregar uma comissão de inquérito para examinar a situação naquela província. Deviam ser tomadas as medidas necessárias para transferir a totalidade dos poderes para as populações dos territórios a fim de as habilitar a fruir de completa independência. Houve 2 votos contra (Espanha e União da África do Sul), 9 abstenções (Austrália, Bélgica, Brasil, República Dominicana, El Salvador, França, Grã-Bretanha, Holanda e Tailândia) e 14 ausências.

Em 19 de Maio de 1961, uma resolução do Comité de Informações salienta que Portugal não forneceu às Nações Unidas quaisquer informações sobre os territórios que administra e não manifestava a intenção de as fornecer. Declara mais que Portugal tem obrigação de transmitir essas informações, obrigação a cumprir sem mais demoras. A resolução foi aprovada por 9 votos (Ceilão, Ghana, Índia, Iraque, Libéria, México, Argentina, República Dominicana e Estados Unidos) contra 2 (Espanha e França) e 4 abstenções (Grã-Bretanha, Holanda, Nova Zelândia e Austrália).

De 6 a 9 de Junho reuniu de novo o Conselho de Segurança para tornar a ocupar-se da situação de Angola, e a sua resolução foi desta vez aprovada por 9 votos (Rússia, RAU, Libéria, Ceilão, China, Chile, Equador, Turquia e Estados Unidos) contra 2 abstenções (França e Grã-Bretanha).

Desta resenha é de fixar o seguinte:

- grande número de países, quer nas suas declarações quer abstendo-se ou votando contra, quiseram manter-se fiéis à letra e ao espírito da Carta que não permite a intervenção do organismo nos negócios internos dos Estados membros;
- as maiorias foram obtidas sobretudo com os votos comunistas e dos países afro-asiáticos;
- é por outro lado a este grupo que se deve a iniciativa das convocações e das resoluções apresentadas para além ou por fora da Carta;
- é desde a reunião do Conselho de Segurança de Março de 1961 que os Estados Unidos se resolvem a apoiar ostensivamente o grupo afro-asiático, com o fim confessado de congregar votos fiéis em deliberações que interessem à América contra a Rússia.

Não critico nem acuso; não há mesmo novidade na afirmação que não desvenda qualquer segredo. Foram por essa altura feitas pelos representantes oficiais dos Estados Unidos declarações que pretenderam definir uma nova política da grande nação americana em relação à África, e nessas declarações se fizeram críticas expressas à nossa administração ultramarina, às ideias retrógradas que seriam as nossas em confronto com as dos novos tempos, e se falou precisamente de Angola como exemplo de uma obra de colonização atrasada, degradante para as populações, mesquinha para os territórios (não transcrevo, reproduzo o sentido geral).

Simplesmente, simplesmente estas acusações e estas atitudes de 13 a 15 de Março parece que foram recebidas por certos países africanos como de concor-

VIII. O Ultramar Português e a ONU

dância para apoiarem abertamente a acção terrorista que desabou sobre Angola. Bem se sabe que os Estados Unidos não aconselhariam nem preparariam directa ou indirectamente actos terroristas. Os elementos subversivos vinham sendo de longe instruídos, catequizados, enquadrados dentro e sobretudo fora da província, com o confessado auxílio dos países afro-asiáticos e de outros Estados, na linha de orientação traçada pelo comunismo internacional. Mas no estado actual de África e dada a situação geográfica e política de Angola, para passar à acção, impulsionando-a do exterior, tinha inegável vantagem que da parte de uma grande potência ocidental e anticomunista houvesse uma palavra e uma atitude. Houve-as e infelizes.

II.

Os Estados Unidos têm quanto à Rússia comunista e aos perigos da sua expansão uma política bem assente: apoiar com toda a força do seu poderio as potências do Ocidente europeu, com as quais colaboram sem regatear meios através do Tratado do Atlântico Norte. Este Tratado é considerado, aliás sem ultrapassar os limites de uma aliança defensiva, a base da política americana contra o expansionismo soviético. Em boa hora criada, a organização pôde impedir, apesar de deficiências conhecidas, o ataque frontal às nações europeias. Aliás talvez este não estivesse na linha de acção russa quanto ao desmoronamento do Ocidente e à expansão do regime comunista no Mundo.

Tem a Rússia, desde os tempos dos seus grandes doutrinadores, uma política igualmente bem definida quanto à África: a sua subversão como meio de contornar a resistência da Europa. O trabalho de subversão e desintegração africana tem sido sistemática e firmemente conduzido pela Rússia e nesta primeira fase, que é apenas expulsar a Europa de África e subtrair quanto possível os povos africanos à influência da civilização ocidental, estão à vista os resultados obtidos.

Ora, talvez por força do seu idealismo, talvez também por influência do seu passado histórico que aliás não pode ser invocado por analogia, os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia. Mas esta política que no fundo enfraquece as resistências da Europa e lhe retira os pontos de apoio humanos, estratégicos ou económicos para sua defesa e defesa da própria África, revela-se inconciliável com a que se pretende fazer através do Tratado do Atlântico Norte. Esta contradição essencial da política americana já tem sido notada por alguns estudiosos, mesmo nos Estados Unidos, e é grave, porque as contradições no pensamento são possíveis mas são impossíveis na acção.

Quando se hostiliza e enfraquece a França ou a Bélgica ou Portugal, por força da política africana, ao mesmo tempo que se atinge a confiança recíproca dos aliados na Europa, diminui-se-lhes também a capacidade. As tropas retiradas para a Argélia não combaterão no Oder ou no Reno; mesmo as modestas forças que nós fazemos seguir para o Ultramar deixarão um vazio, pequeno que seja, no sector ou nas acções que nos fossem destinados. E a América, presa de esquema-

tismos ideológicos, penso virá também a ser vítima — a última — desta contradição, se nela persistir.

•

A surpresa ante o ressentimento do povo português e a reacção que por toda a parte se verificou contra as atitudes e resoluções da ONU, levam-me a crer que os Estados Unidos, cuja política tem sido sempre connosco de inteira compreensão e amizade, se encontraram diante de uma realidade diversa da que tinham pressuposto. Houve manifestamente grave equívoco em considerar o Ultramar português como território de pura expressão colonial; equívoco em pensar que a nossa Constituição Política podia integrar territórios dispersos sem a existência de uma comunidade de sentimentos suficientemente expressiva da unidade da Nação; equívoco em convencer-se de que Angola, por exemplo, se manteria operosa e calma, sem polícia, sem tropa europeia e com a força de 5000 africanos, comandados e enquadrados por dois mil e poucos brancos, se a convivência pacífica na amizade e no trabalho não fosse a maior realidade do território. E, havendo boa fé, todo o equívoco havia de desfazer-se em face da atitude de homens brancos e de cor que, vitinas de um terrorismo indiscriminado, clamam que não abandonarão a sua terra e jue a sua terra é Portugal.

Alguns dos oradores da ONU, sem bem cuidarem dos termos da Carta, deram a entender não desejar outra coisa senão que as populações exprimam claramente a sua opção por Portugal, embora esta esteja feita desde recuados tempos, e constitucionalmente admitida e consolidada. Isso se chama a autodeterminação, princípio genial de caos político nas sociedades humanas. Pois nem assim quero fugir ao exame do problema, e em vez de embrenhar-me em divagações teóricas, restringir-me-ei ao exame prático do caso português.

III.

Em pleno oceano e já para sul da linha que define os limites do Pacto do Atlântico Norte, situam-se as dez ilhas de Cabo Verde. Vão de Lisboa a S. Vicente ou à Praia 2900 quilómetros e de Washington às ilhas Hawai 8 mil, de modo que na teoria que se propõe contestar pelas distâncias a validade de uma soberania nacional parece não estarmos mal colocados. A superfície do arquipélago é de 4 mil quilómetros quadrados e a população orça pelos 200 mil habitantes. O aspecto geral é de secura e aridez. As manchas de terra seriam fecundas se houvesse água, mas o arquipélago não tem água e a chuva é escassa e incerta, além de que a erosão é activa. A incerteza e limitações da vida impelem à emigração para as costas fronteiras de África, sobretudo para a Guiné. Deste facto de vizinhança e interpenetração de populações advém terem surgido, na pujante floração actual de movimentos de libertação, um movimento para a Guiné e outro para a Guiné e Cabo Verde em conjunto. Como aquelas terras foram achadas desertas e povo-

VIII. O Ultramar Português e a ONU

adas por nós e sob a nossa direcção, o fundo cultural é diferente e superior ao africano, e a instrução desenvolvida afirma essa superioridade, pelo que se explica a ambição de alguns e a desconfiança dos restantes instalados na terra firme. Deste modo a independência de Cabo Verde teria de restringir-se ao arquipélago, e não é viável.

Mesmo não considerados os anos de seca e de crise, Cabo Verde está sendo alimentado pela Metrópole quanto a investimentos e subsidiado pelo Tesouro para cobertura das despesas ordinárias. Daqui vem que os cabo-verdianos que vemos nos mais altos cargos da diplomacia, do governo ou da administração pública por toda a parte onde é Portugal, nunca pensaram em avançar no sentido de uma utópica independência mas no da integração, ao advogarem a passagem para o regime administrativo dos Açores e da Madeira. Assim o movimento é puramente fantasioso.

Dos valores de Cabo Verde um porém se destaca e de importância para a defesa do Atlântico Sul — é a sua posição estratégica, e esse valor pode ser negociado, evidentemente dentro de um quadro político e ético que não é o nosso. A tal independência que por outros motivos qualifiquei de inviável teria logo à nascença de ser hipotecada ou vendida, negando-se a si mesma, para obter o pão de cada dia. Mas para a transacção, desde que o Brasil não esteja interessado no negócio, só existe um pretendente possível.

•

Deixo de lado as pequenas ilhas de S. Tomé e Príncipe de que conheço as dificuldades económicas e deficiências financeiras, mas em relação às quais me parece não se terem instalado ainda em território estrangeiro os empreiteiros da sua hipotética libertação. E passamos à Guiné — à volta de um terço em superfície do território continental, com 600 mil habitantes. O clima faz que seja o autóctone a cultivar a terra e o europeu ou o levantino, do Líbano sobretudo, que movimenta o comércio. A administração tem sido prudente e modesta como o impõem as condições, mas nalguns sectores, como no da saúde e assistência, tão rasgada e competente que a Organização Mundial da Saúde classificou a campanha contra a lepra como a melhor de toda a África. Sejam quais forem as aspirações das populações nativas a melhor nível de vida, uma coisa é certa: o seu amor à terra em propriedade individual observa com o maior receio as inovações que sob inspiração chinesa se preparam para além das fronteiras; e o trabalho livre a que se habituaram parece-lhes ameaçado pelas fórmulas introduzidas em países vizinhos. De modo que os perigos que ameacam a Guiné portuguesa não são pròpriamente os despertados pelo movimento de libertação do território.

Os seus representantes mesmo que portadores de algum mandato ou ambição legítima trabalham por conta alheia, pois nada poderiam contra forças de que poderá ajuizar-se, observando no mapa os Estados vizinhos e lendo na imprensa e ouvindo na rádio o eco das suas ambições. Enganam-se os que pensam para um

futuro próximo em quaisquer soluções federativas ou outras para remediar os desconcertos da África actual: alguns dos novos chefes daqueles Estados não surgiram para se entenderem; a sua tendência será para se alargarem uns à custa dos outros, e todos sob o enganoso signo da libertação dos povos africanos.

•

O Estado da Índia, pequenino que é com os seus 650 mil habitantes e 4 mil quilómetros quadrados para preencher os quais são precisos quatro ou cinco territórios dispersos, não há dúvida de que constitui uma individualidade distinta na Peninsula do Industão. Ai se operou uma fusão de raças e culturas e, sobretudo, se criou um género de vida tal que por toda a parte o goês, como o comproyam as notações estatisticas internacionais, se distingue e não pode ser confundido com o indiano. Este continuará a arrastar consigo a divisão e irredutibilidade das castas, a confusão das linguas, o lastro da sua cultura oriental; enquanto o goês recebeu do Ocidente uma luz nova que, em harmoniosa síntese com os valores de origem, iluminou toda a vida individual e colectiva e caldeou, através cinco séculos le permanência e vida comum, a sua ancestralidade de sangue, com novo sangue, costumes e tradições. Compreende-se Goa a fazer parte da Nação portuguesa. porque nas crises o Estado português a apoia, a quia e financeiramente a sustenta; mas não podia o Estado da Índia assegurar por si a sua própria independência, apesar da típica individualidade que depois de tantas tergiversações acabaram todos em reconhecer-lhe. Assim os representantes mais categorizados do «movimento da libertação de Goa» foram levados pela força de circunstâncias evidentes a confessar que só exigem a independência dos territórios para integração destes na União Indiana.

•

O que chamamos provincia de Macau é quase só a cidade do Santo Nome de Deus, lugar de repouso e refúgio do Extremo-Oriente, incrustado na China continental. A provincia tem atravessado períodos de prosperidade e decadência, esta agora devida ao bloqueio americano da China que tirou a Macau a parte mais importante do seu comércio. E, como não pode estender-se, sofre das suas limitações naturais. A existência de Macau como terra sujeita à soberania portuguesa funda-se em velhos tratados entre os Reis de Portugal e os Imperadores da China, de modo que, se estes textos jurídicos mantêm, como deve ser, o seu valor, através das mutações dos regimes políticos, está assegurada a individualidade daquele território e a sua integração em Portugal. Mas se saíssemos do terreno da legalidade para fazer apelo a outros factores, certo é que Macau, fosse qual fosse o valor da nossa resistência, acabaria por ser absorvida na China de que depende inteiramente na sua vida diária. E o mundo ocidental ficaria culturalmente mais pobre.

VIII. O Ultramar Português e a ONU

Nas Índias Orientais há uma pequena ilha que se chama Timor, metade da qual partilhámos com a Holanda e desde 1945 com a República da Indonésia. Perdida entre as mil ilhas deste Estado, Timor não tem condições de vida independente. À parte o que tem sido necessário gastar ali para desenvolver o território e elevar o nível social das populações, por meio de dispêndios extraordinários em planos de fomento, a vida ordinária não se basta e o Tesouro vê-se obrigado a cobrir parte importante das despesas correntes. Apesar de tudo a população, quando liberta de pressões ou influências estranhas, leva tranquilamente a sua vida e nas crises mais graves a dedicação dos povos para com a Nação portuguesa toca as raias do heroísmo.

Quando as forças japonesas na última guerra devastaram sem justificação nem utilidade o Timor português e a autoridade que representava a soberania no território ficou privada de meios para exercício efectivo do poder, foram quase só os timorenses a marcar ali por muitos modos a presença de Portugal. É curioso notar que se deve precisamente aos Estados Unidos a reentrega de Timor: por força de compromissos tomados connosco, sem dúvida, mas contra interesses que então seriam porventura de considerar, se se não tratasse de Portugal.

Não se pode saber o que daria neste caso sob pressões estranhas a autodeterminação. Aquele pequeno grupo de cuja autenticidade duvidamos e que finge em Jacarta trabalhar pela libertação de Timor não pode pretendê-la senão para a trespassar à República da Indonésia que não teria então os escrúpulos de agora em aceitá-la. Port Darwin fica porém a uma hora de avião de Díli e alguém haveria de perturbar-se, ao menos tanto como nós, com o acontecimento.

Quer dizer: em todos os casos considerados e dadas as actuais circunstâncias, sempre que as Nações Unidas advogam a autodeterminação como acesso possível a soluções diversas, só podem de facto chegar à independência dos territórios, e, quando conseguissem a independência destes, ser-lhes-ia vedado querer coisa diferente da sua integração noutros Estados, isto é, a transferência da soberania para alguns deles. Ora, sendo esta a questão, devo dizer, sem arriscar confrontos desagradáveis, que em qualquer das hipóteses não podemos ser considerados nem menos dignos, nem menos aptos para o Governo, nem menos predispostos que outros para a influência civilizadora sobre os povos de raças diferentes que constituem as províncias de além-mar. Tentar despojar-nos dessa soberania seria pois um acto injusto e, além de injusto, desprovido de inteligência prática. E explico porquê.

Nós somos uma velha Nação que vive agarrada às suas tradições, e por isso se dispõe a custear com pesados sacrificios a herança que do passado lhe ficou. Mas acha isso natural. Acha que lhe cabe o dever de civilizar outros povos e para civilizar pagar com o suor do rosto o trabalho da colonização. Se fosse possível meter

alguma ordem na actual confusão da oratória política internacional, talvez se pudesse, à luz destes exemplos, distinguir melhor a colonização do colonialismo — a missão humana e a empresa de desenvolvimento económico que, se dá, dá, e se não dá, se larga. Muitos terão dificuldade em compreender isto, porque, referidas as coisas a operações de deve e haver, motivos havia para delinear noutras bases a política nacional.

IV.

Há porém as outras grandes provincias de África, dotadas, pela sua extensão, população e riquezas, de muito maiores possibilidades. Estas possibilidades não significam que estejam isentas de graves crises, que não seja o Estado a facultar-lhes os meios para o fomento ou que não tenha o Tesouro de acudir-lhes por vezes com fundos e empréstimos gratuitos para as equilibrar financeiramente. Mas porque a sua grandeza as torna especialmente cobiçadas, ocupamo-nos delas à parte e temos de fazer referência aos vários aspectos que mais possam interessar-nos hoje.

As diatribes lançadas de altas tribunas por pessoas responsáveis contra a obra colonizadora portuguesa, à parte o que se deve a atitudes emocionais e interesses inconfessados, assentam seguramente no desconhecimento do que sejam Angola e Moçambique. Algumas responsabilidades nos caberão no facto, a nós que, absorvidos no nosso trabalho, as não apresentamos devidamente ao mundo. A ignorância parece generalizada, tantos são os que falam como se elas se encontrassem ainda em quatrocentos, abandonadas à incapacidade de seus naturais.

Em contrapartida, as pessoas que as visitam sem preconceitos admiram-se da floração e beleza das cidades e das vilas, do progresso das explorações agrícolas, das realizações industriais, do ritmo da construção, dos característicos aspectos da vida social.

Não vou ocupar-me do estado económico e social das duas Províncias; mas estou a olhar para umas estatísticas oficiais estrangeiras, algumas da ONU, e respigo ao acaso algumas indicações. Ponho de lado a África do Sul onde nascem ouro e diamantes e onde a massa branca numerosa pôde dar aos territórios um desenvolvimento sem comparação no Continente. Mas vejo, por exemplo, o número de edifícios construídos nalguns territórios de África: Angola encontra-se largamente à cabeça da antiga África Ocidental Francesa, do Quénia, do Tanganica, de Uganda. O número de metros quadrados de área coberta construída pormil habitantes foi em Angola em 1959 de 76,8 contra 6,3 ou 51,3 ou 14,2 ou 17,8 nas outras regiões citadas.

Em quilómetros de via férrea por mil quilómetros quadrados de superfície, Moçambique é igual ao Ghana e só é suplantado pela Serra Leoa, o Togo, o Daomé, todos de diminuta superfície; Angola iguala o antigo Congo Belga e tem abaixo de si os Camarões, as antigas África Equatorial e África Ocidental Francesas e Madagáscar. Quanto a veículos (locomotivas, carruagens e vagões) Moçambique só é excedido pela Federação das Rodésias, pelo Ghana, pela África Oriental Britânica;

VIII. O Ultramar Português e a ONU

Angola está em bom lugar quando por seu turno a compararmos com os outros territórios ao sul do Saará.

Relativamente a potência instalada e a energia produzida, por habitante, embora com representação honrosa, pois que em 57 superámos a Federação da Nigéria, estamos largamente ultrapassados pela Federação das Rodésias, pelo Congo ex-Belga e pelos Camarões ex-franceses; mas é de notar que tanto em Angola como em Moçambique as cifras duplicaram, pelo menos, de 1957 para cá e depois da conclusão de Cambambe os nossos números serão muito mais favoráveis ainda.

Nas costas ocidental e oriental de África, em qualidade de instalações fixas e apetrechamento, os grandes portos de Angola — Luanda e Lobito — e de Moçambique — Lourenço Marques e Beira — ombreiam com os melhores daquele Continente. Em tráfego, de entre os portos da África ao sul do Saará, da Mauritânia pelo Cabo até ao Sudão, Lourenço Marques só é ultrapassado por Durban, e a Beira por estes dois e pelo Cabo.

Em questões de saúde somos os precursores em África das campanhas de acção sanitária e fomos de igual modo os precursores da assistência materno-infantil. Não vou cansar dando a nota aliás impressionante dos nossos estabelecimentos hospitalares nas províncias de África, mas apresentarei alguns números fornecidos pela Organização Mundial da Saúde relativamente à lepra em vários territórios africanos: assim Moçambique, com 5 647 000 habitantes tem 80 mil gafos e em tratamento para cima de 60 mil; o Tanganica, para uma população de 8 800 000 habitantes, tem 100 mil gafos e em tratamento apenas 34 mil; Ghana tem em 4 200 000 habitantes 50 mil gafos e em tratamento 26 mil; o Quénia para uma população de 6 250 000 habitantes tem 25 mil gafos mas só 350 em tratamento; a Nigéria para uma população de 40 a 50 milhões de habitantes tem 540 mil gafos e em tratamento apenas metade ou sejam precisamente 274 790, etc. Daqui se deduz que a percentagem dos doentes tratados é muito superior em Moçambique à dos territórios que indiquei.

E apesar de tudo não podemos considerar-nos satisfeitos. A vastidão dos territórios por si própria sugere empreendimentos sem conta e arrisca-se mesmo a fazer perder a muitos o sentido das proporções e das possibilidades materiais ou humanas para que se possam realizar, em curto prazo. Em todo o caso, em face do exame imparcial de muitos problemas, parece-me que dois ou três devem ser destacados e receber, em primeira prioridade, impulso mais decisivo para a sua solução. Refiro-me especialmente ao sistema de comunicações, à multiplicação de escolas primárias e técnicas, à maior divulgação de postos ou serviços sanitários.

As estradas devem considerar-se naqueles territórios o mais forte veículo do progresso. Podendo circular, os homens fazem por si muito do restante. Com a saúde teremos aumentado o bem-estar das gentes e a sua capacidade produtora. Os naturais mostram-se sedentos de instrução, porque nela vêem o meio de valorizar-se, de melhoria económica e mesmo de ascensão política. Há que

matar-lhes a sede, sem esquecer equilibrar as escolas nos graus médios e superiores com o desenvolvimento económico geral, sob pena de criar-se perigosamente um proletariado intelectual, dado à agitação pelo desemprego e à política pela ambição. Se não fora ter-nos sido imposto o esforço para debelar o terrorismo, esforço que é mais pesado que um excelente plano de fomento, nós devíamos dedicar-nos àquele programa, como o de maior rendimento para as Provincias Ultramarinas. Nas actuais circunstâncias porém só com suprimentos externos o poderemos fazer.

V.

Estas são coisas materiais que têm muita importância mas não deviam ser tomadas por decisivas, porque numa sociedade de homens o que acima de tudo importa é o tipo das relações humanas. A maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização fizeram que em todo o território nacional seja desconhecida qualquer forma de discriminação e se hajam constituído sociedades plurirraciais, impregnadas do espírito de convivência amigável, e só por isso pacíficas. A integração política não derivaria de uma assimilação completa, mas sobretudo da confraternização estabelecida sem distinção de credos ou de cores, e da criação de uma consciência de nação e de pátria comum, naturalmente mais vasta que o pequeno horizonte em que os indivíduos e as suas tribos podiam mover-se.

Ora é facto indesmentível e de observação corrente a existência em Angola e Moçambique de uma comunidade de raças vivendo em perfeita harmonia e compreensão, sem mais diferenças na vida pública ou privada que as que nas outras sociedades são marcadas pela diversidade de níveis económicos e de aptidões pessoais. De muito longe compreendemos que, só nestas condições, o branco pouco numeroso em relação ao negro e ao mestiço, podia, excluída a sujeição violenta, exercer a acção que lhe competia, dirigir o esforço da comunidade, criar trabalho pelos investimentos que não estão ao alcance da massa, elevar esta ao seu próprio nível de civilização.

Nestas circunstâncias parece inútil discutir se é possível uma sociedade plurirracial, pois que existe, e nada demonstra mais cabalmente a possibilidade do que ser. Mas serão de discutir as formas de coexistência? Teòricamente, sim, mas como se trata já de factos e de situações estabelecidas, a melhor luz a que pode examinar-se a questão é ver as consequências a que levaria a destruição daquelas.

Os novos Estados africanos discriminam contra o branco, e isso o podem fazer nos territórios em que a obra colonizadora obedeceu a moldes diferentes e o branco, se trabalhava para viver, não estava instalado para ficar. Ora nós estamos precisamente no limite do racismo negro que vem estendendo-se até ao Zaire e que pelo Tanganica e pela Niassalândia atinge o Norte e Noroeste de Moçambique. Esse racismo negro tem-se revelado de tal modo violento e exclusivista que as sociedades mistas existentes ao sul se lhe não podem confiar. Pode-se, matando ou expul-

VIII. O Ultramar Português e a ONU

sando o branco, eliminar o problema, mas este não o pode resolver o racismo, se o branco, porque tem ao menos os mesmos títulos e goza de pelo menos igual legitimidade, pretende ficar naquela terra que é também sua.

Pouco importa que alguns sorriam da nossa estrutura constitucional que admite províncias tão grandes como Estados e Estados tão pequenos como províncias, e se entretenham a pôr em dúvida soberanias, aliás indiscutíveis, ou a menosprezar civilização e cultura incontestàvelmente superiores, ou a desconhecer necessidades de defesa ligadas a territórios sob autoridade ocidental. O grande problema subsiste, resultante da instalação definitiva da população branca e do facto de se encontrar nas suas mãos quase exclusivamente a direcção do trabalho, o financiamento das empresas, a administração do bem público. Esta, sim, esta é uma questão que merece a atenção de estadistas e não duvido de que, se nela atentassem, não mais nos estorvariam de encaminhar um problema que, nos nossos territórios, só nós, pelos nossos métodos, somos capazes de resolver.

•

As fórmulas políticas, quaisquer que sejam, não podem desconhecer as circunstâncias de facto que aí ficam apontadas. Estamos em face de sociedades, em evolução forçosamente lenta, que eu creio há o maior interesse em salvar e fazer progredir. Elas apoiam-se moralmente no princípio da igualdade racial mas política e juridicamente não podem abstrair, para defesa própria e garantia de progresso, da diferença de méritos individuais. Para que estes princípios funcionem sem a indevida sujeição de grandes massas ao escol branco ou preto, é necessário que estejam garantidas a todos as mesmas possibilidades de acesso económico ou cultural. Ou a não discriminação está presente em toda a acção pública e privada, ou o edifício ruirá. Por outro lado até se atingir um grau elevado de homogeneização, fisiológica ou moral, das populações, a construção não poderá manter-se sem o apoio que há-de assegurar a genuinidade dos princípios e a vida da comunidade no equilíbrio que presidiu à sua própria formação.

Ouço às vezes falar de soluções políticas, diferentes da nossa solução constitucional e possivelmente inteligíveis em séculos vindouros. Não desperdicemos tempo a apreciá-las, porque o essencial agora é o presente e o presente é tão simples como isto: o que seria de Angola na actual crise, se Angola não fosse Portugal?

Isto vem a dizer que a estrutura actual da Nação portuguesa é apta a salvar de um irredentismo suicida as parcelas que a constituem e que outra qualquer as poria em risco de perder-se não só para nós mas para a civilização.

A estrutura constitucional não tem aliás nada que ver, como já uma vez notei, com as mais profundas reformas administrativas, no sentido de maiores autonomias ou descentralizações, nem com a organização e competência dos poderes locais, nem com a maior ou menor interferência dos indivíduos na constituição e funcionamento dos órgãos da Administração, nem com a participação de uns ou de outros na formação dos órgãos de soberania, nem com as alterações profundas que ten-

cionamos introduzir no regime do indigenato. Só tem que ver com a natureza e a solidez dos laços que fazem das várias parcelas o Todo nacional.

VI.

Abusei demasiado da vossa paciência mas vou terminar já.

Deve ter-se notado que me ocupei do que era essencial na atitude da ONU para connosco mas não do teor das suas deliberações. Achei que não valia a pena. Toda a gente terá reparado no que aquelas contêm de abusivo em relação aos termos expressos da Carta e falho de razão em relação aos factos e ao comportamento que perante eles deve ter um governo responsável.

A insistência em menosprezar o princípio fundamental da não intervenção nos assuntos internos dos Estados membros mereceu tais reparos e causa tais apreensões aos que ainda depositam alguma confiança no futuro da Organização que é de prever esta venha a alterar a sua conduta, no caso de desejar sobreviver.

O convite às autoridades portuguesas para cessarem imediatamente as medidas de repressão é uma atitude, digamos, teatral do Conselho de Segurança e que ele não tem a menor esperança de ver atendida, tão gravemente ofende os deveres de um Estado soberano. Desde os meados de Março não acharam nem o Conselho nem a Assembleia oportunidade para ordenar aos terroristas que cessassem os seus morticínios e depredações, e tantos dos seus membros o podiam ter feito com autoridade e eficácia. Mas quando intervém a autoridade cuja obrigação é garantir a vida, o trabalho e os bens de toda a população, essa obrigação ou primeiro dever do Estado não haverá de ser cumprido, porque é necessário que os terroristas continuem impunemente a sua missão de extermínio e de regresso à vida selvagem.

A consideração de que a situação em Angola é susceptível de se tornar uma ameaça para a paz e para a segurança internacionais, essa, sim, pode ter algum fundamento, mas só na medida em que alguns dos votantes se decidam a passar do auxílio político e financeiro que estão dando, para o auxílio directo com as suas próprias forças contra Portugal em Angola. Tudo começa a estar tão do avesso no mundo que os que agridem são beneméritos, os que se defendem são criminosos, e os Estados, cônscios dos seus deveres, que se limitam a assegurar a ordem nos seus territórios são incriminados pelos mesmos que estão na base da desordem que aí lavra. Não. Não levemos ao trágico estes excessos: a Assembleia das Nações Unidas funciona como multidão que é e portanto dentro daquelas leis psicológicas e daquele ambiente emocional a que estão sujeitas todas as multidões. Nestes termos é-me difícil prever se o seu comportamento se modificará para bem ou não agravará ainda para pior. Se porém virmos este sinal no céu de Nova lorque, é meu convencimento que estão para breve catástrofes e o total descalabro da Instituição.

Muitas pessoas, em face dos votos contrários a Portugal e das abstenções, inferem do seu número um isolamento perigoso para o nosso país no convívio internacional. Espero que não nos intimidemos os que estamos seguros de ter razão e estamos convencidos de poder demonstrá-la. A vida internacional não é toda feita na

VIII. O Ultramar Português e a ONU

ONU e os votos são mais o resultado de um processo competitivo que ali se estabeleceu do que a expressão de um juizo válido sobre questões internacionais ou ultramarinas. Verifica-se — é certo isso — em muitos países como que uma onda de pânico e de intimidação, correlativa da falta de fé nos princípios que continuo a considerar válidos, da civilização ocidental. Agora quem parece ter razão são os Estados afro-asiáticos. Mas com um pouco de coragem da nossa parte, eles acabariam por compreender que há limites a não ultrapassar.

Embora sob a acção de uma intensa campanha de difamação internacional, muito bem dirigida pela Rússia comunista que aliás nos obsequiou declarando a sua posição, vemos que a mesma não conseguiu obscurecer muitas das melhores inteligências nem arrastar consigo a opinião dos países representados. Veja-se por exemplo, como tem reagido o escol intelectual do Brasil, em face do ataque a Angola, a província africana que, por várias vicissitudes da história comum, quase considera como fazendo parte do seu património moral. Veja-se, por exemplo, se a Espanha que nesta crise nos tem acompanhado momento a momento com a vivacidade do seu temperamento e o fervor da sua afeição fraternal, veja-se se ela não compreende bem que o ataque a Portugal foi apenas o aproveitar de uma oportunidade e tanto podia ser contra nós como contra ela, ou será uma vez contra ela e outra contra nós. Até que os europeus compreendam, contra este sudoeste da Europa continuarão a desferir-se golpes sob todos os pretextos, porque é necessário fazê-lo ruir para cair tudo o mais.

Sejam quais forem as dificuldades que se nos deparem no nosso caminho e os sacrificios que se nos imponham para vencê-las, não vejo outra atitude que não seja a decisão de continuar. Esta decisão é imperativo da consciência nacional que eu sinto em unissono com os encarregados de defender lá longe pelas armas a terra da Pátria. Esta decisão é-nos imposta por todos quantos, brancos, pretos ou mestiços, mourejando, lutando, morrendo ou vendo despedaçar os seus, autenticam pelo seu mesmo martirio que Angola é terra de Portugal.

		7
		1

IX. NOTA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SOBRE UM MANIFESTO DOS CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO ⁽¹⁾

Foi entregue ao Chefe do Estado o manifesto que os candidatos a deputados pela oposição desejam dirigir ao País.

Bastaria que esse manifesto constituísse grave acusação ao Governo, sobre matéria de interesse essencial, para que este solicitasse do venerando Chefe do Estado a sua divulgação.

Aliás, se nessa divulgação se visse inconveniente, este estaria em o manifesto, no que toca à política ultramarina, acusar o Governo daquilo mesmo em que os países dos blocos afro-asiático e comunista se baseiam para atacarem Portugal na ONU.

Mas este inconveniente já não se podia evitar, uma vez que o manifesto foi pelos deputados oposicionistas comunicado às agências estrangeiras de informação antes de poder ser publicado no País.

O que sobretudo importa no manifesto é a acusação sobre a atitude do Governo perante a terra portuguesa do Ultramar.

O Governo não ignora que, se adoptasse a orientação preconizada no presente manifesto quanto ao Ultramar português — e a que se fugiu a dar o nome próprio —, teria o imediato aplauso de vários governos de certa opinião pública estrangeira, incluindo os dos países dos blocos comunista e afro-asiático. Mas tais aplausos só lhe interessariam quando compatíveis com a defesa da integridade de Portugal.

Ora o Governo não pode penitenciar-se de considerar a existência da pátria como um pressuposto insusceptivel de discussão. Nem pode penitenciar-se de não fazer contas ao custo material e humano que a defesa dessa existência e integridade requeira, pois que julga dever seu empenhar nela, e enquanto as circunstâncias o exigirem, todos os recursos do País.

Esta a atitude do Governo que se limita a confiar na consciência da Nação.

Publicada nos jornais do dia 25 de Outubro de 1961.
 O manifesto referido na «nota» foi publicado nos jornais do mesmo dia.

٦
1
.]

X. APELO AO POVO (1)

Assente a poeira levantada pelas discussões, creio me será permitido fazer um apelo final à razão do povo português. Antes de lho dirigir, tentarei circunscrever ao que têm de essencial as questões postas, no terreno propriamente político.

- 1. As eleições de deputados não podem deixar de fazer-se na data fixada. Por um lado a Constituição só prevê para o respectivo adiamento circunstâncias que de modo algum se verificam no momento presente. Haver manifestações de terrorismo em um décimo do território de Angola, aliás já quase inteiramente pacificado, não seria razão suficiente para se adiarem as eleições; e, não havendo essa razão, é bem que a Nação se habitue a viver normalmente e sem sobressaltos a sua vida constitucional. Por outro lado, o que se pensaria de não se fazer a consulta ao eleitorado seria sempre risco maior do que é no nosso país uma campanha eleitoral.
- 2. As oposições deram a impressão de querer concorrer e apresentaram listas de candidatos a deputados em 10 círculos. Havida por inelegível uma, ficaram em competição 9 círculos, o que representava 58 deputados. Na hipótese de vitória em todos, esse número exprimiria portanto o máximo da representação oposiocionista na Câmara.

Sendo estes os factos, devia deduzir-se que as oposições tinham em mente apenas a acção fiscalizadora no exercício da actividade da Câmara ou a influência que por vezes um pequeno grupo, até um homem só, uma inteligência esclarecida, pode exercer numa assembleia, sobretudo se esta, por não-partidária, se encontra aberta a todas as razões válidas. Mas tinha de concluir-se também que as oposições desistiam de duas coisas: uma, assumir para já as responsabilidades de governo; outra, tentar subverter o regime através da revisão constitucional. Na verdade, não dispondo de dois terços dos deputados, não podiam as oposições tornar constituinte a futura Câmara; dispondo de mais de um terço, podiam todavia impedir que a maioria se abalançasse a uma revisão constitucional, que aliás lhe não interessava.

3. Apesar destas perspectivas, as oposições desistiram de ir às urnas, e desde começo era de esperar que assim acontecesse. Ao atentar no que durante a campanha se ia publicando e dizendo, havia de notar-se que a mesma se dirigia não aos fins de uma oposição construtiva, mas ao desgaste das instituições e sobretudo ao

Palavras proferidas ao microfone da Emissora Nacional, em 9 de Novembro de 1961.

descrédito do Governo que se pretendia substituído. Não tendo dado resultado todos os outros meios, isso mesmo se sugeriu directamente com a razão da incapacidade do Governo para fazer eleições sérias e livres.

Não há maneira de conciliar esta acusação e o facto de se candidatarem as oposições a alguns círculos, pois que o mesmo Governo já existia, nem a pretensão de se obter a ascensão ao Poder e não se candidatarem a todos, assim se habilitando à maioria da Assembleia Nacional. O procedimento não tem lógica mas as oposições talvez tenham razão.

4. Os observadores pouco habituados ao funcionamento das instituições portuquesas desde o começo do século XIX, compreendidas monarquia liberal e república democrática, não terão reparado talvez numa constante da nossa história política. Eu não o tenho presente, e creio não haver, de facto, nenhum caso de ascensão ao Poder por efeito de vitória eleitoral. Aqui a consagração do voto é posterior ao chamamento da suprema autoridade da Nação. E ao lado deste acto inteligente e livre do Chefe de Estado que sabe auscultar a consciência nacional e orientar as alteraões governamentais, só outro processo se acreditou na nossa agitada história — o olpe de Estado ou a revolução. Muitos nos acusarão de falta de educação política; u penso porém que o povo tem revelado pensar mais recto e consciência mais apurada que os teóricos da democracia por via de eleições, preferindo a visão do Chefe do Estado à cabra-cega das pugnas eleitorais. Seja porém como for, século e meio de jogo eleitoral não consequiu firmar suficientemente o sistema: nós mantemo-lo como o processo de conhecer, de forma ao menos aproximada, a vontade da Nação. na designação dos seus representantes; as oposições mostraram que de facto não acreditam nele... senão quando forem governo.

Destas circunstâncias nasceu a alternativa em que se colocaram e ressalta dos últimos factos e ameaças (exposição ao Chefe do Estado de 3 de Novembro; parte final do comunicado de 7, com referência ao dos candidatos do Porto): demissão do Governo ou revolução. A primeira reclamação não pode ter-se como fundada provindo de candidatos que só desejaram ser minoria e nem sequer ainda a são; a segunda, além de razoàvelmente não ser de invocar num pleito eleitoral, é mais dificil de pôr de pé, desde que de há trinta anos para cá se foi construindo um sistema de vida e generalizando uma concepção de Estado que visceralmente se lhe opõem. Eu aconselharia que não experimentassem.

5. Apesar de esquemàticamente parecerem tão graves estas dificuldades, poderiam elas ao menos em parte ser solucionadas?

Quanto aos deputados ou, melhor, quanto a valores políticos que se revelem e pretendam trabalhar no plano da Assembleia Nacional, mas não dispõem de votos, em número suficiente, o problema é susceptível de duas soluções: uma, adoptar-se o sistema da representação de minorias que já foi direito entre nós, mas com o inevitável resultado da diminuição de independência da Câmara e da constituição de partidos políticos; outra, a de introduzir nas próprias listas da União Nacional, o que seria lógico,

X. Apelo ao Povo

os melhores valores, sem compromissos da sua parte, senão, como acontece aos mais, o compromisso de bem servir a Nação. A experiência fez-se já mas sem amplitude e por conseguinte sem os resultados desejados. E no entanto a Câmara Corporativa que se baseia nos critérios da representação de interesses e da competência técnica mostra que os homens são mais próximos uns dos outros do que supõem. Confinados ao seu patriotismo e seriedade intelectual acabam sempre por se entender nos problemas mais graves. Onde a paixão política impere, a cooperação é porém impossível.

6. Quanto às mudanças de governo, o Chefe de Estado tem constitucionalmente e de facto toda a liberdade de agir. E é meu parecer que não deve fugir a exercê-la quando oportuno ou necessário. Mas essa faculdade constitucional, toda a gente estará de acordo, não pode desprender-se nem das circunstâncias, nem das pessoas, nem das suas ideias e projectos quanto aos problemas nacionais. O Chefe de Estado é a garantia suprema da vida e progresso da comunidade nacional. A Ele se pedem as últimas responsabilidades por que o interesse comum não tenha sido realizado nem a vida da grei defendida. Ele tem de responder perante todos e perante a sua própria consciência pela integridade e sobrevivência da Nação. Assim não basta a qualquer afirmar-se ou sentir-se patriota para que o Chefe de Estado lhe confie o encargo de presidir ou constituir um governo; é necessário que os pressupostos de que esse alguém parte, os princípios que vai aplicar, os métodos que adopte convincentemente levem aos fins propostos ou desejados.

Ao que todos pudemos assistir, a presente campanha foi na verdade triste e altamente preocupante: os problemas básicos da política internacional e ultramarina foram versados de modo a não servir, antes a prejudicar os interesses da Nação. A argumentação repetida foi a dos inimigos de Portugal; e não pode constituir honra para ninguém que as oposições sejam saudadas pelos que combatem contra Portugal aqui, na ONU ou no Ultramar. Conhecimento mais completo dos motivos da campanha movida contra o País nos meios internacionais e que conduziram e alimentam a guerra contra territórios portugueses, aconselharia as oposições a maior discreção e a não serem cá dentro o joguete de grandes interesses em causa. As oposições tiveram a maior dificuldade em sacar do imbróglio das suas concepções o reconhecimento da integridade da Nação como imperativo dos Portugueses e do dever de a defender; mas os que não são cegos compreendem que, pelos caminhos entrevistos e mal definidos, não se chegaria a garanti-la efectivamente, como todos disseram desejar.

Entretanto a nossa gente bate-se e morre em Angola, como já se bateu e morreu noutras partes do território ultramarino. Bate-se e morre pelo Governo actual? Que ideia! Vai bater-se amanhã pela democracia? Que engano! Bate-se e bater-se-á com este ou outro Governo pela Nação que é uma realidade tangível, e que o povo sente bem na pureza do seu instinto patriótico e à margem da torcida filosofia dos doutores.

Diante de coisas tão sérias como sermos ou não sermos, cumprirmos ou não cumprirmos a nossa missão no Mundo, eu sou o primeiro a não estranhar que o Chefe de Estado não tenha entreque o Governo aos oradores da oposição.

7. Temos pois de concluir que foi cometido grave erro por alguns condutores do povo, e que tem de ser o mesmo povo, cerne da Nação, a corrigir agora tal erro no acto eleitoral. Ele tem de corroborar por votações maciças uma política de salvação nacional; ele tem de destruir a ideia que pudesse ficar deste debate de um país dividido que não conheceria o seu norte. O que se passou há-de entender-se apenas como a infelicidade de alguns pastores se haverem perdido nos caminhos da serra, sem terem conseguido extraviar o rebanho.

O povo português compreende a minha linguagem. Sabe que nada me interessa senão servir o melhor possível o interesse comum. E se eu lhe digo que a retaguarda é para ser defendida, tal como a frente em África ou na Índia, é porque sei que isso é condição da vitória e esta tem de ser ganha por todos.

XI. INVASÃO E OCUPAÇÃO DE GOA PELA UNIÃO INDIANA ⁽¹⁾

Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Senhores Deputados:

Não costumo escrever para a História e sinto ter de fazê-lo hoje, mas a Nação tem pleno direito de saber como e porque se encontra despojada do Estado portuquês da Índia. Goa portuguesa há 450 anos e agora ocupada pela União Indiana representa um dos maiores desastres da nossa História e golpe muito fundo na vida moral da Nação. Para esta, o Estado Português da Índia, sem expressão sensível na economia ou na força política portuguesa, contava sobretudo como padrão de um dos majores acontecimentos da história do mundo e da comunicação do Oriente com a vida ocidental. Deixá-lo à quarda de um pequeno país que foi com sacrifícios ingentes o fautor das grandes descobertas devia ser ponto de honra de todas as Nações civilizadas e das que beneficiaram da acção portuguesa no mundo. Que este conceito se tenha chocado com outro de simples ambição expansionista é mais uma prova – e esta flagrante – nos nossos tempos da decadência da legalidade e da depreciação dos valores morais. Esta explicação não é no entanto satisfatória para os portugueses que podem ter esquecido não ser a União Indiana sensível a razões históricas, jurídicas ou simplesmente humanas, mas confiavam em influências que no jogo da política mundial pudessem opor-se com eficácia às ambições de que foi vítima Goa. Temos assim de descer mais fundo no exame da questão e explicar com algum pormenor como tudo foi possível.

Ī.

O caso de Goa pode dizer-se que nasceu no momento em que a União Indiana se tornou independente. Apesar de o Império das Índias se haver cindido em vários Estados, a União Indiana que muito contrariadamente teve de conformar-se com a cisão passou a considerar-se a si própria como verdadeira sucessora da Inglaterra e no fundo como o Estado que aglutinaria mais tarde ou mais cedo os outros Estados do Indostão. União Indiana, Índia, Indostão são termos que, confundindo a geografia e a ambição política, passaram a representar uma identidade na mente dos dirigentes de Nova Delhi.

Discurso pronunciado na sessão da Assembleia Nacional de 3 de Janeiro de 1962.

Nesta orientação e tomando partido da confusão dos primeiros anos, a União Indiana fez um vasto trabalho de unificação por meio de acordos, de pressões e de conquistas, e detém a posse de outros territórios, como Caxemira, mesmo contra os repetidos votos e a condenação formal das Nações Unidas. O Primeiro-Ministro da União Indiana, Pandita Nehru, é o representante máximo desta ideia imperialista contra a qual se esboroam todas as outras que também diz professar — pacifismo, não violência, boa vizinhança. Não o embaraçam as contradições nem do pensamento nem da acção, que aliás alguns benevolamente atribuem às variações da opinião pública. Abusa do ilogismo ou pelo menos a sua lógica é diferente da nossa. Os anos de Londres podem ter-lhe facultado traços de cultura europeia mas não tocaram a sua formação de origem. À procura de alguma coisa que cimente, para garantia da mais que precária unidade política, o embrechado dos povos e raças que habitam o subcontinente, julga encontrá-la no substracto hindu. E por mais estranho que pareca a quem escuta as suas prédicas, o Primeiro-Ministro da União Indiana é no fundo um racista e um antiocidental, pacifista em teoria e agressor na prática. E não só na Ásia. A braços com a sobrepopulação e a miséria, tem também os seus planos de África, da África deserta, onde espera que o indiano pode vir a substituir o branco.

Quem não tiver bem presentes estes pontos de referência não compreenderá a acção indiana que em anos não muito distantes se desenrolará naquelas partes do mundo, nem entenderá o que se passou com Goa.

O Estado Português da Índia foi sempre, como não podia deixar de ser, respeitado pelos ingleses, na soberania de Portugal. A incorporação destes minúsculos territórios não interessava e estava vedada a uma Nação como a Inglaterra, ali chegada dois séculos depois de nós, mas com os arrivistas do poder as coisas não seriam assim: o maquinismo da unificação continuaria a funcionar e mesmo em prejuízo das soberanias estranhas ao Império Britânico.

O caso de Goa foi sucessivamente mudando de aspecto na política e nos discursos do Primeiro-Ministro: começou-se pela reclamação de uma larga autonomia, aliás já existente, passou-se à independência e acabou-se na anexação que era o fim a atingir. Neste processo a União Indiana ora se apresentou como detentora do direito de protecção de etnias iguais ou afins, onde quer que vivessem, ora como grande potência abrasada pelo ideal da luta anticolonialista, para libertar os povos escravizados. Apesar da insistência da campanha movida ao longo dos anos contra Portugal em Goa ou contra Goa portuguesa, os indianos não puderam convencer o mundo de terem razão; muito menos puderam demonstrar que nós a não tivéssemos.

Quanto a nós, a descoberta, os acordos com autoridades locais, a posse incontestada de séculos, a paz, a coesão espiritual e o progresso dos povos não podem ser contraditados no mundo ocidental como fundamentando a legitimidade da soberania. Mas ao contrário do que se pensa entre nós a antiguidade destes títulos e a continuidade do exercício do poder eram para a União Indiana razão a mais para se extinquirem e não para se manterem.

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

As acusações contra a administração portuguesa e a falta de liberdade em Goa e as pretensas aspirações dos goeses a desligarem-se da pátria comum, e o apodo de colonialismo eram tão contra a evidência que não se poderiam com seriedade manter, e foram geralmente considerados simples arma de propaganda política. O facto de todos os goeses serem desde sempre cidadãos portugueses de pleno direito, de possuírem o seu colégio legislativo, de terem representação desde 1822 na Câmara dos Deputados, de ascenderem aos mais altos postos na burocracia e no Governo da Nação, de poderem exercer as suas profissões em todos os territórios portugueses, metropolitanos ou ultramarinos, tudo isso destrói pela base a acusação de que o Estado da Índia, mascarado de província, era uma simples colónia. E menos ainda que outros os goeses puderam ser convencidos.

Depois de estabelecidas relações diplomáticas entre a União Indiana e Portugal, foi apresentada ao Governo em Fevereiro de 1950 uma proposta para imediatas negociações sobre o futuro de Goa, ou mais claramente para se definirem os termos em que o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana. Nós não podemos negociar, sem nos negarmos e sem trairmos os nossos, a cedência de territórios nacionais nem a transferência das populações que os habitam para soberanias estranhas: legitimamente apenas podíamos negociar a resolução dos múltiplos problemas que surgem da vida corrente de Estados vizinhos. Mantivemos de começo a fim esta atitude, mas a única negociação que interessava à União Indiana e ela compreendia não era esta, e a que propunha era uma negociação para nós sem objecto possível.

Sobre esta nossa atitude assenta a sequência das providências tomadas pela União Indiana contra Goa e os goeses, para os convencer ou para os dominar. É um imenso rol de violências sobre as pessoas e os bens, as conviçções e a vida, que nos países civilizados nascem do estado de guerra e na União Indiana se consideravam oficialmente manifestações de política pacifista. Não vou referi-las neste momento; seria impossível. Direi apenas que a posição portuguesa foi em todas as ocasiões não responder aos agravos e tentar vencer as dificuldades que nos eram criadas. A proibição do tráfego de pessoas e mercadorias por terra e por mar, o corte do caminho de ferro, a interrupção de comunicações, o encerramento dos portos, o congelamento de depósitos, a suspensão de transferências, as provocações dos satiagrais, os ataques aos postos fronteiricos, sob protecção das autoridades indianas, os atentados terroristas e a acção de agentes subversivos no interior de Goa, tinham por fim tornar insegura ou impossível a vida e fazer recair sobre Portugal a responsabilidade pelo sofrimento das populações. Mas a União Indiana que tinha podido asfixiar os estabelecimentos franceses esqueceu as circunstâncias que a nos, com um pouco de imaginação, boa vontade e alguns recursos, nos permitiriam vencer as dificuldades: era o mar largo em frente de Goa, Damão e Dio; era o espaço aéreo que sem violação abusiva não podia ser perturbado.

Com estes elementos moldou-se nova vida para o Estado da Índia: intensificaram-se as comunicações com a África Portuguesa, com a Metrópole e com o resto do mundo; desenvolveu-se a economia da terra e a produção das minas; apetre-

chou-se o porto de Mormugão como talvez não se encontrem muitos outros na Ásia e seguramente não na União Indiana; aumentaram-se as exportações, o caminho de ferro deixou de dar prejuízos — e Goa pôde respirar e viver, como se a União Indiana não existisse e não fizesse pesar sobre as fronteiras a sua hostilidade.

Os sucessivos fracassos da política indiana, em face de uma decisão firme que pôde com dignidade aparar todos os golpes e sarar todas as feridas, fez exasperar os inspiradores do Primeiro-Ministro que entretanto permitia a diversão de Dadrá e Nagar Aveli. Aí era mais favorável a posição da União Indiana e desvantajosa a de Goa: os territórios constituíam enclaves, rodeados inteiramente de território inimigo, e o governo indiano dentro do respeito sempre apregoado pela legalidade e pela paz, não permitiu mais as ligações. Não as permitiu mesmo depois de o Tribunal Internacional de Haia, a cujo julgamento a União Indiana não pôde esquivar-se, ter reconhecido em acórdão de 12 de Abril de 1960 os direitos de Portugal. Para selar o completo desrespeito pela soberania portuguesa e o desprezo pelo veredicto da mais alta Magistratura Internacional, o Parlamento de Nova Delhi acabou por aprovar em decreto a anexação dos referidos territórios.

Podemos concluir que nem na ordem dos factos, nem das razões expendidas, nem no terreno do direito e nas salas dos Tribunais, nem nas mais altas instâncias políticas, como daqui a pouco veremos, a União Indiana, embora servida pelos poderosos meios da sua influência, pôde ganhar a Portugal. O nosso direito opunha-se às ambições, e era tão simples, tão claro, tão inocente que todos se viam forçados a reconhecê-lo e muitos a reconhecer-lhe as vantagens para as populações, em paz entre si e no seio da Nação portuguesa. Era de mais.

Batida em todos os campos, o único recurso que restava à União Indiana, visto não se libertar da sua obsessão em relação a Goa, era o emprego da força, e a única possibilidade nossa de o evitar era obrigá-la a montar uma operação em grande escala, com completo desprestígio do seu pacifismo e escândalo do mundo. Muito tempo se pensou na União Indiana que um simulacro de levantamento em Goa podia prestar-se a uma intervenção de simples polícia que o Primeiro-Ministro apresentaria ainda como serviço gratuito à paz. Era desconhecer as circunstâncias locais: de um lado, o moral da população, a ausência absoluta de conflitos raciais ou religiosos, o nível de vida, embora modesto, muito superior ao da União Indiana, a liberdade de que gozava no seu pequeno pais, como se lhe referia, e finalmente a união de séculos com Portugal não convidavam à aventura de mergulhar, com interesses, com tradições, com a nobreza da história, no pandemónio de lutas e miséria da União Indiana; de outro lado, a vigilância das autoridades fazia fracassar todos os planos. Tal método não se afigurou viável, embora só tivesse sido abandonado no último momento.

II.

Agravada a questão pelas belicosas ameaças do Primeiro-Ministro da União Indiana e o começo de mobilização das suas forças militares, estava indicado se recor-

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

resse aos elementos políticos de que nos parecia podíamos dispor no nosso jogo. Daí as diligências junto dos governos de Inglaterra, Estados Unidos e Brasil.

Temos com a Inglaterra velhas alianças consideradas plenamente em vigor pelos dois governos. Não vale a pena referi-las, porque o essencial para o meu objectivo se encontra na declaração de 14 de Outubro de 1899, vulgarmente chamada Tratado de Windsor. Nesta declaração foi expressamente ratificada a validade do artigo 1.º do Tratado de 1642 e do artigo final do Tratado de 1661: o primeiro refere-se genèricamente à aliança entre as duas Nações; o segundo contém a obrigação de o Governo Britânico defender os territórios ultramarinos portugueses — na linguagem do tempo: todas as conquistas e colónias pertencentes à Coroa de Portugal — contra todos os seus inimigos presentes e futuros.

Tem sido entendido pelos dois governos que a Aliança Luso-Britânica não é automática mas depende no seu funcionamento do casus foederis ou seja do juizo que cada um dos Estados forme da situação de guerra e da possibilidade de intervir. Isto quanto à aliança pròpriamente dita, porque quanto à obrigação de o Governo britânico defender os territórios ultramarinos portugueses não entendemos nunca nem ninguém pode legitimamente entender que, formulada de maneira tão precisa e absoluta no Tratado de 1661, pudesse ficar dependente do casus foederis. Quer dizer que a obrigação de defender o nosso Ultramar pela maneira adequada às circunstâncias não pode ser elidida.

Parece porém pretender desviar-se desta linha a interpretação britânica, segundo a declaração feita na Câmara dos Comuns em 19 de Maio de 1958 pelo Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, que se referiu à forma de aplicação dos Tratados a territórios e a circunstâncias particulares sem a distinção que acima fiz. É peculiar à escola da prudentíssima diplomacia britânica que tanto admiro neste particular, esforçar-se, mesmo nas mais graves circunstâncias, por obter compromissos concretos em troca de promessas vagas; e em face desta tendência uma simples declaração parlamentar, não acordada entre os governos, não nos pareceu poder ter o valor de interpretação autêntica de um Tratado que demais contém referência expressa às vantagens que Portugal concedera em troca da obrigação assumida pela Inglaterra. A nossa interpretação devia pois ser a melhor.

Eu nunca fizera em mais de trinta anos de governo apelo aos Tratados de aliança, por entender que uma fidelidade nunca desmentida os converteu de textos a invocar e discutir em sentimentos profundos e atitudes permanentes na política das duas Nações. Mas a Inglaterra, sim, invocou expressamente a aliança, por exemplo, para a concessão de facilidades nos Açores, em 1943, apesar da nossa declaração de neutralidade no começo da guerra. O livro branco sobre os Açores publicado em Londres em 1946 omitiu a referência às notas de 16 e 23 de Junho, e 14 de Setembro e 4 de Outubro daquele ano, precisamente aquelas que se referem às garantias dadas pelo Governo britânico a respeito da manutenção da sobe-

rania portuguesa em relação ao Ultramar. Verdade seja que a mesma prudentíssima diplomacia, embora não limitasse no tempo a garantia prestada, a circunscrevera indirectamente às ameaças ou riscos que derivassem das nossas concessões de então. Dado o aperto em que a Inglaterra se encontrava, não nos pareceu bem levantar a questão e gastar tempo em discussões inúteis, e por isso me limitei a referir de passagem o caso numa das citadas notas. O certo é que, fossem quais fossem as limitações circunstanciais das promessas então feitas, a garantia genérica ou, melhor, os compromissos britânicos continuavam a ser sem contestação os dos Tratados de 1661 e de 1899, e por isso a esses nos reportámos quando resolvemos dirigir-nos à Inglaterra.

A minha repugnância pessoal em solicitar servicos alheios, mesmo contratualmente devidos, tinha de quebrar ante a gravidade da causa. O que o Estado da Índia representava — e continua a representar — para a Nação portuguesa, não pode medir-se pela pequenez do território mas pela grandeza da história a que ficou ligado e pela altura da missão que ali levou os portugueses. Partindo da nossa interpretação do Tratado de 1899 e não desconhecendo uma reacção, aliás intempestiva e unilateral, do Governo britânico de 1954, há pouco recordada na Câmara dos Lords pelo Secretário de Estado, o Governo solicitou em 11 de Dezembro a indiração dos meios com que aquele Governo podia cooperar com as forças portugueas para fazer frustrar a agressão indiana. O Governo de Sua Majestade respon-Jeu-nos, sem demora e essencialmente o seguinte: na eventualidade de um ataque a Goa havia inevitáveis limitações quanto à assistência que o Governo britânico estaria em condições de dar ao Governo português em luta com outro membro da Comunidade. A referência eufemística às «inevitáveis limitações» tinha de interpretar-se no caso como significando que o Governo britânico se eximia ao cumprimento dos Tratados.

Eu sou dos que estão convencidos de que o Governo britânico fez nesta emergência muito mais esforços e diligências muito mais prementes para impedir a agressão indiana do que os conhecidos através da imprensa ou a nós directamente comunicados. E a razão é simples. Embora Goa nunca pudesse ser para o entendimento britânico destes problemas o que é para nós — um pedaço da Nação Portuguesa —, é imensamente desagradável para o brio e o prestígio de uma grande potência eximir-se ao cumprimento de obrigações certas que tiveram a devida contrapartida em vantagens concedidas por Portugal. Deve também considerar-se intolerável à educação e à moral individual dos britânicos que a Inglaterra venha a ver-se aumentada no mínimo que seja, através da Comunidade, com pedaços de território roubados ao seu mais antigo aliado.

Mas se as inevitáveis limitações agora invocadas significam a impossibilidade britânica de agir eficazmente no respeitante aos ataques armados dos membros da Comunidade contra territórios portugueses, outro aspecto se deverá encarar. É que, dada a extensão da Comunidade e a agressividade e ambições expansionistas dos seus novos associados, o Governo português deverá estudar qual o conteúdo positivo que ainda resta da segunda parte da declaração de Windsor de 1899, para, em

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

face das conclusões, determinar a sua atitude futura quanto às obrigações existentes entre os dois países. É admirável o pragmatismo da política britânica: simplesmente nem sempre pode evitar o aborrecimento de dolorosas contradições.

Nós pedimos também ao Governo britânico autorização para utilizar alguns aeródromos necessários a ligações com Goa. Tenho de lamentar que o Governo britânico demorasse oito dias a tornar-nos conhecida a impossibilidade de utilização, porque, se não fora essa demora, nós tinhamos de certeza conseguido rotas alternativas e teríamos levado à Índia a tempo reforços de material e pessoal que nos pareciam necessários a mais prolongada defesa do território.

Vejamos o que respeita aos Estados Unidos.

Os Estados Unidos foram, pelo efeito de duas grandes guerras vitoriosas, como pelo seu poder económico e financeiro, extensão territorial e população, elevados ao mais alto nível entre as nações e havidos como expressão superior e guia do que consideramos o mundo livre. Que intencionalmente, deliberadamente tenham procurado ascender a esta posição ou a ela fossem apenas guindados pelo conjunto de circunstâncias históricas, não importa. O que a todos nos importa é saber se, ocupando o lugar, também estão dispostos a desempenhar a função.

Por estes motivos e pelas relações especiais que entre nós se estabeleceram exactamente para defesa de princípios fundamentais da vida dos povos civilizados, pensou o Governo que seria levado à conta de descabido orgulho não solicitar dos Estados Unidos a sua intervenção. Outra razão havia ainda.

Não posso deixar de revelar que em 7 de Agosto de 1961 os Estados Unidos fizeram saber ao Governo português o seguinte: «O apoio dos Estados Unidos ao conceito de autodeterminação de modo nenhum implica o apoio americano a quaisquer aspirações intervencionistas ou expansionistas ou a ataques depredatórios contra territórios ultramarinos portugueses por parte de outras nações. Pelo contrário, os Estados Unidos sem dúvida se oporiam, nos planos político, diplomático e das Nações Unidas, a quaisquer tentativas de estados vizinhos de anexarem territórios ultramarinos portugueses». Embora em 9 de Dezembro tenha sido comunicada ao Governo português uma explicação daquela primeira atitude que não se sabe ainda bem até que ponto a invalida, achámos muito grave para as relações e convenções existentes entre os dois Estados que a primeira declaração não fosse a tradução de uma política assente e incondicionada, aliás resultante da adesão comum a um estado de direito a cada momento se opondo às violências da força na vida internacional. E assim nos dirigimos ao Governo norte-americano.

Este fez de facto as mais reiteradas diligências em Washington e em Nova Delhi, no sentido de dissuadir a União Indiana de atacar Goa. O Presidente Kennedy terá mesmo escrito ao Primeiro-Ministro da União Indiana e o último apelo dissuasivo do Embaixador dos Estados Unidos em Nova Delhi precedeu de apenas duas horas a ordem de atacar.

Não podemos pôr em dúvida a força destas diligências e das da Inglaterra, nem o interesse político e ideológico das duas nações em que o Estado português da Índia não fosse invadido para ser anexado à União Indiana por acto de guerra. Não só ambas temiam acabasse de desvanecer-se por completo a lenda pacifista da União Indiana, como receavam vir a verificar-se quão frágil e inoperante é o edifício tão amorosamente por elas construído e sustentado para preservar a paz. Mas então temos de ver o seguinte: há hoje na Índia um pequeno país despojado pela força dos seus territórios, e às portas de Goa duas grandes potências também vencidas — a Inglaterra e os Estados Unidos, e isto prenuncia para o mundo uma temerosa catástrofe. É triste e desoladora a derrota dos pequenos; mas é incomparavelmente mais grave a impotência dos grandes para defender o Direito.

Voltemo-nos agora para o nosso Brasil.

O Tratado de Amizade e Consulta que lançou as bases da Comunidade Luso-Brasileira limitou-se a verter para o campo jurídico uma realidade existente; mas só depois de formulado podia eficientemente orientar a política tanto dos dois países entre si como sobretudo da Comunidade em relação ao mundo. As suas grandes inhas, ao mesmo tempo amplas e vagas, podem ser o alicerce duma construção internacional do mais vasto alcance ou limitar-se a inspirar timidamente apenas mensagens sentimentais. Partindo daí, aos estadistas das duas margens do Atlântico incumbe construir de facto a Comunidade para benefício das duas pátrias, tal como a História as forjou e portugueses e brasileiros as pretendem perpetuar, e neste sentido envidaremos os nossos melhores esforços.

O anticolonialismo é uma constante da política brasileira; mas outra constante é também o não reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força. A primeira não havia de preocupar-nos, senão na medida em que o desconhecimento da realidade do Ultramar português pudesse porventura turvar a compreesnão do fenómeno que ali se verifica; a segunda jogaria sempre a nosso favor na pretendida sujeição de Goa à União Indiana. Apesar de certas flutuações, este ano verificadas no alinhamento do Brasil com os países afro-asiáticos, ao menos quanto à Índia a atitude dos responsáveis pela política brasileira não tinha que sofrer qualquer mudança e situou-se sempre na condenação de qualquer agressão e, consequentemente, em não reconhecer o Brasil a anexação que daí resultasse. Goa foi sempre um caso à parte no pensamento brasileiro.

Nenhuma dificuldade ou resistência houve portanto a vencer para que o Brasil declarasse públicamente e por mais de uma vez o pensamento oficial a respeito dos ataques iminentes ou em curso contra o Estado Português da Índia. E estamos convencidos de que a atitude tomada só traduziu o sentir geral da Nação brasileira. Ter estado o Brasil encarregado da defesa dos interesses portugueses na União Indiana dava-lhe ainda especial posição para defender o povo de Goa contra a absorção que se preparava.

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

A intervenção do Brasil como as outras já referidas foi também inoperante, e da mesma forma as diligências em Nova Delhi realizadas pela Espanha, Canadá, Austrália, Alemanha, Argentina, Bélgica, Holanda — estas as de que temos conhecimento directo.

Além dos três países referidos cuja actuação política era particularmente fundamentada, a Chancelaria portuguesa procurou alertar as Nações amigas em todos os Continentes, mais como mobilização moral em defesa do Direito do que acção de que se esperassem efeitos decisivos. A algumas portas não foi mesmo necessário bater porque a comunhão de princípios e a identidade de interesses apontaram sem hesitação o caminho. É de justiça pôr a Espanha em primeiro lugar, muito em primeiro lugar, por si e junto dos países sul-americanos seus amigos, como merecedora da nossa gratidão. Ela tem vivido como nós o drama de Goa, e com razão, porque se há território português que se haja estruturado sob a influência conjunta dos dois Estados da Península, esse é o de Goa, que deve tanto ao génio de Afonso de Albuquerque como à doutrinação de S. Francisco Xavier. Além disso, numa Europa que ameaça desmoronar-se por ter perdido a confiança em si própria, a Espanha pôde revigorar ao fogo de uma experiência dolorosa a sua fé nos princípios da civilização que difundiu pelo mundo e é um povo onde o grande e o heróico têm ainda

lugar na vida e um sentido moral. A Espanha compreende bem e em toda a sua

extensão o estado de alma português.

E estavam esgotados os recursos das nações individualmente consideradas para deter a agressão indiana. Apenas a actuação da organização mundial, chamada Nações Unidas, podia tentar-se, através do pedido de reunião urgente do Conselho de Segurança. O estudo do problema e a experiência que vamos tendo do funcionamento do sistema não deixavam no nosso espírito dúvidas acerca da inutilidade do apelo. Mas, por um lado, a nossa presença na organização mal se compreenderia, se a ela não estivéssemos dispostos a recorrer; por outro lado, a maneira como havia de comportar-se seria mais uma prova gritante de que, nos termos em que funciona, já está a ser mais do que inútil, porque está a ser prejudicial.

O caso foi levado ao Conselho no primeiro dia da invasão de Goa e pouco depois de esta começada; tratava-se de agressão não provocada e de território ainda não ocupado pelo inimigo — caso extraordinàriamente simples para aplicação dos princípios da Carta. A moção aprovada pela maioria de sete votos que mandava suspender as hostilidades, recuar as forças invasoras para os pontos de partida e fazer negociações para a solução do conflito foi, porém, vetada pela Rússia e ficou por isso sem efeito. As atitudes naturalmente convergentes do Presidente da República Soviética que em Nova Delhi incitara à invasão de Goa e do representante russo no

Conselho de Segurança que vetava a moção aprovada, se mais uma vez lançavam a União Indiana nos braços dos Sovietes, punham a claro a paralisia da chamada defesa colectiva contra a Rússia ou contra uma potência que a Rússia proteja.

O caso, embora previsto, produziu alarme no mundo. A declaração do delegado da União Indiana de que com Carta ou sem Carta, com Conselho ou sem Conselho de Segurança, com direito ou sem ele, o seu país prosseguiria o seu caminho, representou tal desafio aos fins e à estrutura jurídica da instituição que melhor seria dá-la logo ali por morta. Os Estados Unidos acharam que de facto o que se passava prenunciava o fim próximo da organização, mas, numa tentativa de consolidá-la, ainda se uniram no dia seguinte com todos os mais numa votação contra Portugal e dois dias depois apressavam-se a confirmar à União Indiana o seu apoio financeiro. Isto deve estar certo mas é muito difícil para nós compreendermos, e sobretudo não quadra à nossa sensibilidade moral.

É lícito perguntar o que estamos nós ali a fazer ou o que estão ali a fazer os que, não sendo grandes potências, não dispõem do favor russo ou, por causa da sua solidariedade com o Ocidente, atraem a aberta hostilidade do bloco antiocidental. Também se perguntará como fomos ali parar.

A política do Governo foi, na peugada da sensatíssima Suíça, não requerer a sua admissão nas Nações Unidas. Fizemo-lo mais tarde a pedido da Inglaterra e dos estados Unidos com o argumento da necessidade de reforçar a posição ocidental em qualquer emergência. Fomos durante anos vetados pela Rússia e entrámos depois «em trocos miúdos» na organização. Verificando-se uma transferência de poderes do Conselho para a Assembleia Geral, dominado o primeiro pela Rússia e a segunda pelo bloco comunista e afro-asiático, as potências ocidentais, em que incluo a América do Sul, perderam toda a possibilidade de conduzir com a sua mais larga experiência os negócios da comunidade internacional, de moderar certos impetos, de evitar que o Governo do mundo caia sob uma ditadura intolerável de paixões racistas e de irresponsabilidade.

Assim, pensamos ter direito a uma palavra sobre ser já inútil a nossa presença e a nossa colaboração. Mesmo que essa palavra não venha, não sei ainda se seremos o primeiro país a abandonar as Nações Unidas, mas estaremos certamente entre os primeiros. E entretanto recusar-lhes-emos a colaboração no que não seja do nosso interesse directo.

III.

A política militar do Governo no respeitante ao problema de Goa foi sempre encarada à luz dos seguintes elementos: dadas a distância e a superioridade esmagadora da União Indiana, nenhuma esperança de salvar Goa da eventual invasão inimiga, sem apoio aliado; necessidade de manter forças suficientes para evitar a acção dita policial e dissuadir, se possível, a União do ataque; defender, em última instância, aquele torrão sagrado com sacrifício das vidas e haveres, como o reclamava a tradição portuguesa na Índia.

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

Mantivemos este esforço, ora com maiores ora com menores efectivos, conforme os tempos e a gravidade das ameaças, mas sempre em nível suficiente para atingir o objectivo de levar a União Indiana ou a desistir da absorção de Goa ou a fazer uma operação espectacular de guerra que causaria grande dano ao seu crédito moral e não daria nem honra nem glória ao seu exército. Os nossos efectivos deviam ainda ganhar o tempo necessário para que Portugal pudesse apresentar queixa às Nações Unidas contra a agressão indiana.

Um punhado de homens — 3500 oficiais, sargentos e praças da Metrópole e 900 indo-portugueses — forçou a União Indiana a mobilizar um exército de 30 a 40 mil homens, apoiado por numerosas formações de artilharia pesada e de carros de combate, e com a cooperação, no ataque, duma esquadra naval e de várias esquadrilhas de aviões de bombardeamento e de caça. Com uma superioridade em homens de pelo menos 1 para 10 — e em material muito mais — mesmo assim a ocupação de cerca de 3500 quilómetros quadrados, dispersos por quatro territórios e com uma profundidade de apenas 20 a 50 quilómetros no distrito de Goa, levou vários dias. Só por si este facto dá a nota da firme resistência que os portugueses devem ter oferecido. Para mim a maior preocupação era que a desproporção das forças e a violência e plano do ataque fossem tais que a nossa gente, dada a estreiteza do terreno, não pudesse mesmo bater-se bem, a defender aquela portuguesa terra à altura do seu valor e espírito de sacrificio.

Na última mensagem enviada ao Governador-Geral e escrita sabe Deus com que amargura na alma, eu dizia termos plena consciência da modéstia das nossas forças, mas, desde que a União Indiana podia multiplicar por um factor arbitrário as forças de ataque, havia de revelar-se sempre no final grande desproporção. A política do Governo fora sempre, na impossibilidade de assegurar por si só uma defesa plenamente eficaz, manter em Goa forças que obrigassem a União Indiana a montar em grande, como se via naquele momento, uma operação militar que escandalizaria o mundo, e a não fiar o êxito das suas pretensões de simples operação de polícia. Os factos mostraram que a primeira missão estava cumprida. A segunda missão consistia em não se dispersar contra agentes terroristas a fingir de libertadores, mas em organizar a defesa pela forma que melhor pudesse fazer realçar o valor dos nossos homens, segundo a velha tradição da Índia. Era para mim horrível pensar que isso podia significar o sacrifício total, mas eu recomendava e esperava esse sacrifício como o maior serviço que podia ser prestado ao futuro da Nação.

O Governador ainda pôde responder a agradecer em nome das forças sob o seu comando a confiança que nelas depositávamos e desejariam honrar através de todos os sacrifícios.

Não temos elementos suficientes para fazer ideia de como decorreram as operações terrestres e navais, como se operou a resistência, como se fez a defesa. Oportunamente se apresentará ao País o relato destas operações e se fará a justiça devida a todos quantos tiveram a honra de ser chamados a bater-se ou a morrer por Goa.

IV.

Em face dos preparativos bélicos da União Indiana e, a seguir, da sua agressão ao Estado Português da Índia notou-se uma reacção violenta da opinião pública mundial. Temos de exceptuar os informadores oficiais e a imprensa de alguns países comunistas e afro-asiáticos que manifestaram o seu aplauso e solidariedade com o invasor: nos países da Europa Ocidental e das duas Américas e mesmo nalguns da África e do Oriente exteriorizou-se uma repulsa viva e sentiu-se grande inquietacão. Os órgãos de informação de todos os matizes ideológicos, com representação ou sem representação nos governos dos respectivos países, têm tratado o assunto à margem destes, por vezes em oposição a estes, como livres expoentes de uma opinião sobressaltada. Por quê? Pela razão de ser Goa um caso típico que se apresentava sem complicações ou dificuldades de interpretação. Tratava-se na verdade de um pequeno território incorporado politicamente durante quatro séculos e meio na soberania portuguesa, soberania reconhecida pela comunidade internacional e até pelo agressor. Esse território todos o consideravam ao abrigo de uma decisão, favorável a Portugal, do Tribunal de Haia, cuja competência fora aceite pelos dois Estados interessados; possuía a garantia de alianças e de compromissos bem estabeleidos; devia julgar-se protegido pelas engrenagens da segurança colectiva através as Nações Unidas. E neste caso, política e juridicamente cristalino, que nunca foi lem seria um problema, o mundo verificou que, tendo-se recorrido a tudo, tudo falhara para impedir a agressão e evitar a conquista. Ou esta situação é sanada ou Goa faz voltar uma página na vida das sociedades do nosso tempo.

E assim se pôs um problema de ordem geral.

Há no mundo três ou quatro nações — meia dúzia o máximo — que não receiam ou não têm de recear ser agredidas por outras; mas todas as mais ou vivem do consenso unânime de que a sua independência e integridade são respeitadas ou estão à mercê dos mais ambiciosos e fortes. Não se foge à dificuldade e ao perigo senão pela forma clássica de alianças que constroem sistemas de forças equilibradas, ou por organização tendente a abranger a universalidade das nações pacíficas. Simplesmente no primeiro caso é essencial o cumprimento dos Tratados e no segundo a fidelidade aos Pactos, e a crise moral em que nos debatemos não assegura nem uma coisa nem outra.

Como as Nações Unidas na melhor hipótese se encontram antecipadas de séculos em relação ao espírito dos homens e das sociedades, e além disso se deixaram invadir por multidão tumultuária de Estados que não têm o espírito de paz, não só não tem sido fácil defender ali os direitos das Nações, como dentro da organização se constituíram partidos e solidariedades que, em substituição das antigas alianças, fazem vingar interesses de grupo sem se importar da justiça devida a todos. Quando se perde de ideia que para conservar a paz é necessário estar disposto a bater-se por ela; quando se confiam os destinos da comunidade internacional a maiorias que definem a política que os outros têm de pagar e de sofrer; quando por sistema se transige e se recua diante dos que, não tendo experiência nem responsabilidades,

XI. Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana

podem ser ousados sem custo a revolucionar continentes, temos de interrogar-nos a sério sobre se vamos pelo bom caminho. O que se viu connosco agora legitima de facto a ansiedade das consciências e a inquietação das sociedades mais sãs. O homem da rua que não pode elevar-se às altas congeminações dos filósofos e dos políticos, mas tem a ambição de ganhar a sua vida e conservar em paz o seu lar, vê o problema com a simplicidade do bom senso e, esse bom senso indica-lhe que as coisas não estão certas quando os criminosos são erigidos em juízes e ousam ainda condenar as pessoas de bem.

É nesse vivo despertar da consciência do mundo ante os conluiados nos atropelos à paz e à soberania alheia que pode entrever-se uma réstea de esperança no sentido de serem revistos a tempo os métodos de conduzir a comunidade internacional. A tempo, digo, porque está já a ver-se que de uma violência não reparada surgem outras violências maiores. E daqui parto para breves reflexões finais.

V.

Pois que não aceitamos a validade do facto consumado, a questão de Goa não terminou; pode dizer-se com verdade que é mesmo agora que começa. As razões que nos impediram de negociar a cedência dos territórios do Estado Português da Índia são as mesmas que em absoluto nos vedam de reconhecer a conquista. A União Indiana pôde fazer a guerra contra nós, mas não pode sem nós estabelecer a paz. Da mesma forma que não houve rendição de forças nem entrega de barcos, também não pode haver tratado que reconheça a soberania da União sobre aqueles territórios. Terá de aguardar-se que a comunidade internacional repare o agravo à soberania portuguesa e a reintegre nos seus legítimos direitos, para ser restabelecida uma situação normal. Por este motivo vai ser submetida à Assembleia Nacional proposta de lei com o fim de se assegurar o funcionamento dos órgãos do governo daquela Província nas presentes circunstâncias.

A primeira consequência que daqui resulta é que a representação parlamentar do Estado da Índia continuará confiada aos eleitos pelos povos de Goa, Damão e Dio. A Câmara não terá objecção quanto à presente legislatura e de futuro há-de encontrar-se meio de conferir e tornar praticável o direito de escolha aos goeses que, vivendo fora dos territórios ocupados pela União, mantenham a sua dedicação à Pátria Portuguesa. Tendo-se manifestado por toda a parte tão portugueses como os melhores e tendo arrostado com dificuldades enormes para se manterem fiéis, é apenas obrigação da nossa parte reconhecer-lhes um direito que os honra e os faz continuar presentes entre nós.

A segunda consequência é que a cidadania portuguesa deverá continuar a ser reconhecida de direito e de facto aos goeses, independentemente de lhes vir a caber dupla nacionalidade por imposição unilateral da União Indiana. Não podemos prever o procedimento da União quanto a esta e a numerosas outras questões que vão emergir da ocupação de facto dos territórios portugueses. É bem possível que nestes primeiros tempos uma política de aliciamento e captação seja prosseguida pelas

autoridades ocupantes. As dificuldades surgirão para uns e para outros quando o programa de indianização de Goa se chocar com a cultura dos goeses e o Primeiro-Ministro verificar que uma individualidade própria foi ali criada através dos séculos pela interpenetração de culturas e pelo cruzamento de raças. Penso que as violências vão ser em proporção das dificuldades e que, a demorar muito a reintegração de Goa, se siga à espoliação e à forçada igualdade na pobreza, a perda de liberdade que quanto à lingua, à religião, à cultura diminuirá os goeses. É de esperar por isso que muitos desejem subtrair-se às inevitáveis consequências da invasão, e todos hão-de ser bem recebidos em qualquer parte do território nacional.

Não devemos ter ilusões sobre os obstáculos e dificuldades de toda a ordem que se levantarão à execução do nosso programa quanto aos goeses que se encontrem fora dos territórios portugueses. A pertinácia, a raiva com que a União Indiana prossegue desde a independência à captação dos filhos de Goa no seu território, vão redobrar em relação aos que levam a sua vida em territórios estrangeiros nos quais a nossa própria acção pode vir a ser entravada por influência sua. Mas o nosso dever é lutar pelos goeses e por Goa, sem olhar a sacrifícios, como fizemos até aqui.

Uma pergunta desejava ainda fazer: em face dos factos não será lícito duvidar a justeza dos caminhos por onde foi conduzida a nossa política com a União .ndiana, no respeitante a Goa? Respondo com outra pergunta: as outras soluções que se nos deparavam que resultado trariam? A negociação, a entrega: a independência, a perda do pequeno Estado com a integração subsequente; a constituição de uma federação com o Estado independente de Goa faria regressar a questão ao princípio, por ser considerada esta fórmula como a continuação do nosso colonialismo na Índia. Em qualquer destes casos perda irreparável e sem esperança. E nós devemos continuar a esperar.

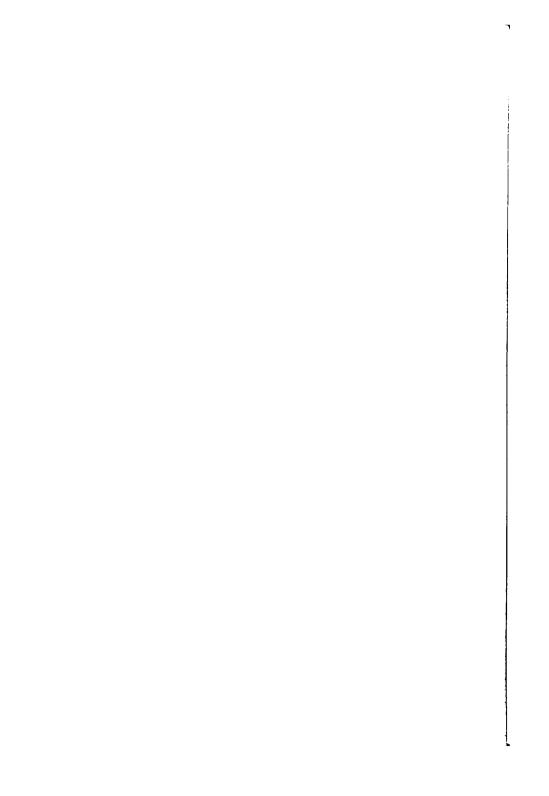
Pelas reacções verificadas em todo o mundo português e em todos os países onde existem núcleos de portugueses podemos concluir que o sentimento exigia não mentirosas negociações para encobrir o esbulho mas a afirmação do nosso direito, a denúncia da agressão e a luta em todos os campos para o fazer reconhecer. O sentir nacional foi tão vibrantemente afirmado por todos os nossos meios de informação que não seria lícito desconhecê-lo e seria imperdoável duvidar da sua autenticidade. Toda a Nação sente na sua carne e no seu espírito a tragédia que se tem vivido, e vivê-la no seu seio é ainda uma consolação, embora pequena, para quem desejaria morrer com ela.

XII. MENSAGEM DIRIGIDA AO POVO DE ANGOLA (1)

Talvez em nenhum caso recente se possa medir com mais evidência a distância entre o número e a razão como no caso de Angola, discutido e julgado nas Nações Unidas. Noventa e nove dessas nações declararam, com solenidade que comprometíamos a paz internacional e devíamos abster-nos de defender a ordem e a segurança das pessoas e dos territórios. E este veredicto não o pôde entender ninguém de qualquer situação ou raça na província. Pois quê? Os que trabalhamos para desenvolver o território, construir as nossas casas, constituir a nossa familia, converter em civilizada a terra selvagem, temos ou não o direito de defender o fruto do trabalho, os lares ameaçados, a vida da mulher e dos filhos, a riqueza colectiva acumulada, durante gerações, para bem de todos?

E muitos mais que os noventa e nove começam a dar-se conta, no Mundo, que, afinal, tendes razão. É esta que legitima e sustenta a força e está na base de toda a acção.

⁽ⁱ⁾ Publicada no número especial do *Diário de Luanda* de 13 de Abril de 1962, comemorativo do primeiro aniversário da entrada para a pasta da Defesa Nacional.



XIII. UNIDADE DAS FORÇAS ARMADAS E CONSCIÊNCIA NACIONAL.⁽¹⁾

Senhores Ministros e Senhores Oficiais:

Desculpar-me-ão que não me demore a agradecer em nome do Governo os cumprimentos que me foram presentes, para me deter uns minutos a considerar dois tópicos das palavras aqui ouvidas — unidade das forças armadas e consciência nacional, a mesma consciência que as impeliu a tornar possível uma nova ordem de coisas em 28 de Maio de 1926.

Direi primeiro que me parece não haver força armada sem unidade e esta revela-se tanto na simples presença como na actuação efectiva. É pela unidade que um Exército se distingue de um bando armado e que a sua acção, mesmo quando devastadora, pode ser no final construtiva, se reflecte uma disciplina e assegura ou edifica uma ordem. Mesmo reduzida ao mínimo do seu conteúdo possível, a unidade da força armada exige um substracto moral e na realidade das coisas a adesão espiritual à Pátria. Quando a Nação se apague dos espíritos como o primeiro valor a defender, não há soldados, não há exército, mas indivíduos que não sabem que fazer das suas armas. A unidade nacional é condição da unidade do Exército; por sua vez o Exército é o último quadrado que nas crises mais graves defende o destino e a consciência da Nação. — Estes conceitos explicam muita coisa da história do nosso tempo.

Na confusão de ideias em que vivemos hoje, já admitem alguns que só um grande Estado se arrogue o direito de estruturar uma Nação; os mais Estados e as mais Nações haviam de dissolver-se ou diminuir-se no reconhecimento dessa unidade, subordinando-se-lhe inteiramente e submetendo-se à sua direcção. Daqui vem que no credo comunista o nacionalismo é para todos nós um pecado e para a Rússía uma virtude que se deve venerar. A forma porém como se previu e verifica a evolução dos acontecimentos tem variado na mente dos dirigentes e na prática das coisas: a cada momento são as circunstâncias que indicam o melhor caminho a seguir. Como se conclui pela impossibilidade na Europa da guerra de fronteiras, anunciam as duas maiores potências da Terra ter acordado e ir propor aos mais a luta contra a guerra, contra a propaganda belicista, contra o armamento convencional ou não. Entendamos bem os termos da combinação: proíbem-se as querras que não haverá,

iii Discurso pronunciado no acto de cumprimentos das Forças Armadas, em 28 de Maio de 1962.

mas estimular-se-ão as guerras que continuará a haver. A França não invadirá a Alemanha, a Bélgica não se baterá com a Holanda, a Espanha respeitará Portugal; mas os mesmos que tão convictamente se hão-de vangloriar duma paz já consolidada por força dos acontecimentos e da vontade dos povos, continuarão a reivindicar o direito de interferência ideológica, de apoio político e financeiro, de fornecimento de armas, da preparação de núcleos subversivos em territórios estrangeiros, por cima e sem embargo das relações diplomáticas, das declarações de amizade e dos desejos de boa vizinhança. E o fundamento desta política contraditória está em que não se trata de guerras de conquista mas de guerras de «libertação», tal qual a efectuada em Goa, com desprezo dos direitos soberanos de Portugal e dos interesses dos goeses, não considerados no conflito nem havidos para nada, senão por nós mesmos, antes e depois da ocupação.

Sendo pois que na Europa vão diminuir as possibilidades de guerra externa, mas aumentarão noutros continentes as de tipo diverso, por efeito das contradições em que as nações ocidentais se vão deixando enlear, é para a África sobretudo que têm de dirigir-se os nossos esforços, porque não temos motivos para diferenciar os territórios e muito menos para abandonar os portugueses de além-mar. É desde há séculos pluricontinental e plurirracial a Nação portuguesa, e isso sem prejuízo da sua unidade, nem das largas autonomias locais; e as guerras que ali nos são impostas desconhecem tanto a história como o direito como os verdadeiros interesses dos povos que para elas são arrastados. Os que nos defendemos em África defendemos de facto a África, e fazemos uma experiência histórica, permitindo confrontar os efeitos duma obra conduzida para benefício geral por nações portadoras duma cultura e os resultados do abandono, ainda que largamente subsidiado, a que serão votados muitos povos africanos. A invasão de Goa no que representa de desmentido ao apregoado pacifismo da União Indiana, os actos terroristas de Angola no começo do último ano, a defesa da Província apoiada na população brança e de cor que se reconhece tão portuguesa uma como a outra, o êxito militar, a sucessiva expulsão dos terroristas para além-fronteiras e a recuperação das populações deslocadas são factos que começam a pesar nos juízos dos homens em muitas nações e confio em que chamarão os mais à evidência das coisas. É certo que fazemos ali uma querra difícil e custosa, e que a fazemos sòzinhos (não digo sem alianças, digo sem aliados); mas é igualmente certo que cumprimos um dever para connosco e para com um continente que deve sobretudo a Portugal os seus primeiros contactos com a civilização.

A reconsideração geral dos factos e dos conceitos que se encontram na base da política africana e da política do Mundo Ocidental em relação à África, pensamos que se fará a tempo de evitar as últimas derrocadas; e, embora o nosso povo seja muito atreito a afinar os seus juízos pelo veredicto estrangeiro, neste particular a barreira oposta pela consciência da Nação às campanhas vindas de todos os quadrantes não pôde ser vencida nem abalada sequer; e seria bem importante que o fosse, para os que trabalham na desintegração europeia, tanto aqui como no Continente Africano. O povo não pode ter o conhecimento em pormenor destes problemas; tem porém a

XIII. Unidade das Forças Armadas...

acuidade do instinto que, tendo-o feito Nação há muitos séculos, o mantém atento às exigências da sua identidade e da sua própria sobrevivência. E do que se trata afinal é de sobreviver e de continuar iqual a si mesmo.

Temos pois a unidade e coesão das forças armadas e quase seria uma traição aos mortos que houvesse o mais pequeno dissídio; temos a consciência da Nação firme e bem formada acerca deste problema fundamental. Pergunto a mim mesmo o que podem valer, em face deste bloco, a agitação e as lucubrações, mesmo que inspiradas do estrangeiro, dos que infelizmente perderam a sua alma de portugueses e não sentem já Portugal.

	7
	:
! !	
! !	
! !	
! !	
	!
	j

XIV. DEFESA DE ANGOLA – DEFESA DA EUROPA (1)

Senhores Ministros, Senhores Oficiais:

Acontece-me neste momento o caso estranho de verificar nunca ter entrado nesta casa e não obstante ter aqui vivido os últimos dezoito meses. Nesse nem sei se longo se curto espaço de tempo, através do Chefe do Estado-Maior General e da cooperação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, todos diligentes e incansáveis, tudo se fez para cumprir a promessa feita há dezoito meses a Angola e, em face de idênticas ameaças, aos outros territórios do Ultramar. Por mim nada mais podia ser nem representar que atenção desperta e vontade firme na execução deste ponto que reputo o mais transcendente da política nacional.

Mas nem só aqui se trabalhou: o esforço das Finanças, «nervo da guerra», as vastas e ousadas reformas empreendidas pelo Ministério do Ultramar, a incansável actividade dos Negócios Estrangeiros, todos se dirigiam ao mesmo objectivo: esclarecer a opinião do mundo, avançar no caminho da consciência política e da organização administrativa dos territórios de além-mar, converter à vida pacífica as populações desvairadas pelo medo e sacrificadas ao ódio dos terroristas. Em Angola, a provincia até hoje mais afectada, colonos europeus, população autóctone e forças armadas fizeram indiscutível afirmação de presença e de resistência tenaz ao esforço do terrorismo, e por isso os temos a todos como os grandes factores da recuperação.

Se me perguntam se a guerra acabou de facto em Angola, responderei que, nos precisos termos em que foi lançada, isto é, para domínio exclusivo de uma parte restrita do território aonde não pudesse chegar a afirmação e actuação do poder português — sim, a guerra pode dizer-se que acabou, sem embargo de ataques esporádicos como podem suceder em Lisboa ou em Paris, na Venezuela ou na Colômbia. Trata-se de um fio de água, nascido além-fronteiras, protegido até elas, que se infiltra através das ínvias picadas das florestas para reaparecer no interior do nosso território. Por mais estranho que pareça, esse pequeno fio que nasce no Congo, em Conakry ou em Accra, ou ainda mais longe, poderia no entanto ser estancado e enxuto nalgumas grandes capitais como Washington ou Londres. Mas a política não é aí compreendida da mesma forma.

Discurso proferido na Cova da Moura, em 4 de Dezembro de 1962, ao deixar a Defesa Nacional.

É nossa convicção que estamos a defender a Europa nos últimos redutos em que ainda pode ser defendida. Se esta tese não é unânimemente acolhida porque se entreveja como possível a defesa ocidental nos pequenos espaços europeus ou por força de espúrias combinações diplomáticas, um aspecto há que muito particularmente nos respeita e em que não pode ser-nos negada competência nem legitimidade de juízo — é que estamos ali a defender Portugal.

Só não se ter em conta o que representam na história e nos direitos de um povo a descoberta e a ocupação de territórios práticamente desabitados; só o desconhecimento das possibilidades que tenham os povos de África de elevar-se por si sós a níveis de civilização; só o desprezo da obra do branco, mau grado as suas imperfeições e deficiências, em relação a outras etnias ou culturas, empreendida nos continentes onde trabalhou ou se estabeleceu; só a incongruência, o ilogismo, a confusão em que vivemos podem explicar os discursos proferidos em altas assembleias contra os direitos de Portugal, em línguas puras da Europa, em termos clássicos de formação europeia, se bem que infelizmente rescendendo a teorias de mestres também nossos mas transviados.

O apoio assim tão claramente dado aos movimentos subversivos e o seu poder contagiante podem fácilmente dar origem a novos surtos terroristas. Isto quer dizer que, enquanto persistir a actual desorientação da vida do mundo, a guerra, essa guerra que mal sopita sob as cinzas pode recomeçar, em Angola ou algures, e não já filha das mesmas forças subversivas mas até de outras que se organizem, instruam e equipem além-fronteiras, com a clara aparência de autênticas forças invasoras. Nesse momento, se o facto vier a verificar-se, novos problemas estarão criados, não exclusivamente para nós mas para muitos outros povos que pensam erradamente serem as jovens independências o fim da evolução africana, quando marcam apenas o principio da reestruturação de todo um Continente a fazer-se em guerras seculares. São estas dúvidas ou sombrias perspectivas que sobretudo impedem o trabalho de reconversão das nossas forças militares em forças de paz, de trabalho, de educação das populações em que mais útilmente se empregariam. E neste contexto têm razão os que fazem depender sobretudo da política mundial, e não da nossa política ultramarina, o termo de operações de querra no Ultramar Português.

Sendo assim, que vantagem pode haver em continuar-se a lutar? O problema não deve pôr-se neste terreno mas no domínio dos deveres do Estado, responsável pela vida e pelos interesses dos portugueses, responsável pela paz e desenvolvimento material e moral das populações, responsável ainda pela manutenção da sua própria integridade territorial. Mas, se quisermos desprender-nos destes conceitos, direi que grandes vantagens trouxe ao mundo a resistência portuguesa em África. Fomos nós que pagámos com o sangue dos soldados, as lágrimas das famílias, os sacrifícios das populações, a viragem notada no pensamento geral acerca do problema específico português e do problema geral da colonização. Numerosos têm sido os que durante a luta puderam repensar as suas primeiras ideias, corrigir seus juízos, ver como se equivocaram ao submeter-se a estribilhos com os quais, consciente ou inconscientemente, se tem diriqido o mundo. A nossa atitude alertou as inteligências, desfez

XIV. Defesa de Angola – Defesa da Europa

hipocrisias, por demais evidentes aliás, chamou a atenção para os perigos, e muitas nações começaram a duvidar da validade das posições tomadas ao princípio. Se um povo inteiro se sacrifica, como nós próprios, isso não pode ser por capricho ou incompreensão dos governantes mas por alguma coisa que traduz a essência e sentido da sua história e o seu modo de compreender e viver a vida.

Ora quando, terminada a evolução do pensamento mundial e desfeitas as nuvens emocionais que turvam as inteligências, se vir aquilo por que verdadeiramente lutamos — o progresso dos povos que nos estão confiados, a realizar pela única forma compatível com o seu modo de ser — então será mais fácil a resolução dos problemas postos. Uma coisa no entanto haverá que lamentar: a ONU, se então ainda existir, não ouvirá já os fogosos discursos contra Portugal de muitos dos seus oradores. A literatura perde o que a paz do mundo acabará por ganhar.

•

Estava longe de mim fazer coisa parecida com um discurso. O meu intuito, ao confiar os assuntos privativos da Defesa ao novo Ministro, era apenas afirmar que sem olhar a sacrifícios temos cumprido as nossas promessas e que a complexidade dos problemas suscitados à Economia, à Política, ao Ultramar, às Finanças, aos Negócios Estrangeiros, aos Ministérios Militares, se me permitem não estar aqui, não deixam separar-me de vós.

XV. REALIDADES E PRINCÍPIOS DA POLÍTICA PORTUGUESA

Artigo para a Revista Inglesa International Affairs (1)

Ao ser-me dirigido o convite para colaborar nesta Revista com um artigo, foi-me sugerido como de especial interesse que me ocupasse das críticas feitas a Portugal nos últimos anos, e não só no que respeita ao sistema político português como à nossa política ultramarina. A maioria dos portugueses conhece essas críticas e achará que devo aproveitar a oportunidade não tanto para tentar destruí-las como para ilustrar certo número de factos que em geral passam despercebidos aos observadores estrangeiros e se encontram na base das suas apreciações.

I.

Exprimi em tempos a opinião de que o mundo estava a sofrer de uma doença que poderia designar-se por intolerância em relação à autoridade; e de que, para aliviar os efeitos dessa doença sobre os povos, os políticos não pareciam ter encontrado outro remédio que não fosse a frequente mutação dos detentores dessa mesma autoridade. Assim as crises apresentar-se-iam como sendo a própria vida política e a sua mais vincada expressão.

Se bem que a história recente, nomeadamente na Europa, forneça alguns exemplos que parecem desmentir a validade daquele diagnóstico e daquela terapêutica, nas próprias reacções que têm despertado será possível encontrar uma síntese das críticas que nos são dirigidas a nós em matéria de política interna e que poderão talvez enunciar-se como visando, por um lado, o exercício da autoridade, que uns consideram excessivo, e por outro lado a insuficiência de crises políticas, que outros julgam anormal.

Uma tentativa de análise da validade de tais críticas exige uma referência, breve que seja, aos antecedentes das reformas políticas operadas em Portugal desde 1926. Haverá que relembrar, em primeiro lugar, que com a passagem revolucionária da monarquia para a república, em 1910, se subverteram instituições políticas e administrativas — que tinham, nalguns casos, oito séculos de tradição — sem que desde logo pudessem ter surgido outras em que o novo regime republicano assentasse a base do governo e da administração. Assim, o idealismo dos homens que fizeram a República teve de servir-se das mesmas instituições do constitucionalismo monárquico, o que quer dizer que foi efémero o sopro de vida nova que a República trouxe

⁽¹⁾ Publicado no número de Abril de 1963.

ao País: os propósitos renovadores, os esforços e a capacidade de muitos dos homens do regime perderam-se na luta dos partidos políticos herdada da monarquia constitucional, luta agravada pelo deflagrar das paixões e pelo consequente acréscimo de violências na vida portuguesa. O jovem regime não pôde normalizar-se ou estabilizar-se e teve de contemporizar com a anarquia da vida política e administrativa e, frequentes vezes, com a desordem nas ruas. Ao longo de escassos dezasseis anos, o país conheceu nove chefes de Estado, dos quais só a um foi permitido chegar ao fim do mandato; governos houve guarenta e cinco, alguns dos quais apenas duraram breves dias: contam-se por muitas centenas as revoluções. pronunciamentos e atentados terroristas. Cito estes números não porque pretenda com eles acreditar uma teoria sobre a relação entre a estabilidade política e a ordem - relação a que cada país e cada sociedade atribuição porventura valores diferentes, más sempre aferidos pela capacidade própria de suportar o desgaste material e moral que a instabilidade e a desordem provocam. Menciono-os apenas para se compreenderem as razões por que, no termo desse período, com o Tesouro vazio, o crédito inexistente, a economia paralisada, a administração sem rumo, o país teve de responder a um certo número de interrogações e agir em conformidade com as respostas que encontrou.

Consistiu a primeira em saber se, para se garantir a seguência de uma boa administração, bem como a estabilidade e a eficiência do Governo, se poderia dispensar uma base política e institucional. Sendo negativa a resposta, como seria em qualquer outro país, tratava-se de saber se o sistema de instituições políticas ao tempo existentes, de natureza partidária e parlamentar, poderia garantir a estabilidade governativa de que o país necessitava para a sua reconstrução moral e material. Ora o Parlamento, em Portugal, poderia entronçar as suas tradições nas Cortes da monarquia absoluta; mas, substituída esta pelo constitucionalismo, a instituição parlamentar não mais encontrara a medida justa de equilíbrio entre os órgãos legislativo e executivo, que tendiam a confundir-se, a atropelar-se, a substituir-se. Acresce que o Parlamentarismo de base partidária, se pode funcionar quando assenta num sistema de dois partidos, vê destruídas quase todas as suas virtualidades quando os partidos proliferam. Em Portugal, salvo curtas fases de rotativismo entre dois partidos principais, a regra foi sempre a da multiplicação dos partidos políticos: e, contràriamente ao que alguns defendem, sempre o facto revelou maior confusão dos espíritos e não maior liberdade de expressão ou riqueza do pensamento político. À luz destas realidades, e sobretudo da experiência não só dos primeiros anos da República mas também, e pelo menos, do meio-século que a antecedeu, a resposta à segunda pergunta foi, assim, no sentido de que as instituições políticas existentes não serviam para realizar a reforma que o país tinha o direito de exigir: ele ansiava pela moralização dos costumes políticos, pela modificação da mentalidade geral, pelo progresso da economia, a estabilidade das finanças, a melhoria de relações entre o capital e o trabalho.

Para essa obra de reconstrução nacional houve então que obter a resposta a uma última pergunta que correspondia a um apelo a todos os portugueses de boa

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

vontade, quaisquer que fossem as suas filiações partidárias anteriores, no sentido de se unirem em volta de uns tantos princípios fundamentais, sem os quais tais reformas não poderiam realizar-se. O apelo foi acolhido pela grande maioria da Nação: assim surgiu a União Nacional, assim se definiram e reforçaram as instituições, se aprovou, mediante plebiscito, a Constituição de 1933, desde então em vigor, e se deu ao Estado a autoridade que até aí lhe faltara.

É neste ambiente político que têm trabalhado homens de várias formações e tendências, exclusão feita dos comunistas. Assim, monárquicos e republicanos, liberais e dirigistas, progressistas e conservadores, católicos e não católicos, nunca qualquer destes rótulos impediu que alguém capaz deixasse de assumir responsabilidades na administração do país. Tão-pouco foi alguma vez exigida a filiação na União Nacional. Não é pois válida a crítica que pretende apodar-nos de regime de partido único. O que será exacto dizer, isso sim, é que a nossa vida política assenta numa base não partidária, isto é, o Governo governa sem partidos, que a Constituição não prevê.

Não desejo embrenhar-me nas discussões teóricas que podem suscitar-se acerca da essência da democracia e da autenticidade da sua expressão nas instituições. Refiro apenas que a ausência de partidos não diminui, antes pelo contrário, a liberdade de crítica parlamentar nem impede que o modo de ver do Governo, quanto a soluções positivas dos problemas nacionais, seja algumas vezes preferido por outros. Isto quer dizer que, se não se tem o apoio de um partido, também não se enfrenta a ditadura de uma maioria. No mundo moderno os povos são mais dominados por preocupações de natureza económica e social do que de natureza política, de onde resulta que a acção governativa no respeitante a esses domínios interessa mais as massas do que lhes interessam os partidos e as bases filosóficas dos seus programas. Nem de outra forma se compreenderiam as frequentes mutações de votação nuns casos e, noutros, a indiferença das populações em pleitos eleitorais. A vida passa à margem das competições.

Não pretendo, com isto, discutir a instituição partidária, e muito menos denegrir os políticos que nela fundam a sua missão; apenas afirmar que os partidos não podem arrogar-se o exclusivo do patriotismo, nem da devoção ao serviço público, nem da representação da vontade popular, nem sequer da eficiência como instrumentos da vida política. E muito menos em Portugal, onde quase cem anos de partidarismo não puderam fazer vingar a instituição.

Não se julgue que não haver partidos organizados é o mesmo que não existirem correntes diversificadas de pensamento ou mesmo não haver princípios alguns por que se dirija o Governo da Nação. Seria impossível governar sem eles; o essencial é defini-los e fazer que a grande massa da população os aceite. Aliás contentamo-nos com pouco. Contentamo-nos com os princípios que derivam das tradições históricas da Nação, que a grande maioria do povo português deseja manter, nomeadamente na concepção cristã da vida e na defesa moral e material da família como elemento social básico; resultam do nosso conceito humanista e arreiga-

damente individualista da evolução e progresso das sociedades humanas; correspondem à obrigação, inerente à responsabilidade governativa, de garantir o progressivo aproveitamento e utilização das riquezas nacionais para benefício da comunidade, dentro do mais ambicioso critério de justiça social compatível com as realidades económicas.

A alguns destes princípios corresponde uma função que pode chamar-se orientadora e não se intimida perante a responsabilidade de garantir a defesa dos valores morais e tradicionais dentro dos quais o povo português quer viver. A outros, nomeadamente aos que focam os problemas de desenvolvimento económico, corresponde a função promotora do Estado. Em ambos os casos, e dada sobretudo a limitação dos nossos recursos, cremos firmemente que a ordem e o equilíbrio social são indispensáveis; e cremos também que tal ordem e tal equilíbrio têm de ser criação constante do Poder. Para isso, o Estado tem que dispor de uma medida de autoridade, que não tem de ser violenta nem pode ser injusta, mas tem de ser acatada se se mantiver nos limites impostos pela lei. É contra o exercício dessa autoridade que se manifestam os nossos críticos. O mérito dos seus reparos ou das suas reivindicações terá por isso de ser avaliado conforme o julgamento que fizermos de ser ou não legítima a lei, de ser ou não justa a medida em que a autoridade se manifesta.

Esta questão da legitimidade da lei adquire relevo especial no que respeita às liberdades públicas, que alguns nos acusam de não garantirmos em grau suficiente e outros mais extremistas entendem não concedermos. Suponho não necessitar demonstração o que, aliás, é princípio comprovado da ciência política: as liberdades ilimitadas destroem-se a si próprias. Por isso é que tais liberdades são, em toda a parte, condicionadas e esses condicionamentos traduzem de facto restrições. O problema consistirá, por isso, em saber se a medida de restrição que em Portugal impomos às liberdades públicas, é ou não excessiva, isto é, se ultrapassa as necessidades ou conveniências da vida colectiva.

Contrariamente ao que se pensa por vezes, as restrições adoptadas não partem de uma posição ideológica que queiramos impor; nem tão-pouco do convencimento que tenhamos de sermos detentores de uma única verdade. Temos entendido que as liberdades existem na medida em que sejam prática corrente da vida, de onde resulta que o essencial é fazê-las viver. Nisto, creio, somos pragmáticos, e como tal não podemos alhear-nos do quadro humano em que o problema está colocado.

Ora a verdade é que no povo português concorrem duas características que são virtudes das mais altas quando tomadas no todo — isto é, a Nação — mas que não deixam de ter um reverso quando projectadas na vida diária dos vários escalões dos agregados políticos e sociais. Refiro-me ao extremado sentido individualista do português e à sua generosidade de alma. Aquele leva-o a retrair-se perante toda a tentativa de alinhamento comunitário, em que as suas convicções sobre as coisas e as pessoas haveriam de subordinar-se à acção de uma minoria dirigente. É inevitável

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

criar-se uma espécie de desconfiança perante a autoridade, não porque se lhe neque idoneidade, mas porque se deseja que ela seja menos apegada ao geral e mais ao particular, o que quer dizer ao humano. Daí resultam não poucas contradições na maneira de ser dos portugueses, que o estrangeiro dificilmente pode compreender: profundamente católico, quando religioso, o português é ao mesmo tempo anticlerical; estudioso e cumpridor não respeita, por princípio, o mestre; altamente competente quando profissional tem dificuldade em adaptar-se ao trabalho de conjunto. No círculo do seu viver quotidiano cada português tem Conceitos próprios que diferem dos do seu vizinho, num pormenor que poderá ser secundário mas é quase sempre bastante para impedir que se dêem as mãos no mesmo esforço. Este traço do carácter português dá às nossas gentes apurado sentido crítico que, perante os acontecimentos, as leva desde logo a aperceber-se do que neles é genuíno e essencial: mas que ao mesmo tempo lhes reduz as proporções e provoça a observação arguta, quase sempre com acento nos aspectos negativos das pessoas e das coisas. Na prática, e em termos da vida política, isto significa que o povo português, a menos que reconheça a presença do ideal nacional, colabora com dificuldade. Ai se encontra. crejo, a explicação primordial do inêxito do partidarismo político em Portugal; aí se encontra, também, um escolho que exige determinadas ordens de limitações para que as liberdades políticas possam ser realmente vividas.

Não se infira daqui que o português é cínico ou interesseiro, pois na origem desse individualismo crítico não se encontra uma atitude intelectual nem um cálculo de utilidade: pelo contrário, é também peculiar do português ser generoso, afectivo, emocional. E é precisamente esse lado emocional que pode arrastar o português a vibrar em volta de um facto, de uma ideia, de uma personalidade. Em tais períodos, o espírito generoso do povo leva-o a perder o seu habitual sentido das realidades. Quando a experiência demonstra que as promessas eram vãs ou a personalidade menos heróica, o português readquire ràpidamente o seu equilibrio, embora por vezes com exagerado desânimo. Quer dizer que, também em Portugal, a demagogia pode ter e tem tido os seus êxitos. Mas a nós tem-nos parecido ser esse um caminho pouco honesto, pois que joga em demasia com as esperanças do povo, embora na certeza de não poder satisfazer mesmo os seus anseios legítimos.

Temos tentado, por isso, seguir um curso de acção em obediência ao qual, e levando em conta o carácter do nosso povo, as liberdades públicas são regulamentadas com vista ao seu exercício efectivo, e não em função de um ideal que a experiência provaria inatingível. Mas não desejaria deixar de analisar concretamente duas das acusações que nesta matéria nos são feitas, com vista, sobretudo, a responder à pergunta acima deixada em aberto sobre a legitimidade das leis reguladoras das liberdades públicas. A regulamentação das liberdades de reunião, de associação e de expressão do pensamento, reconhecidas na Constituição, é tomada pelos críticos como se a sua incidência na actividade política correspondesse a uma interferência global na vida dos indivíduos e portanto a restrições incomportáveis dos seus interesses, e não é isso que acontece. Para além da actividade política há toda a trama da vida individual e colectiva cujos direitos e inte-

. - -

resses não são tocados pelas restrições impostas àquelas liberdades. Assim, se os indivíduos se podem reunir para defesa de quaisquer interesses legítimos, diferentes dos interesses políticos; se podem associar-se para fins que não os partidários; se podem exprimir o seu pensamento por forma a não ofender terceiros nem prejudicar o interesse público, pois as restrições existentes não têm as repercussões sociais que os políticos supõem. A questão não está na existência de restrições que em toda a parte existem, mas, nuns casos, na matéria vetada e, noutros, na forma de intervenção que se adoptou. Por outras palavras: entre nós tudo se cifra na proibição da organização de partidos políticos e na instituição da censura oficial à imprensa.

Pode afoitamente dizer-se que fora da actividade política nunca foi tão intensa como agora a vida associativa. E nem podia deixar de ser desde que a própria feição corporativa da Nação portuguesa leva a promover e multiplicar a organização dos interesses mais diversos. Esta vida associativa não pode deixar de incrementar a apreciação dos problemas económicos, intelectuais ou morais da sociedade portuguesa, bem como a crítica das soluções governativas. Os que se habituaram à ideia do Estado eriçado de restrições e de vigilância policial ficam muito surpreendidos por notarem com quanto à vontade a opinião pública se manifesta num sentido ou noutro e como esta é tida em conta pela administração sempre que justificada e sempre que haja remédio possível para os males que aponta.

Quanto à liberdade de imprensa tem de reconhecer-se que os profissionais da imprensa são de facto alérgicos à existência de uma censura oficial, embora restrita à eliminação do que possa tender a deformar a opinião pública e a prejudicar os interesses superiores da Nação. Sabe-se que a censura é extraordinàriamente benigna e que a maior parte das suas intervenções podia ser substituída pela demonstração da inconveniência da matéria a publicar; sabe-se que neste sistema a imprensa pertence a empresas privadas e que não são utilizados pelo Estado nenhuns elementos de pressão para obter uma boa vontade ou orientação diferente ainda que justificada. A máquina administrativa não intervém por nenhuma das suas múltiplas actuações possíveis. De modo que a censura nos tem parecido a forma mais séria e autêntica de exercer uma intervenção, se necessária, mas tem de reconhecer-se que os interessados o não compreendem assim e que o problema tem de ser considerado na nova lei em preparação.

Os que vivemos o período de 1910 a 1926, na plenitude da afirmação legal da liberdade de imprensa, e verificámos os assaltos aos jornais, as ameaças, as prisões dos jornalistas, podemos afirmar que, com a censura oficial, a imprensa tem gozado efectivamente de muito maiores garantias de isenção e de muito maior segurança no seu trabalho, podendo esclarecer e interpretar a opinião pública, talvez com menos sensacionalismo, mas com maior verdade e mais perfeito sentido da alta missão que lhe cabe.

Acusam-nos também de possuirmos uma organização policial para defesa do Estado e, se não nos acusam de «depurações», tão correntes noutros países, lançam-nos em rosto a crueldade dos métodos policiais. Não há seriedade nem verdade em tais críticas. As secções especiais das polícias noutros Estados não têm fim

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

diverso e, quanto a crueldade, à parte a lei, nem sequer no-la permite a conhecida doçura dos nossos costumes. Nenhuma organização policial no mundo tem deixado de sofrer idênticas acusações, quando a sua actuação é de molde a tolher a actividade inimiga cujo primeiro esforço é desacreditar os organismos de que todos os Estados são obrigados a servir-se para garantia da sua própria existência e estabilidade, sobretudo em tempos tão conturbados como os que se atravessam.

Quando estas críticas nos vêm de sectores não comunistas, devemos crer que há um amolecimento perigoso em face da guerra psicológica que os sectores comunistas conduzem e de que muita gente de boa fé não suspeita. A nós nos acontece o caso seguinte:

Há bastantes anos o Governo estabeleceu numa das ilhas de Cabo Verde um estabelecimento prisional para delinquentes políticos e sociais, entenda-se comunistas. Por dificuldades de ordem local que se repercutiam no seu bom funcionamento o estabelecimento foi extinto e abandonado há bastantes anos. Ora eu continuo a receber dos partidos comunistas e organismos afins instalados nos mais diversos países numerosos telegramas de protesto contra o «campo do Tarrafal». Isto quer dizer que as organizações comunistas receberam em devido tempo ordem das «centrais de comando» para manterem vivo o seu protesto contra a existência de um estabelecimento penal de repressão do partido. E quer dizer ainda que não se importaram de actualizar as ordens, visto que a grande imprensa ocidental continua a segui-las sem se importar de verificar a sua exactidão. Teremos assim que os partidos comunistas manterão «vivo» o Tarrafal enquanto na guerra que nos movem o protesto der algum rendimento ou contribuir para o descrédito de um Governo que lhes é hostil. Para estes não importa a verdade mas só aquilo em que se crê.

Referi acima que, dada a limitação dos nossos recursos, a ordem e o equilíbrio social são indispensáveis à acção do Estado português no sentido da reconstrução política, económica e social do país. Procurarei elaborar um pouco mais a ideia.

Nós somos, no continente europeu, um pequeno país sobrepovoado, cuja população tem vindo a aumentar progressivamente. O nosso subsolo é pobre em minérios e combustiveis. A agricultura sofre de dois males naturais: três quartos do país são terreno rochoso e montanhoso e o regime de chuvas é irregular, com tendência nas zonas de concentração cerealifera para secas extremas e prolongadas. Quer dizer, as condições naturais por um lado não têm facilitado a industrialização rápida do país; e por outro impõem a industrialização, dado que a agricultura não pode absorver nem o excedente anual de mão-de-obra nem sustentar em condições razoáveis a que a ela se encontra afecta.

A tarefa que assim recai sobre os governantes, sejam eles quem forem, é pesada. Há que operar a transferência progressiva de parte do potencial humano dedicado à agricultura ou a ela apegado pela força das coisas, para outros sectores, um dos quais, a indústria, mal acabada de entrar na senda do desenvolvimento, já se vê a braços com a necessidade de se reorganizar para fazer face à concorrência que desde o fim da guerra vem caracterizando as relações económicas internacionais. O nosso plano

de fomento em curso prevê, assim, um encaminhamento para os sectores industrial, do comércio e dos serviços, até 1964, de uma parte da população activa do país. Levando em conta os saldos fisiológicos dos últimos vinte anos, o número de pessoas que vai fixar-se no Ultramar e o daquelas que emigram para o estrangeiro, bem como a aludida necessidade de transferência de mão-de-obra da agricultura, isto significa que temos de encontrar, na indústria, no comércio e nos serviços, cerca de 40 a 45 mil novos empregos em cada um dos próximos anos. Creio que atingiremos um ponto de equilíbrio quase ideal quando a agricultura não necessite ocupar mais de 30% dessa população activa e a restante encontre emprego adequado nos demais sectores da actividade económica.

Defrontamos, por isso, um problema essencialmente humano, ao qual nem sempre poderemos aplicar a frieza matemática da planificação económica, pois que a solução exige constante preocupação de equilíbrio. Nalguns meios estrangeiros e nacionais faz-se julgar, porém, que o modesto nível de vida do povo, o passo relativamente lento do desenvolvimento industrial, os problemas da agricultura, provêm da incapacidade da administração. Como se não fossem preocupação constante do governo ou sequer do seu conhecimento, apontam-se os caminhos que não saberiamos ou não quereriamos seguir. A reforma agrária é um dos temas favoritos, sendo a repartição de terras o principal aspecto encarado, numa tentativa vidente de exploração demagógica. Oculta-se, nesta matéria, a circunstância de o roblema se pôr com muito maior acuidade, em função da produtividade da agriultura, no excessivo parcelamento da propriedade rústica em certas zonas do país do que na excessiva concentração em outras. Pretende-se ignorar que o baixo rendimento da lavoura provém mais da permanência de culturas tradicionais pobres do que de qualquer outro factor, além dos naturais acima apontados. Não se refere o esforço feito nas últimas duas décadas com a diversificação das culturas, a adopção de culturas industriais e nomeadamente com a intensificação do repovoamento florestal. Lança-se a miragem da mecanização da agricultura como se a não conhecêssemos e sem se citarem quer as dificuldades de ordem técnico-agrícola e financeira quer a necessidade simultânea de criar emprego para a mão-de-obra que tal mecanização vai libertando. Por último, faz-se letra morta de tudo quanto se tem feito em todos estes domínios, para deixar a impressão de um imobilismo protector do latifundio ou seja do proprietário abastado. A verdade é que em relação ao problema agrícola a nossa política tem visado um objectivo: aumentar a produtividade da lavoura e procurar eliminar as causas das crises cíclicas, atacando-as nas suas origens, entre as quais se nos tem afigurado terem prioridade os problemas da irrigação das zonas de sequeiro, o da diversificação de culturas e o da melhor distribuição da população rural. Tudo o mais, incluindo o regime da propriedade, que aliás se procura corrigir, será mais consequência do que causa do êxito que tiver a programação que nesses aspectos estamos intensificando.

Um último exemplo das críticas que nos são feitas, e que só rejeitamos na medida em que ou são mal intencionadas ou deficientemente informadas, refere-se às rela-

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

ções entre o capital e o trabalho e, mais precisamente, a não ser em Portugal reconhecido o direito à greve. A este respeito notarei, em primeiro lugar, que foi uma das primeiras preocupações do regime tentar eliminar da relação capital-trabalho o espírito da luta de classes. E pelas mesmas razões que levaram os autores da Constituição a excluir da orgânica da vida política e administrativa da nação os partidos políticos, também se julgou indispensável à obra de reconstrução não permitir que as organizações operárias continuassem a servir de elementos de pressão política ao sabor dos interesses das facções: somos demasiado pobres para nos permitirmos esse luxo. Entendeu-se então, e continuamos a entender, que a razão de ser das associações profissionais consiste na defesa dos seus interesses, mas que esses. como o de todos os restantes elementos activos, deverão subordinar-se aos interesses superiores da Comunidade. Para tanto promulgou-se um estatuto do trabalho. criaram-se as associações profissionais dos trabalhadores com carácter nacional e apolítico, estabeleceram-se associações patronais, definiram-se as normas a que deve presidir o trato entre umas e outras e erigiu-se o próprio Governo em árbitro dos pleitos que porventura não pudessem ser solucionados pela negociação directa e regulados em contratos colectivos. Deste modo estruturou-se todo um sistema com base no qual se processam as relações entre o capital e o trabalho, cobrindo não apenas o problema dos salários mas também os da assistência e da previdência e, de uma maneira geral, todas as guestões que tocam os interesses dos diversos ramos profissionais. Não se tem a pretensão de ter descoberto a forma de evitar todos os conflitos, ou de satisfazer todos os desejos. Mas que o sistema tem funcionado satisfatòriamente prova-o o facto de ter subido sem cessar o nível de vida do operariado português, sem que este tenha tido de perder parte dos seus proventos para, por mejo de greves, alcançar a satisfação das suas reivindicações mais prementes. Outras, sem dúvida, legítimas e justas, não têm podido ser satisfeitas por não o consentirem as realidades económicas do país. Mas essas não são exclusivas dos trabalhadores e só o esforço colectivo e o progresso que puder realizar-se em paz as asseguração um dia.

Alonguei-me mais do que desejava, mas não porque fosse minha intenção fazer a apologia da obra realizada, pois temos a noção das deficiências das nossas realizações. Algumas poderão ser atribuídas a faltas da administração; outras, a maioria, dependem de circunstâncias externas e das realidades sobre as quais temos que trabalhar. A opinião dos países econômicamente poderosos está inclinada, naturalmente, a olhar os problemas dos outros pela medida em que se põem os problemas semelhantes das respectivas sociedades e pelos meios ao seu dispor. Daí que, no caso português, lhes custa a compreender os motivos pelos quais o equilibrio social e a ordem nos são tão essenciais para realizar uma política de desenvolvimento a par de uma política de justiça social. Se conseguirmos continuar a trabalhar e a progredir em clima de paz interna, poderemos em breve entrar numa fase em que o ritmo da política social se aproxime cada vez mais dos objectivos que desejamos. Para nós, não vejo nenhuma forma de progresso duradouro que não assente na nossa maior riqueza — que é o homem e o seu trabalho. Para se eleva-

rem estes ao nível desejado terão de empregar-se grandes esforços e dar-se tempo. Neste processo é fatal que haverá de continuar-se a pedir o sacrifício de uma grande parte da população. Mas penso que, no caminho andado, podemos verificar que do sacrifício pedido às gerações de há trinta e de há vinte anos, estão as presentes a colher já benefícios; e que, dentro de alguns anos, os que então se encontrarem no fulgor da vida sentirão que o seu bem-estar o devem também ao peso das nossas actuais limitações.

II.

Não será possível dentro dos limites a que tem de sujeitar-se esta minha colaboração, tratar com o desenvolvimento necessário o segundo ponto que me foi sugerido e que respeita à política ultramarina portuguesa. Aliás, temos sido forçados, pela insistência das críticas e pela violência das acções contra nós empreendidas, a explicar a nossa doutrina, a descrever frequentemente os nossos métodos e a declarar os objectivos da nossa presença ultramarina. Fazemos por vezes reservas à prestação desses elementos, em razão da incompetência legal ou da má fé de certos organismos que os pedem; mas nunca levantámos restrições a quem quis esclarecer-se de espírito isento e imparcial. Assim é que existe hoje uma larga informação internacional acerca dos nossos problemas, que me dispensa de esboços nistóricos, tanto mais que temos aceitado debater o problema no próprio quadro em que os nossos opositores o colocam: o da evolução do continente africano.

As aspirações dos povos africanos não diferem das que ainda hoje constituem as aspirações da maioria das sociedades espalhadas por esse mundo fora, e que anseiam libertar-se do ciclo do subdesenvolvimento em que se encontram. Os seus objectivos coincidem, assim, com os problemas de governo dos respectivos países ou territórios; e, como acontece em toda a parte, quando tais problemas não encontram solução, ou quando esta se processa em ritmo mais lento do que aquele que revelam as aspirações dos povos, logo se põem em dúvida, ou seja politicamente em crise, quer as instituições quer a competência da administração. Este fenómeno é tanto mais frequente quanto menor é o grau de cultura da sociedade em questão, o qual, por sua vez, deriva essencialmente do grau de desenvolvimento da economia territorial, pois que a educação e a cultura não as produz a terra nem se colhem das árvores, como fruto espontâneo; conquistam-se pelo trabalho. Parece, assim, que não haverá outra saída do ciclo de subdesenvolvimento que não seja pela via do trabalho dos povos interessados, pois que os programas de educação em massa impostos de fora e oferecidos como dádiva não conseguirão ultrapassar os escolhos de ordem material que se lhes antepõem e que impedem resultados espectaculares. Se esta noção é exacta - e não vejo que nalguma parte do globo ou nalgum tempo da história tenha sido rebatida — afigura-se que o critério que havia de presidir à evolução africana não deveria desprender-se da necessidade de as responsabilidades da administração estarem entregues aos elementos mais qualificados para as assumirem, com o apoio de uma soberania interessada no progresso do conjunto.

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

Não se tem entendido assim, porém, defendendo-se antes que a solução dos problemas se encontrará, melhor e mais ràpidamente, transferindo as responsabilidades governativas da generalidade dos territórios africanos para os elementos locais, sob a alegação de que as sociedades humanas só se realizam totalmente quando são senhoras absolutas dos seus próprios destinos. A essa teoria deu-se o nome de autodeterminação dos povos e ao movimento nesse sentido atribuíram-se foros de força da natureza, designando-o de «ventos da história».

Não exporei aqui certas dúvidas, a primeira das quais seria se tal doutrina terá levado suficientemente em conta, na sua aplicação, o que nos parece deveria ter sido a sua principal razão de ser, ou seja, os interesses dos povos; tão-pouco procurarei responder a certas interrogações, tais como as de saber a quem melhor vem aproveitando o vento da mudança e se a doutrina tem sido sempre aplicada ou se a comunidade internacional, pelo contrário, tem assistido inerte a gritantes derrogações do princípio. Limitar-me-ei a expor a nossa opinião.

Nós conhecemos, por contacto directo de longa tradição, o nivel e as possibilidades de certas elites africanas e não duvidamos por isso da sua capacidade como elementos dirigentes que, no caso português, o são e tem sido através da história. Mas não julgamos, e a experiência vem confirmando a nossa convicção, que essas elites sejam numéricamente suficientes em todos os dominios e em todos os escalões, quer da administração quer da actividade privada — sem a qual aquela não teria objecto nem sentido — para assumir inteiramente sós as complexas funções de um Estado moderno. Que assim é parece provado pela circunstância de, em certos casos, se estar fazendo uma experiência que a nós se nos afigura contrariar a independência real dos povos: enquanto o governo é entregue aos elementos locais, as empresas e iniciativas de valor económico básico continuam — e é esta a melhor hipótese — a cargo dos que, embora nacionais da antiga potência soberana, passaram agora a ser estrangeiros no país onde servem. Quer-nos parecer, quando despidas das aparências e reduzidas as coisas à sua essência, que estes novos Estados se arriscam a criar por este processo sujeições mais graves do que aquelas de que pretendem ter-se libertado. Mas, por outro lado, onde tal experiência não esteja sendo executada, temos assistido, e receio que viremos a assistir com maior frequência, a retrocessos da vida económica e social e ao retorno de certas práticas incompativeis com a prosperidade e progresso desejados.

Deve ter-se como incontroverso que tais inconvenientes não resultam da vontade dos novos dirigentes africanos; e se, como se faz crer, esses são, em todos os casos, os mais habilitados, também não deve provir tal estado de coisas da deficiência das suas qualificações. A justificação, parece-nos, residirá na falta de elementos de apoio com que essas elites contam. E é natural que assim seja, porque um Estado não é constituído apenas por governantes. Um Ministro da Economia, por exemplo, não poderá governar, se não tiver, ao nivel dos serviços públicos, os engenheiros, os economistas, os agrónomos, os veterinários, os funcionários de carteira e de campo; e, tendo-os todos, nada terá a dirigir se lhe faltarem os chefes de empresa, os técnicos, os comercialistas e os operários especializados, que na esfera

privada mantêm em funcionamento as actividades económicas, isto é, os homens que organizam e dirigem o trabalho. A existência de todas estas camadas populacionais não foi considerada essencial para a formação das novas nações africanas; nós entendemos, porém, que será indispensável para o seu funcionamento e para a sua independência. E como uma economia nacional não se inventa nem improvisa e a preparação profissional é extremamente morosa (como estão a reconhecer mesmo os países econômicamente fortes relativamente aos seus planos de desenvolvimento) parece que aos povos considerados se indicou um caminho pelo qual não conseguirão progredir a ritmo comparável ao do resto do mundo e, assim, radicarão o seu atraso e comprometerão a sua independência nacional.

A independência das nações africanas tem-se processado, na generalidade dos casos, sobre dois erros que as prejudicarão: o racismo contra o branco e a suposta unidade dos seus povos naquele continente. Esta última suposição tenderá a subordinar o negro ao árabe; o racismo negro tenderá a prescindir de tudo quanto o branco mais progressivo pode levar-lhe em capital, trabalho e cultura. Seria mais assisado substituir o exclusivismo rácico pela colaboração que vimos ser imprescindível. É por isso que nós entendemos que o progresso económico, social e político daqueles territórios só será possível numa base multirracial em que as responsabilidades de direcção em todos os domínios caibam aos mais qualificados e não aos esta ou daquela cor.

Sei sermos acusados de, com esta doutrina, estarmos tentando assegurar o predomínio da raça branca em África, com base, sobretudo, no facto de o nosso multirracialismo não ter ainda reflexo bastante lato na distribuição de responsabilidades nas provincias ultramarinas de África. É certo que estamos ainda longe de atingir o ponto em que poderíamos estar plenamente satisfeitos com as nossas realizações. Mas não pode negar-se que não só é o mais seguro o caminho que trilhamos como o progresso dos territórios tende a cobrir a totalidade das respectivas populações, e não sectores privilegiados. Esse progresso é impossível negá-lo, pois que as realizações podem comparar-se, e com vantagem em muitos pontos, às dos outros países africanos. E se os nossos críticos estão seguros de que não é assim, mal se compreende que não tenham aceite a ideia de ser feito um estudo por individualidades de relevo internacional, e sob a égide da Organização das Nações Unidas. Foram infelizmente preferidos os discursos ao exame desapaixonado das realidades em debate, que tinha o nosso apoio.

Uma palavra sobre Angola. Estamos sendo vítimas ali de ataques que a princípio pretenderam acobertar-se sob a capa de sublevação das populações ansiosas por não continuarem integradas na Nação Portuguesa. O entusiasmo dos libertadores africanos porém não permitiu ocultar senão por pouco tempo a sua intervenção no recrutamento, financiamento e treino dos elementos estrangeiros que através de Estados limítrofes penetram em Angola. De modo que hoje não pode já afirmar-se que há ali uma revolta de carácter mais ou menos nacionalista, mas que uma querra é conduzida por vários Estados contra Portugal, num dos seus territó-

XV. Realidades e Princípios da Política Portuguesa

rios ultramarinos. Ora, duas coisas se devem ter por certas: a primeira é que, ao atacar-se Angola, não se ataca só Portugal mas se estão pretendendo enfraquecer as posições, e não só estratégicas, de todo o mundo ocidental; a segunda é que os que atacam, os que apoiam, os que ajudam com a sua indiferença, estão a agir contra os verdadeiros interesses das populações de Angola, só com retardar-lhes o desenvolvimento pacífico e com levar ali a semente do antagonismo racial que não existia e é hoje, pelo que acima disse, o principal obstáculo ao progresso e bem-estar do continente africano.

XVI. CARTA AO IMPERADOR DA ETIÓPIA HAILÉ SELASSIÉ ®

Deu-me Vossa Majestade grande honra ao dirigir-me a Vossa Mensagem pessoal. Os contactos directos constituem entre nós uma tradição multissecular, que assenta na justa compreensão das realidades e na confiança mútua depositada nos propósitos dos dois países. É nesse espírito que agradeço aquela mensagem a que tenho a honra de responder.

Refere-se Vossa Majestade a um período relevante das relações entre a Etiópia e Portugal, quando aos portugueses foi dada a oportunidade de auxiliar o povo etíope a repelir o invasor, que então ameaçava, não apenas a integridade territorial dessa nobre Nação, mas também o direito do seu povo de viver os princípios e ideais

«Apresentamos a Vossa Excelência as nossas saudações.

As relações entre os nossos dois países datam de há séculos e têm sido postas à prova em tempos dificeis tendo demonstrado a sua firmeza.

Séculos atrás, quando a Etiópia foi ameaçada de invasão proveniente dos territórios vizinhos e se encontrava prestes a sucumbir, o Governo e o povo portugueses, convencidos de que uma distante Nação Cristã não devia desaparecer da terra, auxiliaram a Etiópia, habilitando assim os etiopes daquele tempo a repelir os invasores e assegurar a sua independência e o seu modo de vida cristão. A Etiópia sempre permanecerá grata ao Governo e ao povo portugueses pelo auxilio então prestado. Todavia, enquanto atribuímos tão elevado valor à liberdade, não podemos consentir em que outros africanos continuem sob opressão em troca da liberdade de que nós desfrutamos. Cremos que também eles têm o pleno direito de qozar da liberdade.

A Assembleia Geral das Nações Unidas tem recomendado a Portugal, em diversas ocasiões, que conceda independência aos povos de Angola e Moçambique a fim de que se tornem senhores do seu destino. A Etiópia, cónscia do facto de que Portugal atribui um alto valor à liberdade e convencida de que Portugal concederá a independência aos povos de Angola e Moçambique, tem apoiado confiadamente as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A questão das colónias portuguesas foi novamente levantada durante a histórica Conferência Africana em alto nível realizada na nossa capital, a cidade de Adis-Abeba, em Maio deste ano. Na Conferência em alto nível, os Chefes dos Estados e dos Governos africanos concordaram unanimemente em que Portugal deve conceder independência às suas colónias. Foi igualmente decidido que, caso o Governo Português não correspondesse favorávelmente a esse pedido, todos os países africanos independentes deveriam cortar as suas relações diplomáticas e cessar todas as transacções comerciais com Portugal.

Recordando os velhos laços históricos entre os nossos dois países e convencidos de que Portugal concederá independência aos povos sob seu dominio colonial, resolvemos, com o propósito de dirigir um apelo final ao Governo de V. Ex.ª, endereçar-lhe esta carta e enviar-lhe um representante especial. Esperamos confiadamente que V. Ex.ª e o seu Governo tomarão em devida consideração o nosso pedido e verão a possibilidade de cumprir as resoluções adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e da Conferência em alto nivel dos Chefes dos Estados e dos Governos Africanos».

O Datada de 29 de Junho de 1963 e de resposta à carta do Imperador, de 17 do mesmo mês, cuja tradução é a seguinte:

da Fé Cristã. Tem Vossa Majestade Imperial a generosidade de afirmar que a Etiópia permanecerá sempre grata ao Governo e ao povo português pelo auxílio então prestado. Permito-me acrescentar que também os portugueses não esquecem esse passo da História, de que se orgulham pelo que nele vêem de solidariedade humana e de compreensão de transcendente importância da Etiópia Cristã, que os Vossos Ilustres antepassados criaram e Vossa Majestade Imperial firmemente defendeu e agora faz fortalecer e progredir.

Declara porém Vossa Majestade que o amor do povo etíope por essa independência lhe não permite aceitar que outros povos africanos possam permanecer oprimidos; e invoca, nelas se apoiando, as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relativas ao futuro de Angola e Moçambique, como se aceitasse de facto a justiça dessas resoluções. Nós temos debatido este assunto, nas Nações Unidas, numa base essencialmente jurídica, porque foi em termos jurídicos que o problema foi inicialmente posto. Não faria porém justiça à posição particular do Vosso país em relação a Portugal, nem à alta consideração que Vossa Majestade Imperial merece aos portugueses, se me limitasse a responder ao Vosso apelo sòmente com considerações de ordem jurídica, não obstante o seu decisivo valor.

Contrariamente ao que erradamente se tem afirmado, a política portuguesa em frica não assenta nem na opressão dos povos nem no imobilismo perante as granes correntes da história.

Quanto ao primeiro aspecto, a confiança no alto valor que Portugal atribui à liberdade e que Vossa Majestade se digna de afirmar na Vossa Mensagem, permitir-nos-ia deixar de lado essa acusação, sem mais comentários. Acrescentarei, no entanto, que muito lamentamos terem as Nações Unidas rejeitado uma proposta - a que déramos o nosso inteiro apoio - de serem nomeados dois altos representantes daquele organismo, escolhidos pelo Presidente da Assembleia Geral, para verificarem localmente as condições económicas, sociais e políticas de Angola e de Moçambique. Se esse estudo houvesse sido realizado por personalidades independentes e imparciais, a quem Portugal garantiu formalmente total liberdade de movimentos, teria aquele órgão, e portanto todos os seus membros, verificado de modo incontroverso a falsidade das acusações que nos têm sido dirigidas nessa matéria. Afigura-se-nos que, tendo sido rejeitada a proposta, a palavra de Portugal deveria ser aceite por todos, sem contestação. Não obstante o malogro daquela proposta, ainda recentemente voltámos a fazer um convite formal aos Estados Africanos a quem nos ligam relações especiais de vizinhança ou de amizade, para enviarem representantes seus qualificados a fim de, sem daí lhes advir qualquer responsabilidade ou compromisso, se informarem acerca das condições reais em que aqueles territórios se desenvolvem e em que as suas populações de todas as raças vivem e progridem. Não sabemos até este momento o sequimento da nossa oferta. Na mesma orientação muito desejaria que, antes de tomar qualquer decisão, Vossa Majestade pudesse enviar a Angola e Moçambique um seu representante qualificado, para investigar localmente aquelas condições e para o efeito aqui dirijo a Vossa Maiestade o respectivo convite.

XVI. Carta ao Imperador da Etiópia Hailé Selassié

Quanto ao segundo aspecto, posso assegurar a Vossa Majestade Imperial que o Governo português tem acompanhado com a mais cuidadosa atenção os processos de evolução económica e social, e não apenas política, que o continente africano vem experimentando nos últimos anos. Ao Soberano de tão antiga Nação de África, e ao estadista de tão rara lucidez como Vossa Majestade tem demonstrado ser ao longo do Vosso reinado, sei poder confiadamente revelar as nossas preocupações e o nosso pensamento.

Conhece Vossa Majestade a complexidade dos problemas económicos e sociais do continente africano. O seu desenvolvimento tem sido e é ainda marcadamente irregular, verificando-se que onde as estruturas sociais, económicas e culturais assentam em bases caldeadas pela história, como é o caso da Etiópia, existe uma consciência nacional caracterizada. Mas, e sobretudo no que respeita à África ao sul do Sáara, existem actualmente zonas de perturbação grave que traduzem inadaptação da estrutura sociológica local às condições e exigências de estados modernos que aí se pretenderam implantar, se bem que nalguns casos os territórios e populações em causa estejam servidos por estadistas africanos a cujo nível intelectual, capacidade administrativa e dedicação se deve fazer justiça.

Não pode deixar de haver estreita correlação entre o estado da evolução económica e social de um agregado humano e a sua estrutura política, pelo que entendemos ser perigosamente precária a atribuição de um estatuto político que se não encontre apoiado em realidades económico-sociológicas correspondentes. Quando pois a organização das Nações Unidas proclama, como tem feito, que a falta de preparação nos domínios político, económico, social e educativo, não justifica o menor adiamento na independência de qualquer território, está sòmente a impelir as populações para o caos em África e a lançar as bases da submissão do Continente ao neocolonialismo. Isto se afirma em tese geral.

Quanto ao que especialmente nos respeita, é dever de Portugal contrariar essa eventualidade, em nome de todas as populações portuguesas de África, e sabendo que Vossa Majestade partilha de idêntica preocupação, permito-me aproveitar este ensejo para fazer um resumo breve da nossa doutrina e das nossas realizações e projecto.

Não podendo a inelutabilidade da independência basear-se na separação geográfica nem justificar-se pelas diferenças raciais, torna-se impossível admitir a alegação de opressão de elementos estranhos sobre populações como as portuguesas que, integradas desde há séculos numa Nação, vêm tomando parte activa na vida política, económica e administrativa do conjunto nacional. E isto significa que os critérios definidos pela ONU, como única expressão de uma autodeterminação válida, não são a nosso ver justificados.

É evidente que através duma história já longa se têm tido em conta a evolução natural das populações e o seu progresso. Designadamente desde 1911 vêm sendo introduzidas sucessivas reformas na estrutura política e administrativa dos territórios ultramarinos, tendentes a conceder-lhes crescente autonomia dentro da igualdade entre si de todas as parcelas da Nação, autonomia e igualdade reafirmadas na Constituição da República Portuguesa plebiscitada em 1933 e ainda em vigor. No

desenvolvimento desta orientação, foram recentemente instituídos municípios, comissões municipais, juntas locais e juntas de freguesia onde ainda não existiam, a fim de que as populações possam tomar parte cada vez mais larga na administração local e tornarem-se mais aptas para assumir maiores responsabilidades nos sectores mais elevados na administração de cada território. Ao mesmo tempo, e com o objectivo de estimular a participação das populações rurais na administração dos seus interesses, foi publicada nova legislação em 1961 e 1962 aumentando substancialmente o número de autoridades locais eleitas.

Acaba de ser publicada a nova Lei Orgânica Ultramarina que constitui mais um grande passo no caminho da autonomia territorial e que foi elaborada em consulta com os representantes eleitos dos territórios do Ultramar. Uma primeira consequência desta nova legislação será que as províncias ultramarinas enviarão à Assembleia Nacional, como já faziam, e, de novo, à Câmara Corporativa, ao Conselho Ultramarino e a outros órgãos consultivos de âmbito nacional, os seus representantes. Criam-se, em Angola e Moçambique, Conselhos Económicos e Sociais, com maioria de vogais eleitos. Os Conselhos Legislativos são ampliados, sendo na quase totalidade a designação dos membros feita por sufrágio directo. Terá interesse notar que a competência deste último órgão abrange todos os assuntos de exclusivo interesse de cada província.

Pelo exposto, verifica-se que a participação das populações ultramarinas na gestão dos negócios políticos está assegurada desde as regedorias, juntas de freguesia e juntas locais até às Câmaras e Comissões municipais ao nível local, os Conselhos Legislativos e os Conselhos Económicos e Sociais ao nível regional, e a Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e Conselho Ultramarino ao nível nacional. A partir do fim do corrente ano ou no princípio de 1964 começarão a realizar-se as eleições respectivas e será possível então fazer ideia da concretização e do carácter representativo da nossa organização política e administrativa.

Nalguns círculos contrários a Portugal procura-se diminuir o valor de toda esta estrutura, alegando ser reduzida a representação autóctone nos órgãos acima citados. Para nós, essa linguagem não tem o mesmo significado que terá para os críticos, porque nunca nos orientamos por critérios raciais, cabendo na sociedade portuquesa a cada pessoa o lugar para que se encontra preparada sem discriminação de raça, de cor ou de credo religioso. Em resposta àquela argumentação, no entanto, eu posso acrescentar que, em resultado da extensão do ensino, tem aumentado progressivamente o número de autóctones nos quadros políticos e administrativos das Províncias, a ponto de, na Guiné portuguesa, a média de representantes efectivos ser actualmente de 49,5% e de representantes substitutos ser de 54,5%. Em Angola e Moçambique estes números são mais reduzidos (sensivelmente 20%) mas tudo indica que nos tempos mais próximos experimentem aumentos sensíveis. Para dar novo impulso à criação de elites em todos os territórios, estamos fazendo enorme esforço na formação de professores e construção de escolas de ensino primário, médio e profissional; e a partir de Setembro próximo começarão a funcionar as Universidades de Angola e Moçambique.

XVI. Carta ao Imperador da Etiópia Hailé Selassié

Não quereria terminar esta enumeração sem referir a Vossa Majestade que, ao mesmo tempo que promulgamos estas reformas, temos produzido enorme esforço no sentido de assegurar o bem-estar económico e social das populações, bem como para dotarmos os Serviços de Saúde dos quadros e do equipamento material necessário. Nestas matérias, solicitámos estudos independentes da Organização Internacional do Trabalho e da Organização Mundial da Saúde, cujas conclusões são para nós causa de legítimo orgulho, se bem que não sejam isentas de propostas de melhoria que estamos pondo em prática. Dentro de semanas também se deslocará a Angola e a Moçambique uma comissão da Organização de Alimentação e Agricultura que fará no sector que lhe compete estudo semelhante.

O dever de não sobrecarregar Vossa Majestade Imperial com mais alongada leitura impede-me de continuar; mas confio em que as informações precedentes servirão para corrigir a ideia de que a política ultramarina portuguesa não acompanha devidamente as necessidades dos povos.

Alude Vossa Maiestade, por fim, às resoluções adoptadas na recente Conferência de Adis-Abeba a respeito da atitude comum a seguir pelos Estados ali representados em relação a Portugal. A nós não se afigura provável que tais resoluções venham a ser aplicadas unânimemente, nem mesmo pelo que respeita à cessação das representações diplomáticas, porque a isso se opõem interesses vitais decorrentes de relações de vizinhança que alguns Estados não quererão prejudicar. Se assim não acontecer, porém, pode Vossa Majestade crer que nos não regozijamos, pois, embora com tal política não venhamos a ser os mais prejudicados, tem sido nosso inquebrantável deseio manter as melhores relações com todos os povos, em África como noutros continentes, porque acreditamos nos beneficios da cooperação internacional e entendemos ser nosso dever tirar todos os resultados úteis da interdependência das Nacões. Julgamos por isso que essas decisões introduzirão nas relacões internacionais um precedente cujas consequências não podem de momento prever-se, mas que certamente não contribuirão para restabelecer no Mundo a paz e a harmonia que a maioria dos Chefes de Estado reunidos em Adis-Abeba certamente desejam.

Teve Vossa Majestade Imperial a bondade de afirmar, no início da Vossa Mensagem, que as relações entre os nossos dois países datam de há muitos séculos e foram experimentadas e provaram ser firmes em tempos. Assim aconteceu, com efeito, para engrandecimento da história dos nossos dois países, não só na fase recuada que Vossa Majestade recorda, como mais recentemente em momento doloroso da vida da Nação etíope. Tal como anteriormente pelas armas, nesta última fase Portugal não só apadrinhou, com a França, a admissão da Etiópia na Sociedade das Nações, a que de outros lados se objectava, como na presidência daquele organismo, pôde defender a Nação etíope contra uma agressão de que então era objecto. E assim continuaremos a bater-nos pela justiça e para bem das populações, mau grado as dificuldades que nos são levantadas.

Eu pergunto-me, e respeitosamente submeto a questão, se nas considerações precedentes não se dignaria Vossa Majestade de encontrar razões de força sufi-

ciente para poderem continuar, como de há séculos, as relações de amizade entre a Etiópia e Portugal. A Nação portuguesa e o seu Governo muito lamentariam qualquer interrupção de tais relações; e ambos se regozijariam, pelo contrário, de poder continuar a contar com a confiança de Vossa Majestade Imperial. Essa confiança é que é susceptível de dar frutos, como sempre acontece quando as Nações e os Governos se respeitam apesar das divergências, porque se entendem quanto aos objectivos finais.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial os protestos da minha mais elevada consideração.

XVII. POLÍTICA ULTRAMARINA ⁽¹⁾

Esta é a súmula das minhas palavras de hoje: vamos a ver se nos entendemos. Ninguém discutirá a imperiosa necessidade de um claro entendimento: essa necessidade refere-se em primeiro lugar aos que formamos a Nação Portuguesa; aplica-se depois ao Estado Português em face dos Estados Africanos; e por último a Portugal não diante do mundo — que seria pretensioso — mas diante da tentativa de governo universal que procura exercer-se através das Nações Unidas.

I.

Somos de facto os primeiros a ter de esclarecer o nosso próprio pensamento, a dever ter presente o que somos ou pretendemos ser como agregado nacional. Este o ponto de partida, dado que continentes inteiros se convulsionam à procura de paz, de pão, de liberdade, e nós estamos em todos esses continentes, exactamente a garantir a paz, a granjear o pão, a ensinar a usufruir a liberdade, na suficiência do pão e na tranquilidade da paz.

Era fatal que os acontecimentos da Ásia e da África, e especialmente aqueles que afectaram os territórios portugueses, perturbassem os espíritos e impelissem a conscienciosa revisão dos princípios ou dos métodos na acção ultramarina, independentemente das apaixonadas e interessadas polémicas internacionais. O resultado da minha reflexão é o que exponho a seguir.

A Constituição Política define a Nação Portuguesa como um estado unitário, na complexidade dos territórios que a constituem e dos povos que os habitam. A fórmula constitucional não é neste ponto mais que a declaração de um estado de consciência estratificado em séculos de história, e, através desses séculos, pelo trabalho dos portugueses e pelo humanitarismo cristão de que foram portadores.

Evidentemente a consciência da Nação pode obnubilar-se em momentos críticos e mesmo subverter-se, e a Constituição é um texto que formalmente a vontade nacional que a definiu pode também modificar. Isso nos tem sido sugerido de muitos lados com alguma ligeireza. Porque a questão não é essa: a questão é saber se os dirigentes podem propor e aconselhar à Nação mudar a sua mesma estrutura pela pressão de razões estranhas ao seu próprio ser, e se as modificações estruturais, mesmo quando aceites pelos povos, serão para seu bem. O que se impõe aos governantes

Discurso proferido através da rádio e da televisão, no dia 12 de Agosto de 1963.

há-de ser em cada momento encarado à luz do sentimento nacional e do interesse da grei; de modo algum por sujeição a designios que a um e outro se opõem.

O conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora, muito para além e muito diferente da introdução de novas técnicas e da exploração das riquezas naturais dos territórios achados. Tratando-se de um conjunto de povos, de raças, idiomas e cultos diferentes, e desenvolvimento económico díspar, a acção nacionalizadora não pôde desprender-se do esforço que foi plasmando as populações, aproveitando os elementos úteis de culturas que encontrou no seu caminho, atenuando os divisionismos e rivalidades tribais, fazendo participar a todos do trabalho comum, finalmente despertando a consciência do nacional, isto é, criando uma pátria e elevando as gentes ao nível de uma civilização superior. Os que descrêem sorriem desdenhosamente de nós; mas esta é a nossa maneira de estar no mundo, como já tem sido afirmado por outros.

Não importa ao esclarecimento do problema actual o facto de que o nosso grande império de Quinhentos foi perdido através de vicissitudes históricas, porque, em parte tomado por outros, estes o exploraram e também o perderam já. Mas importa frisar que onde ao Português foi dado tempo pelos seus concorrentes para instapr-se, agarrar-se à terra, conviver e misturar-se com as populações, guiá-las à sua laneira; onde e quando isso foi possível, o Português ou deixou um traço indelével le lusitanidade ou pura e simplesmente estendeu Portugal. E é assim que também somos, além do mais e a melhor título que outros, uma nação africana.

Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos mas portugueses de Angola. Abstraindo de Portugal há o Ngwizako a solicitar se reconstitua o reino do Congo em forma de Estado moderno; há as etnias dos distritos de Moxico e Lunda que nos solicitam a criação da república do Mushiko, independente das mais. Se não houver Angola, terão de retalhar-se os Congos; barrar a Léopoldville a saída para o mar e converter o Congo ex-belga em Estado interior; cortar no Sul da província ou mais assisadamente no Sudoeste africano, para reconstruir o império dos Cuanhamas, que teve entre nós a sua capital em Ngiva, hoje Vila Pereira de Eça.

O mesmo que fica dito se aplica a Moçambique. Há meses o Governador-Geral dirigiu à juventude um discurso que todo é e se resume nesta proposição: Moçambique só é Moçambique porque é Portugal, que o mesmo é dizer — desfeito o cimento que nos liga e que o faz parte da Nação Portuguesa, não haverá mais Moçambique nem na história nem na geografia. Os que viveram os acontecimentos das últimas décadas ligados à região e porto de Lourenço Marques; os que têm acompanhado a legítima ansiedade das Rodésias quanto às suas ligações com o mar; os que não ignoram certas ideias ou ambições muito correntes nos Estados limítrofes, do Tanganica e da Niassalândia, ajuizarão da premência com que se procederia à redistribuição de territórios e valores que fundamentalmente se nos devem e são de direito portugueses.

XVII. Politica Ultramarina

Estes problemas quando pretendemos resolvê-los à luz dos princípios com que algumas potências europeias iniciaram no século XIX a colonização em África não revestem complicações de maior. Como as sociedades capitalistas se criam, se fundem, se desdobram, se liquidam e se lhes nomeiam novos administradores, com alargamento ou restrição de competência, assim se pode operar nos territórios africanos, contanto que o elemento humano, na sua ânsia de viver, de civilizar-se e progredir, não tenha de ser considerado no jogo. Quando, porém, se tem diante de nós uma obra de elevação social, de civilização, começada, prosseguida, assente em princípios morais e com determinantes políticas já seculares, reclamados pelo bem dos povos, não se pode agir tão à vontade.

Os dirigentes contemporâneos têm a tremenda responsabilidade de uma crise do continente africano que não se atenuará e muito menos sanará em dois ou três séculos, pelas muitas guerras que ali se farão, pretendidos reajustamentos geográficos ou rácicos, anexações, divisões de Estados, reagrupamento de outros, instabilidades do poder público, falta de meios de progresso, pois, havendo-se perdido o comando, nada poderá ser resolvido nem pelo concerto das potências nem pela unidade que se proclama e todos sentem impossível de realizar. Se a estes factos de ordem material acrescentarmos os choques morais, inevitáveis em tal convulsão e sucessivamente impostos às populações pelos novos conquistadores — porque aqueles povos também têm alma —, poder-se-á ajuizar da extensão da catástrofe.

Quanto a nós, a crise africana veio atingir-nos num momento em que ainda se podem notar revivescências de estádios anteriores de evolução, não inteiramente apagados pelo nosso esforço nacionalizador. Tais revivescências, que é natural se afirmem nestes momentos convulsos, estão a ser impulsionadas por interesses estranhos, mas não têm vigor para contrapor-se só por si à unidade adquirida. A língua que ensinamos àqueles povos é superior aos seus dialectos ou não? A religião propagada pelos missionários sobreleva ao feiticismo ou não? Constituir uma nação de expressão civilizada e projecção mundial vale mais do que fechar-se no acanhado regionalismo, sem estímulos de desenvolvimento, sem meios de defesa e sem apoios para o progresso? Se respondemos afirmativamente a estas interrogações, não podemos deixar de concluir que esse estado de consciência nacional criado pelos portugueses entre povos tão diversos representou beneficio para todos, benefício que se perderia inteiramente se condescendêssemos em retrogradar.

A existência do elemento nacionalizador na inspiração desta construção política fez que todos e em toda a parte sejam portugueses; a variação das condições geográficas e dos climas, como a preponderância de certos fundos étnicos, fazem que uns sejam europeus, outros africanos, outros asiáticos. E estas diferenças projectam-se nas normas político-administrativas por que nos regemos e no modo de convivência das populações. A unidade nacional não exige metrópole e territórios, que podem até considerar-se uma dualidade aberrante, mas exige uma capital, um governo, uma política; a variedade das populações impõe a igualdade jurídica de todas as etnias, ou seja o multirracialismo nas leis e na vida; a diversidade dos territórios, da sua extensão e condições naturais leva a certa diferenciação na consti-

tuição e competência dos órgãos encarregados de administrá-los e nas suas relações com os órgãos centrais.

À medida que os territórios progridem económica e socialmente, que as élites locais são mais numerosas e capazes, podem aparecer forças centrífugas que aspiram à plenitude do poder e ao monopólio das situações, e isso representa um risco para a unidade da Nação. No caso português, porém, estão abertas e cada vez mais facilitadas as vias de acesso aos mais altos postos — Adriano, nascido em Espanha, pôde ser imperador em Roma —; e por outro lado, havendo um quase equilíbrio populacional, há ainda grande desequilíbrio de possibilidades nas parcelas europeia e ultramarina de Portugal, e por isso essas forças, se existem, representam interesses egoístas de minorias que agem contra si próprias e contra a colectividade e o interesse geral. Em tal direcção ou tendência deverão ser combatidas, ao mesmo tempo que utilizadas ao máximo e canalizadas para o trabalho comum.

O multirracialismo, que hoje começa a ser citado e admitido pelos que pràticamente o não aceitaram nunca, pode dizer-se uma criação portuguesa. Ele deriva, por um lado, do nosso carácter e, por outro, dos princípios morais de que éramos portadores. Se não fora a clamorosa exemplificação que dessas socielades mistas – luso-tropicais – pode hoje ser apresentada, talvez mesmo nos regassem que para a sua existência histórica tivéssemos concorrido. O racismo negro que as novas independências africanas defendem e afirmam pretender implantar naquele continente é neste ponto a negação das nossas concepções. mas as novas independências não poderão manter-se senão aderindo a elas. Já começa a ver-se que a única probabilidade de êxito dos novos Estados está em consagrar os mesmos princípios de não discriminação ou de igualdade racial que nós proclamámos e praticámos sempre. A grande dificuldade está em que uma sociedade multirracial não é uma construção jurídica ou regime convencional de minorias, mas, acima de tudo, uma forma de vida e um estado de alma que só podem equilibrada e pacificamente manter-se, apoiados numa longa tradição. Deste modo, não somos nós que temos de desviar-nos do caminho; são os outros que, em seu próprio interesse, deverão tomá-lo. E aquelas minorias centrifugas a que acima me referi, seja qual for o grupo étnico a que pertençam, haviam de meditar em que não têm futuro no desconhecimento destas verdades fundamentais.

A unidade nacional, respeitados os seus elementos essenciais — uma capital, um governo, uma política — é perfeitamente compatível com a máxima descentralização administrativa, na constituição de órgãos locais e na definição da sua competência. Evidentemente que a Administração tem de mover-se dentro do círculo mais largo que é a política nacional e terá de agir em obediência às suas directrizes. Para sermos coerentes devemos, assim, ao alargar a descentralização administrativa, não esquecer a parte que os diferentes territórios desempenham na constituição e funcionamento dos órgãos superiores da Nação bem como a necessidade de observância da linha política nacional. O desenvolvimento dos territórios multiplica

XVII. Política Ultramarina

os problemas locais e exige órgãos que deles se ocupem directamente, e em reconhecê-lo não esteve nunca a dificuldade. A dificuldade está em saber como se conjuga uma administração plenamente autónoma com a unidade governativa nacional; em definir a coordenação dos serviços nacionais com serviços congéneres das províncias; em organizar o Ministério do Ultramar tanto na competência que exerça em exclusivo como na que tome como intermediário entre os órgãos locais e o Governo. Ora tudo isto comporta tantos e tão delicados problemas que não podemos estar seguros de todos terem logrado sempre a melhor solução. Mas deste assunto não me ocuparei hoje.

A Constituição permite a descentralização administrativa que, sendo conforme ao estado social dos territórios, não atente nem lese a unidade nacional. Ora nós podemos dizer que, à parte esta exigência, as grandes províncias ultramarinas são na legislação actual verdadeiros estados administrativamente autónomos, integrados politicamente e para cujas populações se busca uma assimilação de cultura.

A Lei Orgânica do Ultramar acaba de ser reformada de acordo com tendências ou aspirações reveladas pelas Províncias e com o que pareceu serem as indicações do presente momento. O modo de ver das Províncias foi revelado no Conselho Ultramarino, designadamente pelos seus representantes directos — os governadores e os membros eleitos dos Conselhos Legislativos locais — e ainda indirectamente pelos representantes de actividades económicas. As grandes linhas de orientação que puderam notar-se nas discussões do Conselho Ultramarino, da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional podem, apesar da complexidade das matérias, enunciar-se como segue:

maior representatividade dos órgãos locais; mais lata competência destes órgãos no âmbito da administração; maior intervenção das Províncias na direcção da política nacional.

A primeira aspiração pôde ser satisfeita através da extensão dos Conselhos Legislativos a todas as Províncias, do alargamento do número de vogais e predominância eleitoral da sua designação, e também da criação de Conselhos Económicos e Sociais, de funções consultivas, tanto junto do Conselho Legislativo como do Governador.

Obedeceu-se à segunda linha de orientação no alargamento da competência dos Conselhos Legislativos, quanto à matéria dos diplomas deles emanados, em entregar-se aos órgãos locais tudo quanto respeite à elaboração e aprovação do orçamento e em passar-se para o governo de cada Província a competência que tem sido do Ministro do Ultramar nalguns pontos importantes da administração, como sejam organização de serviços, quadros e vencimentos.

Foi por fim revelado o empenho de maior intervenção das Províncias na condução da política nacional, e viu-se desde logo que a primeira e mais segura fonte desta intervenção se encontraria na constituição dos órgãos superiores do Estado. Ele-

gendo já as Provincias deputados à Assembleia Nacional, havia de assegurar-se também a representação ultramarina na Câmara Corporativa, no Conselho Ultramarino, bem como em todos os Conselhos Consultivos de âmbito nacional. São estes muito pouco numerosos no actual momento, mas se a evolução se fizer, como deverá ser, no sentido da multiplicidade de conselhos tecnicamente especializados e de competência extensiva a todo o território nacional, aí se deverá garantir a representação efectiva de todo o Ultramar.

Não tanto como matéria nova mas como fruto do desenvolvimento da vida local, a revisão da Lei Orgânica alarga e fomenta a organização das pequenas e médias autarquias, cujos representantes ou administradores serão de origem electiva. Essa floração da vida e administração dos interesses locais espera-se tenha, como na formação da parte europeia de Portugal, cuja tradição se pretende continuar além-mar, os mais fecundos resultados no desenvolvimento dos agrupamentos populacionais, na satisfação dos interesses dos vizinhos e na preparação gradual das gentes para a administração.

Quando se reflecte nos traços desta reforma e se faz a comparação com muitas outras organizações políticas em vigor por esse mundo, mesmo de Estados de tipo federativo, reparar-se-á em como é rasgada e vasta a autonomia que consagra, e como em certas matérias as excede. A reforma é sobretudo confiante nas qualidades dos povos que hão-de servi-la e nas possibilidades dos territórios a que se aplica. E, se uns e outros acaso reclamassem mais ou coisa diferente, é que de facto pretenderiam também coisa diversa do que se contém no nosso ponto de partida — a unidade da Nação Portuguesa.

II.

O segundo capítulo desta exposição destina-se a esclarecer e a esclarecer-nos acerca das posições de Portugal em face dos Estados africanos e dos Estados africanos em face de Portugal. Vou esforçar-me por não magoar ninguém, sem embargo de haver de salientar factos e princípios no desconhecimento dos quais a nossa inteligência se perderia.

Durante a visita oficial a Brazzaville nos começos de Junho, declarou o Presidente da República da Guiné, referindo-se aos povos, a seu juízo ainda colonizados, de África: «Se esses povos não quiserem a independência, nós que estamos conscientes e livres, temos o dever de libertar toda a África». É desta posição de espírito tão claramente expressa por um dos chefes africanos que derivam as atitudes tomadas pelos Estados independentes de África para com Portugal. Tais atitudes assentam em dois postulados: uma definição para uso próprio de território colonial; a reivindicação do direito de proceder à «libertação» dos povos «oprimidos», mesmo que estes, como os portugueses, sejam livres há muito tempo e desse modo dispensem agora ser libertados por outrem.

Seguros da sua noção de colonialismo e investidos de uma missão providencial, têm-se vários países africanos empenhado numa campanha que nas Nações Unidas

XVII. Politica Ultramarina

lhes tem consentido inegáveis triunfos e culminou, não há muito, na conferência de trinta e dois — quase a totalidade — dos chefes de Estado e de Governo africanos em Adis-Abeba. Aí se tratou de conjugar esforços de modo muito especial contra os nossos territórios de África e se votaram princípios de acção e resoluções que já começaram a ser aplicados por alguns: corte de relações diplomáticas e consulares; embargo do comércio, navegação marítima e aérea; recusa a Portugal de cooperar nos organismos técnicos internacionais.

Como já tem sido explicado, o corte de relações dos raros países africanos com quem as estabelecemos, às vezes a seu pedido, não tem em geral senão carácter espectacular sem resultados pósitivos. Evidentemente, onde temos colónias de portugueses, a recusa da representação consular, se também incluída, pode atingir indirectamente a defesa dos legítimos interesses que essas colónias prosseguem e representam. Mas, como do facto podem resultar consequências nocivas para os próprios que do corte de relações tomam a iniciativa, pode bem ser que as decisões de Adis-Abeba venham a ser nalguns casos confrontadas com os prejuízos resultantes da sua execução.

Quanto ao comércio com o continente africano, exceptuada a parte que ali também é Portugal, ele é suficientemente limitado para não causar prejuízos sérios a sua suspensão. E, pelo que respeita à navegação aérea, os acordos locais são pouco numerosos e de âmbito muito restrito; e os direitos de sobrevoo reconhecidos pelas convenções internacionais penso deverão ser respeitados, pelo menos até ao momento em que os países interessados as denunciem, mas então com prejuízo para o tráfego mundial.

A luta contra a presença portuguesa em organismos técnicos internacionais onde estamos de pleno direito é facto que não favorece os africanos e não honra os ocidentais. A nós nos era fácil evitar enxovalhos não comparecendo às reuniões ou não reivindicando integralmente os nossos direitos. A posição que nos tem parecido preferível, porém, é obrigar os adversários com a nossa presença a lançar-se abertamente no campo da ilegalidade, e é dentro desta ilegalidade, isto é, no claro desprezo das normas estatutárias dos organismos, que eles vêm de facto actuando. Da nossa atitude uma de duas coisas poderá resultar: ou a formação de uma consciência generalizada de que está a proceder-se mal, retrocedendo-se; ou o reconhecimento de que em tais termos não podem funcionar os organismos cujo maior proveito se pode afoitamente dizer reverte para os países de independência recente.

Esclareçamos que os países africanos não teriam força para impor-nos as suas excomunhões, se não fossem apoiados pelo voto dos governos comunistas que pretendem destruir o Ocidente e pela atitude de alguns países do Ocidente que deveria ser considerada como deserção, se não significasse o desejo de captar a simpatia africana para servirem o que julgam ser seu interesse. Assim a África está sendo o campo em que se digladiam dois mundos: nós constituímos apenas ocasião e pretexto.

Esta a situação que aceitamos como nos é posta e sem que a mesma possa ou deva ter a menor influência na política ultramarina portuguesa e até nos nossos

sentimentos para com os que nos atacam. Como estamos em África há séculos, é natural que tenhamos estabelecido com os territórios limítrofes, independentemente do seu estatuto jurídico, as melhores relações. A nossa política foi sempre conviver amigàvelmente com todos, ajudar-nos mútuamente, esforçar-nos por dar satisfação aos interesses comuns, na parte que de nós dependiam. Daí derivou recebermos as independências que se foram processando como factos da vida interna dos Estados, não devendo ter influência nas nossas relações de vizinhança. Se correspondiam ou não aos interesses dos povos, deixámos sempre os outros ser desta causa juízes. Assim nenhum país de África pode com razão apresentar queixa de nós; mas nós não podemos dizer o mesmo de todos.

Os países representados em Adis-Abeba pensaram decerto não serem suficientes aquelas resoluções (que aliás como sanções a aplicar a Portugal são contrárias à doutrina da Carta da ONU) e por isso se deixaram levar a maiores extremos. Estes, que já aqui e além se encontravam em prática, foram os seguintes: concessão de campos de treino para elementos revolucionários; a oferta de voluntários ou mercenários; a subscrição de fundos para as despesas das campanhas terroristas; o fornecimento de armas e técnicos de guerra subversiva. Neste ponto estamos já abertamente fora das normas que até há pouco regiam a comunidade internacional. Em termos de há muito poucos anos isto significaria que todos estes países, na medida em que executassem tais decisões, se deviam considerar em estado de guerra com Portugal; hoje, porém, não é assim, e não só pela força de factos de passado recente que se deixaram em silêncio, ou sem réplica, como porque as «ambições sagradas» que certos homens e povos encarnam em determinados momentos se sobrepõem a todos os deveres e a todos os direitos. A estes faltaria mesmo a legitimidade para defender-se.

Na lógica desta posição não importa o relativo adiantamento dos nossos territórios, que por isso muitos Estados africanos se obstinam em não mandar verificar; nem a vontade real das populações, que levam em paz a sua vida no uso de plena igualdade jurídica com as mais; nem as bases da sua organização política e da sua administração; nem constituírem esses territórios partes integrantes de um Estado independente, muito antes de eles o serem. Parece não importarem também — ao menos não têm sido lembrados — os homens, mulheres e crianças que tombaram para sempre ou estão sendo atacados na sua terra por terroristas estrangeiros, com absoluta violação dos direitos humanos, que, por outro lado, se diz ter-se por fim defender. Nós vimos acima que a libertação dos povos de África é reivindicada como direito contra a vontade dos próprios, com algum escândalo dos que se cansam a fazer votos por que se baseie numa autodeterminação qualquer.

Levadas as coisas a estes extremos de paixão e extravio da razão humana, não há possibilidade de discussão nem de mútuo entendimento; e, ou se verifica da parte das potências mais responsáveis uma palavra eficaz de regresso ao bom senso, ou não resta a cada um senão o direito natural de defender-se e de defender os seus. Assim começam as guerras.

XVII. Política Ultramarina

As deliberações de Adis-Abeba, embora unânimemente votadas perante o mundo, parece-me não poderem representar a unanimidade de consciência dos povos africanos. Muitos deles conhecem o valor das normas por que se regem as sociedades humanas e não deviam estar dispostos a que na ara da independência alheia fossem sacrificados os princípios da sua própria vida e formação.

Mas então porquê o facto que anotamos?

Verifica-se em África no actual momento um duplo fenómeno: no processamento da independência dos territórios vai-se enxertando, sempre que possível, um movimento revolucionário. Esse movimento é mais acentuado nos países da orla mediterrânea, mas já se estende a outros que aqueles pretendem dominar ou conduzir com o seu extremismo, pela ânsia de transferir sob sua chefia para a África ao sul do Sáara novas ideias de revolução política e social, não falando na sonhada unificação do continente. Correntemente se ouvem palavras suspeitas: não alinhamento, neutralismo ou neutralismo positivo; estado socialista; total independência económica: inadaptabilidade das monarquias ao novo condicionalismo; formação de novas estruturas sociais e políticas, sem se querer ver se o estado sociológico as pode tolerar. Por exemplo, o interesse da Argélia e da R. A. U., país meio africano e hoje meio asiático, em Angola, não pode ser religioso, nem rácico, nem humanitário, nem económico, nem libertador de qualquer opressão. Da parte desses Estados e de outros que se encarnicam na luta contra nós, procurando disfarcar a hostilidade entre árabes e africanos, só pode haver um interesse - o interesse revolucionário: e este está longe de ser partilhado por todos, até porque o receiam. Mas o alvo é bem escolhido porque se sabe que representamos, naquele sentido e na modéstia dos nossos meios, uma barreira a transpor. Apenas levantamos uma ponta do problema, porque julgamos iludirem-se os que, através de apadrinhamentos equivocos, pensam poder mais tarde conduzir aos seus apriscos, como mansos rebanhos, as novas independências africanas.

Mas não haverá também equívoco quanto ao próprio fenómeno da descolonização, e tanto da parte dos descolonizados como dos colonizadores?

Na resolução 1541 da Assembleia Geral das Nações Unidas (15 de Dezembro de 1960) andou-se à cata de uma definição de territórios coloniais e fala-se em territórios geogràficamente separados e étnica ou culturalmente distintos do país que os administra. Prudentemente se acrescentou, porém, haver outros elementos a entrar em linha de conta, de natureza administrativa, política, jurídica, económica ou histórica — o que parecia cobrir inteiramente as Províncias Ultramarinas Portuguesas, tanto mais que na resolução 1514, de 14 de Dezembro de 1960, se dizia: «Toda a tentativa que vise a destruição parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial de um país é incompatível com os objectivos e os princípios

da Carta da ONU». É nítido ali o caso português, mas a paixão que domina estes assuntos não tem permitido se nos faca justica conformemente aos textos.

Nas campanhas e areópagos internacionais reclama-se a cada momento a descolonização; esta seria a maior necessidade do século e a mais elevada obra que a humanidade do nosso tempo se podia propor. Como não se cuidou de definir o termo, não temos ainda uma noção precisa do que em fenómeno tão complexo se contenha. Quando, porém, se atenta na intima conexão a cada passo estabelecida entre a descolonização e a independência, verifica-se fixar-se a essência daquela na posse exclusiva do poder, ou seja, na transferência de poder do branco, onde o detém, para o negro que o reivindica e deve exercê-lo só por ser mais numeroso. Nestas condições não se deveria ao menos fugir a uma primeira condição — a de as populações estarem aptas para escolher o governo e as élites suficientemente preparadas para fazer funcionar as estruturas da administração. Mas já se proclamou solenemente e votou nas mesmas Nações Unidas que a falta de preparação nos domínios político, económico e social ou no da instrução não deve nunca servir de pretexto para demorar a concessão da independência (resolução 1514). Deve dar-se a independência imediatamente e depois se verá.

Ainda que não sejamos tidos nem achados no caso, é custosa de admitir esta tese que considera a independência dos povos como contendo em si mesma todas is virtualidades, pelo que não tem de cuidar-se nem da extensão dos territórios. nem do volume e valor das populações, nem dos meios ao dispor dos governantes para realizar o bem comum. A verdade é que os territórios a que nos referimos são - e a si próprios se reconhecem - subdesenvolvidos demográfica, económica, culturalmente. Não importa embrenhar-nos por teorias complicadas que levam à descoberta das causas: nós sabemos que muitas dessas teorias são formuladas e conduzidas de modo a fundamentar a culpabilidade do colonizador, como base das suas responsabilidades para com o povo colonizado. O essencial é reter que o progresso que se considera necessário exige técnicos, capitais e trabalho, este a recrutar, ao menos em parte, localmente, os restantes meios provenientes de fora. Ora, por mais que pretendamos modelar as intervenções de países mais adiantados e ricos, encontraremos sempre um mínimo de condições que acompanham essa técnica e acompanharão esses capitais. São exigências por assim dizer orgânicas e naturais e quer a economia local enverede pelo socialismo quer se conforme com um grau maior ou menor de liberdade económica e de iniciativa privada. Os povos que, receosos de uma tal ou qual influência exterior, não escolherem esta via terão as outras - de um progresso tão lento que não se pode considerar tal, ou de um retorno a condições de vida inferiores.

Temos visto defender a este respeito doutrinas as mais ousadas. Países há que julgaram dispor de meios suficientes para levantar em seus braços o continente africano e fazê-lo, em décadas, tão progressivo como a Europa se fez em séculos. Notaram a breve trecho o demasiado da tarefa e vão agora tentando distribuí-la por vários que participem, a título de subsídios humanitários, de cooperação técnica, de incentivo para abertura e conquista de mercados. Vimos outros inclina-

Ę

XVII. Política Ultramarina

rem-se para a formação acelerada de dirigentes, técnicos e operários especializados, como meio de suprir ràpidamente o vazio local: formar quadros continua a ser uma obsessão em África, para satisfazer a qual se está a prescindir do meio em que as populações se desenvolvem, do seu clima psiquico, e se despacham os candidatos para todos os cantos do mundo, de onde depois se recolhem técnicos e políticos das mais diversas formações. Nesta obra, em que vemos muito de precipitação e de ingenuidade, parece confundir-se civilização e progresso material, progresso e industrialização, destribalização e liberdade, liberdade e expulsão do branco, depois de verificar-se quanto é útil a sua cooperação na organização das empresas e na direcção do trabalho. E assim em nenhum destes domínios se viu ainda corresponderem às aspirações as realidades.

A confusão de conceitos quanto à descolonização nós a encontramos também no referente à autodeterminação e à independência. O artigo 73.º da Carta da ONU não alude à independência dos territórios de que se ocupa mas apenas à possibilidade de governo próprio, o que se afigura significar administração autónoma, exercida pelos naturais e compatível com muitas formas de enquadramento num Estado. Mas quando se liga a autodeterminação à independência, como em diversas votações respeitantes a Portugal, desconhece-se que aquela significa a possibilidade de opções diversas, e que indicar ou impor como fim da autodeterminação a independência é o mesmo que restringi-la a um só objectivo, negando-a parcialmente.

Outra dúvida se nos oferece pór e a essa não temos também encontrado resposta. A dúvida é a seguinte: se a autodeterminação busca fundamentalmente reconhecer o assentimento à forma de Estado ou de Governo sob que as populações vivem, não se entende que só haja uma forma de conseguir ou de determinar esse assentimento, e que essa forma única seja a eleição em plebiscito posterior às ilegítimas reivindicações da ONU. Toda a vida passada, todos os actos de intervenção na vida política e na organização do poder público não teriam, contráriamente à razão e à história, o menor valor.

Estas duas graves confusões — autodeterminação igual a independência: autodeterminação igual a plebiscito — começam a ser notadas e os próprios Estados Unidos parecem ter evoluído nos dois últimos anos no sentido da boa razão. É que tais construções anómalas da ONU, feitas ad odium e para fins determinados, acabam por dar aos povos a impressão de independências impostas de fora a substituir-se a uma saudável evolução natural.

De todo o exposto deduzo que as duras lições da experiência vão tornar mais modestos os povos africanos. Elas vão fazer com que a esta euforia se sucedam estados de maior calma em que a convivência das raças e a cooperação das nações se hão-de sobrepor aos arrebatados idealismos de hoje. Terá de reconhecer-se que, mesmo abstraindo duma colonização de pura exploração económica, as nações e as civilizações exercem constante influência umas sobre as outras, conforme as suas relações e o seu relativo grau de adiantamento, pelo que nas mais independentes e isentas se encontrarão sempre vestígios que nos termos de hoje se poderiam chamar colonialistas. Posso apresentar exemplos?

Um século depois da independência, ainda os Estados Unidos podiam ser tidos como colónia económica da Inglaterra. As múltiplas intervenções na nossa vida interna do século como permitiram a muitos considerar Portugal nesse tempo, apesar de independente, quase uma colónia política da Grã-Bretanha. Em Janeiro deste ano, interrogado sobre as características nacionais da sociedade brasileira quando da independência, o sociólogo Gilberto Freyre respondeu que eram insignificantes no aspecto económico, já que o Brasil deixou imediatamente de ser uma colónia de Portugal para ser uma colónia inglesa. Mas não continuemos, porque é a própria vida.

Do que disse e se subentende do exposto acima, deduzimos para o nosso comportamento em face dos povos africanos as seguintes posições:

- a mais estreita e amigável colaboração, se a julgarem útil;
- a maior correcção, se formos dispensados de colaborar;
- a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converter as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios.

III.

Resta-nos examinar a posição perante a ONU ou, melhor, perante o governo universal em que alguns pretendem transformar as Nações Unidas para fins da sua política nacional.

Quando da constituição do organismo e durante anos abstivemo-nos de nos candidatar à admissão por não estarmos convencidos das vantagens que dela nos adviriam. Fizemo-lo depois a pedido da Inglaterra e dos Estados Unidos, que viam na nossa admissão o meio de alargar a posição do Ocidente nas Nações Unidas; mas, como a Rússia cujo voto era indispensável tinha precisamente o mesmo modo de ver, houve que aguardar anos até se estabelecer uma combinação mais lata. Portugal teve assim bastante tempo para examinar o aspecto negativo da questão — isto é, se não podiam mesmo vir-lhe desvantagens da sua admissão na ONU.

Pareceu devermos estar tranquilos em face do artigo 2.º, n.º 7, da Carta, que prescreve: «Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução nos termos da presente Carta». Mas o Capítulo XI — artigos 73.º e 74.º — sobre territórios sem governo próprio era prudente ver como as mesmas Nações Unidas o entendiam e aplicavam. Ora, quando fomos admitidos na Organização, estava pacificamente assente que eram os Estados responsáveis por quaisquer territórios a entidade competente para fazer a declaração da sua possível existência e para se considerarem submetidos ou não à obrigação de prestar ao Secretário-Geral informes estatísticos ou de outro carácter técnico, relativos às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios de sua responsabilidade.

XVII. Política Ultramarina

Aliás, o mal não estava em se fornecerem informações; o mal estava em que, fornecendo-as ao abrigo do artigo 73.º, se aceitava imperativamente a orientação ali definida para determinadas soluções políticas, que colidiam ou podiam colidir com a nossa doutrina constitucional. Eram estes os únicos pontos e ressalvas: não podia duvidar-se da nossa boa fé nem podíamos duvidar da boa fé das outras potências, desde que a nossa interpretação da Carta se baseava na sua letra e espírito, na doutrina dos comentadores e na jurisprudência e prática da instituição.

Aconteceu, porém, que dois movimentos se verificaram posteriormente: o primeiro tendente a afirmar a universalidade do organismo, e este pode considerar-se conforme ao espírito da Carta; outro, o alargamento dos poderes da Assembleia Geral. Membros do Conselho de Segurança, cansados do veto russo, inclinaram-se a confiar àquela a apreciação de assuntos da maior gravidade na vida internacional, e, na suposição de continuarem a dispor da maioria, confiaram-lhos mesmo em condições de garantia muito menor. E deste modo a Assembleia não só se tem arrogado uma espécie de capacidade genérica sobre os problemas do mundo, como a si mesma começou a considerar-se fonte exclusiva da sua competência.

A Carta contém disposições relativas à sua revisão e emenda; mas o processo prescrito nos artigos 108.º e 109.º nunca foi utilizado. Desde a entrada macica de membros afro-asiáticos na organização e depois de estes reconhecerem o valor que lhes advinha do apoio dos países comunistas e até de outros de formação ocidental, as Nações Unidas passaram a funcionar como uma rodagem cujas ligações à Carta são mais que ténues e só por isso a constituir um perigo para a paz e a vida ordenada das Nações. Desde que se aceite o princípio de que a doutrina da Carta é o que em cada Assembleia Geral a maioria definir e de que as Nações Unidas têm a competência que em cada momento se atribuam, o funcionamento da instituição passou a ser um risco sério para as Nações que, não se integrando em blocos partidários, fazem parte de minorias inorgânicas, não negoceiam as soluções, não traficam os votos, não entram nos conciliábulos dos corredores. A situação tem de ser considerada, se se pretende salvar a instituição, tanto mais que as grandes potências tratam os seus problemas mais importantes e ocupam-se dos seus diferendos fora do organismo, e, em caso de conveniência ou necessidade, não acatam mesmo as suas decisões, conforme os próprios têm declarado, e não correm nisso o menor risco.

Nestes últimos tempos as Nações Unidas têm tido como principal e mais candente assunto das suas discussões as nossas Provincias ultramarinas e o facto de entendermos que estas fazem parte e devem continuar a fazer parte da Nação Portuguesa. As campanhas não são de estranhar em face do endeusamento da instituição e do desprezo que à maioria, formada a respeito do assunto, merecem alguns princípios fundamentais da Carta. Mas é talvez de estranhar que perfilhem a mesma doutrina nações que se tinham obrigado a defender os nossos territórios do Ultramar ou declararam em tempos serem elas, em mãos portuguesas, necessários à defesa do Ocidente. Recordo a chamada declaração de Windsor, de 14 de Outubro de 1899, e as palavras que me dirigiu o Presidente Roosevelt na sua carta de 8 de

Julho de 1941: «Na opinião do Governo dos Estados Unidos o exercício permanente da jurisdição plena e soberana de Portugal sobre todos os territórios ultramarinos oferece completa garantia para a segurança do hemisfério ocidental no que respeita a essas regiões ... Por consequência é firme desejo dos Estados Unidos que não haja qualquer restrição à soberania portuguesa naqueles territórios». Como a geografia não mudou, é difícil admitir que possam ter mudado os conceitos.

Temos comparecido em Nova lorque para defender os nossos modos de ver que são conformes aos textos e às interpretações que lhes foram dadas pela própria ONU; mas as discussões parecem-se bastante a diálogos de surdos. Comparecer e discutir é assim para nós mais uma questão de consideração e de respeito mútuo do que de utilidade, porque podemos interrogar-nos sobre o que aconteceria de pior se já tivéssemos abandonado o organismo, como aliás temos previsto.

Não tenho pressentido que o mundo se haja inquietado com o problema porque temos sido quase os únicos em causa. Mas quando a Assembleia Geral se lembre de ocupar-se de questões que interessem à vida interna de muitos outros países, como inevitàvelmente sucederá, o caso passará a ser diferente. Não há na verdade razão, dentro das actuais concepções da ONU, para que não venha a decidir problemas como — a incompatibilidade das monarquias com as exigências dos tempos modernos; a inconveniência económica de ser reconhecida a propriedade privada dos bens de produção; a instituição uni ou bicameral nos parlamentos; a democracia orgânica ou a democracia popular; a estrutura do poder público. Desde que a Assembleia pode fazer a cada momento a sua própria lei e definir o âmbito da sua competência, todos os desvarios de uma maioria inconsiderada são possíveis e esses desvarios têm ainda de tomar-se como correcta manifestação da vontade geral.

Nós não estamos convertidos a estas concepções e continuamos a considerar que a vida internacional em aspectos tão graves como é a integridade das Nações, a não intervenção na sua vida interna, a orgânica constitucional, os interesses vitais das populações, não pode estar à mercê de conluios inter-raciais, de fórmulas compromissórias, de votos obtidos em combinações escusas, manipulados por dizeres emotivos, não inteligíveis nem responsáveis. Isto é, entre a nossa fórmula constitucional, que aliás consideramos conforme ao texto da Carta da ONU e de harmonia com a única interpretação válida, e as deliberações votadas pela Assembleia ou pelo Conselho de Segurança em sentido contrário, não temos visto outra solução possível que a de nos opormos à ingerência abusiva de terceiros na nossa vida de Nação independente, defendendo assim a doutrina da Carta. Foi o que fizemos há poucos dias, sem que se tivessem ouvido razões convincentes em contrário.

É doloroso verificar que tantos países responsáveis têm aderido ou se alheiam, por abstenção, de votações que nos atingem, umas condenando a nossa atitude, outras considerando a nossa recusa de obedecer às injunções da maioria como ameaça à paz e segurança internacionais (resoluções da Assembleia 1807 e 1742). E o Conselho de Segurança em 9 de Junho de 1961 chegou mesmo a deplorar «os massacres maciços e as severas medidas de repressão em Angola»); e pareceu ao mesmo Conselho que a persistência desta situação devia ameaçar a manutenção da

XVII. Politica Ultramarina

paz e segurança internacionais. Esta resolução, que desconheceu ou deformou os factos de maneira tão ofensiva para a verdade e a repercussão que os mesmos podiam ter na paz e segurança do mundo, só teve a abstenção da França e da Inglaterra. Os mais membros do Conselho acharam que estava perfeitamente bem.

Temos examinado o problema sob o aspecto jurídico; mas podemos perguntar o que politicamente se quer. Na resolução 1542, de 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia enumera todos os territórios portugueses, desde Cabo Verde a Timor. É-nos impossível admitir que não lhes conhecesse a superfície, a população, o grau de desenvolvimento económico e cultural. Mas, como na resolução 1807, de 14 de Dezembro de 1962, convida o Governo Português a reconhecer imediatamente o direito à independência dos povos que administra (mesmo os de S. João Baptista de Ajudá: o administrador e dois guardas!), devemos concluir que o único objectivo é permitir ou a divisão dos territórios sem unidade sólida ou a anexação, por outros, dos territórios portugueses que mantemos, por não poderem sustentar a sua independência. Assim aconteceu em Goa, convertida de Estado florescente em colónia da União Indiana, por força de ataque armado que a Carta proibia e se estava efectuando ao mesmo tempo que o Conselho de Segurança, paralisado pelo veto russo e pela bem expressiva declaração do delegado indiano («com Carta ou sem Carta, com direito ou sem ele»), verificava a sua impossibilidade de agir ou seja a sua inutilidade na defesa do direito. Estes exemplos levam-nos a duvidar do perfeito conhecimento de causa com que estas deliberações são tomadas e da correcção de motivos com que se nos pretendem impor. Mas algumas razões, que não estas meramente aparentes, estarão na base da campanha da ONU contra Portugal.

•

Sabe-se qual o pensamento comunista em relação à África: Lenine dividiu a evolução em três fases — anticolonialismo, nacionalismo, comunismo; e embora a posição leninista tenha sido revista em 1960, a linha geral manteve-se e pode dizer-se que a primeira fase, ou seja a descolonização, se encontra quase inteiramente realizada. Seria pueril que o regime mais colonialista do nosso tempo, pois submeteu ao seu domínio muitos Estados livres e reduziu a colónias territórios que deviam ser libertados, seria pueril pensar que esta vasta operação política tenha um mínimo de propósito libertador dos povos africanos. O que se passa é que, constituindo o conjunto de África comunidade de tipos diversos com os países europeus ocidentais, a desintegração do sistema provocaria só por si uma diminuição do respectivo potencial económico e político. A satisfação com que de alguns sectores nos afirmam não verem em África constituídas sociedades comunistas, o que demonstraria a incapacidade de Moscovo de aí se estabelecer, faz-nos sorrir, porque o que Moscovo desejava fazer está sendo feito pelo Ocidente e o resto do programa será a seu tempo executado. Em todo o caso sabe-se que a Rússia está por detrás de todos os movimentos de pseudo-emancipação, se estabelece discretamente por toda a parte

e mantém com os chefes os contactos necessários de carácter económico, político e cultural, para marcar sem sobressaltos a sua presença e acção. Desses contactos nascerão os frutos que hão-de colher-se, mas só quando estiverem maduros.

Por outro lado, os Estados Unidos não fazem segredo da sua política africana: são expressivas as declarações oficiais e os factos da Administração americana no sentido de trabalhar e ajudar, com todo o seu poder, a constituir em toda a África Estados independentes, correspondentes às antigas colónias ou territórios integrados nas nações europeias. Sob este aspecto podem considerar-se paralelas as políticas americana e russa, e o facto de os Estados Unidos auxiliarem a chamada emancipação da África para livrá-la da influência russa ou comunista não altera em nada a essência das coisas. Que uma potência parta do propósito, largamente invocado como imperativo nacional, de dar a liberdade a todos os homens e povos, e outra parta da sua concepção de revolução mundial que deve fazer a inteira felicidade dos homens, pouco importa ao carácter do facto em si — as duas Nações fazem uma política idêntica, embora aparentemente com fins diversos.

Há, porém, além disto, uma diferença substancial: é que, enquanto a política russa é coerente e lógica, a política americana contém em si mesma um grave princípio de contradição. E este consiste em que, sendo princípio fundamental da política dos Estados Unidos auxiliar a defesa da Europa, à qual se sacrificaram já em duas grandes guerras, começam eles por provocar a diminuição do potencial europeu com o qual estão aliados, em favor do potencial inimigo que é o comunista. A contradição é tão evidente e a posição americana tão atreita a dúvidas que as Nações africanas se permitiram, quando do último Conselho de Segurança, lançar um desafio aos Estados Unidos para fazerem uma escolha que sabiam lhes era impossível fazer, ao menos sem sacrificar irremediávelmente a defesa da Europa e do Ocidente. Ainda se muitos destes Estados africanos estivessem dispostos a agir na linha da política europeia e pró-americana, haveria uma substituição de valores com o mesmo sinal; mas eu disse acima o bastante para se deduzir que não é esta a situação. E é mesmo duvidoso que a Europa esteja em certo momento disposta a bater-se por interesses que já não seriam seus.

Pondo de lado o que importa à defesa da Europa, fortemente abalada pela política africana dos Estados Unidos, um facto ressalta a toda a evidência: ser hoje o continente africano o grande espaço de competição das duas mais poderosas Nações — os Estados Unidos e a Rússia —, ou de três, pois que a China comunista fez ali a sua aparição. Saber-se isto, ser isto evidente, deu aos Estados africanos grandes possibilidades de manobra, em todas as negociações e reivindicações que apresentam. Neutralizadas para já as atitudes políticas daqueles novos Estados, que é a melhor hipótese, a luta deve estabelecer-se nos planos económico e técnico, com o risco de o fenómeno se aproximar muito das finalidades que têm demonstrado, a oriente, as fortes economias de Estado e, a ocidente, os grandes sindicatos capitalistas, com mira, uns e outros, à abertura e domínio dos mercados. Nós não podemos estranhar que daqui resulte começar no continente africano, e não muito tarde, a época ali tão receada do neocolonialismo.

XVII. Política Ultramarina

Esta competição no espaço africano pode bem levar a um entendimento que antigamente se designava por definição de zonas de influência e agora poderá ter outro nome. Para o evitar, tem-se aventado que seja a ONU a congregar os auxílios, a juntar e a distribuir os meios de financiamento, a superintender no seu emprego nos diversos países. Isto é uma fórmula, mas não é uma solução do problema, porque, além de deixar de fora toda a concorrência privada, a falta de concordância entre as fontes de financiamento e da técnica e a origem e constituição da maioria estabelecida na Assembleia Geral não permite ao sistema funcionar capazmente. Nem está demonstrado que a dependência de um órgão colectivo, intoxicado de ódios políticos e raciais e convencido de haver achado com a independência de alguns países a solução de todos os problemas, seja mais fácil e mais isenta que a que se procura substituir.

São conhecidas as muito especiais relações do Congo com os Estados Unidos, pelo que não foi estranhado o reconhecimento *de jure*, por aquele Governo, de uma espécie de associação de terroristas constituída em Léopoldville para agir em Angola e confessadamente sustentada por dinheiro de americanos (declaração de Léopoldville de 28 de Julho). Na outra costa, igualmente fora do território nacional, apresenta-se também como chefe da libertação de Moçambique um professor de uma universidade norte-americana, mas em relação a este não sabemos se continuará a ser pago por ela. São talvez simples coincidências, em todo o caso coincidências infelizes que os responsáveis nada têm feito para esclarecer; e a infelicidade será ainda maior quando se generalizar a informação de que a Rússia pôs também à disposição do primeiro meios de luta para libertar Angola. Isto pode querer significar que não há só por parte de alguns países a defesa de teses teóricas relativas à libertação dos povos «colonizados» mas também que se vão colocando algumas pedras favoráveis para jogos possíveis nas Províncias Portuguesas.

A análise destes problemas, e dando como inteiramente perdida uma colaboração política favorável à Europa, leva-me a esta conclusão: nós devíamos implorar da Providência o milagre de os países africanos, até há pouco conduzidos pela França, pela Inglaterra ou pela Bélgica e Itália, poderem encontrar uma fórmula de cooperação estreita com essas Nações, capaz de resolver os problemas que a independência lhes criou. Seria o melhor meio de resistir a serem joguete de competições mundiais, que, seja qual for a bandeira sob que se apresentem, acabarão por criar-lhes desagradáveis servidões a interesses estranhos à África.

Esta luta contra Portugal em África, que tem por palco a ONU e por agentes directos os países africanos, é apenas a repetição da que enfrentámos sob diversos pretextos em outras épocas e designadamente nas quatro dezenas de anos que se contam de 1898 a 1938: agora, o motivo aparece facialmente político — a independência de todo o Ultramar; então, certos acordos realizados e negociações inacaba-

das entre potências nossas amigas e aliadas tiveram por fundamento a nossa má administração e a escassez de recursos para o conveniente desenvolvimento dos territórios. Havia, ao que parece, quem se prestasse a fornecê-los com liberalidade, e Portugal era pobre e pequeno de mais para se estender a tão grandes espaços, e com idênticos objectivos vemos o argumento ter de novo curso.

Mas, não se tendo executado os aludidos acordos, deveria concluir-se que os territórios ultramarinos de Portugal viriam a constituir mancha de vergonhoso atraso na evolução do continente africano. Sabe-se que isto não é exacto e que esses territórios comportam o confronto com os mais, em África, e em muitos aspectos se encontram em condição superior. A razão é tríplice: històricamente Portugal não tem vivido do Ultramar, mas vive para o Ultramar; o desenvolvimento de um território em que a população está fixada para viver processa-se em termos diferentes do dos territórios de pura exploração colonial, em que o colono, cumprida a sua missão, se retira com tudo que trouxe e com tudo que ganhou; por fim, não estando as Províncias Ultramarinas Portuguesas fechadas ao emprego de capitais estrangeiros, estes realizaram ali grandes empreendimentos, porque os capitais privados atraem-nos sobretudo a estabilidade e a honestidade da administração. práticamente traduzidas na segurança dos investimentos. E não falamos em que os Planos de Fomento financiados ou avalizados por nós têm fecundado os territórios, omo antes não se pensaria possível. É evidente que a obra seria maior e de maior ealce se as críticas que nos dirigem fossem substituídas por auxílio financeiro que vemos largamente distribuído sem as garantias prestadas por nós e muito duvidosas noutros casos.

É agradável, mas ao mesmo tempo um pouco estranha, a surpresa de muitos que nos visitam em África, porque, desconhecendo como se desenvolve a actividade portuguesa entre povos de cor, ali encontram uma sociedade multirracial autêntica, ao mesmo tempo que uma forma de vida civilizada, progressiva, de tipo ocidental. Isto é o que sobretudo se deve recear perder na confusão em que estes problemas são tratados. E esperamos que pelo menos as potências mais responsáveis da ONU, reconhecendo finalmente o nosso esforço honesto e produtivo, nos deixem continuar a trabalhar em paz.

IV.

Vou dar por findas as minhas considerações.

Pretendi ocupar-me dos três pontos indicados com toda a objectividade e um pouco daquela experiência que a vida me deu no longo trato com os homens e os acontecimentos do nosso tempo. Não podia ser optimista, nem quis deixar-me envolver por uma onda de pessimismo que a outros terá perturbado e é inimiga da acção. Estou aliás bem seguro de que atravessamos um momento de dificuldades muito graves, quase ao nível da resistência total da Nação, mas não importa agravá-las ou tentar diminuí-las aos nossos olhos, sobretudo se temos coragem para as enfrentar. No fundo tudo se resume no seguinte: somos, como Nação,

XVII. Politica Ultramarina

depositários de uma herança sagrada: entendemos que é do nosso dever e do interesse de todo o Ocidente acautelá-la, e sacrificamo-nos cumprindo esse dever em que muitos não crêem, ainda que dele beneficiem. Apesar disso havemos de ter também a nossa compensação: as grandes gerações de soldados, administradores, missionários, colonos, de que nos orgulhamos, fizeram-se exactamente na ocupação, pacificação e civilização ultramarina e constituíram para Portugal notável enriquecimento de valores morais, que surdiram dos seus esforços e sofrimentos sem par.

Alguns de nós preocupam-se especialmente com as despesas que somos obrigados a fazer; outros com este clamor que parece universal e se ergue na ONU contra a Nação Portuguesa. As despesas têm sido cobertas até agora com o excesso das receitas ordinárias, o que é quase um milagre da nossa administração, e ninguém estranharia ou estranhará se tiver de ser de outra forma para o futuro. A lástima é que tão grandes somas não sejam despendidas em benefícios materiais e de cultura para as populações, em vez de serem só destinadas a garantir a segurança e a paz em que viviam e as circunstâncias tentam agora roubar-lhes.

Confesso que é preciso um pouco de coragem para ouvir imperturbável o alarido que se levanta contra Portugal e os estranhos juízos de homens, alguns eminentes e com grandes responsabilidades no governo dos povos. Se pusermos, porém, de um lado os princípios e do outro os interesses e as paixões, que em tudo se envolvem, ser-nos-á possível seguir esses discursos sem sentir vacilante a nossa razão nem julgar atingido o nosso direito.

Há no mundo duas ideias erradas acerca da nossa causa. Uns pretendem que acessos de nacionalismo antiportuguês irrompem da política de opressão, que é a nossa em África, como é aqui, com era em Goa, hoje já «libertada» e infeliz na sua libertação. Conhecemos de ouvido essa toada que ora pretende atingir as estruturas internas, jogando a existência portuguesa das Provincias Ultramarinas, ora resolver expeditamente os problemas do Ultramar mediante a subversão da política nacional. Mas ninguém sabe explicar como é que essa política de opressão só dá frutos de terrorismo, e muito raros e pecos, quando o fermento de interesses estrangeiros é introduzido na massa para a levedar.

Outros cuidam que Portugal vive sobretudo do Ultramar e constituirá para ele ruína total a sua eventual perda. O Embaixador da Noruega no último Conselho de Segurança que nos foi dedicado sugeriu mesmo a contribuição dos países ricos para nos indemnizar dos prejuízos e ajudar-nos a montar noutras bases a nossa vida. Quando for possível publicar alguns papéis que possuo, pode ver-se que a ideia não é original, e essa generosa compensação já nos foi oferecida em tempos. Simplesmente o Ultramar Português pode ser vítima de assaltos mas não está em venda.

Estes problemas em que está em causa a própria existência e identidade da Nação são os mais graves que podem deparar-se a qualquer governo, pois que as posições tomadas ou a tomar em cada momento são decisivas para todos e definitivas para o futuro. Alguns as pretendem esclarecidas para sobre elas ter opinião formada: quis precisamente contribuir para esse fim com a ajuda que o Governo

pode e deve dar, mediante os factos do seu conhecimento. Não que tenha dúvidas sobre o sentimento do povo português, aqui e no Ultramar, acerca da defesa da integridade da Nação: o povo que trabalha e luta não precisará de largas discussões para se orientar sobre o seu destino. Mas eu só vejo vantagem em que se pronuncie em acto solene e público sobre o que pensa da política ultramarina que o Governo tem prosseguido.

A maneira como o País tem correspondido ao apelo que lhe havemos feito é uma lição para todos: sem hesitações, sem queixumes, naturalmente como quem vive a vida, os homens marcham para climas inóspitos e terras distantes a cumprir o seu dever — dever que lhes é ditado pelo coração e pelo fio de fé e patriotismo que os ilumina. Diante desta lição eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos. Melhor: nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem.

XVIII. APOIO DAS FORÇAS ARMADAS À POLÍTICA ULTRAMARINA ⁽¹⁾

Quiseram os três ramos das Forças Armadas, através de tão numerosa representação da oficialidade em serviço no Continente e da palavra do Chefe do Estado-Maior do Exército, trazer ao Governo a expressão do seu apoio à política ultramarina, e todos havemos de ver nesse apoio o especial significado da determinação de defender a nossa gente e a nossa terra, por parte daqueles mesmos que estão bem conscientes de sofrer, quando necessário, os primeiros embates e de representar em todos os casos as últimas resistências. Não agradecerei mesmo as referências elogiosas, pois nenhum de nós porá neste acto rasto de intenção pessoal: em cada momento, hoje um, amanhã outro, há sempre alguém a quem incumbe traçar os caminhos da grei, e nisso não temos de ver mérito próprio mas apenas e sobretudo a responsabilidade de interpretar o interesse comum.

Se este caso ou este momento assumem relevância especial é porque os desenvolvimentos da política ultramarina que temos presente não são acidente superficial da nossa vida, mas, no confundirem-se com a defesa da integridade nacional, representam a própria vida e essência da Nação, tal como através dos séculos se forjou. Tudo o que a esse respeito havia de dizer-se está dito e para muito tempo, espero: nem importaria confrontar e continuar a discutir em línguas intraduzíveis os nossos direitos em face dos interesses que se lhes opõem. Que a ideia de Nação «pelo Mundo em pedaços repartida» pareça uma novidade, difícil de compreender, a povos que a confinam ou à raça ou à geografia, consoante os interesses do momento, e não à história que é quem verdadeiramente faz as pátrias, nem por isso deixamos de estar em face de uma realidade política, e esta mais viva, mais autêntica que as decisões de algumas assembleias internacionais.

É por isso que nos importa sobretudo estar atentos e inspirar-nos nas vozes que clamam o seu portuguesismo e a vontade de continuarem portuguesas. Rebenta esta explosão patriótica precisamente em Angola, onde se pretende ver e internacionalmente se finge crer que existe um movimento nacionalista antiportuguês e pela independência da Província. E diante das manifestações inequívocas das populações da mesma Angola, da Guiné, de Moçambique e das mais terras portuguesas, nós podemos interrogar-nos, nesta época de autodeterminação, se estas só valem no sentido das divisões estéreis ou também a favor da unidade nacional. Estamos

Palavras proferidas no dia 23 de Agosto de 1963, na sala dos Passos Perdidos da Assembleia Nacional, em resposta à manifestação de apoio das Forças Armadas à política ultramarina do Governo.

vivendo em ambiente internacional de demasiada hipocrisia para que bem possam ser conduzidos os povos. Por nós só queremos a verdade, só queremos a sinceridade, batemo-nos pela autenticidade da nossa política. E quando atentamos nos duros esforços das Forças Armadas, junto de quem as populações se acolhem para que as protejam da tirania dos «libertadores» estrangeiros, sabemos que estamos senhores da razão e perguntamos se alguém legitimamente nos pode negar o direito de cumprir o nosso dever.

É neste espírito que, ao terminar, chamo por todos aqueles que, trabalhando, lutando em qualquer recanto de Portugal para defendê-lo, têm o direito de estar aqui, vivos ou mortos, para que os saudemos como os melhores de todos nós.

XIX. TEMOS TAMBÉM O DEVER DE SER ORGULHOSOS DOS VIVOS (1)

Duas palavras muito breves.

Parece-me que agradecer seria diminuir-vos: nenhum reconhecimento vale o sacrifício dos que acorreram de todos os cantos da terra portuguesa, de aquém e de além-mar, para viverem este momento. Por isso o não agradecerei.

Nenhum nome, acção ou mérito pessoal pode ocupar o pensamento de qualquer de nós, pois que o acto em muito e muito os transcende: por isso os não refiro.

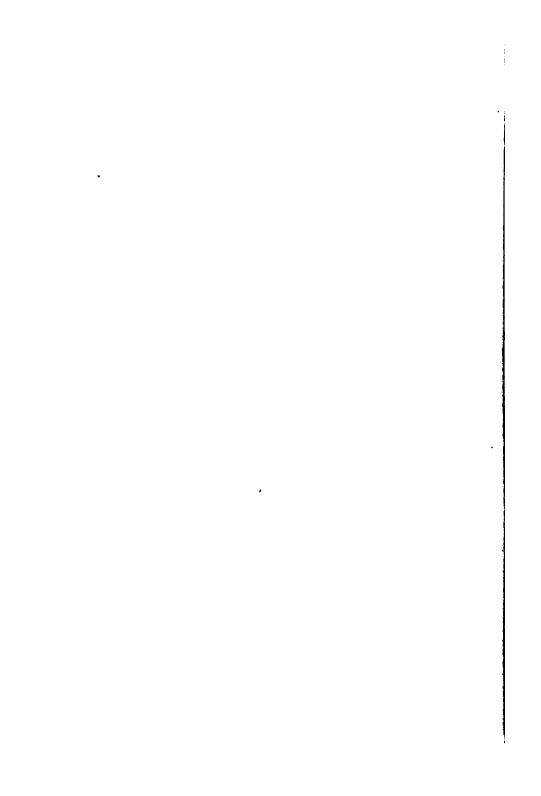
Nenhuma atitude de incompreensão ou agressividade de quem quer que seja — homem ou povo — pode turvar-nos nesta hora a mente absorta nas nossas próprias decisões: por isso me abstenho de apreciá-la.

Só uma palavra me acode, só uma realidade existe ao nível deste acto de comunhão patriótica — e essa é Portugal. Só um sentimento é ao mesmo tempo bastante alto e profundo para inundar-nos a alma neste momento — o da firme determinação de defender a integridade nacional. E é esta determinação que tem de ser interpretada em toda a parte como a valorosa e gritante afirmação da vontade de viver do nosso povo.

Os pais e as mães dos portugueses, que estão aqui, em júbilo ou em lágrimas, nada vêm pedir, mas oferecer, em holocausto à Pátria, o sangue do seu sangue e o mais puro dos seus afectos. Os trabalhadores dos campos, das lojas e escritórios, das oficinas e fábricas nada vêm reivindicar senão o direito de contribuir com o labor dos seus braços para o esforço da defesa. Os homens da inteligência, os dirigentes de actividades de todo o género não vêm com outro propósito que o de impulsionar, com todo o seu valor e poder, o progresso geral, para que o mais seja possível. — Está tudo bem assim e não podia ser de outra forma.

Dei há dias a entender a obrigação de merecermos os nossos mortos. Mas diante do espectáculo a que mercê de Deus me é dado assistir, de todo um povo que, unido e fraterno, se comprime, por suas mil representações, junto dos Paços do Poder; diante deste empolgante movimento de mobilização de almas que se oferecem em devotamento total; ao ouvir o eco das mesmas ansiedades das terras ultramarinas que a esta hora também clamam pelo seu direito a gozar de paz e pela legitimidade da sua participação nacional; diante de tudo isto que é belo, e grande, e único, não temos só o dever de merecer os mortos; temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos.

Palavras proferidas na manifestação nacional de apoio à política ultramarina do Governo, realizada no Terreiro do Paço, em 27 de Agosto de 1963.



XX. ERROS E FRACASSOS DA ERA POLÍTICA ⁽¹⁾

Meus Senhores:

Tomou posse nova Comissão Executiva da União Nacional e eu dispenso-me de louvar os que saem e de apresentar os que entram. Embora coisa devida e justa, sabe-se que é sempre assim, o que tira às palavras parte do seu valor. Peço-lhes por isso desculpa que me será concedida, havendo coisas de alguma importância a dizer.

I.

A reorganização faz-se num ano crucial da vida política, não porque terminem as guerras do Ultramar, pois que os inimigos que as fazem e os que as sustentam declaram quererem continuar a perturbar a vida e o trabalho alheios; não porque tenha de haver eleições de deputados, ainda que relevantes como são sempre; mas especialmente porque novo corpo eleitoral tem de reunir-se para escolha do Chefe do Estado e de toda a Nação portuguesa. Seja qual for a evolução dos acontecimentos, não pode haver dúvida de que é nos sete anos a seguir que por imperativos naturais ou políticos se não pode fugir a opções delicadas, e, embora não forçosamente a revisões, à reflexão ponderada do regime em vigor. E é nas mãos do Chefe do Estado que virão a pesar as maiores dificuldades e da sua consciência que dependerão as mais graves decisões.

O que é um regime político? Um regime político é a definição dos órgãos da soberania, do modo como se constituem, participam do poder e colaboram para o bem comum da sociedade civil. É também a enumeração daqueles direitos que as leis hão-de respeitar no homem e, no nosso caso, ainda a enunciação de princípios morais, sociais e económicos que se julgam úteis para dar estabilidade à vida do conjunto humano e imprimir à vida nacional uma finalidade. O que quer dizer que um regime pode ser também uma política e não apenas uma constituição. O nosso é uma coisa e outra.

Ora nós quisemos dar ao País, assolado pelas devastações da sua anarquia, um regime novo; mas muitos dos nossos homens públicos, educados na filosofía polí-

⁰⁹ Discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965.

tica do século XIX, têm-nos considerado sempre um governo à espera de eleições «livres» para uma «assembleia constituinte» que vote «nova Constituição» e com ela garanta ao povo «todas as felicidades». De modo que se verifica o seguinte: abolidas neste País as instituições tradicionais, não se encontra de 1820 a 1926, através das Constituições, Carta constitucional e Actos adicionais à Carta, entre revoluções, golpes de Estado, ditaduras ou vida constitucional, não se encontra regime, dizia, de que possa afirmar-se ter vivido ao menos os quarenta anos que para o ano perfaremos. Ao mesmo tempo, nenhum foi tão estável, tão pacífico e eficiente como o actual. E daí provir o absurdo de o provisório ser mais duradouro que o definitivo e o temporário mais estável que o consagrado para a eternidade.

A mim o que mais me admira é não se haver estudado a razão desta sorte de contra-senso. A vida das sociedades humanas está sujeita a evolução, embora mais lenta do que geralmente se cuida, quando atentamos nas suas estruturas fundamentais. Acontece, sim, que à superfície de vez em quando se levantam ondas que mais chamaríamos modas ou efervescências de opinião, destinadas a cair e a acalmar-se, se não se lhes dá a razão de ser da própria vida política, como tem sido muitas vezes o caso. De modo que o essencial é descobrir as linhas mestras da vida nacional que possam adaptar-se, sem se quebrarem, às contingências dos tempos, e definir a orientação que se lhes há-de imprimir, e muitas vezes não é mais que a linha de continuidade de um sentimento colectivo. Assim os regimes se firmam e perduram na medida em que reflectem os homens e as Nações — tão diversas umas das outras! — perfilham as aspirações comuns e suprem mesmo deficiências da colectividade.

Se a experiência vale alguma coisa, deviamos tirar daqui uma ilação. A força pode fazer revoluções mas não pode só por si mantê-las sem o apoio da consciência nacional. A ideia de que a Nação está hoje cloroformizada pelo medo ou por uma espécie de avitaminose política é incompatível com o entusiasmo e a confiança com que se bate em três territórios ultramarinos. Mais correcto é pensar que, independentemente dos governantes, sujeitos a deslizes e deficiências na orientação dos negócios públicos, se encontrou uma fórmula conforme ao modo de ser da colectividade e que a todos permite viver em paz e progredir. É de aconselhar que não se substitua enquanto se revelar eficaz e esteja confiada a quem na mais alta magistratura a possa defender e fazer cumprir.

Estas considerações deviam bastar para serenar os ânimos inquietos, exageradamente preocupados com as eleições de deputados que este ano se hão-de também realizar.

A União Nacional apresentará, como de costume, as suas listas e é de crer que elementos políticos de oposição ao regime, depois de alguns terem aproveitado o período eleitoral na criação de um clima subversivo, também apelem para o sufrágio popular. Mas terão aqui dificuldades, porque representam o passado, e este, se

XX. Erros e Fracassos da era Política

infeliz, não dá garantias suficientes de aliciar o crédito público. Alguns poderão apresentar-se como a radiosa esperança do futuro, mas também estes têm «passado», ainda que fora de Portugal, e o comunismo é neste País tão antinacional e anticristão que uma Nação que se bate a defender a sua integridade territorial e moral não o apoia, não o suporta, não pode reconhecê-lo dos seus.

Não há mesmo possibilidade de as oposições gizarem programas para o futuro imediato, salvo o que nós próprios temos definido já. Há poucos dias tive a oportunidade de ler o documento em que numerosos democratas solicitavam autorização para a celebração, de prever ruidosa, do 31 de Janeiro na cidade do Porto. Na exposição faz-se acerada crítica da Administração e do Governo, apontando os vários problemas em que a actuação ou se verificava errada ou claramente deficiente. E os autores não tiveram trabalho a documentar os seus assertos, pois se limitaram, para cada assunto, a citar as passagens correspondentes de discursos proferidos na Assembleia Nacional. Nós conhecemos os riscos das transcrições fora do contexto, mas posso glosar o facto em meu proveito. Há anos já o Doutor Marcelo Caetano, então Ministro da Presidência, fazia notar encontrarem-se mais diferencas ideológicas entre os membros do Governo do que algumas vezes entre representantes de partidos diferentes. Foi exacta a observação e o facto apontado que a confirma quer dizer duas coisas: a primeira é que, salvaguardada a unidade no essencial, não nos afrontam as correntes de pensamento que se manifestem acerca dos problemas nacionais e das suas possíveis soluções; a segunda é que entre nós o deputado é livre a discutir e a votar, o que não acontece nos regimes partidários, em que a disciplina não pode deixar de ser considerada factor essencial à coesão das forças políticas. Por isso, do outro lado do regime, os que pretendem combater-nos não dispõem de grandes possibilidades.

II.

Apesar de confiante na experiência e conhecimentos das pessoas mais directamente encarregadas da acção política, não quero deixar de referir-me à atmosfera mundial e doméstica em que a mesma se desenvolverá.

Vivemos uma época que, apesar de uma verdadeira explosão científica e correspondente progresso em numerosos sectores da vida, se apresenta excessivamente perturbada na consciência dos homens e dos povos. Esta perturbação resulta de se terem rompido, com a segunda grande guerra, numerosos equilíbrios sobre que assentavam a vida social e as relações dos Estados, e também das ideias admitidas para a criação da sociedade futura. O mal vem portanto dos factos e das situações criadas e também dos erros de julgamento e de pensar que nos invadiram e constituem veneno corrosivo da acção.

Hitler prometia com a sua vitória a paz para mil anos; perdida a guerra, veio prometê-la a ONU, tanto no seu ideário como no jogo das suas engrenagens, para prazo indefinido. Pois está sendo difícil encontrar lugar na terra onde não alastrem

guerras e conflitos de toda a ordem. Ou não soubemos estabelecer e garantir a paz ou estamos equivocados quando a pensamos para sempre possível entre os homens e as Nações.

Aumentam extraordinàriamente no mundo, com o trabalho e os recursos da técnica, os produtos para as necessidades do homem; talvez pudéssemos dizer que para todos bastariam, em nível modesto de vida. Pois a pobreza parece apertar cada vez mais aflitivamente os homens e há miséria por toda a parte, mesmo no seio dos países mais desenvolvidos e ricos. E assim parece que ou nos extraviarmos no supérfluo em detrimento do necessário ou o nosso coração se perde nos seus anseios de generosidade e não descobre a fórmula de distribuição de bens que acabe com os pobres na terra — se é possível acabarem na terra os pobres.

Nos povos estabilizados de velha civilização, nos povos que diriamos a caminho de um equilibrio sadio ou nos que iniciam a vida como Estados independentes, repetem-se sem descanso as invocações democráticas, os apelos à liberdade e à igualdade dos homens, à soberania do povo, à omnipotência justiceira e criadora do voto, à outorga deste até ao limite extremo de «um a cada cabeca». Pois no funcionamento das instituições políticas, assistimos ao mesmo tempo ao envelhecimento dos princípios que foram dogmas para nossos avós, e depois de século e meio de tominio nos legam uma sociedade moral e politicamente degradada. Ao aconsehar, quase diríamos, ao impor a todos os povos essas instituições e princípios, ou nos enganamos sobre o absoluto do seu valor ou nos iludimos sobre a precariedade das soluções que se encontraram para os realizar. Isto é, depois de milénios o homem conclui não saber governar-se nem poder governar-se sem respeitar o primado da autoridade e da justiça. Ora estas limitam, só porque existem, a liberdade e a igualdade; e da trilogia revolucionária de 89 a única invocação que parecia realizável na sua plenitude - a fraternidade - será sacrificada ao egoismo dos homens e ao materialismo da vida.

Todos terão notado entrar-se numa época em que a política está a ser dirigida pela economia. E, ainda que estejamos no começo da sua influência, já deslizes se notam de profunda repercussão na vida das Nações. Está generalizada a ideia, que supomos errada, de que todas as sociedades humanas podem começar o seu desenvolvimento económico pela industrialização e que o grau de industrialização atingível é igual em todos os povos. Errou-se na avaliação dos capitais disponíveis para o desenvolvimento do mundo e nalgumas partes se houve de voltar atrás em programas ambiciosos de créditos e subsídios, para não se alterar a estabilidade económica e financeira dos países doadores. Errou-se ao considerar que a economia se pode basear não no trabalho próprio, não na técnica própria ou importada, mas na generosidade alheia e em outros valores morais para que incessantemente se apela. A luz que intensamente se projecta na vida material, no desenvolvimento económico, nos aumentos indefinidos dos níveis de vida vai deixar na obscuridade toda a parte espiritual do homem, do que me parece dever esperar-se o tempo materialista por excelência, a época dos povos ricos sem alma.

XX. Erros e Fracassos da era Política

Disse que a economia tende a dirigir a política; mas a técnica, essa, quer substituí-la. Ora, sendo a política indispensável ao governo dos povos, o facto só pode verificar-se se a técnica for em si mesma uma política. Perqunto se é. O avanço das ciências aplicadas aos processos de trabalho abriu à produção e ao funcionamento dos servicos larquíssimas perspectivas. Isso é bem, pelas facilidades que cria e a maior produtividade que dá ao trabalho, e representa um benefício inestimável, dados os aumentos da população e a crescente complexidade da vida. É duvidoso que possa ir além disto; é sobretudo pernicioso que se tenda a converter o homem em engrenagem da própria técnica, que é para onde se caminha. Até agui a política definia o que devia fazer-se; a técnica ensinava como se devia fazer. Mas se à técnica, conduzida pela ambicão do desenvolvimento económico, mediante o aumento da produção, cabe pronunciar-se sobre a ordem das realizações e sobre a orientação da vida social, é ela também competente para tracar uma política, e nós sabemos bem que ideologia em tais termos a inspira. Tem de salvar-se o homem da tentação do abismo. Ele continuará a apresentar-se-nos como ser moral por excelência, embora com necessidades materiais, o que significa haver outro mundo, dever haver outro mundo para além daquele que a técnica e a economia podem criar.

Um dos fenómenos mais embaracantes do mundo de hoie é a crise do direito internacional que uns observam como herança da sua civilização e outros desprezam para se instalarem a seu gosto na terra. O alargamento da comunidade internacional não devia ter-se processado à margem da preparação dos Estados para aceitarem e cumprirem as normas que regulam por consenso geral ou por convenção expressa a vida de relação entre as nações; mas seguiu-se orientação oposta com o princípio da universalidade de todas as organizações internacionais, como se o registo de admissão equivalesse à garantia de observância das normas que as regulam, o que está demonstrado não ser exacto. A Organização das Nações Unidas tem feito – pecaminosamente – o máximo por condescender com práticas aberrantes e até com a defesa de supostos interesses de muitos países irrequietos e ambiciosos contra os legítimos direitos de outros. Apesar disso, o deseguilíbrio das situações apontadas é de tal ordem que nós o podemos ver na base dos numerosos conflitos que se espraiam pelo mundo. O princípio de que nas épocas de crise a lei internacional é para cada Estado a que serve o seu interesse, sem respeito pelo direito alheio, lançou-nos no caminho das grandes confusões e dos máximos perigos.

Nesta ligeira referência a factos e erros da nossa era que a tornam desassossegada e infeliz, não podemos esquecer o maior de todos — a África em fogo.

O nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros tem feito numerosas exposições sobre a política externa nas quais os problemas de África e do Ultramar português têm tido o merecido relevo. Eu próprio me recordo de haver exposto com alguma largueza o enquadramento da nossa política ultramarina tanto na evolução contemporânea de África como no nosso direito constitucional e na política interna. Não me repetirei; actualizarei apenas as situações, referindo-me aos factos mais recentes.

Mau grado os esforços da Organização da Unidade Africana, são cada vez mais vincadas as divisões e incompatibilidades que uns aos outros opõem os países daquele Continente. Vários ao sul do Equador dão mostras de não confiar no desinteresse dos árabes que se propõem conduzi-los. Por outro lado, estes e alguns outros pretendem chefiar a revolução africana, não já e apenas no sentido da independência dos territórios coloniais mas no da adopção de uma política, ideológica e econòmicamente sustentada pelo bloco comunista. A revolução de Zanzíbar e a formação da União com o Tanganica cavaram uma brecha difícil de colmatar. Particularmente por alí, mas também pela costa ocidental, entram as ideias, os homens, as armas que se propõem atingir o coração de África, para o domínio comunista desta.

Como nenhum país africano tem ao presente desenvolvimento económico e social que permita a realização do comunismo, o apoio do referido bloco representará sobretudo a substituição das posições ocidentais, no que respeita à Europa, e um perigo para a independência da África no que respeita àquele Continente. O chamado socialismo africano não pode ser mais no nosso tempo que a expropriação e em muitos casos a expoliação dos bens, meios de trabalho e empreendimentos que os europeus ali fizeram surgir. O racismo negro, no que tem de irredutível com a presença do branco, pode ser visto como a explosão duma incompatibilidade étnica, um desagravo ou um desforço, mas, aos olhos de muitos agitadores, é também uma opeação económica, aliás fracamente reprodutiva pela dificuldade de organizar o tra-

Assim as nações europeias que cederam as posições políticas mas entendiam que, apesar de tudo, lhes seria possível continuar a guiar os povos africanos independentes, pela superioridade da técnica, pela força do capital emprestado ou gratuitamente cedido, pelo brilho da cultura, têm de haver-se agora com concorrentes difíceis e estranhos ao Continente africano que, além de implicações económicas e políticas, comprometem a obra ali empreendida.

Há semanas a esta parte elementos subversivos vindos do Tanganica, directamente ou através do Malawi, romperam em Moçambique com as acções anunciadas de sabotagens e morticínios dos portugueses negros. Tentam que os casos da Guiné e de Angola se repitam ali com o auxílio e colaboração do Tanganica, embora até ao presente sem intensidade comparável aos primeiros, porque nos encontraram preparados e atentos. Constituindo aquele território um Estado membro da Comunidade britânica, somos levados a crer que a Inglaterra, sem falar em obrigações de alianças, entende não estar em condições de dizer uma palavra de moderação a um membro da Comunidade que se comporta tão ao arrepio da correcção jurídica e política devida a Estados vizinhos. Em compensação a defesa contra ataques, protegidos nos países de onde partem, começa a ser aceite pelas potências, como comportamento normal e inteiramente justificado.

Este o teor em que vai o mundo e é dentro deste quadro que havemos de defender os territórios nacionais. É uma pena que os três milhões e meio de contos gas-

XX. Erros e Fracassos da era Política

tos anualmente nesta defesa, além dos muitos centos de milhares que as grandes Províncias despendem com o mesmo fim, não possam ser aplicados aqui e lá em estradas, portos, escolas, hospitais, aproveitamento de terras, instalação de indústrias ou exploração de minas. Com tais somas se podia fazer a relativa felicidade de muita gente em vez de lhe perturbar e sacrificar a vida, alimentando a vaidade de ideólogos ou de aventureiros que um dia sonharam com impérios afinal inacessíveis às suas ambições.

Estas importâncias assim gastas nas províncias ultramarinas não serão mal empregadas? O problema não pode pôr-se-nos assim, mas só em face da imperiosidade do dever político e das possibilidades nacionais. O cumprimento do dever não tem de ser contabilizado; as possibilidades são as do nosso trabalho que, se tiver de ser mais penoso e longo, o será sem hesitações.

Sei que em espíritos fracos o inimigo instila um veneno subtil com afirmar que estes problemas não têm solução militar e só política e que todo o prolongamento da luta é ruinoso para a Fazenda e inútil para a Nação. Eu responderei que o terrorismo que somos obrigados a combater não é a explosão do sentimento de povos que, não fazendo parte de uma nação, conscientemente aspirem à independência, mas tão-só de elementos subversivos, estranhos na sua generalidade aos territórios, pagos por potências estrangeiras, para fins da sua própria política. Como elementos alheios à colectividade nacional estiplar-se-ão no momento de lhes ser recusado o território em que se organizam e treinam, o apoio político recebido e os subsídios em armas e dinheiro. De modo que a tal solução política, se não prevê a desintegração nacional íque todos fingem repelir), não se encontra em nós próprios mas nos países vizinhos, aos quais, pelos meios ao nosso alcance, possamos ir fazendo compreender melhor os seus deveres de Estados responsáveis para connosco e para com uma pobre gente que estùpidamente se faz sacrificar a interesses alheios. Mas neste entendimento a defesa militar é o único meio de chegar à solução política que no fundo é a ordem nos territórios e o progresso pacífico das populações, como o vinhamos prosseguindo.

Vamos em quatro anos de lutas e ganhou-se alguma coisa com o dinheiro do povo, o sangue dos soldados, as lágrimas das mães? Pois atrevo-me a responder que sim. No plano internacional, começou por condenar-se sem remissão a posição portuguesa; passou depois a duvidar-se da validade das teses que se lhe opunham, e acabaram muitos dos homens mais responsáveis por vir a reconhecer que Portugal se bate afinal não só para firmar um direito seu mas para defender princípios e interesses comuns a todo o Ocidente. No plano africano, quatro anos de sacrifícios deram tempo a que se esclarecesse melhor o problema das províncias ultramarinas portuguesas, a diversidade das instituições criadas em séculos naquele Continente e os ganhos ou perdas, em todo o caso as dificuldades que a independência, tão ambicionada por poucos, trouxe a todos os mais e os dirigentes não sabem ainda como resolver. Assim bastantes povos africanos nos parecem mais compreensivos das realidades e mais moderados de atitudes. Eis o ganho positivo desta batalha em que — os portugueses europeus e africanos — combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.

III.

Agora umas palavras sobre o ambiente político interno que adivinho denso e carregado de dúvidas e preocupações. Eu compreendo isso e, ao aflorar certas causas da perturbação mundial, de algum modo e em parte o explico também. Devido a jogo inextricável de interdependências, uma parte da vida da Nação sofre as pressões externas — doutrinárias, económicas ou políticas — a que não tem possibilidade de esquivar-se. E assim, correndo mal os tempos no mundo, difícil seria que pudessem correr aqui inteiramente bem. Mas, além disso, temos causas privativas de mal-estar.

Enfrentamos guerras no Ultramar que não se sustentam nem hão-de vencer sem sacrificios de sangue e de dinheiro. Por isso os impostos tiveram de ser agravados e é ainda possível que, nas vastas reformas publicadas, algumas incidências não realizem a justiça e por isso mesmo não correspondam à vontade do legislador.

Uma série de maus anos agrícolas havia de saldar-se por perdas vultosas tanto para o proprietário da terra como para o agricultor. Atravessamos um ano excepcionalmente seco que prenuncia, a continuar assim, um estio sem águas de rega e graves dificuldades no abastecimento para o próprio consumo corrente. A indústria, que trabalha ao abrigo das irregularidades climatéricas, tem-se multiplicado e progredido satisfatóriamente, mas, devido ao excesso de população que trabalha nos campos, o progresso daquela não beneficia proporcionalmente os homens da terra que se refugiam na emigração, aliás em desordem muitas vezes e em excesso injusificado, originando crises de mão-de-obra em vastos sectores rurais. O abastecinento público tem podido manter-se em termos quase normais mas muitos preços têm subido, com os correspondentes gravames para as economias mais débeis.

Quando estes fenómenos se verificam e nestas proporções, a população tem a tendência para intensificar e acelerar pressões no sentido de ver aumentadas as remunerações do trabalho, pensando esquivar-se às dificuldades comuns. A experiência largamente vivida pelos povos é a da inutilidade ou nocividade desses remédios, porque as altas salariais se reflectem nos preços e estes no valor da moeda, tudo voltando ao começo. A obra de maior vulto realizada pelos Ministros das Finanças dos últimos quarenta anos foi exactamente conseguir manter o equilíbrio financeiro e a estabilidade monetária, que estão na base do nosso progresso e é necessário conservar para podermos subsistir; e por esse motivo, salvo nos casos de ajustamentos impostos por imperiosa justiça, não devemos aceder à onda de aparentes facilidades que aliviam o dia de hoje, comprometendo o futuro. A mim se me afigura especialmente absurdo que, tendo como nação, de fazer face a maiores despesas, queiramos sempre, na imitação desequilibrada de modas alheias, ganhar mais e desejemos ao mesmo tempo trabalhar menos.

Durante a última grande guerra me aconteceu algumas vezes receber altas personalidades britânicas para negócios graves, e notar-lhes o fato velho, coçado, fimbriado nas mangas. Chegava a comover-me observar esses sinais de pobreza que não havia pejo em mostrar, porque representavam afinal o sacrifício consciente-

XX. Erros e Fracassos da era Política

mente feito ao fim supremo da luta em que a sua nação se empenhara. Sei que não estamos em termos comparáveis e talvez por essa razão não vemos isso aqui, antes em certos casos o espectáculo da riqueza que se alardeia e quase afronta pelo exagero com que se manifesta. Por mim desejaria que fôssemos mais modestos e, sobretudo nestes momentos de crise, mais discretos também.

O facto de ter-se anunciado e comecado a executar um plano que se chamou de reconversão agrária, alertou a muitos, porque não foram inteiramente compreendidos os fins, os métodos, as cautelas a ter na longa transição: nada, a não ser a incompreensão, devia causar receios ao nosso meio agrícola. Eu sou um rural e, embora em situação diferente, vivi duas guerras, uma em que interviemos activamente nos quadros de uma aliança, outra em que não batalhámos mas houvemos que organizar a defesa nos quatro cantos do mundo. Daí vem compreender o campo e conhecer as necessidades vitais que o campo tem de satisfazer. Independentemente do que se possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, e se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura, ainda que progressiva e industrializada, neste País de solos pobres e climas vários. A terra é humilde, tanto que se deixa a cada momento pisar; o trabalho da terra é humilde, porque o homem a cultiva, humildemente debruçado sobre as leivas; o fruto do trabalho na terra é pobre porque está no início de um ciclo de operações comerciais ou industriais destinadas a valorizá-lo ou a enriqueçê-lo. Assim a faina agricola, sujeita à torreira do sol ou à impertinência das chuvas, é acima de tudo uma vocação de pobreza; mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver. Quando se governa um país, e se nos deparam os mercados difíceis, os mares impraticáveis, as bocas famintas sem saber de onde há-de vir um bocado de pão, a terra pobre, a terra humilde sobe então à culminância dos heroismos desconhecidos e dos valores inestimáveis.

Ao afirmar-se a necessidade de corrigir o fácies agrícola do País, alargando a floresta às serras nuas e aos campos que cobrimos de searas pobres, não se pensou em desertar da cerealicultura, mas na possibilidade de ter searas mais rendosas ou culturas mais ricas noutros terrenos e deixar ao mesmo tempo que as árvores cresçam onde o trigo não grada. Deste modo mais intensa florestação do País não significa a diminuição das culturas, o êxodo dos trabalhadores, o abandono do pão que cultivamos, aliás, sem grandes condições para isso, e teremos de pagar, mesmo se caro, como quem paga um seguro de querra.

Tem-se falado muito nos defeitos da nossa estrutura agrária, que são evidentes e mais evidentes se tomarão a todos os interessados na medida em que pudermos corrigi-los. Mas, talvez por não termos bem definido os termos da questão fundamental que é a relação da cultura com a propriedade, houve sobressaltos injustificados, pois logo se enxergaram repercussões na pequena horta familiar ou na herdade extensa de bem equilibrada cultura. Isso nasceu do amor à terra que gira no sangue das nossas veias mas não se justificava nem em face das intenções nem de quaisquer providências tomadas.

Grandes e pequenas coisas se têm acumulado a empecer-nos o caminho, umas apenas na imaginação sobressaltada, outras nos factos reais da vida. Mas o que houver que rever-se há-de sê-lo, não na precipitação mas na calma do nosso melhor entendimento.

IV.

Compreende-se bem que, neste emaranhado de problemas e de soluções possíveis, de adversidades que nos chovem como castigo do céu e de dificuldades nascidas da política mundial, seja fácil criar aqui dentro ambientes de dúvida e de perturbação. Disse que uma parte da vida nacional flui das interdependências externas; mas outra parte, a mais importante e grave, somos nós a determiná-la, a tomar dela a responsabilidade plena. E um povo que toma, diante de si mesmo e à face dos imperativos da sua história, a decisão viril de resistir, porque sabe que precisa de resistir para sobreviver, há-de tirar desta mesma decisão as forças necessárias para enfrentar as dificuldades. Penso assim que o Ultramar não pode ser para nós fonte de desânimos mas, ao contrário, do mais sadio optimismo.

Além dos portugueses de África que combatem nas fileiras ou defendem portuguêsmente naquelas terras as suas aldeias e lavras, teremos já entre nós dezenas de milhares de homens e, não sei quando, centenas de milhares que viveram nos matos, se arriscaram nos mares e nas selvas, jogaram a vida pela Pátria e viram no Ultramar projectada a Nação na sua verdadeira grandeza. Que podem significar para estes homens umas oposições que conspiram com o comunismo em Paris ou em Argel para lhe entregar Portugal, ou aquelas, mais moderadas embora, que se limitam a ver se podem conquistar o poder, sabendo todos, pela imprecisão da sua linguagem, que perder a batalha aqui ou lá é tudo a mesma coisa? E não estaremos nós à altura dos que se batem não só por eles e por nós mas pela justiça que nos assiste e pelo bem dos povos a que nos devotámos?

Quando a União Indiana se apossou de Goa, o que internacionalmente se concluiu foi que obteve minas ricas de ferro e manganês e ficara com um porto como não havia outro em todas as suas costas; e parece não ter acudido à mente de ninguém que havia ali também uma alma e uma cultura indo-portuguesa, amorosa criação de quatro séculos e meio de trabalhos e sacrifícios. Pois por este motivo já quase não trabalham as minas, nem se desenvolve o porto de Mormugão; e a União Indiana, para aumentar de uma polegada o seu imenso território, forjou, cravando-o no seu seio, mais um factor de divisão na profunda divisão que a agita. Nunca houve tantos portugueses nem tão elevado sentimento português em Goa a enfrentar autoridades tirânicas, no mesmo território que a hipocrisia de muitos diz «libertado da opressão» portuguesa.

Esta lição que o mundo agora colhe do nosso sofrimento, não queremos que levianamente a tire dos outros territórios que constituem a Nação portuguesa. Mas este *não querer* tem um segredo que é sabermos bem porque nos batemos, isto é, as razões da nossa luta nacional.

XX. Erros e Fracassos da era Política

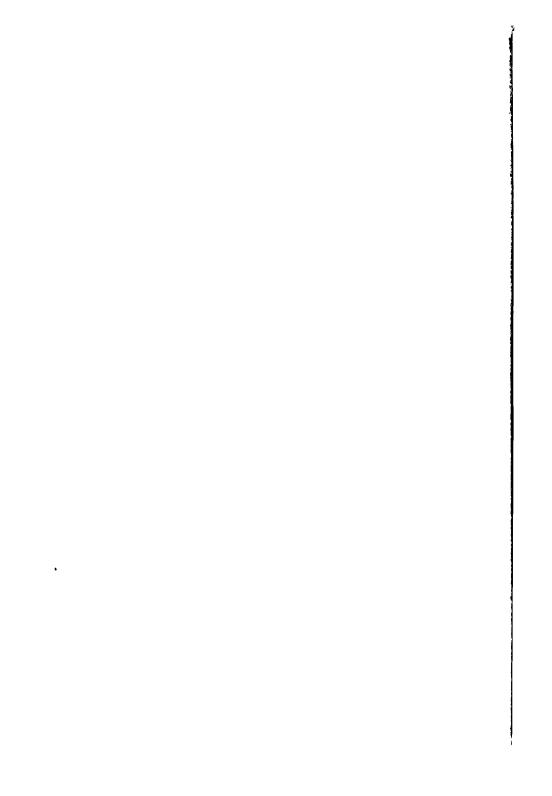
Humildemente confesso não ter conseguido em tantos anos duas coisas que aliás se me afiguravam essenciais: convencer os governos de que precisavam de um apoio político para a sua acção e de que esse apoio só podia advir-lhes da União Nacional; convencer a União Nacional de que a formação política não pode ser abandonada a acasos de leituras ou de influências familiares mas a uma doutrinação sistemática e persistente.

Em face de nós só dois agrupamentos levam na devida conta a formação dos seus adeptos — a Igreja e o comunismo. Embora, conforme a frase de Tertuliano, a alma humana seja naturalmente cristã, desde sempre entendeu a Igreja não poder existir sem uma doutrinação activa que ilustrasse os entendimentos no dogma, e afeiçoasse as consciências às práticas da sua moral. Assim a Igreja pode cristianizar a nação e pode até cristianizar o Estado; e parece-me dever ficar por aí, pois não pode substituir este nem conduzir os negócios daquela na ordem material ou profana. E se, esquecendo amargas experiências históricas, se sentisse tentada a intervir na acção política, não devia fazê-lo, porque, à medida que vemos materializar-se a vida, se torna mais e mais absorvente a missão espiritual da Igreja.

O comunismo que também quer ser à sua moda religião, trabalha como uma igreja, doutrinando e formando os seus adeptos, com largueza de meios e base científica dignos da melhor escola, mas tão eficientes que, sendo a doutrina comunista antinatural, mesmo contra a natureza consegue fiéis que se lhe entregam inteiramente e por ela morrem, se necessário.

Na carência a que me referi e no que é essencial, o que nos tem valido é o fundo ainda consistente da lusitanidade, as lições da história e o exemplo dos seus valores, a sã tradição de nossos maiores que os acontecimentos políticos dos últimos séculos não conseguiram obliterar. Mas para conquistar uma adesão firme, formar um soldado de uma causa desinteressada, granjear-lhe a dedicação incondicional, é precisa a acção constante de uma doutrinação esclarecida. Quando o inimigo sentiu que organizações nossas podiam ser o fermento duma nova sociedade ou forças de estabilização necessária na época agitada em que se tem vivido, logo iniciou a campanha necessária ao seu descrédito. E muito bem, diante da nossa indecisão, porque ele sabia o que lhe convinha e nós dávamos provas de ignorar o de que tínhamos necessidade.

Pois bem, se o Centro de Estudos Políticos que existe aqui fizer irradiar de si a luz que ilumine, o calor que aqueça sobretudo as almas jovens, naturalmente generosas e sedentas, nós podemos estar certos de que não serão abalados os alicerces nem com eles o futuro desta Nação.



XXI. POLÍTICA PENINSULAR ⁽¹⁾

Senhor Capitão-General Excelência:

Agradeço a Vossa Excelência ter aceite o convite para visitar Portugal e aproveito este momento para o saudar e para testemunhar-lhe, em nome do Governo português, todo o nosso apreço e a nossa muita amizade.

Figura militar das mais nobres, afirmada nos campos de batalha e depois nas tarefas da paz: combatente de uma grande causa — a da liberdade da Espanha que desde o primeiro momento os portugueses entenderam como sendo também a de todo o Ocidente --, tem Vossa Excelência, íntimo e destacado colaborador do Generalíssimo Franco, apoiado e defendido uma política cujo valor já não é de há muito susceptível de discussão. Essa política, no que particularmente nos respeita, tem sido a da amizade franca, a da leal cooperação, a da vigorosa solidariedade entre os dois países que constituem o bloco peninsular. Tal orientação é sequida de um e do outro lado da fronteira há mais de um quarto de século, e julgo que as duas nações, dentro do respeito mútuo que precisamente impõe o paralelismo da orientação, só encontram motivos de satisfação pelos resultados obtidos. Na verdade tem sido assim possível contribuir para a estabilidade de uma área tão importante que pode definir-se ao mesmo tempo como europeia, mediterrânea e atlântica; para a defesa de ideais e valores que nos são comuns, e que outros também partilham, embora nem sempre se revelem felizes nos métodos empregados para defendê-los; para salvaquardar os interesses nacionais legítimos das duas nações que, além de não afrontarem ninguém, são também expressões válidas de ocidentalismo, de cristianismo, de civilização e de verdadeira liberdade. São tantas as virtualidades desta política que nem nos podemos admirar da hostilidade que suscita em muitos, e que ora ataca frontalmente as duas nacões, ora tenta atrair cada uma delas a caminhos diferentes. De uma ou outra forma procura-se sempre o enfraquecimento de ambas, quando não objectivos mais amplos. Por isso e para isso se agitam os que apontam a sujeição aos «ventos da história» como a única via que nos tempos modernos deve seguir a satisfação dos interesses nacionais. Mas - noto-o sem espanto - esses ventos, ao serem soltos ou assoprados no mundo,

Palavras proferidas no almoço realizado no Palácio da Vila, em Sintra, oferecido em honra do General Muñoz-Grandes, no dia 9 de Março de 1965.

não têm em vista e inteiramente desconhecem os interesses de Espanha ou de Portugal, pelo que nós temos julgado que espanhóis e portugueses têm o direito de prosseguir no seu próprio caminho e de se determinarem sòmente pelo querer dos seus povos e não pelos desejos de outros. Velhos que somos, estamos aliás há muito habituados a saber distinguir as miragens políticas das realidades e interesses permanentes dos povos. Digo tudo isto. Senhor Capitão-General, porque estou convencido de que tanto Vossa Excelência como o Chefe do Estado Espanhol e o seu Governo sentem e subscrevem estes pensamentos singelos que não nasceram do alvoroço e agitação das conferências, mas que frutificam longe e apenas na calma da confiança reciproca.

À Senhora de Muñoz-Grandes e a Vossa Excelência apresento sinceros desejos da maior felicidade, e peço a todos me acompanhem nos calorosos votos que faço pela saúde de Sua Excelência o Chefe do Estado Espanhol, Generalissimo Franco, e pelas prosperidades da Espanha.

XXII. RESPOSTA À HOMENAGEM PRESTADA PELOS ANTIGOS GRADUADOS DA MOCIDADE PORTUGUESA (1)

Para não ser desnecessàriamente longo, escrevi as poucas palavras que hei-de dizer. A reunião da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa, no 20.º aniversário da sua criação, merecia aliás mais longos momentos de contacto, mas o que já ouvi dispensa-me de repetir as grandes certezas que procuramos viver e de que nas últimas décadas vós mesmos tendes podido dar testemunho. Na confusão de ideias que reina por toda a parte e se infiltrou em todos os domínios, neste desabalado temporal que a todos ameaça e contra tudo investe, é felicidade rara para as Nações conhecerem o sentido da sua história e para os homens disporem sobretudo de um sentido de vida. E só por isso, como dissestes, estivemos tão naturalmente em paz para a qual trabalhámos durante largos anos, como estamos agora em guerra em que nos empenhamos, seguros da nossa razão. Se não vissemos com clareza a causa da luta, não poderíamos conduzi-la com serenidade e firmeza, no meio da vozearia universal que desconhece ou deforma a verdade dos factos, acende as paixões, perturba a razão dos homens e a consciência dos povos. Respigo das últimas dezenas de horas — só de horas — o seguinte:

Um Ministro responsável de um povo altamente civilizado afirma, em face de uma grande assembleia internacional, que não devia limitar-se a esconjurar a União Sul-Africana, porque também havia opressão em Portugal e em Espanha e nos países da América do Sul. Um chefe africano, conhecido pela inexplicável fobia que o move contra Portugal, lamenta, numa corte europeia da maior respeitabilidade e diante da Rainha de quem era hóspede, não terem os súbditos desta, em tempos recuados, praticado contra nós e noutros pontos do globo façanhas como as que enfrentámos no Brasil e em Angola, porque, se assim fora, já os respectivos povos gozariam da independência, da cultura, da extremada civilização de que o orador ali dava tão exuberantes provas. Ao mesmo tempo da República da Guiné afluem aos nossos mercados junto das fronteiras e aos postos médicos portugueses gentes que parecem precisar de géneros e cuidados, muito mais importantes para as populações, que as armas fornecidas pelo seu governo aos terroristas que, exceptuando o fruto das pilhagens, não podem tirar das suas depredações qualquer outro proveito. Das mesmas terras chegam populações com seus gados e outros haveres para fixar-se no nosso território da Guiné, sem que levantemos o escândalo de refugiados que evitam a opressão e crueldade dos governantes, pois só vemos no caso

Discurso proferido em 27 de Abril de 1965, na Sala dos Passos Perdidos do Palácio de S. Bento.

pobre gente que entre nós busca ordem para o seu trabalho e paz para a sua vida. Do Senegal agradecem-nos a maneira como tratamos as populações fronteiriças, o que não impede sejam apresentados de vez em quando protestos na ONU pelas bárbaras agressões por nós praticadas contra o território senegalês. Do Congo escorre diàriamente para Angola um fio, por ora ténue, de exilados — homens, mulheres e crianças famintas — que pretendem voltar às suas terras e à obediência das suas autoridades legítimas; e a parte do mundo ainda consciente ficará assombrada quando, findo o regresso de todos os refugiados recuperáveis, se tornar claro por que se impôs, nesta época da defesa dos direitos humanos, a dezenas ou centos de milhares de pessoas, a forçada ausência do país natal e a precária vida em lugares de recurso. De Goa, «libertada» do jugo português pelos exércitos da União Indiana, com aplauso quase universal, os goeses, correndo os maiores riscos, fogem, só para se acolherem ao seio da pátria da sua pátria.

Evidentemente nada disto impedirá que em todos os paralelos, ao norte ou ao sul do equador, pessoas responsáveis pelos seus países e na sua quota parte pelo bem-estar da humanidade, continuem a acusar-nos de torvo colonialismo e de opressão de povos inteiros que eles notam, vêem com exacta precisão, na Guiné, em Angola, em Moçambique e aqui mesmo em Lisboa.

Mas então, direis vós, é que há maneiras diferentes de encarar os problemas, e daí tal diversidade de posições. Eu diria com mais propriedade o seguinte: a verdade uma só. Rompido o equilíbrio em que durante muito se viveu, as sociedades numanas buscam na confusão daí resultante novos equilíbrios para os seus interesses, e estes são no fundo económicos e políticos, embora ocultos sob a capa de ideologias, que nada ou pouco têm com a essência do problema. E é esta a razão por que não pode pôr-se na hasta pública das discussões apaixonadas o que respeita vitalmente à Nação como de começo a forjaram e a foram pelos séculos moldando os nossos majores.

É pois a Nação que está em causa e, diante do problema da sua existência e identidade histórica e moral, não me parece que haja lugar a escolhas. As gerações formadas sob o signo e a inspiração da Mocidade Portuguesa sentem que é assim. E, encarando-as, representadas por vós, tantos já combatentes e heróis do Ultramar, lembro-lhes sobretudo a honra de viverem um drama nacional, mais profundo e extenso pelas circunstâncias dos tempos, do que os vividos em séculos passados. Quer dizer que, numa viragem da história do mundo, vós tendes a honra de escrever um capítulo transcendente da nossa própria história.

Quanto a mim, nada mais pretendo que saber interpretar o vosso pensamento e, como indicava filosòficamente um antigo político, pois que me chamais chefe, sigo-vos.

XXIII. REPAROS À CAMPANHA ELEITORAL (1)

Dizem-me ser preciso que diga algumas palavras no fecho do período eleitoral. Embora duvide da necessidade, obedeço à crença alheia, mas limitarei a dois ou três breves reparos as minhas considerações.

Em verdade a campanha desenvolveu-se quase inteiramente na ausência e no silêncio do núcleo oposicionista. E tenho pena que assim fosse, mas não porque reconhecesse vantagem em que os trabalhos da Câmara viessem a decorrer em atmosfera de paixões, com prejuízo da inteira liberdade de pensamento e consciência a que em tais assembleias deviam sempre subordinar-se a discussão e o voto. A razão é outra. A não haver desistência dos candidatos, lograríamos a vantagem de mais desenvolvidas ideias ou de críticas mais substanciais que as constantes dos manifestos publicados. Além disso poderíamos confrontar o número das pessoas que as perfilhavam com o daquelas que, sem mais discussão e em virtude de certas posições tomadas de princípio, as puderam logo rejeitar.

Quando na penúltima eleição presidencial se verificou contar o candidato oposicionista a seu favor um pouco menos de um quarto dos votantes, ficou-se a saber quantos dos portugueses achavam preferível trocar por outros, mais espalhafatosos e imprevistos, os métodos da governação e desejavam substituir por uma síntese de contradições os conceitos fundamentais sobre que a Nação tem ressalvado a sua identidade, baseado o seu progresso e tentado garantir o seu futuro. E pela mesma comparação dos números ficou da mesma forma inequivocamente demonstrada a legitimidade de um mandato que provinha de mais de três quartas partes do eleitorado e da adesão maciça das consciências — afinal o maior número — que não tinham meio de exprimir-se nas urnas. Isso foi positivamente um ganho, apesar do desgaste provocado no bom nome e crédito do País, por uma campanha em tudo avessa à nossa sensibilidade.

Os documentos oficiais da campanha oposicionista foram apenas quatro, a três dos quais a imprensa deu a maior difusão em seu poder. Só um não pôde ser publicado pela razão de não considerarmos protocolar fixarem os reclamantes ao Chefe do Estado o prazo em que havia de resolver as suas pretensões, mesmo se legítimas, e que no caso não eram.

Discurso proferido em 5 de Novembro de 1965.

O manifesto em que justificadamente se esperaria ver ou sistema de ideias a fazer vingar, ou programa de soluções a defender, ou indicação de problemas a discutir nas sessões parlamentares, pareceu-me ter dado preferência a críticas estéreis à acção do Governo ou das autoridades e apreciações deselegantemente eivadas de suspeitas graves: em vez do futuro para que nos encaminhamos, retrospectivamente o passado, bom ou mau, que já foi vivido. Assim, nos tópicos principais foi referida a censura à imprensa, a situação dos detidos da Polícia Internacional, a não tradução de um relatório da ONU que supusemos ser inteligível nas línguas oficiais da organização, e sobretudo as investigações acerca do assassínio do ex-general Delgado, a cargo das autoridades judiciais do país vizinho e cujo atraso seria devido à incúria das nossas próprias autoridades.

O ex-general trabalhou comigo anos a fio e tão longo trabalho em comum deixa sempre um traco no nosso espírito, independentemente do calor humano que ressuma das relações pessoais. Não obstante a inteligência, o dinamismo, a honestidade natural, certo é que a impetuosidade do carácter e o desconcerto das atitudes imprimiam à sua acção a marca do imprevisto e do inconsistente. Enamorado de certos aspectos da vida política americana que lhe instilou no espírito já predisposto o veneno da suficiência e da espectaculosidade, pensou azado e fácil importá-los em Portugal onde tradições de hierarquia, de comedimento, de dignilade do poder se lhes opunham frontalmente. Assim se fez candidato à Presidência da República e na sua campanha revelou-se verdadeiro génio da agitação. E porque as massas reagem em toda a parte da mesma forma, quando embaladas em ondas de emoção, à volta de promessas loucas e ambições e ódios recalcados. chegou a causar receios, mas não constituía verdadeiro perigo: neste País de costumes doces e de vida calma, a aventura transplantada para a região dos altos órgãos do Estado desperta nos espíritos reservas e desconfianças invencíveis. Foi em todo o caso uma bandeira que sectores ideológicos estranhos à sua formação não desistiram de agitar ao serviço de movimentos subversivos.

Inconsideradamente a isso se prestou e, em terras estranhas, exilado sem razão séria e por vontade mais alheia que própria, arrogou-se a autoria moral de actos antinacionais e denegriu o bom nome do País. Pelo Brasil, por Praga, por Argel foi o polarizador, que aliás mais convinha ao regime, da oposição revolucionária, até que um dia, cansado da inutilidade da sua acção, desiludido dos conlúios tenebrosos, tra-ido porventura pelos que se afirmavam seus correligionários, parece ter tomado uma decisão em termos definitivos — acordar com outros conspiradores numa revolução «imediata» ou entregar-se às autoridades portuguesas e «dizer tudo».

Sendo certa a inviabilidade de qualquer movimento revolucionário, a nós nos convinha que falasse: a outros havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar. Mas se as autoridades espanholas conseguirem descobrir as circunstâncias do crime até aos últimos pormenores, é bem possível virmos ainda a saber por outros o que seguramente nos confessaria a nós. Eis porque, além de outras razões, vemos no caso o máximo interesse e nessa conformidade temos agido com lealdade e prontidão.

XXIII. Reparos à Campanha Eleitoral

No manifesto das oposições apresentou-se também a pretensão de discutir com a máxima latitude a política ultramarina que se vem prosseguindo. O fim da discussão seria determinar-se o grau de adesão ou a inconformidade do País com tal política e definir que outros caminhos conduziriam com maior propriedade à salvaguarda dos interesses nacionais. Evidentemente não podia estar no nosso espírito embrenhar-nos de momento em tal pleito, mas é vezo da democracia em nome da qual se apresentavam os candidatos nunca ter nada por assente ou líquido e recomeçar a cada passo as discussões.

Aconteceu porém que o simples enunciado da pretensão provocou por toda a parte tão violenta explosão de protestos que se pôde com facilidade saber qual era o sentimento nacional. Não só aqui, no rectângulo europeu de Portugal, mas nos territórios atlânticos, nos de África, Ásia ou Oceânia, e sobretudo naquelas terras que estão sendo vítimas de ataques ferozes e objecto de ambições estranhas, as populações reagiram, com o espírito profundamente ofendido, à ideia de que os seus sacrifícios pudessem ser tidos por inúteis e o seu direito de portugueses invalidado pela arbitrária decisão de outros portugueses. Revelou-se intolerável pensar sequer que a Nação se não apresentasse una e firme à volta duma realidade secularmente bem definida e considerada indiscutível; antes parecesse duvidosa do seu bom direito e pouco segura no propósito de o fazer valer. O plebiscito gigantesco constituído por essas manifestações deve ter convencido os homens de boa fé da inutilidade de uma discussão.

Este não é o momento de me ocupar com largueza do problema; espero que dentro de pouco tempo possa versar diante de vós o tema da política africana dos nossos dias, e dos erros de concepção de que partiu, e dos catastróficos resultados a que tem conduzido quanto aos povos, por definição supostos beneficiários de tal política. Para já lamento que, sendo o caso português considerado hoje, quase unanimemente entre os responsáveis, como caso à parte nos problemas da colonização, portugueses se lhe refiram como susceptível do tratamento em série, aliás desastrado, que se tem aplicado a outros. É caso em que mal posso acreditar exista o desconhecimento dos dados da questão e da sua gravidade; antes sou levado a crer que a tendência para a agitação política foi em alguns bastante forte para induzi-los a tentar sacrificar-lhe, se possível, os maiores interesses da Nação.

Na verdade o regime em que vivemos depois do 28 de Maio tem sido impermeável à histeria política que vai pelo mundo; e é esse o motivo por que é corrente nas oposições a referência ao nosso *imobilismo*. O vocábulo quer dizer que politicamente se não marcha ao ritmo de muitos países estrangeiros; mas penso que com justiça se não pode aplicar, como depreciativamente se faz, à Administração nem mesmo ao Governo em Portugal.

Abre uma pessoa o jornal cada manhã e pode perguntar a si mesma se ainda há mais lugares na terra para conspirações, golpes de Estado, revoluções, guerras, intervenções militares, conflitos sociais, assassinatos políticos, depurações partidárias, lutas intestinas. Por toda a África, por toda a Ásia, por toda a América, às vezes na mesma Europa, está aberto e arrasta-se um período de convulsões que muitos absolvem com a ideia de corresponderem tais calamidades à gestação de um mundo novo. Mais ao nível da nossa compreensão diríamos que os acontecimentos são umas vezes devidos à inadaptação das instituições ao génio dos povos e outras vezes à teorização do ódio e da violência, levada a efeito por sistemas doutrinários em moda.

Faz-se uma Constituição, elimina-se o Chefe do Estado, demite-se o Governo ou mais expeditamente se assassinam os ministros e as altas autoridades. E, depois de se mandar metralhar o povo extraviado e confuso, nota-se que se errou o caminho e volta-se ao princípio: regressam ao poder as forças expulsas e tornam a substituir-se os homens e as instituições, responsabilizadas pelo que só é jogo e luta de interesses, quantas vezes estranhos ao país em que se desenrolam os factos.

Extasiados, muitos não escondem o seu entusiasmo por tais acontecimentos e pela rápida, delirante transferência de poderes; isto, sim, é vida política, activa, dinâmica, progressiva. Pondero singelamente que a desordem pode ser uma fatalidade mas não é nunca um bem. Os políticos imbuídos de teorias, sedentos de poder, enamorados das mutações revolucionárias são na verdade minoria insignificante da Nação. Os elementos estruturais desta têm outras preocupações e necessidades — a garantia do trabalho, a possibilidade da educação, os meios de progresso, a segurança da vida e um pouco de felicidade na terra.

Nós conhecemos já, em tempos idos, essa efervescência política de governos a dias, Chefes do Estado mortos ou destituídos violentamente, homens públicos assassinados. Câmaras a miúde dissolvidas, eleições a tiro, discussões a murro. E, apesar dessa agitação que tanto movimento dava à vida política portuguesa, ninguém hoje ousa dizer que deseja a sua repetição. A razão está em que a agitação política é inimiga do bom governo e não se pode tirar rendimento dos melhores espíritos senão dentro de atmosferas sadias e do funcionamento regular das instituições.

Nós devemos considerar como graça da Providência termos conseguido, nas últimas décadas, desejável equilíbrio da nossa vida política, que continua a processar-se a ritmo normal, com a eleição ou reeleição dos Chefes do Estado nos períodos constitucionais, a formação regular das Câmaras, a estabilidade dos governos e a actividade eficiente da Administração. Não há a pretensão de fazer crer que o bem do povo consiste e se reduz a esta normalidade: mas há o interesse vital de mantê-la, sem prejuízo de adaptações ou renovações necessárias segundo os tempos, para assegurar, com a conveniente resolução dos problemas, a vida e o progresso da Nação.

É deste modo que justifico o pedido a todos os portugueses de votar nas próximas eleições de deputados, com ou sem oposições, firmemente, virilmente, ordeiramente, como afirmação de portuguesismo e profissão de fé.

XXIV. DETERMINAÇÃO DE FICAR ⁽¹⁾

Meus Senhores

Comove-me profundamente a vossa peregrinação de longes terras até este Palácio, sede do Governo e da representação de toda a Nação Portuguesa. Quisestes relembrar uma simples frase proferida de Lisboa, em igual dia de há cinco anos, em momento trágico da nossa vida em Angola por cuja defesa o Governo entendeu ser imperioso lutar «ràpidamente e em força». Estas duas palavras estavam longe de ser mera expressão literária: traduzindo na verdade uma política, elas eram antes de tudo uma séria decisão de governo. Tal decisão não nascera de revolta sentimental: era fruto de reflexão longamente amadurecida que nos englobava a nós e a todos os povos de África. Era então fácil de justificar e hoje, com a experiência vivida, mais fácil ainda de compreender.

Em primeiro lugar correspondia à vossa determinação — a determinação de ficar. O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o. Só o primeiro, perpetuando-se por gerações, adquire um direito de ocupação e de posse que a História consagra como base da sociedade e de participação no poder. Ao outro faltam os laços que, amassando terra e sangue, prendem as gerações, a sucederem-se em corpo e alma, em trabalho e cultura; e desiste de criar algo de parecido com uma nacão que possa considerar sua pátria.

Mas havia também a tragédia que avassalava, em golpes de ferocidade, o Norte da Província e imolava as suas vítimas, por força só do ódio e em nenhum outro nome que o da destruição e do caos. Tirar a vida, incendiar as fábricas, inutilizar as plantações, espalhar e fazer viver o terror às gentes indefesas eram antigamente actos criminosos; hoje, constituindo uma técnica, neles assenta uma teoria de revolução que abundantemente os pretende justificar. Mas à nossa maneira, que é a maneira antiga, um governo que em tais circunstâncias não intervém para cumprir o primordial dever de garantir a segurança e vida das populações e a integridade do território perde toda a legitimidade e a sua própria razão de ser. E como cumprimento da sua primacial obrigação não tem esse acto de ser agradecido.

⁽i) Discurso proferido em 13 de Abril de 1966, na Sala dos Passos Perdidos do Palácio de S. Bento, em resposta às saudações dos portugueses de Angola.

Um terceiro motivo da decisão tomada derivou do modo como encarávamos o problema da «descolonização», que se desenvolvera no continente africano a partir do final da última grande guerra. Mas este ponto exigiria largas reflexões: procurarei hoje resumi-las nalgumas palavras.

Os novos africanos - refiro-me sempre aqui aos situados abaixo da orla islamizada de nações mediterrâneas — os povos africanos, dizia, tentaram a sua descolonização, recebendo liberalmente ou reivindicando a independência das nações que detinham a soberania. Rarissimos territórios ofereciam porém pela sua configuração geográfica, população escassa, tracado de fronteiras aos acasos da ocupação, riqueza do solo ou subsolo, aquele mínimo de condições de viabilidade económica que é o sustentáculo de uma sociedade com vida organizada. O atraso cultural das populações fazia que também não dispusessem tais territórios do mínimo de elementos humanos capazes de traçar o rumo da economia, dirigir o trabalho, conduzir a administração, formar os governos e os altos corpos do Estado. A independência é cara e esses povos não dispunham de riqueza que a sustentasse; a independência é difícil e esses povos não tinham o número de homens preparados a enfrentar os problemas, não digo já de um Estado moderno, mas de uma sociedade que tem de saber organizar-se para poder viver. A organização social existente na maior parte dos territórios não se elevara ainda acima de um conceito tribal, ou estritamente racista, e por si própria muito dificilmente evolucionaria de nodo a criar entre as populações elos de carácter e amplitude nacional. Só nós, com a ideia tradicional da integração, temos criado, à volta da realidade portuquesa e do nome de Portugal, a coesão necessária das Províncias Ultramarinas, todas consideradas membros de uma Nação. Era assim fatal que, nos territórios estranhos à soberania portuguesa, tornados independentes por uma espécie de surto epidémico, e fosse qual fosse o mérito da obra de colonização efectuada pelos povos europeus, nós assistíssemos ao aparecimento de Estados sem o suporte de nações, e sem os meios materiais e humanos de poderem estruturar-se e progredir. E porque é preciso acima de tudo viver, surgiram então dois factos da maior relevância na vida desses povos: os subsídios sistemáticos a substituírem-se ao trabalho, a técnica e o conselheiro estrangeiros a substituírem-se ao governante local. Como o facto da independência parece irreversivel, afiguram-se-me esses povos condenados, uns a uma espécie de protectorado sem título, outros à fragilidade e instabilidade institucional, abertos por isso mesmo a todas as influências ideológicas e a todas as pressões políticas.

Uma coisa não percebi ainda — é que em tais condições os dirigentes africanos protestem ao mesmo tempo contra o colonialismo e contra o neocolonialismo, porque, destruído o primeiro, não têm diante de si senão duas alternativas: ou progredir sob os benefícios do capital estrangeiro e da técnica internacional, com as inevitáveis e chocantes limitações da independência — e a isto se chama com propriedade neocolonialismo; ou resignar-se à mediocridade, senão ao regresso a formas primitivas de vida em que a pobreza, a doença, as rivalidades e lutas tribais continuarão a ser o preço de uma independência, pelo menos precipitada. A ver-

XXIV. Determinação de Ficar

dade é que o amaldiçoado colonialismo — sem que eu pretenda defender erros ou excessos certamente cometidos – levou a paz à África, permitiu o convívio das populações, promoveu o crescimento demográfico, dotou o continente de mais largos meios de comunicação, descobriu e explorou riquezas e pôs os seus 270 milhões de homens em contacto com a civilização cujos segredos lhes desvendou e colocou ao seu dispor. Sem dúvida, que onde não vigorara o processo da integração, isso se fez através de uma clara discriminação de raças e certa inferioridade social dos africanos negros, e tal estado de coisas havia de modificar-se um dia, por ser contra a natureza manter-se indefinidamente. Mas a via política da independência não podia resolver o problema: este só lograria solução através da ascensão gradual das massas pelo trabalho e pela educação àquele nível de onde se pode aspirar a todas as posições, e onde as diferenciações sociais não têm já razão de ser. O caminho seguido, elevando às culminâncias do mando os ódios recalcados dos súbditos dos grandes impérios, era fatal fizesse eclodir outra espécie de racismo — o racismo negro, com o repúdio e o risco de destruição de tudo o que podia constituir e constitui ainda penhor e segurança de progresso. E assim se chegou à infeliz situação actual.

A nossa resistência a aceitar o padrão generalizado baseia-se em razões históricas que formam a estrutura da Nação portuguesa e enformam a sua Constituição; e os factos, aliás derivados de razões sociológicas, encarregaram-se de justificá-la. Apesar disso ela é largamente condenada, mas ninguém pode recusar-lhe ao menos o mérito de ter dado tempo à reflexão a brancos e negros — europeus e africanos —, de permitir o balanço dos destroços, de medir a grandeza dos recuos e atrasos, de abrandar a violência das paixões e deixar verificar por comparação a bondade relativa dos métodos. A integração política e social que sempre advogámos leva-nos — leva hoje a maior parte da gente culta — à conclusão de que os países africanos ou se organizam na base do multirracialismo ou devem considerar-se perdidos para a civilização.

Que a sociedade multirracial é possível prova-o em primeiro lugar o Brasil, a maior potência latino-americana e precisamente de raiz portuguesa, e seria portanto preciso começar por negar esta realidade, além de muitas outras, para recusar a possibilidade de constituição social desse tipo em território africano. Por outro lado, e é outra conclusão da experiência, o próprio racismo negro tem sido levado a reconhecer a sua incapacidade de criar ou de manter uma civilização em terras africanas sem o auxílio do branco. E, não se tendo encontrado, fora da precipitação concorrencial do começo, nem sendo possível descobrir meio de despersonalizar ou desnacionalizar o capital e a técnica ao serviço de África, os países africanos, não estruturalmente ligados a uma potência europeia por laços políticos, ver-se-ão obrigados a aceitar as implicações das influências de poderio que inevitàvelmente decorrem da presença actuante desse capital e dessa técnica. Podem muitos propalar ou manter ilusões acerca deste ponto, mas a criação de economias nacionais que possam, tendo incorporado abundantes capitais estrangeiros, determinar-se exclusivamente pelo interesse próprio, exige estruturas políticas que os povos africanos independentes estão muito longe de possuir.

Tínhamos este conjunto de circunstâncias e de problemas bem presentes ao nosso espírito quando deflagrou contra nós em Angola o terrorismo. Ecoaram nos nossos ouvidos os gritos lancinantes da Provincia, como depois os da Guiné e de Moçambique. E a voz do sangue, o espírito das gerações passadas, a força da História fizeram vibrar o nosso coração de portugueses e apelaram veementemente para a nossa razão de governantes responsáveis. Sentimos não poder deixar de agir, por imperativo da consciência, e de clamar, em nome da verdade e da sinceridade devida a todos, brancos e pretos, que desintegrarem-se da sua Nação era perder a liberdade, para se submeterem, em nome da independência, a sujeições estranhas, não seria progredir mas recuar, não seria engrandecer-se mas diminuir-se. Verifica-se que só a Nação que a todos abraça e a todos tem por filhos, tem possibilidades económicas e de força para defendê-los de ambições hostis, e sensibilidade para compreender-lhes os sentimentos e conduzir no melhor caminho as suas aspirações.

Esta evidência não obsta a que ainda por muita parte continue a ser posto em foco o nosso «colonialismo». Mas talvez a simples descrição de um facto nos permita ajuizar do valor da acusação. E, porque a Beira está muito em foco agora por causa da questão da Rodésia, será aí mesmo que irei escolher um exemplo da actuação ultramarina de Portugal.

Por 1949, o porto e o caminho de ferro da Beira, aquele já desde 1 de Janeiro na posse de Moçambique, encontravam-se em situação de não poder satisfazer a subida do tráfego prevista como procedente dos territórios da futura Federação das Rodésias e Niassalândia. As negociações de Lisboa não encontravam, solução ao problema que fundamentalmente consistia em obter os fundos necessários para melhorar a via, dotá-la de meios de transporte, aumentar e intensificar os servicos e, quanto ao porto, em dragagens e construção de novos cais. A companhia inglesa detentora da concessão não podia, sem novas condições contratuais, inaceitáveis para nós, conseguir os financiamentos necessários e pagar dividendos ao capital. Teve de suprimir-se a dificuldade, comprando o Governo Português a companhia por 4 milhões de libras, desembolsadas por uma vez, logo que cumpridas em Londres as formalidades atinentes ao caso. A exploração foi entreque à Direcção dos Caminhos de Ferro da Província, e começou a trabalhar-se. A expansão económica dos nossos próprios territórios e dos territórios servidos pelo caminho de ferro e pelo porto da Beira foi tal que, sendo então movimentadas por eles de 1200 mil a 1500 mil toneladas anuais, máximo da capacidade nessa altura, se movimentam hoje mais de 4 milhões, que podem no estado actual das coisas elevar-se ainda a 5 milhões de toneladas. O Governo não recebeu desde então nem juro nem dividendo nem amortização do capital empregado, porque tudo tem deixado à Administração para construção de desvios, rectificações e melhoramento da via, casas em materiais definitivos para o pessoal e os serviços, e ainda para trabalhos e novas construções no porto. Dada a estreiteza deste, o trabalho é permanente nas 24 horas do dia e o porto é em todo o mundo o de maior rendimento por metro linear

XXIV. Determinação de Fiçar

de cais. Deixou de haver demoras nas cargas e descargas dos barcos e todos reconhecem não se terem concretizado os receios manifestados quando das negociações acerca da eficiência da administração portuguesa: tanto o nosso território naquela região como os territórios limítrofes só têm tido razão para se regozijarem com os serviços prestados.

Repare-se agora: o capital britânico foi repatriado, recebia dividendos e pôde continuar a arrecadar lucros depois da venda da companhia. O Tesouro, que foi o adquirente do caminho de ferro, não recebeu até hoje capital nem rendimentos provenientes daquele, e as receitas liquidas que o Caminho de Ferro da Beira produziu, da ordem dos 2,5 milhões de contos, ali ficaram e foram investidos para benefício geral. Este caso não poderia repetir-se indefinidamente por serem limitadas as nossas possibilidades, mas por ele se pode ver que no nosso «colonialismo» são os estrangeiros que embolsam os lucros e nós quem paga os melhoramentos, apenas com o ganho político de se haver libertado uma zona crucial de Moçambique.

•

Não posso infelizmente concluir estas reflexões com uma palavra de optimismo, porque devem continuar ainda por bastante tempo as nossas dificuldades e provações.

Mais fria e realista compreensão dos factos sociais e suas repercussões políticas tem provocado nos últimos tempos alguma melhoria no estado geral dos problemas africanos. E ainda que houvéssemos de partilhar a hipótese, que decididamente não perfilho, de considerar-se perdido por muito tempo o esforço europeu ao norte do Equador, a verdade é que nós íamos notando, pelas mutações políticas e declarações dos responsáveis, designadamente desde a linha que liga o Zaire ao Rovuma até ao Cabo da Boa Esperança, uma acalmia nas paixões e grande espírito de colaboração entre todos os territórios. A confiança mútua fazia nascer as maiores esperanças em que toda essa imensa África Austral começasse a estabilizar-se na paz, a progredir e a poder considerar-se definitivamente salva para si própria e para a civilização do Ocidente. Eis senão quando a forma como tem sido tratado o caso da independência da Rodésia, que aliás não será demasiado tarde para poder ser resolvido com o acordo de Londres, cobriu os céus de África das mais negras nuvens.

Não temos de pronunciar-nos sobre um assunto que desde princípio se considerou problema exclusivo e interno da Grã-Bretanha, ainda que, paradoxalmente e por sua mesma iniciativa, internacionalizado hoje com a intervenção do Conselho de Segurança. A simples intervenção do Conselho e as suas deliberações estão sendo objecto de atenta consideração pelo Governo, de modo que são precipitadas todas as intenções que se atribuam às nossas atitudes na parte que directamente nos toca nessas gravíssimas deliberações. O que afirmo no momento é apenas que mais um passo em falso na resolução do problema rodesiano por parte das potências responsáveis pode atear um vasto incêndio com risco de todos os que estão a pensar ficar imunes por se encontrarem longe das labaredas. Tudo ainda se pode

salvar; mas tudo também se poderá perder, se as paixões se fizerem ouvir mais alto que a razão e certas expressões imperialistas, que ao lado de todos os povos africanos devemos abertamente repudiar, puderem abrir caminho e, apesar da mudança dos tempos, recomeçar a sua marcha nas regiões interessadas.

Nestes termos só posso transmitir-vos uma palavra de confiança na firmeza das nossas atitudes, e ainda fazer-vos uma advertência. Embora difíceis por vezes de apreciar os motivos da lentidão e a paciência com que agimos, devemos ter presente que uma regra se nos impõe como princípio de acção: não fazer em nenhuma circunstância o jogo dos que pretendem ou pelo menos agem como se tivessem a pretensão de combater os nossos interesses legítimos e ignorar os nossos direitos.

E a tão desejada visita a Angola? Pois parece-me bem deixá-la para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heróico esforço da defesa.

XXV. NO 40.º ANIVERSÁRIO DO 28 DE MAIO ⁽¹⁾

Nenhum de nós pode fazer ideia do motivo por que me encontro aqui, nesta sala e neste momento, se não tiver presente que sou o único em funções de mando desde que a Nação, precisamente em Braga, foi alertada para nova vida, nos quarenta anos decorridos desde 28 de Maio de 1926. E se, nos dois primeiros anos me não couberam responsabilidades na governação, nos mais foram elas grandes e pesadas, pelo que posso dar testemunho válido da coisa pública neste período, curto para a história e longo para a vida. Longo e difícil.

A Revolução do 28 de Maio herdou as consequências da primeira Grande Guerra, sofreu os duros embates da crise económica dos anos 30, suportou as delicadas dificuldades da guerra de Espanha de 36 a 39, e, embora em situação de neutralidade no grande conflito mundial que se estendeu de 39 a 45, teve de sofrer as limitações e perigos que o mesmo envolvia. Nesse período os distritos atlânticos e as províncias ultramarinas houveram que ser defendidos, com ocupações maciças, dos riscos que os espreitavam. Sofreu-se a seguir da penúria e desorganização económica da Europa e dos outros continentes, e poucos anos depois começámos a ser flagelados pelas ondas terroristas vindas de países vizinhos a invadir Angola, a Guiné e Moçambique. A concepção oficial da Europa acerca do destino dos territórios de que era soberana além-mar vieram a conciliar-se de modo estranho com a política de subversão no mundo; e o desençontro dos nossos conceitos, quanto à defesa do Ocidente, fez eclodir contra nós a mais virulenta, vasta e persistente campanha internacional que alguma vez se viu um pequeno país sofrer da parte daqueles que se julgaria deverem defender a mesma causa. Quer dizer, se o 28 de Maio beneficiou na sua eclosão duma espécie de bênção nacional, pois surgiu sem lágrimas nem sanque, antes na alegria de uma alvorada esperançosa, teve afinal de realizar a sua obra cercado de riscos e dificuldades sem conto. E no entanto o trabalho feito, ouso afirmá-lo, corresponde ao conjunto de aspirações que desde largos anos se pressentiam no mais profundo da Nação Portuguesa e eram suas necessidades vitais.

Direi pois alguma coisa daquilo por que todos ansiavam e das razões por que ninguém antes de nós o pôde realizar.

Passando-se os olhos pelos trabalhos de economistas e políticos do século XVII ao primeiro quartel do século XX, desde Mendes de Vasconcelos e Severim de Faria a Oli-

Discurso proferido numa sala da Biblioteca Pública de Braga, no dia 28 de Maio de 1966.

veira Martins, Mariano de Carvalho e Anselmo de Andrade, encontram-se as críticas mais amargas acerca da nossa vida económica e financeira. Nesses trabalhos apresentaram-se sugestões válidas de pensamento, esboçaram-se mesmo programas sérios de acção, e todos destinados afinal a ser varridos pelos ventos da inutilidade. É mesmo curioso notar que o ponto de partida em que o pensamento há-de definir a directriz da acção não pôde ser nunca fixado. As tão estreitas interligações das finanças e da economia e de umas e da outra com o prestígio e poderio da Nação não permitiram a tão brilhantes espíritos decidir por que lado começar. Ainda em 1928, ao tomar eu conta da pasta das Finanças, se debatiam as duas teses: a que entendia se devia começar pelo desenvolvimento económico para depois se atingir o equilíbrio financeiro; e a que defendia dever começar-se por este para, sobre a estabilidade e solidez das finanças, se lançarem os alicerces de maior enriquecimento nacional.

Deu-se então a prioridade ás finanças, e durante anos de trabalho e severa administração puderam finalmente ser varridos os fantasmas que até aí ensombravam a vida pública e entorpeciam a acção do Estado. Tudo o que eu próprio ensinei nos meus anos de Coimbra como o que era e não devia ser desapareceu dos livros e das nossas preocupações. O eterno déficit do orçamento e desequilíbrio das contas; a defeituosa constituição da dívida pública; o vicioso destino das emissões de notas canalizadas para os encargos da Tesouraria; os vícios da formação e emprego da dívida flutuante; as taxas de juro modo de usura; a instabilidade ou quebra do valor cambial da moeda; o descrédito do stado nos mercados financeiros — eram males reconhecidos e verberados por todos; nas são assuntos de que não se fala hoje, por estarem definitivamente arrumados.

Como estas coisas procedem umas das outras, aconteceu que, firmado o crédito do Estado e estabilizado o valor da moeda, do mesmo passo deixou de refugiar-se nos mercados externos a poupança do País. Então pôde começar a dispor-se desta para alentar a economia nacional; e por esse motivo, em cerca de trinta anos, pudemos não recorrer ao crédito externo. Ora um país que pela sua estabilidade financeira e monetária pode organizar a vida sem recurso aos outros mercados, encontra fatalmente estes francos e abertos, quando chegue o momento de dar maior impulso á economia que o possibilitado pelos seus próprios meios. Nesses momentos não só é ele que escolhe os credores como pode determinar as condições em que o crédito externo é nefasto à economia ou ameaça condicionar inconvenientemente a liberdade de acção do próprio Estado. Toda esta nova estrutura financeira, tão sumàriamente descrita, foi obra longa de muito tempo, levou anos a erguer e a consolidar; mas nela estava a base do que a seguir se havia de fazer.

•

Como em muitos outros autores, nos tratadistas que há pouco citeí andam sempre pairando duas ideias que os novos tempos nos permitiram pôr de lado, por já não corresponderem nem à realidade das coisas nem às novas possibilidades do País. Uma delas é que Portugal, sendo essencialmente agrícola, devia dar à agricultura o seu maior senão exclusivo esforço; outra é que a indústria é apanágio exclu-

XXV. No 40.º Aniversário do 28 de Maio

sivo dos países que possuem as matérias-primas, base das suas indústrias. Apenas em Mariano de Carvalho — refiro-me ao caso pela estranheza — se me deparou uma ideia de interligação entre a Metrópole e o Ultramar, que por si só podia modificar o panorama económico português, mas não nos termos limitados em que o encarava nos seus *Planos Financeiros*. Aí terminava um trecho com esta frase lamurienta: «é impossível emendar os erros do passado, porque nos faltam meios e tempo». E agora que temos, mercê da obra realizada e da resistência da Nação, meios e tempo, o que vamos fazer com eles?

Nós fomos de facto um país essencialmente agrícola, mas enquanto não pudemos ser outra coisa. Durante séculos e ao lado de um artesanato modesto, a agricultura foi a grande criadora de riqueza e esse facto dominou todos os espíritos neste país. Hoje podemos dizer que só potencialmente somos ricos dos produtos da terra, mas que viremos a sê-lo de facto pelos dois caminhos que nos estão abertos: a libertação de grande parte do trabalho rural, em favor das indústrias e do Ultramar; maior produção de produtos agrícolas industrializáveis ou comerciáveis com nações estrangeiras. Continuo a pensar que a agricultura nacional deve acima de tudo ser orientada no sentido de assegurar o sustento da Nação, mas para isso não precisa de absorver toda a sua força de trabalho. E quando pela mecanização e pelo regadio conseguirmos aqueles fins, deixa de ter razão de ser a lamentação de Severim de Faria quando atribui às «conquistas», digamos, na linguagem de hoje, ao Ultramar, a primeira causa da falta de gente que se padecia e assim, por não existir, empobrecia o Reino.

Posta deste modo a questão, é evidente que o primeiro destino, de mais intensa capitalização devia ser a agricultura, não só para a conversão dos meios de trabalho, como para a irrigação dos campos, sedentos e precisados de água. Foi necessidade já entrevista há muito e por outros; mas os que muita vez ouviram falar, como de esperanças vãs, na Idanha, no Sorraia, na irrigação do Alentejo mal podiam supor estarem hoje em face de realidades que só a nova estrutura financeira permitiu.

À parte o que se deva ao Marquês de Pombal quanto a algumas indústrias, e, quanto a meios de comunicação, quase um século depois, ao Fontismo, é nos últimos dez ou quinze anos que vemos a indústria portuguesa tomar atitude rasgada de progresso, instalar-se, modernizar-se, apetrechar-se, competir e ultrapassar já em valor a agricultura tanto na produção como nas exportações portuguesas. A obra pública, nas suas variadas aplicações, de meios de comunicação, de portos, de aproveitamentos eléctricos, de instalação de serviços, de habitações, de saneamento, de urbanização, de reparação de monumentos e erecção de outros, não teve em séculos passados actividade comparável à do nosso tempo. A indústria teve de importar alguma técnica e vário equipamento; importou ainda capital estrangeiro hoje interessado em vários sectores; mas este progresso, dentro de pouco espectacular, não seria possível, como o não seria o da agricultura nem o dos trabalhos públicos, sem o apoio da obra financeira a que me referi. Contribuíu para o efeito a evolução das ideias, e contribuíram também as possibilidades da técnica. Mas sopra sobre estes sectores um espírito novo, nascido das condições criadas, embora ainda na expectativa de instituições que auxiliem a

indústria na conquista de mercados e na sua própria expansão interna. E se formos capazes de constituir com todo o Ultramar o espaço económico português, como ficou prescrito na Constituição de 33 e há alguns anos vimos pacientemente estruturando, teremos diante de nós mais do que aquilo com que os nossos avós sonharam, porque lançámos na verdade uma grande obra, esta ao nível da Nação. Nem se compreenderia o esforço que actualmente fazemos no Ultramar, aliás em seguimento da grande geração que procedeu à ocupação no final do século passado, se esse esforço não tivesse um sentido ao mesmo tempo económico e político e se a geração do 28 de Maio não fosse capaz de defini-lo, apresentando-o às outras gerações para o executarem na sua plenitude. Aí estão uma preocupação e uma tarefa, capazes de substituírem-se a todos os enervamentos e dúvidas e ansiedades da nossa mocidade de hoje, pois que rasgámos horizontes vastos a uma vida que lhe vale a pena viver.

•

Ergueu-se portanto uma obra que, apesar de inevitàvelmente corrigida pelas circunstâncias, foi a obra sonhada durante séculos neste país e que na sucessão de tantos fracassos parecía mesmo impossível de realizar. Prometi também dizer alguma coisa das razões a que se deve este facto.

Alguns dos grandes nomes que citei ou tive presentes no meu espírito passaram pela pasta da Fazenda, correspondente à que hoje chamamos Finanças: Oliveira Martins que já em 1887 tinha apresentado às Câmaras o célebre projecto sobre o fomento rural, foi Ministro da Fazenda em 1892, durante quatro meses; Mariano de Carvalho, o autor dos *Planos Financeiros*, ocupou a mesma pasta durante sete meses; Augusto Fuschini passou rapidamente pelo poder em 1893, em momento crítico de dificuldades com os portadores da dívida externa; Anselmo de Andrade sobraçou também aquela pasta cinco meses em 1900 e foi durante pouco mais de três meses o último Ministro da Fazenda com a Monarquia; o Dr. Afonso Costa, o único Ministro da República que conseguiu apresentar equilibradas as Contas do Estado, foi Ministro das Financas de Janeiro de 13 a Fevereiro de 14.

Não vale a pena reflectir em que a preparação e seguimento das providências que reformassem a Administração e com ela dessem novo impulso à vida do País não se coadunavam com os escassos meses de que todos dispuseram. A minha conclusão é outra e vai mais longe: é que, se os projectos de tão belos espíritos não conseguiam vingar, apesar da persistência duma consciência nacional que continuava a reclamar se atingissem determinados objectivos, é que nos encontrávamos em face de uma grave crise do Estado.

Custa-me a admitir que esta crise atingisse o cerne da Nação. Na segunda metade do século XVII nós suportámos durante 28 anos as lutas da Restauração; no começo do século XIX batemo-nos com as forças napoleónicas, e no começo do XX lá fomos a caminho da Flandres derramar o nosso sangue. Não foi só isso: ainda perto de nós, descobridores, militares e políticos ultramarinos, da estatura de Capelo e Ivens, Mouzinho, António Enes, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Azevedo

XXV. No 40.º Aniversário do 28 de Maio

Coutinho, Paiva Couceiro e tantos outros, apoiados na Coroa e servidos pela arraia miúda, podiam escrever em África, à margem da desordem política, as estrofes duma epopeia imorredoira. Temos então de concluir que não só a Administração era vítima da política, conto entre os factores que actuavam nessa política e o agregado nacional se cavara um fosso de incompreensão ou inadaptação que tornava a governança inoperante no que respeitava a outros grandes interesses nacionais. Se a estrutura do Estado que é politicamente a vestidura constitucional da Nação se revelava incapaz de conduzir e servir os maiores interesses da grei, alguma grave deficiência se lhe havia de notar. E, sendo assim, momento viria em que, pela carência de autoridade do Estado, até a Nação seria abandonada ao seu próprio envilecimento, senão entregue a factores que trabalhariam na sua desintegração.

Por isto me não parecia que vissem claro os que, colaborando com tão boas intenções no 28 de Maio, se satisfaziam com a paralisação temporária das estruturas políticas, de arrumação julgada defeituosa, e pensavam que, dando-lhes novo arranjo e empreendendo-se a reforma administrativa, tudo ficaria realizado a bem da Nação. Mas o que faria do 28 de Maio uma revolução e não simplesmente mais um movimento militar, era de um lado a alteração da essência e da estrutura do Estado e do outro o propósito de ir beber a inspiração da política que devesse fazer, não a ideologias ou a interesses estrangeiros, mas às fontes nacionais. Estas duas condições, tão simples que pareçam, levaram muitos que nos acompanharam nos primeiros momentos a afastarem-se depois.

Na fase inicial e ainda profundamente inquieta que se viveu de 26 a 28, fui Ministro das Finanças durante uns quatro dias, e também me afastei mas por motivo inverso: foi por verificar que as hesitações do momento político não davam a qualquer esforco a menor garantia de êxito. Dessa passagem pelo Governo só me ficou uma dúvida, que ainda persiste no meu espírito: — o homem que hoje imortalizamos no bronze, pela sua bravura e qualidades de chefe militar, poderia ou não ser o condutor da nova política nacional? Aos políticos é raro que o destino prepare as condições favoráveis de governo; antes são eles que as criam pelo ousio da inteligência e o êxito dos actos praticados. Mas entre nós o problema continuava o mesmo e era saber se os homens que acorreram ao grito de um grande cabo de guerra eram capazes de edificar um Estado com que a todos valesse a pena colaborar, e se com esse esforço, em que nenhuma cooperação era em principio dispensável, se podia erquer a Nação não só da sua desordem epidémica mas da crise em que ameaçava afundar-se sem esperança de recuperação. Esta a questão de 26; esta a questão posta ainda hoje, quarenta anos depois, à meditação de todos os portugueses, e especialmente de alguns que a meus olhos continuam a apresentar-se vítimas duma deformação política e sequazes duma filosofia que, depois dos estragos do último século e meio, teima em viver e vive ainda, com monarquias e repúblicas, mas não conseque fazer-se já acreditar de ninguém.

Eu compreendo as dúvidas e hesitações. Vivemos um momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica — a moral, a religião, a liberdade dos

homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outras para a formação de grandes espaços económicos e políticos. Discute-se na Europa a própria noção de pátria. Revoluções como a soviética continuaram no domínio dos factos e da filosofia as revoluções que vinham detrás, da Reforma e da Revolução Francesa, e, como todos os grandes movimentos na posse da sua força inicial têm tendência a alastrar e a dominar o mundo, envenenando-nos com visões e princípios que estão longe de executar em seus domínios de origem. Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se e repetem angustia-damente a pergunta de Pilatos ao próprio Cristo: «o que é a verdade?»

A dúvida em suas hesitações e desvairos não permite trabalho eficiente; o espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir. Nenhum Estado pode existir sem basear-se nelas ou presumi-las definidas e aceites. Foi por isso que, ainda não tão largamente alastrada a crise actual, há precisamente trinta anos e nesta mesma cidade de Braga, eu senti a necessidade de proclamar «as grandes certezas da Revolução Nacional». Independentemente do que transcende a ordem natural, a desapaixonada observação dos factos e a experiência dos povos, através da sua vida milenária, revelam-nos algumas dessas certezas. Mas nós temos outro indicador para avaliar da sua justeza: os frutos produzidos na vida e progresso da Nação, isto é, se com os princípios que essas mesmas certezas traduziam pudemos criar entre nós a paz, pudemos organizar a vida social e nela prosperar. Porque o nosso movimento se afigura por vezes demasiado lento, muitos se perturbam com a acusação de imobilismo; mas uma coisa é o imobilismo na acção e outra a estabilidade das concepções políticas. A verdade é por essência imutável e a adesão do espírito à verdade, ou sejam as certezas do espírito são essenciais ao progresso das sociedades humanas.

Neste lindo dia de Maio, na velha cidade de Braga e numa das salas do Palácio dos Arcebispos que acompanhavam antigamente os Reis nas suas conquistas para a fé, ao celebrar-se o quadragésimo ano do 28 de Maio, depois de inaugurado em honra de Gomes da Costa o monumento que esperamos eternize o seu acto de iniciar a Revolução Nacional, glorificadas as forças armadas que a tornaram possível, apresentado o esboço do que com ela se pretendia e do que se lhe deve já, eis um belo momento para pôr ponto nos trinta e oito anos que levo feitos de amargurado governo. Só não me permito a mim próprio nem o gesto nem o propósito, porque, no estado de desvairo em que se encontra o mundo, tal acto seria tido como seguro sinal de alteração da política seguida em defesa da integridade pátria e arriscar-se-ia a prejudicar a situação definitivamente conquistada além-mar pelos muitos milhares de heróis anónimos que ali se batem. É então mais que justo que os recordemos e saudemos dagui.

XXVI. NO 33.º ANIVERSÁRIO DO ESTATUTO DO TRABALHO NACIONAL. ⁽¹⁾

No aniversário que hoje comemoramos todos entenderão que eu devia dizer alguma coisa. A dificuldade é que tudo está dito já nas palavras com que o Dr. Augusto de Castro fez a apresentação da mensagem que as Corporações quiseram ter a bondade de entregar-me. Não me resta mais que agradecer o acto e a presença de quantos quiseram associar-se a ele, e, se mo permitem, corroborar algumas das afirmações feitas.

A Constituição que nos rege é de 1933, e no mesmo ano a 23 de Setembro foi publicado o Estatuto do Trabalho Nacional que é como o foral do trabalho e o guia da actividade nacional em todos os seus sectores. Estes dois diplomas, completando-se um ao outro, deram à vida política, económica e social da Nação, novos impulsos e estruturas que estão na base da sua paz e do seu progresso. E embora o termo esteja desacreditado pelo excesso de uso, podemos dizer que constituíram para o nosso país uma autêntica revolução.

Durante as últimas dezenas de anos todos temos visto muitas outras que, depois de despertarem frenesis de entusiasmo, passaram sem deixar rasto de utilidade. Passaram como temporais devastadores que derrubam as árvores e descarnam os campos, quando nós quisemos que a nossa, penetrando docemente os espíritos e as instituições, fosse como chuva mansa que alimentasse e fecundasse a terra de nossos maiores.

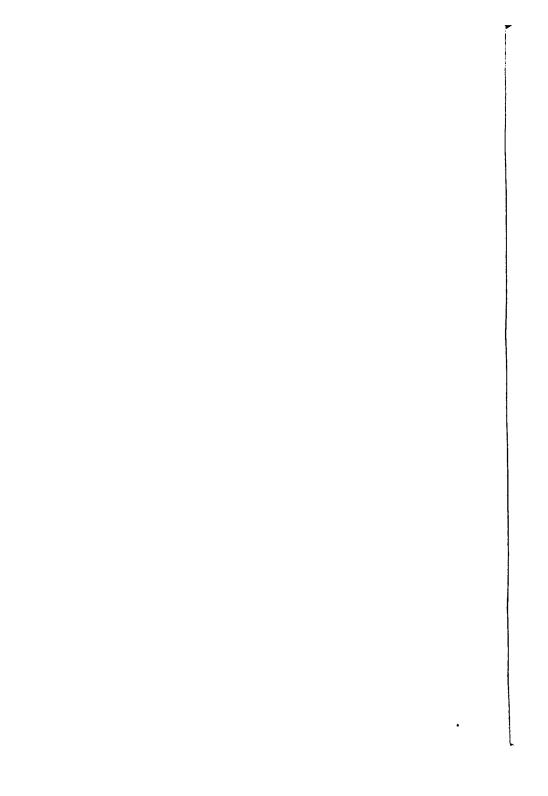
Temos corrido o risco, melhor, temos afrontado a acusação de imobilismo porque a acção se tem caracterizado pela ponderação e pela persistência. Mas o ponto de que se partiu foi que as sociedades como os homens não têm capacidade de absorver ou de se adaptar, nos curtos prazos que os ideólogos fixam nas suas mentes alucinadas, a conceitos e a formas de vida muito diferentes dos que lhes modelaram o ser. E por esse motivo, muitas revoluções, ainda que portadoras de principios de verdade e de justiça, nós as vemos desencadear-se em violências, multiplicar-se em sofrimentos e sacrifícios humanos, desdizer-se em depurações, retroceder nos seus programas de acção, em suma, negar-se a si próprias, sem poderem realizar-se.

Discurso proferido em 23 de Setembro de 1966, no Salão Nobre do Palácio de S. Bento, em resposta à mensagem das Corporações, comemorativa do 33.º aniversário da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Ora, precisamente hoje, a folha oficial publica os decretos que criam as três últimas Corporações com que se julga no presente momento ficar completa a Organização Corporativa das actividades nacionais. São sem dúvida muito os trinta e três anos passados, para completar este esforço de habituação que exigiu de nós todos correcções de conceitos e diferente comportamento social; mas não há dúvida que, sem trepidações nem hesitações nem recuos na nossa marcha, e quase sem dar por isso, nós temos a consciência de a sociedade portuguesa ser hoje completamente diferente do que era no 28 de Maio.

No nosso século, somos a única revolução corporativa que triunfa: o facto merece o relevo que todos quisestes dar-lhe.

O PENSAMENTO D E S A L A Z A R 1 9 6 7



A POLÍTICA DE ÁFRICA E OS SEUS ERROS

Discurso Pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, na Homenagem Prestada pelos Municípios de Moçambique em 30 de Novembro de 1967

Eu estou sumamente grato a todos os que viestes de tão longe à casa-mãe da lusítanidade trazer-me a afirmação solene de que me considerais filho de cada um dos concelhos de Moçambique. Os «homens bons» que representais enviam-me por vós homenagens, votos e até o pedido de uma visita que só Deus sabe se poderá ainda realizar-se, dadas as provações dos tempos, porque, a arrastarem-se muito, arrastarão também consigo outras possibilidades. Mas fizeram todos o mais que puderam, pois que a sua maior aspiração foi igualarem-me a si próprios na ligação à gente da sua terra e na dedicação à pátria comum. Tudo agradeço, tudo aceito, menos à homenagem que não mereço, por me sentir apenas, no trabalho, na determinação, na inquebrantável resistência, intérprete dos sentimentos e direitos inalienáveis da Nação.

A vossa presença aqui é no fundo talvez um protesto ou, melhor, a rectificação ostensiva de muitos maus passos que outros deram. Posso por isso aproveitá-la para dizer algumas palavras sobre a política de África e os seus erros. Neste processo em cada um há-de assumir perante a História a sua parte de responsabilidade, recai esta em cheio sobre o Ocidente. Há-de ver-se se somos culpados, como nos acusam, ou vítimas que os verdadeiros responsáveis parecem mesmo não lastimar.

1.

O primeiro erro que se nos depara como causa da infeliz situação africana, na maior parte do seu território, é ter-se partido desta ideia — a identidade do continente a que por isso as mesmas fórmulas políticas, económicas e sociais haviam de aplicar-se. Talvez um pouco porque nós mesmos temos insistido nesse defeito de visão, começa hoje a compreender-se a realidade e a admitir-se a existência de uma tríplice África que teria exigido regimes e tratamentos diversos: a África afro-árabe; a África tipicamente africana e a euro-africana ao sul.

É sabido que alguns países da África do Norte, com um passado histórico que os vizinhos imediatos ao sul do Saará não podem invocar, têm pretendido dirigir-lhes os destinos sob mal disfarçada hegemonia. Mesmo que não fossem estes os intentos haveria sempre a ter em conta os resultados da subversão africana, comandada e em boa parte financiada do Norte, perante a inércia ou a disposição de cedência do Ocidente. E no entanto esta política seria, à parte o espírito de subversão insistentemente fomentado, pouco menos de inútil, porque razões sociológicas e razões históricas, ainda muito vivas no espírito dos africanos, se opunham à fácil construção de impérios que se estendessem do Cairo ou de Argel ao Equador, senão ao Cabo.

Oliveira Salazar O Pensamento de Salazar · 1967

Sob o aspecto europeu, o mais grave da política norte-africana seguida está em que o Mediterrâneo é demasiado estreito para se desenvolverem nas duas margens povos hostis. De modo que, se a evolução dos países do Norte de África se verificar, como quase sem excepção até ao presente se tem verificado, em posições de inimizade em relação à Europa, e de íntimas ligações com o Leste, essa evolução descuidadamente abandonada diminuirá a força de resistência europeia em toda a fronteira mediterrânea, e de maneira que poderemos considerar perigosa para a sua segurança. Sabemos, que pelos insistentes esforços da antiga Roma, foi destruída Cartago, e que a avassaladora onda árabe por ali passou há muitos séculos já, em direcção à Península Hispânica. Mas a geografia não se alterou no decurso dos tempos e é das posições geográficas que se parte para a conquista ou é nelas que simplesmente se assegura a defesa. A verdade é que em tempos bem recentes, o Mediterrâneo, mar pacífico e puramente europeu, perdeu esse carácter, e potências que não são afins desse mar começam ali a instalar-se em força. E essa será uma nova fonte de preocupações ou perigos, sem que os apoios financeiros do Ocidente e as repetidas declarações de amizade e de boa vizinhança consigam alterar a situação.

2.

A África africana que *grosso modo* se estende ao sul do Saará e sobre a qual se exerciam soberanias europeias, surge-nos dividida, à parte algumas poucas excepções, em numerosos pequenos países, considerados Estados independentes. Na precipitação com que a chamada descolonização se processou não houve, ao que parece, tempo para atentar nas insuficiências existentes.

Sob o aspecto territorial, a exiguidade das superfícies, a inexistência de fronteiras naturais, talhadas as presentes ao acaso da ocupação, a falta de base, económica para sustentar uma administração eficiente, suscitam a primeira suspeição da precariedade das independências concedidas. Sem ter podido constituir-se nos povos uma consciência colectiva, etnias diferentes e hostis a que a soberania europeia permitia viver juntas e outras idênticas ou afins que obrigara a separar-se e desenvolver-se em territórios diversos são causa da instabilidade política e sê-lo-ão das numerosas guerras que nos séculos a seguir ameaçam ensanguentar a África. Em tais condições de território e de população, alguns Estados tenderão a fragmentar-se, enquanto outros tentarão estender-se até absorver os mais fracos. Os compromissos de defesa para depois da independência e os subsídios da parte dos poderes soberanos que pela melhor forma iam conduzindo as populações, vê-se não serem garantias suficientes de estabilidade, de paz e de progresso.

Por mais que os Estados responsáveis se houvessem esforçado, não houve tempo ou não houve possibilidade de constituir elites políticas, guarnecer suficientemente a administração e a direcção da economia de elementos locais, de fundir raças e culturas, de modo a constituírem-se bases nacionais sobre que um Estado válido pudesse erigir-se. De repente, e à parte as aparências que resultam de haver legal-

A política de África e os seus erros

mente constituídos órgãos do Estado, verificou-se quase por toda a parte a inexistência duma rede administrativa eficiente e o limitado alcance do poder público, oscilante entre uma concentração impossível de poderes e os múltiplos portadores tradicionais da autoridade; que não jogam com o Estado moderno de concepção ocidental. E foi esta que se lhes quis impor.

As explosões do racismo antibranco agravaram por muita parte as situações, desprovendo os países de elites capazes e lançando os naturais na ânsia da «africanização de quadros» que não se podiam improvisar. A única conclusão a que devia chegar-se era o reconhecimento de que uma sociedade política, mesmo com o mínimo de consciência de um interesse comum, é um ser complexo, de evolução lenta e exigente de muitas espécies de quadros para se manter e progredir, do que estávamos muito longe.

As formas como as antigas potências soberanas e outras històricamente estranhas ao fenômeno têm pretendido remediar os males da situação, irreversível em seu parecer, já não podiam ir além da disposição de técnicos, de largos empréstimos ou subsídios gratuitos, da oferta de géneros para ocorrer a necessidades primárias e da contribuição para a formação de elites locais. Duvido de que estes auxílios, dados com mais generosidade que conhecimento das realidades práticas, pudessem ser bastantes para suprir as deficiências, existentes. De qualquer modo passou a haver, por muita parte desta África, ao lado, por detrás e quem sabe se acima dos diversos governantes, os respectivos conselheiros técnicos, que os informam, os guiam e porventura os substituem. Não são da terra, é duvidoso que a amem, servem-na quando muito como mercenários que são.

O esquecimento de que a Administração publica exige, além de competência, organização e moralidade, levou a canalizar e a desperdiçar milhões de milhões nos territórios africanos sem a menor ou com muito pouca rentabilidade. E como grande parte dos dinheiros não é constituída par subsídios gratuitos, aconteceu que em muitos casos a situação se agrava pelo ónus dos juros e das amortizações que não podem ser pagos por uma riqueza que se não criou. Assim, outra lição é que a generosidade não pode substituir o trabalho das populações interessadas na sua própria terra nem os resultados de uma evolução talvez lenta mas proveitosa e que bruscamente se interrompeu.

Os estímulos dados à educação das grandes massas traduziram-se menos na criação de escolas onde pudesse fazer-se, a fusão da cultura europeia com os elementos subsistentes das culturas indígenas, do que em bolsas de estudo no estrangeiro. Sabe-se que assim muitos africanos foram desencaminhados para campos de treino militar e guerrilheiro; outros drogados em escolas especializadas na formação política e social comunista, e alguns, poucos, espalhados por esse mundo, em contacto com civilizações diversas e culturas as mais diferenciadas. Em meu modesto parecer, de todos estes regressarão à terra uns tantos elementos subversivos e outros desenraizados dela, tendo perdido todo o contacto com os elementos úteis da sua cultura, incapazes de actuar devidamente no progresso do seus: seguramente agentes políticos mas não factores do progresso local.

Oliveira Salazar O Pensamento de Salazar · 1967

Nas condições sumariamente descritas é difícil aceitar que existe em muitos destes países independência real quando esta se encontra hipotecada à técnica, à finança, à economia, mesmo à cultura estrangeira — e mais do que estrangeira no sentido jurídico, estranha no sentido humano e moral. Mas se os povos a que me tenho referido se sentem apesar de tudo felizes, por ter-se-lhes dito que eram independentes, julgo não ser bem da nossa parte tentar desiludi-los. Os factos, a vida, como as suas realidades indesmentíveis e por vezes cruéis, restabelecerão o exacto juízo das coisas.

3.

Ao sul do Zaire e do Royuma que limitam ao norte Angola e Mocambigue encontra-se um conjunto de territórios nos quais deveremos incluir o Malawi e que. embora sob condições políticas muito diversas, apresentam traços comuns do maior interesse. Podemos afirmar estar-se ali na parte de África mais rica e mais desenvolvida, com interdependências insubstituíveis, com a fixação por vezes multissecular de numerosa população brança, na major parte dos casos responsável pela direcção da economia e pelo progresso das populações, e além disso toda voltada para o Ocidente na cultura dominante e nas opções ideológicas. Estão aí incrustadas a Rodésia, à espera de um acordo com a Inglaterra que lhe reconheca a independência, e a Zâmbia cujos interesses bem entendidos estão ligados a este conjunto. Seja porém como for, aquela África austral é para o momento a única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África. Que Angola e Mocambique façam parte da Nação Portuguesa e, integrados nela, gozem por isso há mais tempo do que os demais do estatuto da independência, isso não impede, antes contribui para uma ligação mais estreita com a Europa do que a que mantêm alguns daqueles territórios, se continuarem ou vierem a participar na Comunidade Britânica. O estreitamento de relações entre todos eles é essencial à vida, de cada um e ao progresso geral; e há ainda a felicidade de todos se encontrarem libertos da calamidade de racismos de qualquer espécie.

Esta brevissima síntese é suficientemente expressiva do crime contra a civilização e contra o progresso dos povos africanos que seria estender à África Austral, como muitos pretendem e se esforçam por fazer, a política seguida para as bandas do norte e ao sul do Saará. Já temos em África anarquia, miséria, conflitos políticos e bélicos em número e dimensão suficientes para que tão levianamente levemos a estas regiões as mesmas causas que noutras partes os produziram. E no entanto é assim que se procede.

Na verdade, nas últimas semanas assistiu-se na 4.º Comissão das Nações Unidas ao espectáculo que há anos se repete, contra a presença portuguesa em África, culminado por amplas votações condenatórias em que participam ostensivamente os países comunistas e afro-asiáticos, os primeiros trabalhando muito coerentemente a sua política, os segundos lutando contra os seus verdadeiros interesses ou os interesses dos que chamam seus irmãos. Nada mais contraditório com o que está ave-

A política de África e os seus erros

riguado das deficiências africanas que certas teses ali expostas e votadas, por grande maioria, com largas manchas neutrais de abstencionistas e algumas, limitadas de corajosa reprovação.

Sabe-se que elites de toda a sorte fazem falta naqueles territórios, mas opta-se por que elementos válidos de qualquer técnica ou actividade não vão integrar-se ali. Mendigam-se pelas portas do Ocidente, tantas vezes desprovidos de garantias, os subsídios financeiros para serem desperdiçados, mas não se deseja que os capitais do mesmo Ocidente sejam investidos em condições normais na produção local para o progresso das populações. É certo que administração e governo não são objecto de improvisação, mas pretende-se negá-los aos mais aptos em nome de maiorias não preparadas para os exercer. De tal orientação que aliás não está no nosso propósito observar, apenas resultaria alargar-se em África a mancha do caos e da regressão a estados anteriores que se julgariam ultrapassados. Por estes motivos continuo a admirar a Rússia e os seus satélites, a lamentar os africanos e as suas paixões, a não compreender os europeus e americanos que não puderam ainda ver claro os horizontes do mundo, talvez porque os turvaram os chamados «ventos da mudança».

4.

Abro aqui um parêntesis.

Esta subversão de grande parte da estrutura africana tem provocado migrações entre os vários territórios de centos de milhares senão de milhões de pessoas. Também nós albergamos muita dessa pobre gente nos territórios portugueses, mas há que fazer no fenómeno, só aparentemente idêntico, algumas distinções. Enquanto nós recebemos em Angola ou Moçambique os que fogem dos conflitos ou da guerra e querem gozar de um pouco de segurança e de paz, os centos de milhares de portugueses que se encontram no Congo e no Tanganica não fugiram porque receassem a autoridade, nem se encontram no exílio porque a temam se regressarem às suas terras. Essas multidões são instrumento necessário do terrorismo e uma das suas expressões mais características. De facto constituem massa obrigatória de recrutamento, elemento valioso de propaganda internacional e, através dos subsidios que se pretende encaminhar para os refugiados, fonte de sustentação dos terrorista. O que acontece é que, enquanto no Congo são os mesmos terroristas que impedem o regresso dos seus prisioneiros, ao longo do Rovuma, a fronteira do outro lado é guardada por Forças armadas da Tanzânia para que não se esvaia, com o regresso dos portugueses, aquela fonte de rendimento e de protestos.

Seja como for, a nossa posição é receber no território nacional todos os que consideram ser ali a sua pátria e em plena confiança pretendam refazer a sua vida em ordem e em paz, sob a segurança que as autoridades lhes podem garantir. Aconselhamos apenas a que continuem a ilustrar os países de actual refúgio os que podem ser individualizados como autores de crimes graves, pela razão de não poderem esperar boa aceitação dos filhos ou irmãos das suas vítimas.

Oliveira Salazar O Pensamento de Salazar · 1967

5.

A nossa linha de rumo é-nos traçada por uma História de séculos que moldou a Comunidade Portuguesa na sua feição euro-africana, e ainda pelo que a experiência nos tem permitido aprender do contacto com as mais variadas gentes do Globo. Os interesses materiais não têm sido o objectivo essencial da acção portuguesa no mundo, antes os temos sacrificado ao progresso das populações. A Europa ri-se hoje do «paternalismo» para com certas raças ainda não evoluídas, e do «espírito missionário», porque de facto parece não acredita já na sua missão civilizadora, como não acredita na superioridade da sua própria civilização. E nós continuamos a acreditar. Daqui resulta termos direitos e deveres que nos impõem certo comportamento — e esse é o da tenaz resistência às forças desintegradoras que do estrangeiro se infiltram no Ultramar.

Seria grave risco para o mundo deixar arreigar-se a convicção de que o terrorismo é invencível; e foi certamente por isto que a Inglaterra tão bem o bateu e liquidou no Quénia e na Malásia.

O problema seria certamente diverso se nos encontrássemos, como muitos fingem acreditar, em face de um sentimento de intolerância generalizado, ou, melhor, de uma sublevação das populações. Chamo a atenção para os três factos seguintes: o primeiro é serem incomparávelmente mais numerosos os africanos assassinados pelos terroristas nas suas lavras e colheitas do que os membros das forças europeias ou locais encarregados de defendê-los: o segundo é refugiarem-se as populações junto das forças militares ou das autoridades quando perseguidas pelos tais libertadores: o terceiro é não haver, além de alguns lugares de passageiro refúgio ou de oculta arrecadação de armamento e víveres, um pedaço de território de que os terroristas possam dizer — aqui mandamos nós. Podem matar em diversos sítios, como bandoleiros a monte, mas não ocupam nenhum. Estes três factos comprovados seriam, a meu ver, suficientes para destruir em ânimos de boa fé o mito da libertação dos africanos pelos chamados movimentos nacionalistas no território português.

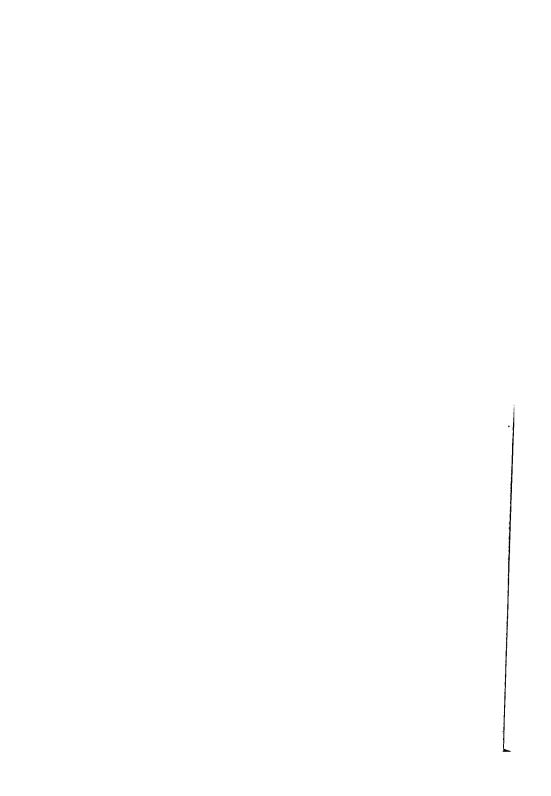
Adivinho uma pergunta: e quanto tempo será necessário para fazer cessar o terrorismo, continuando a apelar para todas as forças do nosso ânimo, a jogar todos os recursos públicos e particulares, a arriscar a vida da nossa melhor juventude e a impor às famílias dos combatentes as mais duras provocações? Quanto tempo ainda?

Respondo. Há em África ideologias que conduzem a subversão, e há também interesses, que sobrenadam no caos e com ele estão esperançados de obter facilidades e privilégios. A «solidariedade africana» que, sem protestos, ousa pregar na ONU a legitimidade dos movimentos terroristas e o direito de os apoiar dos respectivos territórios, não dispõe senão da força que lhe advém da conjugação daquelas ideologias e dos aludidos interesses. Mas as primeiras são opostas à sobrevivência do Ocidente; os segundos, de quem quer que sejam, não serão assegurados senão na estabilidade dos governos e na actividade pacífica dos povos. Quando portanto virmos que o Ocidente começa a compreender estar sendo minado pelo comunismo em África, cessará a coligação absurda, diriamos sacrílega, que tem mantido até

A política de África e os seus erros

agora, e as atitudes perante os problemas africanos passarão a ser diferentes. Na própria África os países moderados crescem em número e em influência e haverá um momento em que os extremistas terão de os deixar viver na cooperação amigável que nós lhes propomos e defendemos. Esse momento exacto de compreensão e de desistência pode não estar longe; é porém imprevisível o sincronismo de tão variados factores.

Não posso assim terminar estas palavras, como tanto desejaria, com uma nota que todos — sobretudo os que mais sofrem — considerem de claro optimismo. Mas penso, que deve ser-se optimista quando se está seguro de fazer durar indefinidamente a resistência. Essa possibilidade é que é a prova da força e o sinal seguro da vitória, através da qual não queremos senão continuar na paz a Nação Portuguesa.



ÍNDICES DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS 1928 A 1967

Índice de Nomes Próprios, de Frequências e de Palavras de Referência

(O número de ocorrências vai entre parênteses. A localização tem como referência os 6 volumes da ed. original. Indica-se o número do volume e o número do discurso.)

- A -

Aar (1) 4.34 Abadan (1) 5.12 Abissinia (1) 4.26 Absolutismo (1) 1.24 Absoluto/absolutamente (105) apassim Abreu, Cancela de (2) 4.37, 5.22 Abuso/abusar/abusivo (70) passim Academia das Ciências (2) 4.15 Académica, Associação (1) 2. Ação (408) passim Accra (1) 6.14 Aceite/aceitar (167) Acontecimento/os (144) passim Acordo/acordos (135) passim Acordo Missionário (3) 3.19 Açores (34) 4.3, 4.5, 4.7, 4.9, 4.12, 4.16, 4.17, 4.21, 5.23, 6.1, 6.8, 6.11, 6.1 Acreditar (67) passim Action Française (1) 2.15 Acto de Berlim (1) 3.19 Acto Colonial (28) 1., 1.4, 1.7, 1.8, 1.14, 1.23, 1.24, 1.26, 2., 2.10, 2.12, 2.12, 2.28, 3.5, 3.7, 3.11, 3.15, 3.19, 3.31, 4.5, 4.35, 4.37, 5.7, 5.15, 6.1, 6.1 Acusar/acusação (91) passim Adega (do Dão, Adega Social de Colares) (1) 2.7 Adenauer (1) 6.1 Adesão/aderir (72) passim Adis Abeba (7) 6.16, 6.17, 6.16, 6.16, 6.17, 6.17, 6.17 Adjacentes, Ilhas (7) 2.12, 2.18, 2.21, 3.1, 5.19, 5.20, 5.23 Administração/administrar/administrativo (395) passim Admissão/admitir (120) passim Adotar/adoção (69) passim Adriano (Imperador) (1) 6.17 Aeronáutica (1) 6.14 Afeto/afetivo/afeição (46) passim Afigurar (84) passim Afirmação/afirmar (339) passim África (185) 1.14, 1.23, 2.7, 2.12, 2.15, 2.21, 3.5, 3.11, 3.15, 3.21, 4.7, 4.12, 4.17, 4.26, 4.31, 4.34, 4.36, 5.4, 5.7, 5.8, 5.12, 5.15, 5.17, 5.19, 5.20, 5.22, 5.23, 6.1, 6.3, 6.4, 6.5, 6.8, 6.10, 6.11, 6.13, 6.14,

6.15, 6.16, 6.17, 6.20, 6.23, 6.24, 6.25, 6.1

Africano/africanos (133) passim Agitarlagitação/agitador (88) passim Agostinhos (1) 3.4 Agradecer/agradecimento (107) passim Agressão, Tratado de não (2) 4.34 Agricola/agricultor/agricultura (102) passim Água, o problema da (1) 4.33 Aires de Ornelas (1) 6.25 Aiuda, Palácio (2) 1.26 Ajuda, Tapada (2) 3.4 Ajudá, S. João Baptista de (1) 6.17 Alasca (2) 5.14, 5.20 Alberto I (3) 1.23 Alberto de Oliveira (3) 1.11, 2.7 Álbum folclórico (1) 3.4 Albuquerque, Afonso de (4) 5.15, 5.19, 6.11 Albuquerques (1) 3.2 Alcancar/alcance (82) passim Alegria/alegre/alegrar (54) Alegria no Trabalho (1) 3.29 Além-Mar (33) 3.19, Alemanha (55) 1., 1.3, 1.7, 2.7, 2.15, 2.21, 3.8, 3.15, 3.16, 4.5, 4.23, 4.26, 4.29, 4.34, 4.37, 4.Ap, 5.1, 5.12, 5.20, 5.25, 6.1, 6.11, 6.13, 6.1 Alentejo (6) 2.12, 2.30, 3.31, 5.19, 6.25 Alfama, Bairro de (1) 6.1 Alfeite (1) 2.7 Algarve (4) 4.Ap, 5.19 Alheio/alhear (136) passim Aliadófilos (1) 5.25 Aliança/alianças (134) passim Aliança Inglesa (105) 1.7, 1.23, 2.7, 2.15, 2.16, 2.17, 2.22, 2.27, 3.5, 3.9, 3.11, 3.14, 3.15, 3.28, 3.31, 4.3, 4.5, 4.7, 4.9, 4.12, 4.14, 4.21, 4.31, 4.34, 4.Ap. 5.1, 5.12, 5.16, 5.19, 5.22, 5.23, 5.25, 6.1, 6.8, 6.11, 6.20 Alimentação e Agricultura, Organização de (1) 6.16 Aljubarrota (12) 2.5, 2.13, 6.1 Alma/as (159) passim Almedina (1) 4.31 Almeida (1) 4.33 Almirantado britânico (1) 3.31 Almirantes (1) 2.27 Alocução aos Legionários (2) 3.2

Índices

Alta Cultura (2) 5.11	Antibritánico (1) 3.28
Alterar/alteração (71) passim	Anticatólico (1) 1.10, 1.18
Alteza real o Principe Regente (1) 2.27	Anticlerical (1) 6.15
Alto/alta/altamente (305) passim	Anticolonial (1) 5.8,
Alto Comando Britânico (2) 4.Ap, 4.Ap	Anticolonialismo (14) 5.19, 5.20, 5.23, 6.1, 6.11, 6.17
Aluguer dos barcos de guerra (2) 2.2	Anticolonialista (12) 5.25, 6.1, 6.5, 6.11, 6.1
Álvares Pereira, Nuno (5) 2.5, 2.13	Anticomunista (6) 3.19, 4.34, 4.37, 6.8
Álvaro Pais (1) 2.5	Anticristão (2) 1.28, 620
Amaral, Ferreira do (1) 5.3	Antidemocrata/antidemocrático (4) 1.28, 3.19, 5.18, 6.1
Ambição/ambicionar/ambicioso (125) passim	Antieconómico (2) 3.28, 3.31
Ambiente/ambientes (62) passim	Antiliberal (2) 3.19, 6.1
Ameaça/ameaçar (98) passim	Antinacional (1) 1.5, 1.17, 1.18, 5.8, 6.3, 6.20, 6.23
Ameixial, batalha do (1) 2.5	Antinacionalismo (1) 4.31
Amélia, D. (1) 5.4	Antinatural (5) 5.19, 5.20, 5.23, 6.20
América (74) 1.23, 2.3, 2.5, 2.21, 2.23, 2.27, 2.28,	
3.4, 3.11, 3.13, 3.15, 3.26, 3.28, 3.31, 4.5, 4.7,	Antinomia/antonómico (3) 4.37, 5.6, 5.15
4.11, 4.21, 4.22, 4.26, 4.29, 4.34, 4.36, 4.Ap, 5.4,	Antiocidental (3) 5.19, 6.11
5.8, 5.12, 5.15, 5.20, 5.23, 6.1, 6.3, 6.5, 6.6, 6.8,	Antipartidário/antipartidarismo (6) 1.28, 4.24, 4.35, 5.8,
6.11, 6.22, 6.23, 6.1	5.25, 5.27
Americana, Embaixada Norte (1) 4.17	Antipatriota (1) 1.28
Americano, Governo Norte (2) 4.17	Antiportuguês (2) 6.17, 6.18
Americano/americanos (90)	Antirreligiosas (1) 3.16
Américas (3) 5.4, 5.22, 6.11	Antissocial (2) 1.5, 5.8
mérico Tomás (2) 5.26, 6.1	Antissocialista (1) 3.31
Amigo/amigável/amigavelmente (129) passim	Antissubmarina (1) 6.1
Amizade (99) passim	Antituberculose (1) 2.29, 6.1
Amoníaco Português (1) 4.37	António Cândido (1) 1.
Amor (40) passim	António Enes (1) 6.25
Amorim, Pacheco de (1) 3.5	António Óscar de Fragoso Carmona (5) 4, 6.1
Anarquia/anárquico/anarquismo/anarquizar (39) passim	António, D. Prior do Crato (1) 2.5
Ancestral/ancestrais/ancestralidade (5) 3., 3.11, 5.19,	António, Vila Real de S. (1) 4.Ap
6.1, 6.8	Antre Douro e Minho (1) 5.19
Andrade, Anselmo de (2) 6.25, 6.25	Antunes Guimarães (1) 3.5
Anglo-alemães (1) 2.7	Anuário da Sociedade das Nações (14) 2.33, 6.1
Anglo-americano (3) 4.5, 4.7, 4.17	Aparência/aparente/aparentar/aparentemente (64) passim
Anglo-francês (2) 2.18, 6.1	Apelo/apelos/apelar (89) passim
Anglo-holandês (3) 4.Ap	Aperfeiçoar/aperfeiçoamento (26) 1., 1.3, 1.5, 1.6,
Anglo-italiano (1) 3.5	1.7, 1.11, 2.2, 2.3, 2.7, 2.29, 3.4, 3.8, 3.16, 3.23,
Anglo-latino (1) 4.7	3.27, 4.12, 4.18, 4.31, 4.35, 4.Ap, 5.4, 5.16
Anglo-luso (7) 3.5, 4.3, 4.5, 4.7, 5.12, 5.19	Aplicar/aplicação (150) passim
Anglo-português (11) 3.5, 3.9, 3.11, 4.3, 4.9, 4.21	Apocaliptico (5) 5.4, 5.6, 5.15, 5.19
Anglo-russo (1)3.28	Apoio/apoiar (234) passim
Anglo-saxónico (2) 4.23, 4.26	Apolítico (2) 6.5, 6.15
Angola (99) 1.4, 2.7, 2.12, 2.21, 3.1, 3.11, 3.15, 5.7,	Aposentações, Caixa Geral de (3) 3.1, 3.1, 3.1
5.8, 5.19, 5.20, 5.22, 5.25, 6.1, 6.3, 6.5, 6.7, 6.8,	Apóstolo das Índias (1) 5.15
6.10, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.20,	Apóstolos, Chefe dos (1) 5.27
	Apreço/apreciar/apreciação (115) passim
6.22, 6.22, 6.24, 6.25, 6.I	Apresentar/apresentação (230) passim
Ano/anos (512) passim	Aproveitar/aproveitavel/aproveitamento (109) passim
Anschluss (2) 3.5, 6.1	Árabe, comunidade pan (1) 5.20
Anselmo de Andrade (2) 6.25, 6.25	
nsia/ansiedade/ansioso/ansiar/anseio (117) passim	Arabes, nacionalismos (4) 5.8
ntagonismo/antagonismos (7) 3.25, 4.Ap, 5.3,	Arábia, petróleo da (1) 6.1
5.6, 5.27, 6.15	Araújo Correia (1) 3.5
nti-humano (2) 1.23, 2.28, 5.4	Arcebispo-Primaz (1) 4.36
nti-individualismo (1) 1.5	Arcebispos, Palácio dos (1) 6.25

Índice de Nomes Próprios...

Argel (2) 6.20, 6.23 Argélia (3) 6.5, 6.8, 6.17 Argentina (6) 3.26, 4.Ap, 5.7, 6.8, 6.11 Aristocrático (2) 4.12, 4.30 Armalarmas/armar/armamento (206) passim Armadas, Forças (7) 6.13, 6.18, 6.1 Armadura Económica (2) 5.6, 6.1 Armamento, Comité Investigador de (1) 2.2 Armistício (1) 6.1 Armstrong, Casa Vickers (1) 2.2 Arnoso, Conde de (1) 5.3 Arquivo de Braga (1) 2.11 Arroz, mercado do (2) 1.21, 2.12 Arsenal da Marinha (2) 2.7 Arte/artes/artesanato/artista/artistico (63) passim Artigo (Revista Forein Affairs) (1) 5.19 Ásia (41) 1.23, 3.4, 3.11, 4.7, 4.20, 4.31, 4.34, 4.35, 4.36, 5.1, 5.4, 5.8, 5.12, 5.15, 5.19, 5.20, 5.23, 6.5, 6.11, 6.17, 6.23 Aspeto/aspetos (208) passim Aspiração/aspirações/aspirar (141) passim Assegurar (128) passim Assembleia Geral das Nações Unidas (17) 4.22, 6.5, 6.8, 6.11, 6.16, 6.17 Assembleia Nacional (109) 1.14, 1.24, 1.28, 2., 2.3, 2.7, 2.8, 2.20, 2.27, 2.29, 2.32, 2.33, 3.5, 3.8, 3.11, 3.15, 3.19, 4.4, 4.5, 4.6, 4.11, 4.12, 4.12, 4.16, 4.17, 4.18, 4.19, 4.22, 4.24, 4.25, 4.26, 4.31, 4.34, 4.35, 4.36, 4.37, 4.Ap, 5.2, 5.2, 5.2, 5.2, 5.2, 5.8, 5.10, 5.15, 5.16, 5.22, 5.23, 5.25, 5.27, 6.1, 6.5, 6.8, 6.10, 6.11, 6.16, 6.17, 6.18, 6.20 Assembleias (2) 4.35, 5.8 Assistência (38) 1., 1.3, 1.4, 1.5, 1.11, 1.18, 1.24, 2.12, 3.5, 3.7, 3.16, 3.19, 3.29, 4.10, 4.31, 4.32, 4.34, 4, Ap. 5.4, 5.25, 5.27, 6.8, 6.11, 6.15 Associação Académica (1) 2. Associação Católica (1) 4.31 Associação Comercial (1) 1.11 Associação Europeia de Comércio Livre (2) 6.4 Associação Escolar Vanguarda (1) 1.22 Associação Lisbonense (1) 2.32 Associações industriais (1) 1.16 Astronómico, Observatório (1) 2. Atacar/ataque (98) passim Atenção/atenções/atento (93) passim Atingir (111) passim Atitude/atitudes (198) passim Ativo/ativar/atividade (280) Atlântico (63) 1.7, 2.5, 2.23, 2.27, 3.5, 3.26, 4.3, 4.5, 4.7, 4.11, 4.12, 4.15, 4.19, 4.21, 4.34, 5.4, 5.7, 5.12, 5.16, 5.19, 5.23, 6.1, 6.3, 6.6, 6.8, 6.11, 6.1 Atlas (1) 5.4 Atmosfera mundial (1) 6.1 Ato/atos (270) Atoleiros (1) 2.5

Atual/atuais/atualidade (209) Augusta (Universidade de Coimbra) (1) 5.4 Augusto de Castro (1) 6.26 Augusto Fuschini (2) 6.25 Aumento/aumentar (150) passim Austral, África (1) 6.24 Austrália (25) 4.5, 4.17, 4.Ap, 5.19, 6.1, 6.8, 6.11 Austria (5) 1.3, 3.5, 5.12, 6.1 Autodeterminação (25) 5.4, 5.15, 5.18, 5.19, 5.20, 6.5. 6.8. 6.11. 6.15. 6.16. 6.17. 6.18 Autoestrada para Cascais (2) 3.4 Autonomia (22) 1.4, 1.26, 2.17, 3.3, 3.18, 4.7, 4.31, 4.35, 4.Ap, 5.4, 5.7, 5.12, 5.14, 5.18, 5.19, 5.20, 6.5, 6.8, 6.11, 6.13, 6.16, 6.17 Autoridade/autoridades (213) passim Autoridades brasileiras (1) 6.6 Autoritários, estados / regimes (5) 1.24, 2.23, 3.5, 3.16, 3.19 Auxílio/auxiliar (94) passim Aveiro (1) 2.32 Aveli, Nagar (7) 5.12, 5.15, 6.1, 6.5, 6.11 Aviação (1) 4.35 Aviso Gonçalo Velho (Marinha) (5) 1.12 Avitaminose politica (1) 6.20 Aviz. Mestre de (1) 2.5 Azeite, a produção de (15) 3.22, 3.31, 4.Ap Azevedo, General Schiappa de (1) 2.7 Azevedo Coutinho (1) 6.25

- B -

B.B.C. (1) 4.21 Bacalhau (3) 2.12, 4.Ap Bairros Económicos (2) 1.23, 3.4, 3.16 Bairros Operários (1) 4.Ap Baixo/baixar (77) passim Baixos, Países (2) 4.Ap Balanço da Obra Governativa (2) 2.3, 6.1 Ball (Governador de Malta) (1) 2.27 Bálticos, Estados (1) 4.26 Banca (8) 1.4. 1.7. 1.8. 2.7. 5.7. 5.27. 6.5 Banco de Angola (1) 2.12 Banco emissor (3) 1.3, 1.7 Banco de Fomento Colonial (2) 1.4, 2.12 Banco Nacional Ultramarino (4) 2.12, 5.12 Banco de Portugal (7) 1.8, 2.7, 2.32, 3.18 Bandeira, Marquês de Sá da (1) 5.12 Bandung (1) 5.19 Baptista, S. João (1) 1.13 Baptista, S. João — de Ajudá (1) 6.17 Barcelos (1) 3.4 Barcos de querra (1) 2.2 Bartolomeu (2) 2.6 Baruch (2) 4.21 Base/bases/basear (324) passim

Índices

Base da economia nacional (2) 5.7 Basileia (2) 2.21	Brinde (3) 3.20, 4.14, 4.21 Britânico, Governo (35) 2.7, 3.5, 3.11, 3.15, 4.3, 4.5,
Batalha (Convento) (4) 2.5, 2.5, 2.5, 2.13	4.7, 4.9, 4.17, 4.20, 4.Ap, 5.14, 5.19, 6.11, 6.
Batávia (1) 4.Ap	Brito, S. João de (2) 4.25
Beira (2) 1.14, 2.7	Buçaco (1) 2.27
Beira (Moçambique) (7) 5.12, 6.8, 6.24	bula papal (1) 5.15
Beja (1) 2.32	Bulgária (1) 4.29
Belém (Lisboa) (4) 1.26, 3.4, 3.27	Bülow, Principe de (2) 1.7, 1.7
Bélgica (12) 1.3, 2.7, 2.21, 4.26, 4.34, 4.Ap, 6.1, 6.	
6.11, 6.13, 6.17	Burgueses, partidos (1) 4.37
Beneficio/beneficios/beneficiar (150) passim	Burguesia parasitária e gozadora (1) 3.5
Bens (50) passim	Burma (1) 5.19
Bento, S. (14) 2., 2.8, 2.12, 2.29, 3.4, 3.30, 4.24, 4.29	
5.13, 5.24, 5.25, 6.22, 6.24, 6.26	o, butocracia (i) o.i
Berlim (2) 3.19, 5.28	– C –
Bernard Menthon (1) 6.1	
Bethmann Holweg (1) 2.7	Cabeçadas, Almirante (1) 5.3
Bevin (3) 4.20, 4.21	Cabo da Boa Esperança (6) 2.27, 5.4, 5.19, 6.1, 6.8,
Bijagoz (1) 2.21	6.24
bipartidismo (1) 4.36, 5.27	Cabo-Verde (12) 5.2, 5.12, 5.23, 6.1, 6.3, 6.5, 6.8,
Birmânia (2) 5.19	6.15, 6.17.
bisbilhotice democrática (1) 1.23	Cabrilho (1) 3.13
Bizâncio (1) 5.22	
Boa Esperança, Cabo da (3) 5.4, 5.19, 6.24	Caetano, Marcelo (3) 4.24, 5.22, 6.20
Roat Company, Electric (1) 2.2	Cafres da Europa (1) 4.32
logotá (1) 6.1	Caillaux (1) 1.24
	Cairo (3) 4.17, 6.1
30issy (1) 2.1	Caixa Económica Portuguesa (2) 1.4,
Bolchevismo (4) 1.10, 1.11, 4.23 Boletim (1) 5.28	Caixa Geral de Aposentações (5) 3.1, 3.5
Boletins (1) 5.27	Caixa Geral de Depósitos (7) 1.4, 2.7, 2.12
Bolsa (3) 1.7, 3.18, 3.18	Caixa Nacional de Crédito (1) 1.4
Bolsa, Palácio da (2) 1.23, 4.31	Caixas de previdência (3) 3.1, 3.10, 3.29
Bom/boa (225) passim	Caixas de reforma e previdência (3) 3.5, 3.29
Bom Jesus (1) 5.15	Caixas sindicais (2) 3.1, 3.29
Bombaim (9) 5.8, 5.12, 5.15, 5.17, 5.20, 5.23, 6.1	Calais (1) 2.27 Caldas Xavier (1) 6.25
Bon, Gustavo le (1) 2.16	Califórnia (1) 3.13
Bona (1) 6.1	
Botelho Moniz (1) 4.35	Calmon (2) 4.15 Câmara dos Comuns (11) 2.27, 4.3, 4.5, 4.9, 4.21,
Bourget (1) 1.	6.11, 6.
Braga (23) 2.10, 2.11, 2.12, 2.32, 3.4, 4.36, 4.37, 5.4,	Câmara Corporativa (39) 1.24, 2.3, 2.8, 2.12, 2.29,
5.6, 6.3, 6.25, 6.1	3.5, 3.19. 4.12, 4.26, 4.34, 4.35, 4.37, 5.8, 5.16,
Braga (cidade santa da revolução nacional) (2)	5.27, 6.1, 6.16, 6.17, 6.26, 6.1
2.10, 4.36	Câmara dos Deputados (10) 1.28, 4.12, 4.18, 5.8,
Bragança (1) 2.32	5.27, 6.11
Bragança, Casa de (6) 3.4, 4.35, 5.22	Câmara eletiva (1) 1.24
Branco, Livro (da guerra) (1) 6.1	Câmara dos Lordes (1) 6.11
Brando como os nossos costumes (1) 2.17	Câmaras Municipais (1) 1.3, 1.25.
Brandura dos nossos costumes (1) 2.3	Camarões (2) 6.8 Cambambe (1) 6.8
Brasil (102) 1.17, 1.23, 2.5, 2.7, 2.12, 2.23, 2.27, 3.4,	
3.5, 3.11, 3.21, 3.27, 3.31, 4.5, 4.7, 4.9, 4.11, 4.12,	Caminho/caminhos (156) passim
4.15, 4.16, 4.26, 4.35, 4.Ap, 5.4, 5.14, 5.15, 5.16,	Caminho do futuro (1) 5.27
5.19, 5.22, 5.24, 5.25, 6.1, 6.3, 6.5, 6.8, 6.11,	Campanha/campanhas (108) passim
6.17, 6.22, 6.23, 6.24, 6.1 Prozpoville (1) 6.17	Campanha/campanhas (108) passim
Brazzaville (1) 6.17	Campanha anticolonialsta (2) 6.5 Campbell, Ronald (7) 4.14
Brenner (1) 3.5	Campocii, norialu (7) 7.17

Campo/campos (142) passim Ceilão (6) 5.14, 5.19, 6.8 Canadá (5) 4,34, 5,14, 5,20, 6,11 Celebrações centenárias (3) 3.4, 3.27, 4.37 Canárias (1) 4.Ap Censura (3) 5.27, 6.1, 6.15 Canas, Quinta das (Coimbra) (1) 2. Central/centro/centros (92) passim Cancela de Abreu (2) 4.37, 5.22 Central, Africa (2) 5.7, 6.3 Candidato (a Presidente da República) (2) 6.1 Central, América (3) 2.5, 6.3, 6.6 Candidatos da oposição (1) 6.1 Central, Ásia (1) 5.19 Candido, António (1) 1. Central, Europa (1) 5.7 Cansado (1) 5.3 Centro de Estudos (3) 3.29, 5.28, 6.20 Canto e Castro (1) 5.3 Centros Conserveiros (1) 4.Ap Capaz/capacidade (145) passim César (1) 3.19 Capelo, Hermenegildo (1) 6.25 Ceuta (1) 2.5 Capelos, Sala dos (1) 2. Ceylon (1) 5.19 Capital/capitais (173) passim Chamar/chamado (180) passim Capitais nacionais (1) 5.7 Chamberlain (1) 3.8 Capitalismo/capitalista (20) 1, 1.3, 1.11, 1.21, 2.2, Checo, O problema (1) 3.8 2.3, 2.29, 4.19, 5.19, 6.1, 6.5, 6.17 Checoslováquia (3) 1.3, 5.15, 5.25 Capitão-General Muñoz-Grandes (2) 6.21 Chefe/chefes/chefia (204) passim Carater (102) passim Chegar/chegada (207) passim Cardeal-Patriarca (2) 2.23, 5.27 Chéron (França, ministro das finanças) (1) 1.3 Carlos, Teatro de S. (2) 1.22, 3.4 Chile (2) 6.8 Carlos, Rei D. (5) 3.3, 5.3, 5.3, 5.4, 5.4 China (28) 3.15, 4.5, 4.26, 4.35, 5.4, 5.8, 5.14, 5.15, Carmo, Convento do (1) 2.5 5.19, 5.20, 5.23, 6.1, 6.3, 6.5, 6.8, 6.17 Carmona, António Óscar de Fragoso (20) 2.1, 2.16. Christian Science Monitor (1) 5.15 Churchill (3) 4.19, 6.1, 6.1 3.7, 3.27, 4., 4.31, 4.32, 5.2, 5.5, 6.1 Carta (diploma institucional) (45) 1.23, 1.24, 3.5, Cidadão/cidadãos/cidadania (65) passim 4.19, 4.22, 4.26, 4.31, 4.37, 5.14, 5.15, 5.19, Cidade/cidades (66) passim 5.20, 6.5, 6.8, 6.11, 6.17, 6.20, 6.1 Cidade Universitária (1) 4.37 Carta ao Imperador da Etiópia (1) 6.16 Cidadela de Cascais (1) 1.17 Ciência/cientista/científico/cientificamente (72) passim Carvalho, Mariano de (3) 6.25 Carvão (9) 3.8, 3.22, 3.28, 3.28, 3.31, 4.Ap, 4.Ap, Ciência das Finanças (1) 2.33 5.7. 5.11 Cinema e teatro do povo (1) 3.29 Casa/casas (101) passim Circunstâncias (247) passim Casa de Bragança (1) 5.22 City (2) 2.2 Casa do Douro (2) 1.21, 2.7 Civil/civilizar/civilizado/civilização (348) passim Casa Militar de Lisboa (1) 3.20 Civilização latina e cristã (5) 1.10, 1.11, 1.24, 3.2, 3.15 Casamentos, Política de (1) 5.19 Civismo (3) 4.21, 5.2, 5.27 Claro/claramente (157) passim Casas do Povo / Pescadores (7) 3.4, 3.10, 3.29 Cascais (5) 1.17, 1.26, 2.6, 3.4, 3.4 Claros, Batalha de Montes (1) 2.5 Caso/casos (440) passim Classe/classes (82) passim Castela (5) 2.5, 2.13 Clientelas (políticas / partidárias) (9) 1.5, 1.24, 1.28, Castelo Branco (1) 2.32 3.23, 4.31, 4.32, 5.15 Club, Jockey (1) 3.6 Castelo, Viana do (1) 3.4 Clubes Desportivos, Congresso de (3) 1.19 Castro, Augusto de (1) 6.26 Código da Contribuição Predial (1) 2.32 Castro, Canto e (1) 5.3 Castro, D. João de (2) 5.19 Coesão Moral (5) 5.6 Coexistência pacífica (8) 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, Castro Pimenta de (1) 1.10 Católica, Igreja (63) 1.10, 1.24, 2.5, 2.10, 2.13, 3.4, 5.20, 5.21, 5.23 3.19, 3.29, 3.31, 4.25, 4.30, 4.31, 4.36, 5.8, 5.15, Coimbră, atmosfera (2) 2., 4.28 Coimbra (31) 1., 1.22, 2., 2.7, 2.32, 3.4, 3.24, 4.23, 5.25, 5.27, 5.28, 6.20 4.28, 4.31, 4.32, 4.33, 4.37, 5.4, 5.6, 5.27, 6.1, Catolicismo (desenraizar o) 4.31 Católico, Centro (3) 1.10 6.25, 6.l Coisa/coisas (458) passim Caudilhismo (1) 5.27 Colaboração/colaborar/colaborante/colaborador Causa/causas (152) passim Caxemira (2) 6.5, 6.11 (231) passim

Colapso da autoridade (1) 4.17 Comunismo (a «grande heresia» da nossa idade) (1) Colapsos da legalidade e da justiça (2) 5.4, 5.22 Colares, Adega de (1) 2.7 Comunista/comunistas (133) passim Coletivo/coletividade/coletivamente (207) passim Comuns, Câmara dos (9) 2.27, 4.3, 4.5, 4.9, 4.21, 6.11 Coletivização (2) 3.31, 5.4 Conakry (1) 6.14 Conceção/conceções (87) passim Coliseu dos Recreios (4) 1.7, 1.13, 1.26, 3.29 Colômbia (1) 6.14 Conceito/conceitos (133) passim Colombo (2) 4.17, 5.13 Conceitos Económicos da Constituição (4) 1., 1.11, 6.1 Concelhia Concelhia da União Nacional (1) 3.16 Colombo, ovo de (1) 1.2, 4.17, 5.13 Colónia/colonial/colonizar/colonização (397) passim Concessão de facilidades nos Acores (4) 4.3, 4.5, 6.1 Coloniais, Governadores (2) 1.14 Concluir/conclusão/conclusões (176) passim Concordata (8) 1.10, 3.19, 4.31, 5.28 Colonial (Acto/Império/Política) (39) 1., 1.4, 1.7, 1.8, 1.14, 1.23, 1.24, 1.26, 2., 2.10, 2.12, 2.28, 3.5, 3.7, Concorrer/concorrência (78) passim 3.11, 3.15, 3.19, 3.31, 4.5, 4.35, 4.37, 5.7, 5.15, 6.1 Conde de Arnoso (1) 5.3 Colonialismo (31) 5.8, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, 5.20, Condessa de Sabugosa (1) 4.27 6.1, 6.5, 6.8, 6.11, 6.17, 6.22, 6.24 Condestável, o Santo (4) 2.5, 4.33 Colónias (104) 1., 1.3, 1.4, 1.7, 1.14, 1.26, 2.7, 2.8, Condição/condições/condicionar (409) passim 2.12, 2.15, 2.21, 2.27, 2.28, 3., 3.1, 3.2, 3.5, 3.8, Condicionalismo (23) 1., 1.10, 2., 3.20, 4.7, 4.10, 3.11, 3.13, 3.28, 3.29, 4.2, 4.5, 4.17, 4.24, 4.25, 4.17, 4.18, 4.31, 4.32, 4.37, 5.3, 5.4, 5.15, 5.22, 4.26, 4.35, 4.Ap, 5.12, 6.1, 6.11, 6.16, 6.17 5.25, 6.6, 6.17 Comando Britânico, Alto (2) 4.Ap Condições da reforma financeira (2) 1.1, 6.1 Comeco/comecar (242) passim Confederação Geral do Trabalho (1) 2.6 Comemorações (festivas / centenárias) (21) 2.3, 2.5. Conferência Africana (4) 6.16 2.10, 2.13, 2.26, 3.4, 3.5, 3.15, 3.18, 3.27, 4.36, Conferência Anti-tuberculose (4) 2.29 4.37. 5.7. 5.18. 6.1 Conferência (I) Económica do Império Colonial Por-Comércio (107) passim tuguês (2) 2.12 Comissão/comissões (90) passim Conferência Económica de Londres (1) 2.8 Comissão reguladora do Comércio e Importação Conferência dos Governadores Coloniais (2) 1.14 Conferência dos Quatro (pós-querra) (1) 5.1 de Arroz (1) 1.21 Conferência (I) da União Nacional (3) 4.23, 4.31 4.31 Comissão de Londres (6) 2.18 Comissão Central da União Nacional (3) 3.3, 5.6, 5.28 Confiança (105) passim Comissão Executiva da União Nacional (15) 3.3. Conflito/conflitos (141) passim Congo (8) 6.5, 6.8, 6.14, 6.17, 6.22 3.16, 3.27, 4.37, 5.6, 5.22, 5.27, 5.28, 6.2, 6.1 Comissão de Propaganda da União Nacional (1) 3.3 Congos (1) 6.17 Comissão Concelhia da União Nacional (1) 3.16, Congresso de Clubes Desportivos (2) 1.19 que havia deliberado" Congresso Comunista de Moscovo (1) 5.20 Comissão dos Negócios Estrangeiros (1) 4.34 Congresso Industrial Português (5) 1.16 Comissão de Contas da Assembleia Nacional (1) 4.35 Congresso do Mundo Português (3) 3.4 Comissão de Estudos de Energia Nuclear (1) 5.11 Congresso Nacional da Índia (3) 5.14, 5.19 Congresso da União Nacional (26) 1.24, 1.26, 4.7, Comissões (6) 2.31, 3.16, 3.16, 4.37, 6.5, 6.16 4.12, 4.37, 5.4, 5.6, 5.18, 5.20 Comité de Londres (19) 2.15, 2.18, 2.19, 2.20, 2.22, Coimbra (2) 3.24 2.24, 6.8 Comité Financeiro da Sociedade das Nações (1) 2.33 Conimbricensi (1) 3.24 Conquista/conquistas/conquistar/conquistador Comité de Informações das Nações Unidas (1) 6.8 Company, Electric Boat (1) 2.2 (93) passim Consciência (c.370) passim Competência/competente (79) passim Consciência moral da nação (2) 3.12, 6.1 Compreender/compreensão (367) passim Conselho (130) passim Compromisso/compromissos (91) passim Conserveira, indústria (1) 4.Ap Comum/comuns/comunidade (323) passim Considerar/consideração/considerações (427) passim Comunicações, Ministério das (1) 3.22 Consolidação do Estado (1) 1.5 Comunidade Britânica (26) 4.9, 4.11, 4.17, 4.26, Consórcio das conservas (1) 1.21 5.12, 5.20, 5.23, 6. 11, 6.20 Conspiração/conspirações/conspirar/conspirador/ Comunidade Internacional (2) 6.5 conspiratório (22) 1.5, 1.10, 1.23, 1.28, 2.5, 2.6, Comunidade Luso-Brasileira (1) 6.11 2.7, 2.15, 3.3, 3.7, 4.19, 4.31, 6.20, 6.23 Comunismo (147) passim

Constantinopla (1) 1.22 Constituição/constitucional/constitucionalidade/ constitucionalismo (c.300) passim Construir/construção (c.150) passim Construir para um século (1) 4.4 Conta/contas (121) passim Continental/continente/continentalidade (130) passim Continuar/continuidade (c.220) passim Continuidade revolucionária (2) 3.3, 6.1 Contra (463) passim Contrario/contrariar/contrariedade/contrariamente (160) passim Contribuição/contribuir/contribuibte (120) passim Contribuição predial (8) 2.12, 2.31, 2.32, 6.1 Convénio de 1902 (1) 3.18 Conviccão/conviccões/convicto/convictamente (74) passim Cooperação/cooperar (78) passim Cooperação Económica, Organização Europeia de (2) 5.7, 5.23 Cooperativista (fórmula) (1) 4.Ap Coração/corações (87) passim Coreia (2) 4.37, 5.20 Coroa de Portugal (4) 5.12, 5.19, 6.11, 6.25 Corporações/corporativo/corporativismo (188) passim Corporativa, Câmara (38) 1.24, 2.3, 2.8, 2.12, 2.29, 3.5, 3.19, 4.12, 4.26, 4.34, 4.35, 4.37, 5.8, 5.16, 5.27, 6.10, 6.16, 6.17, 6.26, 6.I, 6.I Correia, Deputado Araújo (1) 3.5 Corrupção plutocrática (2) 1.21 Corrupção política (8) 1.2, 1.13, 1.21, 3.16, 3.23, 5.4, 5.7 Cortejo cívico (1) 1.26 Cortejo do trabalho (2) 2.4, 3.4 Cortejo do Mundo Português (2) 3.4 Corte Real (navegador) (1) 3.13 Cortina de Ferro (1) 5.7 Cosmopolitismos (1) 1.5 Costa, Dr. Afonso (1) 6.25 Costa, Marechal Gomes da (5) 1.23, 2.3, 2.10, 5.3, 6.5 Costa Leite, Sub-Secretário de Estado das Finanças Doutor (1) 2.33 Costa, capitão Silva e (1) 4.17 Costumes (35) passim Couceiro, Paiva (1) 6.25 Coutinho, Azevedo (1) 6.25 Cova da Moura (1) 6.14 Crato, D. António Prior do (1) 2.5 Craveiro Lopes, General (3) 5.3, 5.25, 6.1 Crédito/credibilidade (104) passim Crer (160) passim Criação/criações/criar (c.320) passim Crise/crises (176) passim Crise Europeia (1) 3.15 Crise dos Negócios Mundiais (1) 5.1 Cristã, Civilização (29) 1.10, 1.14, 1.23, 1.24, 2.5,

3.11, 3.15, 3.19, 3.26, 3.28, 3.31, 4.12, 4.25, 4.29, 4.34, 4.36, 5.9, 5.15, 5.25, 6.1, 6.15, 6.20 Cristão, Ocidente (2) 5.19, 6.1 Cristo (8) 1.6, 3.2, 4.30, 5.19, 5.27, 6.25 Critério/critérios (62) passim Critica/critico/criticar/criticismo (115) passim Cruz Quebrada (1) 3.4 Cuanhamas (1) 6.17 Cuidado/cuidados/cuidadoso/cuidadosamente (71) Cultura/culturas/cultural (155) passim Cultura, Instituto de Alta (1) 5.11 Cumprir (64) passim Cunha, General Peixoto e (1) 4.1 Cunha Gonçalves, Dr. (1) 5.13 Curacau (1) 6.6 Cúria Romana (3) 3.19, 3.31, 4.31 Cúrias (1) 3.21 Czarista, Rússia (1) 4.26

- D -

Dadrá (7) 5.15, 5.17, 6.1, 6.5, 6.11 Daily Herald (2) 2.2 Damão (18) 4.26, 5.12, 5.15, 5.17, 5.19, 6.1, 6.11 Daniel de Sousa, Brigadeiro (1) 1.6 Dantzig (1) 3.5 Dão, vinho do (4) 1.27, 2.7, 6.1 Daomé (1) 6.8 Daran (1) 5.12 Darwin (1) 6.8 Declaração/declarações (103) passimD eclaração do Rio de Janeiro 1947 (1) 5.14 Declaração de Windsor (11) 6.11, 6.17 Decretos antedatados (1) 5.3 Dedicação (65) passim Defesa/defender/defensor (c.560) passim Definir/definição (c.260) passim De Gaule (1) 6.1 Delegados do INTP e a Reforma Scial (2) 2.12, 6.1 Delgada, Ponta (1) 3.5 Delgado, ex-general (1) 6,23 Deli, Nova (15) 4.35,5.8, 5.14, 5.15, 5.17, 6.11 Democracia /democrático (127) passim Department, State (EUA) (1) 4.17 Depoimento, o meu (2) 4.31, 6.1 Depósitos, Caixa Geral de (5) 1.4, 2.7, 2.12 Deputado (Salazar) (1) 2.8 Deputado (Pacheco de Amorim) (1) 3.5 Deputado (Araújo Correia (1) 3.5 Deputado (Antunes Guimarães) (1) 3.5 Deputado (Botelho Moniz) (1) 4.35 Descolonização (7) 6.17, 6.24 Deseio/deseiar (c.300) passim Desemprego, Fundo de (1) 4.37

Desenvolvimento (134) passim Editora, Coimbra (1) 1. Desordem (104) 1.4 e passim Eduardo VII, Parque (5) 1.16, 2.11, 3.4, 3.7, 4.8 Desportos (5) 1.19 Eduardo VIII (1) 2.16 Deus (35) 1.15, 1.22, 2., 2.1, 2.10, 2.13, 3., 3.2, 3.31, Educação (69) 1., 1.3, 1.4, 1.5, 1.10, 1.11, 1.19, 1.21, 1.23, 1.24, 2., 2.12, 2.14, 2.16, 3., 3.3, 3.7, 3.16, 4.4, 4.13, 4.18, 4.19, 4.27, 4.31, 4.35, 4.36, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.8, 5.15, 5.21, 6.1, 6.5, 6.8, 6.11, 3.19, 3.29, 3.31, 4.6, 4.7, 4.18, 4.23, 4.31, 4.34, 6.19 4.35, 4.36, 5.6, 5.7, 5.10, 5.11, 5.20, 5.28, 6.1, 6.3, Deus (o) terrivel da revolução mundial (1) 2.27 6.5, 6.10, 6.11, 6.14, 6.15, 6.15, 6.23, 6.24, 6.1 Dever (210) passim Educação Física e Desportos (1) 1.19 Dever Militar (2) 3.20, 6.1 Educação Nacional, Ministério (1) 5.11 Diário do Governo (3) 1., 1.1, 4.10 Educação Política (1) 3.3 Diário das Sessões (2) 1.23, 4.5 Egipto (2) 4.26, 5.12 Diário de Notícias (1) 2.26 Egoismo dos poderosos, dos grandes e dos ricos (1) Diário de Luanda (13.4.1962) (1) 6.12 (3.29)Dias, Bartolomeu (3) 2.6, 5.15 Electric Boat Company (1) 2.2 Dili (7) 4.17, 4.Ap, 6.8 Eleições (34) 1., 1.24, 2.8, 4.12, 4.16, 4.18, 4.19, 4.24, Dinamarca (2) 2.21, 4.5 4.35, 5.3, 5.8, 5.22, 5.27, 6.1, 6.10, 6.20, 6.23 Dinis, D. (2) 3.27, 4.33 Elogio das virtudes militares (1) 1.6 Dirigentes do trabalho nacional (1) 3.10 Elvas (1) 2.5 Disciplina da Administração pública (1) 5.7 Embaixada (7) 2.22, 2.23, 4.17, 4.21, 6.6, 6.6, 6.1 Discutimos (não) Deus/Pátria/familia/autoridade/a Emissora Nacional (9) 3.8, 3.18, 3.27, 3.28, 3.31, glória do trabalho e o seu dever (19) 2.10,5.4 5.12, 5.14, 5.23, 6.10 Ditadura (78) 1., 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, Empréstimo (20) 1., 1.2, 1.3, 1.4, 1.7, 2.2, 2.7, 2.12, 1.22, 1.23, 1.28, 2.3, 2.27, 3.22, 6.1 2.27, 2.33, 3.5, 3.18, 4.29, 4.37, 6.1, 6.8 Energia Nuclear, Junta de (4) 5.11 Diu (16) 4.26, 5.12, 5.15, 5.17, 5.19, 6.1, 6.11 Enes, António (1) 6.25 Doce país (11) 1.10, 4.31 Doçura (sentimentos/clima/costumes) (9) 2.14, Engrandecimento, Era de (1) 2.11 2.23, 3.8, 3.13, 3.31, 4.27, 6.15 Enxada (o pão e a) (4) 4.37, 5.7, 5.8 Dólar (4) 1.11, 3.18, 5.7, 5.17 Equador (5) 6.3, 6.8, 6.20, 6.24 Domingos de Oliveira (5) 1.2, 1.4, 1.5, 1.9, 5.3 Equatorial, África (1) 6.8 Dominicana (República) (2) 6.8, 6.8 Erário (1) 4.37 D'Ormesson (1) 1.23 Erros e fracassos da era política (1) 6.20 D'Orsay (1) 2.15 Escola (2) 1.22, 3.24 Douro, Casa do (2) 1.21, 2.7 Escola Naval (1) 2.7 Douro majestade do (1) 4.31 Escola Portuguesa (1) 5.4 Doutrina, doutrinação, doutrinador, doutrinal, Escola, a sagrada oficina das almas (1) 1.22 doutrinário (c.200) passim Escolar, Hospital (1) 4.37 Escolar Vanguarda, Associação) (1) 1.22 Duarte Pacheco (12) 4.4, 4.30, 4.35, 5.10, 6.1 Durban (1) 6.8 Escolares, Hospitais (1) 3.4 Escorial de Filipe II (1) 2.5 - E -Escritor (6) 1., 5.27 Eslavo (4) 4.7, 4.26, 4.34, 6.1 Espanha (179) 1.3, 2., 2.5, 2.7, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, Eça, Vila Pereira d' (1) 6.17 Economia, Ministério da (13) 3.22, 3.22, 3.22, 2.18. 2.19. 2.20. 2.22. 2.23. 2.24, 2.25, 2.27, 3.22, 3.28, 4.35, 4.35, 4.35, 4.37, 5.7, 6.14, 2.29, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.8, 3.11, 3.15, 3.16, 3.17, 6.15, 6.1 3.29, 3.31, 4.3, 4.5, 4.12, 4.26, 4.29, 4.31, 4.34, Económica, Caixa (2) 1.4 4.35, 4.Ap, 5.12, 5.14, 5.20, 5.22, 6.1, 6.3, 6.8, Económica, Conferência — de Londres (1) 2.8 6.11, 6.13, 6.17, 6.21, 6.22, 6.25, 6.1 Económica, Conferência — do Império (2) 2.12 Esperança, Cabo da Boa (3) 5.4, 5.19, 6.24 Espinho (2) 4.Ap Económica, Lei da reconstituição (3) 4.37, 5.7 Espírito (450) Passim Económica, Organização Europeia de Cooperação Espirito da Revolução (1) 1., 1.23 (2) 5.7, 5.23 Espirituais, Valores (2) 1.24, 3.24 Económico, Conselho (1) 5.7 Económicos, conceitos — da Nova Constituição (2) 1. Esquadra (16) 1.12, 2.14, 2.27, 3.11, 3.17, 4.22, 5.4, 6.11 Eden, Anthony (1) 6.1 Esquadra Espanhola (1) 3.17

Esquerda, esquerdas, esquerdismo, esquerdistas (14) 1.24, 2.3, 2.7, 2.8, 2.14, 3.5, 4.7, 4.19, 5.7, 2.15, 5.25, 6.1 Estádio Nacional (4) 1.19, 3.4 Estádio de Braga (4) 4.36, 6.1 Estado, Estados (1300) Passim Estado Corporativo - forte, justo, pacífico e próspero (1) 2.11 Estados Unidos (115) 2.2, 2.7, 2.8, 2.27, 2.28, 3.13, 3.16, 4.5, 4.7, 4.9, 4.11, 4.12, 4.16, 4.17, 4.21, 4.22, 4.23, 4.26, 4.34, 4.37, 4.Ap, 5.1, 5.7, 5.8, 5.19, 5.20, 5.23, 6.1, 6.3, 6.5, 6.6, 6.8, 6.11, 6.17, 6.1 Estaleiros (3) 2.2, 2.14, 3.27 Estandardização política (1) 4.29 Estatismo (2) 3.28, 3.31 Estatistico, Anuário (3) 2.33 Estatuto Administrativo das Ilhas Adjacentes (1) 5.2 Estatuto Constitucional (3) 1.3, 1.10, 2.3 Estatuto das Missões Católicas (1) 2.23 Estatuto de Provincia Ultramarina (1) 5.20 Estatuto do Trabalho Nacional (4) 1.24, 6.26, 6.1 Estatutos da União Nacional (5) 4.37, 5.6, 5.18 Estoris (1) 3.4 Estrangeiros, Ministério dos Negócios (26) 2., 2.15, 2.17, 2.20, 2.22, 2.27, 3.9, 3.17, 3.26, 4.9, 4.10, 4.20, 4.34, 4.35, 4.Ap, 5.15, 6.11, 6.14, 6.20, 6.I Estreitos do Mar do Norte (2) 3.15, 5.12 Estremoz (1) 2.30 Estudos Corporativos (1) 3.29 Estudos de Energia Nuclear (1) 5.11 Estudos Políticos e Sociais (3) 5.28, 6.20 Estudos (5) 3.29, 5.11, 5.28, 5.28, 6.20 Etiópia (16) 3.15, 6.1, 6.3, 6.5, 6.16, 6.1 Etnográfica, Exposição (1) 3.4 Euro-Americano (3) 4.26, 4.34, 5.8, Euro-Africana (1) 6.5 Euro-Asiática (1) 6.5 Europa (c. 450) Passim Evangelho (15) 1.13, 1.22, 1.24, 2.28, 3.19, 4.18, 4.26, 4.36, 5.6, 5.27, 6.1, 6.3 Evangelização (6) 1.23, 1.24, 3.19, 5.8 Évora (1) 2.32 Exacerbação das paixões (4) 4.1, 4.24, 5.3, 6.3 Exclusivismo (12) 1, 1.7, 1.11, 1.24, 3.31, 4.15, 4.19, 4.30, 5.5, 5.18, 5.23, 6.8, 6.15 Executivo, Poder (9) 1.5, 1.28, 4.19 Exercito (180) Passim Expansionismo (12) 3.19, 3.31, 4.34, 4.37, 5.3, 5.8, 5.19, 5.20, 6.8, 6.11 Experiência (c.200) Passim Exportação, exportações (45) 1., 1.7, 2.7, 2.12, 2.21, 2.27, 3.10, 3.28, 3.28, 4.9, 4.34, 4.37, 4.Ap, 5.7, 5.8, 5.12, 5.19, 6.1, 6.11, 6.25, 6.1 Exposição Industrial (5) 1.16 Exposição Colonial (1), 1.23

Exposição do Mundo Português (7) 3.4, 5.10 Exposição de Nova York (3) 3.13 Exposição à Assembleia Nacional (26.11.1943) (1) 4.5 Exposição sobre a política interna e externa (1) 4.16 Exposição de Obras Públicas (3) 4.30 Exposição do Plano de Fomento (1) 5.7 Exteriores Ministério das Relações (2) 3.26 Extremo Oriente (20) 4.5, 4.16, 4.17, 4.26, 4.31, 4.35, 4.Ap, 5.8, 6.1, 6.8, 6.1

- F -

Faculdade de Letras (1) 2. Faria, Severim de (2) 6.25 Farmácia, Faculdade de (1) 2. Faro (1) 2.32 Farragos (2) 1.28, 2.29 Farraut Higham, Thomas (1) 3.24 Fascista (2) 2.27, 4.31 Fé cristá (1) 6.16 Feminino (trabalho) (3) 1.11, 4.Ap Férias pagas (7) 1., 3.5, 3.29, 4.12, 4.Ap, 5.25 Ferraz, Ivens (1) 5.3 Ferreira do Amaral (1) 5.3 Ferro, Cortina de (3) 5.12, 5.25, 5.27 Fide, Propaganda (2) 5.15 Figaro, Le (1) 6.1 Figueiredo, Mário de (1) 4.31 Filipa de Lencastre, D.^a (4) 2.5, 2.13, 4.7, 4.23 Filipe II (3) 2.5, 3.5, 5.3 Filipe, Príncipe D. Luís (1) 5.3 Filipes (1) 2.5 Filipinas (2) 4.Ap, 5.19 Finança/finanças/financeiro (c. 300) Passim 1 Finanças, Ministério das (47) 1, 1.2, 1.3, 1.19, 1.20, 2., 2.3, 2.9, 2.17, 2.27, 2.31, 2.32, 2.33, 3.23, 3.31, 4.10, 4.35, 5.7, 6.1, 6.14, 6.20, 6.25 Financeira, Reforma (25) 1, 1.1, 1.3, 1.4, 1.7, 1.9. Financeiro, Comité — da Sociedade das Nações (1) 2 33 Finlandia (5) 3.16, 4.26, 4.29, 4.34, 5.12 Física, Educação (2) 1.19, 6.1 Flandres (1) 6.25 Folclore (2) 3.4 Fomento (50) 1.3, 1.4, 2.7, 2.12, 2.33, 3.5, 4.36, 4.37, 5.7, 5.8, 5.15, 5.23, 5.25, 5.27, 6.3, 6.8, 6.15, 6.17, 6.25, 6.1 Fonseca, Dr. Lopes da (1) 1.3 Fontismo (1) 6.25 Forças Armadas (18) 2.15, 2.28, 4.7, 4.8, 4.29, 5.7, 5.14, 5.15, 6.7, 6.13, 6.14, 6.18, 6.25, 6.1 Forcas Politicas (15) 1.10, 3.31, 4.19, 4.26, 4.31, 4.32, 4.35, 4.36, 5.3, 5.8, 5.20, 6 Foreign Affairs (Revista) (1) 5.19 Forte de Jesus em Mombaca (1) 6.5

Foz, Palácio (1) 5.7 Goeses (72) 4.26, 5.8, 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, Fragoso Carmona, António Óscar de (1) 4., 6.1 5.20, 5.23, 6.5, 6.8, 6.11, 6.13, 6.22 França, Vila (1) 4.37 Golfo Pérsico (1) 5.12 Franca (66) 1., 1.3, 2.1, 2.6, 2.7, 2.8, 2.15, 2.18, 2.21, Gomes da Costa (5) 1.23, 2.3, 2.10, 5.3, 6.25 2.22, 2.23, 2.27, 3.8, 3.11, 3.15, 3.16, 4.7, 4.12, Goncalo Velho (Marinha) (4) 1.12, 1.15, 6.1 4.16, 4.26, 4.34, 4.35, 4.36, 4.Ap, 5.1, 5.4, 5.7, Gonçaives, Dr. Cunha (1) 5.13 5.8, 5.12, 5.15, 5.19, 5.20, 5.23, 6.1, 6.8, 6.13, Governador (6) 1.2, 1.6, 6.11, 6.11, 6.17, 6.17 6.16, 6.17 Governadores Coloniais, Conferência dos (3) 1.14 Française, Action (1) 2.15 Governo/governos (c. 1000) Passim Francesa, África Ocidental (2) 6.8 Governo, tão longa permanência no - (1) 5.4 Francesa, Lingua (1) 6.1 Grā-Bretanha (18) 2.17, 2.27, 2.33, 3.28, 4.14, 4.34, Francesa, Revolução (1) 6.25 5.12, 5.19, 6.1, 6.6, 6.8, 6.17, 6.24 Francisco, S. (1) 4.19, 4.25, 6.11 Grandes, General Muñoz (9) 6.21 Francisco Xavier, S. (2) 4.25, 6.11 Grécia (1) 5.20 Franco (dirigente espanhol) (10) 2.21, 2.25, 2.25, Grémios (4) 1.21, 2.7, 3.4, 3.29 3.5, 3.8, 3.15, 6.1, 6.1, 6.21, 6.21 Greve (direito) (7) 5.25, 5.27, 6.1, 6.15 Franco, João (1) 5.3. Grilos (convento) (2) 2., 5.27 Fraternidade (12) 1.5, 1.24, 1.26, 4.25, 4.34, 5.9, Groussard, Serge (43) 6.1 5.15, 5.21, 5.24, 6.5, 6.20 Guaira, La (1) 6.6 Frederico Ulrich (2) 4.30, 5.11 Guarda (cidade) (1) 2.32 Freguesia, Comissões de (6) 3.16 Guarda (policía) (1) 3.3 Freitas, General Vicente de (1) 1.1 Guernica (5) 2.25, 6.1 Frente Popular (1) 2.15 Guerra (c. 600) Passim Freyre, Gilberto (1) 6.17 Guilherme (Imperador) (1) 1.7 Guimarães (cidade) (7) 1.25, 1.25, 2.4, 3.4, 3.21, Função/funções (144) Passim Funchal (2) 2.12, 3.5 unções e qualidades do Chefe de Estado (2) 2.1, 6.1 Guimarães, Dr. Antunes (7) 3.5 undação Nacional para Alegria no Trabalho (1) 3.29 Guiñazu, Dr. (Ministro argentino) (1) 3.26 Fundação da nacionalidade (2) 3.4, 3.21 Guine (18) 3.15, 6.1, 6.5, 6.8, 6.16, 6.17, 6.18, 6.20, Fuschini, Augusto (1) 6.25 6.22, 6.24, 6.25 fúteis (3) 3.3, 3.3, 4.24 Gustavo le Bon (1) 2.16 Futuro / futura/-os/-as (c. 250) Passim - H -

~ G -

Gama, Vasco da (1) 6.5 Gamas, os (1) 3.2 Gandhi (1) 5.17 Garrett, Almeida (1) 4.31 Gaule, Charles de (1) 6.1 Genebra (15) 2.7, 2.8, 2.17, 2.33, 3.2, 3.3, 3.5, 3.8, 4.19 Genève, Journal de (1) 5.9 Gentes do Minho (1) 2.10 Geografia, Sociedade de (2) 1.24, 5.20 George, Lloyd (3) 2.7 Geórgicas de Virgílio (1) 4.33 Germanófilos (1) 5.25 Ghana (6) 6.1, 6.5, 6.8 Gibraltar (2) 2.27, 6.1 Gilberto Frevre (1) 6.17 Glória a Portugal (1) 1.27 Gloriosissima Universidade (1) 3.24 Goa (289) 4.26, 4.35, 5.8, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 5.20

Haia (5) 4.19, 5.7, 6.1, 6.11 Haiderabade (1) 5.15 Hailė Selassiė (2) 6.16, 6.1 Hawai (2) 5.14, 6.8 Hawkesbury, Lord (1) 2.27 Henrique, Infante D. (2) 3.4, 4.33 Henriques, D. Afonso (6) 1.25, 2.4, 3.2, 3.4, 4.35 Herald, Daily (2) 2.2 Herman (2) 4.21, 4.21 Heroísmo (13) 1.3, 1.12, 2.5, 2.10, 3.2, 3.3, 3.5, 4.11, 4.21, 4.35, 6.3, 6.8, 6.20 Hierarquizada, sociedade (1) 4.30 Higham, Thomas Farraut (2) 3.24 Himalaia (1) 6.5 Hindu (5) 4.35, 5.8, 5.19, 6.11 Hipercriticismo (4) 1.12, 2.21, 3.3, 5.25 Hispânica, Península (6) 2.21, 3.26, 4.26, 5.22, 6.1 Hispano-Portuguesa (fronteira) (1) 2.27 História / histórico (c. 350) Passim Histórica, Exposição — do Mundo Português (1) 3.4 Hitler (2) 4.26, 6.20

Holanda (11) 4.17, 4.34, 4.Ap, 5.12, 6.8, 6.11, 6.13 Holandes (35) 2.7, 2.21, 4.5, 4.17, 4.35, 4.Ap, 4.Ap, 4.Ap, 4.Ap, 5.19 Hollweg, von Bethmann (1) 2.7 Hong-Kong (1) 4.17 Honra (84) 1.3, 1.5, 1.7, 1.8, 1.11, 1.15, 1.18, 1.22, 1.23, 1.26, 2., 2.1, 2.3, 2.4, 2.10, 2.12, 2.14, 2.17, 2.30, 3.4, 3.5, 3.11, 3.15, 3.16, 3.20, 3.23, 3.24, 3.26, 4.1, 4.5, 4.10, 4.12, 4.13, 4.14, 4.17, 4.18, 4.19, 4.21, 4.26, 4.27, 4.29, 4.31, 4.32, 4.36, 4.Ap, 5.11, 5.15, 5.22, 5.25, 5.28, 6.1, 6.4, 6.10, 6.11, 6.16, 6.17, 6.21, 6.22, 6.25 Hospitais (9) 2., 3.4, 4.30, 5.10, 6.3, 6.8, 6.20 Hospital-escolar (1) 3.4, 4.37 Howard, Lord (1) 5.12 Hull, Memorandum (2) 2.18, 2.28 Humanismo português, novo (1) 5.4 Humanitarismo (9) 1.10, 2.5, 2.18, 2.23, 3.2, 3.19, 4.37, 5.4, 6.17 Humildes, reivindicações dos (1) 4.31 Hungria (8) 1.3, 5.15, 5.21, 5.25, 5.28, 6.1

-1-

Ibéria (2) 1.23, 1.23 Ibérica, Península (6) 4.3, 4.7, 4.34, 6.3 Ibéricas, repúblicas soviéticas (2) 2.23, 2.27 Ibérico, comunismo (3) 2.15, 2.27, Ibérico, federalista (1) 6,1 Íbero-americana, política (1) 6.3 Idanha (1) 6.25 Ideia/ideias/ideal/idealismo (c 450) Passim Identidade (29) 1., 1.26, 2.28, 3.3, 3.4, 3.19, 3.21, 3.22, 3.31, 4.21, 4.29, 4.31, 4.34, 4.36, 4.37, 5.6, 5.8, 5.15, 5.20, 5.24, 6.11, 6.13, 6.17, 6.22, 6.23 Ideologia/ideário/ideológico/ideólogo (c.110) Passim Igreja católica (63) 1.10, 1.24, 2.5, 3.19, 3.29, 4.25, 4.31, 4.36, 5.8, 5.15, 5.25, 5.27, 5.28, 6.20 Iqualitarismo (2) 1.6, 1.28, 4.26 llogismo/ilogismos (11) 4.19, 4.26, 5.15, 6.11, 6.14 Imperialismo/imperialista (17) 1.7, 2.28, 3.5, 4.29, 4.37, 5.7, 5.12, 5.14, 5.17, 5.19, 5.23, 6.1, 6.11 Império (c.100) Passim Imprensa (80) 1.4, 1.8, 1.21, 1.28, 2., 2.7, 2.8, 2.15, 2.19, 2.21, 2.25, 3.2, 3.28, 4.18, 4.20, 4.22, 4.24, 4.26, 4.27, 4.31, 4.35, 4.Ap, 5.3, 5.8, 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.18, 5.19, 5.23, 5.27, 6.1, 6.3, 6.5, 6.6, 6.8, 6.11, 6.15, 6.23 Independence Act 1947, Ceylon (1) 5.19 Independence Act 1947, Burma (1) 5.19 Independência/independente/independentemente (c.500) Passim Independência Politica Nacional (8) 2., 2.8, 3.4, 5.4, 6.1 Independências africanas (10) 5.20, 5.22, 5.23, 6.5, 6.14, 6.17

7

India/União Indiana (c. 500) 1.14, 2.7, 3.21, 4.5, 4.17, 4.25, 4.26, 4.35, 5.4, 5.8, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 5.20, 5.23, 5.25, 6.1, 6.5, 6.8, 6.10, 6.11, 6.17 Índias Neerlandesas (1) 4.Ap Índias Orientais (3) 4. 17, 4.Ap, 6.8 Índias, Império das (2) 5.14, 6.11 Índias, Apóstolo das (1) 5.15 Indiferentismo (1) 1.10 Indigena/indigenato (12) 3.4, 3.5, 3.19, 4.5, 4.17, 5.15, 5.23, 6.1, 6.8 Individualismo/individualista (31) 1.3, 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.11, 1.19, 1.21, 1.24, 1.28, 2.7, 3.5, 4.24, 4.31, 4.33, 4.34, 4.35, 4.36, 4.Ap, 5.25, 6.15 Indonésia (7) 4.26, 5.20, 6.5, 6.8 Indostão (19) 4.26, 4.35, 5.8, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, 6.5, 6.8, 6.11 Indústrialindustrialização (c. 200) 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.11, 1.16, 1.21, 1.23, 2.2, 2.12, 2.21, 2.23, 2.27, 2.32, 3., 3.5, 3.8, 3.16, 3.22, 3.27, 3.28, 3.29, 3.31, 4.1, 4.6, 4.18, 4.33, 4.35, 4.36, 4.37, 4.Ap, 5.4, 5.7, 5.8, 5.12, 5.14, 5.15, 5.19, 5.20, 5.23, 5.27, 6.3, 6.5, 6.8, 6.15, 6.17, 6.20, 6.25, 6.1 Infanta portuguesa (1) 5.12 Infante D. Henrique (4) 3.2, 3.4, 4.33 Infantes (inclita geração) (1) 2.5 Inglaterra/ingles (153) 1., 1.3, 1.7, 1.15, 2.2, 2.7, 2.14, 2.15, 2.20, 2.21, 2.22, 2.23, 2.27, 2.28, 3.5, 3.8, 3.9, 3.11, 3.14, 3.15, 3.16, 3.28, 3.31, 4.3, 4.5, 4.7, 4.11, 4.12, 4.14, 4.16, 4.17, 4.20, 4.21, 4.22, 4.23, 4.26, 4.26, 4.31, 4.34, 4.35, 4.36, 4.37, 4.Ap, 5.1, 5.4, 5.7, 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, 5.22, 5.23, 5.25, 6.1, 6.11, 6.17, 6.20, 6.24, 6.1 Inquérito industrial (1) 1.7 Inquérito à destruição de Guernica (2) 2.25, 6.1 Inquilinato (4) 2.31, 2.31, 2.32, 4.26 Institucionalização do regime (2) 4.37, 5.25 Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (3) 1.20, 4.6 Instituto Superior Técnico (1) 4.30 Instituto Luso-Indiano de Bombaim (1) 5.8 Instituto de Alta Cultura (1) 5.11 Institutos religiosos (1) 3.19 Instrução (34) 1., 1.2, 1.3, 1.4, 1.8, 1.11, 1.18, 1.19, 1.24, 2.3, 2.7, 2.23, 2.30, 3.3, 3.5, 3.16, 3.19, 3.31, 4.2, 4.6, 4.10, 4.18, 4.23, 4.37, 6.3, 6.5, 6.8, 6.17 Insulto (5) 1., 3.16, 4.18, 4.31, 6.1 Integralistas (1) 5.27 Internacional (C. 430) passim internacionalismo (24) 1., 1.5, 1.7, 1.14, 1.24, 1.28, 2.10, 2.17, 2.23, 2.28, 2.28, 3.2, 3.8, 4.12, 4.29, 4.31, 5.7, 5.18, 5.28 International Affairs (revista) (2) 1, 6.15 Interracial (2) 6.3, 6.17 Intervenção/não-intervenção (111) Passim

judiciária, Polícia (1) 4.18 judiciário (1) 3.16 Julia, Élisabeth (1) 5.14 Junqueira (Lisboa) (1) 3.4 Junqueiro, Guerra (1) 3.23
Junta Consultiva da União Nacional (1) 3.3 Junta do Crédito Público (1) 3.18 Junta de Energia Nuclear (5) 5.11, 6.1 Justiça (210) Passim Juventude (18) 1.5, 1.21, 2.26, 3.19, 4.7, 4.32, 5.28 6.1, 6.17 — K— Karachi (1) 5.12 Kennedy, John (1) 6.11 Kleffens, Eelco van (1) 4.Ap Kominform (1) 5.20
Kong, Hong (1) 4.17
Kubitschek de Oliveira, Juscelino, (1) 6.1 Kupang (1) 4.17
-l-
Lady Campbell (2) 4.14
Lagos (Algarve) (1) 4.Ap
Lágrimas (Coimbra, Quinta das) (1) 2.
Lange, Gunnar (1) 6.4
Latifundio (1) 6.15
Latim, latino, latinidade (18) 1.10, 1.11, 1.24, 2.5,
3.2, 3.15, 3.24, 3.26, 4.7, 4.24, 4.35 6.1, 6.3, 6.24
Lavoura (5) 2.7, 6.15
Leader (1) 4.26
Lázaro, Irmã de (1) 4.36
Legação Japonesa (1) 4.5
Legais, núvens de textos — (1) 3.23
Legião/Legionário (17) 2.23, 2.26, 2.30, 3.2, 3.3,
3.12, 4.2, 4.37, 5.21, 6.1
Legislativa, Assembleia (2) 1.28, 2.
Legislativas, Câmaras (2) 1.5
Legislativo, Poder (9) 1.5, 1.24, 1.28, 4.12, 4.35, 6.17
Legislativos, Conselhos (5) 6.16, 6.17
Legitimista, Constituição (1) 4.37
Lei/leis (c.200) Passim
Lei da Separação (3) 3.19, 4.31
Lei de Meios (2) 4.37
Lei de reconstituição Económica (2) 4.37
Lei Orgânica do Ultramar (3) 5.7, 6.17
Leiria (1) 2.32 Leite, Dr. Costa (1) 2.33
Leixões, obras de (2) 1.11, 2.10
Lemas (5) 1.5, 1.20, 2.9, 4.18, 4.31
Lencastre, Dona Filipa de (4) 2.5, 2.13, 4.7, 4.23
Lenine (1) 6.17
Leninismo/jeninista (3) 6.1, 6.1

Leoa, Serra (1) 6.8 Leopoldo de Almeida (escultor) (1) 4.33 Léopoldville (3) 6.17 Leste, Imperialismo de (1) 4.37 Leste, Países de (1) 5.1 Leste-Oeste, conflito (2) 5.1, 5.20 Letras, Faculdade de (1) 2. Levantino do Líbano (1) 6.8 Liautey, Marechal (1) 3.31 Libano (1) 6.8 Liberalismo (27) 1.5, 1.7, 1.8, 1.24, 1.28, 2.3, 3.5, 3.10, 3.28, 3.31, 4.18, 4.23, 4.26, 4.34, 4.36, 4.37, 5.4, 5.22, 5.25, 5.27, 6.1, 6.3 Liberdade/liberdades (c. 320) Passim Liberdade (1) 4.37 Libéria (4) 6.1, 6.8 Libérrima (Assembleia) (1) 4.35 Libra (5) 1.11, 3.18 Liceu/Liceus/liceais (6) 2.7, 3.2, 3.5, 4.7, 4.23 Liceu Camões (1) 3.2 Liceu D. Filipa de Lencastre (2) 4.7, 4.23 Liga do Antigos Graduados da Mocidade (1) 6.22 Liga das Nações (2) 2.7, 4.19 Ligação radiofónica do Império (1) 3.4 Limpopo (1) 5.7 Lingua (27) 1.22, 2.10, 2.12, 3.2, 3.4, 3.11, 3.15, 3.21, 3.28, 3.31, 4.15, 4.35, 4.Ap, 5.8, 5.15, 5.16, 5.19, 6.1, 6.3, 6.5, 6.11, 6.17 Linguagem (14) 1., 1.5, 3.20, 3.28, 4.17, 4.20, 4.29, 5.7, 5.19, 6.10, 6.11, 6.16, 6.20, 6.25 Linguas (8) 4.19, 5.15, 6.1, 6.8, 6.14, 6.18, 6.23 Linguistica (2) 5.15 Lisboa (117) Passim Lisbonense, Associação (dos proprietários) (1) 2.32 Literatura/literario (28) 1., 1.5, 1.18, 2.7, 2.12, 3.10, 3.15, 3.28, 3.31, 4.30, 4.34, 5.7, 5.8, 5.14, 5.18, 5.23, 6.1, 6.14, 6.24 Lloyd George (3) 2.7 Lobito (porto de Angola) (1) 6.8 Locarno (1) 2.8 Logicismo revolucionário (1) 4.31 Londres (40) 1.10, 2.2, 2.7, 2.8, 2.12, 2.15, 2.16, 2.18, 2.19, 2.20, 2.22, 2.24, 2.27, 3.2, 4.19, 4.20, 4.Ap, 5.7, 5.23, 6.1, 6.11, 6.14, 6.24 Lopes, General Craveiro (4) 1.3, 5.3, 5.25, 6.1 Lord (5) 2.20, 2.22, 2.27, 2.27, 5.12 Lords, Câmara dos (1) 6.11 Loulé (1) 5.10 Lourenco Marques (Mocambique-Maputo) (9) 4.17, 4.Ap, 5.12, 6.1, 6.8, 6.17 Luanda (2) 6.8, 6.12 Luciano de Castro, José (1) 5.3 Luís Filipe, D. (Príncipe assassinado) (1) 5.3 Luís XVIII (2) 4.37 Luisiânia (1) 5.12

Lunda (Angola) (1) 6.17 Lusitana, raça (1) 1. Lusitana, casa (4) 1.28, 2.10, 3.31, 5.28 Lusitana, raca (1) 1. Lusitana, seiva (1) 3.31 Lusitanidade (5) 4.35, 5.16, 6.5, 6.17, 6.20 Luso-africana, base (1) 6.5 Luso-americana, amizade (1) 4.21 Luso-americana, cepa (1) 6.5 Luso-asiática, base (1) 6.5 Luso-brasileira, comunidade(8) 5.16, 5.22, 5.25. 6.3, 6.11 Luso-brasileiras, relações (3) 4.15, 5.16, 6.1 Luso-brasileiro, ascendente (1) 6.3 Luso-brasileiro, tratado de Amizade e consulta (3) 5.16, 6,1 Luso-britânica, aliança (6) 2.16, 2.27, 3.11, 4.12, 4.34, 6.11 Luso-britânica, amizade (2) 2.16, 4.14 Luso-britânica, declaração (1) 5.12 Luso-britânico, estreito entendimento (1) 6.1 Luso-britânicos, estados-maiores (2) 4.16, 4.17 Luso-britânicos, interesses (1) 4.14 Luso-espanhol, pacto (1) 3.11 Luso-Espanhol, tratado de Amizade (1) 4.34 Luso-espanhola, fronteira (1) 2.27 Luso-espanhola, política (1) 4.5 Luso-indiana, civilização (1) 6.5 Luso-Indiano de Bombaim (Instituto) (1) 5.8 Luso-indiano (português da india) (1) 5.12 Luso-tropicais, sociedades mistas (1) 6.17 Lusos (tratados Anglo) (2) 5.12, 5.19 Luta/lutas/lutar (c. 250) Passimluto (6) 1.23, 2.4, 2.17, 3.21, 4.4, 5.2 Lutando rezando e sofrendo (1) 3.21 Luxemburgo (3) 4.34, 5.12, 5.15

- M -

Macau (29) 4.5, 4.16, 4.17, 4.25, 4.26, 4.35, 5.8, 6.1, 6.5. 6.8 Madagáscar (2) 5.19, 6.8 Madalena, Maria (pers. biblica) (1) 4.36 Madeira (Ilha) (4) 1.15, 6.1, 6.8 Madrid (8) 2.14, 2.15, 2.16, 4.3, 4.34 Mãe-Pátria (12) 1.7, 1.17, 1.23, 3.4, 3.5, 3.15, 3.28, 4.17, 5.4, 5.15, 5.19, 6.1, 6.5 Magiares (Hungria) (1) 5.15 Maia, Comandante Simões (1) 6.6 Maio (120) passim Maior (Estado) (4) 2.30, 4.Ap, 6.14, 6.18 Majorias (6) 1.5, 1.28, 5.8, 5.22, 6.8, 6.11 Majestade (Britânica) (55) 2.16, 2.18, 2.19, 2.20, 2.24, 2.25, 2.27, 3.11, 4.3, 4.5, 4.9, 4.17, 4.21, 5.12, 6.11, 6.16

Malásia (1) 5.19	Meio (1) 4.30
Malawi (1) 6.20	Meios, Lei de (2) 4.37
Malta (3) 2.27	Meireles, Almirante Quintão (1) 5.3
Mancha (geograf.) (1) 4.34	Melhoramentos (29) 1., 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.14, 1.18,
Manifesto dos candidatos da oposição (11) 5.25	2., 2.3, 2.7, 2.10, 3.4, 3.7, 3.16, 3.27, 4.18, 5.2,
6.9, 6.23, 6.1	5.7, 5.9, 5.12, 5.15, 5.23, 5.26, 6.24
Manter e âmbito morfológico (c.300) passimmanto	Melinde (1) 6.5
(2) 1.5, 3.2	Memorandum Hull (1) 2.28
Manual, trabalho (4) 1.11, 1.22, 4.Ap	Memórias do Principe de Bülow (3) 1.7
Manuel (Rei D.) (6) 1.10, 3.3, 3.4, 5.3, 5.19	Mendes Norton (Capitão de Mar e Guerra) (2) 2.6
Manuel Valente (militar) (1) 2.6	Mendes de Vasconcelos (1) 6.25
Mar da China (1) 3.15	Menon, Krishna (1) 5.23
Mar Vermelho (1) 3.15	Menthon, Bernard (1) 6.1
Marcelo Caetano (3) 4.24, 5.22, 6.20	Mercante (marinha) (10) 2.7, 3.22, 3.27, 3.28, 3.31,
Maria (Ilha de Santa _) (4) 4.17, 4.21	4.3, 4.5, 4.17, 6.6
Maria Madalena (Biblia) (1) 4.36	Meridional, Africa (1) 6.3
Maria (Nuno de Santa) (1) 2.5	Mestre de Avis (1) 2.5
Maria (Paquete Santa) (9) 6.6, 6.1	Mestre (Jesus, referência evangélica) (4) 4.36, 5.27
Mariano de Carvalho (3) 6.25	Metrópole (66) passim
Marinha (44) 1.7, 1.8, 1.12, 1.15, 2.2, 2.7, 2.10, 2.11,	México (1) 6.8
2.14, 2.23, 2.27, 2.33, 3.17, 3.22, 3.28, 3.31,	Milagre (14) 1.2, 1.25, 2.13, 2.26, 3.21, 4.24, 5.5, 6.3,
4.2, 4.5, 4.8, 4.17, 4.35, 4.36, 4.Ap, 5.3, 6.14,	6.17, 6.1
6.1	Milicias de Madrid (3) 2.15
Marinheiros que sempre fomos (1) 6.1	Minho (4) 1.14, 2.7, 2.10, 5.19
Mário de Figueiredo (1) 4.31	Ministro/ministerial/ministério (c.280) passim
Marques, Lourenço (9) 4.17, 4.Ap, 5.12, 6.1, 6.8, 6.17	Missionário, Acordo (2) 3.19
Marquês de Nisa (1) 2.27	Missões Católicas, Estatuto das (1) 1.23
Marques de Sá da Bandeira (1) 5.12	Moçambique (52) 1.14, 2.7, 3.1, 3.15, 4.17, 4.Ap, 5.7,
Marquês de Pombal (1) 6.25	5.20, 5.22, 5.25, 6.1, 6.3, 6.5, 6.8, 6.16, 6.17,
Marrocos (2) 3.15, 6.1	6.18, 6.20, 6.22, 6.24, 6.25
Marselha (1) 2.27	Mocidade Portuguesa (15) 2.26, 3.6, 3.12, 4.37,
Marshall (Plano) (2) 4.34, 5.7	5.28, 6.22, 6.1
Martins, Oliveira (2) 6.25	Moderna/o/izar (67) 1, 1.4, 1.5, 1.11, 1.14, 1.14, 1.22,
Mártires da Pátria (1) 5.15	1.23, 2.2, 2.12, 2.12, 2.14, 2.23, 2.29, 3.4, 3.8,
Marxismo (1) 6.1	3.18, 3.19, 3.22, 3.28, 3.29, 3.31, 3.31, 4.18, 4.19,
Massis, Henri (ensaista francês) (1) 3.3	4.21, 4.23, 4.29, 5.4, 5.7, 5.8, 5.10, 5.14, 5.15,
Matenoinfantil (assistência) (1) 6.8	5.18, 6.1, 6.3, 6.5, 6.15, 6.16, 6.17, 6.21, 6.24,
Material/ais (215) passim	6.25
Materialidades (2) 1.11, 2.4	Modesto/modéstia/modestamente e (84) passim
Materialismo/ista (17) 1.7, 1.11, 1.22, 1.24, 2.23,	Moeda (61) passim
2.29, 4.30, 4.36, 5.12, 5.19, 5.28, 6.20	Moeda, Casa da (2) 2.7, 3.4
Mateus, S. (Evangelista) (1) 4.36	Mombaça (1) 6.5
Matosinhos (3) 4.Ap	Monarca/monarquia/monárquico (64) passim
Mau/má (65) passim	Mondego (rio) (1) 2.
Mauritánia (2) 1.23, 6.8	Mongóis (1) 6.1
Mayer, Rui (Professor) (1) 4.33	Monitor, Christian Science (revista) (1) 5.15
Medida/as (140) passim	Moniz, Botelho (deputado) (1) 4.35
Médio Oriente (2) 5.20, 5.23	Monroista (conceção) (1) 4.34
Mediterrâneo (13) 2.15, 2.27, 2.27, 3.5, 5.4, 5.19,	Monsanto (parque florestal) (2) 3.4, 5.3
5.20, 6.1, 6.5, 6.17, 6.21, 6.24	Montes Claros (batalha) (1) 2.5
Medo (32) 1.6, 1.11, 1.11, 3.2, 3.2, 3.2, 3.8, 3.8, 3.8,	Montijo (1) 2.5
3.8, 3.21, 4.26, 4.26, 4.26, 4.26, 4.26, 4.26,	Mora!/morais/moralidade/moralizar/moralização/
4.26, 4.36, 5.11, 5.15, 5.19, 5.21, 5.21, 5.21, 5.21,	moralista/moralmente (470) passim
5.21, 5.26, 6.1, 6.1, 6.14, 6.20	Moral (consciencia) (5) 3.12, 3.16, 5.3, 6.1
Medo, miséria e (3) 4.26, 6.1	Moral (coesão) (5) 5.6. 6.1

Moral (defesa/ordem/reforma) (30) 1.10, 2, 2.1, 2.3, 2.7, 2.16, 3.7, 3.18, 3.27, 3.28, 3.31, 4.31, 4.35, 4.36, 5.3, 5.4, 5.9, 5.12, 5.20, 5.22, 6.15, 6.1 Mormugão (13) 4.26, 4.35, 5.8, 5.12, 5.12, 5.12, 5.15, 5.15, 5.17, 5.20, 6.1, 6.11, 6.20 Moscovita (1) 4.34, 5.23 Moscovo (9) 4.29, 5.3, 5.7, 5.20, 6.1, 6.17 Moura, Cova da (1) 6.14 Mouro (2) 3.21, 5.19 Mouzinho de Albuquerque (1) 6.25 Mover/movimento (206) passim Moxico (Angola) (1) 6.17 Muculmanos (3) 5.19 Mulheres de Portugal (5) 4.13, 4.19, 6.2, 6.1 Multipartidária (1) 4.36 Multirracialismo (4) 6.15, 6.17, 6.24 Multissecular, Nação (1) 3.16 Mundo/mundial (670) passim Municipio/municipal (28) 1.3, 1.4, 1.5, 1.25, 1.26, 2.3, 3.4, 4.27, 4.Ap, 5.10, 5.25, 6.16, 6.1 Munique (1) 3.8 Muñoz-Grandes, General (2) 6.21 Museu de Coimbra (1) 2 Museu de Arte Antiga (1) 3.4 Museu das Janelas Verdes (1) 3.4 Mushiko, República do (1) 6.17 Mussolini (3) 1.28, 2.7, 4.26 Mútua (1) 5.7

_ N _

Nacão (792) passim Nacional/nacionais (1193) passim Nacionalismo/nacionalista/nacionalidade (113)passim Nacionalização/nacionalizador (17) 1., 2.5, 3.18. 3.19, 3.31, 5.2, 5.3, 5.4, 5.7, 6.17 Nações (472) passim Nações Unidas (86) 4.16, 4.19, 4.22, 4.26, 4.31, 4.37. 5.8, 5.14, 5.14, 5.15, 5.16, 5.19, 5.20, 5.23, 5.25, 6.5, 6.8, 6.11, 6.15, 6.16, 6.17 Nagar Aveli (7) 5.12, 5.15, 6.1, 6.5, 6.11 Nanguim (1) 4.5 Napoleão (1) 5.12 Napoleónicas, invasões (2) 2.23, 2.27 Napoleónicas, guerras (1) 3.8 Napoleónicas, forças (1) 6.25 NATO (1) 6.1 Natural/naturais (163) passim Natureza (88) passim Naval, Escola (1) 2.7 Nazismo/nazista (2) 4.12, 4.26 Necessário/necessidade (805) passim Necessidades, Palácio das (6) 3.2, 3.9, 4.14, 4.21, 4.Ap Neerlandês, Representante (2) 4.Ap

Neerlandesas, Indias (2) 4.Ap Negativismo/negativista (3) 1., 2.10, 3.16 Negócio/negocios/negociar/negociação/negociadores (196) passim Negócios Estrangeiros (23) 2.15, 2.17, 2.20, 2.22, 2.27, 3.9, 3.17, 3.26, 4.9, 4.20, 4.34, 4.Ap, 5.15, 6.11, 6.14, 6.20, 6.1 Nehru, Pandita (15) 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 6.1, 6.11 Nelson (almirante inglês) (3) 2.27 Neutralidade (69) passim Neutralidade portuguesa no conflito europeu (2) 3.14. 6.1 Neutralismo/neutralistas (4) 5.20, 5.25, 6.1, 6.17 Ngiva (Vila Pereira de Eça)(1) 6.17 Nowizako (1) 6.17 Niassalandia (3) 6.8, 6.17, 6.24 Nigéria (2) 6.8 Nipónico/nipónicas (governo, tropas) (18) 4.5, 4.17, Nisa, Marquês de (1) 2.27 Nivel (96) passim Nórdicos, países (1) 5.20 Norma/normas/normal/normalidade/normalizar (130) passim Noroeste de Mocambique (1) 6.8 Norte-Americano (Estado, governo) (18) 2.27, 2.28, 3.13, 4.5, 4.17, 4.21, 4.26, 4.Ap, 5.4, 5.12, 5.14, 6.3, 6.6, 6.11, 6.17, 6.1 Norton, Comandante Mendes (2) 2.6 Noruega (2) 4.Ap. 5.12, 6.17 Nota/notas/nota oficiosa/notas políticas (136) passim Noticias, Diário de (1) 2.26 Novo/nova (608) passim Nova, Sé (Coimbra) (2) 2., 4.31 Nova, Seara (1) 5.27 Nova Deli (15) 4.35,5.8, 5.14, 5.15, 5.17, 6.11 Nova lorque (11) 3., 3.13, 3.18, 5.7, 6.8, 6.17 Nova Zelândia (2) 5.19, 6.8 Novidades, Jornal (2) 1.1, 1.2 Novo, Estado (39) 1., 1.8, 1.9, 1.10, 1.14, 1.24, 1.26, 1.28, 2.3, 2.7, 2.8, 2.10, 2.14, 2.16, 2.21, 2.31, 3.4, 3.5, 3.19, 5.3, 6.1 Nuclear, Energia (5) 5.11, 6.1 Número/numeroso (277) passim Nuno Álvares Pereira (8) 2.5, 2.13, 4.35 Nvon, Acordo de (1) 3.5

-0-

Obedecer/obediência (98) passim
Objectivo/objetivos/objetividade (121) passim
Obra/obras (420) passim
Obra governativa/do governo/da governação (6) 1.2,
1.7, 1.23, 2.3, 4.4, 6.l
Obra revoucionária/da revolução (6) 1.23, 3.7, 3.31, 6.l

Obras públicas (13) 1, 1.7, 1.8, 3.5, 3.15, 3.27, 4.30, Organização das Nações Unidas (v. ONU) 5.8, 5.10, 6.I Organização Europeia de cooperação Económica Obras Públicas, Ministério das (7) 2.12, 3.22, 4.33, (OECE/OCDE) (2) 5.7, 5.23 4.35, 5.5, 5.10 Organização dos Estados Americanos (1) 5.16 Obrigação/obrigações/obrigado/obrigar (c. 200) Organização do Tratado do do Atlântico Norte (NATO) passim Observatório Astronómico (Coimbra) (1) 2. Organização da Unidade Africana (1) 6.20 Obstrucionismo à vida pública (2) 1.4, 1.5 Órgão/órgãos (93) passim Oceania (5) 1.23, 5.8, 5.15, 6.1, 6.23 Orgulho/orgulhar-se/orgulhoso/orgulhosamente Oceano Índico (1) 6.1 (73) passim Ocidental (Europa) (6) 4.34, 5.4, 5.8, 6.1, 6.3, 6.8 Orgulho de ser português (3) 1.28, 3.31, 4.25 Ocidentalismo (1) 6.21 Orgulhosamente sós (1) 6.20 Orientação/orientar (304) Ocidentalização (2) 5.12, 5.15 Ocidente/ocidental/ocidentais (258) passim Orientais, Indias (3) 4.17, 4.Ap. 6.8 Oder (1) 6.8 Oriental, África (2) 5.15, 6.8 Ódio/ódios/odiento odioso (80) passim Oriental, Alemanha (2) 5.25, 6.1 Oficial/oficiais/oficialmente/oficialização/oficioso Oriente, Extremo (21) 4.5, 4.16, 4.17, 4.26, 4.31, (159) passim 4.35, 4.Ap, 5.8, 6.1, 6.8, 6.1 Olhão (3) 4.Ap Oriente, Império Português do (2) 5.19 Olhos/olhar (138) passim Oriente, Império Romano do (1) 1,22 Oligarquia (1) 4.12 Oriente, Médio (2) 5.20, 5.23 Oliveira, Alberto de (escritor) (1) 1.11 Oriente, Padroado Português do (6) 1.10, 3.19, 5.12, Oliveira, General Domingos de (5) 1.2, 1.4, 1.5, 1.9, 5.3 5.15 Oliveira, Major Alberto de (1) 2.7 Oriente, Próximo (1) 5.20 Oliveira Martins (2) 6.25 Oriente, Roma do (Goa) (1) 5.15 Oliveira Salazar (1) 1... Origem/origens (82) passim Oliveiras, Jardim das (1) 5.27 Ornelas, Aires de (1) 6.25 O'Malley, Sir Owen (embaixador) (2) 4.21, 4.21 Ortodoxo, comunista (1) 5.7 ONU (36) 4.22, 5.14, 6.1, 6.5, 6.8, 6.9, 6.10, 6.14, Ortográfico, Acordo (2) 4.15, 6.3 6.15, 6.16, 6.17, 6.20, 6.22, 6.23, 6.1 Óscar de Fragoso Carmona (v. Carmona) Operação/operações/operar (125) passim OTAN (v. NATO) Operario/operarios/operariado (93) passim Ourique (batalha) (1) 2.13 Opinião (81) passim Ovo de Colombo (1) 1.2 Oportunismo/poportunista (3) 4.26, 4.37, 5.22 Owen O'Malley (2) 4.21 Oposição/oposições/oposicionista/opositores (127) Oxford (Doutoramento "honoris causa") (1) 3.24 passim Optimismo/otimismos/otimista (25) 1.5, 1.16, 1.23, 2.8, 2.10, 3.4, 3.8, 3.10, 3.15, 3.20, 3.28, 4.4, 4.7, 4.36, 5.8, 5.10, 5.15, 5.16, 5.20, 5.23, 5.28, 6.17, Pacheco de Amorim (1) 3.5 6.20, 6.24 Pacheco, Duarte (11) 3.5, 4.4, 4.30, 5.10, 6.6 Orçamento/orçamentos/orçamental (76) passim Pacificação (12) 5.3, 5.28, 6.17, 6.1 Ordem (445) passim Pacífico (Região) (6) 4.16, 4.17, 6.1 Ordens nacionais (1) 4.7 Pacifismo/pacifista (23) 2.3, 2.8, 2.23, 3.2, 3.5, 4.36, Ordens religiosas (2) 3.19, 4.31, 5.19 5.1, 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, 5.23, 6.11, 6.13 Orgánica/orgánico/organismo/organismos (163) passim Paco, Terreiro do (8) 1.19, 3.10, 3.25, 4.13, 4.23, 5.3, Orgánica, democracia (2) 4.18, 6.17 5.5. 6.19 Organica do Império, Carta) (3) 1.23, 1.24, 3.5 Paço dos Duques (Guimarães) (1) 4.35 Orgânica Ultramarina, Lei (3) 6.16, 6.17 Pacto do Atlântico Norte (28) 4.34, 5.7, 6.8, 6.1 Orgánica, representação (1) 4.12 Pacto Luso-Espanhol (1) 3.11 Organização/organizações/organizar (595) passim Pacto das Nacões Unidas (3) 4.12, 4.31, 5.14 Organização Mundial da Saúde (OMS) (3) 6.8, Pacto da Sociedade das Nações (1) 2.8 Padroado (12) 1.10, 3.19, 4.35, 5.8, 5.12, 5.15 Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1) 5.16 Pais/paises (c. 900) Passim Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) Países Baixos (1) 4.Ao Paiva Couceiro (1) 6.25 (1) 6.16

Paixão/paixões (2c. 100) Passim Paz (4) 6.1 Palácio da Assembleia Nacional (1) 1.14 Pedro Calmon (2) 4.15 Palácio de S. Bento (9) 3.4, 4.29, 5.13, 5.24, 5.25, Pedro S. (Apóstolo) (3) 5.27 Peixoto e Cunha, General (1) 4.1 6.22, 6.24, 6.26 Palácio da Bolsa (1) 4.31 Penha de Franca (5) 2.6, 2.7 Palácio dos Desportos, em Lisboa (2) 5.3, 5.26 Peniche (11) 4.Ap Palácio dos Duques de Bragança (Vila Vicosa) (4) 3.4 Peninsula (100) Passim Peninsular, política (2) 6.21, 6.1 Palácio de exposições (2) 3.4, 1.16 Palácio Foz (1) 5.7 Pensão de reforma/pensionistas/pensões (1) 1, 2.7. Palácio, jardim e parque de Queluz (1) 3.4, 6.4 3.1, 5.23, 6.1 Peauim (1) 5.15 Palácio das Necessidades (4) 4.14, 4.21 Palácio de Sintra (4) 3.17, 3.26, 4.15, 6.21 Peregrinações patrióticas (2) 2.5, 3.4 Palavra/palavras (c. 360) Passim Pereira, Nuno Álvares (2) 2.5 Pereira de Eca, Vila (1) 6.17 Palavras vās (2) 4.19, 6.1 Palmerston, Lord (1) 2.27 Pérsico, Golfo (2) 5.12 Pesca (38) 1.7, 2.7, 2.12, 3.22 3.5, 3.28, 3.31, 4.18, Pandita (1) passim Pândita Nehru (4) 5.12, 5.15, 6.11 4.Ap. 5.15, 5.17, 5.23 Panteão dos Duques de Bragança (1) 3.4 Pescadores, Casa dos (3) 3.29 Paquete "Santa Maria" (7) 6.6, 6.1 Pessoa de bem, (o Estado é) (1) 2.17 Paguistão (11) 4.26, 5.12, 5.14, 5.19, 5.20, 6.5 Pilatos (1) 6.25 Pimenta de Castro (1) 1.10 Paradigmas estrangeiros (1) 2.3 Paris (7) 2.12, 2.15, 3., 4.34, 5.7, 6.14, 6.20 Pirenéus (7) 1., 2.15, 4.34, 4.36, 5.7, 5.23, 6.1 Parlamento/Parlamentarismo/parlamentarista (43) Planificação económica (1) 6.15 1, 1,4, 1,5, 1,8, 1,10, 1,13, 1,24, 1,28, 2,3, 2,15, Plano/planos (c. 260) Passim 3.31, 4, 4.18, 4.19, 4.23, 4.31, 5.2, 5.3, 5.8, 5.12, Plano Marshall (2) 4.34, 5.7 Plano de Fomento (32) 4.37, 5.7, 5.8, 5.15, 5.25, 5.15, 5.19, 5.23, 6.1, 6.5, 6.11, 6.15, 6.17 Parque de Queluz (1) 3.4 5.27, 6.3, 6.8, 6.15, 6.17, 6.1 Planos Financeiroa (2) 6.25, 6.25 Parque florestal de Monsanto (1) 3.4 Pluricontinental (1) 6.13 Parque Eduardo VII (4) 1.16, 2.11, 3.4, 4.8 Partido/partidário/partidarismo (c. 400) Passim Pluriforme (1) 5.15 Partido Progressista (1) 5.3 plurirracial (5) 6.5, 6.8, 6.13 Páscoa, Domingo de (1) 1. plutocracia (6) 1.11, 1.7, 1.21, 1.28 Pasquistão (1) 5.15 Plymouth, Lord (2) 2.20, 2.22 Passos e Sousa (Coronel) (1) 2.9. Pó e barulho (1) 3.16 Passos Perdidos (S. Bento) (5) 2.27, 3.30, 6.18, 6.22, Pobre/pobres/pobreza (90) Passim Poder (espectro morfológico, verbo e nomes e seus Pasta das Colónias (1) 4.24 derivados: c. 3000 ocorrências) Pasta da Defesa Nacional (4) 6.7, 6.7, 6.12, 6.1 Poder moralmente limitado (1) 2.10 Pasta da Economia (1) 3.22 Poder (0) galardão da vitória (1) 4.24 Pasta da Fazenda (1) 6.25 Poder (0) por essência delicado e frágil (1) 5.4 Pasta das Finanças (6) 1.1, 1.9, 2.27, 3.31, 6.25 Poeta, o (Camões) 1.14 Pasta da Guerra (2) 2.9, 2.30 Poincaré (2) 1.3, 1.21 Patrão/patrões/patronal/patronato (24) 1, 1.5, 1.11, Polaça, nação (1) 3.15 1.16, 1.20, 3.28, 3.29, 4.6, 4.Ap, 5.25, 5.27, 6.1, Polícia de defesa do Estado (1) 4.18 6.15 Policial, questão (2) 2.7 Pátria/pátrio/patriótico/patriotismo (c.350) Passim Politica/politicos (c. 2250) Passim Patriarca, Cardeal (2) 2.23, 5.27 Politicamente só existe o que o público sabe que existe Património (39) 1.5, 1.11, 1.24, 1.26, 2., 2.10, 2.13, (1) 1.18 2.17, 3., 3.3, 3.4, 3.5, 3.12, 3.16, 3.26, 3.27, 3.28, Politicamente so existe o que se sabe que existe (1) 3.16 3.31, 4.4, 4.15, 4.19, 4.26, 4.31, 4.34, 4.35, 5.9, Politicamente o que parece é (3) 3.3, 3.16 Polónia (4) 3.15, 4.26, 5.25, 5.28 5.16, 6.1, 6.8 Pavilhão de Festas (Parque Eduardo VII) (2) 3.7, 4.8 Pombal (1) 6.25 Pavilhão Português da Expo de Nova Yorque 1) 3.13, Ponta Delgada (1) 3.5 Pavilhão dos Desportos (1) 5.21 Ponte Marechal Carmona (3) 5.5, 6.1 Pontifice, Sumo (1) 1.10 Paz (366) Passim

População Populações/populacional (280) Passim 2.15, 3.1, 3.7, 3.8, 3.15, 3.19, 3.31, 4.6, 4.18, 4.21, Popular (30) 1.5, 1.23, 1.24, 1.28, 2, 2.5, 2.8, 2.14, 4.26, 4.30, 4.31, 5.8, 5.15, 5.19, 5.23, 5.25, 5.28, 3.4. 3.7. 3.16. 3.19. 3.23. 4.12. 4.18. 4.31. 44.36. 5.3, 5.4, 5.18, 5.22, 6.15, 6.17, 6.20 Privilégios, não queremos para ninguém (1) 1.10 Problema (911) Passim Popular, Frente (1) 2.15 Portalegre (1) 2.32 processo (180) Passim Port Darwin (1) 6.8 Processualismo (1) 2.17 Proclamação de 30 de julho de 1930 (1) 1.24 Portela de Sacavém (1) 3.4 Portimão (1) 4.Ap Procuradores à Câmara Corporativa (2) 2.8, 4.37 Porto (25) 1., 1.11, 1.16, 1.23, 2.7, 2.10, 2.12, 2.32, Produção (230) Passim Produtores de trigo, Federação dos (1) 1.21 3.4, 3.22, 4.31, 4.32, 4.Ap, 5.12, 6.10, 6.20 Professorado (2) 1.22, 5.13 Portugal (674) Passim Português/portuguesa/portugueses (c.1770) Professores (7) 1.7, 1.22, 2.23, 4.28, 5.11, 5.12, 6.16 Passim Programa/programas (95) Passim Progressista (1) 5.3 Portuguesismo (7) 5.15, 5.24, 6.3, 6.5, 6.18, 6.23 Progressistas (2) 5.15, 6.15 Portuguesmente (2) 5.2, 6.20 Progresso (189) Passim Possessões (ultramarinas/portuguesas) (9) 3.15, 4.5, 4.17, 4.Ap, 6.1, 6.1 Progresso económico e paz social (1) 1.5 Progresso material (1) 1.24 Postal, plano (1) 3.5 Potências (105) 2., 2.14, 2.15, 2.18, 2.19, 2.20, 2.21, Proibição/proibido (15) 1.7, 2.27, 3.31, 4.9, 4.Ap. 2.22, 2.24, 2.25, 2.27, 2.28, 3.3, 3.8, 3.15, 3.16, 5.14, 5.15, 5.20, 5.23, 6.1, 6.11, 6.13, 6.15, 6.17, 4.5. 4.12. 4.17. 4.19. 4.21. 4.23. 4.26. 4.29. 4.31. 6.28, 6.1 Prol do bem comum (1) 1.12 4.34, 4.36, 4.37, 5.1, 5.3, 5.4, 5.7, 5.8, 5.12, 5.15, 5.17, 5.19, 5.20, 5.22, 5.23, 5.25, 6.1, 6.5, 6.6, Prol da Nação (1) 4.24 Prol da Pátria (1) 3.16 6.8, 6.11, 6.13, 6.17, 6.20, 6.24 Prol de Portugal (2) 2.4, 6.1 Potsdam (Conferência de) (2) 4.16, 4.22 Povo (269) Passim Proletariado (2) 1.11, 5.18, 6.8 Póvoa de Varzim (1) 3.5 Proletarização (2) 3.5, 3.15 Povos (402) Passim Pronunciamentos (4) 1.8, 5.27, 6.1, 6.15 Praça do Comércio (1) 2.14 propaganda (95) Passim Propaganda Nacional, Secretariado da (7) 1.18, Praga (cidade) (2) 3.5, 6.23 Pragmatismo (2) 1.22, 6.11 1.21, 6.1 Propaganda Política (5) 3.16, 4.18, 6.11, 6.1 Praia (Cabo Verde) (1) 6.8 Predial (contribuição) (2) 2.32, 6.1 Propagandistas (4) 2.10, 2.15, 4.32, 6.1 Presidência (32) 1.4, 2., 2.1, 2.7, 2.9, 3.4, 3.22, 3.27, Proprietários, Associação Lisbonense dos (1) 2.32 Proselitismo (5) 3.28, 4.37, 4.37, 5.15, 5.25 4.5, 4.10, 4.12, 4.31, 4.35, 5.2, 5.17, 5.27, 6.1, 6.5, 6.6, 6.7, 6.9, 6.20, 6.23, 6.1 Prosperidade (38) 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.11, 1.16, 1.17, Presidencial, Sucessão (1) 6.1 1.24, 2.1, 2.3, 2.4, 2.10, 2.11, 2.16, 2.23, 2.30, 3, 11, 3.12, 3.23, 3.24, 3.26, 3.27, 4.8, 4.14, 4.23, Presidencialismo/presidencialista (6) 4.12, 4.24, 4.25, 4.29, 4.31, 5.7, 6.1, 6.4, 6.8, 6.15 5.2, 5.3, 5.27, 6.1 Presidente (166) Passim Proteccionismo (2) 1.7, 2.12 Press. United (1) 5.1 Protestantes (1) 5.27 Pretórios da Europa (1) 1. Protocolo adicional (Tratado Portugal-Espanha) Previdência (Instituto do Trabalho e) (5) 1.20, 5.27 (3) 4.3Primaz, Arcebispo (1) 4.36 Providência (Divina) (28) 1.23, 1.28, 2.3, 2.10, 2.13, 3.2, 3.5, 3.14, 3.16, 3.20, 3.27, 3.28, 4.1, 4.11, Primitivos Portugueses (pintura) (4) 3.4 Príncipe de Bülow (Memórias do) (2) 1.7 4.15, 4.18, 4.31, 5.10, 5.11, 5.17, 5.18, 5.20, 6.17, Principe Regente (D. João VI) (1) 2,27 6.23 Principe Perfeito (D. João II)(1) 4.33 Provincias Ultramarinas (30) 3.1, 3.31, 4.5, 4.7, 4.25, Principe D. Luis Filipe (1) 5.3 4.32, 4.37, 5.7, 5.12, 5.15, 5.19, 5.20, 5.23, 5.24, Principe, S. Tomé e (1) 6.8 5.25, 6.1, 6.5, 6.6, 6.8, 6.15, 6.16, 6.17, 6.20, Principios (431) Passim 6.24, 6.25, 6.1 Prior do Crato (1) 2.5 Próximo Oriente (1) 5.20 Prisional, estabelecimento (Tarrafal) (1) 6.15 Prussianas, tendências (1) 6.1 Privilégio/privilégios/privilegiado (31) 1, 1.10, 1.23, Psitacismo político (1) 1.

Recife (1) 6.6

Público e âmbito morfológico (c.670)Passim Pusilanimidade (2) 1.10, 4.4

Quadragésimo ano do 28 de maio (1) 6.25 Qualidade/qualidades (123) Passim Qualidades do Chefe do Estado (2) 2.1, 6.1 Quartéis (4) 1.26, 2.30, 3.28, 4.30 Quatro (os) grandes (3) 2.7, 5.1 Quebrada, Cruz (1) 3.4 Queluz (3) 1.26, 3.4, 6.4 Quénia (6) 5.12, 5.15, 6.5, 6.8 Questão/questões (319) Passim Questão colonial (1) 2.7 Questão militar (1) 2.7 Questão policial (1) 2.7 Questão política (1) 2.7 Quimeras de ideólogos (1) 5.4 Quinhentos, o nosso grande império de (1) 4.5 Quintão Meireles (Almirante) (1) 5.3 Quionga (Moçambique) (1) 2.8

- R -

Raca/racial/racista/racismo (123) passim Racial, iqualdade (1) 6.8 Racial, não discriminação (1) 5.20 Racismo, odiento (1) 6.5 Radicalismo (1) 5.22 Rádio/radiodifusão (22) 1.11, 1.17, 1.28, 2.1, 2.4, 3.4, 3.28, 4.32, 4.5, 4.19, 5.13, 5.15, 5.17, 5.23, 5.27, 6.1, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.17 Rainha D. Amélia (2) 5.4 Rainha D. Filipa de Lencastre (1) 2.5 Rainha De Inglaterra (1) 5.22 Rainha, Vila Nova da (1) 2.16 Raiz/raizes (24) 2.3, 2.10, 3., 3.7, 3.10, 3.11, 4.21, 4.23, 4.26, 4.33, 4.35, 4.37, 55.7, 5.16, 5.19, 5.21, 5.28, 6.2 Raízes históricas (1) 2.3 Raizes, fidelidade às (1) 5.16 RAU (República Árabe Unida) (2) 6.8 Razão/razões (369) Passim Razão de Estado (2) 2.13, 5.14 Razão que se eleva acima de todos os sentimentos (1) 2.14 Reaccionárias, actividades (1) 2.3 Real, Vila (1) 2.32 Realidade/realidades (208) Passim Realidades e principios da política portuguesa (2) 6.15, 6.1 Realismo/realista (28) 1., 1.11, 2.3, 3.5, 4.7, 4.12,

4.29, 5.3, 5.7, 5.14, 5.15, 5.19, 5.20, 6.24

Realização/realizações (154) Passim

Reaportuguesamento (3) 1., 3.27, 4.36

Realizar/realizado (265)

Reconhecer/reconhecimento (228) Reconhecemos (não) liberdade contra a Nacão (1) Reconquista/reconquistar (17) 1.5, 2., 2.10, 2.23, 2.33, 3.5, 3.7, 4.17, 4.26, 5.3, 5.20, Reconstituição económica e defesa nacional (1) 2.7 Reconstrução (37) 1.3, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11, 1.12, 2., 2.2, 2.7, 2.23, 2.30, 2.33, 3., 3.13, 3.19, 3.27, 3.28, 3.31, 4.4, 4.11, 4.12, 4.17, 4.21, 4.24, 4.29, 4.35, 5.7, 5.10, 6.15, 6.1 Reconversão (3) 4.37, 6.14, 6.20 Recreios, Coliseu dos (4) 1.7, 1.13, 1.26, 3.29 Recuperação (12) 3.8, 3.27, 4.11, 4.26, 4.26, 5.7, 5.15, 5.27, 5.28, 6.13, 6.14, 6.25 Recurso/recursos (78) passimRede de estradas (1) 3.4 Rede escolar (1) 3.5 Rede elétrica/ferroviária/telefónica/telegráfica (1) 2.7 Reeducação (5) 1., 2.3, 3.5, 3.31, 4.12 Reflexões sobre o ato eleitoral (1) 4.19 Reformal/reformas (140) Passim Reforma financeira (3) 1, 1.1, 3.5, 6.1 Reforma política (3) 1, 4.23, 4.24, 4.35, 4.37, 5.3 Reforma social (3) 1, 1.20, 4.23, 4.34, 4.35, 6.1 Rega/regadio (25) 1.7, 1.19, 2.12, 3.8, 4.33, 5.7, 5.15, 6.20, 6.25, 6.1 Regalias (8) 1., 1.7, 1.21, 2.7, 3.29, 4.35, 5.25 Regeneração (8) 1.3, 1.4, 1.9, 2.33, 2.33, 3.18, 4.1, 5.2 Regicidas (1) 5.3 Regime/regimes (354) Passim Regime sem partidos (1) 4.24 Regional/regionalismo (10) 1.5, 1.6, 1.28, 3.4, 4.12, 4.31, 4.Ap, 6.16, 6.17 Regra/regras (59) passim Regulação/regulado/regulador/regulamentação/ regular/regularizar (96) Passim Rei/reis (51) 1.4, 1.10, 1.22, 1.23, 2.1, 2.5, 2.13, 2.16. 3.4, 3.11, 3.19, 3.21, 3.24, 3.27, 3.31, 4.31, 5.3, 5.4, 5.12, 5.15, 5.19, 5.22, 6.8, 6.25 Reich (3) 2.21, 6.1 Reino Unido (10) 4.21, 4.3, 4.7, 4.17, 5.15 Reivindicações/reivindicar (53) passim Relação/relacionar/relações (357) passim Relações Luso-Brasileiras (3) 4.15, 5.16, 6.1 Religião/religioso (92) passim Remodelação (3) 3.22, 5.6, 6.7 Renascimento (da Nação Portuguesa/ da Pátria/ da Alma Nacional/ deste Pais) (2) 1.8, 1.23, 3.16 Rendimento/rendimentos (149) Passim Reno (rio) (1) 6.8 Renovação (41) 1.3, 1.5, 1.7, 1.8, 1.10, 1.12, 1.21, 1.24, 1.26, 2.3, 2.7, 2.18, 3.4, 3.7, 3.8, 3.23, 3.27, 4.4, 4.5, 4.18, 4.19, 4.29, 4.35, 5.3, 5.6, 5.18, 5.26, 5.27, 6.15, 6.23 Reorganização/reorganizar (45) passim

Reparo/reparos (22) 1.5, 1.5, 1.5, 2.3, 2.33, 4.18, - S -4.32, 4.35, 4.36, 4.Ap, 5.23, 5.25, 5.27, 5.28, 6.3, 6.8, 6.15, 6.23, 6.1 Sá da Bandeira, Marquês de (1) 5.12 Repartição da riqueza (2) 1.11 Saara (4) 6.8, 6.16, 6.17 Repovoamento (6) 3.31, 5.7, 6.15 Sabedoria, sede da (Univ. de Coimbra) (1) 5.4 Representação/representantes (153) Passim Saber(âmbito morfológico) (359) passim Repressão/reprimir (16) 1.4, 1.10, 3.4, 3.29, 4.37, Sabugosa, Condessa de (1) 4.27 5.14, 5.15, 5.23, 5.28, 6.1, 6.8, 6.15, 6.17 Sacavém, Portela (1) 3.4 República/republicano (126) passim Sacrificio/sacrificar (315) passim Republicanismo espanhol (1) 6.1 Sado (Vale do) (1) 4.33 Resistencia/resistir (70) passim Sagrada oficina das almas (escola) (1) 1,22 Resolução/resolver (c.250) Passim Sagres, Infante de (1) 3.2 Respeitar/respeito (c300) passim Sagres, Ponta de (1) 3.4 Responsabilidade/responsável c.260) passim Saint-Germain, Tratado de (1) 3.19 Ressurgimento/ressurgir (30) 1, 1.5, 1.7, 1.8, 1.9, 1.13, Salazar (-) passim 1.15, 1.19, 1.22, 1.28, 2.3, 2.10, 2.12, 3.3, 3.4, 3.5, Salvador, El (América Central) (1) 6.8 3.13, 3.16, 3.23, 3.27, 3.28, 4.8, 4.23, 4.31, 4.35 Sangue (79) passim Restabelecimento (10) 1.10, 1.24, 4.5, 4.17, 4.26, Santa Maria (Acores) (4) 4.17, 4.21 4.36, 5.3, 5.12 Santa Maria (paquete) (9) 6.6. 6.1 Santa Sé (3) 1.10, 3.19, 4.35 Restauração (40) 1.3, 1.4, 1.5, 1.8, 1.12, 1.14, 1.23, 1.24, 2.5, 2.7, 2.10, 2.11, 3.2, 3.4, 3.31, 4.12, 4.18, Santarém (2) 2.16, 2.32 4.33, 4.37, 5.19, 6.25, 6.1 Santo António, Vila Real de (1) 4.33, 4.Ap, 6.8 Restaurador (D. João IV) (1) 3.4 Santo Condestável (1) 4.33, 4.Ap. 6.8 Restrição/restrições/restringir (110) Passim Santo Nome de Deus (Macau) (1) 4.33, 4.Ap, 6.8 Resultado/resultar (c.240) Passim Sarmento, General Morais (2) 1.4, 2.16 Retórica (4) 3.11, 4.24, 5.8, 6.1 Sarre (Alemanha) (1) 3.5 Reunião Ministerial da E.F.T.A. (2) 6.4, 6.1 Satiagrais (4) 5.15, 5.19, 5.23, 6.1, 6.11 Revigoramento (12) 1.3, 1.21, 1.26, 2.10, 3.23, 3.31, saxónicos (países anglo) (3) 4.23, 4.26, 5.27 Schiappa de Azevedo, General (1) 2.7 4.5, 4.36, 5.4, 5.15 Revolução/revolucionário/revoluções (370) Passim Science Monitor, Christian (publicação) (1) 5.15 Sé Nova (Coimbra) (2) 2., 4.31 Revolução Nacional (47) Passim Ribbentrop (1) 2.7 Seara Nova (1) 5.27 Secretariado da Propaganda Nacional (5) 1.18, 1.21 Rio de Janeiro (7) 2.23, 3., 4.15, 5.14, 5.16, 6.6 Secretas, organizações (2) 2.6, 3.12 Riqueza/riquezas (171) Passim sectarismo (1) 1.10 Risco, Sala do (2) 1.4, 1.5 Rodésia (2) 6.24 Sectores (83) passim Rodésias (6) 5.12, 6.5, 6.8, 6.17, 6.24 Secularização de S. João de Almedina (1) 4.31 Roma (16) 1.22, 3.15, 3.19, 3.31, 4.25, 5.4, 5.15, 5.17, 6.17 Século/séculos (230) passim Romana, Cúria (1) 3.31 Século, O (jornal) (1) 2.26 Romano, Império (3) 1,22, 1,23 Sedicões/sediciosos (movimento/chefes) (3) 1.4. 4.26. Ronald Campbell (6) 4.14, 4.14, 4.14, 4.14, 4.14, 6.1 4.29, 5.26 Roosevelt, Franklin (4) 4.11, 5.4, 6.1, 6.17 Seguir/seguido/seguinte (368) Rooseveltiana (1) 5.1 Segunda guerra mundial (1) 6.1 Seguro/segurança/segurar/seguramente (303) passim Rosen, Barão de (diplomata alemão em Lisboa) (1) 2.7 Segurança, Conselho de (ONU) (18) 4.22, 4.26, 6.1, Rotativismo (3) 5.27, 6.15 Rovuma (rio, Mocambique) (1) 6.24 6.8, 6.11, 6.17, 6.24 RoyalInstitut of International Affairs (1) 1. Seguros, Companhias de (1) 5.27 Rua da Imprensa (1) 4.27 Seita/seitas (3) 1.7, 4.24, 4.36 Rueff, M. Jacques (1) 6.1 Selassié, Imperador Hailé (Etiópia) (2) 6.16, 6.1 Rui Mayer, Prof. (1) 4.33 Selby, Sir Walford (embaixador) (1) 3.9 Russell, John (1) 2.27 Semana de Portgal (2) 1.17 Rússia (135) 2., 2.15, 2.16, 2.17, 2.23, 3.8, 3.15, 3.29, Semifascista, nação (1) 4.31 4.7, 4.22, 4.23, 4.24, 4.26, 4.29, 4.31, 4.34, 4.36, Semilivres, povos (1) 5.20 4.37, 5.1, 5.3, 5.4, 5.7, 5.8, 5.12, 5.19, 5.20, 5.23, Senado da Universidade (Coimbra) (1) 3.24

Senado da República (Roma antiga) (1) 3.31

5.25, 6.3, 6.5, 6.8, 6.11, 6.13, 6.17, 6.1

Séneca (1) 1. Solução/soluções (350) passim Senegal (1) 6.22 Solução Portuguesa (2) 4.23, 6.1 Senegalês, território (1) 6.22 Sombra/sombras (44) passim Senhor/senhora/senhoras/senhores (212) passim Sorbona (Universidade) (1) 6.1 Sensacionalismo (1) 6.15 Sorraia (1) 6.25 Sensatissima Suica (1) 6.11 Sousa, Brigadeiro Daniel de (1) 1.6 Sentido/sentidos (289) passim Sousa, Coronel Passos e (1) 2.9 Sentimentalismo do povo portquês (doentio) (1) 1.8 Sovietes (12) 3.2, 3.3, 3.8, 3.16, 4.24, 4.26, 4.29, Sentimento/sentimentos (203) passim 4.31, 5.12, 6.1, 6.11 Sentir (118) passim Soviética (Rússia, União, revolução) (27) 1, 2., 2.17, Ser (c. 2000) passim 2.23, 2.28, 2.27, 3.8, 3.28, 4.6, 4.23, 4.26, 4.31, Serge Groussard (42) 6.1 4.36, 5.1, 5.20, 5.23, 5.25, 6.1, 6.8, 6.11, 6.25 Serra Leoa (1) 6.8 Sovietismo russo (3) 1, 5,23 Sérvia (amigos da) (1) 3.8 Sovietização (2) 4.31, 5.1 Serviço/serviços (274) passim State Department (Estados Unidos) (A (1) 4.17 Stresa (Itália) (1) 2.8 Servir (166) Servidão comunista (1) 3.11 Subdesenvolvimento (2) 6.15, 6.15 Sessões, Diário das (2) 1.23, 4.5 Submarinos (4) 2.2 Setúbal (4) 2.32, 4.Ap, 4.Ap, 4.Ap Subordinação/subordinar (64) Subserviência das elites e a supremação do número (1) Severim de Faria (2) 6.25 Siderurgia, (a nossa pequena) (1) 5.7 Sidónio Pais (7) 1.10, 5.3, 5.27 Subversão/subversivo/subverter (70) passim Sucessório, imposto (1) 2.32 Sidonismo/sidonista (4) 5.3 Significar/significação/significado (143) passim Sudão (1) 6.8 Silva e Costa, Capitão (1) 4.17 Sudeste Europeu (1) 4.34 Simão leproso (Biblia) (1) 4.36 Sudoeste da Europa (1) 6.8 Simões Maia (Capitão do paquete Santa Maria) (1) Sudoeste Africano (1) 6.17 m 6.6 Suécia (2) 2.21, 4.5 Simples/simplesmente (264) passim Suez (3) 5.4, 5.19, 6.1 Sinceridade/sincero/sinceramente (108) passim Suficiencia/suficiente/suficientemente (167) passim Sindical/sindicalismo (12) 1.7, 1.10, 1.11, 2.6, 3.29, Sufrágio (12) 4.12, 4.18, 4.19, 4.23, 5.23, 5.27, 6.1, 4.36, 5.15 6.16, 6.20 Sindicato/sindicatos (20) 1.11, 1.20, 2.10, 3.4, 3.10, Sufrágio universal (não creio no) (1) 6.1 3.29, 3.30, 4.23, 6.17, 6.1 Suíça (10) 3.28, 4.26, 4.34, 5.12, 5.15, 5.27, 6.11 Singapura (6) 4.Ap Suico (cidadão) (1) 1. Sintra (5) 1.26, 3.17, 3.26, 4.15, 6.21 Sujeição/sujeitar/sujeito (104) passim Sisa e imposto sucessório (5) 2.32, 6.1 Sul (África do) (14) 3.11, 3.15, 4.17, 4.36, 5.12, 5.17, Sistema/sistemas (162) passim 5.19, 6.1, 6.5, 6.8, 6.22 Situação (263) passim Sul (América do) (7) 2.21, 2.23, 4.7, 4.26, 6.3, 6.11, Slogans (estribilhos ou) (1) 5.20 Snobismo (1) 2.3 Sul (Atlântico) (2) 2.7, 6.3, Soberania/soberano (208) passim 6.3, 6.5, 6.5, 6.8, 6.8, 6.8, 6.8, 6.11, 6.17, 6.22, 6.22 Social/sociais/socialismo/socialista/socialização Sul da Europa (1) 5.20. 6.1, 6.1, 6.1, 6.3, 6.3, 6.5, 6.5, 6.8, 6.8, 6.8, 6.8, 6.11, (505) passim Socialismo/socialista (49) 1., 1.5, 1.10, 1.21, 1.24, 6.17, 6.22, 6.22 3.8, 3.10, 3.29, 3.31, 4.19, 4.23, 4.26, 4.31, 4.34, Sul da China (1) 6.1, 6.3, 6.3, 6.5, 6.5, 6.8, 6.8, 6.8, 4.35, 4.36, 4.37, 5.4, 5.7, 5.8, 5.20, 5.25, 5.27, 6.8, 6.11, 6.17, 6.22, 6.22 6.5, 6.17, 6.20 Sumo Pontifice (1) 1.10 Sociedade/sociedades (213) passim Supercapitalismo (1) 1.24 Sociedade das Nações (31) 1.8, 1.24, 2.7, 2.8, 2.33, Superior/superiores/superioridade/superiormente 3.3, 3.5, 3.8, 4.12, 4.19, 4.31, 4.34, 6.1, 6.16 (223) passim Sociedade de Geografia (1) 5.20 Superior Técnico (Instituto) (1) 4.30 Sócio dos Sindicatos Nacionais (2) 3.30, 6.1 supranacional (7) 2.27, 2.28, 4.7, 4.29, 4.37, 5.7, Sofrer/sofrimento/sofrimentos (149) passim Solidariedade/solidário (138) passim Supremo Tribunal de Justiça (2) 4.32, 5.27

-T-

Tabor (Biblia) (1) 1.24 Tailandia (1) 6.8 Talleyrand (1) 4.37 Tanganhica (1) 5.15 Tanganica (7) 6.8, 6.17, 6.20 Tänger (1) 5.12 Tapada da Ajuda (1) 3.4 Tarefa/tarefas (76) passim Tarrafal (2) 6.15 Teatro de S. Carlos (2) 1.22, 3.4 Técnica/técnico/técnicos (165) passim Tecnicidade (das leis) (1) 6.1 Técnico (Instituto Superior) (1) 4.30 Tejo (14) 1.12, 1.15, 1.19, 1.26, 2.14, 2.27, 3.4, 3.5, 5.5 Tempo/tempos (650) passim Tendência/tendências (93) passim Tentar/tentativa (144) passim Tentação da omnipotência e da irresponsabilidade moral (4) 3.19 Tentação do abismo (1) 6.20 Teológico (1) 4.31 eoria/teórico/teoricamente/teorizar/teorização (58) passim :orismo (excessivo) (1) 5.3 erminologia politica (5) 1., 2.7, 5.7, 5.18, 5.23 Terra (203) passim Terras (76) passim Terreiro do Paço (8) 1.19, 3.10, 3.25, 4.13, 4.23, 5.3, 5.5. 6.19 Terreno (78) passim Territorial/território/territórios (480) Território (defesa civil e militar do) (1) 4.2 Terror/terrorismo/terrorista (40) passim Tertuliano (1) 6.20 Tese/teses (60) passim Thomas Farraut Higham (2) 3.24 Tibete (6) 5.14, 5.15, 5.19, 5.20 Times (jornal) (1) 2.15 Timor (114) 3.31, 4.5, 4.16, 4.17, 4.25, 4.26, 4.35, 4.Ap, 5.8, 5.12, 6.1, 6.3, 6.5, 6.8, 6.17, 6.1 Tirano/Tirania/tiranico (3) 1.28, 4.36, 5.4, 6.1, 6.18, 6.20 Today, The world (publ. periódica) (1) 1. Togo (1) 6.8 Tolentino, Nicolau (1) 3.28 Tomar (vb.) (300) passim Tóquio (15) 4.5, 4.17, 4.Ap Tornar (173) passim Torre de Belém (1) 3.4 Totalitário/totalitarismo (14) 1.22, 1.24, 4.12, 4.24, 4.31, 4.36, 4.37, 5.4, 5.22, 6.1 Toynbee (1) 5.14 Trabalhar (263) passim Trabalhador/trabalhadores (92) passim

Trabalho (656) passim Trabalho, Confederação Geral do (1) 2.6 Trabalho, Fundação Nacional para Alegria no (1) 3.29 Trabalho, Organização internacional do (1) 6.16 Trabalho Nacional, Estatuto do (6) 1.24, 6.26, 6.1 Trabalho e Previdência, Instituto Nacional do (3) 1.20, 4.6 Trabalhos (85) passim Tradicão/tradicões/tradicional/tradicionalmente (126) passim Traducão/traduzir (112) passim Tranquilidade/tranquilo/tranquilizar (79) passim Transcendência/transcendente (46) passim Transformar/transformação (91) passim Tratar/tratado/tratamento (300) passim Tratado do Atlântico Norte (NATO) (10) 4.34, 5.7, 5.12, 5.19, 6.1, 6.8 Tratado Luso-Brasileiro de amizade e consulta (11) 5.16, 6.3, 6.11, 6.1 Tratado Luso-Espanhol de Amizade e não Agressão (6) 3.11, 4.3, 4.34, 5.22 Tratado de Saint-Germain (1) 3.19 Tratado do Tibete (4) 5.19, 5.20 Tratado de Versalhes (fonte do mal-estar europeu) (3) 2.8, 6.1, 3.8 Tratado de Windsor (aliança anglo-lusa) (9) 5.12. 5.19, 6.1, 6.11 Tribunal de Justiça Internacional da Haia (7) 4.19, 4.31, 5.23, 6.1, 6.5, 6.11 Tribunal de Justica (Supremo) (2) 4.32, 5.27 Trigo (Federação dos Produtores de) (1) 1.21 Tuberculose (Conferência anti) (3) 2.29, 6.1 Tunísia (1) 4.Ap Turcos (3) 1.22, 5.19 Turquia (2) 6.8

- U -

Uganda (2) 5.12, 6.8 Ulrich, Eng. Frederico (2) 4.30, 5.11 Ultra-revolucionária (política) (1) 1.8 Ultraconservadora (politica) (1) 1.8 Ultramar/ultramarina/as/o/os (215) 1.4, 1.5, 1.14, 2.12, 3.1, 3.4, 3.5, 3.15, 3.19, 3.21, 3.28, 3.31, 4.1, 4.5, 4.7, 4.25, 4.31, 4.32, 4.34, 4.37, 5.3, 5.4, 5.6, 5.7, 5.8, 5.11, 5.12, 5.14, 5.15, 5.17, 5.19, 5.20, 5.22, 5.23, 5.24, 5.25, 5.27, 5.28, 6.1, 6.3, 6.5, 6.6, 6.8, 6.9, 6.10, 6.11, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.22, 6.23, 6.24, 6.25, 6.1 Ultrapassadas, conceções (1) 5.4 União Indiana (c.200) 5.8, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 5.20, 5.23, 5.25, 6.1, 6.5, 6.8, 6.11, 6.13, 6.17, 6.20, 6.1 União Nacional (c.100) 1.5, 1.7, 1.10, 1.11, 1.23, 1.24, 1.26, 1.28, 2.1, 3.3, 3.16, 3.27, 4.7, 4.12, 4.16, 4.18, 4.19, 4.23, 4.24, 4.31, 4.34, 4.35, 4.36,

4.37, 5.3, 5.4, 5.6, 5.18, 5.20, 5.22, 5.25, 5.27, 5.28, 6.3, 6.10, 6.15, 6.20, 6.1 União Soviética (4) 5.1, 6.1, 6.11 União Sul-Africana (10) 3.11, 3.15, 4.17, 6.1, 6.8, 6.22 Unidade (215) passim Unido Reino) (10) 4.3, 4.5, 4.7, 4.17, 4.21, 5.15 Unidos (Estados) (115) 2.2, 2.7, 2.8, 2.27, 2.28, 3.13, 3.16, 4.5, 4.7, 4.9, 4.11, 4.12, 4.16, 4.17, 4.21, 4.22, 4.23, 4.26, 4.34, 4.36, 4.37, 4.Ap, 5.1, 5.7, 5.8, 5.19. 5.20, 5.23, 6.1, 6.3, 6.5, 6.6, 6.8, 6.11, 6.17, 6.1 United Press (1) 5.1 Universalismo (2) 3.21, 5.16 Universalista (4) 2.10, 3.11, 4.36, 5.9 Universidade (fábrica espiritual portuguesa) (1) 1.22 Universidade de Coimbra (15) 2., 3.24, 4.28, 4.37, 5.4, 6.1, 6.1 Universidade de Oxford (2) 3.24 Universidade de Moscovo (1) 6.1 Universitária (Cidade) (1) 4.37 Urânio (1) 5.11 Urbanização (8) 2.7, 3.4, 3.27, 4.4, 4.18, 5.10, 6.25 Urnas (16) 4.18, 4.19, 4.24, 4.32, 5.3, 5.8, 5.23, 5.26, 5.27, 6.10, 6.23 Utopias (1) 3.10 - V -

Valência (Governo de) (1) 2.18 Valente, Tenente-coronel Manuel (1) 2.6 Valor/valores (355) passim Valverde (batalha de) (1) 2.5 Van Kleffens (1) 4.Ap vangloriar (2) 5.23, 6.13 vangloriavam (1) 3.8 vanguarda (1) 4.37 Vanguarda (associação escolar) (2) 1.22, 1.26 Varzim, Póvoa de (1) 3.5 Vasco (Governo) (3) 2.25 Vasco da Gama (1) 6.5 Vasconcelos, Mendes de (1) 6.25 Vassalos, Estados (1) 4.12 Vaticano (1) 3.19 Velho, Gonçalo (marinha) (4) 1.12, 1.15, 6.1 Venezuela (2) 5.7, 6.14 Verbalismo (2) 1., 4.23 Verdade/verdadeiro e variantes morfológicas (c.480) passim Verdade, política de (2) 1.3, 6.1 Verde, Cabo (12) 5.12, 5.20, 5.23, 6.1, 6.3, 6.8, 6.15, 6.17 Verdes, Vinhos (2) 2.7, Verdes, Museu das Janelas 3.4 Vermelho, Mar (2) 3.15, 5.19 Vermelhos "camaradas" (2) 2.14, 3.8 Versalhes (5) 2.8, 3.8, 6.1 Viana do Castelo (1) 3.4

Vicente de Freitas, General (1) 1.1 Vicente, Ilha de S. (1) 6.8 Vickers Armstrong (estateiros) (2) 2.2 Vicosa, Vila (1) 3.4 Vida (1160) Passim Vieira (P. António) (4) 3.2. 3.16. 3.28, 4.12 Vila Franca (1) 4.37 Vila Nova da Rainha (1) 2.16 Vila Pereira de Eca (1) 6.17 Vila Real (2) 2.32, 4.Ap Vila Real de Santo António (1) 4.Ap Vila, Palácio da - (Sintra) (1) 6.21 Vila Vicosa (1) 3.4 Vinho do Dão (1) 1.27 Vinho (o problema do) (1) 2.7 Vinho do Porto (2) 3.22, 4. Ap. Vinhos Verdes (1) 2.7 Vinícolas, regiões (2) 2.7 Vinicultores do Centro (1) 2.7 Violência 85) passim Virgilio (Geórgicas de) (1) 4.33 Virtude/es (120) passim Virtudes militares (elogio das) (6) 1., 1.6, 3.7, 6.1 Viseu (1) 2.32 Vocação missionária (1) 2.10 Volfrámio (5) 4.9, 6.1 Von Bethmann Hiweg (1) 2.7 Vontade (c.180) passim Voto/os/votar/votação (c.100) passim Vouga (contratorpedeiro) (6) 1.15, 6.1

- W -

Walford Selby (Embaixador) (1) 3.9 Washington (4) 4.34, 6.8, 6.11, 6.14 Waterloo (1) 2.27 Wellington (3) 2.27, 2.27, 2.27 Windsor (4) 6.1, 6.11, 6.17 Woodhouse Almirante) (1) 3.9 World Today (Revista) (1) 1.

- X -

Xavier, S. Francisco (2) 4.25, 6.11 Xavier, Caldas (1) 6.25

– Y –

York, Nova (6) 3.13, 3.18

- Z -

Zaire (2) 6.8, 6.24 Zanzibar (1) 6.20 Zelândia, Nova (2) 5.19, 6.8 Zumbido dos moscardos (1) 3.16